

número 169

Dossiê Infâncias e Juventudes na América Latina

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Dezembro • 2025

número 169

ISSN 1678-3484

re vis ta

Dossiê
Infâncias e
Juventudes
na América
Latina

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 105, n.169, 2025.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 166 (2025)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

405p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: Foto 1. Inauguração da Escola Modelo Estácio de Sá. 1906. Coleção Museu da República. Foto 2. Aldeamento do Ariaú, rio Andirá, grupo de alunos da escola Gonçalves Dias que funciona no aldeamento. 1922. Coleção Arquivo Nacional. Foto 3. Posto no rio Seruini – Tuxaua Soares, da tribo Apurinã e sua família. 1929. Coleção Arquivo Nacional.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento

Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760 E-mail: ihgrgs@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

Youtube: youtube.com/@ihgrgs

Facebook: facebook.com/IHGRGS/

Instagram: instagram.com/ihgrgs/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2024-2026

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Luciana da Costa Oliveira

Diretor Financeiro: Pedro Câncio

Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários

Earle Diniz Macarthy Moreira, Moacyr Flores.

Membros Efetivos

Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittecourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Eurípedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Hamilton Almeida, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Luciana da Costa de Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Maria Elizabeth Lucas, Maria Medianeira Padoin, Miguel Frederico do Espírito Santo, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Adriano Comissoli, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Aldovan Moraes, Alex Antônio Vanin, Alexandre Pena Matos, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Andre Huyer, Angelita Peixoto, Antônio Carlos Soares, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Breno Viotto Pedrosa, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, Cássia Daiane Macedo da Silveira, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Charles Monteiro, Clarissa Maroneze Garcia, Cristiano Enrique Brum, Daniele Machado Vieira, Edson Huttner, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Gustavo Figueira Andrade, Henrique Montagner, Homero Dornelles, Inês Martina Lersch, Israel Aquino Cabreira, Jacqueline Custódio, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos Cardozo, José Francisco Alves, José Newton Cardoso Marchiori, Leandro Goya Fontella, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Fernandes Boeira, Luciana Gransotto, Luis Felipe Alencastre Escostegui, Luis Fernando Spinelli Pinto, Luis Roselfield, Luiz Cláudio Nunes Knierim, Marcela Kröeff, Marco Aurélio Biermann Pinto, Marcos Palermo, Marcus Vinicius, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Paula Vanessa Paz Ribeiro, Pedro Paulo Pons, Pedro Von Mengden Meirelles, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Lavalhos Dal Forno, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Ronaldo Queiróz De Moraes, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Thiago Vaucher, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Victor Emanuel Vilela Barbuy, Virgilio Ribeiro Muxfeldt, William Mog.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizadores do Dossiê “Infâncias e Juventudes na América Latina”

Dr. Dr. Humberto da Silva Miranda

Dr. José Carlos da Silva Cardozo

Dra. Paula Bontempo

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Arno dal Ri Jr (UFSC), Camilo López Burian (Universidade da República/UY),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
João Francisco (Universidade Católica de Angola/AO),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Tiago Leles de Oliveira (UNIFESP), Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Editor-Junior

Carlos Otaviano Passos (FURG)

Avaliadores

Alceli Ribeiro Alves (UNINTER), Alan Dutra de Melo (UNIPAMPA), Alfredo Ricardo
Silva Lopes (UFSC), Anderson Rafael Lima da Silva (UFRPE), Caroline Soares
Almeida (UFSC), Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), Cesar Felipe Pereira
(USP), Clarissa Maroneze Garcia (UFRGS), Cristiane Bondan Rampazzo (UCS),
Daniel Camurça Correia (UNIFOR), Diego Oliveira de Souza (UFSM), Dirceli
Adornes Palma de Lima (UFPR), Estevão Pastori Garbin (UNESPAR), Francine
Roehe Broilo (UFRGS), Glênia Caetano Freitas Alves (FURG), Hermes Gilber Uberti
(IFFarroupilha), Jefferson Virgílio (UFSC), João Carlos Tedesco (UPF), Jorge Eremites
de Oliveira (UFPEL), Jorge Luiz Zaluski (UFS), Juliana Maria Manfio (UNISINOS),
Lucas Matheus Araújo Bicalho (UNIMONTES), Marcos José Valle (UNIBRASIL),
Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM), Maria Nilvane Fernandes (UFAM), Mário
Emmanuel de Oliveira Ramos (UFRPE), Paulo Miguel de Bodas Terassi (USP), Rafael
Araújo da Silva (UFRN), Régis João Nodari (UFMG), Rodrigo dos Santos (UNIR),
Rodrigo Luis dos Santos (UCS), Silvana de Freitas Ferreira (UFRGS), Stallone Pereira
Abrantes (UFF), Ubiratã Ferreira Freitas (UFSM)



APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda (UFRPE)

Prof. Dr. José Carlos da Silva Cardozo (FURG)

Profa. Dra. Paula Bontempo (UNAJ)

Explorar as histórias das infâncias e das juventudes na América Latina é mergulhar em um campo historiográfico complexo que deixou de ver a criança apenas como um “adulto em miniatura” ou um objeto passivo, para entendê-la como um sujeito histórico ativo. Meninos nas ruas das grandes cidades, jovens escolares, adolescentes em situação de conflito com a lei. As diferentes infâncias e juventudes latino-americanas se tornaram protagonistas deste dossiê.

Propomo-nos produzir uma reflexão aprofundada sobre as trajetórias históricas das infâncias e juventudes na América Latina, explorando as mudanças sociais, culturais e políticas que marcaram a formação e a vivência desses grupos ao longo dos diferentes tempos e espaços. Os artigos publicados nesta edição trazem diferentes abordagens sobre o cotidiano das crianças, adolescentes e jovens, que foram abordados a partir de procedimentos metodológicos coerentes com os objetivos e a fundamentação teórica do estudo.

Sublinha-se a diversidade das fontes, que privilegiou registros escolares, legislações, periódicos e outros documentos que contemplam diferentes formas e modos de conceber as crianças e suas infâncias, os jovens e suas juventudes. Os artigos publicados mobilizam diferentes fontes e procedimentos metodológicos, tornando-se uma referência no campo da análise documental que retrata o universo que norteia o cotidiano de meninos e meninas.

A publicação do *Dossiê Infâncias e Juventudes na América Latina* é permeada pelo sentimento de honra acadêmica e compromisso social. Honra, pela relevância científica dos artigos aqui publicados. O compromisso social se manifesta nas linhas e entrelinhas dos artigos selecionados, que trazem diferentes problemas sociais historicamente produzidos. Desejamos que este dossiê possibilite leituras que inspirem novas pesquisas sobre as infâncias e juventudes latino-americanas.

Nossa preocupação parte do sentimento de mobilizar investigadores(as) de toda a América Latina, com a finalidade de promover o intercâmbio entre os(as) pesquisadores(as) e fortalecer a historiografia das infâncias e juventudes. Contudo, é importante ressaltar os desafios que se protejam nos horizontes de expectativas, questionando quantas outras histórias po-

dem e precisam ser escritas, para que o direito ao passado das nossas crianças, adolescentes e jovens seja garantido.

Dr. Dr. Humberto da Silva Miranda

Dr. José Carlos da Silva Cardozo

Dra. Paula Bontempo

Organizadores do Dossiê “Infâncias e Juventudes na América Latina”

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Dr. José Carlos da Silva Cardozo

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Bel. Tiago Leles de Oliveira

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

Carlos Otaviano Passos

Editor-Junior

SUMÁRIO

ARTIGOS DO DOSSIÊ INFÂNCIA E JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA

- 15 **“Quem primeiro chegar com o dinheiro casa com minha filha”: as relações de gênero, moralidade e casamento em processos criminais na década de 1950 em Porto Vitória (PR)**
“Whoever brings the money first marries my daughter”: gender relations, morality, and marriage in criminal proceedings in the 1950s in Porto Vitória, Paraná
Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer
- 39 **“L.B.A. entra na selva”: representações acerca da infância e maternidade entre povos indígenas na atuação da Legião Brasileira de Assistência (1946–1964)**
“L.B.A. enters the jungle”: representations of childhood and motherhood among indigenous peoples in the activities of the Brazilian Legion of Assistance (1946–1964)
Bruno Sanches Mariante da Silva
Rayane Maria de Souza Cavalcante
- 67 **A desinstitucionalização de menores na América Latina: A rua como alternativa para o UNICEF**
The deinstitutionalization of minors in Latin America: the street as an alternative for UNICEF
Maria Nilvane Fernandes
- 89 **Adolescentes em conflito com a lei em tempos de Estatuto da Criança e do Adolescente: paulatinas mudanças (1990–2006)**
Juvenile offenders in the context of Brazil’s Child and Adolescent Statute: gradual reforms (1990–2006)
Silvia Maria Favero Arend
- 107 **Cartografias das juventudes: estado da arte das produções acadêmicas no Rio Grande do Sul (RS)**
Cartografías de las juventudes: estado del arte de las producciones académicas en el Rio Grande do Sul (RS)
Marina de Assumpção Bello
Victor Hugo Nedel Oliveira

- 133 **“Criança não é de rua”: uma questão para a história do tempo presente**
“Children are not from the streets”: a question for the history of the present time
 Juliana Alves de Andrade
 Humberto da Silva Miranda
- 165 **Infâncias, adolescências e direitos humanos no Piauí: diagnósticos e perspectivas a partir da educação e da assistência social (2020–2025)**
Childhoods, adolescences, and human rights in Piauí: diagnoses and perspectives from the fields of education and social assistance (2020–2025) (2020–2025)
 Thiago Reisdorfer
- 191 **Infâncias em movimento: relação entre as famílias venezuelanas e uma escola da rede pública brasileira**
Childhoods in motion: engagement between Venezuelan families and a Brazilian public school
 Mariane Lins
- 215 **Disputas ideológicas e direitos de comunicação das crianças na Argentina: uma análise crítica sobre a reformulação da programação infantil do canal Paka Paka**
Ideological disputes and children's communication rights in Argentina: a critical analysis of the reformulation of children's programming on the Paka Paka channel
 João Cavalcante
- 243 **Más que monedas: sentidos sociales y morales del dinero desde la perspectiva infantil en el contexto doméstico y escolar**
Mais do que moedas: significados sociais e morais do dinheiro na perspectiva infantil no contexto doméstico e escolar
 Diana Marcela Aristizabal Garcia

ARTIGOS

- 273 **Imigrantes italianos e a atividade madeireira nos Campos de Cima da Serra**
Transformations in the landscape of the Campos de Cima da Serra

through the arrival of Italian immigrants

Andréa Pagno Pegoraro

293 O “Império” da Praça da Matriz: as construções da Irmandade do Divino Espírito Santo em Porto Alegre (RS)

The “Empire” of the Matriz Square: the buildings of the Brotherhood of the Holy Ghost in Porto Alegre (RS)

Pedro von Mengden Meirelles

321 Edifícios teatrais no estado do Rio Grande do Sul: análise tipológica dos teatros remanescentes do século XIX

Theater buildings in the state of Rio Grande do Sul: typological analysis of the remaining theaters from the 19th century

Lara de Freitas de Oliveira

Régis Eduardo de Martins

Vivian da Silva Paulitsch

345 Entre la devastación y la resiliencia: análisis comparativo de los terremotos de 1960 y 2010 en Chile

Between devastation and resilience: comparative analysis of the 1960 and 2010 earthquakes in Chile

Entre devastação e resiliência: análise comparativa dos terremotos de 1960 e 2010 no Chile Humberto Andrés Álvarez Sepúlveda

Humberto Andrés Álvarez Sepúlveda

371 A exploração de recursos naturais e as mudanças nas paisagens no sul do Brasil entre os séculos XIX e XX

The exploration of natural resources and changes in landscape in South Brazil between the 19th and 20th centuries

Andréa Pagno Pegoraro

DOCUMENTAÇÃO DO DOSSIÊ

399 Resenha: Cartografias das infâncias: história, representações e sensibilidades na América Latina

Vanessa Marques

ARTIGOS DO DOSSIÊ
INFÂNCIAS E
JUVENTUDES NA
AMÉRICA LATINA

“QUEM PRIMEIRO CHEGAR COM O DINHEIRO CASA COM MINHA FILHA”: AS RELAÇÕES DE GÊNERO, MORALIDADE E CASAMENTO EM PROCESSOS CRIMINAIS NA DÉCADA DE 1950 EM PORTO VITÓRIA PR

“WHOEVER BRINGS THE MONEY FIRST MARRIES MY DAUGHTER”: GENDER RELATIONS, MORALITY, AND MARRIAGE IN CRIMINAL PROCEEDINGS IN THE 1950S IN PORTO VITÓRIA, PARANÁ

Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações de gênero, moralidade e casamento a partir de um processo criminal ocorrido na década de 1950, em Porto Vitória (PR). Busca compreender como tais relações se estruturavam nas dinâmicas sociais e jurídicas da época, reforçando uma cultura patriarcal que objetificava a mulher e legitimava a violência masculina sob a justificativa da honra. O conceito de masculinidade hegemônica (Matos, 2001; Kosinski, 2023) é mobilizado para evidenciar como a honra masculina e o papel de provedor socialmente exigido reforçavam comportamentos violentos diante da rejeição ou da perda de autoridade sobre a figura feminina. A análise do caso evidencia o silenciamento da vítima e a centralidade ao agressor, cuja condição de pobreza e fragilidade mental foram utilizadas como atenuantes. O estudo revela como o casamento operava como instrumento de controle social, em que a mulher era tratada como propriedade transferida entre homens, e destaca o papel das instituições – família, Igreja e Justiça – na manutenção das hierarquias de gênero. Por meio do estudo de fontes jurídicas e históricas, o artigo denuncia a reprodução simbólica da desigualdade de gênero e o apagamento das vítimas nos registros oficiais. A pesquisa é fundamentada em autoras como Rachel Soihet (2002), Michelle Perrot (2019), Leila Algranti (1993) e Dulceli Estacheski (2017).

Palavras-chave: Juventude. Gênero. Casamento. Violência. Honra.

ABSTRACT

This article aims to analyze gender relations, morality, and marriage through a criminal case from the 1950s in Porto Vitória (Paraná, Brazil). It seeks to understand how these relations

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e mestre em História: Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente é doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua como professora colaboradora na UNESPAR e possui experiência no ensino básico na rede pública de Santa Catarina, com pesquisas voltadas à História das mulheres e às relações de gênero.

were structured within the social and legal dynamics of the time, reinforcing a patriarchal culture that objectified women and legitimized male violence under the justification of honor. The concept of hegemonic masculinity (Matos, 2001; Kosinski, 2023) is employed to demonstrate how male honor and the socially imposed role of provider contributed to violent behavior in response to rejection or loss of authority over women. The case analysis reveals the silencing of the victim and the narrative centrality granted to the aggressor, whose poverty and mental fragility were used as mitigating factors. The study shows how marriage functioned as an instrument of social control, where women were treated as property transferred between men, and highlights the role of institutions—family, Church, and Judiciary—in maintaining gender hierarchies. Through the examination of legal and historical sources, the article denounces the symbolic reproduction of gender inequality and the erasure of victims from official records. The research is grounded in the works of scholars such as Rachel Soihet (2002), Michelle Perrot (2019), Leila Algranti (1993), and Dulceli Estacheski (2017).

Keywords: Youth. Gender. Marriage. Violence. Honor.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre infância e juventude no Brasil, nas últimas décadas do século XX, foram marcados por diversas pesquisas que impulsionaram discussões sobre os direitos de crianças e jovens enquanto sujeitos políticos e sociais. Segundo Morelli (2018), o estabelecimento de estatutos possibilitou a garantia dos direitos de grupos sociais mais vulneráveis, especialmente a partir da década de 1980. Mesmo com a criação do Código de 1927, foi somente após o fim da Segunda Guerra Mundial e a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que se consolidou a compreensão da necessidade de proteção às crianças e aos adolescentes. No entanto, como apontam Silva e Andrade:

[...] apesar de a juventude estar contemplada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, esta não é explicitamente mencionada nestes documentos, gerando invisibilidade dos jovens tanto na interpretação quanto na implementação destes tratados (Silva; Andrade, 2009, p. 45).

A década de 1950, chamada de “Anos Dourados” no Brasil, destacou-se por apresentar características, valores e padrões próprios, mesmo em um contexto de inovações e avanços no país. Certos setores da sociedade, especialmente os mais conservadores, resistiram por mais tempo às transformações trazidas pelo passar dos anos, insistindo na preservação de costumes e tradições. Um dos maiores medos da época era que as jovens não conseguissem um bom casamento, já que eram criadas desde cedo para serem esposas e mães (Mittanck, 2017, p. 01).

As relações de gênero eram marcadas por dinâmicas sociais desiguais. As mulheres eram frequentemente associadas ao espaço doméstico e à moralidade familiar e religiosa, enquanto os homens desfrutavam de maior liberdade nos espaços públicos. O controle sobre as famílias e os relacionamentos estava atrelado ao controle da moralidade e do comportamento familiar, especialmente das mulheres.

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico –, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade (Bassanezi, 2004, p. 619).

A pesquisa se desenvolve a partir da análise qualitativa de um processo-crime de tentativa de homicídio ocorrido na cidade de Porto Vitória, no estado do Paraná, em 1956. Esse processo levanta questões e evidencia a violência de gênero. Por exemplo, era comum o tratamento desigual que mulheres e jovens recebiam do sistema judiciário. Além disso, a credibilidade dos depoimentos variava, muitas vezes dependendo do gênero de quem testemunhava. Conflitos conjugais que chegavam ao sistema judiciário frequentemente evidenciavam o papel das leis na manutenção dessa hierarquia, revelando os limites impostos às mulheres e as disputas internas no âmbito do matrimônio.

Os processos cíveis e criminais utilizados como fonte histórica possibilitam o estudo de diferentes atores sociais, desde os envolvidos diretamente nos processos, réus e vítimas, como das testemunhas, promotores e juízes. Trazendo à tona um conjunto de relações que evidenciam práticas culturais, noções de valores, relações de poder, de amizade, compadrio ou parentesco (Estacheski, 2017, p.23).

A utilização de processos criminais como fonte histórica, como aponta Grinberg (2009), exige considerar as diferentes sociedades, contextos e temporalidades. Dessa forma, um processo se estabelece da seguinte

maneira: em um primeiro momento, ocorre a denúncia do crime e se instaura o inquérito policial. A partir desse momento, realiza-se o auto de corpo de delito, procede-se à qualificação do acusado e as partes envolvidas são arroladas e interrogadas. A segunda fase corresponde ao julgamento. A partir daí, o juiz conduz a continuidade do processo e, após a oitiva de todas as testemunhas e do acusado, quando estiver satisfeito com as informações apresentadas, profere a sentença.

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão (Grinberg, 2009, p. 126).

Nesse sentido, os processos criminais possuem informações importantes sobre acusados, vítimas e testemunhas, o que nos possibilita realizar análises quantitativas e qualitativas acerca do perfil desses indivíduos, como viviam, quem eram, qual era sua ocupação profissional, entre outros aspectos.

Portanto, de acordo com Soiheit (2012), a análise dos processos criminais demonstra contradições de gênero e de classe social, embora apresentem particularidades vinculadas às diversidades culturais, seguem um padrão. No entanto, independentemente dessas especificidades, a violência física surge como uma constante em todas as classes.

A partir desses apontamentos, o artigo propõe uma análise das relações de gênero na década de 1950, com ênfase no papel central do casamento na vida das jovens. Busca-se compreender de que maneira essas concepções influenciavam os casos de violência presentes nos processos criminais. Serão investigadas as dinâmicas familiares e os valores morais da época, considerando como a honra feminina e as expectativas em torno do matrimônio moldavam as estratégias jurídicas adotadas. A pesquisa também examina as representações de masculinidade e sua relação com os códigos de honra, evidenciando como essas práticas reproduziam as normas culturais e sociais vigentes em regiões rurais, especialmente na cidade de Porto Vitória, no estado do Paraná.

Por tanto, de que forma as concepções de honra, as expectativas em torno do casamento das jovens e as representações de masculinidade moldaram as dinâmicas sociais, familiares e culturais na década de 1950, especialmente em regiões rurais como Porto Vitória (PR), refletindo-se nos

processos criminais envolvendo práticas de violência?

O artigo será dividido em três partes. Na primeira, discutiremos as relações de gênero, com foco na honra masculina e nos fatores associados à violência. Serão analisadas as representações de masculinidade e sua conexão com os códigos de honra que orientavam o comportamento dos homens naquele período. Em um contexto em que a virilidade, o controle sobre a família e a defesa da honra pessoal eram valores amplamente valorizados, atitudes masculinas, inclusive em situações de conflito, eram frequentemente legitimadas por esses ideais.

No segundo momento, discutiremos a configuração do casamento no Brasil, suas rupturas e permanências, a partir da análise do processo criminal. O casamento, nesse contexto, era visto não apenas como uma instituição afetiva, mas como um instrumento de validação social da mulher, moldando desde cedo sua educação, sua conduta e suas expectativas de vida. A partir dessa perspectiva, investigam-se as dinâmicas familiares e os conflitos sociais que envolviam questões de gênero, especialmente nos casos de violência. As relações familiares exerciam forte controle sobre o comportamento das jovens, e as transgressões às normas de honra frequentemente geravam tensões que ultrapassavam o âmbito privado, adquirindo relevância social e simbólica.

Na terceira parte, discutiremos o apagamento da vítima ao longo de todo o processo de violência. Por fim, analisaremos a sentença estabelecida pelo judiciário, destacando como tais práticas não apenas reforçavam a desigualdade de gênero, mas também reproduziam um modelo de masculinidade hegemônica sustentado pelas normas sociais vigentes. Com isso, o estudo revela como essas construções simbólicas de gênero contribuíam para a manutenção da ordem social e das relações de poder nas comunidades rurais da década de 1950.

1 O CENÁRIO, O CRIME E O ACUSADO

A Colônia Vitória, localizada em Porto Vitória², era um lugar, mar-

2 Porto Vitória carrega em suas origens a marca das expedições bandeirantes, movidas pela busca de riquezas e pela necessidade de desbravar novas terras. O primeiro europeu a atingir o local que viria a ser conhecido como Porto Vitória foi Domingos Lopes Cascais. Ele chegou em dezembro de 1768, navegando pelo Rio Iguaçu até o ponto conhecido como Porto do Salto. As corredeiras impediam a continuidade da navegação, obrigando sua expedição a desembarcar. A jornada, que havia partido do Porto de Nossa Senhora de Caiacanga, atual Porto Amazonas, próximo a Curitiba, durou três meses. Parte da tripulação permaneceu em terra com a intenção de plantar, mas as sementes trazidas apodreceram, frustrando o plano. Enquanto isso, Cascais e outros exploradores seguiram por terra em busca de um trecho

cado pelo trabalho na lavoura. Dois meses antes dos acontecimentos, a chegada de um jovem chamado José, de aparência discreta, mudaria a vida de Isabel. José logo encontrou ocupação nos campos, prestando serviços diários aos colonos. Era do tipo reservado, quase sempre passava despercebido, e frequentava com regularidade a casa dos pais de Isabel para realizar trabalhos na lavoura³.

Isabel era uma jovem de dezesseis anos, filha dos proprietários da casa. Ela nunca imaginou que poderia atrair a atenção de José. Para os pais da jovem, as visitas do rapaz tinham uma intenção evidente: conquistar a confiança da família para futuramente casar-se com Isabel. Eles não se enganaram e, ao perceberem suas intenções, deixaram claro que não aprovavam a aproximação. José, no entanto, não parecia disposto a desistir.

No dia 11 de novembro de 1956, por volta das 16 horas, no lugar conhecido como “Espingarda”, Isabel havia saído para visitar um vizinho, acompanhada de sua mãe. No caminho de volta, José surgiu de repente; aproximando-se, agarrou o braço da jovem. Segundo os relatos da própria vítima, José teria insistido para que ela fugisse com ele. Suas intenções estavam relacionadas à possibilidade de contrair matrimônio com Isabel, em-

navegável do rio. No ano seguinte, em 1769, uma segunda expedição, liderada por Antônio da Silveira Peixoto e composta por 85 homens, retomou a exploração do Rio Iguaçu. Na região das cachoeiras, fundou-se o Entreposto Nossa Senhora da Vitória, que mais tarde daria origem à atual cidade de Porto Vitória. No local, foram construídos um armazém e um quartel, onde sessenta soldados permaneceram. O comandante e o restante da expedição continuaram a jornada, explorando as terras adiante. Entre os desbravadores de destaque na região estava o capitão Pedro Siqueira Corte, conhecido por suas habilidades como tropeiro e por seu conhecimento sobre os povos indígenas, com os quais mantinha laços familiares. Coube a ele abrir o caminho entre Palmas e Palmeira, estabelecendo importantes rotas para a época. Simultaneamente, o padre Ponciano de Araújo, acompanhado de uma comitiva de foiceiros, partiu de Palmeira rumo a Palmas, explorando o território. Durante suas incursões, descobriu um pequeno rio nos campos de Palmas, onde perdeu sua espingarda. O acidente inspirou o nome “Rio Espingarda”. O Rio Iguaçu desempenhou um papel central na colonização, permitindo que diversas cidades e colônias de imigrantes fossem fundadas ao longo de suas margens entre 1882 e 1953. As embarcações que navegavam por suas águas eram feitas de madeira resistente e incluíam vapores como Paraná, Leão, Rio Negro, Vitória, Tupi, Pery e Cruzeiro. Esses barcos transportavam pessoas, mercadorias e produtos como erva-mate e madeira. Apesar de essenciais, as viagens pelo rio eram demoradas, levando cerca de seis horas para percorrer o trecho entre Porto Vitória e União da Vitória. Porto Vitória é, assim, um testemunho da resistência e engenhosidade dos desbravadores que transformaram suas margens em um ponto estratégico para a colonização, deixando um legado que persiste na história da região e nas marcas do Rio Iguaçu.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas. Curitiba: SEED, 2013.

3 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

bora seus reais motivos não fossem claros acreditava-se, contudo, que suas intenções eram desonestas.

*“Você vai comigo agora”*⁴, disse José. Isabel, aterrorizada, recusou com firmeza, mas sua recusa apenas aumentou a fúria dele. José sacou uma faca, apontando-a em direção ao peito da jovem, e continuou: *“Se você não vai comigo, eu te mato”*⁵, ameaçou, antes de desferir os golpes.

Os gritos ecoaram pelos campos, alertando caçadores que estavam nas proximidades. Eles chegaram a tempo de afugentar o agressor, mas não antes que Isabel fosse gravemente ferida. Ensanguentada, a jovem foi rapidamente levada ao hospital, enquanto José fugia. A notícia do ataque se espalhou rapidamente entre os moradores.

Nesse sentido, vale observar algumas questões relacionadas à honra masculina, especialmente no que diz respeito à rejeição. A ideia de honra masculina no século XX estava profundamente vinculada a concepções tradicionais de masculinidade, que variavam de acordo com o contexto cultural, social e histórico. A honra masculina relacionava-se diretamente à capacidade do homem de ser o provedor e o protetor de sua família; esses elementos constituíam os princípios fundamentais da validação da masculinidade.

A moralidade desempenhava um papel central na sociedade, fortemente influenciada por valores religiosos e conservadores. Comportamentos considerados inadequados como adultério, prostituição ou “desvios de conduta” desafiavam os padrões morais da época e enfrentavam intensa estigmatização social. Para Dulceli Estacheski:

Havia uma diferença no entendimento de moralidade e honra para homens e mulheres no período, para eles estes conceitos se referiam à postura de provedores e defensores do lar, para elas vinculavam-se à vivência de uma sexualidade regrada. Os homens eram considerados honrados se conseguissem sustentar suas famílias, se fossem trabalhadores honestos e capazes de atitudes de coragem para proteger a honra da família que estava também vinculada à moralidade das mulheres. Esta moralidade tinha relação com a conduta sexual. Eram exemplos de conduta ideal as mulheres solteiras virgens, casadas e fiéis ou viúvas castas (Estacheski, 2017, p. 17).

4 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

5 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

É importante destacar que a discussão sobre a honra masculina proposta por Estacheski (2017) se aproxima do contexto analisado, particularmente por tratar de dinâmicas sociais e de gênero no Paraná, ainda que seu foco recaia sobretudo sobre o período de 1920. Embora essa época anteceda em aproximadamente três décadas o ano de 1956, é possível estabelecer relações importantes entre os contextos. No entanto, é necessário considerar a distância temporal. Mesmo assim, os elementos estruturantes da honra masculina, das normas de comportamento e da moralidade social frequentemente mais rígidos e persistentes no meio rural, permitem identificar continuidades e tensões que ajudam a compreender o caso analisado.

Segundo Soihet (2012), a violência emergia da incapacidade do homem de exercer um domínio absoluto sobre a mulher, refletindo mais uma expressão de fragilidade e impotência do que de força ou autoridade. No caso analisado, percebe-se essa posição de incapacidade por parte de José, que resulta em violência. Essa perspectiva se complementa ao observarmos que muitos desses homens, desprovidos de poder e influência no espaço público seja no ambiente de trabalho, seja na política encontravam, no sistema social vigente, a garantia de exercer controle e autoridade no âmbito privado, sobre a casa e a família.

Essa dinâmica de poder revela como o conceito de honra masculina, no contexto dos relacionamentos, frequentemente se vinculava à ideia de posse. A rejeição por parte de Isabel não era percebida apenas como uma decisão individual, mas como uma afronta ao “direito” que José acreditava ter sobre ela. A violência, nesse caso, emerge como uma tentativa de reafirmar essa suposta autoridade, mesmo que de forma destrutiva e ilegal.

De acordo com Matos (2001), a identidade masculina estava associada à honestidade, ao trabalho e ao papel de provedor, o que levava à valorização do sucesso e do dinheiro, justificando o afastamento paterno. A paternidade perdeu relevância social em comparação à maternidade, e o pai passou a ser visto como uma figura fiscalizadora, disciplinadora e castradora, mas também como protetor e provedor. Assim, masculinidade, trabalho e paternidade se reforçavam mutuamente, consolidando o modelo de autoridade e poder atribuído aos homens.

(...) o homem pobre, por suas condições de vida, longe estava de poder assumir o papel de mantenedor, previsto pela ideologia dominante, como também o papel de dominador, típico desses padrões. Este, porém, sofria a influência dos referidos padrões e, na medida que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa, em termos de resistência de

sua companheira a seus laivos de tirania, este era acometido de insegurança, contribuindo para que partisse para uma solução de força (Soihet, 2002, p. 02).

O crime cometido contra Isabel reflete os valores predominantes na década de 1950. A incapacidade de José de possuir bens e recursos para sustentar sua “futura esposa”, aliada à rejeição por parte de Isabel, feriu profundamente sua honra, levando-o a cometer o crime. Por outro lado, apesar de a violência resultar de normas sociais que reforçavam a centralidade da honra masculina, trata-se ainda assim de um crime. Esse tipo de violência também era rechaçado pela sociedade, sobretudo porque produzia consequências jurídicas formais gerava processo, julgamento e pena evidenciando as contradições entre práticas sociais naturalizadas e o ordenamento legal vigente.

1.1 O DEPOIMENTO DO ACUSADO

O ano era 1950, José, natural de Pato Branco, desembarcava na cidade de Porto Vitória, no interior do Paraná. Acompanhado de seus pais, mudava-se com a esperança de encontrar melhores condições de vida e tratamentos de saúde. Foi assim que a família se estabeleceu na colônia Jacu, onde passaram a residir em um terreno cedido por Ricardo. Dois anos após a mudança, a rotina parecia estabilizada, até que sua mãe faleceu, forçando-o a se deslocar novamente, dessa vez para Anta Gorda. Lá, ao lado do pai, passou a cultivar os terrenos de Paulo Buda.

Por mais que José buscasse se reorganizar, a vida continuou a lhe impor desafios. Dois anos depois da morte da mãe, seu pai também faleceu, deixando-o completamente sozinho. A partir de então, passou a trabalhar para terceiros, procurando garantir sua sobrevivência e alguma estabilidade mínima.

A historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (2006) destaca que, ao se examinar o cotidiano no meio rural, é fundamental considerar as conexões entre mobilidade e estratégias de sobrevivência dos homens pobres. Segundo ela, eram justamente os deslocamentos constantes que lhes permitiam certa flexibilidade para escapar da miséria, da fome e da violência, muitas vezes associadas ao autoritarismo local e aos recrutamentos compulsórios.

É importante também ressaltar as diferenças entre o rural e o urbano na década de 1950 no Brasil, pois esses espaços refletiam contrastes profundos nas formas de vida, nos valores culturais, na organização social e nas experiências de gênero. Enquanto as cidades começavam a experimen-

tar processos mais acelerados de industrialização, modernização e expansão dos meios de comunicação, o meio rural ainda preservava estruturas mais tradicionais, marcadas pela forte influência da moral religiosa, do patriarcalismo e de normas rígidas de conduta.

Nas áreas urbanas, emergia uma cultura de consumo, entretenimento e novos comportamentos juvenis, influenciados pelos cinemas, revistas, pelo rádio e, posteriormente, pela televisão. A juventude urbana começava a vivenciar novas formas de sociabilidade, namoros menos supervisionados e, gradualmente, maior acesso à educação formal e ao mercado de trabalho Carla Bassanezi, (2004). Já no espaço rural, predominavam relações familiares mais hierarquizadas e um controle mais severo sobre os comportamentos, especialmente os femininos.

Há quase três anos, José conheceu a família de João Ferreira e iniciou um namoro com Isabel. Segundo seu depoimento, Isabel era “*uma menina magrinha de pernas finas e esqueléticas.*”⁶ Desde o princípio, o relacionamento enfrentou a oposição ferrenha do pai da jovem, que considerava o rapaz um partido inadequado. A mãe, por outro lado, demonstrava certo apoio, permitindo que o casal mantivesse contato. Para evitar confrontos diretos, José passou a visitar a casa de Isabel de forma discreta, muitas vezes recebendo mensagens por intermédio da avó da moça.

Quatro meses antes dos acontecimentos que culminariam no crime, foi justamente a avó quem trouxe um recado inesperado: a mãe de Isabel convocava José para uma reunião familiar destinada a tratar do possível casamento. No dia marcado, o rapaz compareceu à residência, onde encontrou a família reunida. Após conversas e deliberações, o casamento foi oficialmente acertado para o ano seguinte, no dia 2 de setembro de 1957.

A frase feriu profundamente o orgulho de José, que, a partir daquele momento, começou a ser ameaçado por Antônio Vieira. Este afirmava que venderia um cavalo para conseguir os recursos necessários e tomaria Isabel para si, nem que fosse à força. Sentindo-se acuado, o declarante adquiriu uma faca para se proteger.

Mas o que seria um bom rapaz idealizado pelo pai de Isabel? Para (Mittanck, 2017, p. 06), durante esse período o modelo masculino perfeito constituía de um rapaz: educado, de bom caráter, respeitador e digno de confiança. Considerado um “bom partido” pelas famílias, ele era o pretendente ideal para o casamento. Em contraste, apenas moças com comportamento exemplar e reputação irrepreensível eram vistas como dignas

6 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

de casar-se com esse homem ideal. A jovem era educada para esperar esse “príncipe” e moldar sua conduta conforme os padrões morais impostos pela família e pela sociedade.

Na década de 1950, as jovens eram submetidas a normas rigorosas impostas tanto pela família quanto pela sociedade, que exigiam um comportamento exemplar. Uma moça que não demonstrasse respeito por essas regras seria vista como inadequada para o casamento. Durante o namoro, havia condutas específicas a serem seguidas. Para Mittanck (2017), cabia ao rapaz buscar e levar a namorada até sua casa; o consumo de bebidas alcoólicas era proibido; o homem arcava com os custos do encontro; conversas e piadas de cunho sexual eram desaprovadas; e manifestações físicas como beijos e abraços, bem como assuntos íntimos, deviam ser evitados.

No domingo anterior ao crime, segundo José encontrou -se com Isabel em segredo e planejou fugir com ela para se casarem. Isabel informou que no próximo domingo, dia 11, faria uma visita à casa de Valdecir, acompanhada de sua mãe, o que seria uma oportunidade ideal para a fuga.

Na manhã que antecedeu o crime, José dirigiu-se à casa da noiva, Isabel, com o pretexto de confirmar os detalhes da planejada visita à casa de Valdecir uma oportunidade cuidadosamente articulada para a fuga do casal. Durante a conversa, o declarante afirmou ter se lembrado da necessidade de obter o registro de nascimento de Isabel, sob o argumento de que o documento seria essencial para dar início ao processo de casamento após a fuga.

Com esse propósito, pediu a um dos irmãos mais novos de Isabel que lhe mostrasse o registro de nascimento para confirmar o local de origem da jovem. José explicou que, caso constasse Espingarda como localidade, seria necessário retificar o documento. Sem suspeitar de suas verdadeiras intenções, o irmão de Isabel trouxe uma pequena pasta contendo diversos papéis. Aproveitando-se da situação, furtou os documentos antes de partir para o local onde se encontraria com a noiva.

No caminho pela mata, o José encontrou Isabel, que estava acompanhada por sua mãe e pela irmã de dois anos. Determinado a fugir com a jovem, ele insistiu para que o acompanhasse. Isabel, após deixar a irmãzinha no caminho, concordou e seguiu com ele por um atalho. No entanto, a mãe de Isabel logo os alcançou, gritando em desespero e chamando atenção para a situação. A tensão culminou em um confronto próximo à casa de Valdecir, onde, pressionada pela mãe, Isabel desistiu da fuga.

Enfurecido e sentindo-se traído pela recusa de Isabel, o José perdeu o controle. Sacou a faca que carregava e desferiu golpes contra a jovem. Enquanto Isabel caía ferida, José tentou escapar, mas foi detido pelo avô da

vítima, Honorato, que, armado com uma garrucha, deu-lhe voz de prisão. Rendido, foi entregue ao inspetor de quarteirão e conduzido à cidade para responder pelo crime.

Alguns pontos que podemos destacar no depoimento de José é quando ele fala “*uma menina magrinha de pernas finas e esqueléticas*”⁷, a desqualificação do corpo feminino. A fala apresentada por José, destaca questões fundamentais sobre a construção social da mulher e sua objetificação, analisando, sob uma perspectiva crítica, as implicações culturais e históricas dessa visão. Reflete um discurso que reduz o corpo feminino a um objeto passível de julgamento e desqualificação. Essa descrição não apenas reitera a visão utilitarista e superficial do corpo feminino, mas também evidencia como o discurso patriarcal naturaliza a imposição de padrões de beleza e comportamento.

Segundo Michelle Perrot (2019), a cultura judaico-cristã desempenhou um papel central na construção de uma idealização da mulher que combina beleza e passividade como traços desejáveis. Essa imposição cultural cristalizou-se em um modelo de feminilidade no qual a mulher é concebida como o “belo sexo”, cuja principal função seria agradar e atrair o olhar masculino. Nesse modelo, a mulher é silenciosa e ornamental, enquanto o homem assume a posição de sujeito ativo, o sedutor.

Segundo Michele Perrot (2019), os padrões de beleza não são estáticos; eles evoluem ao longo do tempo, moldados por fatores culturais, econômicos e sociais. No século XX, por exemplo, houve uma transição do foco em partes específicas do corpo, como o rosto e o busto, para a valorização de corpos magros e pernas longas, refletindo mudanças nas representações de saúde, moda e desejo. Esses padrões, muitas vezes inatingíveis, colocam sobre as mulheres uma pressão constante para moldarem seus corpos de acordo com as expectativas sociais.

Outro ponto a ser analisado, é a configuração do casamento, o trecho analisado conecta a configuração histórica do matrimônio à perpetuação de valores patriarcais no contexto rural da década de 1950. O casamento, constituído de uma ferramenta social e econômica amplamente controlada por normas culturais e pela Igreja Católica. Para as mulheres, o matrimônio representava não apenas uma transição da infância para a vida adulta, mas também uma mudança de domínio: do pai para o marido.

A educação diferenciada entre meninos e meninas reforçava os pa-

7 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

péis de gênero esperados. Enquanto os meninos eram criados para o trabalho produtivo e a vida pública, as meninas eram educadas para os afazeres domésticos e para se tornarem esposas “adequadas”. Essa divisão não apenas restringia as oportunidades para as mulheres, mas também as condicionava a aceitar um papel submisso e dependente no contexto matrimonial. A decisão sobre o casamento cabia ao pai, e muitas vezes, os casamentos eram arranjados como transações econômicas, especialmente entre famílias elitistas, onde alianças políticas e financeiras eram priorizadas.

Nos relacionamentos entre homens e mulheres, aproximadamente na década de 50, o flerte ou o namoro (jogo de gentilezas, olhadelas, gestos, sorrisos) para os homens não causava prejuízo algum, porém a mesma situação era diferente para as moças. Nos anos dourados, essas deveriam cuidar-se para não “manchar a reputação”. Além de comprometer as chances das candidatas à esposa, a prática do flerte por parte das mulheres revelava uma iniciativa feminina na conquista do homem, o que também era condenável. A iniciativa da conquista era atribuída ao homem. Entretanto, se a mulher não se casasse era considerada fracassada socialmente. Por isso as moças utilizavam estratégias antes para atrair pretendentes. Elas procuravam estar sempre de bom humor, vestiam-se bem e buscavam ser amáveis (Carpene-do; Koller, 2004, p.2).

Essas práticas, embora originadas no período colonial, ainda influenciavam a realidade de comunidades rurais na década de 1950. Nessas localidades, a escolha do cônjuge continuava sendo amplamente mediada pelos pais, refletindo a manutenção de valores tradicionais em um contexto de lenta transformação social. Esse controle sobre o casamento perpetuava a subordinação feminina, reafirmando a ideia de que as mulheres eram propriedades transferíveis, antes dos pais, depois dos maridos.

Segundo Kety March (2017), a década de 1950 foi marcada por discursos que buscavam enquadrar os indivíduos em modelos rígidos de comportamento, reforçando desigualdades entre homens e mulheres. As identidades de gênero estavam associadas a papéis claramente delimitados, que separavam os sujeitos entre o espaço público e o privado, definindo quem tinha direito à fala, quem exercia autoridade, quem detinha poder econômico e até quais características eram consideradas racionais ou emocionais. Para as mulheres, permanecia a submissão à tutela masculina, já que eram vistas legalmente como incapazes. Para os homens, consolidava-se a expectativa social de que fossem os provedores e protetores da família.

Além disso, eram reconhecidos como os agentes legítimos da violência, entendida muitas vezes como um recurso educativo ou disciplinador, diretamente associado à afirmação de sua masculinidade perante a sociedade.

Essa análise permite perceber como essas normas patriarcais se entrelaçam com outras questões sociais, como a violência de gênero e a desigualdade econômica. O casamento arranjado, quando visto como um negócio, reduzindo as mulheres à condição de objetos de troca, reforçando a lógica de posse que muitas vezes está na raiz de comportamentos abusivos e autoritários. Por outro lado, mostravam como as expectativas de gênero moldaram as dinâmicas sociais e econômicas de maneira desigual, limitando os direitos e a autonomia das mulheres.

A percepção de que a mulher funcionava como uma espécie de propriedade masculina, “entregue” ao marido por meio do casamento, aparece de forma simbólica e concreta no processo analisado. Quando o pai de Isabel afirma: “*Quem primeiro chegar com o dinheiro casa com minha filha*”⁸, ele mobiliza uma lógica profundamente enraizada no meio rural da década de 1950, na qual o casamento ainda era tratado como uma transação que envolvia honra, economia e alianças familiares. Nesse sentido, a fala expressa um imaginário social no qual a mulher circulava como objeto de troca, reforçando a autoridade paterna e a submissão feminina.

No entanto, é fundamental que do ponto de vista jurídico, as mulheres não eram formalmente tratadas como propriedade, e o casamento, em termos legais, era um ato livre. Desde 1932, as mulheres já possuíam direito ao voto, e havia debates sobre cidadania feminina no espaço público. Sob o Código Civil de 1916, a esposa ainda era considerada relativamente incapaz para a vida civil, dependente da autorização do marido para diversos atos. O *pátrio poder* era atribuído exclusivamente ao chefe da família geralmente o homem reforçando juridicamente a hierarquia doméstica.

Assim, embora a legislação não transformasse a mulher em propriedade, as práticas sociais sobretudo no espaço rural reproduziam dinâmicas patriarcais que tratavam o casamento como troca, investimento ou garantia de honra familiar. Esse distanciamento entre a prescrição legal e as práticas cotidianas explica como afirmações como a do pai de Isabel encontravam legitimidade social, refletindo concepções persistentes sobre gênero, autoridade e controle na década de 1950.

O trecho expõe uma crítica ao sistema patriarcal que reduz a mulher

8 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

à condição de propriedade, um bem a ser adquirido pelo homem em troca de um dote. Nesse modelo, a mulher não é vista como uma pessoa com vontades e desejos próprios, transferido de um homem para outro, de acordo com interesses materiais. O dote, neste contexto, não é apenas um símbolo de valorização da mulher, mas uma prática que demonstra o controle masculino sobre a decisão de casamento, onde o critério econômico se sobressai sobre a escolha afetiva.

Segundo Caetano (2023), no começo do século XX, as mulheres, principalmente as mais jovens, passaram a questionar os padrões tradicionais, optando por roupas mais leves e se envolvendo em atividades como esportes e dança. Com a diminuição do controle dos pais sobre os casamentos e a preocupação dos maridos com a crescente independência das mulheres, o sistema patriarcal começou a ser desafiado, embora o desquite fosse permitido pelo Código Civil de 1916. Em resposta a essas transformações, os reformadores procuraram ajustar as normas do casamento e os papéis de gênero para manter o domínio sobre as mulheres.

A referência ao fato de José ser visto como “pobre” no contexto do processo aponta para a disparidade social e a dificuldade de um homem sem posses em disputar a mão da mulher, reforçando a ideia de que o casamento não era uma união de amor, mas interesse econômico. A competição entre pretendentes se baseia no poder aquisitivo, e o amor ou o afeto são elementos secundários, quando presentes.

Essa visão de casamento, refletida nas palavras do pai de Isabel, também sublinha uma estrutura de poder onde a mulher é tratada como um bem que se negocia entre os homens. Ela não tem autonomia para decidir por si mesma, sendo objetificada e subjugada a interesses masculinos, seja do pai ou do futuro marido. A menção ao dote e à questão financeira reflete uma mentalidade ainda enraizada nas relações de posse e controle, onde a mulher se torna uma peça em uma dinâmica de poder que a limita e restringe suas liberdades.

O casamento desempenhava um papel central nessa estrutura social, sistema que controlava aspectos públicos e privados. “O casamento, como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamentos, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devota e recolhida” (Algranti, 1991, p.71).

Cláudia de Jesus Maia (2007, p.90), “argumenta que o casamento dá início a um tipo de contrato que assegura aos homens o direito político sobre as mulheres e acesso sistemático aos seus corpos”. Neste sentido, a análise do processo revela como o casamento, durante muitos períodos his-

tóricos, funcionou mais como uma aliança econômica e estratégica do que uma relação baseada em afeto, perpetuando a desigualdade de gênero e a subordinação das mulheres dentro da sociedade. O poder do dinheiro e do controle familiar sobre a mulher reflete a profunda desigualdade e a marginalização da mulher nas estruturas patriarcais de seu tempo.

2 O APAGAMENTO DE ISABEL

No processo analisado, um aspecto é o apagamento da vítima. Isabel, embora estivesse no centro da violência, sua experiência e seu sofrimento reduzidos a um elemento formal, quase burocrático, dentro dos autos. Essa invisibilização não é casual: ela está diretamente relacionada ao modo como o sistema jurídico da época concebia o papel da vítima no processo penal.

Essas relações demonstram como o patriarcado estruturava não apenas a vida social e familiar, mas também a produção das narrativas judiciais. Isabel foi desumanizada desde o início: descrita de maneira depreciativa e objetificada foi reduzida a uma avaliação física que a colocava no lugar de objeto e não de sujeito das dinâmicas sociais. Vale ressaltar que o padrão patriarcal que definia o valor das mulheres a partir de sua aparência, docilidade e conformidade aos modelos morais e religiosos vigentes, especialmente no meio rural.

Enquanto isso, José, o agressor, ocupa o espaço central da narrativa do processo. Seus sentimentos, sua trajetória de vida, suas dificuldades financeiras, ele é humanizado, contextualizado, explicado. Esse contraste entre a vítima e o agressor revela o modo como a violência gênero operava a mulher, silenciada e reduzida ao corpo; o homem, compreendido e justificado.

Além disso, o trauma de Isabel, tanto físico quanto psicológico, foi completamente invisibilizado. Não houve menção às implicações de todo esse processo. Isabel foi tratada mais como um símbolo de disputa entre homens do que como uma pessoa com agência própria. A fala de seu pai, “Quem primeiro chegar com o dinheiro casa com minha filha”, reforça essa visão, transformando-a em uma moeda de troca. Essa lógica de apropriação do corpo e das escolhas femininas por figuras masculinas, negando à vítima o direito de narrar sua própria história.

Como afirma Rachel Soihet:

(...) embora também buscando informações em periódicos e escritos literários, a consulta a processos criminais

e o noticiário policial dos jornais do momento focalizado afigura-se fundamental, pois tais fontes constituem materiais privilegiados para uma aproximação com o cotidiano de homens e mulheres dos segmentos populares, especificamente, com vista a perscrutar as suas contradições de gênero; já que de outra forma a existência desses sujeitos caracterizava-se pela invisibilidade, sendo parcamente representados em outra documentação. Quanto aos jornais, revelam-se imprescindíveis a fim de avaliar como tais conflitos eram noticiados. Possibilitam analisar o discurso utilizado, segundo valores que deviam disseminar-se por toda a sociedade, iluminando os comportamentos desejáveis aos homens e mulheres (Soihet, 2002, p. 02).

Outro ponto que demonstra esse apagamento consiste na abordagem do oficial de justiça Kielce J. Motta, que relata ter se dirigido ao município de Porto Vitória, no Paraná, mas não ter encontrado as testemunhas. Segundo ele “a testemunha (a vítima) em virtude da mesma ser débil mental”⁹. Esse trecho apresenta um relato típico dos autos policiais e judiciais do período, mas que nos mostra de forma contundente o apagamento institucional da vítima. A vítima é referida apenas como “débil mental”, essa nomenclatura, comum no período e amparada pelo Código Penal de 1940, reforçava a ideia de incapacidade moral e jurídica, o que frequentemente resultava na desqualificação do depoimento de mulheres.

A expressão “a testemunha (a vítima) em virtude da mesma ser débil mental” reduz Isabel a uma condição patológica, anulando sua subjetividade e retirando dela qualquer credibilidade. Isso corresponde à lógica jurídica, quando mulheres eram frequentemente consideradas incapazes de racionalidade plena, sobretudo em áreas rurais, pobres ou marcadas por relações patriarcais rígidas.

3 A SENTENÇA

Em União da Vitória, a sala de audiências do Fórum estava pronta para receber o réu José. O juiz Antônio, figura respeitada na Comarca, havia determinado que ele comparecesse às 14 horas para a continuidade do processo criminal em curso. José no início do processo enfrentava acusações graves, fundamentadas no artigo 121, inciso 2, do Código Penal Brasileiro¹⁰,

9 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 54 fl.

10 Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. § 2º Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo

no entanto, após o andamento das investigações, passou a ser acusado pelo artigo 129 do Código Penal¹¹. Sua prisão preventiva, decretada em 28 de novembro de 1956, marcara o início de uma longa jornada judicial.

Durante o processo, a defesa buscou questionar a sanidade mental do acusado, alegando que José sofria de um “mal epilético”, uma condição que, segundo os peritos, o tornava incapaz de compreender o caráter criminoso de seus atos durante momentos de forte emoção. Baseados no artigo 22 do Código Penal¹², os especialistas concluíram que José não era plenamente responsável pelas ações violentas que cometera. Essa constatação trouxe complexidade ao caso, impondo ao tribunal a tarefa de equilibrar justiça e compreensão da fragilidade humana.

Porém, um evento inesperado alterou drasticamente o curso do processo. Em 29 de agosto de 1957, o carcereiro comunicou ao tribunal uma notícia alarmante: José havia fugido. A fuga fora facilitada por um ofício controverso do promotor público interino, Dr. Wellington, que, sem autorização judicial, ordenara a soltura do réu.

No dia 29 do referido mês e ano, o Delegado Regional de Polícia, por meio de ofício, comunicou a Vossa Excelência que a fuga se verificou em virtude de solicitação do promotor público interino em exercício na comarca, Dr. Wellington, tudo isso sem a autorização do juiz de direito da comarca. O indivíduo, ora foragido, é considerado um elemento perigoso, segundo o laudo pericial, e, portanto, não era lícito ao órgão do Ministério Público intervir *motu proprio*, cometendo abuso de poder e desrespeitando a ordem de prisão emanada pelo juiz de direito. Diante de tudo isso, a irresponsabilidade deve ser declarada segundo os ditames do Código. Finalmente, o abuso cometido pelo promotor ao ordenar a soltura de um preso deve ser apurado regularmente.¹³

fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a unidade ou vantagem de outro crime; Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

11 Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano.

12 Art. 22. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

13 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 42 fl.

Trata-se, portanto, de um exemplo contundente de como o Estado, ao falhar em garantir justiça, contribuiu para perpetuar o ciclo de violência e invisibilidade imposto às mulheres naquele contexto histórico.

3.1 LAUDO DE SANIDADE MENTAL

Aos 16 dias do mês de maio de 1957, na cidade de União da Vitória, estado do Paraná, foi realizado um exame de sanidade mental no réu José, sob determinação do excelentíssimo juiz de direito da comarca. Os peritos, doutor José Jorge, médico legista, e doutor Augusto de Almeida Barbosa, médico do posto de higiene, conduziram o procedimento no ambiente da cadeia local, onde o acusado se encontrava recolhido. O exame foi solicitado no âmbito do processo criminal e revelou detalhes inquietantes tanto sobre o estado mental do acusado quanto sobre os eventos que o levaram à prisão.

A sociedade daquele período sustentava valores patriarcais rígidos, nos quais a honra masculina, a autoridade do homem sobre a mulher e a lógica do casamento como transação social eram amplamente naturalizadas. Nesse sentido, a motivação do crime baseada na perda da honra, na disputa por uma noiva e na incapacidade material de cumprir os requisitos impostos pela família está intimamente conectada ao imaginário social do período. O fato de o caso ter gerado um processo criminal e de o agressor ter sido submetido a exames psiquiátricos demonstra que o sistema de justiça buscava enquadrar juridicamente o ato, reconhecendo sua gravidade. Assim, não se trata de romantizar a sociedade da época como permissiva ao crime, mas de compreender que o que era naturalizado não era o ato violento em si, mas as estruturas que possibilitaram sua justificativa moral.

O exame solicitado no processo contribui para essa compreensão. Ao indicar um possível estado mental atípico do acusado, o documento introduziu uma segunda camada interpretativa: a tentativa institucional de explicar o crime não apenas por suas raízes sociais, mas também por um possível desvio psíquico individual. Esse enquadramento, comum na Justiça brasileira da época, muitas vezes servia para deslocar parcialmente a responsabilidade moral do agressor.

José, um lavrador de 31 anos, natural do local denominado Anta Gorda, foi descrito como um homem que nutria um relacionamento amoroso com Isabel, sendo correspondido por ela e aceito pela família, até que um rival mais abastado surgiu oferecendo vantagens financeiras que influenciaram as preferências dos familiares da jovem. Sentindo-se ameaçado e rejeitado, José, movido pelo desespero, planejou fugir com Isabel para formalizar o casamento.

O exame médico revelou que José apresentava sinais de epilepsia, uma doença crônica de origem hereditária, com manifestações psíquicas que poderiam preceder acessos convulsivos. Durante seu período de encarceramento, o acusado tentou o suicídio por enforcamento, sendo rapidamente socorrido pelos colegas de cela e pelo carcereiro. Após ser resgatado, José foi encontrado em estado de coma epilético, mas recuperou a consciência minutos depois, exibindo plena lucidez. Apesar disso, demonstrou lacunas de memória relacionadas aos momentos da agressão e da tentativa de suicídio.

Os peritos observaram que José apresentava episódios descritos como “ataques nervosos”, especialmente durante a noite, obrigando-o a deixar o leito. Esses eventos, caracterizados como equivalentes psicossomáticos da epilepsia, poderiam ter influenciado suas ações no momento da agressão. A perícia concluiu que o réu era portador de impulsos mórbidos decorrentes de sua condição de saúde, o que poderia tê-lo levado a cometer os atos violentos em um estado de descontrole mental.

(...) foi denunciado em 18/12/1956 pela prática de tentativa de homicídio, cuja denúncia foi recebida em 22/12/1956. Decorridos quase 23 anos, encontra-se prescrita a ação penal, nos termos do artigo 109, inciso I, do Código Penal, razão pela qual deve ser decretada a (ilegível). Determine-se o presente ao arquivo. Pelos laudos de folhas, o denunciado foi declarado débil mental e, como tal, irresponsável (artigo 22 do Código Penal). Do que observamos, não foi determinado o internamento do indiciado, permanecendo o indivíduo em liberdade em razão de seu estado. Assim sendo, determinamos o arquivamento dos autos, até que nova razão justifique seu desarquivamento.¹⁴

14 UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 9 fl.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do caso envolvendo José e Isabel expõe as complexidades de uma sociedade rural brasileira da década de 1950, fortemente influenciada por valores patriarcais, religiosos e econômicos. No centro da narrativa, encontramos a tensão entre controle social, questões de gênero, em uma época marcada por tradições que moldavam as relações interpessoais e institucionais.

Isabel, surge como um objeto de controle e negociação, evidenciando a visão enraizada de que o casamento era um instrumento de transferência de propriedade e honra familiar. A fala do pai, “Quem primeiro chegar com o dinheiro casa com minha filha,” reforça essa mentalidade, a ideia de que o matrimônio era menos sobre afeto e mais sobre alianças econômicas e sociais. Essa lógica sustentava a submissão feminina e colocava as mulheres como peças em um tabuleiro dominado por homens, onde o poder era definido por posses e status.

José, por outro lado, ilustra as tragédias de uma masculinidade fragilizada. Sua posição como homem pobre e rejeitado, além de sua condição mental diagnosticada como epilepsia, revela um indivíduo incapaz de corresponder às expectativas sociais de provedor e protetor. A violência que ele perpetrou contra Isabel não é apenas um ato de desespero pessoal, mas também um reflexo das pressões culturais que transformavam rejeições em ataques à honra masculina.

A abordagem jurídica e médica do caso expõe as limitações do sistema em lidar com questões de saúde mental e violência de gênero. A condição de José como epilético e os debates sobre sua responsabilidade criminal refletem uma tentativa de integrar a ciência médica ao direito, embora ainda marcada por lacunas. A soltura irregular de José pelo promotor evidencia falhas institucionais e a falta de protocolos claros.

Isabel, a vítima central da trama, foi silenciada e reduzida a um objeto de disputa entre homens, enquanto as narrativas oficiais e sociais se concentraram no agressor e nas dinâmicas de poder que o cercavam. Essa invisibilidade é um reflexo de uma sociedade que privilegia a manutenção de hierarquias de gênero e a proteção das masculinidades fragilizadas, relegando as mulheres à condição de objetos, não de sujeitos de sua própria história. Assim, o caso de José e Isabel transcende o ato de violência em si, funcionando como um mecanismo das dinâmicas de gênero e poder.

REFERÊNCIAS

Fontes analisadas

UNIÃO DA VITÓRIA. Processo crime sem nº 1956. Disponível em BR. PRUNESPAR. Caixa: 48. NUDOC 101fl.

Referências bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres nos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary del (Org). História das Mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.607 – 639.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-e.html>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. Imprensa, divórcio e casamento: O papel da mulher na família moderna (1910-1950). *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 86-105, jan.-abr. 2023.
- CARPENEDO, Caroline; KOLLER, Sílvia Helena. Relações amorosas ao longo das décadas: um estudo de cartas de amor. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
- DE MARCH, Kety Carla. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 55–80, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- ESTACHESKI, Dulceli L. T. Crimes Sexuais: A histórica culpabilização das vítimas. Curitiba: Editora Appris 1ª edição, 2017.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. P. 119-140.
- MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral nas Minas Gerais, (1890-1948)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. A medicina da mulher: visões do corpo femi-

- nino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma História das Sensibilidades: em foco a masculinidade. In. História: Questões e Debates. Curitiba: UFPR, Ano 18, nº 34, 2001.
- MITTANCK, Vanuza Alves. As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis: UFSC, 2017. ISSN 2179-510X.
- PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. 2 ed. 6ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2019.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas. Curitiba: SEED, 2013.
- SCOTT, Joan. A história das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. Projeto História, nº25, “corpo & cultura”. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002, p. 269-289.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência – mulheres e ordem urbana (1980 – 1920). Rio de Janeiro: Forense, 1989.

Recebido em: 01/07/2025

Aceito em: 24/12/2025

“L.B.A. ENTRA NA SELVA”: REPRESENTAÇÕES ACERCA DA INFÂNCIA E MATERNIDADE ENTRE POVOS INDÍGENAS NA ATUAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1946 – 1964).

“L.B.A. ENTERS THE JUNGLE”: REPRESENTATIONS OF CHILDHOOD AND MOTHERHOOD AMONG INDIGENOUS PEOPLES IN THE ACTIVITIES OF THE BRAZILIAN LEGION OF ASSISTANCE (1946–1964)

Bruno Sanches Mariante da Silva¹
Rayane Maria de Souza Cavalcante²

RESUMO

Este artigo analisa as representações das infâncias e maternidade indígenas nas ações da Legião Brasileira de Assistência entre 1946 e 1964, a partir da leitura crítica de 79 edições do *Boletim da L.B.A.*, publicação oficial da entidade. Criada em 1942 com objetivos inicialmente voltados ao apoio de soldados e suas famílias, a LBA passou, no pós-guerra, a priorizar a assistência à maternidade e à infância, especialmente entre as camadas populares. Embora centrada nas áreas urbanas, a instituição também atuou, ainda que pontualmente, junto a povos indígenas, promovendo ações fortemente marcadas por estereótipos, paternalismo e ideais civilizatórios. As campanhas e representações do *Boletim* revelam o esforço da instituição em integrar as infâncias indígenas ao projeto nacional desenvolvimentista, reforçando a tutela e apagando as identidades culturais desses povos. O estudo dialoga com os campos da história das infâncias, da assistência social e das políticas indigenistas, evidenciando como o discurso do cuidado serviu como instrumento de controle social e apagamento de saberes e práticas indígenas. Ao examinar essas representações, o trabalho contribui para desnaturalizar concepções universais de infância e maternidade, reafirmando a importância de se valorizar a pluralidade de formas de existir e educar no território brasileiro.

Palavras-chave: História das infâncias; Legião Brasileira de Assistência; Políticas indigenistas; Representações sociais.

1 Doutor e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 2018. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2008. É professor adjunto da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Desenvolve pesquisas nas áreas de memória social, história das mulheres e relações de gênero, com estudos sobre etnicidade, patrimônio cultural, história da saúde, políticas de maternidade e infância, história da assistência social no Brasil, primeiro-damismo e trajetórias biográficas. É associado à seção Pernambuco da Associação Nacional de História (ANPUH) e coordenador do GT estadual de História das Infâncias.

2 Bacharela em Direito pela Faculdade de Petrolina (FACAPE) e licenciada em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). Advogada.

ABSTRACT

This article analyzes representations of Indigenous childhood and motherhood in the actions of the Brazilian Legion of Assistance (LBA) between 1946 and 1964, based on a critical reading of 79 editions of the Boletim da L.B.A., the institution's official publication. Founded in 1942 with the initial goal of supporting soldiers and their families, the LBA shifted its focus in the postwar period to prioritize maternity and childhood assistance, particularly among the popular classes. Although primarily focused on urban areas, the institution also operated—albeit sporadically—among Indigenous peoples, promoting initiatives marked by stereotypes, paternalism, and civilizing ideals. The campaigns and portrayals in the Boletim reveal the institution's efforts to integrate Indigenous children into the national developmentalist project, reinforcing a tutelary approach and erasing their cultural identities. The study engages with the fields of childhood history, social assistance, and Indigenous policy, showing how the discourse of care functioned as a tool of social control and erasure of Indigenous knowledge and practices. By examining these representations, the work contributes to denaturalizing universal conceptions of childhood and motherhood, reaffirming the importance of valuing diverse ways of existing and educating across the Brazilian territory.

Keywords: History of childhood; Brazilian Legion of Assistance; Indigenous policies; Social representations.

INTRODUÇÃO

Vê-se, assim, que este edificante movimento de solidariedade humana, que está sendo a “Semana da Criança”, também se estende às florestas brasileiras, ao nosso índiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo. Não nos esqueçamos dele nestes dias de tão efusivas alegrias, de tantas demonstrações de afeto e carinho pela criança patrícia (Boletim da L.B.A., edição n.º 71, outubro de 1951, p. 8).

A epígrafe acima, extraída de uma publicação oficial da Legião Brasileira de Assistência, revela, de forma contundente, a confluência entre o discurso civilizatório e a política assistencial promovida pelo Estado brasileiro, em meados do século XX, destinada às populações indígenas. Ao se referir à infância indígena como “índiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo”, o texto evidencia não apenas o olhar paternalista da L.B.A., mas também o lugar atribuído aos povos indígenas nas estratégias de intervenção estatal: sujeitos de tutela, a serem resgatados por meio da assistência e integrados ao ideal de nação.

Este artigo se propõe a investigar como a LBA, no período entre 1946 e 1964, representou e atuou junto às infâncias e maternidades indígenas, particularmente no contexto das campanhas e ações assistenciais voltadas à proteção da criança. Ao adentrar o campo da história das infâncias, com

ênfase nas políticas públicas de assistência, busca-se compreender os sentidos e efeitos da presença estatal em territórios indígenas, bem como os modos pelos quais a infância indígena foi representada e instrumentalizada nos discursos institucionais da época.

A análise insere-se nos debates mais amplos da história das infâncias, campo que, nas últimas décadas, tem contribuído significativamente para desnaturalizar categorias como “criança”, “menor” e “infância”, evidenciando seus usos políticos, culturais e morais em diferentes contextos históricos (Braga, 2016). No caso brasileiro, a articulação entre infância, maternidade e assistência revela um espaço privilegiado para compreender como o Estado estruturou políticas de integração, disciplinamento e nacionalização dos sujeitos indígenas — muitas vezes sob o manto do cuidado e da solidariedade.

Ao iluminar esse aspecto ainda pouco explorado da atuação da LBA, o artigo pretende contribuir com os estudos sobre as formas históricas de controle e representação dos povos indígenas no Brasil, sobretudo no que tange às dimensões de gênero, infância e assistência social. Trata-se, portanto, de compreender como o aparato estatal, sob a fachada humanitária, também foi instrumento de apagamento cultural e imposição de modelos normativos de maternidade e infância.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, com o objetivo inicial de apoiar os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e suas famílias. No pós-guerra, consolidou-se como a maior instituição de assistência social do país, redirecionando seu foco para a infância e maternidade das camadas populares. Com forte respaldo governamental e alinhada a ideais modernizadores, a LBA articulava discursos de nacionalismo, maternidade cívica e integração social, em consonância com os projetos estatais da época.

Sua atuação foi amplamente divulgada pelo *Boletim da L.B.A.*, publicado entre 1945 e 1964, que se tornou um veículo estratégico para promover campanhas e difundir representações de infância, maternidade e nacionalidade. Inicialmente voltado aos pracinhas, o periódico passou, no pós-guerra, a enfatizar as ações voltadas às mães e crianças brasileiras, destacando o protagonismo das mulheres legionárias nas campanhas assistenciais. Embora centrada nas populações urbanas, a assistência também alcançou, de forma pontual e marcada por estereótipos, os povos indígenas.

Este artigo analisa 79 edições do *Boletim*, entre 1946 e 1964, período que vai da redemocratização até o golpe de 1964. As edições do *Boletim* que abordam os povos indígenas os representavam como carentes, selvagens e não civilizados, reforçando discursos integracionistas e civilizatórios, tam-

bém sustentados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Com o fim da Segunda Guerra, a LBA reformulou sua atuação: a partir de 1946, com novos estatutos, passou a se dedicar exclusivamente à assistência à infância e à maternidade, abandonando a assistência direta aos combatentes. Essas transformações refletiram tanto o novo contexto político do pós-Estado Novo quanto a substituição de Darcy Vargas na presidência da instituição. Em 1946, a Assembleia Nacional promulgou a nova Constituição, revogando a Constituição de 1937 (conhecida como polaca) e atribuindo ao Estado brasileiro, pela primeira vez, a responsabilidade pela proteção à infância e à maternidade (Silva, 2018). A Constituição de 1946 assegurava a assistência à maternidade e à infância (art. 164), mas tratava os indígenas como “silvícolas”, dentro de um projeto de integração nacional.

“Nacionalismo, autoritarismo, democracia, desenvolvimentismo, industrialização, urbanização, transição demográfica, são algumas das palavras-chaves que assinalam os projetos e processos que marcaram” o período republicano de 1930 a 1964 (Gomes, 2013, p. 37). Em que pese a LBA não fosse uma entidade política – segundo matéria publicada na edição n.º 19 do *Boletim* em resposta às críticas feitas pelos jornais de oposição ao Governo – ela servia, também, de instrumento de divulgação das atividades do Executivo Federal, trazendo exaltação à pátria e à nação brasileira, conforme visto sobretudo nas páginas das edições do *Boletim* de 1945.

Maternidade, infância e modernidade, durante o período desenvolvimentista, não podiam estar separadas, uma vez que para se desenvolver, o país precisava ter uma população forte, em que os cuidados com a saúde deveriam ser feitos desde os primeiros anos de vida. Para modernizar o país, era necessário investir em transportes e em meios de comunicação, mas também em melhor saúde e educação; era preciso “conquistar o seu território e organizar o seu povo” (Gomes 2013, p. 43). Para isso, a LBA tinha que funcionar em todas as unidades da Federação, promovendo transformações do litoral ao interior do país, e encarando “o problema da Maternidade e Infância sem qualquer sentido regional e sem preferências de qualquer natureza” (*Boletim da L.B.A.*, 1947, edição n.º 22, janeiro de 1947, p. 13).

Com o objetivo de diminuir as altas taxas de mortalidade infantil e de natimortalidade, a LBA, por meio da Comissão Central, das Comissões Estaduais, Territoriais e Municipais, criou um plano de educação sanitária, por isso a organização e execução de centenas de Cursos Populares de Puericultura em todo o território nacional, tendo como público-alvo principalmente as mães, para serem orientadas a como criarem filhos fortes e sadios (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 63, janeiro de 1951, p. 1-3), pois com a educação se venceria a ignorância.

1 AS POLÍTICAS INDIGENISTAS BRASILEIRAS: INTEGRAÇÃO E PROCESSO?

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência (Cunha, 1992, p. 134).

Ao longo da história do território que hoje corresponde ao Brasil, as ações e políticas voltadas aos povos indígenas foram legitimadas ora pelas “leis divinas” ora pelas “leis dos homens”. Nesse tópico, serão trazidas algumas das principais legislações que trataram sobre a questão indígena no Brasil, sobretudo do século XX e que vigoraram durante o recorte temporal aqui proposto, além das políticas e obras governamentais que impactaram os povos indígenas durante o período chamado desenvolvimentista do país, e de como a imagem desses povos estavam presentes no imaginário brasileiro.

Nos primeiros anos do século XX e do Brasil República, um novo órgão foi criado e ficou responsável por tutelar os povos indígenas – tendo herdado as políticas indigenistas do Império –, que foi o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), como parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), criado pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910 – período de expansão para os sertões, para exploração territorial e fixação populacional (Nötzold e Bringmann, 2013, p. 149). A partir da criação desse órgão – sob a ideologia positivista, que acredita que as sociedades estão em um progresso linear –, as populações indígenas contactadas pelas expedições oficiais receberiam assistência, seriam pacificadas e equipadas para que se tornassem úteis e fossem incorporadas à categoria de trabalhadores nacionais, ante a ideia de que “índio” era um ser em estado transitório/mutável (Nötzold e Bringmann, 2013, p. 148). Assim, “uma vez expostos à “civilização”, a ela adeririam pelo puro efeito mimético e pelas vantagens evidentes que havia em ser “civilizado” (Lima, 2015, p. 434).

Em que pese “proteção” faça parte do nome do órgão, a proteção oferecida pelo SPI aos indígenas estava ligada aos “interesses da sociedade nacional”, mediante a integração e vinculação deles através de “estratégias de atração e confinamento em locais específicos”. A partir das décadas de

1940 e 1950, com o avanço da industrialização e da modernização agropecuária no Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) passou a implementar estratégias voltadas ao aproveitamento econômico das terras indígenas. Buscou-se integrar os indígenas à economia nacional por meio de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas e industriais. Nos Postos Indígenas, desenvolveram-se projetos para transformá-los em pequenos produtores rurais autossustentáveis, com foco não apenas no consumo próprio, mas na produção de excedentes voltados à comercialização (Nötzold e Bringmann, 2013). A partir disso, tem-se que a proteção não era no sentido de defesa dos direitos dos indígenas aos seus territórios ou da manutenção de suas culturas e formas de sociedade.

Em 1º de janeiro de 1916, Venceslau Brás sancionou o Código Civil³, que estabeleceu, em seu artigo 6º, inciso IV, a incapacidade civil relativa dos silvícolas (sinônimo de “índio”, como esclarecido no futuro Estatuto do Índio, de 1973) e no parágrafo único o regime de tutela até serem civilizados.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

IV. Os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará á medida que se forem adaptando á civilização do paiz.

A Constituição de 1946 trouxe de volta, em seu no artigo 5º, o previsto na Carta de 1934, isto é, a previsão de que competia à União a “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” e no artigo 216 que “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”. Em que pese tenha sido um governo democrático e sob uma carta constitucional promulgada, deu continuidade, assim como os seus sucessores, à política de integração forçada dos povos indígenas, baseada na assimilação cultural e na tutela jurídica e administrativa exercida pelo SPI.

A década de 1950 foi de grandes transformações, ante os esforços governamentais de organização e modernização do país. Com o objetivo de mudar sua imagem de nação colonizada, agrária e atrasada, o Brasil deu continuidade aos projetos desenvolvimentistas voltados à urbanização, à industrialização e aos processos de transição. Assim, intensificou-se o processo de industrialização durante os governos Dutra (1946-1951) e o segundo

3 O Código Civil de 1916 esteve em vigência até janeiro de 2003, ante o início da vigência do novo Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

governo Vargas (1951-1954), passando, posteriormente, a atrair investimentos estrangeiros, principalmente para o setor industrial, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Kubitschek usou como estratégica a interiorização das atividades econômicas, “na conquista do Brasil ainda mal desbravado” (Abreu, 2013, p. 213). Entre as principais obras, destacam-se a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, ambas partes do projeto de integração e modernização nacional.

Quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília a Belém. Seria uma linha rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de se transformar a obsessão em realidade. Ia surgir a Belém-Brasília (Kubitschek, 2020, p. 170-171).

Mais de dois mil quilômetros – dos quais seiscentos eram de floresta amazônica – separavam Belém, capital do estado do Pará, de Brasília: o norte e a futura capital do país, que se estendia por regiões até então jamais exploradas pelo homem “civilizado”. A abertura da estrada desafiou a floresta amazônica e ocasionou conflitos entre brancos e indígenas, fazendeiros e arrendatários (Gomes, 2013, p. 85).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, as missões religiosas – predominantemente católicas – mantinham-se ativas em regiões do Brasil como a Amazônia e o Centro-Oeste, mesmo durante a vigência do Serviço de Proteção aos Índios. A atuação das missões voltava-se à assistência, evangelização, educação e profissionalização dos povos indígenas, sendo muitas vezes conhecida e apoiada pelo Estado, especialmente nas áreas onde sua presença era limitada ou inexistente. Com a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, o progresso e a “civilização” chegariam às regiões que os governos consideravam como sendo apenas selva e “barbárie”. Estabeleceu-se, portanto, nesse contexto desenvolvimentista, uma simbólica oposição entre natureza e progresso.

O progresso estava sendo levado das grandes cidades para o interior, da “civilização” para a selva, e os seus efeitos seriam vistos e sentidos por todos: da árvore que estava no meio do que seria uma estrada aos territórios indígenas cruzados.

Seguindo a ideia governamental de interiorização do país, a LBA publicou matéria sobre a palestra do professor Mauricio de Medeiros, então Mi-

nistro da Saúde⁴, e atribuiu o título “Uma viagem ao centro do país” (*Boletim* n.º 82, abril, maio e junho de 1956, p. 13), em que tratou da sua inspeção aos serviços oferecidos pela I Unidade Sanitária Aérea, no estado de Goiás, bem como da sua ida a um posto, em Mato Grosso, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 82, abril, maio e junho de 1956, p. 14):

Fui ao Capitão Vasconcelos, um posto de Serviço de Proteção aos Índios, que se acha bem profundamente no Estado de Mato Grosso, porque aí é que tinham chegado nessa manhã os bravos companheiros que formam a equipe dessa I Unidade Sanitária Aérea. Ao chegar, cerca de 10,30 horas da manhã, a minha impressão foi de uma profunda emoção, vendo como aqueles rapazes, habituados ao conforto das grandes cidades cheias de civilização, de que nós desfrutamos, ali se encontravam no interior do Brasil, privados de todo e qualquer conforto, mas trabalhando ativamente em prol da saúde do brasileiro e com a dedicação e devotamento realmente exemplares. Apercebi, ao longe, distante, sob uma pequena barraca, o dentista, metido em seu avental branco, fazendo extrações dentárias da bôca do caboclo, do indígena, sorridente, apenas um pouco ansioso por aquilo que se ia passar: não saía nenhum protesto, nenhum gemido de dor. Extraído o dente, o indígena cuspiu o seu sangue, levantava-se e continuava pacífico e dócil, sem nenhuma espécie de protesto ou gemido (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 82, abril, maio e junho de 1956, p. 14).

Na narrativa do ministro Medeiros nota-se a representação do indígena como sereno, ansioso pelo contato com o branco e para usufruir dos “benefícios da civilização”. Vamos prosseguir em análise dessas representações dos povos indígenas nas páginas do *Boletim da L.B.A.*

2 OS POVOS INDÍGENAS NOS BOLETINS DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

O *Boletim da L.B.A.*, como já destacado, foi um periódico de informação técnico-assistencial responsável por divulgar atos administrativos, ações de assistência à maternidade e à infância promovido pela instituição legionária, além de notícias, estudos, debates e pesquisas relacionadas às áreas por ela assistidas. Os textos publicados “oscilavam entre uma linguagem médico-acadêmica e uma escrita mais simples e mais acessível” (Silva,

4 Em 1953 foi concluído o Ministério da Saúde, pois desde 1930 que saúde e educação integravam um só – o Ministério da Educação e Saúde Pública (Scorel; Teixeira, 2012, p. 301-307).

2018, p. 193). Assim como as ações e políticas do Governo Federal voltaram-se para o desenvolvimento do país e de sua população, a atuação da LBA seguiu o mesmo propósito, por meio de políticas também educativas de saúde e higienização, entendidas como pilares da modernidade. O objetivo central seria enfrentar os elevados índices de mortalidade materno-infantil, o abandono e a criminalidade infantil, em um contexto marcado por epidemias e desigualdades socioespaciais que afetavam as populações urbanas e rurais.

Entre 1946 e 1964, período aqui estudado, constava entre os principais objetivos da LBA o combate à ignorância, considerada um dos maiores males que assolavam o país e uma das principais causas de elevados índices de mortalidade materno-infantil. Para essa grande cruzada, não bastava assistência médica: era necessário, também, a educação da população, especialmente das mães brasileiras, vistas como responsáveis pela “missão” de garantia da saúde e higiene das crianças que, futuramente, seriam homens fortes, a “Pátria de amanhã” (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 84, outubro, novembro, dezembro de 1956, p. 54).

Com esse propósito, se justificou a adoção das “modernas” normas de puericultura – área da medicina introduzida no Brasil nos anos finais do século XIX (Silva, 2018, 190) –, bem como a realização de palestras e cursos populares em tal área médica, amplamente divulgados nos Boletins e promovidos pela instituição. A promoção dos cursos de puericultura visava levar aos lares das famílias brasileiras conhecimentos técnicos sobre maternagem e cuidados infantis, em um período marcado também por altos índices de analfabetismo e pelo acesso precário à saúde básica, sobretudo nos pequenos municípios.

É indispensável, portanto, através de uma sistemática campanha educativa, lutar contra o terrível mal que é a ignorância, derrubando preconceitos, incutindo noções básicas, orientação, esclarecimentos e conselhos, no sentido de que as crianças possam nascer e crescer sadias e que possam apresentar condignas condições de vida. É a grande finalidade da Puericultura (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 63, janeiro de 1951, p. 32).

A infância e a puericultura foram assimiladas, nas primeiras décadas do século XX, aos discursos de exaltação da pátria e de desenvolvimento e aprimoramento, chamados sadios, da população brasileira, evidenciando “traços de uma orientação eugênica presentes nos discursos acerca do combate à mortalidade infantil” (Silva, 2018, p. 192-193). Nesse contexto, a

questão da infância exigia uma atuação assistencial de caráter abrangente. Para a LBA, era necessário que os hábitos e práticas modernas e higiênicas chegassem a todos os lugares do país, dos mais aos menos “civilizados”. Segundo apresentado nas edições do *Boletim*, a Legião estava presente em todo o território, de norte a sul, do litoral às regiões mais interioranas.

Conforme destacado por Silva (2018, p. 78), havia uma significativa aproximação entre a Legião Brasileira de Assistência e a Igreja Católica, demonstrada nos discursos apresentados no *Boletim*, na presença da Ação Social Arquidiocesana em uma das vice-presidências da LBA e na presença de religiosos como membros da Comissão Centro e do Conselho Deliberativo. Além disso,

Parte do corpo institucional da LBA era formado por senhoras voluntárias, remetendo a tradição católica do engajamento das mulheres de elite em ações filantrópicas. Nesse sentido, frequentemente foram publicados textos no *Boletim* com clara orientação católica, inclusive utilizando decisões e textos papais como suporte e validação para ações legionárias (Silva, 2018, p. 78).

Importante mencionar que, uma das campanhas apresentadas nas edições analisadas do periódico foi a referente à “Semana da Criança”, comemorada no mês de outubro, que teria beneficiado – ante a participação da Igreja Católica e suas missões religiosas –, não apenas as crianças das grandes cidades brasileiras, mas também ao “indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo” que vive nas florestas brasileiras.

PELOS PEQUENOS SELVICOLAS

Não se vá pensar que a chamada “Semana da Criança”, que o Brasil inteiro com tanto carinho comemorou no mês de outubro, atinge tão somente as grandes cidades do litoral, as capitais de Estado e de Território. Também nossos pequeninos selvícolas beneficiaram dela, porque a Igreja se associou prazerosamente ao vasto movimento nacional com o seu “Dia das Missões”, celebrado em todo o mundo, também no mês de outubro, e durante o qual se arrecadam quantias consideráveis em prol dos habitantes de regiões pouco exploradas. [...] Essas missões acham-se disseminadas sobretudo pelos Estados de Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí. As crianças selvícolas recebem parte considerável através de orfanatos, hospitais, escolas, oficinas, roupas, etc. Vê-se, assim, que este edificante movimento de solidariedade humana, que está sendo a “Sema-

na da Criança”, também se estende às florestas brasileiras, ao nosso indiozinho ainda jogado às trevas da ignorância e do paganismo. Não nos esqueçamos dêle nestes dias de tão efusivas alegrias, de tantas demonstrações de afeto e carinho pela criança patricia (Boletim da L.B.A., edição n.º 71, outubro de 1951, p. 8).

Consoante a matéria acima, as missões religiosas estavam disseminadas no território brasileiro, cuja atuação “beneficiava” – de acordo com a lógica civilizatória e assimilacionista presentes nas políticas indigenistas – as crianças “selvícolas”, por meio da entrega de roupas, escolas, hospitais, oficinas etc. A LBA, por sua vez, subvencionava tais obras das missões nos territórios indígenas, pois foram os missionários os primeiros – muitas vezes os únicos – a atuarem diretamente nessas áreas.

Entre as edições analisadas do *Boletim da L.B.A.*, os indígenas apareceram pela primeira vez na edição de n.º 69, publicada em agosto de 1951, durante o governo Vargas. Sob o título de “A L.B.A. entre os selvícolas”, o texto tratou da assistência promovida pela entidade aos “selvícolas” no Amazonas, que se fazia “diretamente, com organismos próprios”, “através dos poderes de Estado”, ou “por meio dos organismos religiosos”, esses últimos foram destacados com a ênfase na atuação dos missionários, que, segundo *Boletim*, foram os que desenvolveram mais atividades, como “assistência religiosa, ensino elementar e agroprofissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização”. As ações e finalidades dessas missões foram apresentadas em seguida pela LBA, o que ratifica a continuidade das políticas indigenistas anteriormente citadas.

Reunir o maior número de indígenas, que vegetam nos igarapés mais afastados e misteriosos, onde os dizimam as febres e a mais completa falta de higiene; acostamá-los paulatinamente a viver em contato com os civilizados de cuja presença fugiam para não serem obrigados a longos e exaustivos trabalhos nos seringais, mal remunerados e mal tratados; evitar o pernicioso fracionamento das tribos pela sua reunião em coletividades etnicamente distintas, de conformidade com a origem das tribos e suas preferências raciais; proporcionar-lhes um ambiente propício à civilização pela eliminação de fatores negativos e mediante a adaptação progressiva de novos hábitos e costumes compatíveis com seu estado primitivo - constitui a finalidade que as Missões colimam, nesse trabalho lento, mas fecundo, destinado a tornar o aborígene um elemento de civilização e relativo progresso. A atuação lenta, mas constante dessas medidas

fundamentais, integradas paulatinamente por outras iniciativas de mais elevado alcance social, poderão introduzir num futuro próximo elementos estáveis e eficazes para o reerguimento dessa imensa região (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 69, agosto de 1951, p. 10).

Ainda nessa edição, exaltou-se a presença das Congregações Religiosas e a atuação dos missionários na região amazônica, cujas ações foram consideradas como beneméritas, e o Bispo Salesiano D. Pedro Massa⁵, considerado como um herói da cruzada, ante a “assistência religiosa, ensino elementar e agroprofissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização”. Na oportunidade, apresentou a seguinte declaração do General Alexandrino da Cunha, enviado para o Amazonas pelo Presidente da República, Getúlio Vargas:

A influência das Missões Salesianas do Rio Negro é sem dúvida alguma de benemerência patriótica: Barcelos, S. Gabriel, Tacacua, Jauareté são centros de cultura moral e cívica. Escolas agrícolas, oficinas de carpintaria, alfaiataria, mecânica, sapataria, armam os alunos para a futura luta pela vida. Hoje já se pode afirmar que esta população constitui um elemento de vigilância e do trabalho nesta região fronteiriça. Amanhã constituirá, sem dúvida alguma, um elemento de sua própria segurança, devido à benemérita ação dos missionários Salesianos (*Boletim da L.B.A.* edição n.º 69, agosto de 1951, p. 10).

Isto é, ainda que sob a tutela do SPI, como a legislação indigenista não vedava a presença de religiosos e de seus estabelecimentos nas terras indígenas (sem prejuízo da fiscalização pelos inspetores do Serviço), ainda permaneciam, por exemplo, no estado do Amazonas – sobretudo no seu interior – missões religiosas exercendo “assistência religiosa, ensino elementar e agro-profissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização dos habitantes daquela região, em que um dos objetivos era preparar os indígenas – em escolas agrícolas e oficinas – para o exercício de profissões” (Peixinho; Santos, 2011, p. 193-194). Tais atividades e obras estavam previstas no Regulamento do SPI, a serem por ele executadas. Porém, segundo o trazido pela LBA em seu *Boletim*, a maioria das atividades e obras voltadas para os povos indígenas na região do Amazonas foram desenvolvidas pelas missões religiosas.

5 Sobre as missões salesianas no Amazonas, a partir da visão do próprio Bispo D. Pedro Massa, consultar a sua obra, disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/peloriomar1928/2/>.

Houve disputas de poder entre o SPI e as Missões Religiosas pelo controle das populações indígenas, mesmo diante de acordos entre a elite política e a hierarquia eclesiástica. Os conflitos decorriam da oposição do SPI à atuação missionária e da sobreposição de competências, já que o Estado legitimava a presença salesiana junto aos povos indígenas (Costa, 2011, p. 7-8).

A partir dessa edição (n.º 69/1951), foram apresentadas no *Boletim* algumas fotografias dos povos indígenas, com descrições, mas sem autoria e data do registro, carecendo também de demais especificidades. Concordamos com Burke (2004, p. 24, 29) que as fotografias são evidências históricas que registram um ponto de vista, uma visão – que pode ser estereotipada sobre o “Outro” (como nas aqui apresentadas) e têm intenções – de propaganda, por exemplo. Assim,

desnecessário dizer que o uso do testemunho de imagens levanta muitos problemas incômodos. Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as pinturas nas “entrelinhas” e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando (Burke, 2004, p. 18).

No *Boletim da L.B.A.*, em sua edição n.º 69, de agosto de 1951, intitulada “A L.B.A. entre os selvícolas”, foram publicadas, entre outras, as seguintes imagens:





Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Fotografia publicada com o título “Índio preparando um balaio”. **Figura 2:** Fotografia publicada com o título “Uniforme de gala (Índio Tucano)”. Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 69, de agosto de 1951, p. 10). **Figura 3:** Fotografia publicada com o título “Como os índios chegam à Missão”.

Com base nas informações apresentadas no texto e nas imagens, observa-se que se trata de um estabelecimento pertencente às missões salesianas, localizado em Taracuaá, no Estado do Amazonas. Ademais, que as crianças indígenas até o contato com as missões viviam nuas, mas que a partir delas começaram a receber roupas e se vestirem; e que a indumentária de um indígena da etnia Tucano foi classificada como “de gala” expressão utilizada a partir de uma perspectiva externa à comunidade.

Em sua edição de n.º 87, o *Boletim* apresentou uma imagem de uma figura central durante a atuação da LBA junto aos “povos civilizados”: a mãe. Sempre presente em suas páginas, a mães brasileiras foram muitas vezes consideradas como as responsáveis pelas altas taxas de natimortalidade e mortalidade infantil, o que justificaria que as principais ações da Legião fossem voltadas para elas, a fim de que fossem educadas e recebessem instruções sobre os mais modernos hábitos de saúde e higiene nos Cursos Populares de Puericultura e assistidas nos Postos de Puericultura. Todavia, das setenta e nove edições do *Boletim* aqui analisadas, a referida foi a única que trouxe a figura da mãe indígena:



Figura 4: Fotografia publicada com o título “Toilete na selva”. Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 87, julho, agosto e setembro de 1957, p. 14).

A fotografia fora acompanhada da seguinte legenda: “Até mesmo no seio da mata se observa o instinto materno nessa preocupação da mãe em fazer elegante seu filho. Aqui temos uma índia preparando seu bebê para a festa próxima na taba. Esmera-se em apresentá-lo melhor do que o faria a mais exigente das mães. Reparem nisso as da cidade”. A descrição da imagem, embora à primeira vista possa parecer um elogio – e talvez até tenha sido essa a intenção – demonstra a visão etnocêntrica, paternalista, idealizadora, estereotipada e reducionista da LBA em relação aos povos indígenas. Na fotografia, observa-se uma mãe indígena que estava preparando o seu filho para uma festa que aconteceria, que estava deixando-o “elegante”, com a intenção de apresentá-lo da melhor forma. Todavia, é necessário problematizar essa interpretação, posto que partiu de uma perspectiva externa carregada de valores ocidentais. A LBA usou os seus próprios conceitos de maternidade e estética e os aplicou ao Outro, desconsiderando os significados das indumentárias indígenas para eles, assim como fez em outras descrições. Ademais, conforme trazido por Silva (2018, p. 148), utilizou-se da imagem da mãe indígena para enfatizar que, independentemente da cultura e do meio vivido, todas as mulheres possuem o instituto de zelo pela sua prole, bem como para “orientar e estimular as mulheres da cidade” a fazerem o mesmo: “cuidar com esmero de seus filhos”.

3 INFÂNCIAS NAS PÁGINAS DO *BOLETIM DO L.B.A*

As representações das infâncias indígenas nas páginas do *Boletim da L.B.A.* revelam não apenas a forma como o Estado brasileiro e suas instituições percebiam esses sujeitos, mas também os limites e contradições das políticas assistenciais voltadas a eles. Ao abordar tais infâncias, o periódico reproduzia discursos marcados por estereótipos e pressupostos civilizatórios, alinhando-se às diretrizes integracionistas do período e refletindo os projetos de nação então em curso. Na edição n.º 77, de abril de 1952, fora publicada uma imagem de várias meninas indígenas em um serviço agrícola.



Figura 5: Fotografia publicada com o título “Preparando a terra preparando o alimento”. Fonte: *Boletim da L.B.A.*, edição n.º 77, abril de 1952, p. 9.

A foto fora publicada com o seguinte texto:

130 crianças indígenas adextram-se no trato da terra. Elas mesmas vão aprendendo a comer o pão com o suor de seu rosto. Elas mesmas sacham, adubam, capinam, regam, colhem. Estas nossas pequenas patricias moram bem longe dos centros civilizados, lá em cima, em Jauaretá, Rio Papuri, alto Rio Negro, junto à Colômbia. Até elas chega a ação benfazeja da L.B.A.. Tôdas estas meninas indígenas são internas, tôdas elas recebem educação, alimentos, vestuário, assistência médica e dentária inteiramente gratuitos. Tôdas as horas do dia lhe são distribuídas. A fotografia diz das horas aplicadas aos trabalhos do campo. É a isto que se chama verdadeiramnete assistência (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 77, abril de 1952, p. 9).

O texto valoriza a disciplina do trabalho agrícola como ferramenta de “civilização”, apresentando as crianças indígenas como sujeitos em processo de adestramento — termo que, por si só, carrega uma conotação de domesticação e submissão. A ideia de que “aprendem a comer o pão com o suor de seu rosto” reforça uma lógica moralizante e cristã do trabalho como redentor e civilizatório, alinhada aos discursos de integração nacional da época (Arend, 2008; Miranda, 2021). Ao descrevê-las como “nossas pequenas patrícias”, o texto tenta incluí-las simbolicamente na comunidade nacional, mas ao mesmo tempo ressalta sua distância dos “centros civilizados”, marcando uma alteridade que justifica a ação tutelar da LBA. O documento evidencia como a assistência à infância indígena era atravessada por projetos assimilacionistas, que visavam transformar essas crianças em trabalhadoras rurais integradas à lógica econômica e cultural dominante.

Os internatos religiosos, divididos em masculinos e femininos, estiveram presentes na região do Alto do Rio Negro, no Amazonas, de 1916 a 1989, com o intuito de educarem as crianças indígenas da região, então recrutadas para o ensino primário e, junto com oficinas de trabalho, igreja, maternidade etc. constituíram os “núcleos de civilização”, assim denominados pelos missionários (Weigel e Ramos, 1993, p. 286). Ainda segundo os autores, até meados da década de 1960, as crianças indígenas eram ensinadas nos referidos internatos a contar e a ler e escrever em língua portuguesa, e não nas suas línguas nativas, onde também recebiam “ensino religioso e educação para o trabalho”, esse com divisão sexual: “para os meninos, agricultura, carpintaria, marcenaria e olearia; para as meninas, cozinha, tricô, bordado e artesanato, embora estas também trabalhassem nas roças dos colégios”.

A edição n.º 104, de fevereiro de 1960, trouxe diversas imagens de povos indígenas, a começar pela capa que apresentava duas crianças indígenas (irmãos) abraçadas. Segundo a publicação a fotografia foi tirada depois do retorno de uma delas que fora “raptada pelos brancos”. Na primeira página dessa edição é apresentado um texto intitulado “Índios”, no qual descreve os povos indígenas como selvagens. Nele, a LBA destacou que a sua ação chegava, mesmo que indiretamente, aos “nossos aborígenes”, ressaltando que além da presença do SPI, instituições particulares, sobretudo religiosas, estavam protegendo, educando e preparando os “selvagens” para ingressarem na vida “civilizada”.

ÍNDIOS

Um dos sinais eloquentes da ampliação das atividades da L.B.A. é o de que hoje, embora indiretamente, sua ação chega aos nossos aborígenes.

Como sabemos, além do Serviço de Proteção aos Índios, mantido pelo poder público, diversas instituições particulares, predominantemente religiosas, dedicam-se ao trabalho de proteger, educar e preparar grupos de selvagens ao ingresso na vida civilizada.

[...] A Legião Brasileira de Assistência tem ajudado técnica e financeiramente a algumas dessas missões, ampliando desse modo o raio hoje bastante extenso no país de sua ação social.

Nestas páginas, através de fotografias e informações no texto, o leitor poderá acompanhar as atividades de uma dessas missões religiosas no interior de Mato Grosso, onde se concentram, como todos sabem, numerosos núcleos de população selvagem. Esta missão recebeu assistência da L.B.A., dadas as condições precárias em que se encontrava e os bons serviços que presta (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 104, fevereiro de 1960, p. 1).

Além da já mencionada capa, duas outras fotografias publicadas nessa edição do *Boletim da L.B.A.* chamam particular atenção por explicitarem a maneira como a infância indígena era representada e disciplinada pelas lentes institucionais. Trata-se de imagens que não apenas ilustram ações pontuais, mas carregam consigo um projeto civilizatório mais amplo, que buscava moldar a infância indígena a partir de referências ocidentais, brancas e cristãs, alinhadas aos ideais de modernidade, progresso e higienização social.

Na figura 06, a presença do café — exaltado como símbolo nacional e de valor civilizacional — é associada ao processo de integração do indígena à lógica econômica e cultural dominante. A imagem do menino indígena, já vestido segundo os padrões impostos pelos missionários, não apenas sugere uma ruptura com os modos de vida tradicionais, mas também antecipa uma cisão identitária. Isso se intensifica quando o *Boletim* contrapõe, ainda que implicitamente, o consumo do café (e o que ele representa) ao papel do pajé — liderança espiritual, guardião dos saberes ancestrais e elemento central da cosmovisão indígena. O gesto de apresentar o café à criança indígena é, portanto, um gesto de apagamento simbólico de sua cultura originária e de sua possível trajetória como futuro pajé, substituindo-a por uma inserção forçada nos códigos da civilização ocidental.

Sob a ótica da História das Infâncias, isto é, reconhecendo a infância como uma construção histórica e socialmente situada, essa imagem evidencia os mecanismos pelos quais o Estado e suas instituições auxiliaram na produção de uma infância indígena “aceitável”, que deveria ser molda-

da desde cedo aos valores dominantes. No caso das infâncias indígenas no Brasil, essa construção se dá muitas vezes pela via da negação: negar o direito de ser criança segundo os próprios marcos culturais, para impor, em seu lugar, um ideal hegemônico.



Figura SEQ Figura * ARABIC 6: Fotografia publicada com o título “Devia ser um dia Pagé, vai agora conhecer as luzes da civilização. – já conhece o café...”. **Figura SEQ Figura * ARABIC 7:** Fotografia publicada com o título “Esta índiazinha de Utirariti aprende a servir-se de prato e colher. Está progredindo...” (Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 104, fevereiro de 1960, p. 3).

A figura 07 reforça esse projeto, agora centrado nas práticas cotidianas de alimentação e higiene. Ao apresentar uma menina indígena “aprendendo a servir-se”, o Boletim transforma um gesto comum em um marco do progresso. A naturalidade com que o texto relaciona o uso de talheres e o sentar-se à mesa como elementos do “pleno desenvolvimento infantil” revela um olhar colonizador, que deslegitima as formas indígenas de cuidado, alimentação e socialização. Conforme já afirmado pela própria L.B.A. na edição de 1956, a criança deveria, desde seus primeiros dois anos de vida, ser instruída a se alimentar segundo padrões ocidentais, evitando “o deplorável recurso dos dedos”. Essa valorização da autodisciplina como traço civilizatório, atribuída ao ato de “saber servir-se”, conecta-se às análises de Norbert Elias sobre os processos de civilização, onde a normatização dos gestos corporais e das práticas íntimas desempenha papel fundamental na constituição dos sujeitos modernos. A imagem da menina indígena, portanto, serve à instituição como prova visual de que o projeto civilizador está

em curso e que seus resultados são mensuráveis no corpo e no comportamento das crianças.

Cabe apontar que no Brasil, as políticas voltadas à infância foram significativamente marcadas por projetos de intervenção moralizante, muitas vezes racializados e atravessados por discursos de tutela, assimilação e apagamento. No caso das infâncias indígenas, isso se expressa com ainda mais força: elas são frequentemente retratadas como carentes, atrasadas ou desviantes — justificando, assim, a ação “salvadora” do Estado e de instituições como a LBA. Desse modo, as fotografias analisadas, longe de serem simples registros documentais, constituem peças discursivas que contribuem para a construção de uma infância indígena idealizada, civilizada e submissa aos parâmetros de uma sociedade branca, urbana e cristã. O protagonismo infantil indígena é apagado em favor de uma narrativa onde o progresso só é possível mediante a substituição das referências culturais originárias por um modelo hegemônico e universalizante.

A LBA seguia divulgando que seu pressuposto era levar a assistência – e, portanto, o progresso – a todo o território nacional, até os interiores mais remotos, o que incluía as comunidades indígenas, por vezes afastadas da chamada “civilização”. Era a LBA entrando na selva:

L.B.A. ENTRA NA SELVA

DIAMANTINO é uma Prelázia situada em Mato Grosso, no Alto Paraguai. Seis vezes maior que o Estado do Rio de Janeiro: 250.000 klmsq. [...] em Diamantino já funciona um hospital, dois ambulatórios, um gabinete dentário, dois jardins de infância, um asilo para a velhice desamparadas, duas escolas de corte e costura e duas de bordados, estas últimas a cargo das irmãs (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 104, fevereiro de 1960 p. 2-3).

Como destacado acima, cabia às Irmãs (religiosas)⁶ o ensino geral e a formação comportamental de crianças indígenas, como em aulas de corte e costura, como na fotografia publicada a seguir, com meninas indígenas aprendendo a bordar. Observa-se, entre outros pontos, que, enquanto as mães indígenas apareceram e foram mencionadas em apenas uma foto, as religiosas apareceram em três, sendo essas representadas como as responsáveis pela educação e pelo cuidado das crianças indígenas.

6 Para saber mais sobre as tensões iniciais entre o SPI e a Igreja Católica, o medo dessa do avanço da laicização estatal e da perda de espaço nos territórios indígenas; além da ocorrência da “laicidade pragmática” e o contexto da criação das Prelazias, incluindo a em Mato Grosso, ver Marin, 2021.



Figura SEQ Figura * ARABIC 8: Fotografia publicada com o título “As religiosas ensinam pacientemente as pequeninas índias o ofício de bordadeiras”. **Figura SEQ Figura * ARABIC 9:** Fotografia publicada com o título “A irmã Jozelia com seus dois pequenos pupilos” Fonte: Boletim da L.B.A., edição n.º 104, fevereiro de 1960, pp. 4-5.

A responsabilidade por encaminhar as crianças indígenas em direção à dita “civilização” também recaía sobre os padres, como enfatizou o *Boletim da L.B.A.* em diversos textos e em fotografias, como uma publicada na mesma edição. Na figura 10, podemos observar dois religiosos e duas crianças indígenas. A legenda nos relata os esforços que são empreendidos para que esses “bugrinhos” alcancem a civilização.



Ainda no texto da edição n.º 104 do *Boletim da L.B.A.*, enfatizou-se que o indígena “aparece na missão inteiramente nu”, quando, na verdade, conforme já detalhado anteriormente, o movimento foi o reverso, isto é, as missões que chegaram até ele, e que a partir desse encontrou entendeu-se que havia a necessidade de vesti-lo, de ensiná-lo a se vestir, passar informa-

ções de higiene, bem como “ensiná-lo ao trabalho metódico”. O texto ainda detalhou as dificuldades enfrentadas durante as viagens feitas pelo sertão – onde “a miséria é geral” –; a existência de tribos de “índios mansos”, “bravos” e ainda não alcançadas; os trabalhos que esses estavam aprendendo a desenvolver a partir da atuação da Missão Anchieta; e a existência de escolas para meninos e meninas – com apenas “alguns pares de professores” – e de hospitais e ambulatórios para os doentes – “nenhum médico, mas uns quantos enfermeiros”.

O índio aparece na missão inteiramente nú. É necessário vesti-lo, mas antes ensiná-lo a vestir-se. É necessário dar-lhe noções de higiene. É necessário ensiná-lo ao trabalho metódico. Um dos padres conseguiu 7.000 cruzeiros de esmolas. Com a importância vestiu 260 crianças maltrapilhas. A viagem pelo sertão é penosa. Leva meses. As onças, os mosquitos, as cobras e as febres espreitam insidiosas. O calor é escaldante. A água é contaminada. Casas não há na selva. Os cavalos recusam-se a marchar após algumas dezenas de quilômetros mato a dentro. A miséria é geral, sobretudo no vale do Xingú, onde há maior número de índios. Há tribos de índios mansos, mas também as há de índios bravos, como os Tapanhumas. E ainda há as tribos que não foi possível alcançar. Os selvícolas já estão aprendendo a fabricar açúcar, rapadura e farinha de mandioca. Usam a serra circular, o moinho de fubá, o descascador de arroz na atafona. Há os que fazem balsas, redes, abrem estradas, constroem casas, criam gado, aram terra. As índias já começaram a fiar e tecer. Extraem borracha, plantam seringais, dedicam-se à fruticultura. MENINOS e meninas frequentam a escola. Os doentes são cuidados em hospitais e ambulatórios.

O trabalho dos missionários nas terras indígenas era considerado “belo” e “heróico” pela LBA, posto que eles, com dedicação e trabalho, e enfrentando desconfortos e dificuldades físicas e financeiras, estavam conseguindo “civilizar” os povos indígenas e torná-los “úteis à Pátria”, o que teria justificado que as obras da Missão fossem subvencionadas pela Legião Brasileira de Assistência.

O trabalho dos missionários é êsse, assim belo. Desbravam a mata e desbravam os homens de modo a fazer destes criaturas úteis à Pátria. Transferir uma família do desconforto e da promiscuidade da maloca para o bem-estar de uma casa em que ela saiba viver é trabalho heróico. Civilizar é educar. Educar é preparar o indivíduo para a vida. Os missionários

mantém um pensionato “D. Roque” em Utiariti, onde índios e índias, com os rudimentos da língua pátria e as operações fundamentais de aritmética muito aprendem. Têm algumas horas diárias de aulas. Diamantino é um mundo que dispõe apenas de alguns pares de professores, nenhum médico, mas uns quantos enfermeiros. As Irmãs realizam milagres de dedicação. Os missionários exaurem-se de trabalho. Recursos não há, a não ser os que lhe são mandados do litoral, das grandes cidades brasileiras. É nesta altura que a Legião Brasileira de Assistência desempenha nobremente seu papel. Desde agora, o emblema da L.B.A. é apresentado na Missão Anchieta, nesse fabuloso Diamantino desconhecido. As obras de Diamantino passam a ser subvencionadas pela LBA (*Boletim da L.B.A.*, edição n.º 104, fevereiro de 1960, p. 2,3-6).

Ao abordar nesse trabalho as representações dos povos indígenas, foi utilizado o conceito de representações elaborado pelo historiador Roger Chartier, entendo que representações:

São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 2002, p. 17).

Desse modo, entende-se as representações como “um conjunto de práticas discursivas, construidoras – e construídas – de determinado universo simbólico, compartilhado pelos sujeitos de um grupo ou de uma coletividade” (Silva, 2018, p. 36). Além disso, buscou-se questionar a forma como as imagens foram criadas e apresentadas, bem como a quem as representações serviram, levando em conta os interesses de quem a produziu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo um pouco da sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. A meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em Yanomami. Sei também que se formos viver em suas cidades, seremos infelizes. Então, eles acabarão com a floresta e nunca mais deixarão nenhum lugar onde possamos viver longe deles. Não poderemos mais caçar, nem plantar nada. Nossos filhos vão passar fome (Kopenawa; Albert, 2015, p. 75).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada para atuar diante da urgência social causada pelo recrutamento de homens para lutarem na Segunda Guerra Mundial. Todavia, diante da necessidade de assistência no contexto de altas taxas de mortalidade materno-infantil, justificou-se a permanência da instituição, que passou a atuar na assistência à maternidade e à infância, até ser extinta em janeiro de 1995. O recorte temporal do presente trabalho foi do final da Segunda Guerra Mundial até o Golpe Militar de 1964.

Esta pesquisa buscou evidenciar a importância de se pensar a infância como uma construção histórica e socialmente situada, marcada por disputas simbólicas e políticas. No caso da atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), observa-se que o discurso assistencial direcionado às infâncias indígenas esteve profundamente imbricado em um projeto de nacionalização e homogeneização cultural, que se apoiava em ideais de progresso, civilização e modernidade.

Ao longo das edições do *Boletim da L.B.A.*, entre 1946 e 1964, fica evidente que a infância indígena foi representada não como portadora de uma cultura própria e legítima, mas como uma etapa transitória a ser superada rumo à integração na sociedade “civilizada”. Termos como “selvícolas”, “pequenos selvagens” ou “indiozinhos jogados às trevas da ignorância e do paganismo” revelam não apenas o olhar etnocêntrico da instituição, mas também a função pedagógica e disciplinadora atribuída à assistência: a de moldar corpos e mentes infantis segundo padrões ocidentais de saúde, higiene, alimentação e religiosidade.

A história das infâncias, especialmente quando voltada às infâncias subalternizadas — como as indígenas —, permite desnaturalizar as políticas públicas que atuaram (e muitas vezes ainda atuam) sob o manto do cuidado e da proteção. No caso da LBA, a puericultura, os internatos reli-

giosos, a doação de roupas e alimentos, e os cursos profissionalizantes tinham, como pano de fundo, a assimilação cultural. A infância indígena era, assim, um campo estratégico para o exercício do controle estatal e missionário, mediado por representações que apagavam as singularidades étnicas e produziam imagens idealizadas de crianças “em progresso”, prestes a se tornarem “bons cidadãos”.

Apesar de se apresentar como uma instituição de assistência e solidariedade, a LBA operava em estreita sintonia com os valores do Estado e da Igreja Católica, legitimando, por meio do discurso e da prática, a tutela sobre os povos indígenas e a imposição de normas ocidentais sobre suas infâncias. A quase completa invisibilidade das mães indígenas nos boletins — quando comparadas à centralidade da figura materna nas ações voltadas às populações não indígenas — reforça o caráter colonizador dessa assistência, que priorizava instituições religiosas como guardiãs da infância indígena, desconsiderando os modos próprios de cuidado e educação dessas comunidades.

Ao refletir sobre a atuação da LBA junto às infâncias indígenas, este trabalho espera poder contribuir para o campo da história das infâncias e para o entendimento das múltiplas formas pelas quais o Estado e seus parceiros (como missões religiosas) intervieram nos modos de viver e ser criança no Brasil. Mais que um recorte temático, o estudo das infâncias indígenas evidencia um ponto nevrálgico das políticas de assimilação: a infância como lugar privilegiado de disputa por futuros possíveis.

Pensar essas infâncias, portanto, é também um gesto de resistência à sua captura por narrativas homogêneas, e uma convocação à valorização da diversidade de formas de existir e educar no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

Legislação

- BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm#art147. Acesso em: 08 maio 2025. Acesso em: 08 maio 2025.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 maio 2025.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 29 março 2025.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 25 abril 2025.

Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em 08 de maio de 2025.

Decreto n.º 24.700, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-publicacaooriginal-80372-pe.html>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

Decreto n.º 736, de 6 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. O Processo Econômico. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. FAPESP, 1992.

AREND, Silvia. M. F. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Caderno Espaço Feminino, jul. 2008. v. 17, n. 01.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico. Revista Angelus Novus, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 15-40, 2016.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos: revisão técnica por Daniel Aarão Reis Filho. EDUSC, Bauru/SP, 2004.

CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

COSTA, Mauro Gomes da. Os povos indígenas do Alto Rio Negro/AM e as missões civilizatórias salesianas: evangelização e civilização. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH; São Paulo, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In.: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. FAPESP, 1992

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: volume 1. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1994.

ESCOREL, Sarah; TEIXEIRA, Luiz Antônio. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In.: GIOVANELLA, L. et al. (org.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª ed, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro: 1930-1964. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lília Moritz Schwarcz. Volume 4. Editora Objetiva. 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Serviço de Proteção aos Índios (SPI). 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUBITSCHKE, Juscelino. Meu caminho para Brasília. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre Tutela e Participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. Documenta. MANA 21(2): 425-457, 2015.

MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e o serviço de proteção ao índio: as disputas entre a igreja católica e o estado pela tutela e gestão das populações indígenas. História (São Paulo), v. 40, 2021.

MIRANDA, Humberto. S. “De tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas”: crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930. Anos 90, [S. l.], v. 28, p. 1– 13, 2021.

MISSIONÁRIOS SALESIANOS. Pelo Rio Mar: Missões Salesianas do Amazonas. Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: <https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio:salesianos-1933-rio/peloriomaroounse.pdf>. Acesso em: 09 de junho 2025.

NASCIMENTO, José Almir do; SILVA, Anderson Rafael L. da (org.). Infâncias: Textos e Contextos. Petrolina: Oxente, 2022.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 5, nº 10, dezembro de 2013.

PEIXINHO, Ana Teresa; SANTOS, Clara Almeida. 1910-2010: Comunicação e educação republicanas. Coimbra: Coimbra University Press, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 – 1964). Tese de Doutorado. UNESP; Assis, 2018.

WEIGEL, Valéria Augusta; RAMOS, José Ademir. O processo educativo dos internatos para os índios do alto do Rio Negro – Amazonas. In.: SEKI, Lucy (org.) *Linguística Indígena e Educação na América Latina*. Editora da UNICAMP; Campinas, 1993.

Recebido em: 30/06/2025

Aceito em: 21/12/2025

A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE MENORES NA AMÉRICA LATINA: A RUA COMO ALTERNATIVA PARA O UNICEF¹

THE DEINSTITUTIONALIZATION OF MINORS IN LATIN AMERICA: THE STREET AS AN ALTERNATIVE FOR UNICEF

Maria Nilvane Fernandes²

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa historiográfica que problematiza como ocorreu o processo de desinstitucionalização de menores, promovido e financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na América Latina, na década de 1980? O problema de pesquisa desencadeou identificar Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) que contribuíram no processo desvelando como esse movimento repercutiu sobre as instituições de atendimento no Brasil no momento anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A produção está atrelada à organização de um Programa experimental implementado com sucesso na Venezuela entre 1975 e 1979. Dessa experiência, o UNICEF financiou políticas em países da América Latina, a partir da década de 1980, por isso o corpus documental é composto por três livros publicados em 1985, 1987 e 1989 sob a orientação do UNICEF. O artigo conclui que o UNICEF financiou diversos APHs que, em conjunto, colocaram em marcha uma proposta que levou milhares de crianças e adolescentes, afastadas pelo Estado de suas relações familiares para a rua, no momento anterior à promulgação do ECA. Esse movimento contribuiu para a implementação de propostas neoliberais que utilizavam ONGs para atuar em nome do Estado, com os menores em situação de rua consolidando um novo perfil profissional, o educador social de rua. Em paralelo a esse movimento, a FUNABEM, com suas representações estaduais, as FEBEMs, vivenciavam um momento de crise que, não coincidentemente, antecedeu a sua extinção em uma articulação com

1 O artigo recebeu financiamento da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Bolsista do CNPq - Processo nº 200864/2022-0 - para cursar pós-doutoramento no Human Development & Family Science (HDFS) da Texas Tech University (TTU). Bolsista FAPEAM - 01.02.016301.00872/2024-97 - para realizar mobilidade acadêmica na Universidad Federal de Buenos Aires (Argentina) no ano de 2024. Doutorado sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - fomento Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior PDSE - 88881.134314/2016-01/CAPES. Professora Adjunta da área de Fundamentos da Educação do Curso de Pedagogia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em adolescente em conflito com a lei (UNIBAN/SP); Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). Editora-Chefe da Revista Amazônia.

o movimento neoliberal. Nesse aspecto, apesar da boa intencionalidade dos trabalhadores e dos movimentos sociais, o artigo conclui que a proposta implementada pelo UNICEF, longe de se preocupar com questões humanitárias que envolviam crianças e adolescentes afastados de suas famílias pelo Estado, buscou resolver o problema, apresentando a rua como alternativa para desinstitucionalizar crianças e adolescentes e implementar um novo modelo neoliberal de atendimento para a infância, desonerando o Estado da sua responsabilidade.

Palavras-chave: Aparelhos Privados de Hegemonia; Neoliberalismo; UNICEF; FUNABEM; Menorismo.

ABSTRACT

This article presents historiographical research that problematizes the process of the deinstitutionalization of minors, promoted and funded by the United Nations Children's Fund (UNICEF) in Latin America, during the 1980s. The research problem led to the identification of Private Hegemony Apparatuses (PHAs) that contributed to this process, revealing how this movement impacted care institutions in Brazil in the period preceding the enactment of the Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). This work is linked to the organization of an experimental program successfully implemented in Venezuela between 1975 and 1979. Based on that experience, UNICEF funded policies in Latin American countries starting in the 1980s; therefore, the documentary corpus consists of three books published in 1985, 1987, and 1989 under the guidance of UNICEF. The article concludes that UNICEF funded several PHAs which, together, set in motion a proposal that drove thousands of children and adolescents, previously removed from their family relations by the State, onto the streets just prior to the promulgation of the ECA. This movement contributed to the implementation of neoliberal proposals that utilized NGOs to act on behalf of the State regarding minors in street situations, consolidating a new professional profile, the social street educator. Parallel to this movement, FUNABEM and its state branches, the FEBEMs, experienced a period of crisis that, not coincidentally, preceded their extinction in alignment with the neoliberal movement. In this regard, despite the good intentions of workers and social movements, the article concludes that the proposal implemented by UNICEF, far from being concerned with the humanitarian issues involving children and adolescents separated from their families by the State, sought to solve the problem by presenting the street as an alternative for deinstitutionalization and implementing a new neoliberal model of childcare, thereby relieving the State of its responsibility.

Keywords: Private Hegemony Apparatuses; Neoliberalism; UNICEF; FUNABEM; Minorism.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a análise e a interpretação de dados enquanto tratamento metodológico utilizado para a realização de uma pesquisa historiográfica que investigou como ocorreu o processo de desinstitucionalização de menores, promovido e financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na América Latina, na década de 1980? O problema de pesquisa de-

sencadeou identificar os demais Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) que contribuíram nesse processo e como esse movimento repercutiu sobre as instituições de atendimento no Brasil³.

À luz de uma perspectiva histórica e política, o artigo utiliza como *corpus* documental três livros: *Alternativas de atendimento a meninos e meninas de rua: informe final* (CLAI, 1985); *Abertura e humanização institucional: alternativas para diminuir o número de crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres* (Espert; UNICEF, 1987); e, *Paulo Freire, educadores de rua, uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua* (Freire; UNICEF, 1989).

Na análise dos textos, dada a preocupação em garantir uma contextualização sócio-histórica e fugir de anacronismos, optou-se por manter inalteradas nas citações diretas aspectos semânticos e nomenclaturas utilizados na época da publicação. No entanto, sempre que necessário, foram consultados autores e análises críticas contemporâneas como também obras da época, abrangendo assuntos específicos, com o intuito de melhor apreender os significados atribuídos aos termos, concepções ou ideias propostas, o que insere, neste artigo, a análise documental como o principal meio de concretização dos resultados do estudo.

Nesse aspecto, ainda que o objeto da pesquisa histórica seja constituído por documentos, essa realidade é transmitida de maneira parcial (Veyne, 1988), já que a produção textual representa uma interpretação de fatos que não devem ser encarados como uma descrição objetiva e neutra de uma dada realidade. Apesar disso, a análise permite compreender como se deu a atuação do UNICEF e de outros Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) na execução de um programa que levou milhares de crianças e adolescentes afastados pelo Estado de suas relações familiares para a rua no momento anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Este artigo organiza-se da seguinte maneira: em um primeiro momento apresentar-se-á o programa implementado na Venezuela que influenciou a formulação de uma proposta para os demais 11 países da América Latina, em 1986. Em um segundo momento, identifica-se como as instituições religiosas foram chamadas a contribuir em relação ao programa e, finalmente, como o Brasil implementou a proposta no momento anterior à extinção da Fundação que executava a política de institucionalização de menores.

3 O conceito de aparelho hegemônico ou aparelho privado de hegemonia é um dos conceitos gramscianos mais utilizados na contemporaneidade como um instrumento para a investigação histórica.

1 ABERTURA E HUMANIZAÇÃO INSTITUCIONAL NA VENEZUELA

Entre 1975 e 1979, a Venezuela realizou uma experiência de abertura institucional que foi relatada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como modelo a ser copiado pelos demais países da América Latina. Era a primeira gestão do Presidente Carlos Andrés Pérez que governou o país por dois períodos.

Durante o primeiro período (1974-1979), o Instituto Nacional do Menor (INAM) era presidido pela Dra. Teresa Albáñez Barnola (1975-1979) que chefiou também o Ministério da Família (1989-1991) e, posteriormente, tornou-se Diretora Executiva do UNICEF para a América Latina e o Caribe (1994-1997).

Este trabalho sintetiza uma experiência concreta de humanização e abertura institucional levada a cabo na Venezuela entre 1975 e 1979. Apesar do tempo transcorrido, parece-nos interessante dar a conhecer as características, os resultados e as limitações desta experiência de manejo de um problema que, longe de suavizar-se, vai com o tempo adquirindo novas dimensões (Barnola, 1987, p. 5).

As novas dimensões ocorrem em face de que “[...] o número de crianças e adolescentes material e moralmente abandonados e em situação de perigo vem aumentando” e os problemas sociais se tornaram mais complexos (Barnola, 1987, p. 5).

Conforme explicitou o documento intitulado *Abertura e humanização institucional: alternativas para diminuir o número de crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres* (Espert; UNICEF, 1987) a resposta para os problemas envolvendo crianças e adolescentes órfãos, abandonados, explorados, maltratados, submetidos a abuso e explorados sexualmente ou infratores, “[...] era e continua a ser, com pequenas variantes, a *institucionalização* em orfanatos, reformatórios, centros de reeducação, presídios juvenis e outras denominações que se traduzem em reclusão, isolamento, marginalização social [...]” (Espert; UNICEF, 1987, p. 7, grifo do original).

A urgência em diminuir os custos da institucionalização na América Latina contribuiu para que o UNICEF publicasse diversos cadernos sobre o tema da abertura institucional como forma de viabilizar alternativas para diminuir o número de crianças e adolescentes institucionalizados em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres na América Latina. O documento, traduzido para o português, enfatizava que a experiência no próprio organismo de Estado encontrava

[...] entre seus funcionários posturas que iam desde o ceticismo, a desconfiança e o termo até a sabotagem à mudança [...]. Mais talvez mais forte ainda tenha sido a incompreensão da parte do público e da sociedade em geral, que se sentia ameaçada porque as crianças e adolescentes em situação difícil e perigosa passavam a ser alvo de atenções e incentivo, ao invés de isolamento e repressão (Espert; UNICEF, 1987, p. 5).

A experiência da Venezuela teve início em 1975. A programação foi posta em vigor de maneira progressiva e os resultados deveriam influenciar a sua execução em outros países da América Latina. Neste período, a Venezuela já havia promulgado o Código del Menor de 1939 e o Estatuto del Menor de 1949. Portanto, a Ley Tutelar del Menor, inaugurou, em 1980, a doutrina da situação irregular na Venezuela, o que por um lado, mostra uma contradição em face do movimento que o país vinha construído para a desinstitucionalização; e, por outro, mostra um alinhamento com outros da América Latina, como o Brasil, que publicou lei semelhante, um ano antes.

A ilustração a seguir identifica os países que seguiram o modelo venezuelano.

FIGURA 1 – MAPA DA ABERTURA INSTITUCIONAL (1987-1989)



Fonte: Espert; UNICEF, 1987, p. 11.

Como é possível identificar, a ilustração menciona 11 países que seguiram o programa venezuelano: Argentina, Brasil, Haiti, Guatemala, Honduras, El Salvador, Panamá, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai. O movimento estava relacionado com o Programa Regional de Crianças Especialmente Difíceis promovido pelo UNICEF para “[...] governos, Igrejas e organizações não-governamentais, no sentido de fomentar em cada país um movimento em prol da abertura institucional”, com foco no barateamento dos custos assistenciais para a complementariedade de ação mediante a ordenação dos recursos institucionais com projetos não convencionais de assistência aos meninos trabalhadores e de rua (Espert; UNICEF, 1987, p. 7). Portanto, o foco do Programa era promover a desinstitucionalização de crianças e adolescentes para a rua, por meio de um amplo movimento de incentivo e financiamento do UNICEF.

2 AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A CAUSA DO MENOR

Desde 1977, membros da Igreja Católica atuavam efetivamente na Pastoral do Menor, mas era necessário fazer mais para minimizar o receio social da desinstitucionalização convocando instituições religiosas para atuar na causa social de acolhimento do menor⁴.

No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fundou em 1977, na cidade de São Paulo, a Pastoral do Menor. Em 1981, criou-se o Pró-menor, um projeto alternativo com menores de rua.⁵No ano seguinte, o UNICEF, o Serviço de Assistência Social (SAS), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) criaram o *Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua* com base em um termo de acordo celebrado entre dirigentes das três

4 Desde que o Papa, João XXIII, anunciou no Concílio Vaticano II (1962-1965), um diálogo com as demais Igrejas Cristãs, a Igreja Católica teve maior disponibilidade de comprometimento com os setores marginalizados da população. Na década de 1960, os setores conservadores da Igreja apoiaram a implantação do Regime Militar no Brasil realizando, inclusive, cursos de formação para a juventude para salvaguardar os princípios morais. Na década seguinte, a América Latina se tornou alvo das experiências neoliberais que buscavam romper com os benefícios conquistados no keynesianismo o que conduziu para a efetivação de vários movimentos reivindicatórios. A partir de então a *Teologia da Libertação* que nasceu como um movimento de resistência na década de 1960 e utilizava uma base marxista como instrumento de análise passou a ser fundamento para esses movimentos (Zanella, 2014).

5 Sobre a Funabem e as instâncias estaduais, ver a tese de doutoramento de Humberto da Silva Miranda intitulada *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas* (Pernambuco / 1964-1985) (Miranda, 2014). Para uma análise política dos interesses econômicos que levaram a extinção da FUNABEM, ver a tese de doutorado intitulada *Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes: os fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal* (Zanella, 2018).

instituições. No mesmo período, a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO – Sede Brasil) articulou-se ao processo mediante convênio com o MPAS, iniciando com o SAS, a avaliação e o acompanhamento de vários programas alternativos de atendimento a menores (Fausto; Cervini, 1996).

No ano seguinte, o Conselho Latino-Americano das Igrejas de Cristo, que possui sede nos Estados Unidos (CLAI), em conjunto com o UNICEF, criou o *Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua*, para que a sociedade pudesse enxergar o menor de rua, que se transformou em menino e menina de rua, em um vocabulário mais humanitário.

O discurso oficial apresentado no documento *Alternativas de atendimento a meninos e meninas de rua: informe final* (CLAI, 1985) era de que o Projeto Alternativas foi construído depois que o representante do movimento no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina se inquietou com a situação das crianças de rua ao visitar países da América Latina. O movimento era ecumênico e, por isso, não envolvia apenas a Igreja Católica, mas outras religiões cristãs, tendo em vista que “[...] entre os evangélicos no Brasil havia um quase completo desconhecimento e desinteresse pelo tema [...]” (CLAI, 1985, p. VI).

Efetivamente, desde 1983, o UNICEF passou a financiar essas “[...] ações de apoio aos governos, a Igreja, as instituições privadas e a comunidade na busca e consolidação de alternativas [...]” que culminaram na implantação do *Programa Regional do Menino Abandonado e de Rua* que recebeu apoio com assessoria técnica e financiamento (UNICEF, 1989, p. 7).

Segundo Miranda (2021), em outubro de 1984 realizou-se o *I Seminário Latino-americano sobre alternativas comunitárias para meninos de rua*, em Brasília. O Seminário tinha como característica central o apelo à comunidade local com o lema: *Aprendendo com quem faz!* O evento agrupou diferentes países da América Latina na crítica ao sistema correccional-repressivo e o termo se tornou palavras-chave utilizadas na defesa de direitos humanos que promovia a desinstitucionalização. Assim, a versão internacional do Seminário ganhou de seus idealizadores o termo *comunitário* e “[...] tal escolha não foi aleatória, uma vez que representava uma forma de aproximação com as ideias comunitárias defendidas pela ‘Igreja Popular’ (MIRANDA, 2021, p. 206, grifo do autor).

Em 1985, foi a vez do CLAI realizar um evento que buscou estabelecer uma consulta sobre *Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua*. Além de membros da Igreja Católica, participaram da consulta do projeto membros das Igrejas Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, Metodista, Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Episcopal

(Anglicana), Discípulos de Cristo, Evangélica do rio da Prata, Luterana Unidade, Evangélica Reformada, Pentecostal, e Valdense e de organismos privados e oficiais do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Nesse sentido, o encontro realizado pelo CLAI incluía no debate do atendimento de meninos de rua a perspectiva religiosa cristã por meio de uma reflexão bíblica, enfatizando a opção evangélica pela criança pobre e a análise da situação dos menores nos países mencionados, com um destaque sobre os projetos lá existentes. Além de um painel sobre a contribuição dos organismos governamentais e não governamentais no atendimento de meninos e meninas de rua. Um representante do UNICEF destacou no evento o tipo de colaboração que o Fundo poderia dar ao movimento:

[...] nosotros tenemos una red entre países y a alguien en nuestra oficina regional en Bogotá, responsable por producir documentación, y un punto de encuentro de comunión entre grupos interesados en este tema [...]. Hablando de Brasil, puedo hablar en términos mas concretos. [...]. Queremos colaborar, participar, financiar visitas de personas de otros países [...]. Podríamos ayudar grupos de brasileños a ir a los grupos de los otros países [...]. Aprovechando que estamos aquí en Brasil, estamos entendiendo que es muy importante sistematizar ciertos aspectos del trabajo. Por ejemplo, en ciertos lugares lo que se llama 'educador de la calle' es fundamental⁶ (CLAI, 1985, p. 129, grifo do autor).

A proposta metodológica da CLAI aproximava-se do humanismo cristão e da teologia da libertação, utilizando palavras de cunho marxista, como classe e dialética, por exemplo:

Que leituras têm sido feitas das crianças neste país? Via de regra, irmãos e companheiros, não se tem feito uma leitura *dialética* [...]. O idealismo romântico tem dado a nós a visão do que é ser criança e menor. E o realismo positivista tem nos levado à prática. Ambos, quer o idealismo romântico (que até como atitude estética pode ter o se valor) ou o realismo

6 “nós temos uma rede entre países e há alguém no nosso escritório regional em Bogotá responsável por produzir documentação e promover encontros entre grupos interessados nesse tema. Sobre o Brasil, podemos falar em termos mais concretos. [...]. Queremos colaborar, participar, financiar visitas de pessoas de outros países que tenham compromisso real [...]. Poderíamos ajudar grupos de brasileiros a visitar grupos de outros países [...]. Aproveitando que estamos no Brasil, estamos entendendo que é muito importante sistematizar certos aspectos do trabalho. Por exemplo, em certos lugares os denominados 'educadores de rua' são fundamentais” (Traduzido pela pesquisadora).

positivista (que pode ter a sua importância na história da cultura deste país), deformaram a própria perspectiva que nós, adultos, temos da criança. O que está por trás desse idealismo romântico ou desse realismo positivista é uma postura de *classe social*, é um enquadramento ideológico (CLAI, 1985, p. 1, grifo nosso).

O texto mencionado em muito lembra o pensamento fenomenológico e humanista cristão de Paulo Freire que, desde meados da década de 1980, se aproximou do movimento quando realizou a palestra *O papel do educador* (1984) na FEBEM/SP, para educadores da instituição.

Uma palestra ministrada no ano seguinte para educadores de rua transformou-se em uma publicação organizada pelo UNICEF que foi traduzida para o francês, inglês, espanhol e português, dentre outras línguas, intitulada, a partir de então, *Educadores de rua, uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua* (1987) (Zanella; Lara; Cabrito, 2018).

O representante do UNICEF mencionou que havia esforço em sistematizar e definir um tipo de pedagogia, por isso

Paulo Freire va a estar la semana que viene trabajando con un grupo de 35 educadores de la calle de todo Brasil, aquí en San Pablo, para empezar realmente a dar el primer paso de sistematización y diseño de un proceso pedagógico que, después, entre todos, deberíamos descubrir la manera de institucionalizar⁷ (CLAI, 1985, p. 130).

Na década de 1980, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), como parte de um novo movimento social urbano (Cabral, 2019), especialmente, durante a etapa anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desse movimento, constituiu-se um grupo de profissionais denominados educadores sociais de rua que atuavam diretamente com os menores⁸. O surgimento desse profissional como categoria é explicável sob a lógica de que havia instituições que pagavam os salários desses profissionais; a partir da compreensão de que a desinstitu-

7 Paulo Freire estará na próxima semana trabalhando com um grupo de 35 educadores de rua de todo o Brasil, aqui em São Paulo, para dar um primeiro passo de sistematização e desenho de um processo pedagógico e que, depois, em conjunto, deveríamos descobrir uma maneira de institucionalizar (Traduzido pela pesquisadora, 2018).

8 No final da década de 1970 Rosa Maria Fischer Ferreira publicou o primeiro livro sobre o tema intitulado *Meninos da Rua* (1979). A partir de então, muitas análises foram realizadas sobre esse público e sobre a atuação dos educadores sociais de rua que utilizava inicialmente a base teórica freiriana para analisar suas intervenções e, atualmente, se respaldam em autores de línguas lusófona e espanhola.

cionalização significou também a dispensa do trabalho que desenvolviam nas instituições, o que não tem sido explicado pelas pesquisas da área, que identificam o educador de rua como um profissional surgido numa identificação benemerita e heroica com a causa, numa versão robinsonada de análise das políticas.

A gramática da organização não governamental dialogava com a própria ideia de rua defendida dos educadores sociais –entre eles leigos e não católicos –, na qual o espaço era também um lugar de viver direitos e não de repressão e punição. A rua era o espaço de trabalho educativo, logo, não poderia ser concebida como um mero espaço de circulação de pessoas e sim como de ‘vivência comunitária’ (Miranda, 2021, p. 206, grifo do autor).

Conforme relatório publicado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da FEBEM (1998), a desinstitucionalização, ou seja, a sistemática de favorecer a integração da criança na família, ainda que substituta, com a criação de mecanismos como a guarda e a tutela, foi acompanhada de medidas de atendimento aos menores em seu próprio ambiente - a rua - e da criação de *unidades de passagem*, quase residências familiares, sem as características de instituições totais.

3 O MOVIMENTO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL

A palavra *alternativas*, apresentada no título do livro da CLAI (1985), de Espert em conjunto com o UNICEF (1987) e no livro de Paulo Freire também em conjunto com o UNICEF (1989) não foi uma coincidência⁹, já que a proposta buscava *alternativas* para a desinstitucionalização dos menores. Inicialmente, a FUNABEM, seguindo o modelo de países europeus, buscou a desinstitucionalização pela adoção:

A adoção, que é um instituto muito difundido em outros países, pouco contribui no Brasil para a solução do problema do menor abandonado, porque a quase totalidade das crian-

9 Identificamos no conjunto de publicações do período patrocinadas pelo UNICEF, os seguintes títulos: APARICIO, Julio Enrique. **Pequeños hogares:** una alternativa válida de asistencia para menores. Argentina: UNICEF, 1986. ESPERT S., Francisco; MYERS, William. **Análisis de situación.** Colômbia: UNICEF, 1988. (Serie Divulgativa, 1). ESPERT S., Francisco. **Exposición sobre Modelos alternativos no convencionales para la atención del niño de la calle:** problemática relativamente ao menor em situação de risco. Argentina, 1987. ORTEGA ESTABAN, José. **Delincuencia, reformatório y educacion libertadora.** Madrid: Zero, 1978 (Promoción del Pueblo, 19).

ças não atende o ideal de *eugenia* das famílias interessadas. Geralmente são crianças *feias e de cor* (Câmara dos Deputados, 1976, p. 222, grifo nosso).

As palavras de Irna Marília Kaden, presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) do Rio de Janeiro, demonstram que a adoção não era uma opção fácil, tendo em vista o racismo existente na sociedade brasileira que persistia até mesmo na área social entre aqueles que deveriam combatê-lo. Além disso, a maioria das crianças não possuíam mais vínculos com suas famílias de origem, por isso não tinham lugar para retornar e estavam habituadas ao convívio comum da rua, ocasionado pelas fugas costumeiras.

Entre os anos de 1985 e 1986, 3.500 menores fugiram das unidades da FEBEM de São Paulo. No Rio de Janeiro ocorriam, aproximadamente, 1.200 fugas por ano. “Nas unidades de triagem da Funabem, o número de evasões em 1983 foi de 1.742 menores; em 1984, de 879 menores e em 1985, de 1.138 menores. Nas unidades de permanência, - próprias ou conveniadas – mantidas pela FUNABEM, o número de fugas de menores é bastante significativo: 1.334 em 1983, 974 em 1984 e 1.027 em 1985” (Luppi, 1987, p. 131).

**TABELA 1 – REGISTRO DE FUGAS NAS UNIDADES DA FUNABEM
(PRÓPRIAS OU CONVENIADAS)**

ANO	LOCAL		FUGAS	LOCAL	FUGAS	TOTAL
1983	FUNABEM	Unidades de Triagem	1.742	Unidades de permanência	1.334	3.076
1984			879		974	1.853
1985			1.138		1.027	2.165
1985/ 1986	FEBEM	São Paulo	3.500	Rio de Janeiro	1.200	4.700

FONTE: Luppi, 1987, p. 131

Assim, para que houvesse tamanha intensidade de fugas, já podemos concluir que é possível que não se fizessem tantos esforços para contê-las, como evidencia Carlos Alberto Luppi: “A própria Funabem calcula que existam hoje no País, cerca de 500 mil menores internados nas unidades pertencentes ao Sistema. Cerca de 150 mil foram colocados nos internatos pelas Varas de Família e pelos juizados” (LUPPI, 1987, p. 135). Ainda, segundo o autor, a informação oficial da FUNABEM era de que, “[...] dos atuais 36 milhões de menores em situação de carência e indigência existentes no Brasil, mais de 7 milhões perderam todas ou quase todas as ligações com a família” (Luppi, 1987, p. 136).

Portanto, a *alternativa* encontrada para resolver o problema foi a institucionalização dos menores nas ruas, se é que esse termo é possível de ser utilizado. É interessante observar que identificamos diversas publicações de autores como Ferreira (1979), Passetti et al., (1987), Fausto e Cervini (1996) e próprio Espert que em conjunto com o UNICEF (1987) apresentaram o trabalho infantil como uma das formas de sobrevivência do menor que vivia nas ruas, valorizando a prática, inclusive nas formações que incitavam os educadores a respeitarem o trabalho realizado pelos menores.

Naquele período o trabalho era uma condição para que estes não voltassem para as instituições e, por isso incentivado ao invés de proibido, o que só veio a ser criminalizado como trabalho infantil em meados da década de 1990. Ou seja, depois que o processo de desinstitucionalização ocorreu:

Observamos que em certas situações, meninos de rua que trabalham se comportam diante dos que não trabalham, precisamente como certos segmentos da burguesia, pois esses que não trabalham, são vistos como bandidos. Assim, esses meninos trabalhadores reproduzem essa ideologia diante dos seus companheiros (UNICEF, 1989, p. 17).

A partir desses projetos, surgiu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que realizou três encontros nacionais (1986, 1989 e 1993), ocorridos em Brasília, contribuindo “[...] para a mobilização da sociedade no sentido de aprovar e exigir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com intelectuais, juízes progressistas, promotores, Pastoral do Menor e parlamentares” (Faleiros, 2011, p. 80).

No Brasil, o *I Encontro Nacional das Comissões Locais do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua*, ocorreu em 1986, ocasião em que o MNMMR foi criado. Nesse mesmo momento, firmou-se um Termo de Cooperação Técnica entre o UNICEF e o Ministério da Educação. O convênio possibilitou que o UNICEF criasse:

[...] Programa Regional de Crianças Especialmente Díficeis, desenvolvendo nesta área um intenso trabalho promocional e de conscientização, em nível de governos, Igreja e organizações não-governamentais, no sentido de fomentar em cada país um movimento em prol da abertura institucional, buscando a readequação do funcionamento do sistema, o *barateamento dos custos assistenciais*, [...] a coordenação dos recursos institucionais com os projetos não *convencionais de assistência ao menino trabalhador e de rua* em funcionamento em vários países, sob os auspícios do governo, da Igreja e de

organizações não-governamentais, com o apoio do UNICEF (Espert; UNICEF, 1987, p. 7, grifo nosso).

A urgência em diminuir os custos da institucionalização no Brasil contribuiu para que o UNICEF publicasse diversos Cadernos que apresentavam *alternativas* existentes como forma de incentivar a abertura das instituições. O livro *Abertura e humanização institucional: alternativas para crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres* estimou a existência de um milhão de usuários de um sistema assistencial inaceitável.

Com pouquíssimas variantes, o sistema apresenta estas características bem definidas e constatadas em todo o continente, incluída a área do Caribe: alto custo *per capita*, pequena cobertura, que conforme indicaremos mais adiante não é suficiente para 4% do total das crianças que em cada país precisam da ajuda do Estado, isolamento da criança e, como assinalam numerosos estudos, maus resultados, estabelecendo-se uma visível discrepância entre os custos e os benefícios (Espert; UNICEF, 1987, p. 7).

O livro explica que tanto na região latino-americana e caribenha como em outras partes do mundo a resposta da sociedade para as crianças em circunstâncias especialmente difíceis, em situação de abandono e perigo moral ou delinquência em escala variável obteve como resposta “[...] necessariamente o isolamento do jovem e sua reeducação” (Espert; UNICEF, 1987, p. 7). O que o texto não diz, entretanto, é que essa institucionalização foi uma orientação internacional na qual os organismos e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) tiveram papel determinante.

Segundo o autor, o UNICEF pretendia conscientizar e desestimular, em vários países, os projetos de construção de novos internatos, mas “[...] não pretende, através do seu Programa Regional, fechar as instituições existentes e tampouco aplicar os mesmos critérios de tratamento e assistência a todo tipo de criança”. A justificativa era a de que não pretendia uniformizar a solução, porque justamente intencionava evitar o tratamento padronizado que tentava extinguir. Assim, aqueles que possuíam “[...] leves distúrbios de comportamento, ou que se encontram em situação de abandono, maus tratos, perigo moral e orfandade, devem ser atendidos por sistemas *alternativos de natureza aberta e baixo custo* [...]” evitando que “[...] se construam na região estabelecimentos tradicionais grandes e dispendiosos [...]” (Espert; UNICEF, 1987, p. 8, grifo nosso).

A justificativa para a mudança dos modelos era o fato de que “A região defronta com uma séria crise econômica e social que afeta os estratos mais vulneráveis [...]”. Essa análise sustentava-se no resumo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que enfatizou: Desde 1981 a maioria dos países da América Latina e do Caribe vem sofrendo a mais profunda e extensa crise econômica dos últimos 50 anos. A análise citava vários países da América Latina, dentre eles, o Brasil:

Os últimos dados sobre esse país indicam 7 milhões de meninos ‘de rua’ e outros 400.000 institucionalizados, com todos os problemas que tal situação implica: *alto custo*, separação da família e um processo de socialização inadequado à sua reinserção na sociedade (Espert; UNICEF, 1987, p. 14, grifo nosso).

O problema evidentemente estava na existência das 400 mil crianças institucionalizadas. A justificativa do UNICEF era sempre a mesma e partia da constatação de que “[...] em país algum da região a rede institucional e privada atende ou está apta a atender [...], em vista do seu alto custo, bem como falta de pessoal qualificado e de políticas definidas em matéria de re-educação” (Espert; UNICEF, 1987, p. 14). Assim, dentre as ações promovidas pelo UNICEF, estava a criação de programas alternativos para crianças de rua e a formação de profissionais que deveriam atuar com elas.

Partindo dessa premissa, nenhum autor seria mais adequado do que Paulo Freire, que utilizava uma metodologia que prescindia de espaços institucionais e poderia realizar uma prática até mesmo embaixo de uma mangueira. Na implantação da proposta, o UNICEF enfatizou que o Brasil, o México, a Colômbia e o Equador foram pioneiros em colocar em prática projetos experimentais de atenção não convencionais aos meninos de rua.

Com este material de divulgação, espera-se difundir especialmente as experiências positivas ajustadas aos princípios propostos pelo UNICEF: *baixo custo, ampla cobertura, sem institucionalização do menor*, participação da comunidade e vinculação estreita com os serviços básicos urbanos (UNICEF, 1989, p. 8, grifo nosso).

Na proposta, o UNICEF evidenciava como principal intenção do projeto promover a desinstitucionalização, dentro do que deveriam ser feitos esforços para a seleção e formação dos recursos humanos, merecendo atenção

[...] especial o Educador de Rua, chave do êxito na execução de todo projeto que atende menino ou menina na rua e de rua, sem tirá-lo do ambiente, *respeitando sua liberdade*, fortalecendo, quando possível seus vínculos com a família e sua comunidade e procurando a satisfação de suas necessidades básicas (UNICEF, 1989, p. 8-9, grifo nosso).

Para se colocar em prática o projeto, demandava-se que houvesse “[...] recursos econômicos que deveriam ser fornecidos pelos governos, organizações nacionais privadas e pela cooperação internacional de organismos como o UNICEF” (UNICEF, 1989, p. 8). O apoio da mídia foi fundamental para se alcançar o objetivo da desinstitucionalização.

A iniciativa privada participou também deste esforço nacional. As redes de televisão cederam espaços para divulgação de mensagens. O mesmo fizeram as emissoras de rádio e os jornais. Estima-se que nesta fase o aporte em termos de cessão de espaços nos meios de comunicação superou a casa de US\$ 1,8 milhão, conforme a publicação ‘Acerto de Contas com o Futuro’ do Conselho Nacional de Propaganda - órgão do empresariado desta área - cuja contribuição foi decisiva tanto no planejamento como na execução e na articulação de patrocínio para as atividades de comunicação e mobilização social desenvolvidas neste período (Gomes da Costa, 1993, p. 18).

Além disso, como demonstramos em Fernandes e Lara (2021), em 1987, a Igreja Católica incluiu o tema *Quem acolhe o menor, a mim acolhe* na Campanha da Fraternidade. Nesse sentido, ocorria no Brasil um movimento de salvação da infância oposto ao que acontecera no início do século. Uniam-se então a mídia, as instituições religiosas, os movimentos sociais, os pesquisadores da área, o governo, o UNICEF e demais agências do ONU e os legisladores da Constituição em defesa das crianças e dos adolescentes para salvá-los dos braços do Estado.

A premissa de que a ação do Estado deveria se caracterizar como financiador de programas desenvolvidos por Prefeituras Municipais, em colaboração com a comunidade e de que os menores carentes deveriam ser atendidos indiretamente mediante assessoria técnica e financeira dos municípios contribuiu para que a equipe da FEBEM de São Paulo, seguindo a orientação dada no documento *Promoção social: proposta para o governo do Estado de São Paulo (1983-1986)*, assumisse a bandeira de luta da

[...] *desinstitucionalização* do atendimento, em cujo bojo vinha contida a crítica à institucionalização, a denúncia às formas arcaicas e obsoletas de atendimento à criança e o anúncio da boa nova, ou seja, as perspectivas reais de reversão desse processo. Mas, a palavra era meio pomposa e poderia insinuar dúbia interpretação, sendo traduzida para fins operacionais em *não-internação* e *desinternação* de menores, evidentemente como ênfase a ser dada num processo gradual de mudança (*sic!*) (Bierrenbach, 1987, p. 65, grifo da autora).

Maria Ignês Bierrenbach, presidente da FEBEM/SP em meados da década de 1980, evidencia o jogo de palavras para que o processo de desinstitucionalização não fosse mal compreendido. Ainda assim, “Apesar dos cuidados com a linguagem, as interpretações equivocadas foram muitas [...]”. Segundo a autora, existia a justificativa de que a internação trazia benefícios materiais daquilo a que as crianças não teriam acesso na sua família, o que para ela denotava “[...] um certo viés burguês de interpretação da realidade”. Por isso, tornaram-se corriqueiros os questionamentos referentes

[...] à ‘qualidade’ das desinternações levadas a efeito pela FEBEM/SP, exemplificando-se com este ou aquele caso. De fato, concordávamos que uma desinternação mal feita é uma violência tão grande como uma internação indevida [...] (Bierrenbach, 1987, p. 65).

Para ela, o processo de desinstitucionalização “[...] foi precedido ou concomitante com um verdadeiro desmonte da estrutura do órgão, até então, voltado para dentro [...]”, no acompanhamento de 42 mil casos de internação nas 600 entidades conveniadas no Estado. Essa articulação com a rede privada por meio de convênios também se tornou conflituosa. Segundo a autora,

[...] por volta da puberdade quando das inquietações do corpo e da alma, a maioria das entidades sociais privadas devolviam os ‘menores-problemas’ à FEBEM, já moldados na subserviência ou impregnados pelo germe da revolta (Bierrenbach, 1987, p. 66).

Nesse aspecto, podemos observar os fundamentos do adolescente-problema, disseminado na América Latina sob a influência de Stanley Hall. Além disso, a análise evidencia a relação entre o setor público e o privado na gestão social. Ou seja, enquanto crianças controláveis, os menores

permaneciam nas instituições privadas que recebiam o valor *per capita*, mas, quando se tornavam problemáticos, eram retransferidos para as unidades de infratores das FEBEMs. As estratégias para consolidar a descentralização foram muitas, incluindo-se

[...] a descentralização da Divisão de Prevenção e Integração Social, colocando-se o pessoal em pontos estratégicos junto à população. [...]. O Estado precisa mudar suas relações com as entidades e deixar de financiar a caridade e a benemerência [...] (Bierrenbach, 1987, p. 65-66).

Ou seja, Bierrenbach, como presidente da FEBEM/SP, já havia percebido que, enquanto houvesse destinação de recursos para as convenientes, nenhuma reforma seria realizada: “urgência equilibrar a lotação das unidades ao número de vagas existentes, o que foi feito mediante transferências e desinternações dos menores (*muitas vezes sem a observância de critérios indispensáveis*)” (Bierrenbach, 1982, p. 88, grifo nosso).

A presidente, ao pronunciar o seu discurso de demissão da presidência da FEBEM/SP em 21 de março de 1986, destacou as diversas situações que culminaram com a sua decisão: rebeliões; intervenções da polícia nas unidades depois de dois anos sem ocorrências de tal natureza, o que demonstrava, por si só, um retrocesso no trabalho desenvolvido; além disso, a crítica aberta do custo *per capita* do menor pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que anunciou como “[...] grande realização a descentralização da FEBEM/SP” o desinteresse da Assembleia Legislativa que desde 1979 não analisava os dados de uma Comissão Especial de Inquérito sobre o Menor Abandonado; o fisiologismo de deputados, portadores de discurso aparentemente consistente, mas com léguas de distanciamento da prática, preocupados com a manutenção do cabide de empregos; o farisaísmo do Poder Judiciário, que, em nome de uma pretensa neutralidade e isenção de julgamento, pairavam acima de qualquer crítica; e, por último, as incômodas manchetes de fugas e rebeliões que estampavam os jornais pedindo a demissão da equipe gestora (Bierrenbach, 1987, p. 126).

As estimativas do final da década de 1980, apresentadas por pesquisadores, órgãos nacionais, organismos internacionais e pessoas que estiveram na gestão de alguma FEBEM ou da FUNABEM, apontavam que 47% do total da população brasileira (63 milhões) estavam na faixa de zero a 19 anos. Desta, 57% eram considerados carentes, ou seja, 36 milhões. Os abandonados, público-alvo da FUNABEM, seriam 20%: 7 milhões, mas a FUNABEM atendia apenas 6% do que seria o seu público-alvo: 427 mil menores abandonados e 14 mil menores considerados infratores, o que demonstrava que

o recurso dispensado à instituição era um desperdício, já que muito ficava sem ser feito. Convém mencionar, ainda, que muitas das instituições existentes no período da FUNABEM como órgãos do Estado ainda existem na maioria dos Estados da União.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo centrou-se em realizar uma contextualização sócio-histórica a partir de uma análise documental sustentada em um corpus documental publicado sob a influência do UNICEF, em 1985, 1987 e 1989. A produção está atrelada à organização de um Programa experimental implementado com sucesso na Venezuela entre 1975 e 1979. Dessa experiência, o UNICEF financiou políticas em países da América Latina, a partir da década de 1980.

Para tanto, o UNICEF contou com o apoio de diversos Aparelhos Privados de Hegemonia que eram formados, principalmente, por instituições religiosas e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Compete mencionar, que o financiamento do UNICEF contribuiu, inclusive, para a consolidação de um novo perfil profissional, o educador social de rua e o surgimento desse profissional como categoria é explicável sob a lógica de que haviam instituições que pagavam os seus salários.

Considerando o alto número de institucionalização de menores, a resistência dos governos ditatoriais e dos profissionais das instituições em flexibilizar o movimento de institucionalização, o UNICEF colocou em marcha uma proposta que levou milhares de crianças e adolescentes afastadas pelo Estado de suas relações familiares para a rua no momento anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse movimento contribuiu para a implementação de propostas neoliberais que utilizou em larga medida Aparelhos Privados de Hegemonia, no formato de ONGs que passaram a atuar em nome do Estado, com os menores em situação de rua.

Paralelo a esse movimento, a FUNABEM, com suas representações estaduais, as FEBEMs, vivenciavam um momento de crise, que não coincidentemente sempre antecede a implementação de propostas neoliberais, como demonstrou Fernandes e Costa no artigo intitulado *O estatuto da criança e do adolescente de 1990, a extinção da FUNABEM e a criação da FCBLA: implementação de um modelo neoliberal* (Fernandes; Costa, 2021). Nesse aspecto, apesar da boa intencionalidade dos trabalhadores e dos movimentos sociais, o artigo conclui que a proposta implementada pelo UNICEF, longe de se preocupar com questões humanitárias que envolviam crianças e adolescentes afastados de suas famílias pelo Estado, buscou resolver o problema do Estado, apre-

sentando a rua como alternativa para desinstitucionalizar crianças e adolescentes e colocar em marcha um novo modelo neoliberal de atendimento para a infância, desonerando o Estado da sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALESP. Assembleia Legislativa de São Paulo. *Relatório Final CPI FEBEM*. São Paulo, 24 de novembro de 1998. Acesso em: 13 jun. 2025. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cpi_febem_relatorio_final.htm. (1998).
- BARNOLA, Teresa Albáñez. Prólogo. In: ESPERT S., Francisco; UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Abertura e humanização institucional: alternativas para diminuir o número de crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres*. Trad. Zita S. Pessoa. Bogotá, Colômbia: Unicef, jul./1987. (Série Metodológica, Programa Regional Menores em circunstâncias especialmente difíceis, 7.). p. 5-6. (1987).
- BIERRENBACH, Maria Ignês. Instituição fechada e violência: uma visão de dentro. In: BIERRENBACH, Maria Ignês; SADER, Emir; FIGUEIREDO, Cyntia Petrocinio. *Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. p. 37-128. (1987).
- CABRAL, Márcio Pereira. Metodologia de classificação e análise dos movimentos socioterritoriais: os sujeitos, seus projetos e espaços de lutas no território. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, [S. l.], n. 156, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/89743>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A realidade brasileira do menor: relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor carentes no Brasil*. Brasília: Coordenação de publicações, 1976. (1976).
- CLAI. Conselho Latino-Americano de Igrejas. *Alternativas de atendimento a meninos e meninas de rua: informe final*. São Paulo: CLAI; Metodista, 1985. (1985).
- ESPERT S., Francisco. *Abertura e humanização institucional: alternativas para diminuir o número de crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres*. Trad. Zita S. Pessoa. Bogotá, Colômbia: Unicef, jul./1987. (Série Metodológica, Programa Regional Menores em circunstâncias especialmente difíceis, 7.). (1987).

- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 33-96.
- FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Orgs.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF; FLACSO. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. (1996).
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos da rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: CEDEC; Comissão Justiça e Paz de São Paulo, 1979. (1979).
- FERNANDES, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. A inserção do artigo 227 na Constituição Federal de 1988: os movimentos sociais, os atores políticos e a causa do menor. *Ciências Sociais em Revista*, [S. l.], v. 56, n. 3, p. 289-302, 2021. Acesso em: 26 jan. 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/csu.2020.56.3.04>. (2021).
- FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. O estatuto da criança e do adolescente de 1990, a extinção da FUNABEM e a criação da FCBIA: implementação de um modelo neoliberal. *Educação em Revista*, Marília, v.22, p. 23-40, 2021, Edição Especial. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v22esp.03.p23>. Acesso em: 15 jun. 2025. (2021).
- FREIRE, Paulo; UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Paulo Freire, educadores de rua, uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua*. Programa Regional Menores em Circunstâncias Especialmente difíceis. Colômbia: UNICEF, 1989. (Série Metodológica, 1). (1989).
- GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. *É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município*. São Paulo: Malheiros, 1993. (Série Direitos da criança; 1). (1993).
- LUPPI, Carlos Alberto. *Malditos frutos do nosso ventre*. São Paulo, SP: Ícone, 1987. (Conflitos e Confrontos). (1987).
- MIRANDA, Humberto da Silva. *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas* (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. (2014).
- MIRANDA, Humberto da Silva. *Entre chegadas e partidas: do Projeto Alterna-*

- tivas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 13(25), 200–222. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11998>. (2021).
- PASSETTI, Edson et. al. (Org.). *O mundo do menor infrator*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987. (Teoria e práticas sociais). (1987).
- TALLEI, Jorgelina Ivana. Lugares políticos: ¿y si el otro no estuviera allí? In: *Revista Amazonida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas*, v. 4, n. 1, p. 01–13, 2019. Acesso em: 14 jun. 2025. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/5225/4279>. (2019).
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. (1988).
- ZANELLA, Maria Nilvane. *A perspectiva da ONU sobre o menor, o infrator, o delinquente e o adolescente em conflito com a lei: as políticas de socioeducação* (Dissertação, Educação). Maringá, PR: UEM, 2014. 269f. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2014%20-%20Maria%20Nilvane.pdf>. (2014).
- ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros; CABRITO, Belmiro Gil. A refundação dos conceitos de educação social e educação popular na educação de jovens adultos: a atuação dos organismos internacionais. *RLE – Revista Lusófona de Educação*, 2019, n. 42, pp. 77-93. Doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle42.06. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6699> (2019).
- ZANELLA, Maria Nilvane. *Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes: os fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal*. (Tese, Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2018. 586 f. Disponível em: <http://old.ppe.uem.br/teses/2018/2018%20-%20Maria%20Nilvane.pdf>. (2018).

Recebido em: 16/06/2025

Aceito em: 03/11/2025

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM TEMPOS DE ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: PAULATINAS MUDANÇAS (1990-2006)

JUVENILE OFFENDERS IN THE CONTEXT OF BRAZIL'S CHILD AND ADOLESCENT STATUTE: GRADUAL REFORMS (1990-2006)

Silvia Maria Favero Arend¹

RESUMO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), formulado sob a perspectiva da doutrina da proteção integral durante o processo da redemocratização brasileira, representou um marco na consolidação dos direitos de crianças e adolescentes no País. Este artigo realiza uma análise quantitativa de 50 processos judiciais que envolvem adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, julgados pelo Poder Judiciário do estado de Santa Catarina entre 1990 e 2006. Na primeira parte, é traçado o perfil social dos adolescentes que ingressaram no sistema de Justiça Juvenil no período. Na segunda, examinam-se as principais características da aplicação das medidas socioeducativas. Constatou-se que as mudanças em relação ao cenário anterior, vigente à época da ditadura militar, marcado por discurso menorista e pela violação de direitos humanos, ocorreram de forma paulatina.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Adolescentes em conflito com a lei. Medidas socioeducativas. Redemocratização. Santa Catarina.

ABSTRACT

The Child and Adolescent Statute, formulated under the doctrine of comprehensive protection during Brazil's redemocratization process, marked a turning point in the consolidation of children's and adolescents' rights in the country. This article presents a quantitative analysis of 50 court cases involving male adolescents in conflict with the law, judged by the Judiciary of the State of Santa Catarina between 1990 and 2006. The first part outlines the social profile of the adolescents who entered the juvenile justice system during this period. The second part examines the main characteristics of the implementation of educational and rehabilitative measures. It was found that the transition from the previous context, prevalent during the military dictatorship and characterized by the menorista discourse and the violation of human rights, occurred very slowly

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do curso de História e dos Programas de Pós-graduação em História e Mestrado Profissional em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com atuação nas áreas de História das Infâncias e Juventudes, História da Família, Relações de Gênero e História do Tempo Presente.

Keywords: *Statute of the Child and Adolescent. Juvenile offenders. Educational and rehabilitative measures. Brazil's redemocratization process. Santa Catarina.*

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA²

A Justiça Juvenil, especialmente para os/as adolescentes em conflito com a lei, foi gestada tendo em vista a imbricação de dois paradigmas jurídicos: o do Direito Penal e o do Direito das Infâncias. Nas primeiras décadas do século XX, os menores de idade de ambos os sexos, que haviam cometido infrações, em grande parte dos países da Europa e da América, eram confinados em prisões ou em espaços similares, juntamente com adultos, estando, assim, à mercê de violências de várias ordens. Um dos principais pressupostos do campo do Direito Penal “transportado” para o universo infantojuvenil era a possibilidade de o indivíduo ser ressocializado em instituições de confinamento, ou, então, por meio de outros tipos de ações no campo do social (Platt, 2001).

De acordo com Marcón (2008), nas duas primeiras décadas do século XXI, observam-se duas perspectivas doutrinárias em relação aos adolescentes em conflito com a lei: a referente à Justiça Redistributiva Juvenil e a pautada nos princípios da Justiça Restaurativa. Nas três normativas brasileiras, que tinham por foco as crianças e os adolescentes que mencionaremos a seguir, os princípios da Justiça Redistributiva Juvenil, idealizados por juristas dos Estados Unidos a partir do Movimento dos Reformadores no final do século XIX, embasaram a construção das leis. O jurista Emílio Garcia Méndez, um dos principais defensores na América Latina dos princípios da Justiça Redistributiva Juvenil na atualidade, afirma o seguinte sobre essa perspectiva jurídica:

Os adolescentes são e devem seguir sendo inimputáveis penalmente, quer dizer, não devem estar submetidos nem ao processo, nem às sanções dos adultos e, sobretudo, jamais e por nenhum motivo devem estar nas mesmas instituições

2 Pesquisa financiada pelo ‘Edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nº 9/2023 – Bolsa Produtividade em Pesquisa’ e pelo ‘Edital Chamada Pública Fapesc Nº 048/2022 - Apoio à Infraestrutura para os Grupos de Pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Agradeço a Vanessa Marques de Oliveira e Daniel Alves Boeira (Universidade do Estado de Santa Catarina), Jédivam Maria da Conceição da Silva e Humberto da Silva Miranda (Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)) e Thiago Reisdorfer (Universidade Estadual do Piauí (UESPI)) pelos comentários realizados durante a investigação. A pesquisa contou com a participação dos bolsistas do Programa de Iniciação Científica do CNPq, Carlos Emerim Jacinto Pereira e Christiane Pereira Kilka, discentes do curso de graduação em História da UDESC, em 2024.

que os adultos. *No entanto, os adolescentes são e devem seguir sendo penalmente responsáveis por seus atos (típicos, antijurídicos e culpáveis).* Não é possível nem conveniente inventar euforismos difusos, tais como uma suposta responsabilidade social, somente aparentemente alternativa à responsabilidade penal (Méndez, 2000, p. 8, grifo nosso).

A outra perspectiva jurídica, idealizada inicialmente na Nova Zelândia, apoia-se nos princípios doutrinários da Justiça Restaurativa, a qual defende a “desconstrução” da própria noção de crime. Sob esse enfoque jurídico, a conduta considerada ilícita é compreendida como uma ruptura nas relações sociais orientadas pelas noções de cidadania que prevalecem em cada sociedade e período histórico. No âmbito da Justiça Restaurativa, o processo de reparação dessas relações sociais ultrapassa o episódio que envolve quem é identificado como infrator e quem é identificado como vítima, abrangendo, então, diversos atores sociais da comunidade (Achutti, 2014). No Brasil, no caso de adolescentes em conflito com a lei, a família (em suas múltiplas configurações), a escola, o mercado de trabalho, o sistema de saúde e outras instituições também deveriam integrar esse processo de restauração, que deveria levar em consideração as necessidades próprias desse público infantojuvenil. Para Márcon (2008), a Justiça Restaurativa é guiada pelo princípio da prevenção, pelo qual os diferentes atores sociais atuam de forma conjunta. Segundo o assistente social:

Esta concepción refuerza la posición legal del joven, garantizándole los mismos derechos y garantías que a los adultos, priorizando la prevención antes que la represión. A la par, insta a reducir al mínimo la utilización del servicio tradicional de Justicia ante estos casos y la maximización de la intervención a través de políticas sociales adecuadas, promoviendo la utilización estrictamente excepcional de la privación de libertad ambulatoria. En esta línea de trabajo se incluye la amplificación y flexibilización de las medidas disponibles y, en concordancia, expone como condición *sine qua non* la especialización de todos los agentes que integran el servicio de justicia (jueces, empleados, policías, profesionales etc) (Marcón, 2008, p. 139).

O sistema de Justiça para as infâncias foi instituído no Brasil oficialmente a partir do Código de Menores de 1927³. No caso brasileiro, esse código instituiu a figura jurídica do “menor delinquente”, que poderia so-

3 BRASIL. Decreto Número 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

frer sanções - liberdade vigiada e/ou confinamento - em função de ato infracional cometido entre catorze e dezoito anos. Eram considerados ainda como “menores delinquentes”, de acordo com a referida lei, os “vadios”, os “libertinos”, os “gatunos” e os que viviam em estado de “mendicidade”. Segundo Vianna (1999), paulatinamente, o mencionado discurso jurídico salvacionista, construído sob a égide da moral burguesa e da ética do trabalho sobre essa parcela da população infantojuvenil, foi sendo incorporado ao senso comum da população brasileira, produzindo representações sociais bastante negativas acerca dessas pessoas, associando a delinquência à condição de pobreza.

O Código de Menores de 1979⁴, sancionado durante a ditadura militar sob o enfoque da doutrina jurídica da situação irregular, continuou operando com a noção de “menor” para as pessoas entre dez e dezoito anos. É importante observar que a referida lei aplicava sanções de caráter mais brando às pessoas de ambos os sexos entre dez e catorze anos, em função do tipo de infração cometida e de seus antecedentes, podendo, em alguns casos, ser encaminhadas a instituições de cunho assistencial. Já os meninos e meninas menores de dez anos de idade não sofriam nenhum tipo de sanção.

Diferente do Código de Menores de 1927, porém, que em sua redação buscava caracterizar os sujeitos, o Código de Menores de 1979 atribuía tratamento semelhante aos considerados abandonados e aos que haviam cometido infrações. Na redação das medidas aplicáveis aos considerados “menores” não se faz menção às que somente poderiam ser aplicadas aos que tinham cometido infrações. De acordo com a referida legislação, as seguintes medidas deveriam ser aplicadas pelos operadores do Direito a crianças, adolescentes e jovens: a advertência; a entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade; a colocação em lar substituto; a imposição do regime de liberdade assistida; a colocação em casa de semiliberdade; a internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro, desde que adequado⁵. A historiadora Camila Serafim Daminelli afirma o seguinte sobre este cenário sociojurídico que perdurou por mais de uma década:

Ao procurar não estigmatizar por meio das insígnias de menor abandonado e menor delinquente, a Doutrina da Situação Irregular estigmatizou, no entanto, a menoridade como “indivíduo em situação irregular” (dada a falta, omissão ou

4 BRASIL. Lei Número 6.667, de 10 de outubro de 1979.

5 BRASIL. Lei Número 6.667, de 10 de outubro de 1979, Art. 14.

negligência de seu representante legal, ou seja, em abandono moral ou material) – por isto genérico – e como um vir a ser objeto específico da lei – ou em abandono legal, ou marginal, perigoso, criminoso – cada vez mais longe da assistência, cada vez mais próximo da vigilância e da penalidade. Mas este menor é também abstrato, porque uma vez neste lugar, apagava-se a sua origem comum, e se lhe aplicava um conjunto de medidas (penais) que ignoravam a sua feitura naquele mesmo ambiente de privações, do âmbito da assistência (Daminelli, 2024, p. 58-59).

O Estatuto da Criança e do Adolescente⁶, idealizado sob a ótica da doutrina jurídica da proteção integral no período da chamada redemocratização brasileira, em especial a partir da metade dos anos 1980, procurou romper com a mencionada perspectiva jurídica anterior. A partir dos anos 1990, o discurso relativo à desigualdade social paulatinamente começava a se sobrepor ao associado à moral burguesa e ao da ética do trabalho. Esses embates no campo sociojurídico suscitaram mudanças de diferentes ordens. A designação “menor delinquente” foi substituída por “adolescente autor/a de ato infracional”, passando, depois, para “adolescente em conflito com a lei”. Com esta última designação, procurava-se dissociar o universo do Direito Penal do campo das infâncias e adolescências.

É consenso na historiografia brasileira que, durante a ditadura militar, as violações de direitos humanos ocorridas em relação aos adolescentes em conflito com a lei adquiriram maiores proporções, especialmente nas unidades de internação. Os idealizadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando modificar esse contexto, procuraram garantir aos adolescentes em conflito com a lei a implementação do processo jurídico de acordo com os ritos da lei civil (o denominado processo “justo”), assim como a assistência judiciária à pessoa menor de idade. Nesse mesmo cenário foram implementadas também medidas socioeducativas, pautadas nos pilares da educação, da profissionalização e do trabalho, que visam à ressocialização dos adolescentes. As medidas socioeducativas - advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional - deveriam ser aplicadas pelos juízes das varas da infância e juventude ou instituições similares, evitando, se possível, a privação de liberdade⁷. O assistente social Gustavo Meneghetti afirma o seguinte em relação às medidas socioeducativas:

6 BRASIL. Lei Número 8.069, de 13 de julho de 1990.

7 BRASIL. Lei Número 8.069, de 13 de julho de 1990, Art.112.

Indo além dos aspectos estritamente legais, a primeira questão que emerge é a seguinte: as medidas socioeducativas possuem caráter sancionatório ou pedagógico? O assunto é polêmico e suscita opiniões divergentes, que vão de um extremo ao outro, polarizando concepções punitivas e educativas. Alguns autores reconhecem a natureza sancionatória e punitiva das medidas, dizendo que elas são impostas pelo Estado e restringem direitos do adolescente, porém consideram que a finalidade das medidas é essencialmente pedagógica, no sentido de “reeducar” o adolescente para a vida social. Outros autores entendem que o discurso da socioeducação é falacioso, pois tanto a natureza quanto a finalidade das medidas são de conteúdo repressivo, respaldadas na ideologia da defesa da sociedade (Meneghetti, 2018, p. 218).

Outras duas questões importantes de serem mencionadas nesse processo se referem à municipalização da política de assistência social preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente e à profissionalização dos recursos humanos, especialmente nos centros de internação. Paulatinamente, nos municípios brasileiros de grande e médio porte, foram sendo criados os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) desde a década de 1990 e os Centros de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) a partir de 2002. A criação dessas duas instituições no campo do social foi de fundamental importância para a implementação das medidas socioeducativas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida).

A atuação dos conselheiros tutelares também passou a ser relevante como mediação de conflitos, especialmente no âmbito das relações entre os membros das famílias. As unidades de internação para os adolescentes em conflito com a lei, desde a ditadura militar, passaram a ser geridas pelos governos estaduais. A partir da década de 1990, em muitos estados brasileiros, uma equipe de profissionais das áreas do Serviço Social, da Pedagogia, da Psicologia e do Direito passou a atender aos adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa em meio fechado (regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional).

Compreendemos, portanto, que a partir da década de 1990 tem início um outro contexto no plano sociojurídico em relação aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Objetivando conhecer esta outra conjuntura, que se inaugurou no referido período, realizamos uma análise dos dados quantitativos retirados de 50 processos judiciais emitidos pela Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital (Florianópolis - Santa Catarina

- Brasil) acerca de adolescentes em conflito com a lei do sexo masculino. Do montante de documentos produzidos entre 1990 e 2006, foram selecionados os processos judiciais que abordavam o cumprimento de diferentes medidas socioeducativas pelo adolescente, com ênfase na internação e nos casos considerados “emblemáticos”, no período, em relação à considerada ressocialização.

Vale observar que os 50 processos judiciais analisados correm em segredo de Justiça. Sendo assim, não podemos trazer no artigo informações que possam identificar o adolescente, bem como os membros de sua família. O recorte temporal da investigação está associado ao momento em que os operadores do Direito já estavam um pouco mais familiarizados com a doutrina jurídica da proteção integral. Paes e Cantisano afirmam o seguinte sobre as fontes jurídicas:

Ainda é bastante recorrente na historiografia a ideia de que “direito” é “lei”, no sentido de normas escritas promulgadas por autoridades governamentais. No entanto, “direito” é um campo normativo muito mais amplo do que a legislação escrita. As normas, categorias e institutos jurídicos são produzidos em diversos locais, para além da lei propriamente dita. Os tribunais e os processos judiciais são locais de produção do direito, não de mera aplicação ou disputa. É um fato que, nos tribunais e nos processos judiciais, discutem-se e disputam-se diferentes concepções de justiça. Porém, nessas disputas, as normas, categorias e institutos jurídicos adquirem significados concretos. Em outras palavras, o direito também é produzido em disputas judiciais (Paes; Cantisano, 2021, p. 355).

Os processos jurídicos analisados eram geralmente compostos por documentos que nos informam sobre a trajetória do adolescente em conflito com a lei desde seu ingresso no sistema de Justiça Juvenil até a extinção da medida socioeducativa. O processo tem seu início com o boletim de ocorrência e o termo de declaração, um e outro emitidos pela Polícia Civil. Posteriormente, seguem-se documentos com as manifestações do Ministério Público e o termo de audiência em que se anunciava a medida socioeducativa que o adolescente deveria cumprir. Em seguida, encontram-se apensados os documentos emitidos pelas equipes técnicas (assistente social, psicólogo, pedagogo, etc.) e do Conselho Tutelar. Esses relatórios sociais descrevem as experiências vivenciadas pelos adolescentes durante o cumprimento da(s) medida(s) socioeducativa(s), seja em meio aberto, seja nas instituições de confinamento. Por fim, há os documentos emitidos pelo

Ministério Público e Poder Judiciário comunicando sobre a extinção da medida socioeducativa, outro evento, tal como a fuga da instituição, ou, ainda, o arquivamento do processo.

No que tange à metodologia, os processos judiciais, produzidos ainda em formato papel, foram digitalizados na íntegra e, posteriormente, arquivados em um repositório digital. A partir da metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), efetuamos a análise dos 50 processos judiciais considerando os seguintes descritores: ano de nascimento, idade, cor/raça/etnia, naturalidade, grau de escolarização, infração cometida, local em que foi cometido o ato infracional, medidas socioeducativas recebidas, tempo da medida socioeducativa, formas de saída da instituição, idade de saída da instituição e ideário jurídico que norteou as ações dos operadores do Direito. No artigo, efetuamos a análise em duas partes. Na primeira, buscamos traçar um perfil dos adolescentes que ingressaram no sistema de Justiça Juvenil, na Comarca da Capital, entre 1990 e 2006. Na parte seguinte, descrevemos as principais características da aplicação das medidas socioeducativas aos adolescentes em conflito com a lei.

1 UM PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DA COMARCA DA CAPITAL

Os processos analisados foram emitidos pela Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital, que abrange somente o município de Florianópolis. O município, que desde o século XIX é a capital do estado de Santa Catarina, está localizado majoritariamente na Ilha de Santa Catarina; uma pequena parte, na área continental. Em 1991, o município possuía 242.521 habitantes, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸. Uma década mais tarde, a população do município elevou-se para 341.781 habitantes. Este grande aumento populacional estava associado sobretudo ao fenômeno da migração de pessoas de diferentes estratos sociais que se haviam deslocado para a região em busca de melhores condições de vida.

A economia do município, desde os anos de 1970, estava focada no setor terciário, com destaque para os serviços públicos (instituições estaduais e empresas estatais e de economia mista federais) e os setores do turismo, do comércio e da educação. As populações locais e os migrantes

8 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010. População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Florianópolis. Link de acesso: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>

oriundos das camadas médias, em sua maioria, eram funcionários públicos, professores universitários, pequenos empresários, aposentados, estudantes universitários, etc. Já as populações pobres dividiam-se em dois grandes grupos: os que habitavam na região central e nas antigas freguesias desde longa data e desempenhavam funções laborais relacionadas sobretudo com a pesca e o comércio. Já os migrantes, procedentes especialmente dos estados vizinhos, trabalhavam na construção civil, na área da segurança e nos condomínios residenciais, nos setores de limpeza e faxina, etc. Naquele período, diversos fatores - como a especulação imobiliária, a ausência de redes de sociabilidades na cidade e a precária escolarização - contribuíam para agravar ainda mais a situação de pobreza vivida pelos migrantes.

A arquiteta Aline Almeida da Silva e os cientistas sociais Gláucia de Oliveira Assis e Francisco Canella afirmam o seguinte sobre este processo de urbanização da cidade de Florianópolis nas últimas décadas do século XX:

Em Florianópolis, com a preconização turística para o desenvolvimento urbano, desde as últimas décadas do século XX, a especulação imobiliária aponta para o desenvolvimento segregatório em prol de investimentos financeiros, cujos agentes não priorizam ou provêm condições de acesso ao ambiente urbanizado e ao ambiente natural de forma igualitária, seja para a população local, seja para a população imigrante e contribuinte de um modo geral, pois os objetivos são os investimentos externos e a atração de turistas, assim como de recursos que estes movimentam na economia local (movimentada por investidores) (Silva; Assis; Canella, 2024, p. 200).

Conforme afirma o assistente social Meneghetti (2018), é o próprio sistema de Justiça Juvenil que produz o adolescente em conflito com a lei seja a partir dos discursos, seja em função das práticas. A infração mais recorrente cometida pelos adolescentes, no período analisado, era o furto de bens duráveis, com frequência realizado em residências, o que o Código Penal brasileiro denomina furto qualificado⁹. Outras infrações também presentes nos processos jurídicos, embora com menor frequência, incluem roubo, porte de armas, estelionato, lesão corporal, perturbação da ordem, direção perigosa e homicídios. Cabe destacar que os homicídios aparecem apenas nos autos produzidos a partir dos anos 2000. Entre as demais ocorrências, também em número reduzido, constam casos de porte de drogas

9 BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Art. 155, § 4º. Convenção

(maconha e/ou cocaína), violência sexual, atentado ao pudor e situações envolvendo adolescentes em situação de rua.

Mais da metade das infrações foi cometida pelos adolescentes na região central da cidade, com destaque para as ruas do denominado centro histórico e do maciço do Morro da Cruz. Também foram registrados furtos qualificados nos bairros próximos ao *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina. Um pequeno número de infrações ocorreu nos balneários localizados nas regiões norte, sul e leste da Ilha de Santa Catarina. Já na região continental, o número de ocorrências também foi baixo e com características distintas: os arrombamentos das residências concentraram-se no bairro de Coqueiros, enquanto os homicídios ocorreram no bairro Monte Cristo.

De maneira geral, os adolescentes eram apreendidos pelos policiais militares de Santa Catarina nos próprios locais em que as infrações eram cometidas. Em seguida, eram encaminhados às delegacias da Polícia Civil do município, onde era lavrado o denominado Boletim de Ocorrência (BO). A partir desse momento, Pedros, Josés, Andrés e tantos outros garotos e jovens passavam a ingressar no sistema de Justiça Juvenil da Comarca da Capital, sendo então rotulados de adolescentes em conflito com a lei.

Em outro estudo sobre a temática investigada, operadores do Direito (juiz de Direito, promotora pública, delegada de polícia e assistente social) que atuavam à época, afirmaram em entrevistas que uma das principais características das famílias de jovens envolvidos no comércio de drogas nas ruas da cidade era o fato de terem migrado para Florianópolis naqueles anos. Abaixo os comentários dos referidos profissionais sobre a origem das famílias dessa população infantojuvenil no período em estudo:

Os quatro entrevistados afirmaram que os adolescentes do sexo masculino que vendiam drogas eram oriundos de famílias que haviam migrado nos últimos anos para a cidade de Florianópolis. Segundo o juiz da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, “a maior parte é de fora. Talvez eles (sejam) nascidos aqui, mas as famílias são de fora”. A mesma informação estava presente na narrativa da delegada de polícia: Migrantes temos muitos. Isso vocês vão ter oportunidade, levando a pesquisa adiante, de ver que quando a gente pergunta onde nasceu, vários são de fora. Bem poucos são daqui. E os que são daqui, a família é migrante. A origem é migrante. O nativo mesmo não são muitos não. O nativo mesmo, né, o manezinho mesmo, né. A hora que vocês começarem a acessar ali os dados vocês vão ver que a origem de cada um, e se ele não é, os pais são migrantes (SANDRA MARA PEREIRA, 2008) (Arend, 2025, p. 184).

No entanto, os dados presentes nos processos jurídicos indicam que dois terços dos adolescentes em conflito com a lei haviam nascido em Florianópolis. Talvez estes meninos e rapazes fossem filhos de uma primeira geração de pais, mães, avós, etc. que se tinham estabelecido na cidade nas décadas anteriores. Os filhos dos migrantes, por sua vez, eram, em sua maioria, naturais de cidades do interior do estado de Santa Catarina e de São Paulo. Chama a atenção o fato de os meninos e jovens não serem naturais de localidades do Rio Grande do Sul, apesar de, naquele período, se haver registrado um intenso movimento migratório de pessoas daquele estado para o litoral de Santa Catarina.

O local de moradia dos adolescentes em conflito com a lei no município de Florianópolis e em localidades próximas nos informa sobre a situação socioeconômica de grande parte das famílias. Na parte insular da cidade, estes moravam no maciço do Morro da Cruz, na região do Monte Verde e em localidades situadas no sul da ilha de Santa Catarina. No maciço do Morro da Cruz, desde as primeiras décadas do século XX, habitavam populações pobres que haviam sido expulsas do centro da cidade nas reformas urbanas de caráter higienista. Na região continental, a maioria dos adolescentes residia no bairro Monte Cristo, uma comunidade originada de movimentos sociais, e, no período, considerada uma das regiões mais pobres do município. Ainda havia uma parcela de jovens que residia nos municípios vizinhos - Palhoça e Biguaçu -, consideradas cidades-dormitórios. A partir desses dados, é possível afirmar que uma parcela significativa das famílias dos adolescentes em conflito com a lei vivia em situação de pobreza, como também, possivelmente, seus parentes haviam migrado para o litoral de Santa Catarina em décadas recentes.

O número de meninos que haviam ingressado no sistema de Justiça Juvenil com doze anos era bastante pequeno. A maior parte deles possuía entre catorze e dezessete anos quando passou a cumprir as medidas socioeducativas em regime aberto ou fechado. Nos casos de internação em instituições de confinamento, poucos foram os que permaneceram até os vinte e um anos. De maneira geral, os processos jurídicos não informam sobre seu grau de escolarização e se haviam frequentado a escola antes da aplicação da medida socioeducativa. A ausência dessa informação é relevante, pois a garantia da educação escolar para os adolescentes era um dos grandes desafios dessa política pública, na época considerada bastante inovadora.

Outra questão importante é a reduzida informação presente nos autos sobre o trabalho infantojuvenil desempenhado pelos meninos e rapazes antes de ingressarem no sistema de Justiça Juvenil. Sabemos apenas que alguns deles trabalhavam como servente de pedreiro, auxiliar de pintor,

engraxate, recepcionista, atendente de minimercado e, ainda, no comércio de drogas consideradas ilícitas (maconha, cocaína e crack). Essa última informação aparece somente nos documentos datados depois dos anos 2000. As atividades laborais formais e informais mencionadas caracterizavam-se por serem mal remuneradas (com exceção do tráfico de drogas) e não exigirem um maior grau de escolarização para além do ensino fundamental.

Para finalizar esse perfil, inferimos sobre dois temas bastante polêmicos no que tange aos dados. O primeiro deles diz respeito à configuração da família dos adolescentes em conflito com a lei na Comarca da Capital. De modo geral, os boletins de ocorrência registram o pai e a mãe como responsáveis legais pelos menores de idade. Todavia, nas demais etapas do processo jurídico, especialmente nos relatórios sociais, observamos que geralmente as mulheres - mães, avós, tias e irmãs - é que estavam presentes nos diferentes eventos relativos à aplicação da medida socioeducativa aos adolescentes. Entendemos que essa temática exige uma investigação mais aprofundada, uma vez que, nas últimas décadas, transformações ocorreram na configuração das famílias pobres brasileiras que têm colocado em xeque a noção de “família desestruturada”, amplamente difundida no discurso jurídico desde o Código de Menores de 1979. Em apenas dois casos verificamos que os adolescentes declararam “viver amasiados”. Num dos casos, um deles tinha catorze anos e, o outro, dezesseis.

Metade dos adolescentes em conflito com a lei foi identificada como branca nos processos jurídicos analisados. Uma parcela bem pequena dos meninos e jovens, por sua vez, foi descrita a partir das seguintes denominações: “pardo”, “mulato”, “preto” ou, ainda, “moreno”, ou seja, foram utilizadas as diferentes e preconceituosas designações utilizadas no sul do Brasil para identificar as pessoas afrodescendentes. Em relação aos demais, que correspondem a um terço dos casos, não há informações. Sendo assim, preferimos também nesse tema aprofundar as investigações visando não criar um cenário equivocado acerca da questão racial.

2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI DA COMARCA DA CAPITAL

Constatamos, no período em estudo, que os operadores do Direito aplicavam com frequência a medida socioeducativa de liberdade assistida a adolescentes que cometiam uma infração pela primeira vez, em alguns casos, a de furto. Esta medida socioeducativa preconizava que a ressocialização da pessoa seria feita no âmbito da família, com apoio de profissionais da área do social. Entendemos que, nesse ponto, reside a principal mudança

em relação ao período anterior ao do Estatuto da Criança e do Adolescente: os operadores do Direito passaram a evitar a aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade e privação de liberdade nos casos considerados de menor gravidade.

Na Comarca da Capital, observamos, ainda que de forma gradual, um rompimento com a política de abrigamento sistemático dos filhos e filhas das famílias pobres brasileiras, prática levada a cabo de forma intensificada pelas autoridades durante o período da ditadura militar. Essa nova orientação, de cunho social e familista, estava alinhada às diretrizes da Convenção dos Direitos da Criança, a principal normativa internacional aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1989¹⁰.

Já a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional era, em geral, atribuída pelas autoridades judiciárias aos considerados reincidentes, bem como aos casos de roubo e homicídio. É importante destacar que o número de adolescentes reincidentes representava mais de um terço dos casos. Cabe lembrar que a principal unidade de internação do estado de Santa Catarina desde o período da ditadura militar, o Centro Educacional São Lucas, localizado no vizinho município de São José, foi desativada somente em 2011, após graves denúncias de violações de direitos humanos. Para os adolescentes em conflito com a lei da região considerados “perigosos”, o cenário pouco se alterara em relação ao período do Código de Menores de 1979 (Arend; Silva, 2021).

O assistente social Gustavo Meneghetti afirma o seguinte sobre o atendimento socioeducativo que ocorria no Centro Educacional São Lucas:

O Centro Educacional Regional São Lucas, localizado em São José, na Grande Florianópolis, foi interditado judicialmente em 17 de dezembro de 2010, após denúncias relacionadas tanto às péssimas condições físicas da unidade quanto à violência institucional perpetrada contra os internos. As fiscalizações encontraram, além da absoluta insalubridade das instalações, diversos relatos de maus-tratos, torturas e até mortes de adolescentes. São Lucas foi demolido no dia 06 de junho de 2011. Na ocasião, o governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, disse à imprensa que o ato de demolição significava o fim de um modelo antigo e a construção não apenas de um novo prédio, mas de um novo conceito de atendimento socioeducativo. Por sua vez, a secretária de Justiça e Cidadania, Ada de Luca, afirmou o

10 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989.

seguinte: “vamos escrever uma história nova no estado de Santa Catarina”. Contudo, a derrubada dos muros do São Lucas não significou a tão almejada e proclamada mudança. Como citado acima, o que se verificou na pesquisa foi a continuidade do caos, da precariedade e das violações de direitos dos adolescentes. (Meneghetti, 2018, p. 228-229).

A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade também era aplicada pelos operadores do Direito aos adolescentes em conflito com a lei que haviam cometido infrações consideradas leves, tais como agressão física e direção perigosa. Na década de 1990, os relatórios sociais presentes nos autos informam que as autoridades municipais de Florianópolis ainda não haviam formulado políticas públicas que abarcassem todas as demandas advindas do novo quadro instituído a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. A municipalização dos serviços, que implicou a criação de instituições e a contratação de profissionais especializados, conforme afirmamos anteriormente, foi acontecendo também paulatinamente naqueles anos (Arend; Silva, 2021). Esse dado é bastante importante, pois os jovens, após o término do cumprimento da medida socioeducativa, afirmavam que geralmente não possuíam rede de apoio em termos governamentais. Nos relatórios sociais, apenas as ações dos conselheiros tutelares voltadas à mitigação dos problemas enfrentados pelos adolescentes, bem como os atendimentos psicológicos, eram mencionadas.

O período de execução de uma medida socioeducativa variava de caso a caso, pois o comportamento da pessoa poderia abreviar ou prolongar a sua duração. Os dados quantitativos demonstram que as medidas socioeducativas em meio aberto eram, em geral, cumpridas em períodos relativamente curtos: a prestação de serviços à comunidade durava entre um e três meses, enquanto a liberdade assistida era concluída em seis meses. Por outro lado, o cumprimento da medida socioeducativa de internação pelos adolescentes em conflito com a lei ocorria em prazos significativamente mais longos. Estes permaneciam um ano ou mais nas unidades de contenção, considerando-se o período que abrangia desde a internação provisória até a definitiva. Os autos informam que, durante o período em que estavam privados de liberdade no Centro Educacional São Lucas, o acesso à escolarização era precário ou inexistente. Eventualmente, os rapazes participavam de algumas oficinas profissionalizantes, especialmente no ramo da marcenaria.

A maioria dos adolescentes em conflito com a lei cumpriu a medida socioeducativa em meio aberto dentro do prazo estabelecido pela autoridade judiciária. No entanto, é importante destacar que os poucos garotos e

rapazes oriundos das camadas médias, obrigados a cumprir a medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, frequentemente não realizavam as atividades agendadas pelas assistentes sociais em instituições filantrópicas de Florianópolis. Essa situação gerava tensões e conflitos entre os jovens, suas famílias e os operadores do Direito, conforme descrito de forma enfática nos relatórios sociais.

No caso da medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, o cenário era bem mais complexo. As frequentes fugas do Centro Educacional São Lucas contribuíam para a ampliação do tempo de cumprimento da medida socioeducativa, impedindo que muitos adolescentes encerrassem o período de privação de liberdade inicialmente estipulado pelo juiz. Foram raras as situações em que a medida socioeducativa de privação de liberdade foi concluída dentro do prazo estabelecido pelo Sistema de Justiça Juvenil. A idade de saída da maior parte dos adolescentes da instituição variava entre dezesseis e dezoito anos; em poucos casos, alguns permaneceram até os vinte e um anos.

Para finalizar, entendemos ser importante tecer um comentário sobre as características doutrinárias do discurso jurídico manifestado pelos operadores do Direito da Comarca da Capital no período. Essa temática é de complexa quantificação, pois, muitas vezes, um mesmo processo jurídico, em suas distintas partes, apresentava abordagens diferentes em relação à questão. Podemos afirmar que as autoridades policiais, nos Boletins de Ocorrência, continuavam a utilizar o discurso menorista enunciado nos Códigos de Menores de 1927 e de 1979 ao se referirem aos adolescentes em conflito com a lei. A expressão “menor infrator” era enunciada com certa frequência nesses escritos. Por sua vez, sobretudo na década de 1990, percebemos que vários operadores do Direito - magistrados, promotores públicos e técnicos (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, etc.) - procuravam se distanciar do discurso menorista, adotando, paulatinamente, as categorias discursivas oriundas da doutrina da proteção integral, tais como: ressocialização; criança e adolescente; medidas protetivas; oitiva; etc. Este, porém, também foi um processo lento e cheio de contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da redemocratização brasileira, na década de 1990, o debate sobre a redução da maioridade penal se tem apresentado como um espectro que, ciclicamente, volta a rondar a sociedade - ora com mais intensidade, ora com menos. Projetos de lei, geralmente propostos por parlamentares ligados a partidos políticos de direita, tramitam no Congresso Nacional, tendo como principal argumento a faixa etária dos indivíduos, independentemente de sexo, classe social, etnia/raça, grau de escolarização, etc¹¹. No entanto, a investigação demonstrou que a questão é muito mais complexa, por estar intrinsecamente relacionada às condições socioeconômicas das famílias e às múltiplas dificuldades enfrentadas na implementação efetiva das políticas sociais no período da redemocratização brasileira.

A análise dos dados contidos em processos jurídicos da Comarca da Capital, referentes ao período de 1990 a 2006 envolvendo adolescentes em conflito com a lei, evidenciou que, nos primeiros quinze-anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de direitos às populações mais pobres ainda estava longe de se concretizar plenamente. No que diz respeito à medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, o cenário mostrava poucas mudanças em relação ao período anterior, especialmente diante das recorrentes denúncias de violações de direitos humanos no Centro Educacional São Lucas.

Por outro lado, o aumento da aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto pelos operadores do Direito - como a prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida - representou uma mudança importante. Ainda assim, à época, tais medidas socioeducativas não foram acompanhadas de todos os recursos humanos e de infraestrutura necessários à sua plena efetivação. Entendemos, todavia, que alguns passos começavam a ser dados no sentido de garantir os direitos dos adolescentes em conflito com a lei.

11 Ver, por exemplo, a seguinte notícia: Câmara aprova em 2º turno redução da maioridade penal em crimes graves. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18 de agosto de 2015. <https://www.camara.leg.br/noticias/467647-camara-aprova-em-2o-turno-reducao-da-maioridade-penal-em-crimes-graves>.

REFERÊNCIAS

- AREND, Silvia Maria Fávero. Infâncias sem poesia: adolescentes em conflito com a lei sob a visão de operadores do Direito (Florianópolis, Santa Catarina, 1990-2005). In: RIPE, Fernando; MORAIS, Juliana de Mello; DILMANN, Mauro. (Org.). *História das infâncias nos dois lados do Atlântico, entre o moderno e o contemporâneo*. Caxias do Sul: Educs, 2025, v. 1, p. 177-193. Disponível em: <<https://www.ucs.br/educs/livro/historia-das-infancias-nos-dois-lados-do-atlantico-entre-o-moderno-e-o-contemporaneo-6004/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- AREND, Silvia Maria Fávero; SILVA, Otoniel Rodrigues. Violações de direitos humanos em uma instituição para adolescentes em conflito com a lei (Santa Catarina/Brasil, 1984 - 2010). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 1, p. 35-55, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/12633>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- ACHUTTI, Daniel. Abolicionismo penal e Justiça Restaurativa: Do idealismo ao realismo político-criminal. *Revista Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 33-69, 2014. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/651>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- CANTISANO, Pedro; DIAS PAES, Mariana Armond. Processos judiciais e escrita da história na América Latina. *Varia História [online]*, v. 37, n. 74, p. 353-360, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/MmsjbRvd97pLqmStC3ZjnZJ/?lang=pt> Acesso em: 24 jun. 2025.
- DAMINELLI, Camila Serafim. História de um sujeito genérico abstrato: o menor e a menoridade no Brasil no contexto do Código de Menores de 1979. In: AREND, Silvia Maria Fávero.; MIRANDA, Humberto da Silva. *Os tempos da justiça: história, infâncias e direitos humanos na América Latina*. Criciúma: Ediunesc, 2023, p. 47-62. Disponível em: <https://repositorio.unesc.net/handle/1/10528>
- MARCÓN, Orvaldo Agustín. La responsabilidad del niño que delinque. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 237 - 247, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/zZnWcKC3Txy4WT5xfHQmvQb/?lang=es> Acesso em: 12 jun. 2025.
- MÉNDEZ, Emílio Garcia. *Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino-americano*. Buenos Aires, 2000. Disponível em: www.justica21.org.br
- MENEGHETTI, Gustavo. *Na mira do sistema penal: o processo de criminalização de adolescentes pobres, negros e moradores da periferia no âmbito do sistema penal catarinense*. Tese (doutorado em Serviço Social)

- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PLATT, Anthony M. *Los Salvadores del Niño. La Invención de la delinquência*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

SILVA, Aline Almeida da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CANELLA, Francisco. Urbanização de Florianópolis: (a) parte da população na história da capital turística e tecnológica. *Texturas (Canoas)*, v. 26, p. 191-208, 2024. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/7933> Acesso em: 26 jul. 2025.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e menori-dade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Recebido em: 04/09/2025

Aceito em: 24/12/2025

CARTOGRAFIAS DAS JUVENTUDES: ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO RIO GRANDE DO SUL (RS)

CARTOGRAFÍAS DE LAS JUVENTUDES: ESTADO DEL ARTE DE LAS PRODUCCIONES ACADÉMICAS EN EL RIO GRANDE DO SUL (RS)

Marina de Assumpção Bello¹
Victor Hugo Nedel Oliveira²

RESUMO

O artigo apresenta um estado da arte das produções acadêmicas voltadas às juventudes no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* no Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2024. Metodologicamente, a pesquisa se apoia na sistematização de 176 dissertações e teses localizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, produzidas em instituições gaúchas e que têm como foco central a temática juvenil. Foram extraídos e analisados dados sobre autoria, ano de defesa, instituição, programa, região de estudo, abordagem metodológica e sujeitos das pesquisas. Os resultados apontam a predominância de abordagens qualitativas e uma concentração dos trabalhos em PPGs das Ciências Humanas, especialmente nas áreas da Educação e Ciências Sociais. Observou-se forte presença de pesquisas sobre jovens em contextos escolares e de políticas públicas para juventudes, com crescente atenção às interseccionalidades de raça, gênero, classe e território. Contudo, ainda há lacunas relevantes, como a escassez de estudos sobre juventudes e diversidade e sobre a relação entre juventudes e crise climática. As instituições com maior produção concentram-se na capital do Estado e em centros consolidados, revelando desigualdades regionais na produção científica. O artigo busca contribuir para a consolidação do campo de estudos das juventudes no sul do Brasil e destaca a importância de ampliar e diversificar as investigações, reconhecendo as juventudes como sujeitos políticos e produtores de espacialidades. Ao mapear o conhecimento existente, a pesquisa indica caminhos para futuras agendas investigativas e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades juvenis.

Palavras-chave: Juventudes. Estado da Arte. Pós-graduação. Rio Grande do Sul. Interseccionalidades.

1 Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica (BIC) no projeto de pesquisa “A produção de conhecimento sobre juventudes na Geografia brasileira: concepções teóricas e metodológicas”, sob orientação do Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira, vinculado ao Departamento de Geografia da UFRGS.

2 Professor Adjunto do Departamento e do PPG em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Educação (PUCRS), com estágios de pós-doutorado em Educação (PUCRS) e Sociologia (UFRGS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Espaço (GEPJUVE/CNPq) e Pesquisador PqG/FAPERGS. Atuou como Professor Visitante na Universidade de Lisboa, Universidad de Valladolid e Universidad Nacional de La Plata.

RESUMEN

El artículo presenta un estado del arte de las producciones académicas enfocadas en las juventudes en el ámbito de la Posgrado stricto sensu en el estado de Río Grande del Sur, entre los años 2015 y 2024. Metodológicamente, la investigación se apoya en la sistematización de 176 tesis y disertaciones localizadas en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones, producidas en instituciones del estado que tienen como foco central la temática juvenil. Se extrajeron y analizaron datos sobre autoría, año de defensa, institución, programa, región del estudio, enfoque metodológico y sujetos de las investigaciones. Los resultados señalan la predominancia de enfoques cualitativos y una concentración de los trabajos en programas de posgrado del área de Ciencias Humanas, especialmente en Educación y Ciencias Sociales. Se observó una fuerte presencia de investigaciones sobre jóvenes en contextos escolares y sobre políticas públicas para juventudes, con creciente atención a las interseccionalidades de raza, género, clase y territorio. Sin embargo, aún existen vacíos relevantes, como la escasez de estudios sobre juventudes y diversidad, y sobre la relación entre juventudes y crisis climática. Las instituciones con mayor producción se concentran en la capital del estado y en centros consolidados, lo que revela desigualdades regionales en la producción científica. El artículo busca contribuir a la consolidación del campo de estudios sobre juventudes en el sur de Brasil y resalta la importancia de ampliar y diversificar las investigaciones, reconociendo a las juventudes como sujetos políticos y productores de espacialidades. Al mapear el conocimiento existente, la investigación indica caminos para futuras agendas investigativas y para la formulación de políticas públicas más sensibles a las realidades juveniles.

Palabras clave: Juventudes. Estado del Arte. Posgrado. Río Grande del Sur. Interseccionalidades.

INTRODUÇÃO

As juventudes na estrutura social constituem uma categoria própria, composta por sujeitos políticos diversos, com suas próprias demandas, culturas, ideias, angústias, direitos e deveres. Assim, indissociáveis das condições materiais da sua existência, produzem as próprias espacialidades, territórios e vivências, e os constroem sob sua própria maneira de ser jovem (Dayrell, 2003; Pais, 2005; Feixa, 1999). O conceito de juventude envolve uma série de contradições, ambiguidades, disparidades e ocultamentos sobre o ser jovem e o significado desta identidade frente aos arranjos sociais. Nesse sentido, consideramos os termos “condição juvenil”, em referência à maneira como a juventude é pensada e os sentidos atribuídos a ela pela sociedade, juntamente à ideia de “situação juvenil,” a partir das diversas formas e realidades de vivenciar o período da juventude, tendo base em suas posições sociais, étnico-raciais, de gênero e demais fatores. (Abra-mo, 1997; Dayrell, 2007).

Deste modo, na América Latina e no Rio Grande do Sul, em diferentes geografias, o significado do ser jovem abrange características, contextos, objetos e ações específicas, assim como as discussões científicas sobre estes

sujeitos, que nos permitem construir uma reflexão acerca da percepção acadêmica sobre juventudes e inferir quais questões recebem mais atenção das instituições de ensino superior.

Dessa forma, opta-se por uma abordagem de análise que considere as condições materiais como definidoras das relações das quais os sujeitos fazem parte e suas mudanças, historicidades, uma leitura materialista-histórica dialética. Fenômenos sociais são intrinsecamente vinculados ao espaço – mesmo virtual – e tais espacialidades – diferentes/desiguais como as juventudes – produzem relações igualmente diversas (Oliveira, 2023a).

O tratamento da academia a respeito dos jovens enquanto agentes sociais e políticos não é tradição. Para formalizar metodologicamente as pesquisas sobre juventudes enquanto categoria própria de estudos e dar continuidade sobre bases qualitativas ao seu desenvolvimento, é necessário compreender os caminhos que já foram trilhados. A construção do Estado da Arte (Morosini e Fernandes, 2014) consiste no levantamento e seleção das produções acadêmicas, assim como a extração de dados sobre cada pesquisa, sistematizados e organizados a fim de possibilitar o aprofundamento das reflexões e sínteses das características que formam o *corpus* de análise.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo construir um estado da arte das teses e dissertações sobre juventudes produzidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2024. A investigação busca compreender como a academia gaúcha tem se debruçado sobre a temática juvenil, identificando tendências, silenciamentos e possibilidades para a consolidação e expansão do campo. Assim, conhecer as produções acadêmicas sobre juventudes no estado possibilita refletir sobre lacunas, potencialidades e contribuições para políticas públicas e práticas sociais, qualificando o debate científico acerca dessa categoria social.

1 METODOLOGIA

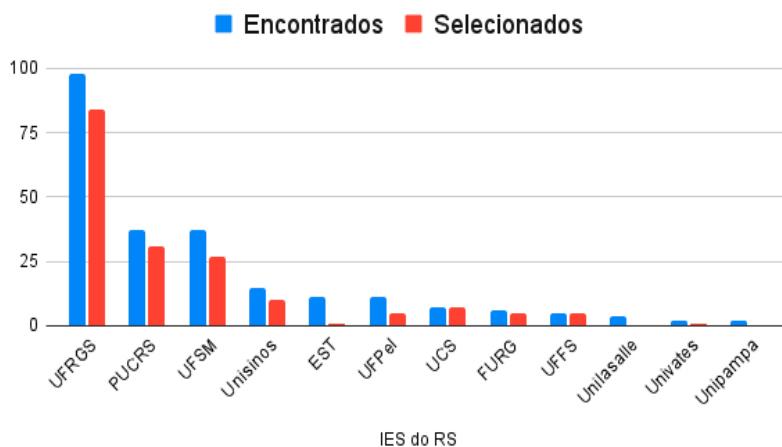
Entendemos que para bem analisar a produção científica é necessário reconhecer uma série de condicionantes nos quais está inserida, não somente as características do pesquisador que a produz. São considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, em acordo ao Artigo primeiro do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Assim, para a composição de um *corpus* de análise, foi delimitada a temática de seleção das pesquisas e destas foram extraídos dados que contribuam para a discussão de suas particularidades, embasamentos, silêncios e possibilidades. A escolha de teses e dissertações como base para a pesquisa se deu pela possibilidade de compreensão acerca do aprofundamento dos trabalhos e nível de especialização dos pesquisadores na temática das juventudes.

Para a busca das produções a respeito de juventudes no estado do Rio Grande do Sul, foi utilizada como banco de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O recorte temporal adotado para a pesquisa de teses e dissertações foi entre os anos de 2015 e 2024, buscando delimitar a análise às produções mais recentes no tema na última década. Os descritores, ou palavras utilizadas na busca, foram: “Jovens” e “Juventudes”. Dos trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles que centralizam a temática da pesquisa diretamente nas juventudes e no ser jovem, portanto, foram excluídos os que tratam da educação de jovens e adultos (EJA), formação de jovens professores, práticas de ensino e de outros marcadores sociais, sem se especificarem na juventude. Durante o período de levantamento das pesquisas, estavam fora do ar os repositórios digitais da Unipampa e da Unilasalle, portanto os trabalhos foram localizados, mas não foi possível acessá-los.

Das teses e dissertações selecionadas foram extraídos os dados: autor; orientador, ano de publicação; instituição; programa de pós-graduação; palavras-chave; objetivo; método de produção de dados; método de análise dos dados; sujeitos; e região do estado que é cenário das pesquisas. As regiões consideradas foram as mesorregiões do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022), com a separação adicional das pesquisas que ocorrem na Região Metropolitana de Porto Alegre, os 34 municípios (Rio Grande do Sul, 2012).

No gráfico 1 é apresentada a relação entre trabalhos encontrados e selecionados por instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul.

Gráfico 1 – Trabalhos encontrados e selecionados por instituição de ensino superior.



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

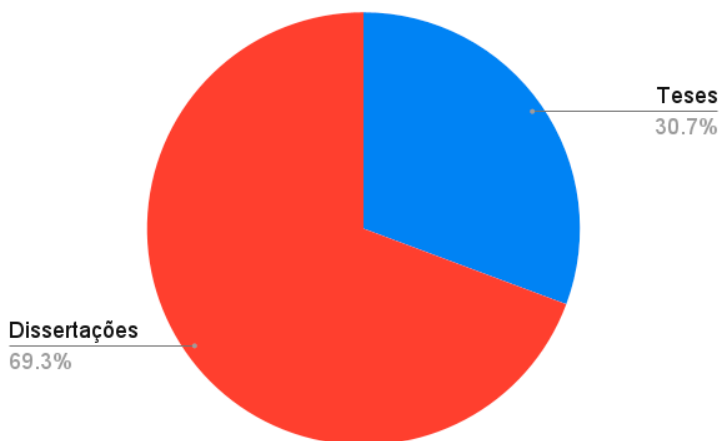
Destaca-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como a maior universidade pública do estado e com maior número de produções. Em sequência, a PUCRS, como maior universidade privada do estado, seguida pela Federal de Santa Maria (UFSM), são instituições que possuem núcleos de estudos e observatórios específicos ou relacionados aos jovens. As demais instituições apresentam menor quantidade de trabalhos localizados ou selecionados sobre juventudes, por vezes por serem instituições recentes (como são a Unipampa e a UFFS), mas observa-se a diminuição no volume dos trabalhos conforme a interiorização das instituições.

Por ter sido realizada somente com textos científicos para revisão da literatura científica, esta pesquisa foi dispensada de análise ética, conforme Resolução 510/2016 (Brasil, 2016).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico 2 apresenta a relação dos dados obtidos entre tipologia e nível dos trabalhos encontrados entre teses e dissertações:

Gráfico 2 – Tipo dos trabalhos

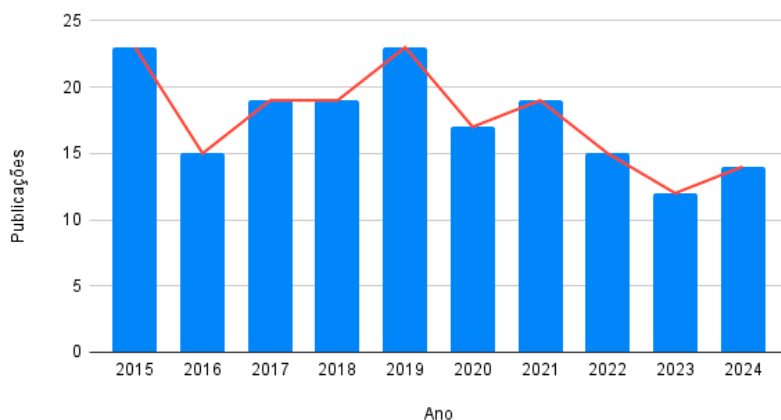


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

Verifica-se que as dissertações de mestrado somaram 69% ($n = 122$) dos trabalhos encontrados e, conseqüentemente, as teses de doutorado configuram os 31% ($n = 54$) restantes. Esse resultado indica como o tema das juventudes encontra-se em construção e especialização de seus pesquisadores. Para expandir essa análise é possível comparar os números das teses e dissertações publicadas sobre juventudes no Rio Grande do Sul com os números gerais das pós-graduações no Brasil, a partir da BDTD, filtrando pelo

mesmo período. Na última década, entre 2015 e 2024, foram publicadas e registradas no repositório 397.008 dissertações e 174.184 teses, na proporção de 2,28 mestres a cada doutor. De maneira similar, os trabalhos selecionados na pesquisa a proporção é de 2,26 dissertações a cada tese, seguindo a tendência nacional dentro da temática de juventudes no estado. Em seguida, o gráfico 3 indica os anos de defesa das produções selecionadas.

Gráfico 3 – Publicações por ano

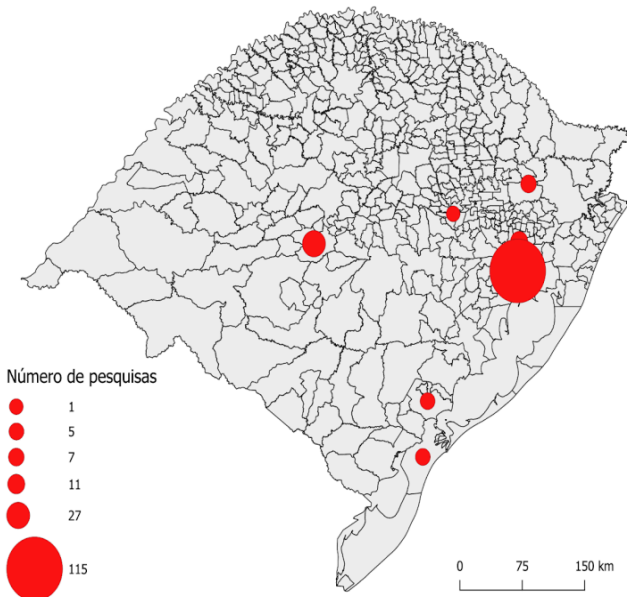


Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

Como definido na metodologia da pesquisa, os trabalhos selecionados são da última década, iniciam-se no ano de 2015 com 13% ($n = 23$), seguidos em 2016 com 9% ($n = 15$), em 2017 com 11% ($n = 19$), igualmente 2018 com 11% ($n = 19$), cresce em 2019 com 13% dos trabalhos ($n = 23$), e caindo a partir de 2020 com 10% ($n = 17$). A sequência é completa por 2021 com 11% ($n = 19$), 2022 com 9% ($n = 15$), chegando em 2023 a 7% ($n = 12$) e, por fim, o ano de 2024 que somou 8% ($n = 14$) dos trabalhos. A sequência temporal apresentada no gráfico possui baixa variedade no número de publicações ao longo dos anos, mas com a tendência recente de diminuição.

O mapa 1, relaciona por proporção o volume de produções nas cidades sede das instituições gaúchas.

Mapa 1 – Produções localizadas pela cidade sede das instituições



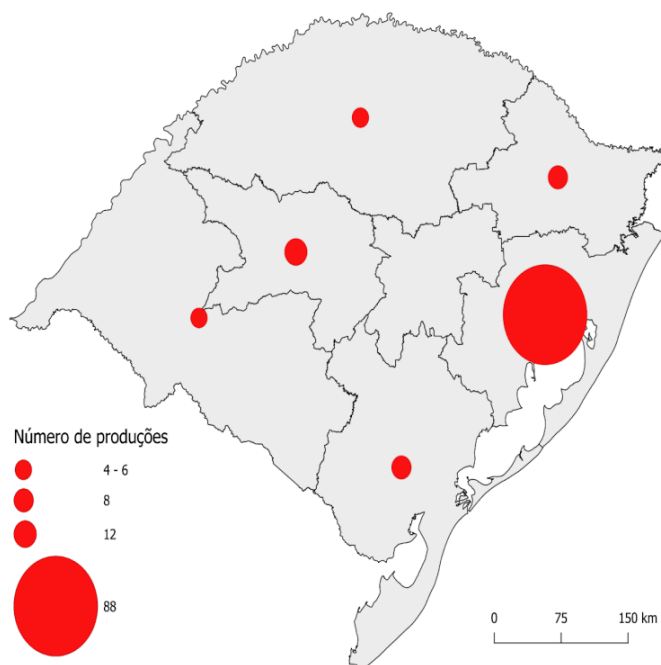
Fonte: banco de dados da pesquisa (2025) **Elaboração:** os autores (2025).

Como complemento ao colocado a respeito do gráfico 1 (trabalhos encontrados e selecionados), as produções se concentram na capital, Porto Alegre com 65% (n = 115), sede da UFRGS, associada a existência de grupos de estudo sobre juventudes, como é o Grupo de estudos e pesquisas em juventudes e educação (GEPJUVE), coordenado pelo Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira, e o Grupo de Pesquisa em Socialização, Estratificação e Trajetórias Juvenis e Educacionais (GESET), coordenado pelo Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro; e da PUCRS, que desenvolve o Observatório das Juventudes. Santa Maria, na região central do estado, apresentou 15% (n = 27) dos trabalhos, o que é associado às atividades do Núcleo de estudos sobre a infância, a juventude e famílias (NEJIF), coordenado pela Profa. Dra. Nara Vieira Ramos. Na sequência, São Leopoldo na região metropolitana soma 6% (n = 11) das produções, seguida por Caxias do Sul com 4% (n = 7), Pelotas e Rio Grande, que abrigam universidades federais, com 3% (n = 5), e, por fim, Lajeado com < 1% (n = 1).

Para além do local onde foram produzidas as pesquisas, considerou-se os cenários que abrigaram os estudos, às localidades que pertencem às juventudes estudadas, sistematizados pelo mapa 2. Organizou-se a divisão dos cenários entre as mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022), mas com a distinção entre a mesorregião chamada Metropolitana de Porto Alegre e a própria região metropolitana da capital (RMPA),

com os 34 municípios oficialmente atrelados (Rio Grande do Sul, 2012). Por vezes, estudos fizeram análises comparativas entre duas localidades no RS e ambas somaram às ocorrências, já algumas produções analisaram outras localidades fora do estado, sendo assim, os dados quantitativos deste mapa não somam em 100% = 176 ocorrências.

Mapa 2 – Cenário das pesquisas por mesorregiões do RS.



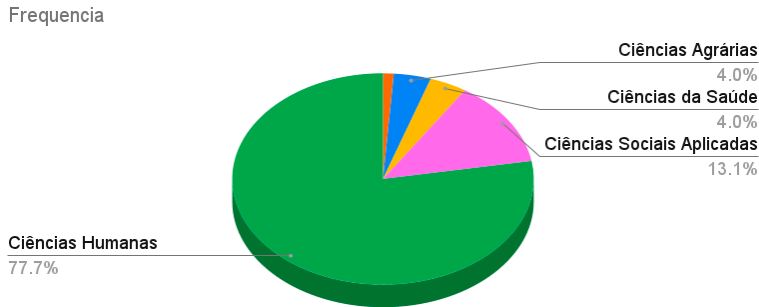
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: os autores (2025).

A mesorregião gaúcha que mais foi cenário das pesquisas foi a Metropolitana de Porto Alegre, com 88 ocorrências e a RMPA com 84, indicando a predominância de estudos sobre jovens urbanos e a realidade das juventudes nas grandes cidades. Seguido pelo Centro Oriental Rio Grandense, com 12 ocorrências e Nordeste e Sudeste Rio Grandenses com 8 ocorrências cada. O Noroeste Rio Grandense foi cenário para 6 das pesquisas e o Centro Oriental não recebeu nenhuma.

Os cenários da pesquisa contrastam principalmente pelo modo de vida das diversas juventudes em cada localidade, se trata de jovens envolvidos em diferentes grupos, culturas e atividades econômicas etc. Relacionamos a atenção acadêmica aos diferentes lugares também à construção do conceito, por vezes homogeneizante, de juventudes e suas disparidades.

Tratando da origem dos trabalhos analisados, foram coletados os dados a respeito dos programas de pós-graduação que produziram as teses e dissertações localizadas sobre juventudes. Iniciamos essa análise pelo gráfico 4, que organiza as grandes áreas de conhecimento reconhecidas pelas Capes.

Gráfico 4 – Grande área do conhecimento Capes



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

A grande área dos PPGs é definida por afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos (Brasil, 2024); esta é a primeira das divisões que a Capes realiza entre os PPGs para fins de organização e sistematização das análises possíveis. Podemos, partindo do gráfico 4, observar como a grande maioria, 78% (n = 136) dos trabalhos pertencem às Ciências Humanas, a área onde primeiro surgem os trabalhos com foco nas juventudes (Oliveira, 2025), seguido pelas Ciências Sociais Aplicadas com 13% (n = 23). Em menor número, áreas do conhecimento que têm enfoque emergente às juventudes, estão as Ciências da Saúde que representam 4% (n = 7) das ocorrências, Ciências Agrárias também com 4% (n = 7) e Linguística, Letras e Artes em 1% (n = 2).

De maneira mais específica, no quadro 1 estão dispostos os Programas de pós-graduação de origem dos trabalhos como foram nominalmente descritos nos trabalhos:

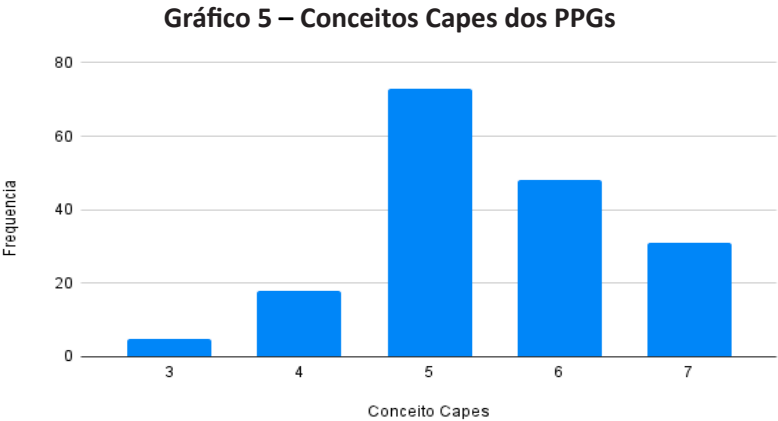
Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação	Ocorrências	%
Educação	65	37%
Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política)	29	16%
Psicologia	19	11%
Serviço social	10	6%
Comunicação	6	3%
Geografia	5	3%

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025)

Especificando as áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação, a educação (37%, $n = 65$) tem destaque pelo fato da infância e juventude serem sujeitos centrais nas pesquisas em educação como um todo. Enquanto as Ciências Sociais (16%, $n = 29$) historicamente assumiram o protagonismo no debate sobre as questões das juventudes, inaugurando reflexões fundamentais que até hoje influenciam os estudos na área (Oliveira, 2025). Na sequência, PPGs em Psicologia foram origem de 11% ($n = 19$) das pesquisas, dando enfoque a questões relacionais e, principalmente, subjetivas das juventudes. O Serviço Social, em 6% ($n = 10$) debate principalmente as políticas públicas direcionadas a estes sujeitos e seus efeitos. A Comunicação representou origem de 3% ($n = 6$) dos trabalhos, abordando questões interação das juventudes com as redes sociais e o consumo de música e publicidade. Enfim, a Geografia, também com 3% ($n = 5$) dos trabalhos, recentemente tem assumido um papel de destaque nos estudos sobre juventudes, reconhecendo que as transformações individuais e coletivas pelas quais passam os jovens, estão profundamente entrelaçadas às condições históricas sociais e não podem ser dissociadas do espaço (Oliveira, 2025).

Ainda sobre os programas de pós-graduação que produziram as pesquisas, foram localizados, através da avaliação quadrienal da Capes de 2021, os conceitos atribuídos a cada programa, sistematizados em seguida pelo gráfico 5.



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025)

Partindo da classificação feita pela Capes, considera-se programas de conceito 3, 4 e 5 como “bons” e os programas com conceito 6 e 7 como programas “de excelência”. Nota-se que a maior parte (42%, $n = 73$) dos trabalhos localizados são provenientes de programas conceito 5, junto a 10% ($n = 18$) com conceito 4 e 3% ($n = 5$) com conceito 3, ou seja, 55% dos trabalhos provêm de programas avaliados como bons. Já os programas dados como de excelência configuram os 45% restantes, com 27% ($n = 48$) avaliados em conceito 6 e 18% ($n = 31$) vieram de programas com a nota máxima, 7.

O conceito recebido pelos programas de pós-graduação pela Capes não é determinante para a qualidade das produções, apesar de um indicativo de “excelência”, a discussão acerca dos conceitos dos programas é polêmica na análise qualitativa sobre os debates.

Os critérios utilizados pela Capes na avaliação dos PPGs são: proposta do programa; corpo docente; corpo discente; teses e dissertações; produção intelectual e inserção social. No entanto, programas com a nota mais alta tendem a angariar maiores verbas e manter a produtividade mais alta do que programas que foram criados recentemente, tendo o tempo de criação dos PPGs como dado importante na conquista dos conceitos (Silva e Dantas, 2017). Assim, se submete a pós-graduação brasileira muitas vezes à lógica produtivista, valorando o número de publicações sobre a formação qualitativa com maior quantidade de estudantes, podendo agravar desigualdades e dificultar o desenvolvimento de novos programas (Aita e Oliveira, 2021).

A figura 1 na sequência expressa por relação de tamanho os principais verbos que introduzem os objetivos gerais dos trabalhos selecionados para análise.

Figura 1 – Nuvem de palavras objetivos gerais



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

Os principais verbos encontrados e em maior tamanho na figura são “compreender”; “analisar” e “investigar”, indicando os esforços das investigações em identificar elementos a respeito das realidades juvenis a partir das suas materialidades. Realizando uma breve análise pela taxonomia de Bloom (1956), que sistematiza os verbos dos objetivos gerais das pesquisas em categorias de domínio cognitivo (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação), da menos à mais complexa, pode-se inferir que os verbos “analisar” e “investigar” conferem média a alta complexidade às pesquisas, enquanto “compreender” seria de menor complexidade. Assim, dada a variedade de campos e áreas de conhecimento que debatem juventudes no Rio Grande do Sul, os níveis de aprofundamento a que se propõem as pesquisas também são diversos.

Em seguida, na figura 2, compõe-se a nuvem de palavras, destacando em maior tamanho as que ocorreram mais frequentemente ao descrever os temas centrais dos trabalhos.

Figura 2 – Nuvem de palavras das palavras-chave



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

A partir da nuvem de palavras da figura 2 é possível dividir os termos presentes entre categorias de sujeitos, temáticas e espaços que mais frequentemente foram abordados nas pesquisas, indicados pelas palavras-chave. Entre sujeitos, destaca-se a presença das palavras “juventude”; “juventudes”; “jovens”, confirmando a centralidade dos estudos das juventudes enquanto categoria social própria. Das temáticas observadas na figuras, estão “políticas públicas” destaca o papel da pesquisa científica no desenvolvimento de políticas públicas de juventude no país; seguido por “ensino” que sinaliza como principal o enfoque sobre aqueles jovens inseridos em instituições de educação; “política” e “participação” indicam a temática de jovens envolvidos em militância ou nas discussões sobre política no estado, sobre a potencialidade e participação cidadã das juventudes; “gênero” e “raça” demonstram a importância e a preocupação das pesquisas em frisar interseccionalidades e diferenças entre as situações juvenis estudadas. Por fim, pode se destacar entre as palavras da figura espaços importantes como “escola”, “periferia”, “rural” e “cidade” que, além do ambiente escolar, importante na formação e convivência das juventudes, definem como o contexto sócio-espacial das juventudes são determinantes na constituição de suas identidades.

A seguir, na figura 3 são organizadas as palavras mais recorrentes encontradas nas principais considerações finais das pesquisas.

Figura 3 – Nuvem de palavras das considerações finais



Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025).

Observando a nuvem de palavras da figura 3, como esperado, as palavras “jovens” e “juventude” sobressaem, reiterando a centralidade das pesquisas nos sujeitos jovens. Na sequência, pode-se inferir sobre as considerações finais das produções a atenção às diferentes vivências juvenis a partir de palavras como “relações”, “cultura” e “práticas”, além da presença de palavras que remetem a educação e a identidade estudantil, como por “escola”, “ensino” e “educação” em proporção. Ademais, palavras como “política”, que dá destaque a participação política dos jovens e “políticas”, no plural, remetendo às políticas públicas de juventude corroboram com a importância da investigação acadêmica acerca do previsto nos artigos do Estatuto da Juventude, lei federal que dispõe sobre os direitos do jovem (Brasil, 2013).

A partir dos dados coletados das investigações selecionadas foi realizada a construção do quadro 2:

Quadro 2 – Quadro metodológico dos trabalhos selecionados para análise

Abordagem	Ocorrências	%
Qualitativa	139	79%
Mista	32	18%
Quantitativa	5	3%
Instrumento de produção de dados	Ocorrências	%
Entrevistas (em múltiplas formas)	93	53%
Observação (em múltiplas formas)	48	27%
Questionário/Survey/Enquete	38	22%
Análise documental	36	20%
Grupos (em múltiplas formas)	21	12%
Levantamento/análise de dados estatísticos	12	7%
Diários de campo	10	6%
Cartografia	5	3%
Técnica de análise dos dados	Ocorrências	%
Não localizado	90	51%
Análise de conteúdo	24	14%
Análise textual discursiva	20	11%
Análise do discurso	13	7%
Análise estatística	7	4%
Análise temática	6	3%
Hermenêutica	6	3%
Outros	12	7%
Questões éticas	Ocorrências	%
Localizado	96	55%
Não localizado	67	38%
Dispensa	13	7%
Sujeitos	Ocorrências	%

Jovens	176	100%
Jovens estudantes	64	36%
Estudantes do ensino médio	27	15%
Beneficiários de políticas públicas	14	8%
Jovens em cumprimento de medida socioeducativa	13	7%
Juventude rural	13	7%
Jovens mulheres	11	6%
Juventude periférica	11	6%
Juventude negra	10	6%
Cenário	Ocorrências	%
Metropolitana de Porto Alegre	88	50%
RMPA	84	48%
Centro Ocidental RS	12	7%
Nordeste Rio-Grandense	8	5%
Sudeste Rio-Grandense	8	5%
Noroeste Rio-Grandense	6	3%
Rio Grande do Sul	6	3%
Sudoeste Rio-Grandense	4	2%
Centro Oriental	0	0%
Região Sul do Brasil	13	7%
Brasil	13	7%
Região Nordeste do Brasil	4	2%

Fonte: banco de dados da pesquisa (2025). Elaboração: Os autores (2025)

No que diz respeito a abordagem utilizada nos trabalhos selecionados, 79% (n = 139) foram qualitativas, destacando a relevância que essa abordagem apresenta nos estudos sobre juventudes. Em seguida, abordagens mistas ou quanti-quali que utilizam também análise estatística com 18% (n = 32) e quantitativas com 3% (n = 5) demonstram a utilização de dados estatísticos como recurso importante para embasar análises sobre a temática das juventudes.

Ao analisar os métodos de produção dos dados utilizados pelas investigações é possível aferir que a maioria, 53% (n = 93) dos trabalhos, utilizou entrevistas como forma de obter informações. Na sequência, diversas formas de observação somam 27% (n = 48) na produção de dados das pesquisas, seguido por questionário/survey/enquete que configuram 22% (n = 38). A reflexão que pode ser inferida a respeito destes métodos é que todos buscam diretamente nos sujeitos a fonte das informações, variando o nível de envolvimento do próprio pesquisador no processo de coleta de dados (Turra Neto, 2011), assim como é também o caso dos grupos (em múltiplas formas) em 12% (n = 21), e dos diários de campo, em 6% (n = 10) das pesquisas. A escuta atenta às demandas, percepções e reivindicações dos jovens desempenha um papel crucial na compreensão das questões e desafios enfrentados pelas juventudes, especialmente no que diz respeito aos espaços e vivências escolares (Oliveira, 2023b). A análise documental configurou 20% (n = 36) dos trabalhos, destacando a importância de revisitar legislações e documentações que historicamente constroem o ser jovem, e o levantamento de dados estatísticos em 7% (n = 12) embasam diagnósticos importantes sobre as juventudes. Por fim, em 3% (n = 5) dos trabalhos foi utilizada a cartografia para tratar das espacialidades juvenis e suas relações de territorialidade. Considera-se também que grande parte das pesquisas utilizou de mais de um método para coletar informações e compor as análises, abrangendo seus leques de informação.

No que concerne à metodologia de análise empregada nas pesquisas, não foi localizada em expressivos 51% (n = 90) dos trabalhos, o que destaca a necessidade de aprofundar as explicações das técnicas de análise de dados tratando de juventudes. Entre as metodologias localizadas, a mais frequente foi Análise de Conteúdo com 14% (n = 24) das ocorrências, metodologia de organização e tratamento dos registros feitos em pesquisas qualitativas pelo conteúdo que o pesquisador exprime dos dados e compõem seus quadros de análise (Mendes e Miskulin, 2017). A segunda metodologia de análise dos dados mais utilizada foi a Análise Textual Discursiva em 11% (n = 20) que articula a descrição e interpretação dos fenômenos por categorias que emergem no processo analítico, sustentando a construção de novos sentidos sobre o estudado (Moraes e Galiuzzi, 2007 apud. Galiuzzi e Souza, 2021). Na sequência, Análise do Discurso, utilizada em 7% (n = 13) dos trabalhos, também é destaque em pesquisas qualitativas, com base na linguagem constroem o sentido dos discursos e informações coletadas, levando em consideração seus contextos, como as relações de poder, sentidos implícitos e, por fim, explora os efeitos do discurso na construção da realidade social (Coracini, 2019). A análise estatística, realizada pelo processamento de dados em algum sistema específico configurou 4% (n = 7), entre pesqui-

sas tipo mista ou quantitativas é ferramenta importante de embasamento, seguido pela análise temática, com 3% das ocorrências ($n = 6$). A hermenêutica empregada em 3% ($n = 6$) sinaliza atenção à relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, enquanto os demais 7% ($n = 12$) métodos de análise são de tendências pós-estruturalistas, no sentido de que as teorias passam a ser encaradas como mais um discurso entre outros. O investigador reconhece as limitações teóricas e coloca suas conclusões como apenas mais uma, dentre as várias possibilidades interpretativas do fenômeno estudado (Turra Neto, 2011) e não definem ao mesmo rigor os métodos utilizados nem as conclusões tiradas.

Dado que a maior parte das pesquisas se utilizou de métodos participativos na produção de informações, surge a preocupação com as questões éticas colocadas pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes (Brasil, 2016). Os cuidados éticos foram informados ou destacados em 55% ($n = 96$) das pesquisas analisadas, enquanto 7% ($n = 13$) dispensaram avaliação pelos comitês de ética por, por exemplo, tratar-se somente de revisão de literatura científica, como é o caso deste presente trabalho. Por fim, 38% ($n = 67$) não mencionava as questões éticas envolvidas no desenvolvimento da investigação. A falta desta informação não significa que medidas de cuidado ético não foram tomadas, mas sim que faltam informações específicas sobre o tema nos textos. Contudo, ressalta-se que, desde a publicação da Resolução 510/2016, é imperativo que os cuidados sejam adotados e enfatiza a importância de se abordar devidamente as questões éticas no texto.

No que tange aos sujeitos centrais da pesquisa ou participantes, todas as que foram selecionadas para análise abordavam jovens, indivíduos entre 15 e 29 anos de idade (Brasil, 2013). Dentre demais situações juvenis analisadas, jovens estudantes são 36% ($n = 64$) dos sujeitos analisados, entre Ensino de Jovens e Adultos, que passa por um processo de juvenilização, jovens universitários e suas realidades, e estudantes de ensino médio que, por si, são sujeitos de 15% ($n = 27$) das pesquisas, dando destaque à escola como importante espaço formativo aos jovens (Dayrell, 2007), também relacionado ao dado de que muitos dos trabalhos analisados vêm de PPGs em Educação. Em seguida, jovens que utilizam de alguma política pública de juventudes aparecem em 8% ($n = 14$) dos trabalhos, destacando o impacto dessas medidas na vida dos jovens, assim como a necessidade de constante reavaliação das políticas públicas sobre sua efetividade diante das realidades juvenis. Em sequência, são estudados os jovens em cumprimento de algum tipo de medida socioeducativa em 13% ($n = 7$) das produções, dis-

cussões importantes no asseguramento dos direitos previstos a estes jovens no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) e no melhoramento do debate sobre a redução da maioridade penal – nociva aos direitos dos sujeitos em desenvolvimento, e que seria ineficaz na redução dos índices criminalidade, como afirma o Atlas das Juventudes (Movimento, 2021). A juventude rural ou do campo soma a mesma proporção de 7% (n = 13), comumente associada a preocupações sobre sucessão e participação na agricultura familiar, mesmo que vivam muitas vezes em contextos urbanos (Carneiro e Castro, 2007). Por fim, foram encontrados como sujeitos das pesquisas recortes de gênero, classe e raça: jovens mulheres com 6% das ocorrências (n = 11), ensejam debates sobre maternidade, auto-organização política e situações marcadas pelas tensões de gênero. Também com 6% (n = 11), são abordadas as juventudes periféricas, sobre a situação periférica (Santos, 1979) que experienciam e a sua produção de territorialidades, seus desafios no contexto urbano, como de mobilidade e acesso (Basso e Heidrich, 2023), levando os aspectos formativos dos diferentes espaços em consideração para a formação identitária dos sujeitos. A juventude negra, aparece na mesma proporção de 6% (n = 10), aprofundam o debate entre juventudes e raça que, ao discutir e politizar os conceitos, permite constituí-los como fonte de identidade, que por muito tempo foi apagada e hostilizada (Santos, 2023, p.32). Sobre a atenção às interseccionalidades, que se sobrepõem nas pesquisas e nas experiências juvenis, Davis (1997) aponta:

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 1997, p. 8).

Portanto, são relações que alimentam a diversidade das condições materiais de existência dessas juventudes, assim salientam a urgência deste reconhecimento e politização das discussões para desnaturalizar as lógicas que as estigmatizam (Abramo, 1997).

Por fim, concernente ao cenário das pesquisas e resgatando o colocado a respeito do mapa 2, predominaram as pesquisas voltadas às juventudes do Rio Grande do Sul entre os trabalhos selecionados, oriundos de instituições gaúchas. As pesquisas com cenários que abrangem todo o estado do RS são 3% (n = 6), somadas à subdivisão das mesorregiões: Noroeste

com 3% (n = 6), Nordeste com 5% (n = 8), Centro Ocidental com 7% (n = 12), Sudeste com 5% (n = 8), Sudoeste com 2% (n = 4) e Região Metropolitana de Porto Alegre com 50% (n = 88), as juventudes gaúchas protagonizaram 75% (n = 136) das produções. Não foi localizada nenhuma pesquisa com cenário na mesorregião Centro Oriental rio-grandense. Demais pesquisas descreveram como cenário o Brasil ou Região Sul do país, cada um em 7% (n = 13) dos trabalhos, seguidos pela região Nordeste do Brasil em 2% (n = 4) das ocorrências.

De forma geral, os dados revelam a centralidade das Ciências Humanas, sobretudo da Educação e das Ciências Sociais, nas pesquisas sobre juventudes, reiterando o caráter histórico dessas áreas na tematização do ser jovem. Observa-se forte concentração geográfica na Região Metropolitana de Porto Alegre, o que indica a necessidade de interiorizar o olhar acadêmico para as juventudes do estado. As análises também evidenciam a predominância de abordagens qualitativas e metodologias que buscam ouvir diretamente os sujeitos, demonstrando preocupação em captar as múltiplas experiências juvenis. Contudo, destaca-se ainda a lacuna nos estudos sobre juventudes queer e sobre a relação entre juventude e crise climática, apontando caminhos futuros para pesquisas que contemplem interseccionalidades pouco exploradas e urgências contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar um panorama acerca das discussões em juventudes no Rio Grande do Sul e, portanto, das representações, tanto dos jovens enquanto sujeitos, quanto das materialidades que atravessam suas experiências de vida, a partir de produções acadêmicas centradas nessa categoria social. A análise da perspectiva científica acerca das estruturas sociais e políticas nas quais as juventudes gaúchas contemporâneas estão inseridas, em suas espacialidades e historicidades diversas e desiguais é fundamental no delineamento do que podem ser os jovens e no desenvolvimento de políticas públicas adequadas e efetivas.

Metodologicamente, esta pesquisa consiste em revisão bibliográfica que busca construir o estado da arte das pesquisas em juventudes nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul. Foram analisadas 176 produções relevantes, considerando fatores como ano de defesa, instituição e programa de pós-graduação de origem, além das ferramentas metodológicas utilizadas no levantamento e análise dos dados. O levantamento, sistematização e análise das discussões permitem a realização da síntese e reflexão sobre o estado do conhecimento, avaliar características e particularidades dos estudos sobre juventudes, contribuindo, assim, para a conso-

lidação, enriquecimento e expansão do campo investigativo.

Os resultados apresentaram pesquisas majoritariamente qualitativas, ressaltando a diversidade das modalidades de análises possíveis no campo, e construídas sobre dados obtidos por estratégias metodológicas com escuta direta das juventudes. A ampla maioria dos trabalhos é originária de programas de pós-graduação em ciências humanas, na educação e ciências sociais, áreas de origem dos estudos sobre juventudes, mas cada vez mais o campo é expandido a outras áreas do conhecimento, reconhecendo as multifacetadas do ser jovem a serem pensadas.

Num panorama geral, as pesquisas pautaram reconhecer e analisar realidades experienciadas pelos jovens, tratando sua condição etária como determinante na análise de suas vivências, relações, construções, culturas e tensionamentos. Parte significativa das investigações se centraram nas juventudes em contexto educacional, seja na escola em período regular, EJA ou universidades, assim como nas políticas públicas de juventude, suas construções e efeitos sobre a categoria. Houve uma atenção especial aos atravessamentos e interseccionalidades que envolvem a formação da identidade juvenil, em elementos de etnia, classe e gênero, explicitando as tensões sociais as quais as juventudes interagem e estão intimamente inseridas, assim como seus desdobramentos.

Ainda assim, o número baixo de trabalhos a respeito da juventude queer demonstra a negligência ainda vigente sobre fatores também determinantes na formação identitária e nas experiências juvenis: a diversidade em gênero e sexualidades. Ademais, nenhuma das pesquisas analisadas reflete acerca dos impactos ou percepções da crise climática pelos jovens que, diante do cenário de colapso ambiental e aquecimento global, são um dos principais grupos, não somente afetados, mas na linha de frente em seu combate (CNJ, 2023). Após a tragédia das enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul – mas não somente, visto que foi uma das muitas consequências da crise climática com as quais sofrem os jovens, principalmente do Sul Global – espera-se que a urgência da discussão seja reconhecida e mais pesquisadores se debruçam sobre este tópico.

Os sentidos e as representações da juventude se modificaram em diferentes tempos e espaços em conformidade com a organização social predominante (Cassab, 2011). A historicidade é base para compreender as contradições e paradoxos envolvidos no ser jovem, já o estudo desses elementos de diversidade é base para nos livrar da postura de desqualificação da sua atuação como sujeitos e denunciar a ordem social que os vitima (Abramo, 1997), assim como evidenciar suas condições materiais de existência e suas próprias demandas políticas.

O conhecimento acadêmico e geral acerca das juventudes deve ser construído reconhecendo-as enquanto fenômeno plural, que aborda relações multifacetadas entre espacialidade, temporalidade e as tensões sociais de gênero, etnia, sexualidade, classe. Assim, somente pela subversão dos sentidos nocivos e opressores acerca do ser jovem, dando voz e ouvidos às juventudes em suas multiplicidades, é possível construir, na ciência, a ação libertadora. Reconhecer as juventudes como sujeitos políticos e produtores de espacialidades é não apenas um compromisso ético-científico, mas também uma exigência para a construção de políticas públicas emancipatórias e de uma ciência socialmente engajada.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 29 jun. 2025.

AITA, João Antonio Blois; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. A construção do estado da arte das pesquisas sobre práticas de ensino em Geografia (2013 – 2018). *Revista de Geografia*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 505–530, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/249233>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BASSO, Cheila; HEIDRICH, Álvaro Luiz. *A Cidade e as Juventudes: Reflexões Sobre a Experiência Urbana na Periferia para Jovens Catadores*. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; e PIMENTA, Melissa de Mattos (Orgs.). *Juventudes e Territórios*. Porto Alegre, UFRGS, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256981>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BLOOM, Benjamin. *Taxonomy of Educational Objectives: The Classification of Educational Goals*; pp. 201-207; Ed. David McKay Company, Inc. 1956.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Tabela de Áreas de Conhecimento – Avaliação*. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/aco->

es-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao. Acesso em: 28 jun. 2025

BRASIL. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINA-JUVE. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 29 jun. 2025.

CARNEIRO, M. J. e CASTRO, E. G. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xfwoyC1qTN8C&lpg=PA17&ots=YoSdSvxHUp&dq=juventude%20rural&lr&hl=pt-BR&pg=PA12#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. *Revista de história*, Juiz de Fora, v. 17, n.02 p. 145-159, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. 4ª Conferência Nacional de Juventude. *Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver* (Documento-base). Brasília, dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/setembro/secretaria-nacional-da-juventude-e-conjuve-lancam-documento-base-para-conferencias-de-juventude/4aConfJuvSubsdios-paraoDebate1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CORACINI, M. J. R. F. Análise de discurso: em busca de uma metodologia. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/46086>. Acesso em: 29 jun. 2025

DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Portal Geledés, 1997. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> Acesso em: 29 jun. 2025.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*; Belo Horizonte; UFMG, n. 24, Dezembro, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

FEIXA, Carles. *De Jóvenes, Bandas y Tribus*. Barcelona: Editorial Ariel SA, 1999. Disponível em: <https://www.lazoblanco.org/wp-content/uploads/2013/08manual/adolescentes/0012.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

IBGE. *Quadro Geográfico de Referência para produção, análise e disseminação de estatísticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A Análise do Conteúdo como uma Metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, v.47 n.165 p.1044-1066, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-01044.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual: discursiva*. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. Apud GALIAZZI, M. do C.; SOUSA, R. S. de. O Fenômeno da Descrição na Análise Textual Discursiva: A Descrição Fenomenológica como Desencadeadora do Metatexto. VIDYA, Santa Maria (RS, Brasil), v. 41, n. 1, p. 77–91, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/3588>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 29 jun. 2025

MOVIMENTO, Grupo em (org.). *Atlas das Juventudes: evidências para a transformação das juventudes*. São Paulo: Em Movimento, 2021. 387 p. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/>. Acesso em: 29 jun, 2025.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Análise das pesquisas sobre juventudes na pós-graduação da Geografia brasileira. *Revista de Geografia*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 100–118, 2023b. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/259381>. Acesso em: 29 jun. 2025.

_____. Educação geográfica com jovens: o que as juventudes contemporâneas têm a dizer ao ensino de Geografia? *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, [S. l.], v. 15, n. 25, p. 05–25, 2025. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1524>. Acesso em: 28 jun. 2025.

_____. *Geografias das Juventudes – Apresentação*. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. *Geografias das Juventudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2023a, p. 9-12. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PAIS, José Machado. Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Prá-*

ticas, n.º 49, p. 53-70, 2005. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/phoca-downloadpap/jovensecidadania.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei Complementar Estadual nº 14.047, de 13 de junho de 2012*. Inclui o município de São Sebastião do Caí na Região Metropolitana de Porto Alegre. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 jun. 2012. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, Gabriela Bispo dos. *Ser jovem, ser mulher, ser negra, ser professora de Geografia*: as jovens licenciadas negras em Geografia e sua formação. Orientador: Victor Hugo Nedel Oliveira. 2023. 90f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/264367>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido, os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1979.

SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A Pós-Graduação em Geografia no Brasil: Uma Contribuição À Política De Avaliação. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 2, n. 02, p. 21-37, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6609> Acesso em: 29 jun. 2025.

Recebido em: 30/06/2025

Aceito em: 02/03/2026

“CRIANÇA NÃO É DE RUA”: UMA QUESTÃO PARA A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

“CHILDREN ARE NOT FROM THE STREETS”: A QUESTION FOR THE HISTORY OF THE PRESENT TIME

Juliana Alves de Andrade¹
Humberto da Silva Miranda²

RESUMO

Este artigo objetiva debater as políticas e normativas produzidas sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, pós-1990, à luz da História do Tempo Presente. Mesmo depois de diferentes movimentos, campanhas e projetos políticos produzidos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), nas ruas das grandes cidades brasileiras, ainda é possível encontrar meninos e meninas em situação de mendicância, exploração do trabalho infantil ou com vínculos familiares fragilizados. Essa permanência histórica nos faz querer compreender os motivos deste problema social historicamente vivo. Tomando como ponto de partida, o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes em situação de rua no Censo da População de Rua do Recife, realizado em 2023, pela Prefeitura da Cidade do Recife, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), buscamos analisar os documentos produzidos no processo do Censo, dialogando com os marcos normativos elaborados no Brasil, mais notadamente as resoluções e pareceres formulados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e os documentos produzidos pela campanha *Criança não é de rua*. Esses documentos permitem problematizar os discursos produzidos nos campos do Direitos e da Política Pública; e principalmente como as crianças e adolescentes vêm se apropriando da cidade (ruas, praças, calçadas e avenidas) e enfrentam o abandono, os vínculos familiares fragilizados/rompidos, a fome e a violência. A partir da perspectiva da História do Tempo Presente foi possível refletir sobre os passados que insistem em permanecer no presente, permitindo-nos a perguntar como as narrativas e práticas menoristas e higienistas de ontem, estão presentes nos dias de hoje.

Palavras-chave: Crianças; ruas; História; Presente; Recife; Brasil.

1 Professora associada do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), docente dos programas de pós-graduação em História Social da Cultura Regional (PGH-UFRPE) e em Ensino de História (ProfHistória-UFPE). Doutora em História pela UFPE, com pós-doutorado em Educação pela Universidade de Passo Fundo, com atuação nas áreas de Ensino de História, História do Brasil e História do Tempo Presente.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Professor do Departamento de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação, Culturas e Identidades da UFRPE. Coordena o Laboratório de História das Infâncias (LAHIN/UFRPE) e é vice-coordenador do GT Nacional História da Infância e da Juventude da ANPUH.

ABSTRACT

This article aims to discuss the policies and regulations produced regarding children and adolescents living on the streets after 1990, in light of contemporary history. Even after various movements, campaigns, and political projects stemming from the Statute of Children and Adolescents (Law 8.069/1990), in the streets of major Brazilian cities, it is still possible to find boys and girls begging, exploited in child labor, or with fragile family ties. This historical persistence leads us to want to understand the reasons for this historically persistent social problem. Taking as a starting point the work developed with children and adolescents living on the streets in the Recife Street Population Census, carried out in 2023 by the Recife City Hall in partnership with the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE), we seek to analyze the documents produced in the Census process, engaging with the normative frameworks developed in Brazil, most notably the resolutions and opinions formulated by the National Council for the Rights of Children and Adolescents – CONANDA and the documents produced by the campaign “Children are not for the streets”. These documents allow us to problematize the discourses produced in the fields of Rights and Public Policy; and especially how children and adolescents are appropriating the city (streets, squares, sidewalks and avenues) and facing abandonment, weakened/broken family ties, hunger and violence. From the perspective of Contemporary History, it was possible to reflect on past events that insist on remaining in the present, allowing us to ask how the minorist and hygienist narratives and practices of yesterday are present today.

Keywords: Children; streets; History; Present; Recife; Brazil

INTRODUÇÃO

Nós que estamos nas ruas, às vezes, somos criticados, julgados. Antes de criticar eles deveriam nos conhecer... (Adolescente do Movimento Ruas e Praças, apud Miranda, 2023, p. 94).

Como conhecer o cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua nas cidades brasileiras? É preciso acompanhar seu cotidiano por meio de uma escuta atenta. Não é uma tarefa fácil, sobretudo, pela complexidade que envolvem essa questão de um passado que não passa. Julgados, criticados e rotulados, certamente pela sociedade de “meninos de rua”, “delinquentes”, “drogados”, “desocupados” e “perigosos”, a fala do adolescente, acolhido pelo Grupo Ruas e Praças³, expõe duas concepções antagônicas de

³ Organização da Sociedade Civil (OSC), termo legal e técnico para designar as organizações da sociedade civil, popularmente conhecida como ONG. A partir de 2014, com o surgimento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), conforme previsto na Lei 13.019/2014, essas entidades atuam em prol da sociedade, não apenas por serem “não governamentais”. Pela legislação são entidades privadas, sem fins lucrativos, que trabalham com causas sociais, saúde, educação e meio ambiente, e o termo engloba associações, fundações e outras formas jurídicas que trabalham com o Estado.

crianças e adolescentes, que ainda norteiam o olhar das pessoas, das práticas institucionais e das políticas públicas na contemporaneidade. Tomando a narrativa do adolescente, percebe-se que a sociedade continua a enxergar crianças e adolescentes em situação de rua pelas lentes do “paradigma da situação irregular”, ou seja, seja, ainda as veem como crianças-problema, frágeis, dependentes, indefesas, carentes de proteção e de uma educação rigorosa.

Ao mesmo tempo, a fala do adolescente também manifesta como eles se veem e querem ser reconhecidos. A narrativa permitir afirmar que, as crianças e adolescentes chamam atenção para suas histórias e trajetórias, e que partem do pressuposto de que “antes de criticar, eles convidam a conhecer”, já que, querem ser vistos como sujeitos capazes, potentes, resistentes e com direitos. Logo, a recusa de serem chamados “meninos de rua”, não é apenas uma questão epistemológica, política, social, mas, identitária. Segundo o relatório intitulado “Projeto conhecer para cuidar” (2020), produzido pela Organização da Sociedade Civil, O Pequeno Nazareno e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio):

A visão de que essas crianças e esses adolescentes eram um problema em si foi sendo substituída por análises acerca de suas origens e dos fatores responsáveis pela sua ida para as ruas. Com isso, chegou-se a um entendimento sobre o caráter heterogêneo deste grupo e sobre o fato de que a rua não podia ser considerada definidora de suas trajetórias. Para enfatizar a transitoriedade e efemeridade das condições de vida e do perfil desta população, o termo “em situação de rua” foi sendo amplamente adotado. Terminologias que imprimem entendimentos semelhantes — tais como “em condição de rua” e “que vivem nas ruas” — também passaram a ser utilizadas (Projeto Conhecer para Cuidar, 2020).

Nesse sentido, o termo “menino de rua” adotado no Brasil e internacionalmente, a partir da década de 1980, fazendo referência a um grupo social que ganhava visibilidade nos contextos urbanos, continua a ser usado apenas por alguns setores da sociedade, que desconhece as mobilizações dos de diferentes pessoas e coletivo, a exemplo do *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* (Miranda, 2021). Essa mudança terminológica, bem como outras ideias que cristalizavam e homogeneizavam crianças e adolescentes em situação de rua, não “contribuem para a compreensão dos arranjos sociais e históricos que caracterizam esses sujeitos, que valorizando suas experiências e potencialidades”, bem como não “reconhece a

importância fundamental das políticas públicas para garantir a oferta de serviços específicos voltados para essa população” (Projeto Conhecer para Cuidar, 2020).

Reconhecer que *criança não é de rua* como alerta a campanha nacional, instituída em 2005, por um consórcio de organizações sociais, tem desdobramentos na política nacional de assistência social, logo, na formulação de dispositivos legais. Esse movimento, alinha-se ao “paradigma de proteção integral”, que questiona e abole a lógica da “correção e salvação das crianças”, mas, em nome da garantia dos direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Dessa forma, a condição transitória de diálogo na/com a rua, não pode definir as crianças e adolescentes.

Sem dúvida, o uso do termo *criança em situação de rua*, afasta a perspectiva estigmatizante da doutrina da irregularidade e do ciclo da institucionalização compulsória, uma vez que, o “paradigma da situação irregular” traça uma relação determinista entre pobreza, delinquência e marginalização. Por isso, “questões da infância, eo bem-estar social se confundia com o direito penal” (Beloff, 2004, p. 21), assim se fazia presente em leis, práticas e instituições.

Hoje, as instituições socioassistenciais se esforçam para romper com as concepções e categoriais ligadas ao “paradigma da situação irregular”, e busca aproximar-se de práticas que operam a partir da lógica do cuidado baseado em comunidade, conforme pode ser observado nos relatórios produzidos pesquisa “Conhecer para cuidar” (2020) e “Censo da população de Rua do Recife” (2023). Para os pesquisadores Bertolé e Torroba, toda essa mudança epistêmica, política e social, impulsionada pelo paradigma da proteção integral, tem desdobramento na concepção sociojurídica da infância, pois, da Convenção dos Direitos das Crianças, elas:

Não são mais vistas em termos individuais ou coletivos como “imaturas”, “incompletas” ou “carentes”, mas sim como seres sociais autônomos. São reconhecidas como indivíduos que participam ativa e diretamente da realidade em que vivem, com sua própria visão de mundo, carregando uma história de vida, experiências e conhecimentos, e como seres humanos completos, dotados de potencial e recursos (Bertolé; Torroba, 2020, p. 23).

Hoje, para os chamados defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente, meninos e meninas são vistos como indivíduos que pertencem a uma comunidade, família, grupo social e que possui um conjunto de direitos e deveres correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. Esses

indivíduos “deixam de ser “propriedade de seus pais” ou “beneficiários passivos e indefesos da caridade” e são reconhecidos como cidadãos ativos e titulares de seus próprios direitos” (Bertolé; Torroba, 2020, p.24).

Dessa forma, a fala do adolescente registrada na epígrafe deste artigo, é um convite aos estudiosos, para ampliarem o foco sobre a trajetória de vida de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, deslocando-se do debate sobre instituições caritativas, para compreender as diferentes infâncias em condições vulneráveis, reconhecendo a heterogeneidade. A presença de crianças e adolescentes em sinais, avenidas, praças e calçadas, na contemporaneidade, convida a comunidade de pesquisadores a pensar sobre como as infâncias são vividas, ou ainda, como o passado do *menorismo* se encontra presente, mesmo depois de todas as conquistas legais, a exemplo da própria Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para além de compreender essas diferentes políticas sociais em torno das crianças e adolescentes em situação de rua e temporalidades, é preciso perceber como o vivido ainda é marcado por batalhas em torno de um “passado que não passa” (Rouso, 2016). Daí a pertinência epistemológica de nos fundamentarmos na perspectiva da História Tempo Presente, como afirma o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn:

A História do Tempo Presente demarca temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos. Trata-se não de uma prática do que pode ser chamado de luto social, como se apenas o mundo dos mortos coubesse à historiografia, mas do envolvimento com as lutas pela sobrevivência e seus conflitos em sociedades marcadas pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais. (Lohn, 2019, p. 14).

A fala do adolescente rete-nos ao passado que insiste em não passar, e lança a luz para a permanência “das desigualdades sociais e a lógica capitalista”, conforme Lohn, de setores da sociedade que não aderiram a lógica da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e as diferentes campanhas lideradas pela sociedade civil organizada, que ainda traz consigo o signo no preconceito e da discriminação social.

1 ENTRE A PRODUÇÃO DE CONCEITOS E DA PESQUISA CENSITÁRIA: QUEM SÃO AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA HOJE NA CIDADE DO RECIFE?

O conceito crianças em situação de rua adotado neste trabalho será empregado na tentativa de reconhecer a diversidade de rostos, cores, gêneros e vozes que constituem esse grupo social, formado por meninos e meninas em conexão com a rua. Logo, nosso esforço não é traçar um perfil, em busca de padrões e comportamentos semelhantes, mas, a produção de subjetividades. Crianças e adolescentes em situação de rua, são pessoas que vivenciam os dilemas e as tensões específicos da contemporaneidade. Dessa forma, é conveniente destacar, junto com Hall (2014), que as identidades, em tempos pós-modernos, manifestam-se de forma diferente, uma vez que os dispositivos tradicionais de controle como escola, família, trabalho e ideologia se encontram tensionados por vivências políticas e econômicas desestabilizadoras.

Dessa forma, não é por viverem em situação de rua, as crianças e adolescentes teriam suas identidades mais simplificadas. A produção de identidades em meio a um contexto cultural completo se dá de maneira específica. Crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua têm suas identidades forjadas por diferentes elementos, negá-las ou dissolvê-las, além de um erro conceitual, também configura-se numa violência a essas pessoas. Cabe ressaltar que, pensar as crianças em situação de rua, é, sobretudo, pensar na semântica usada em cada tempo. Assim, a passagem do uso do termo menor para menino de rua ou pivete representa a intensificação do “[...] movimento higienista de ‘limpeza’ das ruas, a fim de que os ‘menores’ fossem levados à custódia (e ao controle) de instituições governamentais que pudessem reintegrá-los à vida em sociedade” (Dias; Oliveira, 2022, p. 40).

Para pesquisadoras das infâncias,

O termo ‘menino de rua’ passou a circular no Brasil nos anos 1980 para classificar um grupo social que se adensava nas grandes metrópoles de diversos países, inclusive no Brasil. Com o avanço das políticas neoliberais e da globalização, esse fenômeno foi se tornando uma das mais evidentes faces do aprofundamento da pobreza e da desigualdade social, gerando preocupação, incômodo e medo. (Rizini; Couto, 2021, p. 56).

Assim, estudar crianças em situação de rua é volta-se para um “[...] fenômeno multifatorial que pode ser explicado historicamente a partir do

desenvolvimento da categoria ‘menor’, conceito jurídico e social que agrupava a infância pobre, abandonada e delinquente” (Dias; Oliveira, 2022, p. 40). Logo, é preciso aprofundar os estudos para pensar as condições das crianças e adolescentes em situação de rua hoje, buscando entender os novos elementos que constituem o “[...] perverso processo de exclusão social, num país repleto de desigualdades” (Dias; Oliveira, 2022, p. 42). Dessa forma, cabe lançar a pergunta: *quem são as crianças em situação de hoje na cidade do Recife?*

Na busca de compreender os enquadramentos da política do controle e dos discursos de institucionalização das infâncias roubadas pelo capitalismo. Iniciamos afirmando que, diferentemente do pensamento social vigente do século XIX e XX que buscava categorizar em um tipo uniforme as crianças e adolescentes em situação de rua. O termo *crianças em situação de rua* expressa a vitória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, ou seja, de serem reconhecidos com corpos diferentes e sua heterogeneidade. Embora, os especialistas apontam para o fato de que,

Ademais, o conceito, a par de limitado por definição, também traz consigo o perigo ínsito à junção de dois termos com significados aparteados: ‘criança’ e ‘rua’, o que pode, assim, conduzir a uma visão paradoxal de não-reconhecimento da criança em situação de rua como ‘criança’ (tal qual o ‘menor’ que não era ‘criança’), ou de oposição entre a criança de rua e a ‘criança normal’ (em moldes que se aproximariam à distinção histórica e ideológica que separava ‘menores’ e ‘crianças’) (Dias; Oliveira, 2022, p. 44).

Dessa forma, o uso da expressão *criança em situação de/na rua* precisa ter o cuidado ético para salvaguardar as crianças das “[...] intervenções mal-intencionadas, com caráter salvacionista, opressor, correcional e repressivo” ou das categorizações que visam colocá-las “[...] num único bloco classificatório, alheio às diferentes características e circunstâncias de vida que os marcaram”, ou seja, reforçando a prática de invisibilização da infância, colocando em xeque os avanços preconizados pelo direito das crianças e adolescentes. Para Marchi (2021),

[...] o termo ‘menino/criança de rua’ (street children, l’*enfant de la rue*) pelo qual estas crianças ficaram internacionalmente conhecidas, por manter o significante que remete ao universo doméstico, pode ser entendido como um paradoxo. O não-reconhecimento desta criança como uma ‘criança’ no sentido normativo do termo, está estreitamente

ligado à construção social da ideia de infância/ criança moderna. Ou seja, estas categorias (criança e rua) estão estreitamente relacionadas a um modelo social e politicamente construído que as coloca, por definição, em oposição (Mar-chi, 2021, p. 135).

E apesar dessa ressalva em que, os pesquisadores sinalizam as contradições entre o paradigma da proteção integral e os pressupostos do capital econômico, cabe salientar que no Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 2016, estabeleceu uma definição para essas crianças. Conforme a Resolução Conjunta entre o CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n.º 1, de 15 de dezembro de 2016, pode-se:

Definir como crianças e adolescentes em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (Brasil, 2016, art. 1.º, grifo nosso).

Para o CONANDA, são múltiplos os fatores que arrastam as crianças e os adolescentes à rua. Essa relação dinâmica entre público (rua) e privado (casa) sinaliza uma prática que traz os vínculos, laços e relações entre essas crianças e suas famílias nucleares ou extensas. Logo, ora estar na rua ou estar em casa, demonstra a transitoriedade da situação, por isso, o termo ‘situação’ para enfatizar a possível transitoriedade e efemeridade dos perfis desta população, podendo mudar por completo o perfil, repentinamente ou gradativamente, em razão de um fato novo” (Dias; Oliveira, 2022, p. 45).

A Resolução também estabelece que as crianças e os adolescentes não são indivíduos isolados em seus núcleos familiares, mas destaca que, para ser considerado como alguém que vive em situação de rua, é necessário que eles/elas estejam com os vínculos familiares e comunitários rompidos ou seriamente prejudicados. A ênfase recai sobre o termo comunitário, que avança pelo entendimento de que, muitas vezes, são os adultos do entorno comunitário que assumem a responsabilidade de cuidar desses

meninos e meninas.

Outro aspecto importante ao qual a definição da Resolução Conjunta, publicada pelos Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, se refere é a atenção para um olhar interseccional sobre o problema, procurando visibilizar a diversidade presente nas identidades infanto-adolescentes. Segundo o documento, as crianças e adolescentes precisam ser considerados e valorizados por sua: “[...] heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros” (Brasil, 2017, p. 1).

É importante destacar que, no bojo das políticas socioassistenciais, a pesquisa se fundamentou nos documentos produzidos pela campanha Criança não é de rua. As políticas voltadas para os meninos e meninas já contam com a “[...] conceituação Nacional Sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, acolhimento Especializado de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com crianças e adolescentes em situação de rua, centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Criança e Adolescente” (Brasil, 2015, p. 26)

De acordo com a publicação da campanha *Criança não é de Rua*, podemos considerar que a situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada à: I – trabalho infantil; II – mendicância; III – violência sexual; IV – consumo de álcool e outras drogas; V – violência intrafamiliar, institucional ou urbana; VI – ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; VII – LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia; VIII – cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; IX – encarceramento dos pais (Brasil, 2017, p. 28).

A preocupação em dimensionar a pluralidade de formas de existência e de identidades é um avanço inquestionável das ações públicas voltadas para os direitos humanos das crianças e adolescentes em situação de rua, que dialoga com as conquistas históricas das décadas de 1980 e 1990. Reconhecemos a relevância do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social e das campanhas promovidas pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil, que mantêm uma abertura para novos contextos culturais e políticos, como antiassistencialistas e anti-higienistas, que foram assumidos por este censo como basilares.

Em 2021, criou-se a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, considerando o que já vem sendo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e CONANDA. Nesse

novo documento, cabe às instituições “[...] promover e garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua, reconhecendo-as como sujeitos de direitos” (CNJ, Art. 10, Inc. XI Resolução CNJ no 425/2021) e compreender “[...] a pessoa em situação de rua como sujeito integral, a partir do reconhecimento como um sujeito de direitos com dimensões integrais” (CNJ, Art. 3º, Inc. VI).

Em vista disso, cabe ressaltar ainda, que a ONU, também reconhece a necessidade de olhar para as crianças e adolescentes em situação de rua, a partir de uma perspectiva interseccional, multidimensional e transdisciplinar. Na Observação geral número 21 do Comitê das Nações Unidas sobre os direitos da criança, é enfatizada a necessidade das diferentes abordagens para entender a situação:

Diferentes abordagens são utilizadas em relação às crianças de rua, às vezes combinadas. Estas incluem uma abordagem baseada nos direitos da criança, segundo a qual a criança é respeitada como titular de direitos e as decisões são muitas vezes tomadas em conjunto com a criança; uma abordagem assistencialista, que consiste em “resgatar” da rua a criança, que é percebida como objeto ou vítima e com base na qual as decisões são tomadas em nome da criança sem considerar efetivamente seus pontos de vista; e uma abordagem repressiva, segundo a qual a criança é percebida como um delinquente. As abordagens assistencialistas e repressivas não levam em conta a criança como titular de direitos e resultam na expulsão forçada das crianças da rua, violando ainda mais seus direitos. (ONU, 2022, p. 67).

Partindo dessa perspectiva de formulação de estratégias para conhecer as experiências das crianças em situação de rua, os dados fornecidos pelo projeto conhecer para cuidar (2020) e Censo da População de rua do Recife (2023), permitem acessar as ferramentas, estratégias e conceitos usados pelos pesquisadores e pesquisadoras, para aproximar-se das crianças cujo cotidiano é marcado pelo abandono, sem teto, violência e fome. Além de estabelecer uma definição conceitual, o CONANDA apoiou publicamente em 2010, a realização de uma pesquisa censitária sobre o número de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, ação que terá início apenas em 2020, a partir de estudos locais.

Até o presente momento no Brasil, não há dados sobre o número de crianças e adolescentes em situação de rua. Os dados disponíveis são relativos a crianças e adolescentes acolhidos com trajetória de vida nas ruas. Conforme os dados do Sistema Único de Assistência (SUAS). Em 2020, com

o apoio do CONANDA a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio), realizou uma pesquisa amostral com 554 crianças e adolescentes em situação de rua, sob medida de acolhimento institucional e com trajetória de vida nas ruas. Coleta de dados realizada em 17 cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Os dados apontam para uma rua repleta de homens (73%) negros ou pardos (86%), que frequentam a escola (62%) e trabalham (45%). Grande percentual já dormiu ou dormem na rua (71%), por que estão com laços fragilizados com a família (62%) (Projeto Conhecer para Cuidar, 2020).

Em 2023, a pesquisa sobre a população em situação de rua do Recife, buscou identificar o número de crianças e adolescentes que estavam nas ruas do Recife no decorrer do trabalho de contagem dos adultos. Os dados apontam que existem na rua 86 pessoas contadas e identificadas, 42 crianças e 44 foram adolescentes. Desse modo, afirmamos que 6,10% da população de rua do Recife é formada por crianças e adolescentes. A pesquisa contemplou todas Regiões Político-Administrativas (RPAs). Considerando a circulação dessas crianças e adolescentes, constatamos que a maioria das crianças e adolescentes circula na RPA 1 (compreende o centro do Recife, contemplando o bairro da Boa Vista e adjacências) e na RPA 5 (compreende a Zona Sul, contemplando Boa Viagem e adjacências) (Miranda, 2023).

Destacamos que, neste processo, meninos e meninas participaram ativamente da produção de uma cartografia social que compôs a pesquisa censitária, foram escutados em grupos focais e produziram informações sobre as suas vivências no cotidiano das ruas. Ao se voltarem sobre a cidade praticada, utilizando uma expressão de Michel de Certeau, elas e eles produziram imagens e representações de suas “táticas”, das diversas formas de trambolagem, compartilhando o cotidiano inventado na capital pernambucana (Certeau, 1994).

A historicidade do problema das crianças e adolescentes em situação de rua precisa ser ressaltada neste Relatório Final. Desde o período colonial, Recife se tornou cenário de abandono de meninos e meninas, o que torna o problema de hoje um passado fortemente demarcado presente. Os problemas relacionados às mais diferentes formas de abandono deste público foram vivenciados de diferentes formas, e as ruas testemunharam as mais diversas formas de violações (Miranda, 2014).

Ressaltamos também que as diferentes práticas de abandono de meninos e meninas se desdobraram em diversas formas de políticas de assistência. Conforme apontam estudos que fundamentam esta pesquisa censitária, as políticas praticadas já possuíam contornos caritativos, filan-

trópicos e higienistas, quando o assistencialismo e a lógica do bem-estar balizaram formas de pensar e praticar os serviços, programas e projetos, executados por organizações governamentais e não governamentais (Miranda, 2021)

Nesse processo histórico, ressaltamos que os debates relacionados ao que faz com que uma criança ou adolescente se encontre em situação de rua não são recentes. Até a década de 1990, dominava, nas discussões sobre o tema, uma quase completa ausência de base empírica para as investigações. Tal condição implicou em uma produção de dados exorbitantes e, muitas vezes, descolada da realidade. Em uma perspectiva de constituição histórica, é possível localizar, já na década de 1980, os primeiros esforços da Organizações das Nações Unidas - ONU, no sentido de construir critérios adequados para uma conceituação. Para esta agência internacional, crianças e adolescentes em situação de rua são aquelas que, ainda não tendo alcançado a adultez, vivem.

Na ocasião, o pesquisador destacou-se que, no Brasil a cultura do abrigo, surgiu no período colonial, sob uma ótica caritativa e filantrópica para atender ao número expressivo de casos de abandono nos espaços urbanos, tendo a Igreja católica como articuladora das ações assistenciais. Segundo Marcílio (1967), no Brasil República, e mais notadamente nos anos 1960, a dinâmica do atendimento contou com uma maior intervenção do Estado, o que sinaliza um processo de transformação, mesmo acompanhado por práticas assistenciais que remetem ao período colonial.

A partir desse debate sobre práticas assistências, fica evidente que, do século XIX até o final do século XX, a sociedade brasileira conviverá com duas formas desiguais de tratar a infância, ou seja, para a maior parte da população existiam “crianças” e os “menores”.

Segundo os pesquisadores (2022), Assim, “[...] sob influência da ideologia positivista e com viés marcadamente higienista, articulado sob o discurso médico (e, igualmente, jurídico), ficou nítida a distinção entre “crianças” (filhas de famílias ricas) e “menores” (filhos das famílias pobres)” (Dias; Oliveira, 2022, p. 36).

Nesse processo de diferenciação das infâncias, políticas e instituições serão forjadas para cumprir o papel de educá-las, socializá-las e controlá-las. Assim, para as “crianças” subordinadas ao pátrio poder, isto é, aos desígnios do pater famílias, serão oferecidos os espaços educativos (escola) para prepará-las intelectualmente, civicamente e profissionalmente, e aos “menores” uma instância de controle sócio-penal, uma vez que, sob essa pecha abrigava-se duas realidades: infância abandonada e infância delinquente.

A criança abandonada era observada, pelos executores das políticas públicas, como uma “questão social”. De acordo com seus estudos, a partir da década de 1970, os casos que envolviam os meninos e as meninas, muitas vezes “[...] rotulados como ‘pivetes ou *trombadinhas*’, eram vistos, por setores da sociedade brasileira, como um problema social. A presença dos garotos e garotas nas ruas era veementemente condenada, vista como motivadora de medo, insegurança, desordem e caos social [...]” (Frontana, 2010).

Com o surgimento da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), a questão do abandono obedecia, de forma mais sistematizada, às orientações do Poder Executivo. Para o historiador Gutemberg Rodrigues, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) encarava a “*questão do menor*” como um problema de “*Segurança Nacional*”, com implicações diretas na forma como o Estado lidaria com o problema do abandono no Brasil. De acordo com suas reflexões, a partir da criação da PNBEM, “[...] o menor foi pensado como um dos objetivos nacionais permanentes”, vinculando-se o abandono “[...] à desagregação familiar, tendo como ponto de partida o êxodo rural e todas as vicissitudes impostas pela urbanização das grandes cidades (Frontana, 2010)

No período de vigência do projeto Febem/Funabem/Febem, de 1964 a 1989, a doutrina jurídica/assistencial se pautava pelo Código de Menores, que passou por uma alteração no ano de 1979. Nele, o abandono era concebido dentro da perspectiva da “*Doutrina da Situação Irregular*”, ou seja, os chamados “[...] menores crianças marginalizados advindos de famílias desestruturadas” (Frontana, 2010). No processo de abertura política no final da década de 1980, uma mudança significativa na concepção de infância irá acontecer de modo a instituir uma ideia de criança e de proteção integral, impulsionada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Para os pesquisadores,

O período que marcou o fim da ditadura militar brasileira, com a consequente redemocratização, final da década de 1980 e início da década de 1990, consagrou uma importantíssima viragem paradigmática no que toca à infância e adolescência, no Brasil e em termos mundiais. A doutrina da situação irregular foi substituída, em termos ideológicos e pragmáticos, inclusive legislativos e jurídicos, pela doutrina da proteção integral, passando as crianças e os adolescentes a ostentar o status jurídico de sujeitos de direitos. Contudo, apesar da participação ativa dos “meninos de rua” no movimento que culminou na citada mudança paradigmática, em 80/90, apenas mais recentemente são erigidas vozes que apre- goam uma nova forma de se visualizar a situação jurí-

dica e social das crianças e dos adolescentes em situação de rua [...] (Dias; Oliveira, 2022, p. 41).

Cabe ressaltar que, pensar as crianças em situação de rua, é, sobretudo, pensar na semântica usada em cada tempo. Assim, a passagem do uso do termo “menor” para “*menino de rua*” ou “*pivete*” representa a intensificação do “[...]o movimento higienista de “*limpeza*” das ruas, a fim de que os “menores” fossem levados à custódia (e ao controle) de instituições governamentais que pudessem reintegrá-los à vida em sociedade” (Dias; Oliveira, 2022, p. 40).

Para as pesquisadoras das infâncias,

O termo “menino de rua” passou a circular no Brasil nos anos 1980 para classificar um grupo social que se adensava nas grandes metrópoles de diversos países, inclusive no Brasil. Com o avanço das políticas neoliberais e da globalização, esse fenômeno foi se tornando uma das mais evidentes faces do aprofundamento da pobreza e da desigualdade social, gerando preocupação, incômodo e medo. (COUTO; RIZZINI, 2021, p. 56).

Assim, estudar crianças em situação de rua é volta-se para um “[...] fenômeno multifatorial que pode ser explicado historicamente a partir do desenvolvimento da categoria “menor”, conceito jurídico e social que agrupava a infância pobre, abandonada e delinquente” (Dias; Oliveira, 2022, p. 40). Logo, é preciso aprofundar os estudos para pensar as condições das crianças e adolescentes em situação de rua hoje, buscando entender os novos elementos que constituem o “[...] perverso processo de exclusão social, num país repleto de desigualdades” (Dias; Oliveira, 2022, p. 42).

Dessa forma, cabe lançar a pergunta: *quem são as crianças em situação de hoje na cidade do Recife?*, na busca de compreender os enquadramentos da política do controle e dos discursos de institucionalização das infâncias roubadas pelo capitalismo.

Iniciamos afirmando que, diferentemente do pensamento social vigente do século XIX e XX que buscava categorizar em um tipo uniforme as crianças e adolescentes em situação de rua. O termo “crianças em situação de rua” expressa a vitória do movimento nacional de meninos e meninas de rua, ou seja, de serem reconhecidos com corpos diferentes e sua heterogeneidade. Embora, os especialistas apontam para o fato de que,

Ademais, o conceito, a par de limitado por definição, também traz consigo o perigo insito à junção de dois termos

com significados aparteados: “criança” e “rua”, o que pode, assim, conduzir a uma visão paradoxal de não-reconhecimento da criança em situação de rua como “criança” (tal qual o “menor” que não era “criança”), ou de oposição entre a criança de rua e a “criança normal” (em moldes que se aproximariam à distinção histórica e ideológica que separava “menores” e “crianças”) (Dias, Oliveira, 2022, p. 44).

Dessa forma, o uso da expressão *criança em situação de/na rua* precisa ter o cuidado ético para salvaguardar as crianças das “[...] intervenções mal-intencionadas, com caráter salvacionista, opressor, correccional e repressivo” ou das categorizações que visam colocá-las “[...] num único bloco classificatório, alheio às diferentes características e circunstâncias de vida que os marcaram”, ou seja, reforçando a prática de invisibilização da infância, colocando em xeque os avanços preconizados pelo direito das crianças e adolescentes. Para Marchi (2021),

[...] o termo “menino/criança de rua” (street children, l’enfant de la rue) pelo qual estas crianças ficaram internacionalmente conhecidas, por manter o significante que remete ao universo doméstico, pode ser entendido como um paradoxo. O não-reconhecimento desta criança como uma “criança” no sentido normativo do termo, está estreitamente ligado à construção social da ideia de infância/criança moderna. Ou seja, estas categorias (criança e rua) estão estreitamente relacionadas a um modelo social e politicamente construído que as coloca, por definição, em oposição (Marchi, 2021, p. 135).

E apesar dessa ressalva em que, os pesquisadores sinalizam as contradições entre o paradigma da proteção integral e os pressupostos do capital econômico, cabe salientar que no Brasil, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 2016, estabeleceu uma definição para essas crianças. Conforme a Resolução Conjunta entre o CNAS/CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n.º 1, de 15 de dezembro de 2016, pode-se:

Art. 10. Definir como *crianças e adolescentes em situação de rua* os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou

pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (Brasil, 2016, art. 1.º, grifo nosso).

Para o CONANDA, são múltiplos os fatores que arrastam as crianças e os adolescentes à rua. Essa relação dinâmica entre público (rua) e privado (casa) sinaliza uma prática que traz os vínculos, laços e relações entre essas crianças e suas famílias nucleares ou extensas. Logo, ora estar na rua ou estar em casa, demonstra a transitoriedade da situação, por isso, “o § 10 do artigo 10 da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA no 1 esclarece que “Utiliza-se o termo “situação” para enfatizar a possível transitoriedade e efemeridade dos perfis desta população, podendo mudar por completo o perfil, repentinamente ou gradativamente, em razão de um fato novo” (Dias; Oliveira, 2022, p. 45).

A Resolução também estabelece que as crianças e os adolescentes não são indivíduos isolados em seus núcleos familiares, mas destaca que, para ser considerado como alguém que vive em situação de rua, é necessário que eles/elas estejam com os vínculos familiares e comunitários rompidos ou seriamente prejudicados. A ênfase recai sobre o termo comunitário, que avança pelo entendimento de que, muitas vezes, são os adultos do entorno comunitário que assumem a responsabilidade de cuidar desses meninos e meninas.

Outro aspecto importante ao qual a definição da Resolução Conjunta, publicada pelos Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, se refere é a atenção para um olhar interseccional sobre o problema, procurando visibilizar a diversidade presente nas identidades infanto-adolescentes. Segundo o documento, as crianças e adolescentes precisam ser considerados e valorizados por sua: “[...] heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros” (Brasil, 2017, p. 1).

É importante destacar que, no bojo das políticas socioassistenciais, a pesquisa se fundamentou nos documentos produzidos pela campanha “Criança não é de rua”. As políticas voltadas para os meninos e meninas já contam com a “[...] conceituação Nacional Sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, acolhimento Especializado de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com crianças e adolescentes em situação

de rua, centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Criança e Adolescente” (Brasil, 2015, p. 26)

De acordo com a publicação da campanha “*Criança não é de Rua*”, podemos considerar que a situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada à: I – trabalho infantil; II – mendicância; III – violência sexual; IV – consumo de álcool e outras drogas; V – violência intrafamiliar, institucional ou urbana; VI – ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; VII – LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia; VIII – cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; IX – encarceramento dos pais. (Brasil, 2017, p. 28).

A preocupação em dimensionar a pluralidade de formas de existência e de identidades é um avanço inquestionável das ações públicas voltadas para os direitos humanos das crianças e adolescentes em situação de rua, que dialoga com as conquistas históricas das décadas de 1980 e 1990. Reconhecemos a relevância do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social e das campanhas promovidas pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil, que mantêm uma abertura para novos contextos culturais e políticos, como antiassistencialistas e anti-higienistas, que são foram assumidos por este censo como basilares.

Além de estabelecer uma definição conceitual, o CONANDA buscou realizar em 2010 uma pesquisa censitária pioneira sobre o número de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil. Em 2019, outra pesquisa amostral foi realizada com 554 crianças e adolescentes em situação de rua, sob medida de acolhimento institucional e com trajetória de vida nas ruas. Coleta de dados realizada em 17 cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Os dados apontam para uma rua repleta de homens (73%) negros ou pardos (86%), que frequentam a escola (62%) e trabalham (45%). Grande percentual já dormiu ou dormem na rua (71%), por que estão com laços fragilizados com a família (62%).

Em 2021, criou-se a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, considerando o que já vem sendo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e CONANDA. Nesse novo documento, cabe às instituições “[...] promover e garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua, reconhecendo-as como sujeitos de direitos”³¹ (CNJ, Art. 10, Inc. XI, Resolução CNJ no 425/2021) e compreender “[...] a pessoa em situação de rua como sujeito integral, a partir do reconhecimento como um sujeito de direitos com dimensões integrais” (CNJ, Art. 3ºo, Inc. VI, Resolução CNJ no 425/2021).

Em vista disso, cabe ressaltar ainda, que a ONU, também reconhece

a necessidade de olhar para as crianças e adolescentes em situação de rua, a partir de uma perspectiva interseccional, multidimensional e transdisciplinar. Na Observação geral número 21 do Comitê das Nações Unidas sobre os direitos da criança, é enfatizada a necessidade das diferentes abordagens para entender a situação:

Diferentes abordagens são utilizadas em relação às crianças de rua, às vezes combinadas. Estas incluem uma abordagem baseada nos direitos da criança, segundo a qual a criança é respeitada como titular de direitos e as decisões são muitas vezes tomadas em conjunto com a criança; uma abordagem assistencialista, que consiste em “resgatar” da rua a criança, que é percebida como objeto ou vítima e com base na qual as decisões são tomadas em nome da criança sem considerar efetivamente seus pontos de vista; e uma abordagem repressiva, segundo a qual a criança é percebida como um delinquente. As abordagens assistencialistas e repressivas não levam em conta a criança como titular de direitos e resultam na expulsão forçada das crianças da rua, violando ainda mais seus direitos. De fato, não é porque se alegue que as abordagens assistenciais e repressivas se destinam a atender ao superior interesse da criança, que, de fato, estarão baseadas em direitos. Para implementar a Convenção, é essencial usar uma abordagem baseada nos direitos da criança (COMITÉ DE LOS DERECHOS DEL NIÑO ONU, 2022, p. 56).

Partindo dessa perspectiva da formulação de estratégias para conhecer as experiências das crianças em situação de rua, que apresentaremos a seguir as ferramentas, estratégias e conceitos usados para aproximarmos dessas crianças cujo cotidiano é marcado pelo abandono, sem teto, violência e fome. Esse estudo foi realizado durante o desenvolvimento do Censo da População de Rua do Recife, onde um grupo de pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), desenvolveu uma metodologia de trabalho, para escutar a “*leitura de mundo*” (Freire, 2013) de crianças em situação de rua do Recife.

A população em situação de rua do Recife é formada por adultos, isto é, pessoas que tem entre 18 e 60 anos de idade⁴. Apesar disso, o quan-

4 A pesquisa adotou todos os protocolos para preservar os participantes da investigação. Por trata-se de uma pesquisa baseada na metodologia do Grupo Focal, nosso cuidado se concentrou na proteção da identidade e na autonomia dos participantes, iniciando-se pela aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que na ocasião detalhou-se a natureza voluntária da participação e o direito de retirada a qualquer momento. Ao longo

titativo de idosos e de crianças e adolescentes é representativo e motivo de preocupação, uma vez que se trata de grupos etários mais vulneráveis. A pesquisa levou em consideração as crianças e adolescentes que estavam nas ruas do Recife no decorrer do trabalho de contagem, as atendidas pelas instituições governamentais e pelas organizações não governamentais, tendo o resultado de 86 pessoas contadas e identificadas, 42 crianças e 44 foram adolescentes.

2 DESENHO DA PESQUISA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A EXPERIÊNCIA DE RECIFE

A pesquisa com as crianças em situação de Rua, requer uma metodologia específica, para que estereótipos não influenciem a produção dos dados. Diferente da pesquisa de perfil das crianças em situação de rua, realizada pelo projeto conhecer para cuidar (2020), os dados obtidos pelo Censo da População do Recife, buscou compreender a circulação do território, as representações e as narrativas sobre as experiências de viver em situação de rua. Nesse sentido, a pesquisa realizada no Recife entre setembro 2022 e fevereiro de 2023, não usou como instrumental questionário, mas, desenhos e anotações/registros dos mediadores dos grupos focais. Dessa forma, as fontes analisadas serão resultadas dessas observações e produções.

Os dados são resultados da pesquisa realizada em três momentos, resguardando todos os cuidados éticos. No primeiro momento, montou-se um grupo de investigadores(as) interinstitucional composto por pesquisadores e auxiliares de pesquisa da UFRPE, servidores da assistência social da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), profissionais do Grupo Ruas e Praças e do Pequeno Nazareno, e representantes do Movimento Nacional da População de Rua, para mapear as instituições e grupos da sociedade civil que trabalham com as crianças nas ruas. Ao mesmo tempo, efetuar um levantamento do número de crianças e adolescentes que estão em abrigos e casas de acolhimento. Essa articulação foi necessária dada a complexidade para produzir um caminho metodológico que possibilitasse a escuta ativa das próprias crianças e adolescentes, diferenciando-se, assim, da metodologia da pesquisa censitária realizada com jovens, adultos e idosos.

Na segunda etapa, o diálogo com as instituições e as organizações

do processo, os pesquisadores e as pesquisadoras, tomaram todo o cuidado com o trato com as crianças e adolescentes, para que nenhum conflito ou desconforto pudesse acontecer. No que tange às anotações, sinalizamos aos participantes que garantiríamos o anonimato dos dados, utilizando pseudônimos ou códigos tanto nas notas de campo quanto nas transcrições, assegurando que as falas não possam ser rastreadas até os seus autores e que todo o material bruto seja armazenado em ambiente seguro e com acesso restrito aos pesquisadores.

que atendem diretamente as crianças e adolescentes foi realizado na sede do Grupo Ruas e Praças, contando com a representação da organização Pequeno Nazareno. Os encontros foram marcados pela troca de conhecimentos sobre a dinâmica de acolhimento produzida por essas organizações. Nessa fase, foram ouvidos/as os/as servidores/as públicos/as que atuam nos espaços institucionais. Nesta fase, definiu-se a estratégia de trabalho e as ferramentas que seriam mobilizadas para ouvir as crianças. A estratégia metodológica eleita foi a de grupo focal e as ferramentas usadas foram: desenho de mapa (cartografia afetiva da cidade) e roda de conversa (diário de campo).

Por fim, a terceira fase foi realização dos encontros dos grupos focais com crianças e adolescentes, formados por 6 ou 8 crianças. Cabe ressaltar que, as crianças que participaram da pesquisa, são crianças com trajetória de rua e que hoje são atendidas pelas Organizações Sociais da Sociedade Civil. O processo de escuta das crianças e adolescentes foi construído a partir da articulação com a Casa de Acolhimento Institucional Raio de Luz e com a Organização da Sociedade Civil Grupo Ruas e Praças, contando com o apoio da Organização da Sociedade Civil Pequeno Nazareno. Foram realizados os grupos focais com as meninas e meninos com vivências e/ou em situação de rua na cidade do Recife. Essa etapa qualificada como estratégia para a escuta desse segmento durante o período de levantamento de informações, configura-se como uma fase importante deste trabalho, pois retratou os olhares e impressões das infâncias sobre a realidade das ruas.

Assim, cientes da conversa a ser realizada, os meninos e meninas de ambas as instituições ficaram surpresos com o conteúdo e o roteiro exposto pela equipe. Não poderia ser diferente. Para tanto, a técnica desenvolvida nos dois equipamentos sociais foi a mesma, apesar disso, cabe ressaltar que, diante da especificidade estrutural e organizacional desses espaços, pois há de se levar em conta as atribuições e as práticas governamentais e não governamentais, foi preciso ajustar a metodologia em função do tempo das entidades, do material didático a ser disponibilizado e produzido e das intervenções pedagógicas. Tudo isso para que esse processo fosse consolidado de modo a atingir o objetivo proposto. Vale frisar que nenhum dos ajustes citado interferiu no produto desta etapa.

Inicialmente, todos os participantes de forma descontraída desenhariam um mapa da cidade, destacando os lugares que são importantes para cada um, conforme imagem abaixo:

Figura 1 – Um mapa da cidade



Fonte: Miranda, 2023.

Essa atividade de desenho, tinha como objetivo identificar os usos da cidade pelas crianças, mas, sobretudo, os sentidos que cada um atribuía aos espaços. Dessa primeira parte da dinâmica, identifica-se novos nomes para praças, ruas, bairros, lojas e avenidas. Além das representações do espaço, as crianças e os adolescentes compartilham suas concepções sobre infância, direitos, justiça, perigo, medo, segurança, educação e sonhos. Para aprofundar o debate, organizou-se um momento para que cada criança, pudesse compartilhar suas narrativas. Todas as falas foram registradas em desenhos e nas anotações dos cadernos de campo dos mediadores do grupo focal. O objetivo do encontro com as crianças era conhecer as práticas espaciais estabelecidas por elas na cidade do Recife, na tentativa de entender como as crianças e adolescentes usavam o espaço da rua e as relações tecidas nos espaços que circulam. Para isso, a pesquisa ancorou-se no conceito de prática espacial (Lefebvre, 2006), buscando identificar o espaço identificado, vivido e criado. Ao mesmo tempo, que usou a ideia de agência (Gai-tán, 2006, James; Prout, 2005; Mayall, 2002, Nunes; Carvalho, 2009; Oswell, 2021), na tentativa de entender as trajetórias e experiências na/de rua.

Embora, haja inúmeras pesquisas sobre crianças e adolescentes em situação de rua, usando diferentes abordagens, as pesquisadoras Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto (2019), apontam que as investigações

acabam se concentrando em alguns temas, como por exemplo: a) razões e motivos que levaram a viver em situação de rua; b) o cotidiano das instituições de acolhimento; c) violências; d) uso de drogas; e) exploração do trabalho infantil; f) saúde; g) educação e h) processo escolarização (relação com a escola). Amparada nessa reflexão, a pesquisadora Juliana Prates Santana (2008; 2011), sinaliza o avanço dos estudos e o aumento do número de pesquisas sobre infância e situação de rua, no entanto, ela alerta para o enfoque restrito e repetitivo.

Atualmente, os estudos da infância realizados a partir da perspectiva etnográfica, apontam para a necessidade de as investigações romperem a fronteira das dimensões socioeconômicas, que se voltam para as causas e consequências do fenômeno, e olhar para a experiência dos sujeitos, deslocar-se para entender o que produzem nas ruas, as experiências vividas nesse território. Os antropólogos, convidam os pesquisadores e pesquisadores a olhar o problema para além da falta do problema e das perdas.

Nos últimos 30 anos, o tema “*menino de rua*” ganha espaço nas discussões no campo da antropologia e sociologia, questão até então objeto de discussão de assistentes sociais, psicólogos e juristas. Entre os estudos que tiveram projeção, se sobressai o estudo intitulado “*Vozes do meio fio*”, etnografia realizada pelos pesquisadores Hélio Silva e Cláudia Milito no Rio de Janeiro nos anos 1990, ao abordarem as relações estabelecidas entre os educadores sociais, assistentes sociais e instituições de acolhimento e as crianças/adolescentes. Para os investigadores, a intensa circulação dessas meninas e meninos pelos espaços da cidade impactam em seus corpos e promovem novas relações entre o uso do espaço e corporeidade (Silva; Milito, 1995).

Do mesmo modo que, por apresentar uma abordagem inovadora ao enfatizar a circulação das crianças em diferentes lugares da cidade de São Paulo, destaca-se “*Viração: experiências de meninos nas ruas*”, tese de doutorado de Maria Filomena Gregori, publicado no ano 2000, uma etnografia sobre a organização social dos meninos de rua e as políticas públicas de intervenção criadas desde 1991 e os estudos de Simone Frangella, ao pesquisar com crianças de oito a dezoito anos da cidade de Campinas (SP), observando o “saber de rua” (Frangella, 2000).

Para a pesquisadora Lilith Neiman (2025),

conhecer o cotidiano dessas meninas e meninos que ocupam as ruas desprovidos daquilo que socialmente estabelecemos como a proteção adulta ideal é de fundamental importância, para as reflexões sobre a produção do espaço público brasileiro e sobre a produção da ideia de infância nas cidades (Neiman, 2023, p. 38).

Reconhecer com as crianças ocupam os espaços e suas trajetórias, possibilita enxergar as crianças para além dos espaços escolares, assistenciais e correccionais (Ferreira; Nunes, 2014), e correspondem a uma ideia normatizada de infância. Ampliar as pesquisas para ver a participação das crianças na cena cultural, política e religiosa, ou seja, pesquisar a vida das crianças para além da normatização moderna (Marchi; Sarmiento, 2017).

Assim, aproximar das histórias e memórias das crianças e adolescentes em situação de rua do Recife, a partir do compartilhamento de narrativas sobre suas experiências na cidade.

3 O ENCONTRO COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE

Assim, quando a gente passa, a população pensa que a gente vai mexer, vai roubar, mas a gente não vai praticar isso. A gente não vai praticar o mal, né? (Relato de um adolescente em escuta na sede do Ruas e Praças).

O relato do adolescente atendido pelo Grupo Ruas e Praças, organização da sociedade civil que realiza ações socioeducativas no Recife voltadas para os meninos e meninas em situação de rua, registra a fala de um adolescente sobre as diferentes imagens e representações que os setores da sociedade produzem sobre eles. Já na primeira atividade (identificação dos pontos de circulação das crianças e adolescentes na cidade do Recife), o adolescente revela como são enquadrados a lugares e características sociais e identitárias. Conforme afirma Judith Butler, esses “enquadramentos” produzem práticas sobre “sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos”, e vidas que não são reconhecidas como vidas (Butler, 2017, p. 17). E apesar das interdições, violências e explorações lembradas nas narrativas de identificação, os mapas revelaram o grande número de espaços usados, visitados e recorridos. Todos os lugares ganharam novos nomes, que expressam a como as crianças e adolescentes se identificam com o território, seja o lugar para tomar banho, comer, conversar, namorar e até mesmo brincar. Eles inventam espaços para resistir a violência policial e se abrigar do sol e da chuva. Sabem descrever os locais que são seguros e que podem se proteger. Não esquecem de pontuar os sinais e ruas onde desenvolvem atividades em troca de dinheiro, roupa ou comida.

A cartografia desenhada pelas crianças e adolescentes, mostra que além de se concentrarem nos bairros da Boa Vista (área comercial central) e Boa Viagem (área turística), eles criam/inventam lugares para brincadeiras,

descanso e encontros amorosos. Todos ofereceram um mapa que rebatiza praças, sinais, pontes e ruas do Recife. Os espaços voltados para uso abusivo de drogas, de violências vividas e/ou presenciadas, de formas de lazer, direitos assegurados e violados, de maneiras de adquirir renda, de cuidados com a saúde, dentre outras, vieram à tona e foram trazidas para ao “centro da roda” como elementos centrais para a compreensão da vida vivida na rua.

Sob o olhar deles e delas, foi traçado o link entre as falas (histórias vividas) com a identificação dos lugares e/ou ambientes que fazem (ou fizeram) parte do seu dia a dia, puderam, assim, (re)desenhar e (re)escrever suas rotas e rotinas. É notória a percepção das crianças e adolescentes, através dos olhares, dos posicionamentos e dos questionamentos, tendo em vista o envolvimento de diversos atores na pesquisa, sobretudo o poder público municipal, de que possam transformar as expectativas em realidade para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com vivências de rua.

Após demonstrarem no mapa, os lugares e locais que são significativos para cada uma, a pergunta norteadora do grupo focal foi *O que é a rua pra você?*, e logo, um adolescente se coloca com um tom de revolta e indignação:

Rapaz, para mim que passei mais de um ano e pouco na rua, a rua não é nada bom. Só tem tráfico. Só tem morte. A pessoa não pode estar deitada no canto que a outra pessoa chega para mexer com a cara. Isso daí eu tiro por mim... (Resultado do Grupo Focal 1 - Adolescente, menino, Raio de Luz).

Apesar de identificarem seus espaços na cidade, mostrando o que são capazes de fazer e conceber, as ruas são descritas como lugares inseguras, sobretudo, por conta do tráfico. O cotidiano dos meninos e meninas é marcado por outras vulnerabilidades sociais, que reforçam a complexidade e produzem narrativas permeadas por denúncias de desproteção.

Outro relato que denuncia o cenário de desproteção, foi permeado pelo sentimento do medo e a violência nas ruas. De acordo com adolescente

Muita gente dormia na rua e acordava com pé queimado. Quem vive na rua não é porque quer, é por necessidade. A condição que a mãe não tinha para criar. (Resultado do Grupo Focal – Adolescente 2, menino, Raio de Luz).

Neste relato, o adolescente evidencia, além do medo, lança luz na questão da fragilidade dos laços familiares e a como a condição de extrema pobreza ainda evidencia um dos principais motivos pela presença das meninas e meninas estarem em situação de rua. A pesquisa do Censo do

Recife, ainda trouxe o diálogo de adolescentes sobre os vínculos familiares

- Eu fui desprezado pela minha família. Fui abandonado. Fui colocado para fora de casa. (Adolescente 1, menino, Ruas e Praças)
- Só tu? [risos] (Adolescente 2, menino, Ruas e Praças)
- A mesma coisa eu... (Adolescente 3, menino, Ruas e Praças)
- O meu contato com a família é na rua mesmo. (Adolescente 4, menino, Ruas e Praças)
- O meu é de boa... (Resultado do Grupo Focal – Adolescente 1, menina, Ruas e Praças) (Miranda, 2013, p. 74)

O diálogo acima descortina como foram marcantes os relatos de meninos e meninas em situação de rua com vínculos familiares comprometidos. De acordo com a campanha “Criança não é de Rua”, essas crianças e adolescentes possuem trajetórias marcadas por “vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, em que a vulnerabilidade foi sendo progressivamente ampliada antes de chegar a fixar a vida no espaço da rua. A vida dos indivíduos em situação de rua se caracteriza pela inexistência de moradia convencional regular e a utilização de logradouros públicos e áreas urbanas degradadas como espaço de moradia e de sustento” (Brasil, 2017 p. 27).

Observa-se que as crianças e adolescentes em situação de rua são oriundas de famílias pobres ou que vivem a situação da extrema pobreza, que também foram abandonadas e vitimadas pelas fragilidades das políticas sociais de transferência de renda, marcadas pelo não acesso digno ao mundo do trabalho e que foram obrigadas a conviver com o mundo da criminalidade. Muitos desses meninos e meninas tiveram que conviver, desde muito cedo, com adultos que consumiam álcool e outras drogas, que passavam por mendicância, sofrimento ou transtorno mental, e muitos vivenciaram formas de abuso e violência sexual nos espaços intrafamiliares.

Quando eu era pequena, eu saía muito e passei por uma situação que quase que morria. Mas, graças a Deus, Deus me deixou, né. Pegavam mulher grávida e estupravam. Já mataram um monte de gente. Abusaram do meu irmão de nove anos. Degolaram o pescoço dele, mas Graças a Deus ele está vivo. Fui para rua, passava necessidade, tenho meu filho de dois anos e dois meses, porque o pai dele não queria dar a pensão [...]. Essa situação de rua é complicado. Para a pessoa sair é preciso pedir a Deus para voltar com vida... Tem que sair com uma faca ou com qualquer coisa. (Resultado do Grupo Focal 1- Adolescente, menina, Raio de Luz).

A condição das meninas em situação de rua apresentou-se como uma questão que merece destaque em nosso censo. Mesmo sendo um número inferior ao dos meninos, é importante ressaltar que, a partir dos relatos, foi constatado que as políticas e programas de atendimento devem se diferenciar em relação aos meninos, uma vez que a condição das meninas está diretamente relacionada à violência de gênero, à gravidez na adolescência e a outras formas de violências, como ficou destacado na fala acima. Destacamos que Recife, por meio da gestão municipal, possui uma estrutura de acolhimento exclusivo para as meninas, com profissionais que buscam fazer um atendimento interdisciplinar para as meninas, respeitando a orientação sexual e a orientação de gênero. Ressaltamos que, no decorrer da pesquisa, não encontramos meninos ou meninas trans, mas, chamamos atenção para a relevância do respeito ao público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários (LGBTQIAPN+).

Historicamente, Recife tem uma efetiva contribuição com a política de atendimento às meninas, a partir do trabalho pioneiro da extinta Casa de Passagem, fundada na década de 1990, da Casa Menina Mulher e de outras instituições da sociedade civil. Os trabalhos de abordagem social, de atendimento socioassistencial, educacional e de saúde, além de outras dimensões da política, devem considerar a sociodiversidade e os casos de violência contra as mulheres e, mais notadamente, contra as meninas, em uma sociedade marcada pela herança patriarcal, pelo sexismo e pelo machismo.

Desde o período colonial, Recife se tornou cenário de abandono de meninos e meninas, o que torna o problema de hoje um passado fortemente demarcado presente. Os problemas relacionados às mais diferentes formas de abandono deste público foram vivenciados de diferentes formas, e as ruas testemunharam as mais diversas formas de violações. Historicamente, a cidade possuía uma extensa Política de assistência. E por um longo período, as políticas praticadas possuíam contornos caritativos, filantrópicos e higienistas, quando o assistencialismo e a lógica do bem-estar balizaram formas de pensar e praticar os serviços, programas e projetos, executados por organizações governamentais e não governamentais (Miranda, 2021).

O papel do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMM) foi fundamental. Movimento com forte atuação no Recife, introduziu a luta anti-higienista e antipolicialesca, pautada no Código de Menores, legislação em vigor a partir de 1927. Com isso, é possível afirmar que o MNMM mobilizou instituições governamentais e não-governamentais em torno da agência cidadã de meninos e meninas, reconhecendo-os/as como sujeitos de direitos (Miranda, 2014)

Os relatos trazem a pertinência de provocarmos o diálogo sobre os estudos da família e infância na história do tempo presente, quando o foco são os meninos e meninas em situação de rua, haja vista a questão da circulação das crianças e a própria seguridade da “sociedade brasileira em relação à classe social, raça/etnia, relação de gênero e religião” (Arend, Miranda, Klanvitz, 2022, p. 77). Os depoimentos dos meninos e das meninas lançam luzes sobre os vínculos complexos, marcados por diferentes formas de abandono, produzindo uma narrativa de um cotidiano marcado pelas desigualdades sociais e pela desproteção.

CONCLUSÃO

A partir dessa historicidade, destacamos que se faz de extrema importância a pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua no interior do Censo da População de Rua, uma vez que, se apresenta como um instrumento Política para romper com as formas caritativas, filantrópicas e higienistas produzidas historicamente. É importante registrar que a própria metodologia do censo já busca romper com tais perspectivas, uma vez que se propôs construir o processo sobre elas/eles, para elas/eles e com elas/eles.

Historicamente as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua no Brasil foram marcadas pela presença de ações caritativas e ligadas à Igreja Católica. Paralelamente a esse esforço *curativo*, com manifesto viés de suprir supostas carências de crianças e adolescentes entendidas como desajustadas e perigosas, havia um movimento fiscalizador e punitivo. Meninos e meninas que viviam nas ruas eram encarados como problemas para a polícia resolver.

O período de transição da ditadura civil e militar para a democracia (1978-1990) assistiu a uma inflexão na trajetória das discussões acerca das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Impulsionados por uma onda de contestação política, movimentos sociais, políticos e setores específicos da igreja católica auxiliaram na confecção de uma legislação avançada acerca dos direitos das crianças e adolescentes. É desse período, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a ideia de constituir uma estrutura ampla para garantir, através da execução de políticas públicas, a prioridade absoluta na proteção dos meninos e meninas.

Entretanto, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, houve o crescimento da ideia de privilegiar o terceiro setor (aqui compreendido como organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações particulares na execução de ações de proteção voltadas especificamente para a

população de meninos e meninas que vivem em situação de rua. Algumas dessas organizações não governamentais realizam um trabalho eficiente, entre as quais destacamos, na região metropolitana de Recife, a atuação dos grupos: Ruas e praças e o Pequeno Nazareno, ambas voltadas para o trabalho com a população infanto-adolescente de rua. Pesquisadores e agentes políticos ligados aos movimentos sociais pontuaram os riscos de se transferir para iniciativas particulares a responsabilidade de garantir um direito constitucional. Essas críticas expressavam o desejo por uma ação mais direta e intensa do Estado.

A cidade de Recife, desde 2009, vem expressando o compromisso de assumir protagonismo nas ações públicas voltada para as crianças e adolescentes em situação de rua. Tal compromisso se materializou com a criação do Plano Municipal de Enfrentamento à situação de rua de crianças e adolescentes, que vigorou para um lapso de tempo compreendido entre 2010- 2020.

Em linhas gerais, esse projeto se insere em um constante diálogo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as secretarias municipais de desenvolvimento social, juventude e políticas sobre drogas; saúde e educação, além dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, que vêm contribuindo, de forma exitosa, com o atendimento dos meninos e meninas. Avaliamos que a criação de um plano municipal amplo, intersetorial e precedido de um debate com os principais setores diretamente envolvidos com a questão dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua é, sem dúvidas, um avanço considerável. A elaboração e concretização de um plano como esse é representativo da maneira como o poder público, após décadas de mobilizações sociais e pesquisas acadêmicas na área, foi motivado a agir. Baseado em eixos, o plano municipal pretende garantir ações públicas que promovam o atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de rua, promovendo um processo dinâmico, no qual os meninos e meninas tenham sua agência cidadã garantida e vivenciada.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais de meninos de rua. *Educação e Realidade*, 22(1), 183-207. 1997.
- AREND, Sílvia Maria Fávero, Miranda, Humberto da Silva e KLANOVICZ, Luciana Rosar. *Infâncias, relações de gênero e famílias sob o enfoque da história do tempo presente*. In: Rodrigues, Rogério Rosa [et al] Vitória: Milfontes, 2022.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Resolução Conjunta nº 1, de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a implementação de medidas de governança. Brasília, DF: CGU; MP, 2016. Disponível em: www.exemplo.gov.br. Acesso em: 22 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Manual MROSC: do planejamento à prestação de contas : como implementar o marco regulatório das organizações da sociedade civil no Governo Federal* Lei 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016. Brasília: Presidência da República, 2025.
- BELOFF, M.. Los derechos del niño en el Sistema Interamericano para la Protección de los Derechos Humanos. Cuando un caso no es “un caso”. Comentario sobre la sentencia Villagrán Morales et al. (Caso das “Crianças de Rua”). *Revista ¿Más derecho?*. 2000. Disponível em: <http://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/4040/beloff-comentario.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 dez. 2025.
- BERTOLÉ, C. y TORROBA, E. . “Los “niños de la calle” en la observación general 21 del comité de los derechos del niño: transfiguración de una categoría de comprensión social”. *Revista Perspectivas de las Ciencias Económicas y Jurídicas*. Vol. 10, Nº 1 (enero-junio). Santa Rosa: FCEyJ (UNLPam); EdUNLPam; pp. 19-44. 2020. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/>. Acesso em: 22 dez. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução n. 425, de 8 de outubro de 2021. Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades. Brasília, DF, 2021. Disponível em: {Link: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4169>}. Acesso em: 22 dez. 2025.
- COMITÉ DE LOS DERECHOS DEL NIÑO (2021). Observación general número 21 sobre los niños de la calle. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11402.pdf> Acesso em: 22 dez. 2025.

- DIAS, P.; OLIVEIRA, H.. Quem são as crianças em situação de rua? Um olhar sobre a trajetória do “Menor Pivete” ao sujeito de direitos. *Revista Da Defensoria Pública Da União*, (18), 33-55. 2022.
- FRANGELLA, Simone Miziara. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. *Cadernos Pagu* n. 14, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p.201-234, 2000.
- GAITÁN, Lourdes. La nueva sociología de la infancia. Aportaciones de una mirada distinta. *Politica y Sociedad*, Madrid, v.43, n.1. p.9-26, 2006.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Ta-deu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- JAMES, Allison; PROUT, Alan. *Constructing and reconstructing childhood*. London: Routledge, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido*. In: Coleção história do tempo presente: volume 1 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.
- MAYALL, Barry. *Towards a sociology of childhood Buckingham*. Open University, 2002.
- MARCHI, R. de C. Crianças “de Rua” / Street Children. In: TOMÁS, C.; TREVISAN, G.; CARVALHO, M. J. L. de; FERNANDES, N. (ed.). *Conceitos-chave em Sociologia da Infância*. Braga: UMinho, 2021.
- MELO, E. R. (2011). *Crianças e Adolescentes em situação de rua: Direitos Humanos e Justiça*. Uma reflexão crítica sobre a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua e o sistema de justiça no Brasil, p. 15-16. 2011.
- MIRANDA, H.. Entre Ruas e Praças: História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Recife: UFRPE/Liceu. 2021.
- MIRANDA, H. (org.). *Censo População de Rua do Recife*. Relatório, Recife:UFRPE, 2023.
- NEIMAN, Lilith. *Ser crianças nas ruas da cidade: espaço urbano e infância em situação de rua em São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025

- NIETO, C. & Koller, S.. *Definições de Morador de Rua e de Criança, Menina e Adolescente em Situação de Rua: Diferenças e Justaposições Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3589/358943649005/html/>
- NUNES, Angela; CARVALHO, Maria Rosario de. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 68, p. 77–97, 2009.
- PROJETO CONHECER PARA CUIDAR – *Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em Acolhimento Institucional como medida protetiva à situação de rua*. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.neca.org.br/arquivos/9708> Acesso em: 10 dez. 2024
- RIZZINI, Irene. Crianças e adolescentes em conexão com a rua: pesquisas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.
- RIZZINI, I.; COUTO, R. M. B. do. *População infantil e adolescente nas ruas*. Principais temas de pesquisa no Brasil, p. 106. 2021.
- RIZZINI, I. & RIZZINI, I.. “Menores” institucionalizados e meninos de rua. Em A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed., pp. 69-90). São Paulo: Cortez. 1996.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SANTANA Juliana Prates. Trajetórias de vida de meninas em situação de rua: o relato de uma investigação participativa. *Poiésis*, Tubarão, v. 4, n. 8, p. 271 – 293, Jul./Dez. 2011.
- SANTANA Juliana Prates. *Cotidiano, Expressões Culturais e Trajetórias de Vida: Uma investigação participativa com crianças em situação de rua*. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Doutorado em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008.
- SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. *Vozes do Meio Fio*. Editora Relume & Dumará, Rio de Janeiro: 1994.
- ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comitê dos Direitos da Criança. *Comentário Geral Nº 21 (2017) sobre Crianças em Situação de Rua*. 2022. Disponível em: <https://www.streetchildren.org/resource>.

OSWELL, David. Agência das crianças/ Children's Agency. In: Tomás, C., Trevisán, G., Leote de Carvalho, M. J., Fernandes, N. (eds.). *Conceitos Chave em Sociologia da Infância*, Perspectivas Globais. Braga (Portugal): UMinho Editora. 2021.

Recebido em: 22/08/2025

Aceito em: 17/02/2026

INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS NO PIAUÍ: DIAGNÓSTICOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (2020–2025)

CHILDHOODS, ADOLESCENCES, AND HUMAN RIGHTS IN PIAUÍ: DIAGNOSES AND PERSPECTIVES FROM THE FIELDS OF EDUCATION AND SOCIAL ASSISTANCE (2020–2025)

Thiago Reisdorfer¹

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada no estado do Piauí entre 2024 e 2025, como parte do processo de revisão do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA). A investigação teve como eixo central a escuta de 60 crianças e adolescentes, integrantes de dois grupos culturais da cidade de Oeiras-PI, mobilizando rodas de conversa como metodologia, e articulando essas narrativas à análise de dados públicos referentes ao período de 2020 a 2025. Fundamentada em uma perspectiva crítica e antiaadultocêntrica, a pesquisa reconhece as infâncias e adolescências como sujeitos de direito, cujas experiências e interpretações tensionam políticas públicas e diagnósticos institucionais. O artigo prioriza os temas de Educação e Assistência Social, os mais recorrentes nas escutas, revelando fragilidades estruturais nesses campos, especialmente no que se refere à precariedade de recursos, à limitação de acesso e à ausência de participação efetiva das crianças e adolescentes na formulação e monitoramento de políticas. Além disso, evidencia o descompasso entre a materialidade das ações estatais e a percepção dos sujeitos. O artigo problematiza, ainda, a invisibilidade das infâncias rurais e quilombolas nas políticas públicas, a fragilidade na comunicação de programas sociais, e a necessidade de mecanismos permanentes de escuta infantil. Concluímos que políticas de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes no Piauí exigem não apenas a inclusão formal das crianças como sujeitos de direito, mas também a superação de lacunas históricas: descentralização de serviços, transparência de dados e enfrentamento das desigualdades interseccionais.

Palavras-Chave: História das Infâncias. Infâncias e Adolescências. Direitos Humanos. Piauí.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor efetivo do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Oeiras) e docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória/UESPI). Coordena o GT História das Infâncias e Juventudes da ANPUH/PI, atuando principalmente nos temas Universidade, juventude, ensino de História, História do Tempo Presente e história oral.

ABSTRACT

This article presents the findings research study conducted in Piauí State between 2024 and 2025 as part of the review process for Brazil's National Decennial Plan for the Human Rights of Children and Adolescents (PNDHCA). Centered on participatory listening, the study engaged 60 children and adolescents from two cultural groups in Oeiras-PI through dialogue circles, while cross-referencing their narratives with public policy data from 2020-2025. Grounded in a critical, anti-adultocentric framework, the research recognizes children and adolescents as active rights-holders whose lived experiences can challenge institutional diagnostics and public policy paradigms. Focusing on Education and Social Assistance, the most salient themes emerging from participant voices, the analysis reveals systemic vulnerabilities: resource inadequacies, access barriers, and the exclusion of youth from policy design and oversight processes. A critical finding highlights the dissonance between state actions and community perceptions of their effectiveness. The study further examines the policy invisibility of rural and quilombola youth, breakdowns in social program communication, and the imperative to institutionalize child participation mechanisms. We conclude that advancing child rights in Piauí requires moving beyond formal inclusion to address historical deficits through three key pathways: service decentralization, data transparency, and intersectional policy approaches to dismantle ethnic-racial, geographic, and gender inequalities.

Keywords: History of Childhood. Childhood and Adolescence. Human Rights. Piauí.

INTRODUÇÃO

Este² artigo sistematiza e discute elementos da pesquisa desenvolvida ao longo de 2024 no estado do Piauí, especialmente em Oeiras/PI, para a revisão do Plano Decenal Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA). Tanto em âmbito nacional quanto local, o trabalho pautou-se no pressuposto teórico e político da centralização das vozes de crianças e adolescentes, por meio de suas escutas, para (re)pensar as políticas do PNDHCA. Para tanto, concentramos as atividades em momentos de escutas de crianças e adolescentes e, num segundo momento, na busca e sistematização de dados que são apresentados e discutidos ao longo deste texto. Ao longo do texto, mobilizaremos e analisaremos os resultados produzidos nas escutas e na coleta de dados das áreas temáticas da Educação e da Assistência Social no Piauí, visando contribuir para a consolidação da discussão dessas demandas no âmbito do PNDHCA.

A pesquisa realizada visava mobilizar contribuições para a substituição e continuidade do PNDHCA 2010-2020, que deveria ter sido renovado em 2020. A ausência de criação de um novo plano levou à proposição,

2 Esta pesquisa foi realizada com o apoio de recursos provenientes do Projeto de Revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes coordenado pelo Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda e financiado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

em 2023, da criação de nova equipe que atuou em 2024 e 2025 na sua construção. Para tanto, foi organizado um amplo esforço de pesquisa, coordenado pelo professor Humberto da Silva Miranda (UFRPE), e dividido com 27 equipes estaduais para a sistematização local e estadual das contribuições que partiram dos diferentes territórios. O principal esforço na construção da pesquisa foi a centralização da participação de crianças e adolescentes nas reivindicações e formulações de propostas para o PNDHCA. Para tanto, foram desenvolvidos dois momentos de escuta de crianças e adolescentes. O primeiro, ainda no final de junho de 2024, ouviu cerca de 30 sujeitos participantes de um grupo de Hip Hop organizado pelo CRAS 2 da cidade de Oeiras-Piauí. O segundo momento de escuta ocorreu em outro grupo cultural, na comunidade quilombola Queiroz, localizada no interior do município de Oeiras, também com 30 participantes.

Outro eixo estruturante deste artigo são pesquisas de dados. Estes devem ser vistos a partir da percepção das crianças e adolescentes. Políticas podem ter dados positivos e serem percebidas como insuficientes ou não estar presentes em determinados espaços. Essa dinâmica evidencia a necessidade de analisar os distanciamentos entre os dados públicos das políticas (mesmo as consideradas bem-sucedidas) e a percepção e demandas sociais a elas relacionadas.

Outro ponto importante a respeito dos dados é a fragilidade de sistemas de organização, compilação e construção de dados. No Piauí, alguns elementos relevantes não foram localizados. Essa situação se repetiu em outros espaços, como foi possível perceber no Seminário Regional, realizado em Recife entre 03 e 04 de julho, no qual foram apresentados os relatórios dos demais estados do Nordeste. Essas lacunas indicam a fragilidade da capacidade de sistematização, planejamento e avaliação de políticas públicas no Piauí pois a ausência de dados fragiliza qualquer iniciativa nesse sentido.

A articulação dessas questões fundamentou a estruturação deste texto. Na primeira seção, são apresentadas as discussões teóricas e metodológicas que orientaram a pesquisa. O estudo originou-se a partir de dois eixos analíticos: (i) Promoção dos Direitos e (ii) Defesa de Direitos. O primeiro eixo, foco de nosso olhar, organiza-se em dois blocos temáticos: (a) Direito à educação, saúde e assistência social; e (b) Direito à cultura, esporte, lazer e meio ambiente. Para os fins deste artigo, opta-se por priorizar a análise das duas temáticas que se mostraram mais recorrentes nas demandas expressas por crianças e adolescentes: educação e assistência social. A abordagem de cada um desses temas se estrutura, inicialmente, pela sistematização das reivindicações apresentadas por crianças e adolescentes no

âmbito das escutas realizadas. Posteriormente, procede-se à análise desses dados à luz de informações provenientes de múltiplas fontes, notadamente órgãos governamentais — em nível estadual e federal —, organizações da sociedade civil e pesquisas acadêmicas.

A título de breve contextualização, precisamos destacar que o Piauí conta, em 2025, com uma população total de cerca de 3.2 milhões de habitantes, quase 2.2 milhões de pessoas, mais de dois terços da população, estão cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico). Sendo 1.364.036 em situação de pobreza; 421.973 pertencem a famílias de baixa renda; e 387.140 vivem em famílias com renda acima de meio salário mínimo³.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 DIALOGANDO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

A realização de pesquisas com crianças e adolescentes apresenta desafios singulares, daí a necessidade de aprofundarmos o debate nesta seção. Historicamente silenciadas e invisibilizadas pela academia (Sosenski, 2015; Albarrán, 2012; Costa Júnior, 2023), em especial pela História, faz-se necessário um esforço para pensá-las não apenas a partir de olhares adultos e adultocêntricos (Quapper, 2012; Oliveira, 2023), mas também, a partir de suas inquietações, desejos, anseios e sonhos. No caso em tela, que parte de uma pesquisa voltada para a produção de um repensar de políticas públicas, esse desafio se soma às necessidades da estrutura organizacional de construção dessas políticas no Brasil.

Em linha com a perspectiva teórica e política da pesquisa em âmbito nacional e, também, de nossas preocupações históricas, foi aplicada a metodologia estabelecida na coordenação nacional para a escuta das crianças e adolescentes e, também, para a construção dos dados que serão apresentados. As equipes estaduais, compostas por um pesquisador responsável e um auxiliar de pesquisa, receberam materiais de orientação. A preocupação do que foi denominado “Diagnóstico acerca da Situação das Infâncias e Adolescências” foi o estabelecimento das escutas valorizando e evidenciando as diversidades sociais para a construção desse diagnóstico. Essa perspectiva se ancorou nas renovações das discussões acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento que têm destacado a agência histórica e social de crianças e adolescentes:

3 Dados extraídos do CadÚnico. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painelo3.php#>. Acesso em: 23 jun. 2025.

A nova imagem da criança que vem se consolidando, ressalta as suas competências, em especial as múltiplas linguagens que sustentam sua vigorosa interação social desde o nascimento. Destaca também as influências de fatores como classe social, gênero, pertencimento étnico-racial, crença religiosa etc. na vivência da infância de cada criança, mas, ao mesmo tempo, lhes atribui agência no processo de apropriação da cultura (Cruz; Martins, 2017, p. 30).

Essa percepção tensiona compreensões adultocêntricas que veem as crianças apenas como reprodutoras, ou então, “manipuladas” por interesses adultos (Gouvêa, et al, 2021). Entretanto, não pode cair na ingenuidade oposta de que é possível perceber uma narrativa “pura”, sem mediações e intervenções, quando são produzidas por crianças e/ou adolescentes. Assim como qualquer grupo social, as narrativas produzidas nas escutas são mediadas por diferentes relações intersubjetivas (Passerini, 2011), ou seja, dialogando com as relações sócio-históricas que permeiam os momentos de enunciação pública.

As escutas e a coleta de dados deveriam contemplar as preocupações dos quatro “Eixos” do Novo Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes. São esses: 1) Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; 2) Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes; 3) Controle e Controle social da efetivação dos direitos; 4) Intersetorialidade e Transetorialidade na perspectiva do atendimento integral.

A partir dos quatro eixos, foram estruturadas temáticas centrais para o processo de escuta. As temáticas principais foram: Educação; Saúde; Assistência Social; Cultura, Esporte e Lazer; Habitação; e Proteção. Junto aos temas principais foram sugeridas diferentes dinâmicas de trabalho que poderiam contribuir para a produção de escutas qualificadas e que fossem protagonizadas pelas próprias crianças e adolescentes. A diversidade de possibilidades nas escutas, realizadas com públicos, espaços, dinâmicas e relações diversas, implicou a necessidade de diferentes formas de adaptação.

Um dos elementos que contribuiu com especificidades no caso piauiense foi o fato de que, em geral, o processo de seleção de pesquisadores contemplou pessoas sediadas na capital dos diferentes estados. Em nosso caso, trabalhamos e somos residentes de Oeiras, uma cidade do centro sul, interior do Piauí, conhecida por seu patrimônio histórico enquanto capital do estado até a década de 1850, pela forte presença da religiosidade em sua população e pela predominância de um passado colonial e escravista que produziu diferentes marcas em seu presente.

A cidade de cerca de 38 mil habitantes foi o foco de nossa pesquisa com o público alvo. Desejávamos pensar outras espacialidades e historicidades para além dos grandes centros urbanos, visibilizando e enfatizando perspectivas, experiências e vivências de crianças e adolescentes de pequenas/médias cidades do interior do país. Para tanto, contatamos a Secretaria de Assistência Social do Município e nos foi indicado o trabalho com o Centro de Referência em Assistência Social – “CRAS I”. Este fica localizado em um bairro da periferia da cidade e atende demandas de assistência social urbanas e rurais.

Após contatos com a equipe responsável e a apresentação dos parâmetros teóricos, políticos e éticos da pesquisa, nos foi indicado realizar escutas com dois grupos que existem sob a promoção e a atuação da equipe do CRAS I: um Grupo de Hip Hop e um Grupo de Makulê⁴. O grupo de Hip Hop conta com cerca de 30 crianças, meninos e meninas de toda a cidade, e se reunia toda segunda-feira na sede do próprio CRAS para o aprendizado do ritmo, dança e musicalidades Hip Hop. Já o grupo de Makulê é sediado no Quilombo Queiroz, comunidade quilombola sediada no interior do município, a cerca de 20 km da cidade⁵.

A estrutura física e os grupos em que foram realizadas as escutas fizeram com que fosse necessário adaptar a metodologia. Em ambos os casos as escutas foram realizadas em ambientes bem precários em que a melhor possibilidade encontrada foi a “roda de conversa”. Essa definição se deu a partir da reflexão teórica e metodológica a respeito do trabalho com crianças e adolescentes (Pires, 2008; Pires, Santos, 2019). Todo o grupo, crianças, adolescentes e pesquisadores, sentou no chão, em círculo, e estabeleceram o diálogo. Mobilizamos cada uma das temáticas orientadas, partindo daquelas que entendíamos serem mais “próximas” para as crianças e adolescentes, até aquelas mais abstratas e/ou distantes. Assim, organizamos a seguinte sequência: 1) Educação; 2) Cultura, Esporte e Lazer; Saúde; Habitação; Assistência Social; Proteção⁶.

Em cada um desses temas, o grupo escutado era estimulado a falar livremente o que seriam suas análises de problemas, qualidades e, também, suas reivindicações. Foram estimulados a identificar limites, mas também, quando houvessem, qualidades que suas experiências e vivências identi-

4 Prática cultural afro-brasileira que combina música, dança e percussão com elementos de luta. O grupo é organizado pela equipe do CRAS I.

5 Em ambos os casos foi solicitado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por familiares e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para as crianças e adolescentes. Os documentos assinados estão sob guarda do pesquisador.

6 Neste texto trabalharemos, como temos informado, apenas as demandas relacionadas diretamente aos tópicos Educação e Assistência Social.

cavam nessas questões. Estamos cientes que a própria ordem das temáticas debatidas (que durante as escutas contaram com diferentes idas e vindas entre temas e demandas) interfere na dinâmica e no resultado das escutas. Por isso propusemos uma sequência que partia daquelas que identificávamos como os maiores pontos de contato entre as infâncias e adolescências de nosso contexto com diferentes aparelhos do estado.

As escutas foram realizadas na sede das atividades dos grupos culturais. No caso do grupo de Hip Hop, contamos com 30 crianças e adolescentes, entre 4 e 19 anos. A atividade foi realizada em uma sala do CRAS I e acompanhada pela equipe que coordena o grupo. No caso do Grupo de Makulelê, não havia sala disponível para a realização da atividade, assim, foi realizada no centro da quadra de esporte da comunidade Queiroz, onde a atividade é sediada. Foi possível perceber um momento inicial de timidez, especialmente entre os adolescentes, mas uma crescente descontração, especialmente entre as crianças, durante a atividade. Em nossa percepção, a dinâmica de roda de conversa, o ato de sentar no chão, contribuiu para esse fato, pois permitiu uma informalidade e visibilidade mútua, gerando uma dinâmica de relativa igualdade que foi reforçada por nós com o constante estímulo para a fala e, também, para a escuta de todo o grupo.

A especificidade dos grupos para as escutas gerou uma dificuldade: como produzir um espaço em que crianças com menos de 10 anos e adolescentes de até 18 anos pudessem se expressar? Uma das possibilidades seria separar os grupos para escutas em momentos diferentes a partir de critérios de idade. Entretanto, não havia disponibilidade de horário nos grupos para a realização de duas atividades. Dessa forma, foi preciso criar uma dinâmica em que isso fosse viável. Para tanto, ao criarmos a roda de conversa, posicionamos as crianças mais próximas dos pesquisadores e os adolescentes no outro lado da roda. Além disso, durante as atividades, buscávamos incentivar as crianças menores a falar, seja olhando diretamente para elas, seja perguntando se teriam contribuições. Sempre com a preocupação de não as constranger, em caso de não desejarem falar. Outro ponto em que atentamos, foi enfatizar a necessidade de respeitar a fala de todo o grupo, sem interrupções. Em um grupo de 30 crianças e adolescentes, as falas paralelas, sobreposições, interrupções e afins ocorreram em diferentes momentos pela própria dinâmica e interesse em participar. Entretanto, vimos que a proximidade física e o incentivo à fala produziram um resultado positivo, pois em diversos momentos as crianças produziram falas manifestando suas dúvidas, anseios e desejos no âmbito do diálogo. O registro das informações foi realizado a partir de cadernos de campo, em que registrávamos o conteúdo e a forma das reivindicações, demandas, comentários, entre outros. Por questões de limites éticos da pesquisa, não foram regis-

tradas fotografias ou vídeos do momento.

Já a escrita de nosso texto contou com uma preocupação constante: valorizar, trazendo para o primeiro plano, as escutas das crianças e adolescentes. A estrutura da pesquisa apresentava esse marco como central. Tendo em vista a preocupação em não invisibilizar as crianças e adolescentes, que devem ser sujeitos ativos e centrais na discussão de seus próprios direitos, optamos por construir a pesquisa e o texto sempre apresentando primeiro as reivindicações das crianças e adolescentes para, na sequência, trazer dados que ampliem as perspectivas. Os dados podem ou não coincidir com as preocupações das crianças e adolescentes, uma vez que a percepção de situações e condições sociais nem sempre condiz com dados objetivos e, frequentemente, centrados em perspectivas alheias às das crianças. Esse elemento não deve, em hipótese alguma, ofuscar as reivindicações de crianças e adolescentes, mas sim, complexificar a compreensão das recepções e demandas das políticas públicas estatais.

1.2 EDUCAÇÃO: DEMANDAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Visando apresentar os dados de cada um dos eixos estruturantes da pesquisa, sem deixar de lado nossa preocupação em centralizar a narrativa das crianças e adolescentes, primeiramente, apresentamos o resultado das escutas no âmbito da educação, sistematizando as principais questões e demandas visando maior clareza na escrita. Em seguida, trazemos um levantamento de dados educacionais pesquisados com o alerta de que, em alguns casos, há demandas ou dimensões na fala das crianças e adolescentes que não foi possível localizar dados para a análise.

O ponto central da reivindicação das crianças e adolescentes na dimensão educacional pode ser sistematizado como “participação”, no sentido abordado por (Hart, 1993; Machieski, 2022; Daminelli, Machieski, Lazarotto, 2021). Esse foi um dos focos da fala de crianças e adolescentes. Os limites adultocêntricos na estrutura educacional vivenciada pelas crianças e adolescentes foram denunciados em diferentes pontos. Importa destacar que, como veremos, não houve, por parte das crianças e adolescentes, a enunciação de um desejo de ruptura com o sistema educacional, mas sim a sua reformulação visando a ampliação de espaços de atuação das crianças e adolescentes no entremear de estudantes/sujeito infanto-juvenil. Vários dos pontos a seguir tem como possível solução a ampliação de espaços e incentivos à participação de estudantes na gestão acadêmica e administrativa das escolas. As principais reivindicações de participação foram:

- Participar da escolha de diretores;
- Participar da escolha de livros didáticos;
- Participar da construção do cardápio de lanches e refeições;
- Participar na construção de regras e protocolos de comportamento;
- Participar da construção e escolha de uniformes escolares;
- Participar do regramento do uso de celulares;
- Participar na construção do currículo escolar – optativas, eletivas, oficinas.

A listagem acima permite perceber uma demanda ampla por participação dos estudantes na vida escolar, geralmente avessa à intervenção infantil e juvenil. Há a reivindicação de intervenções desde a gestão, como a demanda por participação na escolha de diretores⁷, regras e protocolos de comportamento, indicam. Elementos do pedagógico que tradicionalmente são vistos na cultura escolar como de responsabilidade docente, tendo em vista seu saber acadêmico e pedagógico, também sofrem demandas por intervenção, desde a participação na escolha de livros didáticos até a construção do currículo e, mesmo, no regramento do uso de celulares. Destaque-se, nesse ponto, que as crianças e adolescentes defenderam a regulamentação e limitação do uso de celulares. O argumento apresentado nas escutas visava um equilíbrio entre o entretenimento por meio do aparelho e a necessidade de concentração nos momentos de aprendizado.

Inclusive, tivemos propostas concretas nesse sentido, demonstrando um grau de problematização importante sobre o assunto. Foi defendido entre as crianças e adolescentes do grupo de Hip Hop que o intervalo escolar (recreio) fosse estendido pois, segundo eles, não havia tempo nos tradicionais 15 minutos para lanche, beber água, usar o banheiro e ainda “espiar” o celular e conversar com amigos. Assim, propôs-se a ampliação do tempo do intervalo com a modificação do início e fim da aula como forma de compensar. Nota-se a habilidade de proposição de reformas e, também, a capacidade e o desejo de negociação na participação ativa na gestão do tempo escolar.

Por fim, vemos que outras dimensões materiais também são reivindicadas como áreas de atuação das crianças e adolescentes: a decisão sobre o cardápio e a criação e uso de uniformes escolares estiveram presentes nos dois momentos de escuta. O lanche foi um dos pontos mais abordados. Reivindicações de melhoria da qualidade, variedade e higiene no processo de produção se fizeram presentes.

7 No Piauí, os diretores são nomeados externamente e não eleitos pela comunidade escolar.

Além da demanda por ampliação de participação, as crianças e adolescentes apresentaram um amplo conjunto de reivindicações correlatas à educação. Listamos e abordamos brevemente abaixo suas demandas:

Acesso à escola:

- Melhoria no transporte rural e urbano;
- Ampliação da distribuição de Kits de Material Escolar;
- Construção de passagens molhadas/pontes⁸ (estudantes dos quilombos ficam até 1 mês sem ir as aulas em períodos chuvosos);
- Bolsas de estudo para o ensino fundamental;
- Ampliação de cursos universitários no interior.

O acesso à escola foi destacado pelas crianças e adolescentes presentes. Como veremos abaixo, o Piauí conseguiu universalizar o acesso ao Ensino Fundamental. Entretanto, creches e Ensino Médio continuam um desafio. De toda forma, a compreensão de acesso que emergiu nas escutas teve uma perspectiva mais ampla. A disponibilidade de vaga deve estar combinada com transporte, material escolar e bolsas de estudos que permitam a permanência, em especial nos anos finais do fundamental e no Ensino Médio, os quais a entrada no mercado de trabalho concorre com a permanência.

Entretanto, não basta o acesso e os meios para acessar, é necessário a compreensão de demandas diversas para o currículo escolar e o funcionamento de regras e relações no âmbito da escola. Vejamos:

Currículo escolar:

- Inclusão de disciplinas e atividades: Hip Hop, Ampliação de atividades fora da escola (viagens, visitas, entre outros);
- Maior variedade em línguas estrangeiras;
- Aulas de Tecnologia, Oficinas de cozinha, música, empreendedorismo, desenho/grafite, futebol;
- Ampliação e qualificação de Educação Física.
- Ampliação da disponibilidade de psicólogos nas escolas;
- Ações contra bullying: Gordofobia, Machismo.

8 Na região de Oeiras-PI é comum a construção de “passagens molhadas” nas estradas cruzadas por riachos. Estas são feitas concretando ou instalando pedras no leito do rio, visando dar estrutura para a passagem de carros, motos e pedestres pelo leito. O problema é que nos períodos de chuva (novembro a junho), muitas vezes, as passagens são cobertas pela vazão dos riachos, impedindo o acesso e degradando as passagens. Mesmo assim, ainda são poucas as pontes nas comunidades do interior.

Organização e regras escolares:

- Ampliação do tempo do recreio;
- Maior espaço para a resolução de conflitos entre os estudantes e entre estudantes e professores/gestores;
- Fim das aulas aos sábados;
- Momentos e formas de avaliação dos professores pelos estudantes;
- Adiar o início das aulas pela manhã;

Foi possível perceber insatisfações com a estrutura curricular por meio da demanda por maior variedade de disciplinas de línguas, tecnologias, arte, empreendedorismo, entre outros. Há, ainda, a compreensão de que a educação não deveria ser realizada apenas dentro dos muros das escolas, como fica demonstrado na demanda por viagens, visitas e outros deslocamentos. Por fim, as regras escolares receberam atenção. Estas demandas estão articuladas com as anteriores por participação. Houve demandas pela participação nas regras e, no que vemos acima, já há construção de proposições. Novamente reforça-se a compreensão problematizadora das relações educacionais pelas crianças e adolescentes. Para além da ideia hegemônica de que a escola “faz” as infâncias, adolescências e juventudes, vemos aqui um esforço para que a escola seja feita também pelas infâncias (Dayrell, 2007).

Além da participação na organização cotidiana na rotina das escolas, as ponderações e reivindicações sobre a estrutura escolar também se fizeram presentes:

Estrutura escolar:

- Climatização e Ar condicionado nas salas;
- Estrutura das salas (Cadeiras, iluminação, quadros, entre outros similares);
- Banheiros (limpeza e reforma);
- Criação e ampliação de bibliotecas com mais livros, gibis e biblioteca virtual;
- Criação e ampliação de laboratórios de informática, ciências, tecnologia, robótica e outras disciplinas;
- Melhoria da internet;
- Ampliação e melhoria nos bebedouros;
- Reforma, manutenção e limpeza das escolas (bebedouros, cadeiras – incluindo tamanhos adequados às idades –, espaços para brincar);

- Disponibilização de armários;
- Salas de aulas com menos alunos;
- Enfermarias.

Veremos abaixo que a estrutura escolar do sistema educacional público é bastante precária. Esse diagnóstico e proposição emergem na fala das crianças e adolescentes. De todas as questões acima, gostaríamos de destacar a importância da demanda por climatização. O Piauí conta com períodos de temperatura altíssima, em especial entre setembro e dezembro de cada ano. Esse período, conhecido localmente como B-R-O-Bró, registra, constantemente, temperaturas acima de 40 graus. As mudanças climáticas têm agravado essa situação e precisam ser endereçadas para que um mínimo de qualidade no ambiente escolar seja garantido.

Vemos uma ampla gama de demandas e reivindicações. Ouvir as crianças e adolescentes foi fundamental para uma visão menos adulto-centrada do complexo sistema educacional piauiense. Mais do que apenas alunos, são eles e elas que vivenciam na prática a educação. E, sendo a educação um dos eixos dos Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes e, também, um espaço para a expansão, consolidação e disseminação das políticas em Direitos Humanos, vemos, nos relatos desses sujeitos, diferentes limites para seu exercício com qualidade e com respeito a esse direito fundamental.

1.3 PENSANDO O SISTEMA EDUCACIONAL PIAUIENSE A PARTIR DE DADOS

Cabe-nos agora ampliar a discussão analisando dados do estado do Piauí e seu sistema educacional. Destacamos que os dados não são e não devem ser vistos como espaço de invalidação ou mesmo legitimação das falas, mas sim como ferramentas que complexificam as discussões. Sujeitos históricos, as crianças e adolescentes experimentam a realidade, as políticas públicas e as diferentes dimensões da sociedade a partir de sua própria subjetividade. Constroem, em suas memórias e narrativas, leituras intersubjetivas que interpretam e significam de diferentes maneiras as políticas públicas.

Metodologicamente, a coleta e seleção de dados, que serão apresentados ao leitor, foram realizadas tentando atender duas questões: 1) apresentar por meio de dados a situação de elementos elencados pelas próprias crianças e adolescentes; 2) atender as demandas formuladas pela coordenação nacional da pesquisa. Assim, veremos abaixo um amplo conjunto de dados das diferentes áreas de atuação.

O primeiro elemento que buscamos pensar para percebermos condições do sistema educacional no Piauí é a problemática do acesso. Para tanto, compilamos e apresentamos abaixo números e análises sobre essa dimensão. A porta de entrada para muitas das crianças e adolescentes é o Ensino Infantil. Nesse sentido, poderemos perceber as limitações do acesso a esse espaço. No âmbito das creches, contamos com dados do Todos Pela Educação, construídos a partir da PNAD contínua⁹. Ali aponta-se que no Piauí, em 2023, 39% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creche; 28% das crianças não frequentam creche por opção de pais e/ou responsáveis; e 33% das crianças piauienses na faixa etária não frequentam creche por falta de acesso. Esses dados apontam a necessidade de amplos investimentos nessa seara educacional.

No âmbito dos custos, a Confederação Nacional dos Municípios¹⁰ apontou uma necessidade de 1,9 bilhão de reais de investimento ao ano para a viabilidade de 100% das crianças piauienses em creche. Essa soma implica a necessidade de adequação de gastos e a transferência de recursos via governo federal.

O acesso à pré-escola foi estatisticamente universalizado no Piauí. Dados de relatório do Todos Pela Educação, datado de 2023¹¹, apontam que 99,1% das crianças estão matriculados na pré-escola. Esse número é maior do que a média nacional, que é de 94,2%. No Ensino Fundamental há também uma condição de universalização do acesso com 99,9%¹² da população entre 6 a 14 anos matriculadas. Já no Ensino Médio há uma significativa queda da porcentagem com apenas 58% dos jovens de 19 anos com a etapa concluída. Vemos aí um gargalo significativo da educação do estado que demanda mais vagas, mas também maiores condições de acesso (transporte, uniforme escolar, alimentação, conforme vimos nas demandas das crianças e adolescentes) e permanência.

No âmbito de indicadores de qualidade, também temos gargalos importantes. Nos índices de adequação de série/idade vemos os seguintes números para o Ensino Fundamental e Médio em 2024:

9 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/primeira-infancia-acesso-a-creche-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

10 Tabela de gastos previstos para universalização de creches. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/politica/cidades-do-piaui-podem-ter-impacto-de-2-bilhoes-com-obrigatoriedade-de-vagas-em-creches-394461.html#:~:text=Segundo%20um%20estudo%20da%20CNM,matriculadas%20na%20rede%20de%20ensino>. Acesso em: 02 dez. 2024.

11 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-piaui-2023.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

12 Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-piaui-2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Tabela 1 – Dados de conclusão de nível de ensino em idade adequada

	Fundamental I	Fundamental II	Ensino Médio
Conclusão na idade adequada	93%	79%	57%
Aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática	31,9%	13,3%	3,9%

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/estados-pi.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Um dos pontos elencados nas escutas que pode contribuir para essa situação é a infraestrutura escolar. Esse é um dos pontos centrais das reivindicações. Podemos ver que essas reivindicações coincidem largamente com dados preocupantes da infraestrutura escolar no Piauí que, segundo dados do Todos Pela Educação¹³, conta com as seguintes estruturas. Destaquemos que há um total de 3.695 escolas no Piauí:

Tabela 2 – Infraestrutura Escolar Piauí – 2024

Item	Porcentagem presente	Número de escola sem a infraestrutura
Água Potável	96,7%	122
Esgoto	16,1%	3100
Banheiro	98,2%	66
Energia Elétrica	98,8%	44
Quadra de Esportes	26%	2734
Biblioteca/Sala de Leituras	31,9%	2516
Laboratório de Ciências	4,5%	3529
Laboratório de Informática	18,5%	3011
Acesso à Internet	90,2%	362

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/estados-pi.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

O que vemos na tabela acima é uma situação preocupante em vários aspectos e absolutamente precária em outros. A inexistência de elementos

¹³ Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/estados-pi.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

como água potável, banheiro e energia elétrica é simplesmente alarmante por ferir direitos básicos de mínimo de dignidade e direitos humanos nas condições escolares. No âmbito pedagógico, a quase inexistência de laboratórios de ciências, de bibliotecas, quadra de esportes e laboratórios de informática força o questionamento sobre a precariedade do sistema, apesar do volume de matrículas. Lembremos, novamente, a sensibilidade das crianças e adolescentes na reivindicação dessas questões como centrais para a melhoria do direito à educação. Passemos agora para outro importante limitador da qualidade da educação piauiense: a adequação da formação docente.

Esse é um dos gargalos da educação piauiense. O Estado organiza poucos concursos e, nas redes municipais principalmente, ocorrem muitas contratações por indicação política. Essa prática é corroborada pelos altos dados de inadequação da formação docente. Conforme segue na tabela com valores da formação adequada:

Tabela 3 – Adequação da Formação Docente – 2022

Sistema de Ensino	Infantil	Fundamental Inicial	Fundamental Final
Rede Municipal	46,9 %	48,8%	32,3%
Rede Estadual	60.3 %	54,9%	56,2%
Escolas Municipais Urbanas	51.8 %	55,6%	46,9%
Escolas Municipais Rurais	37.3 %	38,8%	19,1%
Escolas Estaduais Urbanas	60.3 %	55,1%	56,6%
Escolas Estaduais Rurais	43.3 %	36,2%	49,7%

Fonte: Dados disponíveis em publicação do MEC. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoess/MapeamentodaAdequaoDocentenoBrasil_111220221_compressed.pdf. Acesso em: 16/12/2024.

Há uma forte distorção na adequação da formação docente. O maior índice é de apenas 60,3% de adequação no infantil da rede estadual. Todos os demais ficam abaixo de 60%, chegando a apenas 36,2% no caso das escolas estaduais rurais de Ensino Fundamental Inicial. É comum ouvirmos de ex-discentes graduados em História que conseguiram emprego ministrando aulas das mais diversas disciplinas em escolas municipais e estaduais.

Por fim, podemos perceber uma forte correlação entre as demandas das crianças e adolescentes e os dados sobre o sistema educacional do Piauí. Apesar das limitações dos dados, tanto pela disponibilidade dos mesmos quanto pelas limitações de espaço no próprio texto, é possível perceber uma situação preocupante na educação piauiense nos diferentes aspectos. Tendo como ponto forte o percentual de matrícula, a falta de investimentos compromete que a matrícula seja transformada em direito de ensino de qualidade, participativo e democrático. Vemos que os dados permitem aprofundar a perspectiva e o diagnóstico das crianças e adolescentes apontados nas escutas.

1.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB OLHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PRESENÇA, AUSÊNCIA E DESEJOS

O Piauí é um dos estados mais pobres do país. Seu IDH é um dos 5 mais baixos entre todos os estados brasileiros. Uma das 10 menores rendas familiares do país. Apesar de ser possível notar, nos dados que apontam essas informações, melhorias nas últimas 3 décadas, há ainda um amplo espaço de crescimento. Com essas condições, temos um dos principais pontos de atenção na garantia, promoção e disseminação dos Direitos Humanos para Crianças e Adolescente, o sistema de Assistência Social. A relevância dessa dimensão das ações do estado se fez presente nas reivindicações apresentadas nas escutas. O foco das crianças e adolescentes esteve no acesso ao serviço, na melhoria estrutural dos espaços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e na maior oferta de atividades para crianças e adolescentes. É importante notar que as escutas, realizadas em atividades organizadas pelo CRAS I da cidade de Oeiras, contribuíram para a ênfase nessa questão. Vejamos:

Melhorias no CRAS:

- Mais jogos, oficinas, cursos nos CRAS;
- Melhorias no lanche no CRAS;
- Diminuição no tempo de espera para atendimentos;
- Ampliação de atividades como o Hip Hop e o Makulê.

Acesso aos serviços do CRAS:

- Maior frequência de visitas de psicólogos e assistentes sociais nas comunidades rurais;
- Disponibilização de transporte urbano para as atividades do CRAS.

Outros:

- Criação de espaço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de violência e/ou vulnerabilidade;
- Criação de Centros para Crianças e Adolescentes (inspirados nos espaços/clubes de entretenimento para idosos);
- Maior contato com os grupos de idosos da cidade.

Durante as escutas foi possível perceber diferenças entre as crianças e os adolescentes que frequentavam o espaço do CRAS na cidade e aquelas do Quilombo Queiroz, que recebiam serviços e ações na comunidade. Enquanto na cidade o foco esteve na melhoria dos serviços e ampliação das atividades e no transporte urbano para acesso ao CRAS, na zona rural percebemos a demanda por maior presença de profissionais (psicólogos e assistentes sociais) e atividades. Essa demanda é permeada pela especificidade da rotina de ação da instituição na zona rural¹⁴. As visitas comunitárias de psicólogos e assistentes sociais ocorrem durante o dia, momento em que boa parte das crianças e adolescentes estão na escola. Assim, mesmo quando há a presença na comunidade, esta não atinge ou não é percebida pelas crianças. A atividade de oficina de Makulê é a principal atividade destinada às crianças e adolescentes quilombolas, sendo realizada à noite, variando sua frequência entre semanal, quinzenal ou mensal, de acordo com a disponibilidade de recursos. Inclusive, no momento das escutas (julho de 2024) não havia recursos e, portanto, parte das atividades estavam sendo suspensas.

Outro desafio é a própria diversidade de serviços apresentados ou não para as crianças e adolescentes. As escutas produziram demandas pela maior oferta de momentos de aprendizado, lazer e entretenimento. A carência de espaços desse tipo no município de Oeiras, em especial na zona rural, fez com que o CRAS e suas oficinas fossem vistos não só como uma prática de assistência social, como também elemento de sociabilidade, construção de identidades e lazer. No caso específico do Quilombo Queiroz, a distância para a cidade e seus diferentes espaços aprofunda a questão. As crianças da comunidade estudam em um vilarejo próximo, enquanto os adolescentes são enviados para a cidade para o ensino do Fundamental II e Ensino Médio, tendo, assim, contato com diferentes formas de viver a adolescência e juventudes, o que permeia suas expectativas.

14 As atividades do CRAS no quilombo Queiroz são realizadas em uma precária estrutura que servia como escola até cerca de 2020 (duas salas de aula, um banheiro) ou em uma quadra de esportes localizada em frente. As estruturas ficam no centro da comunidade, não implicando dificuldades de transportes.

Por fim, podemos perceber uma interpretação específica das ofertas de serviços e ações do CRAS e do sistema de assistência social em geral e a expectativa e demanda das crianças e adolescentes. Elementos como entretenimento e lazer são funções de outros “braços” governamentais, como Cultura, Esporte e Educação. Entretanto, tendo a materialidade do acesso a alguns desses elementos a partir do CRAS, as crianças e adolescentes produziram uma compreensão que imbricou essas demandas e ofertas a esse espaço.

Um outro elemento precisa ser apontado. As escutas demonstraram um descompasso entre políticas e o acesso ou conhecimento destas. Este descompasso reforça a necessidade de melhor comunicação dos diferentes elementos das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Mas, além da comunicação, gostaríamos de destacar que programas que tenham como público alvo crianças e adolescentes poderiam, ou mesmo deveriam, ter momentos de contato direto com estes e não apenas com responsáveis. O efeito na compreensão, no sentimento de visibilidade e, também, nos sentidos de pertencimento a uma rede de serviços permitiria uma complexificação na rede e nas relações de apoio e assistência social que contariam com relações mais diretas com seu público alvo.

1.5 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PIAUÍ EM NÚMEROS

Visando mediar a discussão das escutas, precisamos pensar as condições sociais piauienses a partir de seus dados socioeconômicos e, também, das estruturas assistenciais atuantes no território, exercício ao qual nos dedicamos neste tópico. O Piauí conta, em 2025, com uma população total estimada em cerca de 3,2 milhões de habitantes. Desse total, quase 2,2 milhões de pessoas — mais de dois terços da população — estão registradas no CadÚnico, instrumento fundamental de acesso a programas sociais. Desse contingente:

- 1.364.036 estão em situação de pobreza;
- 421.973 pertencem a famílias de baixa renda;
- 387.140 vivem em famílias com renda acima de meio salário mínimo.

Esses números permitem perceber a centralidade das políticas de assistência social para a sobrevivência cotidiana de grande parte da população piauiense. Em âmbito estadual, o sistema de Assistência Social é abrigado dentro da SASC – Secretaria de Assistência Social Trabalho e Direitos Humanos. Sua capital, Teresina, concentra a maior parte dos serviços de Assistência Social, ainda, com baixos progressos na descentralização dos

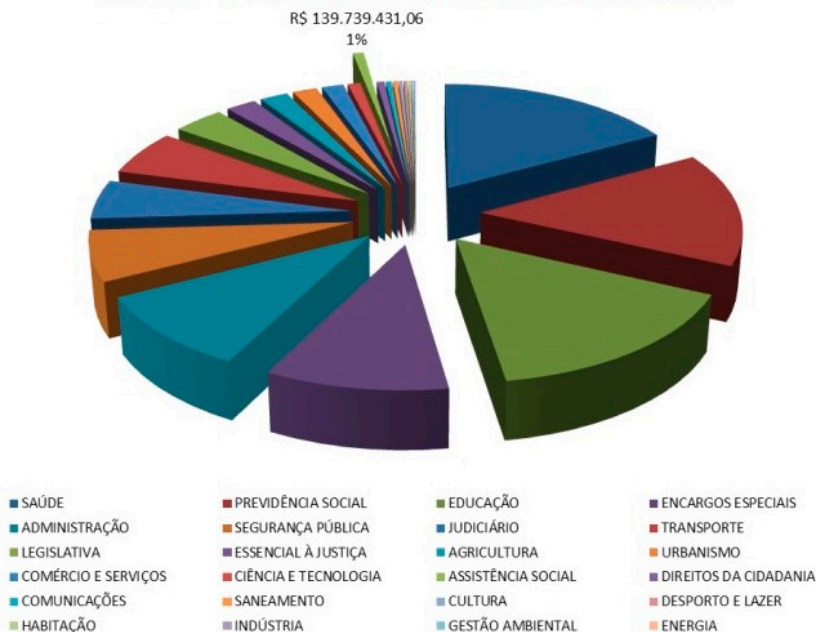
mesmos. Veremos abaixo um conjunto de dados que aponta uma necessidade de ampliação de orçamento e descentralização das estruturas da Assistência Social.

Um dos elementos centrais para pensarmos essa estrutura no Piauí é compreender a dimensão da demanda. Isso pode ser pensado de diferentes formas, mas vemos no CadÚnico uma importante ferramenta. No âmbito das infâncias e adolescências, o CadÚnico apresenta dados preocupantes. Há uma desproporção entre os cadastros de crianças e adolescentes em relação à população geral. O Piauí contava, em 2021, com 27,4% de sua população até 17 anos. Entretanto, os dados de 2025 do CadÚnico apontam que, entre os cadastrados, 32,65% são crianças e adolescentes com até 17 anos. Dessa forma, notamos que crianças e adolescentes são desproporcionalmente atingidos pela pobreza.

Em nossas escutas, as crianças e adolescentes presentes eram, majoritariamente, pretos ou pardos. Já na escuta realizada no Quilombo, o público era, integralmente, preto ou pardo. Há uma desproporção na situação de pobreza quando vemos a relação étnico racial. Nos dados do CadÚnico, no qual 86,21% das pessoas cadastradas são negras ou pardas, 77,18% da população piauiense é preta e parda. Assim, vemos uma desproporção de pessoas negras e pardas em situação de pobreza.

Essa situação poderia ser amenizada com uma política estadual que pudesse atuar diretamente na Assistência Social. Entretanto, o que vemos no estado do Piauí é uma fragilidade orçamentária significativa. No âmbito estadual, o orçamento de 2023 contava com cerca de 140 milhões de reais de orçamento, um valor de cerca de 42 reais per capita.

Quando vemos a distribuição dos gastos estaduais essa preocupação se acentua.

Imagem 1 – Despesa por função do executivo estadual

Fonte: Elaborado pelo TCE/PI – 2023 (SIAFE/2022).

O gráfico de 2023 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI) deixa evidente a baixa ênfase do governo estadual nos investimentos em Assistência Social. Isso repercute na desvalorização das carreiras de trabalhadores do setor, em limitações de infraestrutura necessária, na dependência de políticas e recursos federais para cobrir as necessidades desse setor.

Desse volume de recursos, um volume ainda menor é direcionado especificamente a políticas voltadas à Infância e Adolescência. O mesmo relatório do TCE mostra os valores para 2023. Do total de recursos, 1.167.000 reais foi destinado ao “Fortalecimento do Atendimento à Primeira Infância – Programa Criança Feliz”; 53.743,50 foi destinado à “Promoção de Ações Estratégicas para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, Abuso e Exploração Sexual”; e 457.344 para a “Regionalização das Unidades de Acolhimento para Crianças, Adolescentes, Jovens, População de Rua, Mulheres e Idosos”. Embora outras alíneas orçamentárias também contribuam para o atendimento das infâncias e adolescências, o volume de recursos específicos é preocupante. Em especial, para a Promoção de Ações para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, Abuso e Exploração Sexual com pouco mais de 50 mil reais. A título de contextualização, é importante destacar a insuficiência dessa política. Em exemplo disso, no âmbito da sexualização precoce e, potencialmente, do abuso exploração sexual, os dados de 2022, em que

foram registrados 223 casamentos envolvendo crianças e adolescentes no Piauí, representando um percentual de 2,54% dos casamentos totais, o 10º maior índice entre as unidades federativas. A média brasileira é de 1,7% dos casamentos totais, colocando o Piauí em situação bastante precária nessa estatística.

O que podemos perceber é uma baixa ênfase nos investimentos em Assistência Social por parte do governo do Estado do Piauí, gerando uma insuficiência na atenção às crianças e adolescentes. Essa problemática pode ser percebida nos elementos reivindicados por estes no ato das escutas. De diferentes formas, um dos aspectos centrais na solução das demandas passa por um incremento orçamentário para o setor e, em especial, para atividades direcionadas a esse público.

Outro aspecto que veremos como desdobramento da questão orçamentária é a situação dos equipamentos de Assistência Social. Temos clareza de que o financiamento destes ocorre, em cada caso, por diferentes fontes de recursos. Entretanto, na visão da população em geral e das crianças e adolescentes nas escutas pode não existir essa distinção. O que se estabelece, muitas vezes, é a dimensão da existência ou não do serviço público. Assim, optamos, na pesquisa, por diagnosticar um conjunto de instituições e pensar suas condições no Piauí.

O CRAS é o equipamento mais presente, são 274 unidades nos 224 municípios. A presença não necessariamente garante qualidade ampla. Vejamos a avaliação dos CRAS no estado por meio do IDCRAS na tabela abaixo, construída pelo TCE-PI:

Imagem 2 – Tabela sobre a Evolução da avaliação do CRAS

TERESINA	DIMENSÃO			ID SINTÉTICO
	ESTRUTURA FÍSICA	RECURSOS HUMANOS	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	
ID CRAS 2018	2,84	4,89	3,26	3,67
ID CRAS 2019	4,00	4,79	3,26	4,02
ID CRAS 2020	2,79	4,84	3,89	3,84
ID CRAS 2021	2,16	4,63	1,53	2,77

Fonte: Apresentação da SEM/CASPI no TCE – 2023. Disponível em: <https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2023/05/levantamento-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

Como é possível perceber, há uma discrepância importante entre os recursos humanos, considerados ótimos, a estrutura física, pior indicador, e os serviços e benefícios. Mais preocupante, ainda, é que, entre 2019 e 2021, houve queda constante nos indicadores. Investimentos nas estruturas físicas dos CRAS são importantes para que o ambiente seja receptivo e não estigmatizante. Esse ponto é especialmente importante para o Piauí pois, como temos discutido, muitos serviços culturais, esportivos e de saúde para crianças e adolescentes piauienses estão concentrados nesses espaços. Evidência desse limite é que outro elemento da política de Assistência Social, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), presente em apenas 72, contam com CREAS.

Um dos meios de desafogar os CRAS das suas dimensões culturais, esportivas e recreativas seria a ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁵. Entretanto, há apenas 14 municípios no Piauí que contam com essa estrutura organizada. Esses serviços são ofertados em diversos espaços, especialmente, nas estruturas do CRAS. No caso de Oeiras-PI, os serviços de convivência ocorrem em diversos espaços emprestados (escolas, CRAS, quadras de esporte, praças, universidade). Essa foi a ação de Assistência Social mais lembrada e elogiada nas escutas. Importante destacar que estas foram realizadas em um grupo de Hip Hop da cidade de Oeiras (sediado no prédio do CRAS) e em um grupo de Makulêlê do Quilombo Queiroz. Ambas as atividades fazem parte de iniciativas dos Serviços de Convivência. Uma das demandas das crianças e adolescentes usuárias do serviço é a ampliação da universalização e o aperfeiçoamento de equipamentos que possam permitir essas ações.

Ainda é importante mencionar a existência de ações específicas no estado. Entre elas se destacam a articulação entre proteção e cuidado necessários para casos em que crianças e adolescentes se encontram em situação de risco e/ou abandono. Assim, temos a Casa Reencontro, fundada em 2014, que atende crianças de 0 a 12 anos que estejam sob medidas de proteção. Em paralelo, há a Casa de Punaré, criada em 2000, que atende adolescentes do sexo masculino. Ambas as instituições estão localizadas em Teresina, gerando um problema com a indisponibilidade de serviços do gênero em outros lugares no interior e/ou litoral do estado. Como medida complementar, há o programa Família Acolhedora que, em 2025, contava com apenas 21

15 Criado em 2005, no escopo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias. Também busca promover trocas de experiências, valorizando um ideal de vida coletiva.

famílias cadastradas¹⁶. Estas recebem um auxílio de 1000 reais para acolher crianças e adolescentes em situação de risco. Entretanto, o baixo número de famílias cadastradas coloca um desafio para o sistema.

A ampliação de serviços existentes, bem como a interiorização de ações, que ainda estão muito concentradas na capital do estado, constituem desafios centrais para o atendimento das demandas apresentadas nas escutas de crianças e adolescentes. Para tanto, faz-se necessário encarar o histórico desafio do orçamento público que precisa ser estruturado de maneira a atender às diferentes e complexas necessidades de um estado como o Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos produzir um levantamento diagnóstico das demandas de infâncias e adolescências do Piauí para o PNDH-CA, focando na Educação e Assistência social. Para tanto, focamos na apresentação das demandas de crianças e adolescentes levantadas nas escutas realizadas no município de Oeiras/PI, em 2024. Ampliamos esse olhar a partir da apresentação de dados que pudessem contribuir para a compreensão do contexto no qual estão inseridos. O conjunto de dados não tem por objetivo ser “exaustivo” ou “totalizador”, mas sim permitir a compreensão de aspectos específicos e relevantes para o contexto das crianças e adolescentes do Piauí.

A experiência da pesquisa, construída no processo de revisão do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA), reafirmou a urgência de incorporar crianças e adolescentes como sujeitos de direito e de história. Esta não é uma reivindicação meramente normativa ou discursiva. Trata-se, antes, de um chamado epistemológico: reconhecer as infâncias como produtoras de sentidos, de saberes e de práticas que tensionam estruturas adultocêntricas há muito naturalizadas na produção do conhecimento, nas políticas públicas e nos modos de representação social.

A escuta das crianças e adolescentes nos grupos culturais de Oeiras, mediada metodologicamente por rodas de conversa, nos revelou muito mais do que demandas pontuais. A partir de suas narrativas, o que emergiu foi um conjunto de diagnósticos sociais, interpretações críticas do cotidiano escolar, das condições materiais de políticas públicas e das formas de exclusão que marcam suas experiências. É possível afirmar que essas escutas expressam experiências sociais, disputas por visibilidade e construções de

16 Disponível em: <https://www.pi.gov.br/governo-do-piaui-concede-auxilio-de-r-1-mil-para-familias-acolhedoras-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

agências em meio às restrições estruturais.

Nesse sentido, este trabalho posiciona-se em diálogo com a renovação historiográfica que, desde o final do século XX, tem problematizado a ausência das infâncias nos discursos históricos. Seguindo autores, como Arend (2020); Miranda (2018); Corsaro (2011); e Cruz e Martins (2017), compreendemos que a criança não é apenas objeto de políticas ou destinatária de ações pedagógicas e assistenciais, mas sim sujeito político ativo, com capacidade de análise, proposição e reivindicação.

Além disso, a escassez e a fragmentação de dados públicos sobre temáticas fundamentais, como atuação dos Conselhos Tutelares, diversidade de gênero nas escolas ou acesso à assistência social no interior, apontam para uma fragilidade institucional. Essa fragilidade, por sua vez, impacta diretamente a capacidade do Estado de planejar, executar e avaliar suas ações. Portanto, reivindicar políticas públicas voltadas à infância e adolescência também é reivindicar a produção e a democratização de dados de qualidade, territorializados e interseccionais. O aprofundamento de discussões sobre a diversidade de gênero nas escolas, com novas pesquisas e produções acadêmicas, é um desafio que permanece em voga em nosso estado. Afinal, aprofundar as discussões interseccionais é necessário para que as dimensões de classe, raça e gênero possam ser percebidas também nas infâncias, adolescências e juventudes piauienses.

Ao propor que as crianças e adolescentes do interior piauiense sejam escutados em sua complexidade, este texto visa contribuir para descentralizar os olhares sobre as infâncias e adolescências brasileiras. Em um campo historiográfico ainda fortemente marcado pela hegemonia de narrativas construídas a partir dos grandes centros urbanos e das experiências adultas, visibilizar as juventudes do sertão, suas práticas culturais, suas reivindicações e formas de resistência é também um ato político e historiográfico. Com isso, buscamos não apenas documentar desigualdades, mas também reconhecer saberes e práticas sociais que constroem sentidos de pertencimento, cidadania e transformação.

Por fim, a pesquisa nos convoca a repensar a própria atuação do historiador diante das infâncias e adolescências. Ao assumirmos essas vozes como fontes históricas legítimas, reafirmamos o compromisso com uma escrita da história que seja mais democrática, situada e sensível às experiências daqueles que historicamente foram silenciados. Que este trabalho, ainda que parcial e situado, possa contribuir para um campo historiográfico mais atento às infâncias, adolescências e juventudes, e que inspire novas formas de escuta, escrita e atuação política e pedagógica.

REFERÊNCIAS

- ALBARRÁN, Elena J. En busca de la voz de los herederos de la Revolución: Un análisis de los documentos producidos por los niños, 1921-1940. *Relaciones, Zamora*, v. 33, n. 132, p. 17-52, 2012.
- AREND, Silvia Maria Fávero. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo, Niterói*, v. 26, n. 3, p. 605-623, set./dez. 2020. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2020V26O3O5.
- CORSARO, William A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COSTA JÚNIOR, José dos S. A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 15, n. 30, p. 158-204, 2023. DOI: 10.14295/rbhcs.v15i30.14989.
- CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim. Políticas públicas e a voz das crianças. *Laplage em Revista*, v. 3, n. 1, p. 30-45, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521005>.
- DAMINELLI, Camila Serafim; MACHIESKI, Elisangela da Silva; LAZAROTTO, Aline. F. Panorama da História das Infâncias na América Latina: conversa com historiadoras da Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina - REHIAL. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 1, p. 274-283, 2021.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.
- GOUVÊA, Maria Cristina S.; CARVALHO, Levindo D.; SILVA, Isabel de O. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, 2021.
- HART, Roger. La participación de los niños: de la participación simbólica a la participación auténtica. *Editorial Nueva Gente*, Bogotá, Colombia, 1993.
- MACHIESKI, Elisangela da Silva. Nas páginas dos processos judiciais: crianças e adolescentes, suas vozes, participação protagonista e contraconduta. *Tempo e Argumento*, v. 14, p. e0202, 2022.
- MIRANDA, Humberto da Silva. Aulas de História e os direitos das crianças e dos adolescentes: entre possibilidades e desafios. *História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 160-178, 2018.
- OLIVEIRA, Assis da C. Colonialidade, infâncias e juventudes. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 89-114, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i2.50253.

- PASSERINI, Luisa. *A Memória Entre a Política e Emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PIRES, Flávia Ferreira. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 133-151, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v17i17p133-151>.
- PIRES, Flavia Ferreira; SANTOS, Patricia Oliveira dos. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 318-342, set./dez. 2019.
- QUAPPER, Claudio D. Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción. *Última Década*, Valparaíso, n. 36, p. 99-125, jul. 2012.
- SOSENSKI, Susana. Enseñar historia de la infancia a los niños y las niñas: ¿para qué? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 132-154, jan./abr. 2015.
- ZALUSKI, Jorge Luiz. Entre a infância e a vida adulta: as fases da vida nas legislações educacionais em contexto de ditadura militar. *Confluenze*, v. 13, p. 53-78, 2021.

Recebido em: 24/07/2025

Aceito em: 24/12/2025

INFÂNCIAS EM MOVIMENTO: RELAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS VENEZUELANAS E UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA BRASILEIRA

CHILDHOODS IN MOTION: ENGAGEMENT BETWEEN VENEZUELAN FAMILIES AND A BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL

Mariane Lins¹

RESUMO

Este artigo aborda as relações estabelecidas entre famílias venezuelanas migrantes e uma escola da rede pública brasileira, no contexto da crescente presença de crianças migrantes internacionais na educação básica. O estudo teve como objetivo compreender como se constituem as relações entre família e escola a partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar, considerando as estratégias educativas adotadas pelas famílias, que são influenciadas não apenas por dinâmicas internas ao núcleo familiar, mas também pelas condições específicas da experiência migratória. A análise se fundamenta em referenciais teóricos da sociologia da educação sobre as relações entre família e escola e a escolarização de crianças migrantes em diferentes contextos. A pesquisa caracteriza-se por sua abordagem qualitativa e foi realizada em uma escola pública municipal localizada em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (PR). Para a coleta de dados, empregou-se observação direta durante um semestre letivo e entrevistas semiestruturadas com famílias e profissionais da educação. Os resultados evidenciam que, apesar dos esforços institucionais no sentido do acolhimento, persistem barreiras linguísticas e culturais que dificultam a participação efetiva das famílias no cotidiano escolar.

Palavras-chave: alunos migrantes internacionais; processos de escolarização; relação família-escola.

ABSTRACT

This article examines the relationships established between Venezuelan migrant families and a Brazilian public school in the context of the growing presence of international migrant children in basic education. The study aimed to understand how relationships between families and the school are formed based on the experiences lived in everyday school life, considering the educational strategies adopted by the families, which are influenced not only by internal dynamics within the family unit but also by the specific conditions of the migratory experience. The analysis is grounded in theoretical frameworks from the sociology of education concerning family-school relationships and the schooling of migrant children in different contexts.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais (2024). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2020) e em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2012). Professora da rede pública municipal de São José dos Pinhais, Paraná.

The research is characterized by a qualitative approach and was carried out in a municipal public school located in São José dos Pinhais, in the Metropolitan Region of Curitiba (PR). For data collection, direct observation was conducted over the course of one academic semester, along with semi-structured interviews with families and education professionals. The results show that, despite institutional efforts toward welcoming and inclusion, linguistic and cultural barriers persist and hinder the effective participation of families in daily school life.

Keywords: *international migrant students; schooling processes; family-school relationship.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o fenômeno migratório tem se intensificado em escala global, com destaque para a crescente mobilidade de crianças e adolescentes. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), cerca de 3,6% da população mundial, aproximadamente 281 milhões de pessoas, vive fora de seu país de origem (OIM, 2024)², destes, 31 milhões são crianças ou adolescentes. Em todo o mundo, as crianças representam 13% da população migrante, todavia, na América Latina e no Caribe, esses dados são ainda maiores, onde cerca de uma em cada quatro pessoas em movimento (25%) é uma criança, proporção superior à média mundial e a registrada na própria região em 2019 (19%).

Essa tendência tem se intensificado nos últimos anos, atingindo níveis históricos em três rotas migratórias da região: a selva do Darién, entre Colômbia e Panamá; o norte da América Central e o México; e, sobretudo, a migração de saída da República Bolivariana da Venezuela — foco da pesquisa que dá origem a esse artigo. Os deslocamentos de crianças e adolescentes na América Latina ocorrem, em sua maioria, por meio de fluxos mistos, marcados por uma diversidade de perfis e motivações. Segundo levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância³ (UNICEF, 2023), os principais fatores que impulsionam esses deslocamentos incluem desigualdades estruturais e econômicas, dificuldade de acesso a serviços públicos básicos (como nutrição, saúde, água, saneamento, proteção e educação), violência, catástrofes e mudanças climáticas.

Os dados apresentados concentram-se no acolhimento das crianças

2 MCAULIFFE, M. Y; OUCHO, L.A. (eds.), 2024. *World Migration Report 2024*. International Organization for Migration (IOM), Geneva. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf>> Acesso em 24 jan. 2025.

3 ONU: Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), *La infancia en peligro: La niñez migrante en América Latina y el Caribe*, 7 de setembro 2023. Disponível em: <<https://www.refworld.org/es/ref/infortem/unicef/2023/es/147731>>. Acesso em: 20 mai. 2025

migrantes vindas da Venezuela para o Brasil⁴. Foram analisadas diferentes dimensões que compõem a experiência escolar de crianças migrantes: i) a matrícula, ii) o desempenho escolar, iii) a interação entre pares; iv) e as relações entre famílias e escola. Este artigo se debruça especificamente sobre esta última dimensão: a relação entre as famílias venezuelanas e uma escola pública de ensino fundamental anos iniciais.

Posto isto, de acordo com Nogueira e Resende (2022), a produção acadêmica sociológica no campo das relações família-escola apresenta uma diversidade de objetos de estudo relacionados a essa temática, tais como: i) a influência da família na trajetória e desempenho escolar dos filhos; ii) as estratégias educativas parentais; iii) as concepções educacionais, expectativas e ambições familiares em relação à escolarização; iv) a participação e parceria entre família e escola; e v) as políticas públicas e ações institucionais.

A partir de entrevistas com profissionais da educação, famílias migrantes e da observação do cotidiano escolar, buscamos compreender como essa relação tem se constituído. O que se evidencia é que a presença migrante desafia formas consolidadas de participação familiar e interpela concepções escolares sobre o envolvimento das famílias no processo educativo.

Importante ressaltar que, embora não seja o foco central desta análise, o idioma se apresenta como um dos elementos que se interseccionam nessas relações, seja como barreira para a comunicação cotidiana, seja como marcador de pertencimento ou estranhamento. Mais do que um obstáculo linguístico, ele revela disputas simbólicas em torno da escuta, da responsabilização e do reconhecimento das famílias migrantes como parte da comunidade escolar.

Este artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta o contexto migratório na América Latina e discute o direito à educação no Brasil; na sequência, são expostos os referenciais teóricos sobre a relação família-escola à luz da sociologia da Educação; e, por último, apresentamos a análise dos sujeitos da pesquisa e dos dados coletados.

4 Os dados integram os resultados da pesquisa de mestrado intitulada *Além das Fronteiras: Processos de Escolarização de Crianças Venezuelanas em uma Escola Pública Brasileira*, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A investigação teve como objetivo compreender como têm se configurado os processos de escolarização de estudantes venezuelanos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública do município de São José dos Pinhais, no estado do Paraná.

1 CONTEXTO MIGRATÓRIO LATINO-AMERICANO E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para compreender a presença de crianças migrantes internacionais nas escolas públicas brasileiras, especialmente no caso das famílias venezuelanas, é necessário compreender as dinâmicas migratórias contemporâneas e as garantias legais associadas ao direito à educação. Esta seção apresenta uma breve discussão sobre as principais legislações que asseguram o acesso à educação a todas as crianças, independentemente de sua nacionalidade ou condição migratória, o fenômeno da migração Sul-Sul no cenário latino-americano, com foco no êxodo venezuelano, e os fluxos migratórios mistos, ou seja:

Movimentos populacionais complexos, que incluem refugiados, requerentes de asilo, migrantes econômicos e outros migrantes essencialmente; os fluxos mistos estão relacionados com movimentos irregulares, nos quais frequentemente há migração em trânsito, com pessoas viajando sem documentação necessária, atravessam fronteiras e chegam ao seu destino sem autorização (OIM, 2009, p. 01).

Esses fluxos, muitas vezes, não se encaixam nas classificações tradicionais das legislações migratórias, como “imigrantes”, “refugiados” ou “apátridas”, por envolverem situações híbridas e dinâmicas. Por isso, optou-se por usar o termo “migrantes internacionais” em vez de categorias mais específicas. A escolha dessa terminologia mais ampla busca contemplar a diversidade de trajetórias e condições vividas pelas famílias pesquisadas, sem restringi-las a definições jurídicas fixas.

Além dos fluxos mistos, a migração sul-sul também tem crescido no contexto das migrações internacionais. Ela emerge como uma dinâmica migratória caracterizada pelos deslocamentos populacionais entre países em desenvolvimento. De acordo com Jarochinski-Silva e Baeninger (2021, p. 127), “a mobilidade no Sul global está intensamente inserida na perspectiva das migrações internacionais, reforçada pelas práticas anti-imigração no chamado norte global”. Os autores também argumentam que, no caso específico das migrações sul-sul, os migrantes já estão em situação de vulnerabilidade social em seus países de origem, uma condição que dificilmente será superada no país de destino. Além disso, dados da OIM (2024) indicam que os migrantes que compõem o cenário da migração Sul-Sul frequentemente se encontram em situação ilegal ou sem documentação, aumentando sua vulnerabilidade e dificultando o acesso aos direitos no país de destino.

Ainda segundo OIM (2022):⁵

Mais pessoas migram dentro do Sul Global (37% de todos os migrantes internacionais) do que do Sul para o Norte (35%), e o crescimento da migração Sul-Sul continua a ultrapassar a migração Sul-Norte. Entre 2000 e 2017, a proporção de migrantes internacionais nascidos no Sul Global cresceu de 67% para 72%. (OIM, 2022, p. 1, tradução nossa).

Na América Latina, que compreende uma parte significativa do Sul Global, a proporção de migrantes dobrou em 15 anos, passando de cerca de 7 milhões, em 2005, para 15 milhões, em 2020, representando a taxa mais alta já registrada (OIM, 2020, p. 9). No Brasil, em 2024, foram registrados 276.122 migrantes internacionais⁶, os venezuelanos representavam a nacionalidade com o maior número de registros gerais (94.726 pessoas) e registros de refúgio concedidos (12.726).

Esses dados refletem a realidade latino-americana, uma vez que a maior diáspora da região, atualmente, é a venezuelana. Em 2024, dos 7.891.241 milhões de venezuelanos fora de seu país, aproximadamente 6.702.332 milhões (76%) viviam em países da América Latina e do Caribe (R4V, 2024). Entre os países latino-americanos, há concentração especialmente na Colômbia (2,8 milhões), Peru (1,66 milhão), Brasil (626,885 mil), Equador (444,778 mil) e Chile (532,715 mil).

Embora esse fluxo migratório para o Brasil não atinja a mesma intensidade observada na Colômbia e no Peru, nos últimos anos a migração venezuelana consolidou-se como o principal fluxo migratório internacional no país.

Diante desse cenário, em que milhares de pessoas se deslocam em busca de melhores condições de vida, torna-se essencial discutir o papel do Estado na garantia dos direitos fundamentais, de forma específica neste artigo, o direito à educação.

A educação é um direito humano fundamental reconhecido internacionalmente e assegurado por diversos instrumentos legais nacionais e

5 MCAULIFFE, M. Y; A. TRIANDAFYLIDOU (eds.), 2022. *Informe sobre las migraciones en el mundo 2022*. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

6 Esse total refere-se à soma de residentes permanentes, temporários, fronteiriços, refugiados reconhecidos e solicitantes de refúgio (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025). Optou-se por agregar os dados, uma vez que, para os fins desta pesquisa, a condição jurídica dos sujeitos não é uma variável determinante.

internacionais dos quais o Brasil é signatário. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece em seu artigo 26 que “toda pessoa tem direito à educação”, reforçando que esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

No plano interno, esse direito é garantido pela Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 205, afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Esse princípio é detalhado por outros marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.º 9.394/1996). Ambos reforçam que o acesso à educação básica é um direito de todas as crianças e adolescentes que vivem no território nacional, sem distinção de nacionalidade ou situação migratória.

O Brasil também dispõe de uma legislação específica voltada à população migrante. A Lei n.º 13.445/2017, conhecida como Lei de Migração, estabelece em seu artigo 3º, inciso XI, que deve ser assegurado ao migrante o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, *educação*, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (grifo nosso). O artigo 4º, inciso X, vai além, ao garantir explicitamente o “*direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória*” (Brasil, 2017, grifo nosso).

A Resolução CNE/CP n.º 1, de 13 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Educação, representa um marco ao tratar especificamente das condições de acesso e permanência de estudantes migrantes internacionais nas escolas brasileiras. A resolução indica que as escolas devem seguir os seguintes princípios para acolher estudantes migrantes internacionais:

I — não discriminação; II — prevenção ao bullying, racismo e xenofobia; III — não segregação entre alunos brasileiros e não-brasileiros, mediante a formação de classes comuns; IV — capacitação de professores e funcionários sobre práticas de inclusão de alunos não-brasileiros; V — prática de atividades que valorizem a cultura dos alunos não-brasileiros; e VI — oferta de ensino de português como língua de

acolhimento, visando à inserção social àqueles que detiverem pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa (Conselho Nacional de Educação, 2020, p. 12).

Embora o Brasil disponha de um arcabouço legal amplo que, alinhado às normas internacionais de direitos humanos, garante o direito à Educação para todas as crianças, a presença de estudantes migrantes nas escolas públicas exige não apenas o cumprimento dessas legislações, mas também a adoção de políticas e práticas educacionais que respondam às especificidades da experiência migratória.

2 A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA MIGRANTES E A ESCOLA NOS TEXTOS SOCIOLÓGICOS

Compreender as trajetórias das famílias migrantes e seus repertórios culturais é importante para pensar práticas pedagógicas e políticas educacionais que reconheçam a pluralidade de experiências escolares e sociolinguísticas e tornem a escola efetivamente inclusiva.

A literatura sociológica (Sayad, 1991; Dubet; Martuccelli, 1996; Ichou, 2013, 2018; Nogueira e Resende, 2022) aponta que o envolvimento familiar com a escolarização dos filhos está relacionado à história escolar dos pais, à percepção de seu estatuto social e ao capital cultural e simbólico que mobilizam.

Muitas das tensões vivenciadas por estudantes migrantes no contexto escolar decorrem do que Ingrid Gogolin denominou *habitus monolíngue*, conceito formulado a partir da análise do sistema educacional alemão. Segundo a autora (1997, 2006, 2021), o *habitus monolíngue* manifesta-se como um conjunto de disposições, práticas e pressupostos inconscientes que orientam o comportamento de professores, escolas e sistemas educacionais como se todos os estudantes compartilhassem uma única língua, cultura e modo de aprender, normalmente, a língua nacional dominante. Isso se sustenta, segundo Gogolin (1997), porque “o ensino baseia-se amplamente na suposição não verbalizada de que os estudantes formam um grupo homogêneo”. Tal expectativa linguística, quando aplicada em contextos plurilíngues, tende a privilegiar crianças monolíngues nativas, ao passo que marginaliza e dificulta a experiência escolar das crianças bilíngues ou com potencial bilíngue (Garcia, 2017).

No contexto familiar, a linguagem pode tornar-se um foco de tensão, especialmente quando mediada pelas expectativas da escola. Miyahira (2015, 2022) indica que há por parte dos professores uma responsabilização das famílias pelo baixo rendimento escolar, por não dominarem o idioma e

não conseguirem auxiliar nas atividades dos filhos.

Nesse cenário, Mathieu Ichou (2013), membro da equipe de pesquisa sobre Migrações Internacionais e Minorias do *Institut National d'Études Démographiques* (INED), afirma que os irmãos mais velhos nas famílias migrantes atuam como facilitadores no processo educacional dos mais novos. Esse efeito é chamado de “*effet taille de la fratrie*” (p.10), ou seja, “efeito tamanho da *fratria*” (isto é, do número de irmãos). Ichou (2018) também indica a importância de três processos sociais vividos pelas famílias migrantes: a formação e transformação do projeto migratório inicial; o histórico escolar familiar no país de origem e sua transmissão; e a percepção dos pais migrantes sobre seu estatuto social. Ele observa ainda que o método de aprendizagem no país de origem pode ser um recurso escolar para as crianças.

Ainda nesse sentido, Dubet e Martuccelli (1996) argumentam ser impossível compreender plenamente a experiência escolar dos alunos sem considerar as atitudes e escolhas de seus pais, uma vez que os estudantes não vivenciam a escola isoladamente, mas inseridos em um conjunto de relações familiares que condicionam essa vivência. Para os autores, as famílias tendem a atribuir à escola um papel de socialização e de produção de capital escolar, apostando nela como via de inserção e ascensão social.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1998), por sua vez, oferece uma base teórica importante para compreender como as desigualdades sociais se reproduzem também no campo educacional. Seus conceitos de *habitus* e *capital* permitem interpretar como as disposições adquiridas ao longo da vida moldam práticas e percepções frente à escola. O *habitus* representa um sistema de disposições duráveis e transferíveis, estruturado pela trajetória social do indivíduo. Já o *capital* se refere aos recursos que os sujeitos acumulam e mobilizam – como o capital econômico, cultural e social.

Em diálogo com essa teoria, Oliveira e Cavalcanti (2023) propõem os conceitos de *habitus migrante* e *capitais migratórios*, compreendidos como o conjunto de disposições, bens materiais e simbólicos (como documentação, fluência em idiomas, redes de apoio) que possibilitam ou dificultam a mobilidade e a inserção dos sujeitos migrantes.

A relação entre famílias migrantes e a escola é atravessada por múltiplos fatores, como o idioma, as trajetórias escolares das crianças e de seus familiares em seu país de origem, valores culturais, percepção de status social, o papel desempenhado pelos irmãos mais velhos e as diversas formas de mediação familiar. Nesse sentido, mais do que conceber a migração como um entrave à escolarização, é importante deslocar o olhar para as estratégias, saberes e capitais mobilizados por essas famílias no enfrentamento das desigualdades educacionais.

3 CONTEXTOS ESCOLARES E FAMILIARES: OS SUJEITOS DA PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

3.1 CARACTERIZANDO A ESCOLA, AS CRIANÇAS E AS FAMÍLIAS PESQUISADAS

A escola analisada nesta pesquisa, identificada como *Escola das Flores*⁷ está situada no município de São José dos Pinhais-PR, localizado na Região Metropolitana de Curitiba, com uma população de 329.222 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A rede municipal de ensino oferta a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), estruturada sob sistema próprio regulamentado pela Lei Municipal n.º 632, de 29 de outubro de 2004, que confere autonomia à gestão educacional do município.

Conforme o Censo Escolar de 2022, a rede municipal contabilizou 30.690 matrículas, das quais 682 correspondiam a crianças migrantes, sendo 86,7% de nacionalidade venezuelana. Em 2024, esse número chegou a 1.059 matrículas de estudantes migrantes. Em resposta a esse crescimento, o Conselho Municipal aprovou, em maio de 2024, a Deliberação n.º 03/2024–CME/SJP que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, imigrantes, refugiados, povos nômades, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de São José dos Pinhais.

Entre as 59 escolas municipais de Ensino Fundamental de São José dos Pinhais, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) indicou a *Escola das Flores* como campo empírico da pesquisa, por concentrar o maior número de crianças migrantes na rede. A instituição atende exclusivamente os anos iniciais do Ensino Fundamental (1.º ao 5.º ano), funcionando nos turnos matutino e vespertino.

Em 2023, segundo dados da Semed, havia 40 crianças migrantes internacionais matriculadas na *Escola das Flores*, representando 6% dos estudantes da escola e 8% das matrículas de crianças migrantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal. A maioria era de origem venezuelana (38 crianças), havendo ainda uma criança do Haiti e outra do Paraguai. Quanto à distribuição de gênero, havia um equilíbrio (50% meninas e 50% meninos), com presença em todas as séries, sendo mais expressiva no 5.º ano.

A distribuição etária indica maior concentração nas faixas de sete e

7 O nome da Escola e de todos os entrevistados foram alterados para garantir o anonimato.

onze anos (22,5% cada), refletindo trajetórias de escolarização iniciadas no Brasil. No que se refere à distorção idade-série, seis crianças encontram-se em distorção, representando 15% do total, acima da média geral municipal para estudantes migrantes (12%) e da própria escola (6,4%).

A amostra investigada nesta pesquisa é composta por 21 crianças venezuelanas estudantes da *Escola das Flores*, cujos dados foram obtidos por meio das fichas de matrícula da própria escola, entrevistas com 11 famílias e observação direta registrada em 252 horas de diário de campo. Dessas, nove são meninas e doze meninos, com idades entre 6 e 12 anos. Todas as séries estavam representadas, com predominância no 5.º ano (33%). Quanto à raça/cor, 62% das famílias declararam as crianças como pardas, 14% como brancas e 24% não declararam.

Em relação à posição na *fratria*, 34% são caçulas, 29% primogênitos, 14% filhos únicos. As pesquisas de Ichou (2018) destacam o papel dos irmãos na mediação da experiência escolar em contextos migratórios, mas a presente amostra aponta casos em que não houve tal vantagem, pois as crianças migraram simultaneamente a seus irmãos mais velhos ou vivem no Brasil como filhos únicos.

Embora a composição familiar apresente uma predominância de arranjos nucleares (pai, mãe e filhos), há também a presença de famílias monoparentais (em geral, matrifocais) e outros arranjos ampliados, como avós, tios e cunhados coabitando.

O número de pessoas moradoras na residência revela certa diversidade. A maioria das famílias (33%) é composta por quatro pessoas, seguida por aquelas com cinco pessoas (29%) e três pessoas (14%). Conforme apresentado na tabela 1. O número de moradores por domicílio variou, com maior incidência de quatro (33%) e cinco (29%) pessoas.

Quanto à escolaridade dos responsáveis, observou-se que 38% das famílias tinham pelo menos um responsável com Ensino Superior. No entanto, a formação acadêmica não garantiu a inserção no mercado de trabalho qualificado. Entrevistas revelaram obstáculos como a não revalidação de diplomas e o desconhecimento da língua portuguesa como barreiras para o exercício profissional em suas áreas de formação.

No que se refere ao perfil socioeconômico, 62% das famílias indicaram que pelo menos um dos responsáveis possuía emprego formal; 52% eram beneficiárias do programa Bolsa Família.

Além das observações sistemáticas em sala de aula realizadas ao longo do primeiro semestre de 2023, foram entrevistadas dez famílias venezuelanas (correspondendo a 11 crianças, incluindo um par de irmãos), três professoras, uma pedagoga e a diretora da Escola das Flores. As entrevistas

tas foram orientadas por princípios da entrevista narrativa (Schütze, 2013), com abertura por meio da pergunta: “Qual foi o acontecimento que levou sua família a decidir vir para o Brasil?”, permitindo um encadeamento mais orgânico das narrativas, a partir das memórias⁸ relacionadas à migração e à experiência educacional subsequente.

As razões que motivaram essas famílias a migrar, como a busca por segurança, acesso a bens básicos, emprego e escolarização dos filhos, revelam que a decisão migratória está intimamente relacionada à tentativa de garantir condições mínimas de dignidade e futuro para seus núcleos familiares.

Os relatos das entrevistas reforçam essa leitura. Elizabeth, mãe de uma das crianças, afirma:

“Eu vim pra cá procurando uma esperança para meus hijos, uma estabilidade. [...] A minha vinda para o Brasil foi pra tentar algo para meus filhos, coisas que em algum momento eu tive lá na Venezuela”. (Elizabeth, mãe da Sarah, entrevista realizada em 20/07/2023).

As crianças também repetem o discurso dos pais em relação aos problemas econômicos da Venezuela, como Augusto do primeiro ano:

Na Venezuela não tem carro, nem televisão, nem casa. [...] Porque na Venezuela não tem dinheiro”. (Registro no diário de campo, dia 26/05/2023).

A Operação Acolhida⁹ foi mencionada como um importante canal para a migração de venezuelanos para o Brasil.

Daí a gente emigrou por causa da ONU. Não sei se você conhece a operação acolhida e eles ofereceram essa ajuda. Daí eles compraram passagens de avião e a gente chegou aqui no Paraná” (Pietra, mãe da Talia, entrevista realizada em 27/07/2023).

8 A memória aqui é compreendida, segundo Paul Ricoeur (2003), como um processo de rememoração e reapropriação do passado, no qual o sujeito reconhece e reelabora suas experiências vividas. Nessa perspectiva, lembrar não é apenas reviver o que passou, mas reconstruí-lo à luz do presente, em um movimento em que memória e história se entrelaçam.

9 A Operação Acolhida foi criada em 2018, pelo Governo Federal brasileiro, em resposta ao intenso fluxo migratório na fronteira do Brasil com a Venezuela. Atua no ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização voluntária, gratuita e segura dos migrantes em situação de vulnerabilidade para diferentes estados do Brasil.

Embora tenham relatado experiências positivas de recepção no Brasil, a migração no Brasil não é isenta de desafios. A solidão e a saudade dos familiares foram indicadas pelos pais em muitas entrevistas:

Você não tem um pai, uma mãe, não tem um irmão, não tem ninguém. Somos só nós três". (Pietra, mãe da Talia, entrevista realizada em 27/07/2023).

Ao compreender os fatores econômicos, sociais e afetivos que impulsionaram esse deslocamento, é possível contextualizar a presença dessas crianças nas escolas brasileiras e ampliar as estratégias de acolhimento.

A caracterização da Escola das Flores e do perfil dos estudantes migrantes e suas famílias permite compreender a complexidade dos contextos familiares e escolares envolvidos. Ainda que a escola seja marcada pela diversidade de trajetórias, arranjos e condições socioeconômicas, observou-se uma ausência de políticas sistematizadas de acolhimento no período analisado, inclusive no âmbito federal, uma vez que a Deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE) tem um foco maior na garantia da matrícula.

A Secretaria Municipal de Educação, em 2024, instituiu o Programa de Educação em Direitos Humanos, com formação de profissionais, mediação escolar e apoio a adaptações avaliativas em diferentes frentes de atuação, sendo uma delas uma coordenação sobre migração. O Programa que coordena essas atividades ainda não existia em 2023, ano da pesquisa de campo.

3.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

De acordo com Nogueira e Resende (2022), a produção acadêmica sociológica no campo das relações família-escola apresenta uma diversidade de objetos de estudo relacionados a essa temática, tais como: i) a influência da família na trajetória e desempenho escolar dos filhos; ii) as estratégias educativas parentais; iii) as concepções educacionais, expectativas e ambições familiares em relação à escolarização; iv) a participação e parceria entre família e escola; e v) as políticas públicas e ações institucionais. Sob esses fundamentos, a análise a seguir explora a dinâmica da relação entre família e escola, identificando os elementos específicos que permeiam a experiência dos alunos venezuelanos e suas famílias.

A migração é identificada pelas autoras (Nogueira e Resende, 2022, p.15) como uma estratégia onde ocorrem "deslocamentos geográficos da família em função da escolarização da prole". Essa estratégia fica evidente na

narrativa da mãe de Raul como uma das motivações para a migração internacional:

Os relatos das entrevistas reforçam essa leitura. Elizabeth, mãe de uma das crianças, afirma:

“Então eu falava: ‘filho, você não pode desistir, você tem que ser forte, porque nós saímos de lá da Venezuela para melhorar a vocês, hein? (...) para dar o melhor para vocês, para você, para sua irmã’” (Alejandra, mãe do Raul, entrevista realizada em 20/6/2023).

Essa motivação também foi apresentada por Rosário, mãe do Javier:

“Nós viemos porque o trabalho estava escasso na Venezuela e também por conta da escola, eu não poderia deixar ele sem estudar e por isso viemos, com a expectativa de que o melhor estivesse por vir.” (Rosário, mãe do Javier, entrevista realizada em 10/6/2023).

Ana, mãe de Ezequiel, planejou a mudança para coincidir com o início do ano letivo, garantindo que as crianças não ficassem fora da escola:

“Porque eu planeifiquei desse jeito, sabe? eu entendi. Nós falamos assim, nós vamos trabalhar até 3 de janeiro para conseguir chegar, é, de uma forma que eles comecem [na escola] e não fique traumático para eles.” (Ana, mãe do Ezequiel, entrevista realizada em 01/06/2023).

Isso evidencia que as crianças são também protagonistas no processo migratório de sua família e não apenas um “apêndice ocasional dos adultos” (BHABHA, 2016).

Considerando a busca por melhores condições de subsistência e por perspectivas de futuro, o percurso escolar das crianças passa a ser entendido como um importante indicador do êxito do processo migratório. Nas entrevistas, diversas famílias manifestaram o desejo de que seus filhos possam alcançar o ensino superior. Entre os pais que possuem formação universitária, destacou-se a percepção de que, na Venezuela, já não vislumbravam para os filhos as mesmas oportunidades que um dia tiveram. Já entre aqueles sem formação superior, emergiu a expectativa de que algum membro da família possa, pela primeira vez, acessar esse nível de ensino.

“Bom, eu quero que ela siga estudando. Como... sabe a gente sempre espera que os filhos sejam sempre um pouco melhores que os pais.”

Eu tive a oportunidade de ir à universidade, me graduei, exerci minha carreira. Agora na Venezuela está tudo mais difícil. É claro que eu espero que ela termine a primária, vá a Universidade.” (Maria, mãe da Juana, entrevista realizada em 8/6/2023).

Dessa maneira, o desempenho escolar das crianças tornou-se uma preocupação central para as famílias, gerando, inclusive, tensões na relação família-escola quando o processo de aprendizagem não ocorre no ritmo considerado adequado pelos responsáveis.

O pai de Mateo, estudante do primeiro ano, por exemplo, manifestou incômodo pelo fato de o filho ainda não estar lendo ou escrevendo, ressaltando que, na Venezuela, as crianças eram alfabetizadas mais rapidamente. Além disso, as mães de outras crianças também compararam o sistema educacional brasileiro com o venezuelano, mencionando que este último era mais rigoroso e promovia um aprendizado mais acelerado.

Analisando o desempenho escolar, observa-se uma variação significativa entre as crianças migrantes. Há estudantes que, mesmo recém-chegados ao país e com domínio limitado do português, demonstram facilidade com os conteúdos escolares, enquanto outros, apesar de residirem no Brasil há mais tempo, ainda enfrentam dificuldades de comunicação na nova língua. Ichou (2018) alerta para a necessidade de “desessencializar” os grupos migrantes, ou seja, romper com a ideia de que compartilham características homogêneas. No contexto da Escola das Flores, percebe-se uma tendência das professoras em valorizar a inteligência e a capacidade de adaptação dos alunos venezuelanos, o que, embora bem-intencionado, acaba por obscurecer as diferenças internas ao grupo e invisibilizar aqueles que enfrentam desafios mais significativos no processo escolar.

Na amostra analisada, composta por dez crianças entre o 2º e o 5º ano, observou-se que o menor rendimento se concentrou em Língua Portuguesa. Tal resultado é compreensível, considerando-se que o domínio do idioma, uma vez que essa não é a língua materna das crianças. Ainda assim, a análise revelou que fatores familiares influenciam esse desempenho: estudantes cujos pais têm Ensino Superior apresentaram, majoritariamente, notas superiores a 8,0. Em contrapartida, aqueles cujos pais não completaram o Ensino Médio concentram-se nas faixas mais baixas de rendimento. Além disso, o tempo de residência no Brasil também impacta o desempenho: crianças com dois anos ou mais no país obtiveram melhores médias em português do que aquelas que estavam há menos de um ano. Em Matemática, o tempo de residência mostrou-se menos determinante, uma vez que a disciplina exige menor domínio linguístico. Ainda assim, estudantes com pais mais escolarizados mantiveram melhor desempenho.

Ichou (2018) indica ainda que os irmãos mais velhos são importantes recursos para o desempenho dos caçulas, mas, ao mesmo tempo, podem enfrentar mais dificuldades na escola. Todavia, na amostra, os irmãos mais velhos chegaram ao Brasil e foram matriculados nas escolas ao mesmo tempo que os mais novos, pois todos estavam em idade escolar. Além disso, nas entrevistas com as famílias, não houve indícios de que os filhos mais velhos estivessem auxiliando os mais novos nos estudos. No grupo pesquisado, a família que chegou há mais tempo no Brasil, o fez em 2019, dessa forma todos são de migração recente. Isso mostra que todas essas crianças descobriram as normas e características da escola pública brasileira de forma simultânea.

Após analisar as variáveis familiares e migratórias em relação ao desempenho escolar, levanto a hipótese de que, para esse grupo de venezuelanos cuja migração ocorreu próximo ao período da pandemia ou logo após, com filhos de idades próximas que ingressaram na escola ao mesmo tempo, o tempo de residência no Brasil é uma das variáveis mais importantes a ser considerada juntamente com a escolaridade dos pais, um fator já reconhecido na sociologia da educação como influenciador nos resultados escolares.

No âmbito das estratégias e práticas educativas adotadas pelas famílias, o acompanhamento das tarefas escolares revela elementos específicos das condições migratórias. Nisso, desponta a dificuldade dos pais de compreender os conteúdos curriculares da escola brasileira, bem como de auxiliar os filhos nas lições de casa, devido à falta de domínio do português.

Durante as entrevistas, María, mãe de Juana do terceiro ano, e Carmen, mãe de Miguel, do quarto, destacaram as dificuldades enfrentadas ao acompanhar o conteúdo escolar e auxiliar os filhos nos estudos, pois as famílias têm acesso limitado aos cadernos e materiais utilizados em sala de aula.

Diante dessa limitação, María mencionou que uma de suas estratégias é pesquisar o currículo adotado em outros países, procurando identificar quais são os conteúdos que a turma de sua filha deve dominar. Além disso, ela recorre à internet em busca de recursos para auxiliar nos estudos de Juana.

“Eu me apoio muito... eu busco materiais de outros países, do México, até mesmo da Colômbia, eu não tenho conseguido encontrar como é o conteúdo programático aqui das escolas do Brasil. Conseguimos muito do México. Então eu olho lá, o que os alunos do terceiro grau [ano no Brasil], estão estudando. Lá diz tudo o que eles deveriam saber, então

por aí eu vou com ela [...]. Não sou pedagoga, mas eu tento explicar de maneira que ele entenda, busco na internet como explicar melhor” (María, mãe da Juana, entrevista realizada em 8/6/2023).

A internet também foi indicada como um recurso recorrente por Elizabeth, mãe de Sarah, que afirmou que recorre muito ao Google tradutor para auxiliar na compreensão das tarefas de casa.

Durante as entrevistas, as famílias dos estudantes migrantes revelaram que têm o hábito de perguntar se há tarefas escolares a serem realizadas e revisar o caderno de atividades sempre que este é enviado. No entanto, a maioria relatou que as crianças realizam as tarefas de casa de forma independente. Essa autonomia pode ser atribuída a diferentes fatores, como o domínio do conteúdo da atividade ou a própria dificuldade das mães em entender o que é solicitado na tarefa, dada a dificuldade de entendimento do idioma.

Muitas famílias relataram aprender português com as crianças, já imersas na escola e usando o idioma. Embora as crianças se adaptem rapidamente, esse processo também pode ser difícil para elas.

Diante dessa limitação, María mencionou que uma de suas estratégias é pesquisar o currículo adotado em outros países, procurando identificar quais são os conteúdos que a turma de sua filha deve dominar. Além disso, ela recorre à internet em busca de recursos para auxiliar nos estudos de Juana.

“Os primeiros meses foram difíceis, primeiro porque não nos adaptávamos à língua. Foi um choque. Meus hijos não queriam ir pra la escuela, eles choravam diziam “eu não os entendo!” Foi um choque emocional pra eles” (Elizabeth, mãe da Sarah, entrevista realizada em 20/07/2023).

O exemplo apresentado reforça que a adaptação ao idioma constitui um dos principais desafios enfrentados pelas crianças no período inicial de escolarização, influenciando tanto sua participação nas atividades quanto sua segurança emocional.

Nesse contexto, a participação das famílias no contexto escolar é um elemento importante no processo de adaptação das crianças. Nogueira e Resende (2022) assinalam que, nos processos de aproximação e parceria entre família e escola, há “um discurso de parceria que coexiste com tensões reais” (NOGUEIRA; RESENDE, 2022, p. 16).

A maioria das famílias elogiou a Escola das Flores pelo acolhimento,

preocupação das professoras e carinho com as crianças. Observa-se a fala da mãe de Raul, que ficou muito feliz ao perceber a acolhida positiva por parte da escola:

“Eu como mãe, quando olho, vejo o Raul quando passa no portão e diz: “Bom dia diretora” e ela recebe ele com um abraço. E aí eu como mãe, eu olho e penso: Meu Deus, na Venezuela não fazem isso. Isso é carinho, é amor para as crianças, porque não é só com meu filho. Muitas crianças passam por ali e todos abraçam a diretora. (Alejandra, mãe do Raul, entrevista realizada em 20/6/2023)

As professoras indicaram que há uma preocupação das famílias em participar das atividades propostas, inclusive nos sábados letivos.

“Eu tive o dia da família na escola. Eles vêm, eles vêm, eles vieram, conversei com a gente, tanto que as primeiras vezes eu conversei muito mesmo com o pai, conversei muito, eles vieram na festa junina, vieram, participaram, dançaram e foi bem interessante, participaram sim! (Professora Suzanna, entrevista realizada em 02/10/2023).

Quanto aos canais de comunicação, a agenda é a forma indicada pelas docentes como o principal meio de comunicação entre a família e a escola.

“Eu mando um bilhetezinho na agenda sempre, porque se eu depender do pedagógico pra ligar, minha amiga! Esqueça. Então eu peço, comunico pra elas, falo “ó, preciso conversar com a mãe, fala pra mãe vir nessa. Veja um horário que elas podem né?” Enquanto eu tô aqui não faz mal, se eu saio da sala, né? O pedagógico tem que por alguém lá, não demora muito e daí eu peço pra elas se comunicarem, é isso, bilhete na agenda, né? (Professora Larissa, entrevista realizada em 06/06/2023).

A diretora Júlia confirmou que os pais buscam estar sempre muito atentos:

“Quando a gente convoca, eles comparecem. No geral, é bem positivo, eles comparecem, né? A gente vê um esforço de acompanhar, de conhecer como é o processo de ensino”. (Diretora Júlia, entrevista realizada em 05/10/2023).

A diretora, no entanto, sugere que essa atenção dos pais reflete uma preocupação com o processo migratório, uma vez que a escola é um espaço público, onde as crianças estão inseridas e possuem vínculos com o governo. Assim, os pais procuram evitar problemas com essa instituição.

“Eu acho que é esse cuidado maior que eles têm com as crianças. É justamente por essa condição, porque eu já tive conversando com famílias aqui e eles têm muito receio da questão do Conselho Tutelar e da retirada da guarda. Eles cuidam muito com horário, por exemplo. Lógico que temos exceções, mas assim eles cuidam muito, com horário. Tem cuidado com a higiene pessoal da criança. Então, assim, a questão que a escola chama, eles vêm imediatamente, porque eles não querem ter problema, justamente porque eles estão na condição de imigrantes. (Diretora Júlia, entrevista realizada em 05/10/2023).

Contudo, algumas mães, como María e Ana, apontam dificuldades em se envolver no cotidiano escolar. María destacou a dificuldade em acompanhar os conteúdos estudados pela filha e sugeriu uma maior comunicação entre professores e famílias, como a criação de grupos de WhatsApp. Ela mencionou que, na Colômbia, a professora mantinha um grupo, onde somente ela poderia enviar mensagens, e ali informava os pais sobre os conteúdos trabalhados.

Ana, mãe de um aluno do quarto ano, indica a falta de proximidade entre a escola e as famílias e deseja ter maior acesso ao ambiente escolar para entender melhor o que acontece além do portão. Como professora de Educação Básica na Venezuela, ela tem conhecimento sobre o sistema escolar de seu país de origem, influenciando sua percepção da escola brasileira. Ela também expressa insatisfação com a comunicação da primeira reunião de pais, feita somente por meio de um bilhete na agenda, o que ela considerou uma falta de reciprocidade.

“Uma folha! Quando eu recebi esse perguntei: “filho, o que é isso?” A reunião”. Meu Deus! Ela transmitiu tudo ali. Faltou reciprocidade” (Ana, mãe do Ezequiel, entrevista realizada em 01/06/2023).

Além da reunião não ter acontecido presencialmente, o comunicado estava em português, dificultando o entendimento das famílias migrantes sobre o assunto apresentado. As professoras também mencionam o idioma como um ponto de dificuldade na comunicação com as famílias.

“Então, quando a gente precisava chamar a mãe para conversar ou a família para conversar, nós tínhamos que trazê-los [OS FILHOS] juntos para eles traduzir para a mãe ou para o pai, para a família o que estava acontecendo, o que muitas vezes era assim. É uma coisa sensível, porque, dependendo do assunto que você fosse conversar com a família sobre a criança, a criança estava ali presente.” (Diretora Júlia, entrevista realizada em 05/10/2023).

A fala de algumas professoras sugere uma tendência da escola em responsabilizar as famílias das dificuldades das crianças no aprendizado do português. Foi recorrente o relato de que a escola solicita às famílias migrantes que falem exclusivamente em português no ambiente doméstico, com o intuito de favorecer a aprendizagem da língua e a integração escolar das crianças. No entanto, ainda que tal orientação possa partir de uma intenção de apoio pedagógico, ela tende a desconsiderar o idioma materno como um importante marcador identitário e afetivo, vinculado à história de vida, à cultura e às relações familiares dessas crianças.

Além disso, tal prática pode configurar uma forma de violência simbólica (Boudieu, 1989), enquanto impõe uma hierarquia entre línguas, desvalorizando os repertórios linguísticos trazidos pelas famílias e reforçando o que Bourdieu denomina de capital linguístico legítimo, ou seja, a variedade linguística socialmente reconhecida e validada pelas instituições, como a escola.

Ao não reconhecer o valor cultural e simbólico da língua de origem, a escola contribui para o apagamento da diversidade linguística e para a exclusão de sujeitos que não compartilham do mesmo capital linguístico dominante, limitando, assim, sua participação plena nos espaços escolares.

Por fim, no que se refere ao futuro escolar, as famílias foram questionadas não apenas sobre suas expectativas a longo prazo, mas também sobre a transição imediata para os anos finais do Ensino Fundamental. Considerando que, no estado do Paraná, os anos iniciais são de responsabilidade dos municípios e os anos finais são administrados pelo governo estadual, durante as entrevistas com as mães dos estudantes do 5º ano indaguei sobre a escolha da instituição de ensino para a qual seus filhos deveriam seguir após a conclusão dessa etapa.

Carmen, mãe de Miguel, confessou que estava considerando a possibilidade de matriculá-lo em uma escola privada, pois não se sentia segura em relação à escola estadual do bairro. Além disso, a escola do bairro vizinho foi descartada como opção, pois durante a semana em que ocorreu o ataque

à escola de Blumenau–SC¹⁰ Carmen recebeu uma foto de uma pichação nas dependências desta escola, com a mensagem “Morte aos venezuelanos”. Este caso revela que, além das preocupações usuais que todas as famílias têm quando buscam uma escola para os filhos (como qualidade de ensino, infraestrutura, etc.), as famílias migrantes arcam ainda com preocupações suplementares ligadas à sua condição específica.

Em todas as entrevistas, ficou explícito o quanto as famílias valorizam a educação como estratégia de mobilidade social e segurança, associando o sucesso escolar à possibilidade de uma vida mais estável e digna. Mães como María e Alejandra vinculam o investimento educacional a um futuro com mais oportunidades para os filhos, inclusive no ensino superior. Há também incentivo às aspirações individuais das crianças, como Miguel, cujo sonho de ser jogador de futebol é respeitado, desde que conciliado com a continuidade dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender as relações entre famílias venezuelanas migrantes e uma escola pública brasileira, a partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar. Observou-se que, embora exista um sentimento de pertencimento e vínculos afetivos estabelecidos, essas relações não estão isentas de tensões.

Tais tensões decorrem, sobretudo, das dificuldades das famílias com a língua portuguesa. Os responsáveis mencionaram nas entrevistas que muitas vezes não conseguem auxiliar nas tarefas porque não dominam o idioma, além de terem dificuldade para compreender o funcionamento do sistema educacional brasileiro. Do lado da escola, identificou-se em alguns relatos docentes uma tendência a responsabilizar as famílias pelas dificuldades de adaptação linguística dos alunos, justamente porque os responsáveis não falam português. No entanto, também não foram identificadas práticas ou políticas linguísticas que incluam o espanhol no cotidiano escolar e nas comunicações com as famílias, o que acaba gerando distanciamento e incertezas sobre as práticas escolares brasileiras.

Quanto às expectativas familiares, constatou-se que todas são positivas e elevadas, acompanhadas por estratégias ativas para o sucesso escolar dos filhos, demonstrando comprometimento com a educação.

Cabe ressaltar que a ausência de formação específica para os professores no período da pesquisa pode ter contribuído para as dificuldades

10 No dia 05 de abril de 2023, uma creche em Blumenau/SC foi alvo de um atentado que culminou na morte de quatro crianças

enfrentadas pela escola no acolhimento e inclusão dos alunos migrantes. Ressalta-se que, atualmente, a Secretaria de Educação conta com um programa de Educação em Direitos Humanos que inclui uma coordenação voltada para as questões migratórias, representando um avanço importante para o suporte pedagógico e a promoção da inclusão.

O fortalecimento das relações entre famílias migrantes e escolas públicas exige a implementação contínua de políticas e práticas que considerem as especificidades culturais e linguísticas desses grupos, promovendo a escuta, o reconhecimento e o respeito à diversidade. Além disso, destacamos a importância da escola pública como agente central na promoção da inclusão e na construção de trajetórias educacionais que respeitem a pluralidade cultural e as singularidades dos estudantes migrantes e suas famílias.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, J. *Child Migration & Human Rights in a Global Age*. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 20 jul. 2024.
- BRASIL.CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução n.º 1, de 13 de novembro de 2020*. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2020>> Acesso em: 28 mar. 2025.
- BRASIL. (1990) Lei n.º 8.069, de 13 de julho de. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 mai. 2025.
- BRASIL. (1996) Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> . Acesso em: 30 mai. 2025.
- BRASIL. (2017) Lei n.º 13.445, de 24 de maio de. *Institui a Lei de Migração*. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13445.htm> . Acesso em: 30 mai. 2025.

vel em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm> . Acesso em: 30 mai. 2025.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH. *Assembleia Geral da ONU*, (10 de dezembro de 1948). Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> : Acesso em: 20 ago. 2024.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *En la escuela. Sociología de la experiencia escolar*. Buenos Aires: Losada, 1996.

GARCÍA, O. *Ofelia García – Translanguaging*. Youtube. 11 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5l1CcrRcko>> Acesso em 01 jun. 2025

GOGOLIN, I. (1997). *The “monolingual habitus” as the common feature in teaching in the language of the majority in different countries*. Per Linguam 13, 38–49. Disponível em: <<https://perlinguam.journals.ac.za/pub/article/view/187>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ICHOU, M. Différences d’origine et origine des différences: les Résultats scolaires des enfants d’émigrés/immigrés em France du début de l’école primaire à la fin du collège. *Revue française de sociologie*, 54-1, 2013, 5-52. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2013-1-page-5.htm>> Acesso em 15 abr. 2025

ICHOU, M. *Les enfants d’immigrés à l’école*. Inégalités scolaires, du primaire à l’enseignement supérieur, Paris, PUF, coll. Éducation et société, 2018, 310 p.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R.. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, p. 123–139, set. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/>> : Acesso em: 13 mai. 2025.

JUNGER, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. d.; SILVA, B. G.. *Refúgio em Números* (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: *Refúgio em Números_- _27-06.pdf* Acesso em 15 mai. 2025

MCAULIFFE, M. Y; A. TRIANDAFYLIDOU (eds.), 2021. *Informe sobre las migraciones en el mundo 2020*. OIM Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_es.pdf>

. Acesso em: 15 jul. 2024.

MCAULIFFE, M. Y; A. TRIANDAFYLIDOU (eds.), 2022. *Informe sobre las migraciones en el mundo 2022*. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>> Acesso em: 24 jan. 2025.

MCAULIFFE, M. Y; OUCHO, L.A. (eds.), 2024. *World Migration Report 2024*. International Organization for Migration (IOM), Geneva. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf>> Acesso em 24 jan. 2025.

Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Boletim da Migração no Brasil*. Edição 8 - Fevereiro de 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim-migracao-8.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2025.

MIYAHIRA, E. *Relação entre professor e família: um estudo sobre alunos bolivianos e nordestinos na escola pública*. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/10506>> Acesso em 15 mai. 2025.

MIYAHIRA, E. *Cultura e socialização de bolivianos em duas escolas públicas estaduais na cidade de São Paulo*. 2022. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/25942>> Acesso em: 28 nov. 2024.

NOGUEIRA, M. A., & de RESENDE, T. F. (2022). *Relação família-escola no Brasil: um estado do conhecimento (1997-2011)*. Educação: Teoria e Prática, 32, e02[2022]-19.

ONU: Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), *La infancia en peligro: La niñez migrante en América Latina y el Caribe*, 7 de setembro 2023, <<https://www.refworld.org/es/ref/infortem/unicef/2023/es/147731>>. Acesso em: 20 mai. 2025

OIM. *Glossário sobre Migração. Direito Internacional da Migração – nº 22*. Organização Internacional para as Migrações. Genebra: IOM, 2009

R4V. 2023. *Análise das necessidades de refugiados e migrantes 2023*. Disponível em: <https://www.r4v.info/sites/default/files/2024-01/RMNA_POR%20V4.pdf> Acesso em: 13 nov. 2024.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2024). *Deliberação nº 03 /2024 – CME/SJP*. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, imigrantes, refugiados, povos nômades, apátridas e solicitantes de refúgio no Sistema Municipal de Ensino de São José dos Pinhais. Publicada no Diário Oficial do Município em 28, mai. 2024. Disponível em: <<http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Deliberacao-03-2024-Matriculas-imigrantes.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2025.

SAYAD, A. *A Imigração ou o paradoxo da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1991

SCHÜTZE, F. “Pesquisa biográfica e entrevista narrativa”. In: WELLER, W. e PFAFF, N. *Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Recebido em: 01/07/2025

Aceito em: 24/12/25

DISPUTAS IDEOLÓGICAS E DIREITOS DE COMUNICAÇÃO DAS CRIANÇAS NA ARGENTINA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A REFORMULAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO INFANTIL DO CANAL PAKA PAKA

IDEOLOGICAL DISPUTES AND CHILDREN'S COMMUNICATION RIGHTS IN ARGENTINA: A CRITICAL ANALYSIS OF THE REFORMULATION OF CHILDREN'S PROGRAMMING ON THE PAKA PAKA CHANNEL

João Cavalcante¹

RESUMO

Sendo os meios de comunicação públicos uma arena recorrente de disputas ideológicas entre partidos, empresas e demais entidades sociais, o presente estudo investigou de que modo a reformulação da programação do canal de TV infantil Paka Paka, proposta pelo governo de Javier Milei, incide sobre os direitos de comunicação das crianças na Argentina. Para isso, foram analisados dois anúncios sobre a nova programação, publicados em agosto de 2024 e maio de 2025, respectivamente, nas redes sociais do canal. A pesquisa contou com o aporte metodológico da Análise Crítica do Discurso, considerando os direitos de *provisão*, *proteção* e *participação*. Como resultado, identificamos um conflito entre os interesses de empresas privadas e o direito das crianças à *provisão* de conteúdos audiovisuais que prezem pelo seu melhor interesse. Nesse sentido, a inclusão da animação japonesa Dragon Ball representa uma nova linha editorial, em que aquisições internacionais com apelo comercial se sobrepõem à promoção da produção local e regional, ao passo que a pluralidade de infâncias latino-americanas recebe menos ênfase. Ressaltamos também a substituição de elementos identitários nacionais, como o redesenho do personagem popular *Zamba*, e a falta da *participação* das crianças nas mudanças apresentadas. E ainda, observamos a presença de conteúdos com forte teor ideológico pertencente ao espectro “libertário”, apoiado pelo presidente, em contraposição à informação de que não haveria “imposição ideológica” na nova grade. Dentro dessa perspectiva, avaliamos os riscos que o desenho estadunidense Tuttle Twins oferece à formação e à visão de mundo das audiências infantis, comprometendo seu direito à *proteção*.

Palavras-chave: Infância; Programação infantil de TV; Paka Paka; Argentina; Javier Milei.

¹ Doutorando e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde também se graduou em Sistemas e Mídias Digitais. É membro do Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (LabGrim/UFC). Atua como Analista de Conteúdo Digital, com foco em direitos das crianças no espaço digital, programação infantil e transmidiação.

ABSTRACT

As public communication media constitute a recurring arena for ideological disputes among political parties, corporations, and other social entities, the present study investigated how the reformulation of the programming of the children's TV channel Paka Paka, proposed by the government of Javier Milei, affects children's communication rights in Argentina. To this end, two announcements regarding the new programming, published in August 2024 and May 2025, respectively, on the channel's social media were analyzed. The research used the methodological support of Critical Discourse Analysis, considering the rights of provision, protection and participation. As a result, we identified a conflict between the interests of private companies and children's right to the provision of audiovisual content that values their best interests. In this sense, the inclusion of the Japanese animation Dragon Ball represents a new editorial line, in which international acquisitions with commercial appeal take precedence over the promotion of local and regional production, while the plurality of Latin American childhoods receives less emphasis. We also highlight the replacement of national identity elements, such as the redesign of the popular character Zamba, as well as the lack of children's participation in the changes presented. Furthermore, we observed the presence of content with a strong ideological bias aligned with the "libertarian" spectrum, supported by the president, contradicting claims that there would be no "ideological imposition" in the new schedule. From this perspective, we evaluate the risks posed by the U.S. animated series Tuttle Twins to the formation and worldview of child audiences, thereby undermining their right to protection.

Keywords: *Childhood; Children's TV programming; Paka Paka; Argentina; Javier Milei.*

INTRODUÇÃO

A abordagem interdisciplinar nos estudos sobre infância permitiu inúmeros avanços ao longo do tempo, articulando saberes de diferentes áreas como Sociologia, Pedagogia, Psicologia, História e Comunicação. Dentre eles, o resgate sobre a representação de crianças em obras de arte desde a Idade Média, realizado por Philippe Ariès (1986), permitiu a interpretação de uma história social da infância, a ser discutida e ampliada em um corpo teórico particular que ficou conhecido como Sociologia da Infância.

Para Qvortrup (2010), a infância é uma construção social e histórica que varia de acordo com as transformações das mais diferentes ordens, como econômica, política, tecnológica e cultural. Segundo ele, além de se caracterizar como um período transitório, em direção à vida adulta, a infância deve ser compreendida como um tipo de estrutura social que se apresenta de diferentes formas em épocas distintas, sendo, portanto, uma categoria permanente e em constante mutação.

Prout (2010) defende essa visão dialógica na medida em que uma ponderação equilibrada entre as dimensões sociais e históricas pode romper com a herança negativa da Idade Moderna, em que uma maior ênfase recaiu sobre a infância como estrutura social, culminando em um processo

de padronização em escala global. Nessa perspectiva, a institucionalização das crianças a partir de dispositivos como a escolarização compulsória, os protocolos de saúde e as dinâmicas de controle familiar deixaram de lado as múltiplas realidades vividas pelas crianças ao redor do mundo.

Em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que as posiciona como sujeitos de direito e cujo melhor interesse deve ser assegurado pela sociedade. É com base neste instrumento regulatório que a presente pesquisa se propõe a investigar a garantia de um conjunto específico de direitos, aqui referenciados como “direitos de comunicação das crianças”, por parte do governo argentino sob o comando de Javier Milei.

Espalhados pelo texto da CDC (1989), os direitos de comunicação compreendem: o direito a se expressar, indicado nos artigos 12 e 13; ter acesso a conteúdos de qualidade e ser protegida de materiais prejudiciais, no artigo 17; participar de forma livre da vida cultural e artística, no artigo 31; dentre outros, sendo muitas vezes categorizados como 3 P's: *provisão, proteção e participação*. O debate sobre esses direitos perpassa as diferentes mídias, como a textual, imagética, sonora e audiovisual, bem como os distintos meios de distribuição, como cinema, rádio, televisão e internet.

A reforma constitucional argentina de 1994 incorporou o texto da CDC como um complemento aos direitos já reconhecidos. Em 2005, a *Ley de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes* (Lei Nacional 26.061) passou a compreender o *mejor interesse da criança* como “a satisfação máxima, integral e simultânea dos direitos e garantias” presentes na lei, elencando critérios para direcionar sua aplicação, como: sua condição de sujeito de direito; o direito a ser ouvido e ter a sua opinião levada em consideração; e o respeito pelo pleno desenvolvimento pessoal dos seus direitos no âmbito familiar, social e cultural (Resende, 2023).

A respeito das transformações ocorridas no cenário midiático, a presença de conteúdos infantis nas grades de programação das emissoras de televisão lançou dúvidas sobre a segurança das crianças diante de tal tecnologia. Para Meyrowitz (1986, p. 242), a acessibilidade dos códigos linguísticos por meio da televisão, diferentemente da literatura, possibilitou às crianças uma aproximação a temas tipicamente adultos, como guerras, crimes e insinuações sexuais. Buckingham (2007, p. 19), contudo, considera as mídias eletrônicas como uma arena profícua para a construção da noção de infância e que, portanto, não devem ser excluídas do cotidiano das crianças.

Pensar a televisão como um meio de comunicação por onde são ofertados conteúdos infantis requer encará-la não apenas como tecnologia, mas também como forma cultural (Williams, 2016), de modo que as proble-

máticas que a circundam sejam deslocadas dos *possíveis efeitos causados de forma incontrolável* sobre a sociedade, para um enfoque que considere os usos que são feitos desse dispositivo por uma *determinada cultura*, em um *momento específico de sua história*. E ainda, considerar as crianças como destinatárias de conteúdos televisivos dentro dessa perspectiva implica na compreensão das audiências como sujeitos ativos do processo comunicacional, condicionados individual e coletivamente, como indica Orozco Gómez (1991, p. 110). Segundo o autor, a televisão é uma instituição social historicamente constituída capaz de produzir discursos associados a contextos e interesses particulares, ao mesmo tempo em que suas mensagens são percebidas de modos diversos.

Na América Latina, a forte concentração midiática nas mãos de poucos grupos fez surgir, no final do século XX, formas de resistência que tornaram evidentes a disputa ideológica entre agentes que se consolidaram após o enfrentamento de ditaduras no continente, sendo eles:

as grandes empresas clamando por sua liberdade irrestrita de atuação e de concentração – apoiadas por outros agentes do discurso neoliberal – em contraposição aos diversos setores da imprensa independente e alternativa, movimentos sociais e entidades da sociedade civil defendendo a necessidade de uma regulação democrática da comunicação, ampliando a diversidade e a pluralidade das vozes em circulação. (Arroyo; Pasti, 2022, p. 732).

Na Argentina, a batalha pela regulamentação dos meios de comunicação ganhou um novo contorno com a sanção da *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* 26.522 (LSCA), em 2009, sob o governo de Cristina Kirchner. A LSCA foi responsável pelo combate aos monopólios midiáticos no país, pela criação de normas para uma comunicação comunitária e pública e pela promoção de novos agentes comunicacionais (Pasti, 2018, p. 88).

O canal infantil Paka Paka surge dentro deste contexto. Em 2007, o Paka Paka inicia como uma faixa de programação na grade do canal público Encuentro e, após a referida lei, torna-se um canal próprio com oferta de conteúdos 24h sob o comando do Ministério da Educação. Para González e Novomisky (2012, p. 79), a televisão argentina vivia um momento de vazio de conteúdos infantis em que a maioria da oferta era transmitida por canais internacionais, como Disney Channel, Discovery Kids e Cartoon Network. Para os autores, a criação do Paka Paka representou um avanço importante no fomento da indústria audiovisual local e regional, além de retratar elementos identitários da América Latina sob uma perspectiva educativa, diversa e igualitária.

O texto da Resolução 1015/2010² institui a criação do canal, celebrando a possibilidade da construção de uma nova estética da infância, que contemple seu mundo e sua complexidade, com uma série de conteúdos “que não temem os temas difíceis e que partem de um respeito profundo pela infância, a quem não desconsideram como construtores e pensadores de suas próprias realidades” (tradução nossa)³. O próprio nome “Paka Paka”, que em quechua significa “esconde-esconde”, denota o compromisso do canal com o lúdico e com a pluralidade de infâncias e culturas latino-americanas (Resende, 2023, p. 107).

A chegada do governo de Mauricio Macri, em 2015, trouxe um capítulo diferente para as políticas comunicacionais do país, na medida em que “representou um realinhamento das políticas de comunicação e acompanhou um conjunto de ações voltadas ao desmantelamento de parte do arcabouço institucional” (Arroyo; Pasti, 2018, p. 742). A partir daí, o Paka Paka sofreu modificações em sua estrutura organizacional e na operacionalização de sua produção, perdendo o vínculo com o Ministério da Educação e sendo dependente direto do Poder Executivo por meio da *Secretaría de Comunicación y Medios*.

Pasti (2018, p. 237-238) compreende a narrativa utilizada para sustentar esse conjunto de mudanças por meio de três pontos principais: a defesa de uma suposta “desideologização” das normas, que teria sido imposta pelo governo anterior; a ênfase em um novo modelo de negócios movido pela convergência tecnológica; e pelo interesse em ressignificar a noção de pluralidade empregada nos meios de comunicação públicos, a partir de uma perspectiva neoliberal.

Em entrevista para Resende (2023, p. 111), Cielo Salviolo, que atuava como diretora do canal na época em que essas mudanças ocorreram, contou que a perda de vínculo com o Ministério da Educação trouxe uma perda de sentido para o Paka Paka, pensado inicialmente como um canal educacional com forte presença nas escolas. Além disso, houve uma diminuição de orçamento, de equipes e de tempo de programação, bem como a saída da TV digital por cabo, que, segundo ela, possui uma grande penetração nos territórios argentinos, deixando de fora grande parte de sua audiência.

De acordo com a pesquisa *La Góndola Infantil* (Labi, 2024a), a televisão é o dispositivo tecnológico mais utilizado por crianças argentinas entre 6 e 9 anos, com uma porcentagem de acesso de 71,6%, sendo predominante nas classes sociais mais baixas. A pesquisa também aponta que Zamba, per-

2 Disponível em: <<https://tinyurl.com/4exsvwca>>. Acesso em 20 jun. 2025.

3 “[...] que no le temen a los temas difíciles y que parten de un respeto profundo por la niñez, a quienes no desestima como constructores y pensadores de su propia realidad.”

sonagem original e mais conhecido da programação do Paka Paka, é o favorito das crianças (Labi, 2024b), ficando acima de Peppa Pig, Sonic e outros popularizados pelos canais pagos e de origem internacional.

Em dezembro de 2023 teve início o governo de Javier Milei, cujo posicionamento converge com o de Macri, ao defender a “desideologização” dos meios de comunicação. Em maio de 2024, foi publicado um comunicado oficial no perfil do Paka Paka no Instagram informando que os meios de comunicação públicos estavam atravessando um processo de “reorganização”. Nesse contexto, os conteúdos de suas redes sociais e de seus sites foram temporariamente suspensos, em razão da unificação dos critérios de difusão após uma reestruturação interna das empresas. Em agosto do mesmo ano, uma nova postagem indicava que mudanças estavam por vir. Quase um ano depois, em maio de 2025, os perfis digitais do Paka Paka anunciaram a reformulação de sua programação por meio de um trailer audiovisual de aproximadamente três minutos, no qual foram apresentadas as principais alterações previstas para julho.

Sendo o Paka Paka um canal importante para a formação educacional e cultural das crianças argentinas, com uma proposta historicamente voltada para a promoção da diversidade de infâncias latino-americanas, esta pesquisa busca responder de que modo a reformulação da programação do canal infantil Paka Paka, proposta pelo governo de Javier Milei, incide sobre os direitos de comunicação das crianças. Considerando que a nova programação ainda não havia sido veiculada no momento da elaboração deste estudo, analisamos as duas postagens que anunciam o conjunto de mudanças previstas, com base na Análise Crítica do Discurso (ACD).

Para Fairclough (2001), o método da ACD implica considerar qualquer discurso – neste caso os conteúdos audiovisuais e as postagens em redes sociais, – simultaneamente um texto; um exemplo de prática discursiva; e um exemplo de prática social. Ou seja, envolve investigar, dentre outros elementos, processos de codificação, produção, distribuição, interpretação, consumo, interesses econômicos, relações de poder e correntes ideológicas, mostrando conexões e causas implícitas sob a órbita do discurso analisado.

1 SONHEMOS O FUTURO: A NOVA PROGRAMAÇÃO DO PAKA PAKA

De acordo com a cronologia apresentada por González e Novomisky (2012, p. 71-72), os meios de comunicação audiovisuais argentinos foram privatizados durante o período ditatorial na década de 1980, perdendo completamente o caráter de serviço público, com exceção do Canal 7 (atual

Televisión Pública – TVP). Na década seguinte, o governo de Carlos Menem favoreceu a formação de conglomerados midiáticos ao permitir a aquisição de licenças múltiplas de meios audiovisuais, culminando na operacionalização de 45 canais de TV aberta no país. Ao mesmo tempo, apenas dez províncias possuíam estrutura para receber mais de um desses sinais, fazendo com que a televisão comercial se concentrasse nos principais núcleos urbanos e capitais ao longo do território.

A pesquisa *Media Ownership Monitor* realizada em 2019 mostrou que, na Argentina, os 52 principais meios de comunicação pertenciam a 22 empresas, sendo que os quatro maiores conglomerados concentravam quase a metade do público nacional em todas as mídias. O maior deles é o Grupo Clarín, proprietário de 12 dos 52 veículos pesquisados e detentor de 25% da audiência total do país (RSF, Intervozes, 2019). Essa concentração por parte das empresas privadas contribui para associação entre os valores mercantis e culturais, em que o lucro se torna mais importante que o conteúdo e os interesses econômicos se contrapõem às necessidades de outras ordens, como a preservação da identidade nacional e cultural dos territórios em que se encontram (González; Novomisky, 2012, p. 75).

Sob o governo de Cristina Kirchner (2007-2015), a LSCA trouxe uma série de medidas para conter o monopólio midiático e favorecer outros agentes comunicacionais. Uma delas foi a determinação de reservas do espectro radioelétrico por onde trafegam os sinais de rádio e TV. A norma delimitou que um terço do espectro fosse destinado para organizações sem fins lucrativos, reduzindo o alcance dos conglomerados e fortalecendo a comunicação não-comercial, incluindo:

a comunicação comunitária; uma frequência AM, uma FM e uma de televisão para povos originários, onde estejam presentes; uma frequência de televisão aberta e uma de rádio para Universidades nacionais, em suas sedes, podendo autorizar mais frequências para fins culturais ou educativos quando demandado pelas universidades; e reservas para o Estado em suas diferentes escalas (Pasti, 2018, p. 90).

Neste caso, o Estado se coloca como mantenedor do interesse público oferecendo um contraponto à dominação comercial e reforçando as identidades nacionais. Para ampliar a circulação de conteúdos que prezam pela pluralidade de vozes, a lei estabeleceu limites mínimos para veiculação de produtos audiovisuais, que, na TV aberta, configurou cotas de 60% para a produção nacional, 30% de produtos próprios e 30% de produtos locais independentes na programação de emissoras privadas. Outra medida de des-

taque foi a implementação de normas de fomento e financiamento de produção de conteúdos, que perpassa a consolidação de canais estatais como Encuentro e Paka Paka, e o investimento nas indústrias audiovisuais locais e regionais, envolvendo sistemas de produção interno e parcerias com produtores independentes por meio de editais (Arroyo; Pasti, 2022, p. 738).

A LSCA também contribuiu para o estabelecimento da digitalização da TV, tomando a frente em um processo que envolveu a América Latina como um todo (Pasti, 2018). Esse processo foi importante, pois representou uma oportunidade de democratização dos meios de comunicação com base em transformações de infraestrutura que permitiam maior quantidade de canais operando por meio do espectro radioelétrico⁴.

Em relação à TV a cabo, que na Argentina possui forte aderência, estando presente em 69% dos lares⁵ (Ministerio de Cultura Argentina, 2023, p. 9), a LSCA definiu que os provedores deveriam possuir no máximo 35% do total de assinantes do país (Pasti, 2018, p. 89). O Grupo Clarín, que opera o provedor de maior alcance, *Cablevision*, ofereceu resistências à aplicação da lei, acusando inconstitucionalidade diante da Corte Suprema de Justiça. Segundo Resende (2023, p. 109-110), a LSCA determinava que “todos os prestadores de televisão por assinatura estavam obrigados a incluir os sinais de rádio e televisão argentina, todos canais públicos e todos que tivessem alguma participação do Estado”. Contudo, as operadoras alegavam problemas técnicos e falta de espaço para comportar os canais públicos. Isso fez com que o Paka Paka fosse incluído apenas no pacote digital da *Cablevision*, que para Smerling, citada por Resende (2023, p. 110), resultou na exclusão do acesso para 75% do público infantil.

A pesquisa *Situación de la niñez y adolescencia* apontou que, em 2023, 7 em cada 10 crianças argentinas viviam sob algum tipo de carência, sejam elas monetárias ou de privação de direitos como educação, proteção e moradia (UNICEF, 2024, p. 4). A mesma pesquisa apontou que uma restrição central para o exercício dos direitos de crianças e adolescentes está relacionada à falta de acesso a rendimentos suficientes por parte de seus responsáveis. Em 82% dos lares foi relatada a falta de renda para os gastos destinados a eles, como a compra de livros, realização de passeios, gastos com transporte, calçado e vestimenta (UNICEF, 2024, p. 6-8). Com poucas opções de lazer, é possível afirmar que o acesso a uma programação de TV gratuita e de qualidade corresponde a uma necessidade básica de lazer e educação, ligada ao direito de *provisão* presente na CDC.

4 No caso da Televisão Digital Terrestre (TDA).

5 Apenas 13% dos argentinos acessam exclusivamente o sinal de TV por radiodifusão.

Somente em 2014 o Paka Paka foi incluso no pacote analógico dos assinantes do plano básico da *Cablevision*, após quatro anos de sua inauguração. Contudo, as mudanças provocadas pelo governo de Mauricio Macri ocasionaram sua saída do pacote básico em 2018, retornando somente em 2020, com a sucessão do presidente Alberto Fernandez (Resende, 2023, p. 111-112). O governo de Macri, sob a justificativa de uma ressignificação da pluralidade midiática, “combinava-se a defesa neoliberal de uma desregulamentação que promoveria a concorrência pelo mercado com acusações de uso político, partidário e ideológico dos meios públicos, das políticas de fomento e de outras iniciativas no marco da LSCA” (Pasti, 2018, p. 240).

Neste período, os trabalhadores do Paka Paka e outros canais públicos como Encuentro e DeporTV foram “convidados” a desocupar voluntariamente suas funções. As saídas levaram em conta não só questões econômicas como também a pressão psicológica ligada aos desmontes sofridos dentro das empresas, que abandonaram o propósito educativo sem novos direcionamentos ou projetos (Rivero, 2017). A situação só veio a melhorar na gestão seguinte, sob o comando de Alberto Fernandez (2019-2023), em que o Paka Paka retomou parte de seu ritmo de produção, impulsionado sobretudo por conta da pandemia de Covid-19. Embora não tenha retornado ao Ministério da Educação, o contexto de suspensão das aulas e de isolamento social gerou uma demanda por conteúdos educativos, favorecendo a ampliação da produção e da circulação de programas infantis.

Com a chegada de Milei ao poder em 2023, o programa de “demissões voluntárias” foi retomado. Somente no Paka Paka, o corpo de funcionários passou de 172 para 130 em poucos meses. Para Respighi (2025), há um contraste evidente nesta situação pois tem-se, de um lado, funcionários com salários congelados desde outubro de 2024 e, do outro, a criação de novos cargos hierárquicos de alta patente destinados aos recém contratados⁶. Sendo o Paka Paka um dos canais administrados pela empresa *Contenidos Públicos*, que por sua vez funciona sob a órbita da *Secretaría de Comunicación y Medios*, chefiada atualmente pelo porta-voz presidencial e deputado eleito pela Cidade de Buenos Aires, Manuel Adorni, o caso chama atenção pelo nível de influência que o Poder Executivo exerce diretamente sobre ele.

Esse breve panorama evidencia que a *provisão* de conteúdos infantis está diretamente vinculada aos interesses de mercado e à forma como estes se imbricam na gestão pública. A alternância de governos na Argentina re-

6 Como exemplo, Respighi (2025) cita os cargos de Gerência de Jornalistas (sob responsabilidade de Rodrigo Calegari), Gerência Institucional (Pablo Lamon), Gerência (Daiana Astobizia), Coordenação (Federico Fernández Valenti) e Ezequiel Acuña, que, “com salário de diretor, é responsável pelas redes sociais”.

configura o aparato discursivo produzido no anterior, o que acarreta prejuízos evidentes à oferta de conteúdos gratuitos, educativos e representativos das culturas locais destinados ao público infantil. Ademais, o monopólio midiático possibilita que empresas privadas detenham o controle das tecnologias de transmissão — como a difusão por sinal radioelétrico e por cabo — orientando-se prioritariamente pela lógica do lucro, em detrimento do melhor interesse das crianças.

1.1 “JÁ ESTAMOS LIVRES, ZAMBA!”: UMA NOVA PROGRAMAÇÃO SE APROXIMA

Em maio de 2024, foi publicado um comunicado no perfil de Instagram do Paka Paka⁷ informando que as redes sociais e os sites dos meios de comunicação públicos seriam suspensos temporariamente com o objetivo de “melhorar a produção, a realização e a difusão dos conteúdos” por eles ofertados. Somente em agosto do mesmo ano o perfil retornou, com o primeiro anúncio⁸ a tratar das reformulações pelas quais o canal passaria. A data escolhida foi significativa pois, na Argentina, o *Dia das crianças* é comemorado em 17 de agosto. A postagem também foi publicada na plataforma X, cujo perfil @PakaPakaArg⁹ passou a ser utilizado a partir desta ocasião¹⁰.

A publicação possui diferenças entre as plataformas. No Instagram, o anúncio é mais completo, contendo uma legenda com quatro parágrafos e um carrossel com três imagens: um diálogo entre dois personagens, uma mensagem de “¡Feliz día del niño!”; e a apresentação da nova logo do canal. No X, a legenda possui apenas dois parágrafos curtos e a imagem com os personagens. Nesta última (Figura 1), o personagem Zamba, protagonista da série *La asombrosa excursión de Zamba*, dialoga com José de San Martín¹¹, referido na conversa como “SanMa”.

7 Disponível em: <<https://tinyurl.com/36vnacmk>>. Acesso em 20 jun. 2025.

8 Disponível em: <<https://tinyurl.com/2waks5uv>>. Acesso em 20 jun. 2025.

9 Disponível em: <<https://tinyurl.com/4yttw4h7>>. Acesso em 20 jun. 2025.

10 Não obtivemos informações se o perfil estava inativo anteriormente ou se foi criado na data da postagem, mas, pelo baixo número de seguidores, imaginamos se tratar do segundo caso.

11 Figura central no processo de independência argentino e tratado como um super-herói por Zamba, na série animada.

Figura 1 – Diálogo entre Zamba e San Martín



Fonte: @PakaPakaArg no X

Na legenda da postagem publicada no Instagram, o canal compartilha com “todas as famílias da Argentina” que o Paka Paka “está se renovando [...] para que todos se sintam parte da nossa proposta, baseada em educação, entretenimento, inovação, valores e muita imaginação”¹². Já no X, a legenda informa que “Estamos trabalhando para trazer a vocês educação e entretenimento em um ambiente seguro para os pequenos.”¹³

Em relação ao engajamento da postagem (Tabela 1)¹⁴, embora o perfil do canal no X possua um número bem menor de seguidores, comparado

12 Texto original: “con todas las familias de Argentina que Paka Paka se está renovando [...] para que todos se sientan parte de nuestra propuesta, basada en educación, entretenimiento, innovación, valores, patria y mucha imaginación.”

13 Texto original: “Estamos trabajando para traerles educación y entretenimiento en un ambiente seguro para los chicos.”

14 Dados coletados em 23 de junho de 2025.

ao Instagram, seu alcance foi bastante significativo, com mais de 300 mil visualizações.

Tabela 1 – Postagem de 18 de agosto de 2024¹⁵

Plataforma	Inscritos/ Seguidores	Visualizações	Curtidas	Repostagens	Comentários	Salvamentos
X	3.408	317.800	2.000	608	325	78
Instagram	144.000	-	-	-	1.921	-

Fonte: Elaborada pelo autor

1.2 “SONHEMOS O FUTURO”: A PROGRAMAÇÃO TOMA FORMA

As mudanças na grade do Paka Paka foram divulgadas em 22 de maio de 2025 nos perfis de Instagram¹⁶, X¹⁷, YouTube¹⁸ e TikTok¹⁹ do canal. Nas quatro plataformas, a publicação foi a mesma (Figura 2), contendo um trailer audiovisual e uma legenda.

15 Devido o Instagram não divulgar todas as informações sobre as publicações, não conseguimos ter uma noção do alcance obtido pelo anúncio nesta plataforma.
16 Disponível em: <<https://tinyurl.com/3t68k28z>>. Acesso em 20 jun. 2025.
17 Disponível em: <<https://tinyurl.com/3hfh8fww>>. Acesso em 20 jun. 2025.
18 Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n6s86nt>>. Acesso em 20 jun. 2025.
19 Disponível em: <<https://tinyurl.com/38mwbvu7>>. Acesso em 20 jun. 2025.

Figura 2 – Postagem do dia 22 de maio de 2025



Fonte: @PakaPakaArg no X

Com duração de 2'53", o trailer mostra trechos dos programas que irão ao ar ao mesmo tempo em que uma narração anuncia as mudanças. Nos primeiros instantes, vemos uma esfera do dragão, elemento importante na trama da animação japonesa Dragon Ball, e, antes de aparecer qualquer personagem ou que algo seja dito, a cena muda para crianças brincando ao ar livre. Elas estão empinando pipas, objeto que é ilustrado e animado

para decorar o *slogan* da nova programação, “Sonhemos o FUTURO”²⁰, que aparece no centro da tela.

Em seguida, são mostrados trechos de animações e programas sobre ciências. Em concomitância, a voz do influenciador e divulgador científico espanhol Javier Santaolalla é sobreposta às imagens, dizendo: “Um cientista é um garoto brincando. E por isso a Ciência parece algo tão bonito. Porque é praticar experimentos e tentar entender as coisas através da brincadeira.” Corta para crianças em um estúdio desenhando em uma lousa de vidro, com a voz de uma criança que diz: “Às vezes gostamos de brincar sozinhos. Às vezes não.”

As cenas seguintes apresentam recortes de programas variados: “Meu sonho é viajar por todo o mundo”, diz uma criança durante cenas representativas de excursões, viagens e paisagens; “A primeira coisa que você tem que saber é trabalhar em equipe”, diz um adolescente durante cenas de construção de carros mecânicos em meio a um grupo de pares; “Se você tem vontade de fazer coisas muito bonitas, como cultura, esporte... Que se animem, que nunca tenham medo. E que os pais também apoiem seus filhos”, diz uma garota durante recortes que mostram crianças e adolescentes sendo incluídos em atividades esportivas e artísticas.

A seguir, o anúncio completo sobre Dragon Ball é revelado, com o protagonista Goku fazendo seu famoso golpe *Kamehameha*, disparando uma onda de energia pelas mãos. Na sequência, é apresentado um programa gravado em estúdio, chamado “GenZ”, com duas apresentadoras por trás de uma bancada, lembrando o gênero jornalístico. Uma delas define a atração como “um programa dedicado exclusivamente ao universo de Dragon Ball”. Pelas imagens, é possível inferir se tratar de um programa de variedades sobre cultura pop. Adiante, são exibidos fragmentos de outras animações japonesas presentes na nova grade.

A penúltima cena retoma imagens de crianças brincando ao ar livre, dessa vez com idade visivelmente abaixo das mostradas até então. Uma delas nos conta “Nosso sonho era um parque de diversões que tivesse jogos aquáticos.” Por fim, as pipas animadas voltam ao ar e o *slogan* aparece novamente, dessa vez junto da logo reformulada do canal, apresentada no primeiro anúncio, em agosto de 2024. Próximo ao final do vídeo, a voz do narrador do personagem Zamba se sobrepõe à logomarca, enunciando “Me entedio!”, um de seus bordões mais característicos. Na cena derradeira, o personagem surge redesenhado (Figura 3), ao lado de um cachorro e de três adultos, estes últimos trajando vestimentas típicas das personalidades his-

20 Texto original: *Soñemos el FUTURO*.

tóricas representadas nas animações das quais o garoto participa. Zamba sorri e acena para a audiência por alguns instantes, até o encerramento do vídeo.

Figura 3 – Print da cena final do trailer



Fonte: @PakaPakaArg no X

A legenda da postagem é contundente ao dizer: “Depois de meses de muito trabalho, chega uma nova programação pensada para divertir, surpreender e acompanhar crianças de até 12 anos... sem imposição ideológica²¹ e focada nos valores.” Com estreia marcada para julho, o anúncio divide as novas atrações em dois parágrafos. No primeiro, encontram-se: *Argentinhitos*, *Cuna de Campeones*, *A Veces Sí*, *A Veces No*, *Ultrazombies*, *Los Chicos Preguntan*; e um desenho animado sobre xadrez, produzido pelo “primeiro estúdio de animação própria do canal”. No segundo grupo, identificados como “títulos internacionais”, temos *Dragon Ball* e outras animações japonesas, não nomeadas, do estúdio Toei Animation; o programa *GenZ*; *Tuttle Twins* (EUA); *World Trigger* (Japão); *Mouk* (França); *Bobby and Bill* (Bélgica); e *Ultrazombies*²². Ao final do texto, é dito que o personagem Zamba está sendo “arrumado”²³ e que “logo haverá surpresas”.

Sobre o alcance da postagem (Tabela 2)²⁴, novamente o X sai na fren-

21 Texto original: “*bajada de línea ideológica*”.

22 Franquia de produtos multimídia, criado pelo argentino Pablo Henriquez. Parece ter sido inserido no lugar errado, devendo constar apenas no primeiro grupo.

23 Texto original: “*arreglado*”.

24 Dados coletados em 23 de junho de 2025.

te ultrapassando dois milhões de visualizações, mesmo tendo, de longe, o menor número de seguidores no perfil. Já o TikTok apresentou um engajamento mais balanceado, com maior volume de curtidas, comentários, repostagens e salvamentos.

Tabela 2 – Postagem de 22 de maio de 2025

Plataforma	Inscritos/ Seguidores	Visualizações	Curtidas	Repostagens	Comentários	Salvamentos
X	3.408	2.300.000	14.000	3.000	1.000	937
Instagram	144.000	63.200	-	-	500	-
Youtube	858.000	47.657	1.200	-	-	-
TikTok	115.800	258.200	33.900	5.039	1.153	2.869

Fonte: Elaborada pelo autor

2 RENOVAÇÃO, VALORES E IDEOLOGIAS

A legenda da primeira postagem, publicada no Instagram em ocasião do Dia das Crianças, afirma que a nova programação será baseada em “educação, entretenimento, inovação, valores, pátria e muita imaginação”. No X, o mesmo anúncio trouxe apenas as palavras “educação” e “entretenimento”, e menciona que a equipe está trabalhando para a construção de um “ambiente seguro”. A segunda postagem, por sua vez, informa que a nova visão do canal contempla “entretenimento”, “conhecimento” e “valores”, além de mencionar que não haverá “imposição ideológica” nos programas.

Inicialmente, a palavra “valores” nos chama atenção por estar à parte das demais, sem qualquer especificação sobre quais valores estão sendo considerados, como se fossem de entendimento geral e estivessem implícitos no conteúdo apresentado. Sendo “educação”, “entretenimento”, “inovação” e “conhecimento” valores por si só, por que a palavra “valor” aparece de forma separada? Para interpretá-la, precisamos analisar o que consideramos *valioso* para uma programação infantil, levando em conta o que aparece e o que se ausenta no discurso.

As diretrizes desejáveis para a produção qualitativa de conteúdos infantis já haviam sido estabelecidas pelo *Consejo Asesor de la Comunicación Audiovisual y la Infancia* (CONACAI), constituído pela LSCA. De forma resumida, suas 16 categorias são: Promoção, proteção e defesa de direitos; Diversidade; Federalismo; Voz própria; Dignidade; Hábitos saudáveis; Identidade; Capacidade crítica; Curiosidade; Participação; Informação; Re-

criação; Audiências; Produção; Especialidade; Acessibilidade (Argentina, 2013). Aqui os conceitos são bem mais específicos, em que é possível identificar os valores pretendidos pela TV pública sem recorrer a termos genéricos como “educação” e “conhecimento”.

O trailer da nova programação traz em muitas de suas cenas crianças brincando ao ar livre, recorrendo a ideia de que a infância é um tempo de brincar. Longe das telas, as brincadeiras envolvem empinar pipa, andar de bicicleta, praticar esportes e desenhar. No texto narrado, uma criança diz “Às vezes gostamos de brincar sozinhos. Às vezes não”, remetendo à cultura de pares e à amizade como parte da diversão, sem deixar de lado a noção de que é possível se divertir sozinho, como assistindo TV, por exemplo. O entretenimento, portanto, pode estar ligado tanto aos desenhos e programas que compõem a grade do canal quanto às brincadeiras tradicionais, retratadas em tela.

Uma segunda noção de *infância* é trazida pelo *slogan* “Sonhemos o FUTURO”, em que o destaque na última palavra sugere um período transitório de *devir*, com um final que desemboca na vida adulta (Prout, 2010). É comum que as crianças sejam vistas como esperança para um futuro mais desejável, aqueles que “farão tudo diferente e melhor” quando crescerem. Essa ideia acaba desconsiderando as singularidades das crianças, vinculadas ao tempo presente que lhe define como *ser*. Uma outra conotação para “sonhar o futuro” dentro do contexto da nova programação se vincula com a construção de um mundo imaginário, da ficção, em que os conteúdos educativos plantam sementes (valores) que florescerão junto às audiências. Nesse caso, os programas funcionam como ferramentas para *criar um novo mundo*, por meio das crianças.

Outra noção presente é a de *criança* como aquela que aprende sobre o mundo por meio da experiência. Aqui são trabalhados os conceitos de “educação”, “conhecimento” e “inovação”, mencionados nas legendas das postagens. No trailer, são mostrados recortes de programas sobre práticas esportivas, como a patinação artística e o futebol; atividades artísticas, como tocar piano; construção coletiva de objetos mecânicos, como carros de corrida; e viagens para conhecer locais históricos, como Machu Picchu. Já outros programas e desenhos falam sobre ciência e conhecimentos técnicos, incluindo a participação do influenciador digital e divulgador científico espanhol Javier Santaolalla, que soma mais de 5 milhões de inscritos em seus dois canais no YouTube, *Date un Voltio*²⁵ e *Date un Vlog*²⁶.

25 Disponível em: <<https://tinyurl.com/4evbarwp>>. Acesso em 20 jun. 2025.

26 Disponível em <<https://tinyurl.com/3r3t8fe7>>. Acesso em 20 jun. 2025.

A presença massiva de imagens que representam esse tipo de conhecimento mais técnico, como as de cientistas, foguetes, astronautas, planetas e veículos com diferentes propriedades mecânicas, apontam para o que está sendo considerado como “educativo” dentro da nova programação. Ao ser perguntado sobre a adição de Santaolalla à grade, o diretor atual do Paka Paka, Wally Gómez, afirmou que o influenciador fará parte de uma série de microconteúdos em que profissionais respondem as perguntas das crianças. Um programa que, como contou ao portal Clarín (Zeoli, 2025), também trará médicos, bombeiros, maestros, dentre outros especialistas, contribuindo com a orientação técnico-pedagógica que ecoa em muitas das atrações. Até mesmo Dragon Ball se adequa a essa estratégia, ao transmitir, segundo o diretor, “valores positivos como a superação pessoal, a amizade e o trabalho em equipe.”²⁷

Sobre o direito à *participação*, notamos no trailer a presença e as vozes de crianças e adolescentes de diferentes idades, que falam sobre seus sonhos e interesses. No programa sobre esportes, é possível perceber a inclusão de crianças com deficiência, contribuindo para a representatividade de diferentes infâncias no país. Contudo, o predomínio de pessoas brancas salienta a necessidade de retratar com maior fidelidade a diversidade étnica latino-americana, sobretudo dos povos originários da região. No CONACAI, as categorias Diversidade, Federalismo, Identidade e Acessibilidade trazem um melhor direcionamento sobre a questão.

Na perspectiva de gênero, nos chamou atenção o fato de a primeira postagem, feita no Dia das crianças, ter se referido à data como *Día del niño*, embora essa denominação tenha sido oficialmente substituída por *Día de las infancias* pelo Ministério de Desenvolvimento Social do país, desde 2020. A mudança teve como objetivo reconhecer, no âmbito das políticas públicas, “a diversidade de infâncias [...] atravessadas por questões de gênero, deficiência, linguísticas, regionais [...] desde uma perspectiva de direitos humanos” (¿Cuándo [...], 2025). O alinhamento a uma posição de caráter conservador foi explicitado na publicação do perfil oficial do governo na plataforma X²⁸, na mesma data, ao defender que “as crianças cresçam longe de quem promove a ideologia de gênero, atentando contra sua integridade.”

A ideia de contrapor uma “imposição ideológica” presente na história do Paka Paka condiz com o posicionamento conservador e libertário do governo de Javier Milei, refletindo nas mudanças decorridas no canal e, principalmente, em sua programação. Analisaremos, a seguir, de que modo essa imagem supostamente “isenta de ideologia” é construída no discurso e

27 Texto original: “valores positivos como la superación personal, la amistad y el trabajo en equipo”.

28 Disponível em: <<https://tinyurl.com/3rs7utc4>>. Acesso em 20 jun. 2025.

como transformações de base ideológica impactam os direitos de comunicação das crianças.

2.1 INFÂNCIAS LATINO-AMERICANAS NA TV PÚBLICA

A hegemonia das produções do Norte Global prevalece nas produções de TV na América Latina desde sua chegada, na década de 1970. Para Fairclough (2001, p. 122), o poder hegemônico se constrói por meio de alianças e integrações, mais do que simplesmente um movimento de dominação de classes subalternas. O pensamento de Williams (2016, p. 52) segue na mesma linha, ao argumentar que a televisão, mais que um aparato tecnológico, constitui uma forma cultural que configura “um *éthos* que é ao mesmo tempo gerado localmente, por interesses capitalistas e autoridades internas, e organizado internacionalmente como um projeto político, pelo poder capitalista dominante”.

De acordo com Vázquez-Miraz (2020, p. 132), o governo Kirchner, em meio à polarização partidária da época, se caracterizou pela produção de um discurso de esquerda nos meios de comunicação que os transformou, mais do que nunca, em uma arena de luta e reafirmação política. Desse modo, o personagem Zamba surge como um contraponto aos conteúdos infantis de influência ou origem internacionais, descentralizando a forma como as infâncias eram retratadas em tela. Na descrição de Murolo (2013, p. 92), Zamba é um garoto que mora na província de Formosa, mais precisamente na cidade de Clorinda, a 1.300 quilômetros de Buenos Aires, e que gosta de comer chipa, um alimento característico do nordeste argentino, feito à base de polvilho. Essa caracterização rompe com o predomínio do modo de vida portenho na televisão, ao representar outras possibilidades de ser criança no país.

O anúncio de que o personagem estava sendo “arrumado”, em conjunto com a imagem exibida ao final do trailer da nova programação, pressupõe uma necessidade de “correção” nos traços de Zamba, que visivelmente ficou com o tom de pele mais claro e com o corpo mais “afilado” (comparar Figuras 1 e 2). Nas palavras do novo diretor, Zamba continua sendo uma “insígnia” para o canal, e o que está sendo feito é uma “modernização” em seu desenho para “atualizá-lo visualmente e facilitar sua animação, sem modificar sua essência”²⁹ (Zeoli, 2025). A nosso ver, tal mudança afeta não só a familiaridade que a audiência possui com o personagem, sendo ele o mais popular entre as crianças (Labi, 2024b), mas também a identidade latino-americana que seus traços carregavam, afastando o canal de sua proposta

29 Texto original: “*actualizarlo visualmente y facilitar su animación, sin modificar su esencia.*”

educativa sob um ponto de vista descentralizador e contra-hegemônico.

Dentre as novas atrações anunciadas, pelo menos cinco são provenientes do Norte Global, sem contar as animações japonesas exibidas no trailer e que não são explicitamente nomeadas. Essa novidade também desconecta o canal de seu propósito inicial, em que prevaleciam produções locais e regionais. De acordo com o diretor, o objetivo de sua administração é dar um enfoque comercial ao Paka Paka para que o canal consiga se autofinanciar por meio de publicidade. É com esse propósito que as séries da Toei Animation foram adquiridas, por exemplo (Zeoli, 2025).

A disputa entre interesses comerciais e de identidade nacional acompanhou todas as recentes mudanças governamentais na Argentina, como evidenciado na seção anterior, e suas implicações perpassam a programação infantil, que deveria levar em conta o interesse das crianças em primeiro lugar. A palavra “entretenimento” é utilizada no discurso para acrescentar valor às ações da nova gestão diante da audiência, ao mesmo tempo em que disfarça as estratégias de mercado responsáveis por definir o que é excluído ou incorporado à programação. As crianças sequer foram consultadas sobre as séries de sua preferência que deveriam ser mantidas, tampouco sobre os conteúdos que gostariam de ver incluídos na grade — um processo que poderia ter ocorrido caso seu direito à *participação* tivesse sido efetivamente considerado.

É fácil perceber que Dragon Ball é o anúncio principal da nova programação. Cenas da animação aparecem nos primeiros segundos do trailer, em ar de suspense, e retornam na metade do vídeo, como a grande novidade a ser contada. Zamba, por outro lado, é tido como algo esquecido, que aparece apenas nos segundos finais, revelando estar sendo “arrumado” para ficar mais apresentável. Devido ao forte apelo comercial da franquia Dragon Ball, que ficou famosa na década de 1990 e possui um grande número de fãs até hoje, será produzido um programa para esses “fanáticos”, que apresentará a cultura em torno da animação. Com uma quantidade volumosa de produtos licenciados, avaliamos que o programa pode incentivar a audiência ao consumo, algo que configura publicidade infantil, uma prática injusta e abusiva que ameaça o direito das crianças à *proteção*.

De acordo com Respighi (2025), a aquisição dos direitos de Dragon Ball custou 163 mil dólares mais impostos, ultrapassando o orçamento anual do canal em 2023, que foi de 120 milhões de pesos. Além do processo de compra ter sido nebuloso, em que não se sabe ao certo de qual área saiu esse orçamento, o desenho se envolveu em uma polêmica em 2021 e teve de ser retirado da grade do Cartoon Network, com base em uma denúncia dirigida à Defensoria Pública Argentina. Na ocasião, foi considerado que um

dos episódios continha uma “cena explícita de violência sexual e ausência de consentimento”.

Todavia, uma das poucas novidades que consideramos positiva, a depender do modo como for implementada, é a criação do primeiro estúdio próprio de animação do canal, responsável por uma das produções que figuram na grade. A iniciativa pode contribuir para o fortalecimento da indústria audiovisual local e ampliar a presença de produções nacionais nas telas das crianças. Ainda assim, as mudanças, de modo geral, apresentam riscos significativos, ao comprometer simultaneamente seus direitos de *provisão, proteção e participação*.

2.2 DISPUTAS IDEOLÓGICAS NA PROGRAMAÇÃO INFANTIL

No anúncio publicado no Dia das crianças, San Martín afirma: “Já somos livres, Zamba!”, ao que o garoto responde: “Iremos recomeçar, San-Ma?”. Zamba, que aqui representa as crianças argentinas, estaria livre de quê? As noções de “livre” e de “liberdade” são importantes para a compreensão acerca do cenário de disputas ideológicas que permeia a nova programação do Paka Paka. Antes, porém, é necessário considerar algumas críticas dirigidas ao personagem.

Uma das principais diz respeito a uma técnica narrativa recorrente na série, que utiliza o clichê da oposição entre “bons” e “maus” para produzir um discurso nacionalista, difundindo sentimentos patrióticos e de antipatia em relação aos “vilões”, a partir de uma perspectiva latino-americana e anticolonialista (Gomes, 2016, p. 48). Sabich (2017, p. 89-93) corrobora com esse entendimento ao observar procedimentos discursivos que tendem a ridicularizar os genocidas e vitimizar os povos perseguidos. Segundo ela, há um prejuízo nessa construção simplificada de temas complexos pois, ao retratar a figura do inimigo como um sujeito irracional e inofensivo, por meio de estereótipos, a narrativa acaba os desresponsabilizando do ato racional de extermínio e, na mesma medida, reduzindo a agência dos coletivos étnicos, que, na série, geralmente são retratados fugindo da luta.

Para Murolo (2013, p. 93), um dos pontos fortes da animação é que ela constrói uma identidade latino-americana desde as crianças, reconhecendo sua irmandade por meio da diferença e, principalmente, pela oposição ao conquistador. No entanto, Adamovsky (2011, p. 103–104) adverte que, embora a divulgação histórica no audiovisual frequentemente demande processos de simplificação discursiva — em razão dos formatos e dos públicos a que se destina —, essa simplificação não pode acarretar em abordagens “simplórias”. Ou seja, não é necessariamente incorreto fazer recortes,

porém é preciso ter cuidados a fim de evitar simplificações excessivas ou a escolha inadequada das nuances que se pretende enfatizar.

Um caso emblemático sobre essa questão foi levantado pelo estudo de Vázquez-Miraz (2020, p. 136), que investigou um episódio de Zamba sobre a Revolução Industrial. O autor identificou em sua análise a retratação de uma versão otimista e simplificada desse período histórico, produzida pelo “Capitalismo”, em contraposição a uma visão crítica e melhor formulada com base no “Marxismo”. Durante a trama, Adam Smith, representante da corrente liberal, é retratado como um empresário avaro dono dos meios de produção e que lucra com o sacrifício de seus empregados, ao passo que Karl Marx luta por condições dignas de trabalho e acaba salvando Zamba da monstruosidade das fábricas. O autor argumenta que essas dicotomias revelam a falta de neutralidade e a utilização política dos meios públicos, privilegiando os interesses partidários sobre os conteúdos pedagógicos e infantis (Vázquez-Miraz, p. 142).

Retornando à pergunta inicial desta seção, é possível deduzir que o discurso incorporado por San Martín conduz à ideia de que as crianças argentinas “agora estão livres dos conteúdos Marxistas”. E isso coincide com o fato de Zamba estar sendo “arrumado” para a nova programação, que foi constituída “sem imposição ideológica”, conforme a legenda do segundo anúncio. Mas será que essa nova programação está mesmo livre de ideologias partidárias? Para Fairclough (2001, p. 58), as relações e disputas de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição, de modo que a ideologia está imbricada nos discursos.

Um desenho que ganhou pouco destaque durante o trailer, até menos que Zamba, foi o estadunidense Tuttle Twins (Figura 4), que trata da história dos gêmeos Ethan e Emily, que viajam pelo tempo e presenciam eventos históricos junto de sua avó, de origem cubana. Com uma ideologia oposta àquela presente em Zamba, a animação tem entre seus heróis figuras admiradas por Milei, como os economistas Adam Smith, Milton Friedman e Friedrich Hayek. Em Tuttle Twins, Karl Marx é o vilão e o Marxismo é o inimigo a ser combatido.

Figura 4 – Tuttle Twins



Fonte: Divulgação.

Entre os temas abordados pela série, destacam-se: os “perigos” de crescer em uma família monoparental; o discurso contra as universidades; o enaltecimento das criptomoedas; a crítica ao socialismo, apresentado como uma doutrina que desestimula o trabalho e produz “desastres”, tendo Cuba como exemplo; a responsabilização dos governos pelos processos inflacionários, acompanhada da defesa da ausência de intervenção estatal; e, por fim, uma crítica contundente às políticas de isolamento social durante a pandemia, em que uma personagem afirma que “O governo [...] obrigou as igrejas a não se reunirem e muitas empresas a fechar”³⁰ (Niell e Yedra, 2025).

Concluimos, então, que a “liberdade” mencionada por San Martín está relacionada à bandeira ideológica do “libertarianismo”, hasteada desde o primeiro anúncio e que em breve fará parte da programação do canal. O discurso de que não haveria “imposição ideológica” contrasta fortemente com as escolhas que compuseram a nova grade, ofertando às crianças conteúdos que podem prejudicar sua formação e visão de mundo, comprometendo seu direito à *proteção*. O convite para “sonhar o FUTURO” indica que um futuro muito específico está sendo pensado para as crianças argentinas, e que ele só será possível caso os valores “corretos” sejam apresentados a elas e, os indesejáveis, retirados do caminho.

30 Texto original: “El gobierno [...] obligó a las iglesias a no reunirse y a muchas empresas a cerrar.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada investigou dois anúncios sobre a nova programação do canal infantil argentino Paka Paka, de caráter público e educativo, a fim de averiguar como suas mudanças implicam nos direitos de comunicação das crianças, sendo eles identificados como *provisão*, *proteção* e *participação*. A metodologia utilizada contou com a elaboração de uma Análise Crítica do Discurso, que buscou identificar as práticas discursivas e sociais sob a órbita de textos multimídia (legendas, imagens e vídeo) publicados nas redes sociais do referido canal.

Como resultado, constatamos prejuízos em ambos os direitos. Em relação à *provisão*, destacamos a influência exercida pelas mudanças de governo sobre a programação infantil do canal e sobre os processos de democratização dos meios de comunicação na Argentina. Dessa forma, os conteúdos oferecidos às crianças passam a considerar, em maior medida, interesses partidários ou de mercado, em detrimento de seu melhor interesse, assegurado por lei como prioridade.

Sobre a *participação*, as vozes das crianças permanecem em tela porém com pouca diversidade étnica latino-americana, algo que também foi percebido na incorporação de conteúdos internacionais na programação, priorizando interesses comerciais acima de valores educacionais e identitários. Outro aspecto relevante diz respeito à ausência de consultas acerca das mudanças a serem implementadas e das continuidades desejadas em relação aos programas favoritos do público. Em especial, o redesenho do personagem Zamba chama atenção por retirar parte de seus traços contra-hegemônicos sob uma intervenção apresentada como “correção”, que não se limita ao aspecto visual, mas se estende à forma como a memória histórica e as culturas latino-americanas são mobilizadas em sua narrativa.

A respeito da *proteção*, ressaltamos a presença de conteúdos de forte viés ideológico, na defesa de ideias capazes de limitar ou interferir na visão de mundo e no processo formativo das crianças, como o incentivo ao consumo e as críticas direcionadas ao (1) ingresso no ensino superior; (2) às medidas de saúde adotadas durante a pandemia de Covid-19; e (3) à atuação do Estado no gerenciamento da sociedade. E ainda, constatamos a preponderância de conteúdos voltados para conhecimentos de caráter técnico, o que restringe o potencial educativo do canal, bem como a simplificação de temas complexos, como o capitalismo e o marxismo — este último configurando uma atualização de um problema presente na programação anterior.

REFERÊNCIAS

- ADAMOVSKY, E. Historia, divulgación y valoración del pasado. Acerca de ciertos prejuicios académicos que condenan a la historiografía al aislamiento. *Nuevo Topo. Revista de historia y pensamiento crítico*. v. 8, p. 107-120, 2011.
- ARIËS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- ARGENTINA. *Consejo de la Comunicación Audiovisual y la Infancia*. Criterios de calidad audiovisual destinados a la Niñez y Adolescencia. Buenos Aires: CONACAI, 2013.
- ARROYO, Mónica; PASTI, André. Meios de comunicação e território: a disputa entre concentração e democratização na América Latina. *Revista Ciência Geográfica*, v. 26, n. 2, p. 730-752, 2022.
- BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Loyola, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GOMES, Gabriela. Valoraciones y prejuicios sobre La asombrosa excursión de Zamba. *Clio & Asociados*, n. 23, p. 37-50, 2016.
- GONZÁLEZ, Leonardo; NOVOMISKY, Sebastián. La televisión digital en Argentina. Cambios políticos, tecnológicos y económicos. Miradas desde una perspectiva federal. El caso del canal para niños PAKA-PAKA. *Medios, edades y cultura*, p. 71, 2012.
- JASTREBLANSKY, Maia. Paka Paka. Quiénes son los jóvenes libertarios detrás de la nueva programación de Paka Paka. *La Nación*, Buenos Aires, 29 mai. 2025. Política. Disponível em: <<https://tinyurl.com/292fakac>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- LABI. *La Góndola Infantil*. Consumo de contenidos infantiles y videojuegos em niños y niñas de 6 a 9 años. 2024a. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2pkjm3cv>>. Acesso em 20 jun. 2025.
- LABI. *La Góndola Infantil*. Estudio de consumos de medios y entretenimiento em niños y niñas de entre 6 a 9. 2024b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bmnbvcps>>. Acesso em 20 jun. 2025.
- MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: The impact of electronic media on social behavior*. Oxford University Press, 1986.
- MINISTERIO DE CULTURA ARGENTINA. Encuesta Nacional de Consumos Culturales, 2023. Disponível em <<https://tinyurl.com/yc6uhx4w>>.

Acesso em 20 jun. 2025.

- MUROLLO, Norberto Leonardo. La asombrosa excursión de Zamba. Un viaje animado por la historia en la televisión pública argentina. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, [S.l.], n. 122, p. 89-95, 2013.
- NIELL, Paz Rodríguez; YEBRA, Martín Rodríguez. Paka Paka. Así son los dibujitos libertarios: doctrina antiestado, fobia al socialismo y por qué la universidad no sirve. *La Nación*, Buenos Aires, 28 mai. 2025. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2tyet9pn>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança*, 1989. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p9fxekh>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. La mediación en juego: televisión, cultura y audiencias. *Comunicación y Sociedad*, Guadalajara, n. 10-11, p. 107-128, 1991.
- PASTI, A. Mídia, território e comunicação ascendente: Políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. *Cadernos de pesquisa*, v. 40, p. 729-750, 2010.
- QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e pesquisa*, v. 36, p. 631-644, 2010.
- REPORTEROS SIN FRONTERAS (RSF); Intervozes. *Media Ownership Monitor América Latina*. Quem controla a mídia na região? 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5fxhw2vj>>. Acesso em 20 jun. 2025.
- RESENDE, Giovana Rafaela Botti. Temáticas e tensões sociais contemporâneas na TV infantil: Estudo de casos Brasil e Argentina. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2023.
- RESPIGHI, Emanuel. Pakapaka: canal infantil argentino terá programas sobre economia liberal e 'liberdade'. *Diálogos do Sul Global*, Buenos Aires, 9 jun. 2025. Tradução de Ana Corbisier. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mwksu9e>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- RIVERO, Ezequiel. El retiro (in)voluntario de los medios públicos. *Página 12*, Buenos Aires, 27 dez. 2017. Medios y comunicación. Disponível em: <<https://tinyurl.com/9kkwxmm>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- SABICH, María Agustina. Infancias, genocidios, memorias. Representa-

ciones discursivo-pedagógicas de procesos genocidas en el programa infantil La asombrosa excursión de Zamba (Pakapaka). *Estudos em Comunicação*, n. 25, p. 79-96, 2017.

UNICEF. Situación de la niñez y adolescencia. Octava Ronda. Buenos Aires, 2024

VÁZQUEZ-MIRAZ, Pedro. Zamba y la revolución industrial. Propaganda kirchnerista para explicar la economía a los niños argentinos. *Anagramas-Rumbos y sentidos de la comunicación*, v. 19, n. 37, p. 127-146, 2020.

WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. Boitempo Editorial, 2016.

ZEOLI, Fernando. “Zamba sigue siendo una insignia”: el director de PakaPaka habla de la nueva programación, Dragon Ball y los dibujitos libertarios. *Clarín*, Buenos Aires, 24 mai. 2025. Política. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mr43bvxd>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

¿Cuándo es el Día del Niño en la Argentina este 2025? *Página 12*, Buenos Aires, 25 jun. 2025. Sociedad. Disponível em: <<https://tinyurl.com/38ty7s-zc>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Recebido em: 01/07/2025

Aceito em 17/02/2026.

MÁS QUE MONEDAS: SENTIDOS SOCIALES Y MORALES DEL DINERO DESDE LA PERSPECTIVA INFANTIL EN EL CONTEXTO DOMÉSTICO Y ESCOLAR

MAIS DO QUE MOEDAS: SIGNIFICADOS SOCIAIS E MORAIS DO DINHEIRO NA PERSPETIVA INFANTIL NO CONTEXTO DOMÉSTICO E ESCOLAR

Diana Marcela Aristizabal Garcia ¹

RESUMEN

El dinero ha sido uno de los objetos de investigación más relevantes en campos como la sociología y la antropología económica, pero ha tenido escasos acercamientos desde campo de los estudios sociales de infancia. Este artículo pretende poner en el centro de la discusión el vínculo entre dinero e infancia para entender cómo esta relación en contextos como el escolar y el doméstico se convierte en un campo de tensión y negociación constante entre niños y adultos sobre los sentidos sociales y morales que adquiere el dinero en la vida infantil. A partir de la descripción etnográfica y las experiencias particulares de un grupo de niños de clase media bogotana se presentarán algunas de las interpretaciones y valoraciones que se tienen sobre el dinero cuando hace parte de las relaciones escolares, comerciales, de amistad y parentales. El artículo espera abrir nuevas preguntas para los estudios sociales de infancia sobre el rol del dinero en las vidas infantiles en diferentes contextos sociales y económicos.

Palabras-clave: Infancia; Dinero; Etnografía; Escuela; Familia.

RESUMO

O dinheiro tem sido um dos temas de investigação mais relevantes em áreas como a sociologia e a antropologia econômica, mas tem sido pouco abordado no campo dos estudos sociais da infância. Este artigo pretende colocar no centro da discussão a ligação entre dinheiro e infância, para compreender como esta relação, em contextos como o escolar e o doméstico, se torna um campo de tensão e negociação constante entre crianças e adultos sobre os significados sociais e morais que o dinheiro adquire na vida infantil. A partir da descrição etnográfica e das experiências particulares de um grupo de crianças da classe média de Bogotá, serão apresentadas algumas das interpretações e avaliações que se fazem do dinheiro quando este faz parte das relações escolares, comerciais, de amizade e parentais. O artigo pretende suscitar novas ques-

¹ Doutora em Antropologia Social e Mestra em Estudos Culturais pela Universidad de los Andes (Colômbia). Historiadora e jornalista pela Universidad del Rosario. É docente de graduação e pós-graduação, vinculada à Universidad de los Andes e à Universidad de San Buenaventura (Cali). Pesquisadora da Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina. Possui experiência em pesquisa histórica e etnográfica sobre infâncias, educação e cultura material.

tões para os estudos sociais sobre a infância, no que diz respeito ao papel do dinheiro na vida das crianças em diferentes contextos sociais e económicos.

Palavras-chave: Infância; Dinheiro; Etnografia; Escola; Família.

INTRODUCCIÓN

El dinero suele tener múltiples lecturas y significados sociales. La antropología y la sociología económica (Mauss, 1914; Bohannan 1959; Godelier 1996) han discutido ampliamente sobre el lugar que ocupa el dinero en diferentes tipos de relaciones: mercantiles, religiosas, políticas, culturales y familiares. Lejos de ser solo una herramienta del mercado económico moderno, con funciones exclusivas de intercambio y transferencia, el dinero es una expresión tanto material, como simbólica de cómo se construyen las identidades y se configuran las relaciones entre los sujetos sociales. Comprendido como “un hecho social total” (Mauss 1914, 14 -19) el dinero está más vinculado a relaciones sociales, que, a las azarosas preferencias individuales, por ello, no está libre de limitaciones y valoraciones sociales y morales.

La gran mayoría de las investigaciones que han propuesto una interpretación menos instrumental y más experiencial de los usos y significados sociales del dinero (Bloch y Parry, 1989; Kalliala M. 1999; Hart, 2000; Guyer, 2004; Karpik, 2010; Zelizer 2011; Wilkis 2015, 2018) se han enfocado en comprenderlo desde la visión de hombres y mujeres adultos. Poco se ha estudiado, - con algunas excepciones - (Johansson, 2010; Zelizer 2002; Ruckenstein, 2010, Sosenski 2014; Ridge 2017)- cómo las niñas y los niños en sus contextos domésticos y escolares dan sentido al dinero y de qué forma los adultos que les rodean (padres, maestros, comerciantes) valoran e interpretan el vínculo entre infancia y el mundo monetario. En concordancia con el planteamiento de la socióloga argentina Viviana Zelizer (2011), quien afirma que las personas hacen toda clase de esfuerzos para arraigar el dinero en determinados tiempos, lugares, relaciones y asociarlo a sujetos sociales determinados, este artículo plantea que cuando se trata de los niños y las niñas el dinero adquiere unos sentidos particulares, cargados de una serie de “categorías morales” (Lave 1988), que refuerzan jerarquías generacionales; produce discursos sobre los roles y las capacidades de los niños, las relaciones y vínculos infantiles y el lugar de la escuela y la familia como escenarios de crianza y educación. Sobre estos aspectos versarán las reflexiones planteadas.

Este artículo es producto de una investigación doctoral (2015 - 2020) ya finalizada (Aristizabal, 2020) que buscó comprender desde una perspectiva etnográfica las relaciones de interdependencia entre niños y adultos de clase media bogotana a partir de prácticas de consumo diversas en escenarios como el doméstico, el escolar y el comercial. Los datos etnográficos que

se analizan fueron producto de tres años y medio de trabajo de campo (julio 2015 - noviembre de 2018), en un colegio privado de la capital colombiana, talleres etnográficos con 13 niñas y 8 niños (21) y visitas a sus hogares. La recolección de datos se llevó a cabo a través de la observación y el registro de diarios de campo, entrevistas semiestructuradas, talleres etnográficos en los que se desarrollaban diferentes actividades como grupos focales, conversaciones a partir de imágenes, fotos, videos; escritura de cartas; simulación de compras con dinero didáctico, entre otras. El grupo base fueron en total trece niñas y once niños entre los nueve y once años² que hacían parte de la misma institución educativa en la que se realizó el trabajo de campo. El siguiente artículo se dividirá en tres apartados que mostrarán las diversas comprensiones que tienen niños y los adultos sobre el dinero en el contexto escolar y doméstico y cómo estas comprensiones proponen, a la vez, visiones concretas sobre la infancia y las relaciones entre adultos y niños.

1 COMPRAR EN LA ESCUELA: EL DINERO DE LOS NIÑOS ES “SOSPECHOSO”

Durante el año 2018 acompañé a varios niños y niñas de primaria del colegio privado en el que realicé el trabajo de campo, en sus horas de recreo escolar. Una o dos veces por semana, durante diez meses, observé cómo eran las dinámicas de los recreos en los espacios más frecuentados por los niños en estos horarios: el parque infantil, los corredores y los pasillos que conectaban a los salones con el auditorio central, las canchas deportivas, la cafetería y la papelería escolar. En particular, estos dos últimos espacios, presentaban unas dinámicas diferenciales con respecto al resto. Eran lugares de comercio en el que los niños-estudiantes eran, a la vez, clientes. El sociólogo británico David Buckingham afirma que “los colegios son un área cada vez más importante para el encuentro de los niños con la cultura de consumo” (Buckingham 2011, 204). En estos escenarios también se educa para el consumo, pues muchos niños y niñas comienzan a adquirir y a desplegar toda una serie de aprendizajes comerciales y económicos, y a proponer sus propias prácticas.

2 Todos los protocolos para la investigación con población infantil fueron verificados y aprobados por el Comité Ético de la Universidad de los Andes. Tanto a niños, como a padres y a los directivos escolares de la institución se les socializó el proyecto y de manera voluntaria firmaron los formatos de consentimiento y asentimiento informado. En el formato se hizo explícito que tanto niños, como adultos podían decidir si en algún momento deseaban desistir de su participación. También, se dio claridad sobre los usos académicos de la información recolectada y que en ningún momento se revelarían los nombres de los participantes. Por ello, en el presente artículo se cambiaron todos los nombres de niños y adultos por respeto a sus identidades.

En una de las jornadas de observación, vi a los niños y niñas de primaria salir corriendo de sus salones y dirigirse con prisa a la cafetería escolar. Aunque la gran mayoría de niños de primaria llevaban sus propias loncheras, varios de ellos me explicaron que a veces sus padres llegaban demasiado tarde del trabajo para comprar o prepararles las onces. Por ello, muchos llevaban dinero para comprar en la cafetería escolar. Entre los niños que llegaron a la fila de la cafetería escolar estaba Matías (7 años)³. Tenía en su mano un billete de dos mil pesos. ¿Qué vas a comprar?, le pregunté. “Unos masmelos”, me dijo. ¿Y cuánto te cuestan? “No me acuerdo. Ayer compré unos, pero no sé cuánto”. Con su pequeña estatura, Matías no alcanzaba a ver de cerca a la vendedora, por lo que tomó distancia del mostrador para poderlo hacer. Luego de esperar, Matías extendió el billete en el parador. No tenía mucha seguridad de lo que compraría, pero señaló los masmelos que se encontraban en la vitrina. La mujer, le dijo: “tantos dulces no te puedo vender. ¡Pilas con el dulce!” Pese a la advertencia, al final le vendió una cajita de caramelos que costó \$1.600 pesos y no los masmelos que Matías deseaba comprar. El niño aceptó los dulces y salió a encontrarse con sus amigos. Lo acompañé en el recorrido y conversamos sobre su experiencia de compra. ¿Todos los días te dan dinero?, indagué. “Solo algunos. \$2.000 casi a diario, \$1.000 casi no”. ¿Y qué haces con este dinero? “Algunas veces no me compro para guardar, porque algunas veces mi abuela cuando me recoge no tiene plata y yo guardo”, me explicó el niño. También me dijo que le gustaba gastarles a sus amigos y si le sobraba compraba gelatinas de limón y naranja en una tienda cerca a su casa y para eso también “guardaba”, es decir, ahorra.

Al finalizar la compra, llegó Samuel (7 años), uno de los amigos de Matías. El niño observó la caja de dulces que acababa de comprar su amigo. Matías le enseñó su reciente adquisición y buscó su aprobación. “¿Te gusta?”, le preguntó Matías. “Sí, pero en los trululus no tanto. En los trululus roban. Una vez pasé un billete de trululus y no me dieron las vueltas”, le respondió Samuel. El niño me contó que esa vez esperó por “dos horas” y que luego de esperar le preguntó a la señora: “¿Y mis vueltas? Y ella dijo: “es que no te sobra”. - ¿Y uno como sabe que le sobra?, le pregunté. “Pues diciendo, ¿me sobra o no me sobra?, me explicó Samuel, pero Matías le refutó e intentó explicarnos: “a veces a uno no le sobra. Si vas a comprar algo de \$2.000 y tienes más de \$2.000, entonces te sobra, porque es más”. Samuel, a diferencia de Matías, pensaba que el hecho de que no le hubieran dado vueltas se debía a la compra de un producto específico, en este caso, unas gomas

3 Matías, que tenía 7 años durante las observaciones en 2018, tenía 9 años cuando realicé las visitas domiciliarias.

marca “trululus”, y no con la acción de la vendedora. Por ello, le advertía a su amigo que comprara cualquier tipo de dulces, menos trululus, porque “posiblemente lo robarían”. En ese momento, llegaron Salomé e Isabella (7 años), dos amigas de los niños. Me contaron que, a ellas, a diferencia de Matías, no las dejaban llevar dinero, “porque eran pequeñas”. A veces les daban algunas monedas, pero no billetes. - ¿Y por qué será que los papás no las dejan traer dinero?, indagué. - “Porque somos pequeños”, respondieron las niñas. ¿Y los pequeños no saben manejar bien el dinero?, le pregunté al grupo de niños. “Yo sí sé”, dijo Matías. En ese instante sacó varias monedas de su bolsillo, las dejó sobre la palma de su mano y luego, comenzó a contarlas una a una. Su acción buscaba probarles a sus compañeros y a mí, que sí sabía contar y diferenciar el valor de las monedas, a pesar de ser un “niño pequeño”.

Esta escena etnográfica fue solo una de muchas otras que a diario me encontré durante el 2018 cuando observé lo que ocurría en el recreo escolar, en las que salieron a relucir diferentes tipos de conocimientos económicos y comerciales que los niños adquirían, ponían en práctica o compartían con sus pares, en sus primeros intentos por interpretar el rol de clientes - consumidores con el manejo del dinero. Por ejemplo, Matías ya seguía los pasos necesarios para llevar a cabo una compra escolar: hacer fila, esperar a ser atendido, elegir un producto, intercambiarlo por el dinero que llevaba y reconocer su valor para saber si le sobraba o no. Además, lo administraba entre diferentes tipos de gastos: sus dulces, gastarles a sus amigos, “guardar” para comprar gelatinas en las tiendas de su barrio y para el transporte de regreso a casa con su abuela. A pesar de que los cuatro niños tenían la misma edad, Matías demostró tener un conocimiento mayor en el manejo del dinero, pues tenía una experiencia previa en su uso. Esto le permitía explicarles a sus compañeros cuándo sobraba o no, podía demostrarles que sabía contarlos, que podía distribuirlos entre varios objetivos económicos y, además, cuestionar la idea de que por “ser pequeños” no sabían administrarlo. Todo lo contrario, con su desempeño demostró que no era un asunto de edad, sino de práctica.

Desde perspectivas teóricas como la socialización del consumo y la psicología del consumidor se valora a los niños menos como consumidores del presente y más como futuros consumidores adultos. “A los niños se les ve típicamente como ausentes de conocimiento y racionalidad que los adultos asumen que poseen y, por tanto, aparecen más vulnerables” (Buckingham 2011, 36). Matías, como muchos de sus pares, ponían en cuestión estas ideas. Al ser un niño que a diario interactuaba con el dinero y que debía asumir el rol como cliente en el comercio escolar, se había entrenado y adquirido conocimientos económicos específicos, como la toma de decisiones en su

presente con respecto a su presupuesto, pero también la orientación hacia el futuro a través de prácticas económicas como el ahorro o “guardar dinero”.

En todo este proceso los niños empiezan a comprender que su relación con el dinero tiene unas particularidades y que muchas veces su presencia produce reacciones y actitudes ambiguas por parte de los adultos comerciantes: algunas paternales y pedagógicas, otras más autoritarias y ventajosas, otras de indiferencia y subestimación. A la vez, los niños desarrollan comportamientos de suspicacia y desconfianza frente al conjunto de acciones comerciales a veces desiguales y desequilibradas a las que se ven confrontados.

En los espacios comerciales no solo se ponen en juego asuntos de carácter material, también y de manera importante, adultos y niños reconocen y hacen inteligibles ciertos significados culturales, roles sociales y formas de relación a través de las prácticas de consumo y el manejo del dinero. Como ampliamente lo ha sugerido la antropología económica, el consumo como proceso cultural va más allá del carácter materialista e instrumentalista que por mucho tiempo le otorgó la economía clásica. Es un complejo sistema de comunicación y de control de información que tiene la “capacidad de dar sentido” (Douglas e Isherwood 1979, 77) y poner de presente disputas culturales, redefinición de significados, de jerarquías sociales e identidades (Douglas e Isherwood 1979, 72).

En los recorridos que realicé, encontré diferentes experiencias que evidenciaron cómo la relación de los niños y niñas con el dinero es un escenario en el constantemente se negocian y resignifican categorías y roles sociales y también se hacen juicios sobre determinados tipos de comportamiento y prácticas económicas. Una mañana me encontré con Isabella (7 años). Se acercó y me saludó por mi nombre. Ya nos habíamos visto y hablado en otras ocasiones. Le pregunté hacia dónde se dirigía y me explicó que se le había quedado la lonchera en su casa, entonces iba a pedir “fiado” en la cafetería escolar. Me sorprendí ante la seguridad de la niña y le pregunté cómo era pedir “fiado”:

Isabella: yo le digo que le pago el miércoles. Entonces le llevo la plata el miércoles. Es como si fuera un encargo. **Investigadora:** ¿y compras mucho allá? **Isabella:** casi no, voy más a la papelería. Compró borradores porque son de muñequitos. Cuando no me alcanza voy a la cafetería y me compro un dulce chiquito y ya. **Investigadora:** ¿y tus papás te dan dinero? **Isabella:** no porque acá si uno trae mucho dinero lo regañan los profesores porque creen que uno les roba a los papás. **Investigadora:** ¿y tú qué crees de lo que piensan los

profes? **Isabella:** pues yo no sé, una niña del año pasado llevó \$800 pesos, creo o \$8.000 pesos y eso era muchisiiiiima plata y la regañaron porque le cogió la plata del bolso de la mamá. **(Conversación con Isabella, Diario de campo No. 5/ Bogotá, 23 de abril de 2018).**

Como Isabella, muchos niños del colegio me contaron las diferentes reacciones de sospecha que recibían a diario por cuenta de tres asuntos: llevar dinero al colegio, comprar por fuera de los tiempos de recreo y llevar billetes con valores superiores a los \$5.000 o \$10.000. Según varios niños entrevistados, el dinero que podían llevar sin ser juzgados eran las monedas o los billetes de no más de \$1.000 o \$2.000. En este mismo sentido, Ana (8 años), de tercer grado, también señalaba que “en la papelería siempre piden autorización cuando estamos en clase, entonces necesitan la autorización del profesor porque o si no dicen que uno está capando clase”. Los niños comienzan a reconocer que su relación con el dinero y la posibilidad de compra puede generar todo tipo de preguntas en los adultos. Mientras que en el espacio escolar nadie les pregunta a los maestros, administrativos o padres qué van a comprar, cuánto dinero traen, por qué traen billetes o quién les dio el dinero, pues se asume que es “normal” que los adultos tengan dinero y quieran usarlo, cuando se trata de los niños, sobre todo, de los más pequeños, estos interrogatorios suelen ser muy comunes. Las reacciones de los adultos frente a los usos del dinero por parte de los niños en el contexto escolar son una expresión de adultismo centrismo, entendido como el “sistema que considera la perspectiva adulta como el criterio exclusivo y prioritario para la visión del mundo, especialmente para calificar y valorar las conductas y percepciones de niñas, niños y adolescentes” (González - Contró 2024, 24). Las valoraciones, sospechas y cuestionamientos a los niños cuando utilizan dinero son mecanismos para ubicarlos en lugar de subordinación al definirlos como seres deficitarios de razón, madurez, responsabilidad y seriedad en este caso como sujetos económicos.

Los mismos niños reconocían que a medida que iban creciendo y avanzando en el nivel de escolaridad (de séptimo grado en adelante), estas preguntas se hacían menos recurrentes. Además, los comerciantes de la cafetería y la papelería escolar ya no les pedían “autorizaciones” de los maestros para poderles vender por fuera de la clase, ni tampoco les exigían que los padres enviaran notas en los cuadernos justificando por qué les daban dinero a sus hijos. La conexión era clara para los niños: a menor edad y menor grado escolar más preguntas y más regulaciones se establecían para ellos en relación al uso del dinero. Los niños aprenden a reconocer esta lógica. Por ello, Isabella y Ana lo pudieron expresar verbalmente y conectar

fácilmente con el hecho de ser niñas. Sabían que, llevar dinero al colegio les supondría miradas de sospecha, preguntas recurrentes, y otras prácticas comunes como retenerles el dinero o llevarlas a dar explicaciones ante su maestra o la coordinación de infantiles. Todo esto les indicaba que la relación entre ellas y el dinero, no solo era incómoda a los ojos de los adultos, sino que era constantemente supervisada, por considerarla sospechosa. Las personas diferencian constantemente entre “los buenos” y “los malos usos” del dinero, dependiendo si está circulando o no en el contexto de un espacio, tiempo o relación social equivocada o si está en manos de un sujeto considerado no suficientemente ‘apto’, ‘responsable’, ‘moral’ o ‘racional’ para usarlo.

Las niñas indicaban que los adultos (maestros, comerciantes, administrativos, directivos) constantemente estaban haciendo valoraciones y tratando de controlar los usos y la circulación del dinero en el colegio: evaluaban los sujetos que pueden llevarlo y usarlo, los espacios en los que debe o no circular, los tiempos en los que puede o no usarse, la cantidad admitida de acuerdo a la edad o el grado escolar e incluso, muchas veces, se discutía qué debían hacer los niños con este dinero. Entrevisté a la Coordinadora de Infantiles del colegio, la encargada de recibir los casos de los niños que son reportados por los maestros por “asuntos de dinero”:

Especialmente se pregunta cuando los de preescolar y primaria traen billetes de \$50.000 en la cafetería y dicen: véndamelos en dulces. Entonces las señoras de la cafetería nos colaboran muchísimo en ese sentido y les preguntan a los niños si traen onces, quién les dio ese billete. Por lo general, cuando los niños traen dinero con valores muy altos, lo que hacemos es hablar con las familias y verificar. Se les manda una nota diciéndoles que el niño trajo un billete de \$50.000 y se habla con el niño. Se lleva al niño al psicólogo del colegio para hablar de eso, sobre esos comportamientos de tener o de gastar o cuando solo quiere ganar amigos a través de eso. **(Entrevista Coordinadora de Infantiles, Bogotá, octubre de 2018).**

Como lo argumentaba esta funcionaria escolar cuando un niño llevaba dinero, sobre todo grandes sumas, todos los adultos (maestros, empleados de la cafetería, psicóloga y directivos) reaccionaban y estaban coordinados para actuar, verificar qué ocurría, se comunicaban con los padres y comenzaban un proceso en el área de psicología. A todas luces era una alerta, pues se constituía en una situación ‘riesgosa’ que, para este grupo de adultos, se salía de lo “normal” y de lo “deseable”.

Cuando se presenta un caso así, lo que menos se preguntaban los

adultos a cargo era si los niños sabían o no reconocer el valor económico o instrumental del dinero, cómo lo usaban o qué compraban con este. Más que una discusión de corte económico, se convertía en una de tipo moral. La Coordinadora hacía énfasis en dos aspectos: cuál era el origen del dinero y qué quería demostrar el niño cuando lo llevaba al colegio. Sobre el primer punto se quería identificar si el dinero era propio, si los padres se lo daban o si el niño lo tomó sin permiso, es decir, verificar la buena procedencia del dinero. De cierta manera, el hecho de llamar a los padres, para “hacer la reflexión”, como decía la Coordinadora, se constituía, por un lado, en una forma de “verificar” lo que decían los niños, pues de entrada había cierto manto de duda sobre lo que ellos explicaban y también, se convertía en un momento para acordar entre la escuela y la familia ciertas prácticas de crianza con relación al dinero.

El segundo punto hacía referencia a los objetivos de compra del niño. La coordinadora señalaba con preocupación el hecho de que los niños quisieran “ganar amigos a través del dinero”. Esto no era leído como un acto de generosidad o como una forma de establecer vínculos sociales, sino que se juzgaba como un hecho pecuniario y de emulación, es decir, se asociaba a que el móvil de los niños para tener dinero en el colegio, era sobre todo tener una “distinción valorativa” (Veblen 1899, 29), frente a sus pares. No se pensaba que el uso del dinero para los niños, igual que lo es para los adultos, funcionara como una forma de establecer, moldear y motivar la creación de redes y vínculos sociales.

Este era el caso de Danna y Sofia (10 años) de quinto grado escolar. En uno de los recreos, las encontré jugando con unos stickers de muñecas, que compraron en la papelería escolar. Jugaban a cambiarles la ropa, el peinado y el tono de cabello. Me contaron que “por fin habían logrado comprarlas”. ¿Cómo es eso?, les pregunté. “Es que nosotras fuimos ahorrando para poder comprarlas. Estuvimos como un mes ahorrando. ¡Para un adulto \$10.000 les parece poquito, para un niño eso es ser rico!”, afirmaba Danna. Para las niñas, los stickers se convirtieron en un proyecto de compra en conjunto. Ahorraron de las monedas que de vez en cuando les dieron sus padres, de lo que les trajo el ratón Pérez por la caída de sus dientes y también de la “plata que se encontraban en el suelo”. Al final, el dinero se convirtió en un medio para lograr un objetivo de compra y poderlo compartir en el recreo escolar. Como lo sugirió la antropóloga finlandesa Minna Ruckeintein (2010) “la comprensión del dinero que tienen los niños es particular, pero su lógica de usar el dinero para fines sociales es similar a la de los adultos. Los niños son igualmente capaces de utilizar dinero en sus esfuerzos a largo plazo para reproducir sus relaciones sociales” (Ruckeinstein 2010, 393).

En el testimonio de la coordinadora del colegio salieron a relucir diferentes valoraciones y categorías morales sobre los niños, la infancia y las relaciones entre adultos y niños. Sus comentarios plantean de fondo que los niños son seres vulnerables e inocentes ante los efectos erosionadores de dinero. Por ello, su uso y manejo debe ser constantemente orientado y regulado por los adultos. Muy de la mano con la perspectiva de la socialización y la psicología del consumo, se piensa que solo en la medida en que los niños crecen y tienen más edad, pueden tener un mejor desempeño con el dinero. Aunque niños como Matías, Daniel, Ana, Isabella, Danna, Sofia y muchos otros, demuestren que tienen sus propias formas de dar significado, usar y administrar el dinero, constantemente se enfrentan a la desconfianza y los límites de los adultos en el contexto escolar.

Los niños empiezan a entender cuáles son las valoraciones de los adultos sobre los usos del dinero y cómo sortear algunas de las regulaciones, producto de tales apreciaciones. Pero, además, entre ellos se enseñan tácticas para obtener el dinero, manejarlo, diferenciarlo y gastarlo, es decir, estructuran sus propias formas de relacionarse con este. Cuando el dinero se convierte en el centro de la discusión, los niños se enfrentan a las ideas de los adultos sobre lo que es deseable hacer con el dinero, a quién le está permitido o no llevarlo, usarlo y en qué circunstancias. Si bien las compras en la papelería y la cafetería escolar puedan parecer intercambios rutinarios y convencionales, se convierten en un escenario de tensión entre niños y adultos por cuenta de los significados que tiene el dinero para ellos. Por ejemplo, durante el 2017, en uno de los encuentros etnográficos Karen (10 años), una de las participantes, expresaba a sus compañeros lo difícil que era para ella llevar dinero al colegio y hacer compras en la cafetería escolar. La niña nos contaba todos los retos a los que debía enfrentarse y las muestras de sospecha que recaían sobre ella cuando se quería desempeñar como consumidora - cliente y usar su propio dinero:

Es la imagen de que los niños solamente compran dulces y no compran nada más. Entonces como que a ellos les fastidia, entonces como que les interesa que vayan personas como más grandes a comprar más cosas y les den más plata. Pero si un niño va a comprar más cosas como un adulto también lo miran raro y dicen... ¿este niño qué piensa? Ellos piensan que uno solo debería estar comprando dulces. Entonces si uno compra dulces también le ponen problema. Por ejemplo, en la cafetería ellas miran y dicen uyyy todo eso es tuyo y empiezan a preguntarle a uno cuándo te lo dieron y empiezan... qué te vas a comprar con eso y con ganas de que uno le compre hartito. Una vez, también llevé un billete

de \$20.000 y ellos me lo revisaron como unas 20 veces para ver si era de verdad. **(Testimonio Karen (10 años). Encuentro etnográfico Grupo A, Bogotá, agosto 2017).**

En su relato, Karen mostraba cómo una actividad comercial aparentemente sencilla y cotidiana se convertía en un momento de tensión con los adultos comerciantes. Ella aprendió a identificar e interiorizar que las reacciones y preguntas que le hacían los adultos comerciantes tenían en el fondo varias suposiciones implícitas sobre lo que “son los niños”, “lo que compran los niños” y cuál es “el dinero de los niños vs. el dinero de los adultos”. La niña era capaz de hacer explícitos estos supuestos adultos cuando mencionaba que los comerciantes pensaban que “los niños solo compran dulces”, “si un niño compra más cosas que dulces es una situación extraña”, “si el niño desea comprar dulces debe regularse porque no es una compra adecuada” y “los niños tienen menos dinero que los adultos”. Parte de su proceso aprendizaje ha consistido en identificar las ideas que tienen los comerciantes de la cafetería sobre los niños como clientes y su relación con el dinero. Esto le ayudaba también a entender la manera de sortear los comentarios y los intereses implícitos de los comerciantes.

Para Karen, los comerciantes de la cafetería escolar constantemente le recordaban, a partir de sus comentarios y preguntas, su lugar social como niña y, por tanto, de qué manera debía comportarse y actuar en un lugar de comercio. Así, niños y adultos están redefiniendo, cuestionando o a veces ratificando los roles y lugares sociales, de los otros y de sí mismos, a partir de elementos como el dinero.

2 INTENCIONES PEDAGÓGICAS Y DIDÁCTICAS PARA APRENDER EL USO DEL DINERO

Este colegio proponía materializar lo que en su currículo escolar denominó como “la vivencia de la cultura emprendedora” a partir de dos jornadas semestrales de emprendimiento con una duración de cuatro horas para cada grado escolar. Asistí a cuatro jornadas que se realizaron en el mes de agosto de 2018 con los grados tercero y cuarto de primaria. Los temas abordados en estas sesiones fueron el dinero - el ahorro (grado tercero) y los tipos de empresa (grado cuarto).

A los niños del grado tercero el profesor de emprendimiento les pidió realizar manualmente sus propios billetes y monedas, crear una institución bancaria con nombre propio y jugar al intercambio de billetes de papel con sus compañeros. Durante la jornada, los niños atendieron al pie de la letra las instrucciones del profesor y elaboraron propuestas creativas

de instituciones bancarias como “El Banco de los Niños”, “Banco Aventura” y “El Banco de los cuatro increíbles”. También hicieron ingeniosos billetes de papel de colores, con logos, marcas de agua para evitar la falsificación y asignaron sus propios valores monetarios.

Luego de crear los billetes, el profesor proyectó un video con dibujos animados, que explicaba qué era el dinero, su historia, las formas tradicionales de intercambio económico y la función de los bancos. Al finalizar, preguntó a los niños: “entonces, ¿qué es el dinero?” El profesor esperaba que los niños repitieran, de algún modo, los contenidos recién explicados en el video. Sin embargo, estos comenzaron a dar respuestas que sugirieron una comprensión más compleja del dinero y que superaron por mucho la función de intercambio económico propuesta por el documental animado. Los niños y niñas hablaron de que el dinero “da valor a las cosas”, “es un papel raro que tiene precio para comprar cosas”, “lo conseguimos con esfuerzo, aunque otros lo hagan robando”, “el dinero es poder, hace ganar el mundo porque sin el dinero técnicamente se acabaría el mundo”, “es un vicio porque hay gente que no le importa nada, solo el dinero”, “es una cadena porque pasa de persona a persona”, “es algo muy difícil de conseguir porque a uno le toca trabajar mucho”, “si no existiera el dinero nosotros nos inventaríamos otras cosas para intercambiar”, entre otras definiciones. El profesor sonrió, escribió en el tablero y escuchó sorprendido las múltiples asociaciones que los niños hicieron sobre el dinero. Era evidente que no esperaba que estas definiciones tuvieran tantos componentes: morales, relacionales, económicos y sociales. Mientras que él y el video se limitaron a hablar del dinero en su sentido económico, los niños pudieron presentar muchos otros componentes que sorprendieron a su instructor.

Al final de la sesión con este grupo, observé cómo los niños guardaron cuidadosamente los billetes manuales en sus billeteras, loncheras y maletas, excepto un grupo. Una niña y un niño comenzaron a discutir, pues no había suficientes billetes para todos los integrantes y debían decidir quiénes “merecían” llevarse los billetes a la casa. “¿Quién se queda con los billetes?”, le preguntó el niño al profesor. “Cada uno debe tener un billetico”, éste le respondió. “¡Ella se quedó con más dinero!”, reclamó el niño, mientras señaló a una de las participantes del grupo, pero el profesor solo se rio, me hizo un guiño con orgullo y me dijo: “¿si ves? Se lo toman muy en serio”. Este guiño puso en evidencia la confianza pedagógica en su clase y en el taller implementado. Al no encontrar apoyo en el profesor, el niño hizo un segundo intento de pedirle un billete a su compañera. Entonces ella le preguntó: ¿tú hiciste billetes?”. “No, porque estaba coloreando el banco”, le respondió el niño. “Pero si yo hice mi propio dinero, lo dibujé”, le argumentó la niña. Al final, el niño se rindió y no insistió más.

Pero, ¿cuál era el sentido de esta discusión?, pensé. Al preguntarles a los niños, comencé a comprender que para ellos era claro que este era dinero de papel, que no tenía un valor comercial y sabían diferenciarlo de los billetes ‘reales’. Esto no significaba que sus billetes didácticos carecieran de valor. Eran, al final de cuentas, producto de su trabajo manual durante dos horas escolares, de discusiones y acuerdos con sus compañeros de grupo sobre los colores, el diseño, el nombre, el logo, así como de múltiples intentos y esfuerzos estéticos de imitar billetes reales.

Desde una perspectiva marxista, lo que se estaba poniendo en juego no era “el valor de cambio” del dinero didáctico, sino “el valor de uso”, esto es, la valoración que estaban haciendo los niños de las cualidades concretas y particulares que representaba el dinero didáctico en sí mismo. Para los niños este dinero tenía un valor de uso, pues como cualquier otra mercancía revelaba “el carácter social de los trabajos privados y, por tanto, de las relaciones sociales” (Marx 1867, 50). El conflicto entre los dos niños por decidir quién “merecía” llevar el dinero a casa, me mostró que para ellos el valor de este dinero didáctico se definía en términos del trabajo colaborativo invertido en la elaboración de este: tiempo, creatividad, trabajo manual en grupo. Mientras que para el profesor probablemente el hacer billetes solo se constituyó en una actividad manual y lúdica de la clase de emprendimiento, los niños le otorgaron al dinero didáctico un conjunto complejo de significados sociales. Sus billetes de papel eran significativos “en el contexto de los objetivos sociales y las orientaciones que tenían” (Ruckeintein 2010, 384), en este caso, por lo que representaba su tarea de hacerlos con su grupo de compañeros y luego, poderlos llevar a casa como muestra de su trabajo escolar.

Al igual que lo hicieron con sus respuestas sobre lo que era el dinero, con esta discusión los niños demostraron que el dinero, incluyendo el que ellos mismos producían, estaba lejos de ser un objeto impersonal, abstracto e instrumental de intercambio económico o medio de pago, sino que para ellos sus billetes tenían un sentido “experiencial y sensible a sus usos y circulaciones” (Wilkis 2015, 558), en este caso, en el aula de clase y luego, en el hogar. Varios me expresaron que deseaban seguir jugando en casa con ellos, compartirlos con sus hermanos y mostrarlos a sus padres como muestra de su ingenio. En el contexto del aula de clase, el dinero didáctico estaba “poniendo a prueba” (Boltanski y Thevenot 1991) las relaciones entre los niños, las posibilidades de negociación con sus pares, su capacidad para argumentar sobre las razones de ser merecedores de este dinero y de distribuir los reconocimientos sobre el trabajo que cada uno llevó a cabo en el taller.

Una segunda escena interesante ocurrió en la clase de emprendimiento de uno de los grados cuarto. Esta vez el tema fue los tipos de empre-

sas y su importancia social. El profesor explicó en el tablero y les propuso a los niños realizar un cartel con imágenes que representaran los tipos de empresa (grandes, medianas, pequeñas, de servicio, de producto) y luego debían exponerlas ante sus compañeros de clase. Los niños y niñas se dispusieron a cortar, pegar y colorear. Mientras ellos realizaban sus carteles, me acerqué a escuchar las conversaciones que se desprendieron de la realización del taller. Algunos niños comenzaron a hablar sobre los negocios de sus familias, sobre los retos que esto les implicaba, algunos en cambio sostuvieron que sus padres y familiares eran empleados y que ellos también querían serlo, otros imaginaban la posibilidad de tener negocios en el futuro y algunos mencionaron cuáles eran sus contribuciones a los negocios familiares.

Un grupo de tres niñas comenzó a tener una conversación sobre este último aspecto. Una de ellas mencionó que “vendía manillas” en el almacén de su tía, otra contó que su madre le compraba también para vender en el colegio y otra me narró su experiencia estampando camisetas y gorras en el almacén con sus tíos. Me emocioné mucho con la conversación y les pregunté si, como ellas, había otros niños que en el colegio tuvieran ese tipo de iniciativas productivas. En ese momento las niñas cambiaron de postura, me miraron con desconfianza y se mostraron amenazadas con mi pregunta. Luego, se miraron entre ellas y se quedaron calladas. Noté la reacción de las niñas y decidí aclararles que no era maestra y no las juzgaría por lo que hacían. Al principio, me miraron con desconfianza, pero luego una de ellas decidió responder: “no, es prohibido en el colegio”. ¿Y ustedes qué piensan de esto?, les pregunté. “Sí, es justo porque los niños vienen acá es a estudiar y a aprender y no ponerse a vender porque a nosotros nos están pagando un estudio. Podríamos necesitar la plata sí, para ayudar a nuestros papás, pero de todas maneras hay otras formas de conseguir el dinero”, sugirió una de ellas. Otra de las niñas respondió: “yo no pienso que sea justo porque los niños que necesitan el dinero y que los papás no les dan, ellos buscan su manera”. “¿Y si no tienen permiso para vender, entonces?”, indagué. La reacción de las niñas ante mi pregunta y la posterior discusión sobre si era o no “justo” que el colegio prohibiera que los niños vendieran y pudieran obtener dinero en el contexto escolar contrastaba con las intenciones pedagógicas y didácticas de la cátedra de emprendimiento institucional.

Estas dos escenas, como muchas otras que encontré en este colegio, pusieron de manifiesto las paradojas en las que se encontraban los maestros y sus directivos por mantener en el plano de la teoría los conocimientos económicos que los niños aprendían. En el fondo, se evidenció el encuentro tenso de un conjunto de ideas sobre la infancia, el papel de la escuela, los conocimientos que debían llevar o no a la práctica los niños en el contexto

escolar y de qué cuestiones se les debía proteger y distanciar. Resultaba paradójico que estos niños estuvieran aprendiendo los significados del dinero y la importancia de las empresas y que al tiempo ellos, al igual que sus pares de los demás grados escolares, tuvieran que optar por el disimulo, los susurros y el hablar en voz baja cuando quisieran dar cuenta de sus experiencias comerciales, el manejo que hacían del dinero, sus estrategias de rebusque económico infantil o las tácticas de intercambio material y monetario que tenían a diario en el escenario escolar.

3 EL DINERO EN CASA: ¿DE QUIÉN ES EL DINERO DE LOS NIÑOS?

A finales del 2018 culminé el trabajo de campo visitando algunas de las casas de los niños y niñas protagonistas de la investigación. Algunos padres de familia prefirieron que nos reuniéramos en otros lugares: cafés, restaurantes o centros comerciales. Al visitar las casas de algunos niños, varios me hicieron recorridos, me mostraron sus fotos familiares, sus habitaciones, sus juguetes y sus roperos. Por ejemplo, Julia (11 años) me mostró con orgullo su alcancía de ahorros y toda su colección de barbies (32 en total); Matías (9 años) me presentó su piano, recién comprado con sus ahorros; Fabián (9 años) compartió las fotografías del último Halloween familiar y Natalia (11 años) me abrió las puertas de su ropero personal, con las últimas adquisiciones de su marca de ropa favorita.

Varios padres de familia me contaron algunas de sus estrategias para enseñarles a sus hijos a conocer y a administrar el dinero, conociendo que, a su criterio, los niños debían aprender en el hogar. Así, “manejar mejor el dinero”, fue una expresión bastante común en las entrevistas con los padres, lo cual reunía una serie de aprendizajes de diferente índole. Unos hacían referencia a operaciones técnicas (aprender a contar, sumar y restar, diferenciar valores de cambio del dinero y saber cuándo debían devolverles dinero al hacer compras), y otros a formas de relación social y moral más complejas con este: no perderlo, no despilfarrarlo, no recibir dinero de extraños, no hacer uso del dinero de los padres sin autorización, sacar el mejor provecho de este, comprender la importancia del ahorro, posponer deseos inmediatos de gasto por un propósito futuro mayor y reconocer que el dinero se obtiene a partir del trabajo y del esfuerzo de los padres, es decir, que hay una relación “directa” entre trabajo y dinero, lo cual niega toda arbitrariedad e injusticia del mercado. Las estrategias parentales eran múltiples. Los padres de Julia le daban dinero para comprar sus onces en la cafetería y una mesada de \$50.000 pesos. Esperaban que, de este dinero, la niña ahorrara en su alcancía para alguna compra al final del año. Su madre indicaba que Julia planeaba comprar con ese dinero un celular para navi-

dad. Ella, sin embargo, no estaba de acuerdo: “puede comprar otra cosa, pero celulares no”.

Por su lado, los padres de Matías lo enviaban a hacer algunas compras domésticas en la tienda del barrio y, adicionalmente, lo autorizaban a “quedarse con el dinero de cambio”. Este dinero era luego ahorrado en una billetera que la madre administraba: “la plata de la billetera la manejo yo”. Otra de las estrategias mencionadas por los padres era la enseñanza sobre los préstamos monetarios y los intereses económicos. Por ejemplo, el padre de Fabián afirmaba que su hijo constantemente le hacía préstamos: “nos presta a nosotros, pero los intereses son muy caros. ¡A veces son de \$10.000 o \$20.000 y más! Entonces él sí maneja dinero”. También, la madre de Natalia me decía que la niña con sus ahorros “la sacaba de apuros porque a veces no tengo suelto, entonces ella me lo presta y termino pagándole el doble de lo que le debía, porque son intereses sobre intereses”. También, se quejaba de que la niña solo utilizara este dinero en sus gustos, y “nunca les gastara nada a sus padres”. En estos dos últimos casos, los padres sonreían e, incluso, les parecía curioso y digno de anécdota el hecho de tener que pagar intereses a sus propios hijos. Al fin y al cabo, se espera que los niños sean sobre todo proveedores emocionales, pero no económicos. No es usual que sirvan de prestamistas y mucho menos, que cobren intereses.

Pero, ¿qué asuntos comunes se pueden desprender en estos comentarios? Era interesante notar cómo estos padres estaban, por un lado, creando estrategias de diferente índole para introducir económicamente a sus hijos con el manejo del dinero, al tiempo, que hacían explícitos ciertos desacuerdos o les presentaban restricciones y regulaciones cuando los niños querían hacer uso de este, es decir, también les enseñaban de manera indirecta criterios morales, sociales y relacionales del uso del dinero. “Las preguntas sobre el dinero también pueden tender un puente sobre los mundos de los adultos y los niños” (D. Haugen 2005, 521). En particular, en el contexto doméstico de las familias protagonistas, el dinero resultó ser un tema bastante presente en la definición de los roles de niño/ adulto, las relaciones de padres e hijos y las decisiones sobre la crianza infantil.

Una mezcla de varios de estos argumentos se hizo evidente en una conversación que tuve en el colegio con un grupo de niñas de tercer grado. Mientras compartíamos el recreo, les pregunté a las cuatro niñas (8 años) qué les decían sus padres y familiares sobre el dinero que ellas obtenían por vía de regalos o ahorros. A continuación, un fragmento de este diálogo:

Sofía: En mi cumpleaños pasa algo horrible. Me dieron como \$800.000 mil pesos, que me gané en sobres y lo que pasó es que mi mamá me guardó los sobres. **Mariana:** sí, mi

mamá hace lo mismo, me quita todos los sobres. **Sofía:** la mamá de uno abre todos los regalos, y parece un robot porque mira los sobres desde cualquier lejanía, cualquiera. Ahí mismo sabe. Te dice: ¿te ganaste \$800.000? ¿Te los guardo? Uno de chiquito confía en la mamá y uno dice: sí, mami guárdalos porque los pierdo. **Laura:** a mí me pasó algo y es que iba a ir a San Andrés y mi abuelito me dio plata, entonces la ahorré y un día mi mamá allá dijo vamos a hacer mercado y llegamos y vi un maquillaje y dije: uhmmm quiero maquillaje y entonces le dije a mi papá que quería eso y le pregunté si había traído mi plata y me dijo no. Me di cuenta que ya se había gastado mi plata. **Mariana:** una vez el año pasado, y todavía no me la ha devuelto, en mi cumpleaños me gané \$200.000 y mi mamá me dijo: ¿te los guardo? Y yo dije sí y cuando voy y se los pido me dice mañana te los doy y así vamos a llegar hasta que tenga 10 años. **Paula:** mi papá entre comillas me guarda la plata. El año pasado me dieron dinero. Mi papá me dio de eso \$5.000 y él se quedó con el resto. **(Todas las niñas se rieron).** **Mariana:** ¡al menos te dejó algo! **Sofía:** lo que pasó es que mi mamá entonces entre comillas me guardó la plata y yo quería gastármela en dulces o hacer algo con esa plata y yo quería un juguete que valía \$21.000 y yo tenía \$800.0000 entonces me sobraba. Yo dije: yo quiero gastar de ahí. Le dije: mami dónde está la plata y me dijo: tu papá la cogió y yo ayyy por Dios y me dijo: con eso vamos a pagar el colegio. Yo le dije: no, yo quiero mi plata. Y hasta hoy no me la ha devuelto. ¡Yo quiero mis \$800.000! **(Diario de Campo, 16 de agosto de 2018, Bogotá).**

Este diálogo puede resumirse en la siguiente pregunta: ¿de quién es el dinero de los niños? Aunque pueda parecer retórica, en realidad, reúne una paradoja que es expuesta en la conversación de las niñas. Ellas se reconocían a sí mismas como dueñas de un dinero que ganaron por cuenta de regalos y mesadas familiares. Por tanto, entendían que esto les debería otorgar el derecho legítimo sobre su posesión y gasto. Sin embargo, el tono de reclamo y confusión de las niñas justamente era porque sus experiencias compartidas denotaban que, en todos los casos, “su dinero” pasó rápidamente a ser “dinero de los padres”, quienes, según señalaban, tomaban decisiones sobre este, sin consultarlas, ni tomarlas en cuenta. Aunque ellas se percibían a sí mismas como las dueñas de este dinero, esto no les resultaba muy útil, si sus padres no les otorgaban este mismo reconocimiento. Se reducían prácticamente al mínimo sus posibilidades de opinión y decisión sobre los usos que querían darle a este.

En este contexto “el dinero de los niños” pareciera estar en una es-

pecie de estado de indefinición sobre su propiedad y uso. Este puede fácilmente ser comprendido por los adultos como dinero que puede servir para los gastos domésticos o parentales. Detrás de esto, como lo he planteado, se encuentran unas ideas concretas sobre la infancia y los roles de los niños en la familia. Se piensa que los niños deben ser esencialmente sujetos que dependen económicamente de sus familias, por lo que en sentido estricto “no necesitarían dinero”, pues sus padres se encargarían de proveerles todo lo necesario materialmente. Parte de la crianza infantil consiste en que las familias y padres se encarguen de orientar cualquier tipo de decisión que deban tomar los niños, incluyendo lo relativo a su dinero. Puede considerarse que las familias de estas cuatro niñas no solo piensen que sus acciones son legítimas y propias de sus responsabilidades en el marco de la crianza, sino que no duden en pensar a sus hijas como niñas que deben obedecer y respetar las instrucciones y decisiones de sus padres sobre los usos y destinos de este dinero. Por ejemplo, Sofía y Laura expresaban que sus padres planearon usar su dinero en gastos familiares como el mercado o el pago de la pensión escolar y desestimaron expresamente su solitud de invertirlo en la compra de juguetes. También Paula mostraba cómo su padre le dio solo una parte mínima del dinero y el resto decidió guardarlo para él. En este caso, no había un gasto justificado, sino que simplemente optó por quedarse con el dinero de su hija, sin explicación alguna. Con esta acción, no solo hizo explícita su “autoridad”, sino que introdujo una paradoja ética que la niña fue capaz de reconocer cuando indicaba que su padre “entre comillas le guardaba la plata”.

Para historiadores como John Modell (1978) y Joan Jensen (1980) que estudiaron el uso del dinero doméstico para el caso norteamericano (finales del siglo XIX e inicios del XX), este resulta indicativo de las desigualdades y las jerarquías de los miembros de la familia. En sus estudios mostraron que el dinero de las mujeres y de los hijos se gastaba de manera diferente y con menos libertad que el de los hombres. Este dinero se reconocía como “dinero secundario”, “suplementario” y para diversiones o consumos optativos, a diferencia del dinero masculino considerado como el ingreso “serio” de la familia. Por ello, este dinero, en muchas ocasiones, podía ser administrado y gastado por los hombres, sin mayores cuestionamientos. Aunque se podría afirmar que en la actualidad para muchas mujeres esta situación se ha venido transformado y han logrado mayores espacios de independencia económica con el manejo de su propio dinero, para el caso de los niños y niñas parece ser todavía una continuidad histórica aún bastante sostenida.

Este tipo de prácticas familiares con el dinero de los niños se convierte en una suerte de recordatorio social y familiar sobre el lugar dependiente y subordinado que muchas familias le dan y/o esperan de los niños.

De ahí que acciones aparentemente comunes que utilizan los adultos como ‘guardar’ o ‘administrar’ el dinero de los niños, ‘olvidar’ los préstamos monetarios que estos le hacen o sencillamente ignorar sus preguntas y requerimientos de devolución, tal como lo narraban las niñas, no deben considerarse asuntos menores, pues ponen de presente y reafirman unas jerarquías familiares, generacionales, unas interpretaciones complejas y sutiles de las relaciones de interdependencia de niños y adultos, así como unas diferencias construidas sobre la relación entre dinero y edad.

Hablar del dinero familiar no solo desafía nuestras opiniones románticas sobre la infancia, sino también sobre la familia (Millman 1991, 14). Según los testimonios de niños y padres para que el dinero no se considere peligroso para los niños debe contemplar unas características particulares: 1) debe ser producto de los regalos o asignaciones autorizadas por los adultos, conocidos por los niños (familiares, padres). Esto significa que se asocia más a la ‘generosidad adulta’, que a un derecho legítimo infantil; 2) el dinero debe proceder del ingreso familiar y no como pago de alguna práctica productiva, lo cual le restaría toda connotación de aceptabilidad; 3) no hay una regularidad preestablecida en la asignación. Los padres pueden decidir o no darles directamente dinero a los niños. A diferencia de otras responsabilidades materiales en relación a la crianza de los hijos, dar dinero no constituye en sí mismo una de las obligaciones parentales, a no ser que sea comprendido exclusivamente como medio para suplir otros gastos o como estrategia pedagógica de educación económica y ahorro; 4) es un dinero considerado “no serio” en términos cuantitativos. Es decir, el dinero de/ para los niños suelen ser monedas o billetes de poco valor y económicamente poco representativos. La cantidad debe ser lo suficientemente limitada para que el niño interactúe con este, lo reconozca, lo ahorre, pero no en exceso para que pueda ser riesgoso; 5) los usos del dinero por parte de los niños deben ser constantemente vigilados, regulados y administrados por los adultos.

En el contexto doméstico, los niños y niñas de la investigación constantemente se encontraban en medio de las tensiones entre unas consideraciones sobre su rol como sujetos económicos competentes y activos, y otras que los ubicaban desde el riesgo y la inmadurez para tomar decisiones sobre su propio dinero. La socióloga Viviana Zelizer (2011) distingue tres formas posibles de comprender el dinero doméstico: “como un pago (intercambio directo), como un legítimo derecho (derecho a participación) o como un regalo (concesión voluntaria de una persona a otra)” (Zelizer 2011, 62). Si bien dentro del ideal de relación de los niños con el dinero en el ámbito doméstico es cuando este es producto de un regalo, lo cual implica una posición del niño como receptor de la voluntad monetaria de los padres o

familiares, los niños constantemente asumen otro tipo de relaciones con el dinero doméstico: a veces puede ser producto del pago por trabajos en casa o de cuidado lo cual supone ciertas negociaciones y responsabilidades entre los niños y sus familias, pero también hay algunos casos particulares como el de los niños comerciantes escolares que activamente son generadores de dinero doméstico y, por tanto, pueden exigir una participación en la toma de decisiones de gasto en sus hogares.

Un segundo señalamiento que fue reiteradamente presentado por los niños y las niñas de la investigación, estuvo relacionado con una práctica económica concreta como el préstamo de dinero a los padres. En uno de los encuentros etnográficos llevado a cabo en octubre de 2017, los niños expresaron sus opiniones sobre lo que suponía este tipo de práctica económica.

Julia: sí, mi papá me debe como \$74.000. **Andrés:** mi mamá me debe \$100.000, pero yo se los regalo y no me preocupo por eso. **Julia:** es que yo le digo, papi, yo te presto esta plata, con tal de que tú me la devuelvas, pero mi papá es muy... no tacaño, pero lo devuelve muy suelto. Es de a \$2.000 hasta que llega a \$70.000. **Andrés (ríe):** con monedas de \$50. **Julia:** la vez pasada me devolió con monedas, como para yo llevarle a la señora de la cafetería con eso. **Martina:** es que a veces mi mamá ha necesitado dinero y yo le he dado, y cuando, por ejemplo, fue el día de la madre, entonces yo le dije mami cómprate esto y lo descuentas de lo que me debes. **Paola:** a mis papás yo les presto y a mí no se me olvida que yo les preste y a ellos sí se les olvida. Yo se los recuerdo, pero después se les olvida. **Investigadora:** ¿pero sí te devuelven el dinero? **Paola:** no. **Investigadora:** ¿entonces se pierde? **Paola:** sí. **Karen:** mi mamá me dice “yo le di la vida, no me cobre”. **Julia:** mi mamá me dice “no tengo plata”. Y yo veo plata en la billetera y me da mucha rabia. **Karen:** ella también me dice “el mayor pago es todo el amor que te estoy dando”. **Sergio:** mis papás siempre me dicen “ahorita le pago” y nunca me pagan. Mi papá trabaja en un banco y dice que me va a llevar a cobrar ahí porque soy buen cobrador. (Encuentro etnográfico Grupo A, Bogotá, octubre de 2017).

Este diálogo, igual que el anterior, también resulta muy indicativo sobre el lugar que ocupa el dinero en la definición de las relaciones entre padres e hijos y las decisiones sobre la crianza infantil. En los ideales de la crianza contemporánea se espera que padres e hijos construyan relaciones basadas principalmente en la negociación, el diálogo y la expresión de los afectos. Desde esta perspectiva, se insiste igualmente en una idea de infan-

cia más autónoma, participativa y activa de las decisiones familiares y de sus propias crianzas. Este ideal, sin embargo, se ve constantemente trastocado cuando entran en la escena doméstica prácticas económicas como el manejo del dinero, que se convierte en una variable abierta, que toma diferentes significados para los niños y sus padres, según sea el contexto. Puede ser interpretado como un soborno, una promesa, el cumplimiento de un objetivo, la expresión de solidaridad, el recordatorio de una obligación o, como en este caso, la materialización de un contrato entre dos partes.

Los niños y las niñas de la investigación demostraron comprender muy bien el tipo de relación y responsabilidad moral que se contrae cuando hay un préstamo monetario. Hay un acuerdo tácito entre las partes de devolver el dinero prestado en un plazo de tiempo establecido. Pero, ¿qué hace que un préstamo de hijos a padres sea diferente?, ¿por qué los niños se quejaban constantemente del incumplimiento de este contrato por parte de sus padres? Según los protagonistas de la conversación, las respuestas parentales cuando ellos les recordaban o reclamaban explícitamente su compromiso de devolución del dinero, se resumían en las siguientes: “los niños no necesitan dinero”; es un acuerdo que fácilmente se puede olvidar, retribuir o reemplazar con otro tipo de productos u obligaciones domésticas; no debe cobrarse porque “los padres les dan amor y les dieron la vida”.

Se tiene entonces un conjunto de argumentos que tienden a fundamentarse en dos cuestiones: unos ponen en duda la legitimidad y el derecho de los niños, por ser niños, al dinero y, por tanto, los padres tienen la potestad de ignorar, olvidar los préstamos o reemplazar este dinero por cualquier otro bien material y el segundo, es de índole emocional que se sustenta en la idea de que los niños deben “todo a sus padres”. Desde su nacimiento, adquirieron una deuda impagable materialmente: el amor y la vida misma. Por ello, a criterio de estos padres una deuda monetaria con sus hijos resultaba ser algo menor, insuficiente e incomparable con todo lo que ellos emocionalmente les han brindado. Aunque los padres otorguen un valor irrelevante al dinero de sus hijos y le resten importancia a los contratos monetarios que adquieren con ellos, ubicándolos en una posición de desventaja y dependencia, con sus argumentos y acciones terminan por constatar que el dinero termina por influir desde los asuntos domésticos aparentemente más triviales, hasta las discusiones emocionales más profundas. Tal como lo ha argumentado la socióloga Marcia Millman (1991), “es una tontería fingir que el dinero es irrelevante para el amor (...) El dinero no es solo poder, sino una medida de valor. Por ello, se insinúa incluso en las configuraciones más íntimas” (Millman 1991, 4).

El préstamo se constituye en una operación económica que supone

igualdad de poder entre las partes: la que presta y la que paga (con o sin intereses). Es diferente a otras formas de dinero como lo puede ser el regalo o la donación que implica una relación menos simétrica. Sin embargo, muchas veces cuando el dinero que se presta es el de los niños, puede ser interpretado por los padres de manera desigual. Tal como se ha visto en los testimonios anteriores, este dinero pasa fácilmente a ser considerado dinero para gastos de los padres o de la casa. En las entrevistas con los niños protagonistas no salieron a relucir experiencias de préstamo a otro tipo de adultos. Un préstamo monetario supone una forma de relación directa y estrecha entre las partes, por lo que es presumible que las primeras experiencias de préstamo de los niños se den con los padres o familiares más cercanos. De no ser así, podría producir reacciones de suspicacia, sospecha o sencillamente se convertiría en otro tipo de relación económica y se cuestionaría su carácter de “préstamo”.

Algunos de los niños protagonistas disculpaban la decisión que tomaban los padres de no retornar el dinero porque se trataba de “sus padres”. Probablemente, si fueran otro tipo de adultos los que actuaran así con su dinero, pasaría a ser leído (por niños y adultos) de manera inmediata como una muestra de “abuso” o de “robo”. Esto se evidenció, por ejemplo, cuando vendedores y comerciantes les daban erróneamente el cambio del dinero o les cobraban de más por sus compras. No obstante, cuando se trata de una transacción económica entre padres e hijos, esta parece revestir una especie de aura afectiva, la cual hace que para algunos niños sea difícil devolverle su carácter de obligación económica. La ambigüedad que se produce en este contexto, a la vez, les representa una posición ventajosa a algunos padres, que la pueden utilizar a su favor, según sean los intereses. Por ello, niños como Andrés y Martina expresaban que tenían dificultad en solicitar a sus madres el retorno de su dinero y preferían “regalárselo” o decirles que compraran algo para ellas.

Así, aunque los niños de la conversación se pensaban como prestamistas y dueños de este dinero, no era este el lugar que le otorgaban sus padres. Al incumplir el acuerdo del préstamo monetario, los niños y niñas no solo estaban siendo tratados por sus padres como una parte “no igual” en el contrato, sino que con esto también le concedían un valor diferente a su dinero. Se trata de un dinero que no tiene la misma connotación que el dinero de los adultos: es un dinero sobre el que recaen constantemente preguntas acerca de su propiedad y uso; es fácilmente reemplazable por cualquier otro bien, que puede, tal como lo planteaba Julia, ser cambiado por monedas de menor valor o como lo decía Paula, pagarse de manera parcial.

Una tercera consideración que salió a relucir en las conversaciones

con los niños estuvo relacionada con el dinero como signo de confianza parental y responsabilidad infantil. Como se verá a continuación, esta discusión estuvo, a la vez, muy conectada con las interpretaciones que tenían los protagonistas sobre la edad como criterio para la definición de la competencia infantil con el manejo del dinero. Para este grupo de niños que han pasado gran parte de su vida infantil rodeados de toda clase de recordatorios culturales y sociales sobre la importancia de la edad como un patrón de desarrollo, que no solo entra a definir lo que debe ser su progreso/ crecimiento físico, mental y emocional, sino sus posibilidades de opinar o actuar o no en sus mundos sociales, era claro que los asuntos sobre el dinero en el contexto de la crianza no eran una excepción. A continuación, un fragmento de la conversación sobre el tema:

Investigadora: ¿en qué circunstancias los niños pueden tener y manejar su dinero? **Martina:** depende del niño, porque si hay un niño responsable, puede ahorrar y comprarse lo que necesita, pero hay algunos niños mal educados que se compran de todo y van derrochando la plata. **Catalina:** pues como decía Martina, según el niño, porque un niño responsable, vaya y venga que le den plata, porque ya es grande y puede asumir las consecuencias, puede hacer lo que quiera con su plata, porque es su plata. **Investigadora:** ¿y entonces desde cuando un niño ya es grande? **Catalina:** eso también depende de los padres, porque tienes que educar a los hijos para ser responsables para poder manejar mejor el dinero. **Andrés:** la edad para mí para tener dinero son los ocho años, pues ya tiene mayor responsabilidad para manejar el dinero. **Natalia:** yo creo que la edad es los ocho, porque ahí empieza una etapa diferente, uno se siente más grande. **Investigadora:** ¿por qué? **Julia:** porque, por ejemplo, mi hermana que tiene 6 años, a veces ve cuando mi papá me está entregando la plata a mí y dice: ¡yo también quiero plata! Y mi papá le dijo: no, hasta que tengas los ocho. Y ella dijo: ¿y por qué? Y yo le dije: porque esa edad es muy demandante. Sí, entonces cada cosa tiene su edad ¿sí? **Andrés:** pues yo creo que no todos los niños chiquitos son iguales con el manejo del dinero, porque puede haber niños de 4 años que ya pueden tener mucha responsabilidad con el dinero. **Martina:** sí, por eso te decía que la edad no es tan importante, obviamente a un niño de dos años no le puedes dar plata. **Tomás:** sí, lo importante es que tenga memoria. **Catalina:** eso depende de la responsabilidad del niño. **Andrés:** sí, eso depende más de los padres, cómo lo educan. (**Encuentro etnográfico, Grupo A de investigación, Bogotá, junio de 2017**).

En este diálogo se observa cómo los niños protagonistas reconocían que, en el contexto de sus propias crianzas, la edad se ha convertido en un criterio importante, que sus familias les han presentado, al momento de decidir si pueden o no manejar su propio dinero. De hecho, algunos de ellos reproducían lo que habían escuchado de sus padres y planteaban que los ocho años podría considerarse una edad idónea para iniciar este aprendizaje. Sin embargo, también, había otros niños que relativizaban este argumento y planteaban que la edad no era el único factor que incidía en este proceso, al que le sumaban otros como: la crianza de los padres, la confianza que les brindaran a sus hijos y en respuesta, el modo en que los hijos demostraran ser responsables y competentes con el manejo del dinero.

Los niños participantes eran capaces de cuestionar aquellas ideas generalizantes que hay detrás de la ecuación “a mayor edad, mejor manejo del dinero”. Julia, por ejemplo, aunque afirmaba que cada “cosa tiene su edad”, al mismo tiempo, señalaba que su hermana menor era mucho más responsable y organizada que ella con el dinero. Para los participantes era claro que no todos los niños podían tener dinero, todo dependía del grado de confianza que le confirieran los padres y la responsabilidad que lograrán demostrar los hijos. Se convierte así en una especie de desafío infantil, que no es impuesto y construido solo por los adultos, sino también por los mismos niños. Lo interesante de esta discusión también es que los niños y niñas ven en la posibilidad de acceder al dinero doméstico como un signo de responsabilidad y madurez infantil. “Ser un niño grande”, en términos contemporáneos, en parte, pasa por el aprendizaje sobre el valor del dinero y su buen manejo y uso.

La historiadora mexicana Susana Sosenski sostiene que “enseñar el valor del dinero a los niños se convierte también en una forma de construir infancias” (Sosenski 2014, 650). Con el dinero, su acceso y posibilidad de uso, los padres constantemente les envían mensajes a sus hijos sobre el tipo de infancia y de crianza que desean promover. Las decisiones de los padres con respecto al dinero de los niños pueden ser de diferente índole y responder a diferentes discursos. A veces los ubican en un lugar de sujetos inmaduros, incapaces y, por tanto, deciden ‘administrar’ el dinero de sus hijos por considerar que por cuenta propia los niños no pueden hacerlo o cuando desconocen sus obligaciones de pago de los préstamos, argumentando que los “niños no necesitan dinero”. En otros casos, promueven un discurso que los presenta como sujetos activos y competentes cuando invitan a sus hijos a manejar de manera autónoma su dinero, incentivan las prácticas de ahorro o les pagan intereses sobre sus préstamos, reconociéndolos como sujetos económicos por derecho propio.

REFLEXIONES FINALES

Como En el artículo se analizó etnográficamente la importancia que tiene el dinero en la vida de algunos niños y niñas bogotanos en contextos como el escolar y el doméstico. Se observó cómo el dinero, lejos de ser un instrumento único, homogéneo e impersonal de intercambio, adquiere unos significados sociales que varían de acuerdo a los lugares, tiempos y las personas que lo usan, regalan, intercambian, guardan, prestan, entre muchas otras acciones. Respecto al vínculo entre infancia y el mundo monetario se observaron diversas valoraciones e interpretaciones sociales y morales que los protagonistas expresaron sobre cómo el dinero redefine las relaciones entre adultos y niños(as); pero a la vez, sostiene ideas sobre la infancia como etapa de la vida; refuerza jerarquías generacionales; expresa escenarios de ambigüedad sobre lo que implica el dinero en manos de los niños, cuando pueden obtenerlo, administrarlo y gastarlo. También se observó que los sentidos del dinero cambia de acuerdo al contexto de circulación en el que estén los niños y las niñas. Si este circula en el ámbito escolar adquiere unas connotaciones, que pasan en ocasiones por la sospecha y la desconfianza adulta cuando los niños más pequeños y de menores grados escolares llevan dinero a la escuela. Emergen preguntas sobre los posibles riesgos asociados al dinero para la infancia, su potencial erosionador, la definición de los criterios para decidir cuándo un niño es suficiente maduro y capaz para manejar dinero. Paradójicamente, la escuela se esfuerza por ofrecer una educación económica a los niños y se espera que estos conocimientos se queden en el plano de lo teórico y didáctico. De otro lado, cuando el contexto de circulación es el hogar, también se pueden observar diferentes reacciones e interpretaciones por cuenta de las diferencias entre el dinero de los niños y el dinero de los padres. Esta distinción que para los niños puede resultar clara, al parecer no es tan evidente para los adultos, que constantemente mezclan argumentos de corte afectivo y moral, para definir a su criterio, cuándo los niños tienen o no derecho a usar y administrar el dinero.

REFERÊNCIAS

ARISTIZÁBAL, Diana Marcela. *Ventanas etnográficas al mundo económico de las infancias: relaciones de interdependencia de niños y adultos de clase media en Bogotá*. 2020. Tese (Doctorado en Antropología) – Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, Universidad de los Andes, Bogotá, 2020.

BOHANNAN, Paul. The impact of Money on an African Subsistence Economy. *Journal of Economic History*, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 491-503, 1959.

- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On justification: economies of worth*. New Jersey: Princeton University Press, 2006
- BUCKINGHAM, David. *The material child: growing up in consumer culture*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- D HAUGEN, Gry Mette. Relations between money and love in post-divorce families: children's perspectives. *Childhood*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 507-526, 2005
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *El mundo de los bienes: hacia una antropología del consumo*. México: Grijalbo, 1990.
- GODELIER, Maurice. *El enigma del don: dinero, regalos y objetos santos*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.
- GONZÁLEZ-CONTRÓ, Mónica. Misopedia, adultismo y adultocentrismo: conceptualizando la discriminación hacia niñas, niños y adolescentes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 1-29, 2024
- GUYER, Jane. *Marginal gains: monetary transactions in Atlantic Africa*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- HART, Keith. *The Memory Bank: money in an unequal world*. London: Profile Books, 2001.
- JENSEN, Joan. Cloth, Butter, and Boarders: women's house - hold production for the market. *Review of Radical Political Economics*, [s. l.], n. 12, p. 14-24, 1980.
- JOHANSSON, Barbro. Subjetivities of the Child consumer: beings and becomings. In: BUCKINGHAM, David (ed.). *Childhood and Consumer Culture*. Basingtoke: Palgrave Macmillan, 2010.
- KALLIALA, Minna. *Consumer ethos and the significance of money according to Finnish consumers*. Helsinki: Gaudeamus, 1999.
- KARPIK, Lucien. *Valuing the unique: the economics of singularities*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- LAVE, Jean. *Cognition in Practice*. Inglaterra: Cambridge University Press, 1988.
- MARX, Karl. *El fetichismo de la mercancía. El Capital: crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- MAUSS, Marcel. *Los orígenes de la noción de moneda*. Tradução de Carolina Soler. [s. l.]: Instituto Francés de Antropología, 1914.

- MILLMAN, Marcia. *Warm Hearts and Cold Cash: the intimate dynamics of families and money*. [s. l.]: Free Press, 1991.
- MODELL, John. Patterns of Consumption, Acculturation, and Family Income: strategies in late nineteenth - century America. In: HAREVEN, T.; VINOVSIS, M. (ed.). *Family and Population in Late Nineteenth Century America*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- PARRY, Jonathan; BLOCH, Maurice. *Money and the morality Exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- RIDGE, Tess. The Go - Between: Low - Income Children Negotiating Relationships of money and care with their separated parents. *Children and Society*, [s. l.], n. 31, p. 87-97, 2017.
- RUCKENSTEIN, Minna. Time Scales of consumption: children, money and transactional orders. *Journal of Consumer Culture*, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 383-404, 2010
- SOSENSKI, Susana. Educación Económica para la Infancia: el ahorro escolar en México (1925 - 1945). *Historia Mexicana*, [s. l.], n. 254, p. 645-711, 2014.
- VEBLEN, Thorstein. *La teoría de la clase ociosa*. Madrid: Alianza Editorial, 2004
- WILKIS, Ariel. Sociología moral: el dinero en el mundo popular. *Estudios Sociológicos*, [s. l.], v. 33, n. 99, p. 553-578, 2015.
- WILKIS, Ariel. *El poder de (e)valuar: la producción monetaria de jerarquías sociales, morales y estéticas en la sociedad contemporánea*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2018.
- ZELIZER, Viviana. Kids and Commerce. *Childhood*, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 375-396, 2002.
- ZELIZER, Viviana. *El significado social del dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

Recebido em: 29/07/2025

Aceito em: 16/03/2026

ARTIGOS

IMIGRANTES ITALIANOS E A ATIVIDADE MADEIREIRA NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

TRANSFORMATIONS IN THE LANDSCAPE OF THE CAMPOS DE CIMA DA SERRA THROUGH THE ARRIVAL OF ITALIAN IMMIGRANTS

Andréa Pagno Pegoraro¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar as transformações nas paisagens dos Campos de Cima da Serra com a chegada dos imigrantes italianos, considerando a exploração de recursos naturais e a implementação de atividades madeireiras na região. A partir do final do século XIX, diversas serrarias começaram a surgir em Vacaria-RS e municípios vizinhos, sendo estas estabelecidas por grupos de imigrantes italianos que encontraram na atividade madeireira um modo de subsistência. Com o aumento do comércio, as serrarias passaram a ampliar seus investimentos, o que promoveu o desenvolvimento de um ciclo madeireiro na região. Grande parte da vegetação nativa foi devastada, restando atualmente poucos remanescentes do tradicional pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*). Com a intensificação dos processos industriais, a exploração da madeira constituiu um dos maiores causadores de prejuízos ambientais na região dos Campos de Cima da Serra, transformando grande parte da vegetação de matas em espaços vazios, posteriormente urbanizados. Nesse sentido, o presente trabalho busca debater as alterações nas paisagens, enfatizando os prejuízos causados ao meio ambiente através da derrubada da floresta e uso indevido de recursos naturais. Como fontes de pesquisa, utilizamos registros de medições de propriedade, fontes historiográficas de relatos de imigrantes, Jornal Correio Vacariense, entre outros.

Palavras-chave: Imigrantes. Italianos. Madeireiras. Paisagens.

ABSTRACT

This work aims to approach the transformations in the landscapes of Campos de Cima da Serra with the arrival of Italian immigrants, considering the exploitation of natural resources and the implementation of logging activities in the region. From the end of the 19th century, several sawmills began to appear in Vacaria-RS and neighboring municipalities, these being established by groups of Italian immigrants who found logging a way of subsistence. With the increase in trade, sawmills began to increase their investments, which promoted the development of a timber cycle in the region. Much of the native vegetation was devastated, and there

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestra em História pela mesma instituição (2016). Possui graduação em História (2012) e em Geografia (2021) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), e em Pedagogia (2020) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente é professora de Geografia nas redes municipal e estadual de ensino em Vacaria-RS.

are currently few remnants of the traditional Paraná Pine (Araucaria angustifolia) that characterizes the region. With the intensification of industrial processes, wood exploitation was one of the biggest causes of environmental damage in the Campos de Cima da Serra region, transforming much of the forest vegetation into empty spaces, later urbanized. In this sense, the present work seeks to discuss the changes in landscapes, emphasizing the damage caused to the environment through deforestation and the misuse of natural resources. As research sources we used records of property measurements, historiographical sources of immigrant reports, journal Correio Vacariense, among others.

Keywords: Immigrants. Italians. Timber companies. Landscapes.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo abordar as transformações das paisagens nos Campos de Cima da Serra, tendo como referência o atual município de Vacaria-RS, a partir da chegada dos imigrantes italianos e a instalação das primeiras serrarias na região. A pesquisa apresentada tem como fontes de pesquisa as reportagens publicadas pelo Jornal Correio Vacariense entre 1981 e 1985, período em que a exploração da madeira mereceu grande destaque na economia local.

O recorte temporal permite analisar os debates acerca da extração de vegetação nativa, as tentativas de reflorestamento através de espécies exóticas e os debates do setor madeireiro em favor da mudança de leis que impediram a continuidade da derrubada. Buscamos neste estudo, analisar de que modo os colonizadores promoveram alterações nos espaços ocupados, iniciando o ciclo de exploração da madeira, atividade até então não exercida pelos antigos povoadores.

Evidenciam-se os desdobramentos resultantes do desenvolvimento da indústria madeireira e as consequentes transformações nas paisagens que se refletiram nas iniciativas dos projetos de reflorestamento com *pinus elliotti* e eucalipto. A pesquisa realizada tem como objetivo motivar novas reflexões acerca da importância dos estudos ambientais para entender as relações entre sociedade e natureza, procurando alertar sobre os impactos resultantes da exploração desenfreada de recursos naturais. Busca-se, desse modo, compreender de que modo os imigrantes italianos favoreceram a exploração da vegetação nativa através da instalação das primeiras serrarias na região dos Campos de Cima da Serra.

1 OS COLONIZADORES ITALIANOS NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA E AS MUDANÇAS NAS PAISAGENS

Quando observamos as mudanças nas paisagens durante um período de tempo razoavelmente longo, evidenciamos que as transformações refletem diferentes aspectos do contexto em que ocorrem, sejam em aspectos econômicos, políticos ou construções de pensamento. Nesse sentido, estudar as relações mantidas entre os grupos humanos e os espaços ambientais ocupados torna possível compreender os processos que permitiram o desenvolvimento dos municípios que integram uma determinada região, assim como as características econômicas de cada um deles. O processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra ocorreu a partir da presença dos tropeiros, que vagavam pelos campos recolhendo o gado solto para vendê-lo nas feiras de Sorocaba. Segundo Gerhardt:

Entende-se que a manutenção e a reprodução da vida de animais e plantas e mesmo das pessoas, gera inevitáveis mudanças no ambiente e uma degradação energética irreversível – a entropia. Assim, estudar o ambiente como um tema para a História permite, além de conservar a memória das mudanças na paisagem, formular, explicações sobre a vida humana no passado, relacionadas com a natureza, sem abandonar aspectos econômicos, políticos e culturais (2009, p. 31).

Conforme ressaltado pelo pesquisador, o estudo das transformações das paisagens fornece ao historiador subsídios para analisar as estratégias de adaptação e sobrevivência dos grupos humanos em diferentes ambientes. As paisagens não são apenas parte integrante das interações nos espaços físicos, mas também simbólicos, representando crenças, valores e costumes. Podemos perceber que as sociedades se integram aos ambientes, formulando conceitos que são integrados a sua própria identidade, criando uma relação de pertencimento e desenvolvendo um imaginário acerca da paisagem. Por vezes, essas construções de imagens ajudam a formular uma ideia de pertencimento. Suertegaray e Fujimoto (2004), destacam que para a grande maioria das pessoas o Rio Grande do Sul se apresenta através de duas unidades de paisagem, sendo estas as paisagens agrícolas do norte e a pastoril do sul. Sabemos que esta seria uma percepção bastante reducionista, desconsiderando as diversidades regionais.

Para Carlin (2019, p. 31): “estudar as transformações das paisagens a partir da História Ambiental, propicia uma dimensão dialógica e dialética do passado em relação ao cotidiano, problematizando e tencionando ideias que favoreceram as mudanças envolvendo homem e natureza”. No entanto, o estudo das paisagens tem muito mais a nos revelar, principalmente se considerarmos o período inicial de formação do relevo e as alterações

sofridas ao longo do tempo geológico. De acordo com Bond-Buckup (2008), entre 42 e 10 mil anos atrás, a região dos Campos de Cima da Serra apresentava um clima frio e seco, havendo a predominância de campos e, até então as formações florestais eram escassas, parecendo ilhas no fundo dos vales. No entanto, “há cerca de 4 mil anos, quando o clima começou a tornar-se mais úmido, iniciou-se um processo gradual de expansão das Matas com Araucárias, a Floresta Ombrófila Mista, que persiste até hoje” (Bond-Buckup, 2008, p. 23). Naturalmente as florestas com araucárias teriam se expandindo, sobrepondo-se aos campos, conforme nos explica Dean (1996), mas as constantes queimadas acabaram revertendo esse processo.

De acordo com Gerhardt e Zarth (2009) muito antes dos seres humanos chegarem ao continente americano, havia diversos animais habitando as terras do Rio Grande do Sul, entre eles, os constituintes da megafauna, de tamanhos expressivos. Os pesquisadores constataram que foram encontrados e analisados fósseis de animais herbívoros, sendo estes de médio a grande porte em comparação com outros animais carnívoros. Outros estudos informam também, que no atual município de Alegrete havia animais da família dos equídeos, animais pastadores que se assemelhavam ao cavalo e ao burro, o qual vivia no Pampa há cerca de 14.000 anos AP.

A presença dos colonizadores italianos na região que atualmente abrange os municípios de Vacaria, Antônio Prado, Ipê, Campestre da Serra, Bom Jesus, Monte Alegre dos Campos, entre outros, resultou em intensas mudanças nas paisagens locais. Diferentemente dos primeiros povoadores que se estabeleceram nas áreas de campos, os colonizadores italianos foram direcionados para as áreas de matas que exigiam critérios mais cuidadosos de reocupação. Tendo ingressado no Rio Grande do Sul posteriormente as primeiras levas de imigrantes que se estabeleceram no estado durante o século XIX, “Os novos colonos encontraram maiores dificuldades que os alemães, tendo em vista o tipo de relevo, a inexistência de vias de transporte e a densidade de cobertura vegetal” (Vieira, 1985, p. 132). De acordo com Vieira (1985), por volta de 1875, os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul. O autor destaca que, as primeiras colônias foram estabelecidas “em área formadora de um divisor de águas entre os rios Taquari-Antas e Caí. A área selecionada, coberta pela floresta ombrófila caducifólia e de morfologia movimentada, tem sua frente escarpada voltada para o sul nos limites da bacia sedimentar do Paraná” (Vieira, 1985, p. 132).

Conforme Vieira (1985, p. 132) “Os novos colonos encontraram maiores dificuldades que os alemães, tendo em vista o tipo de relevo, a inexistência de vias de transporte e a densidade de cobertura vegetal”. As áreas ocupadas pelos imigrantes italianos perfaziam espaços florestais de difícil

acesso, cabendo aos colonizadores encontrarem meios para o povoamento e aproveitamento dos recursos naturais. Todavia, as experiências e conhecimentos adquiridos na Europa auxiliaram nesta tarefa. Os caminhos abertos nas matas pelos colonizadores permitiram o acesso a lugares mais distantes, sendo estes caminhos ainda hoje identificáveis por suas características peculiares. A região estudada foi descrita por um viajante alemão que registrou o trecho a seguir em seu livro *A vegetação no Rio Grande do Sul*:

Destes lugares íngremes a mata virgem estende-se um pouco sobre o plano à raiz da serra, um distrito que a população denomina “costa da serra”, e que na sua parte coberta de mata às vezes tem a largura de vários quilômetros, outras vezes se acha repartido em capões destacados e campos invadidos de capoeira. O mesmo encontra-se na planície logo acima do declive, a região denominada “Cima da Serra” (Lindman, 1974, p. 187).

Através da observação de Lindman (1974) podemos ter uma ideia de como eram as paisagens dos Campos de Cima da Serra no final do século XIX, período em que o viajante esteve no estado do Rio Grande do Sul. O autor descreve a presença de serrarias pelo caminho, mas evidencia a grandiosidade das matas naturais: “No interior, na mata completamente fechada, estão as velhas araucárias tão densamente quanto possível, isto é, as suas copas se tocam; mas como tanto a sua altura como a sua largura são colossais, o interior desta mata é menos denso e mais claro do que o da mata virgem comum” (Lindman, 1974, p. 222).

As diferenças entre os primeiros povoadores e os colonizadores italianos em suas interações com os espaços ambientais podem ser observadas principalmente através das peculiaridades das áreas ocupadas. “Os açorianos rapidamente se tornaram fazendeiros e comerciantes urbanos, penetrando e sendo absorvidos no contexto da civilização dos macroespaços. Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade e em difíceis condições de sobrevivência (Vieira, 1985, p. 129)”. No entanto, os colonizadores desenvolveram outro importante sistema econômico na região: o extrativismo, que resultou na derrubada de grandes áreas florestais de vegetação nativa.

A retirada de madeira se iniciou com o aproveitamento da mesma para construção de casas e móveis, assim como abertura de espaços para agricultura, mas intensificou-se como atividade econômica através do desenvolvimento de um mercado consumidor. Os colonizadores italianos encontraram nas áreas em que receberam suas colônias as condições ideais

para desenvolver atividades conhecidas e praticadas pelas famílias na Europa, entre as quais estava o ofício de marceneiro. A madeira retirada pelos colonizadores era comercializada em municípios próximos, o que permitiu que se tornasse um investimento rentável, ampliando suas vendas posteriormente para outras localidades, assim:

Ocupando as áreas de matas e tendo como base a pequena propriedade agrícola, os colonos alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1875) favoreceram o desenvolvimento do comércio, através da exportação de seus excedentes para outras regiões do Estado e para o centro do país (ocasionalmente, também para o exterior). O capital acumulado com a atividade comercial, ao lado de incrementar o crescimento urbano, foi o embrião de um setor secundário que ainda hoje se concentra na zona da capital e região “colonial” circunvizinha (Costa, 1982, p. 60).

Conforme evidenciado pelo autor, os colonizadores promoveram o desenvolvimento do comércio, favorecendo a ampliação da oferta dos produtos produzidos nas localidades em que se estabeleceram. A chegada dos colonizadores à região onde atualmente está localizado o município de Vacaria ocorreu a partir de migrantes das colônias vizinhas, principalmente Antônio Prado, Campestre e Ipê. As famílias que haviam instalado serrarias nessas localidades buscaram ampliar os seus negócios em Vacaria, estabelecendo novas sedes madeireiras. As oportunidades conferidas aos imigrantes italianos quanto ao aproveitamento dos recursos naturais estiveram relacionadas sobretudo à política de instalação desses imigrantes em áreas florestais. Vieira (1985, p. 132), evidencia que:

A imigração italiana, subindo o planalto nos seus primeiros estágios, caracterizou uma dinâmica de colonização tipicamente florestal. A interiorização para o norte a colocou em contato com os campos de Vacaria, estabelecendo as primeiras trocas comerciais com a antiga sociedade luso-brasileira dos campos do planalto do nordeste. Aos colonos italianos foram adotados os mesmos critérios de distribuição de terras. Predominou a divisão das áreas em pequenas propriedades, não totalmente gratuitas, com menores dimensões em relação aos lotes destinados aos alemães.

A presença de imigrantes italianos em áreas florestais proporcionou ao colonizador oportunidades de aproveitamento dos recursos encontrados, todavia, foram as práticas comerciais que impulsionaram sua explora-

ção. Conforme citado pelo autor, os italianos que se estabeleceram em Vacaria iniciaram o processo de trocas comerciais com os grupos que habitavam as áreas de campos, os quais até então não viam a vegetação florestal como fonte de riquezas. Os colonizadores em busca de madeira para abastecer as serrarias passaram a comprar dos fazendeiros as árvores em pé a fim de serem derrubadas e convertidas em madeira para comercialização.

2 AS SERRARIAS E A DERRUBADA DE MATA NATIVA

A colonização italiana no Rio Grande do Sul, embora muito lembrada pelo cultivo da uva, deixou profundas marcas de exploração das vegetações nativas nas regiões onde se estabeleceram. No espaço atualmente ocupado pelos municípios de Vacaria e arredores, a exploração da *Araucaria angustifolia* foi um dos principais investimentos dos imigrantes, que perceberam a qualidade da madeira e sua durabilidade. De acordo com registros memorialistas a madeira servia de matéria-prima para a fabricação de diversos produtos e construções de casas:

Realizavam venda de aduelas para fabricação de barris, os quais eram utilizados para armazenamento de vinho e vinagre; construção de caixões; oficina de móveis; esquadrias e caixas. A maioria da madeira utilizada na época era Cedro e Araucária. Vendia-se madeira para as mais diversas finalidades, principalmente para a construção de casas. Na época havia dois sistemas para a construção de casas, um com encaixe e outro com mata-juntas. (Damiani; Damiani, 2012, p. 716).

Como destacado pelo autor a madeira da araucária era utilizada para a fabricação de barris, recipientes que serviam para armazenamento do vinho e do vinagre, além de ser matéria-prima para construção de caixões. O autor ressalta que a família Damiani possuía um sistema especializado na fabricação de tábuas com encaixe para construção de casas e que muitas construções atualmente tombadas como patrimônio cultural de Antônio Prado foram fabricadas pela serraria da família.

As casas, portanto, refletem não apenas as heranças culturais dos imigrantes italianos, mas a perspicácia no aproveitamento dos melhores recursos naturais disponíveis naquele momento, assim como a qualidade da madeira utilizada. Para o colonizador, assim como para os grupos sociais do início do século XX, as florestas representavam obstáculos a serem enfrentados pelos desbravadores em busca de progresso e desenvolvimento, sendo, por vezes, um trabalho árduo onde os riscos eram inevitáveis, seja

pela grandiosidade das matas e árvores a serem derrubadas, como pela presença de animais, além de ser necessário enfrentar a resistência dos grupos nativos. Escritos memorialistas evidenciam que o trabalho nas serrarias era uma tarefa que exigia esforços, mas não deixou de favorecer a retirada de expressivo contingente de araucárias:

Derrubar o pinheiro no mato, arrastar com mulas ou junta de bois e, transportar, no início de carreta e, depois nos primeiros caminhões reboques, anos da década de 20, do século passado, quando chegaram os primeiros caminhões reboques Internacional Harweter e enfileirar as toras no estaleiro, frente às Serraria, o que permitia a rolagem de uma tora por vez para o carrinho e, presa pelos ganchos era movimentado o carrinho para frente e assim a tora era serrada pela serra-fita em diversas tábuas. Um pinheiro de 200 anos mais ou menos, que não estivesse com o cerne podre, dava em média 4 toras de 5,50 metros (a tábua devia ter 5,50 metros de comprimento. Era medida internacional e exigida pelo comércio e pelo Instituto Nacional do Pinho (Letti, 2012, p. 697).

O relato evidencia que muitos pinheiros centenários foram derrubados para a fabricação de tábuas, sendo exigência do Instituto Nacional do Pinho que a mesma medisse 5,50 metros de comprimento, o que promovia a busca por árvores de grande porte, consequentemente, mais antigas. Outro fator a ser destacado se refere a chegada dos primeiros caminhões e o modo como os mesmos impulsionaram o processo de retirada da madeira, facilitando seu transporte. A Figura 1 mostra a serraria de Antonio Zanotto e companhia.

Figura 1: A colonização italiana em Vacaria

A Colonização Italiana em Vacaria

ANTONIO ZANOTTO & COMP.

90 contos de reis são investidos in questo stabilimento il quale gode larghissimo credito e dà lavoro permanente a 10 persone. Del soci: Antonio Zanotto e figlio di zenitori vicentini, grandi ed onesti lavato-

tabelecimento no qual goza de larguissimo credito e da trabalho permanente a 10 pessoas. Dos socios: Antonio Zanotto e filho de pais vicentinos, grandes e honestos trabalhadores; Francisco Marcantonio, nasceu na Prussia e Camilo Marcantonio que aqui chegaram juntos no ano de 1875. Foi um dos primeiros habitantes de Caxias do Sul. O terceiro socio Giovanni Pelin, nasceu em Belluno, Italia. Tres industriais ativos e estimados. (Do livro da Colonização Italiana do Rio Grande do Sul. O autor e desconhecido)

La segheria a vapore della Ditta Antonio Zanotto & C. nel 1° Distretto di Vacaria.

La segheria a vapore della Ditta Antonio Zanotto & C. nel 1° Distretto di Vacaria.

La segheria a vapore della Ditta Antonio Zanotto & C. nel 1° Distretto di Vacaria.

HULLE II

COMPLETO SERVIZIO DE VIANDAS, PRATOS NATURAIS E VEGETARIANOS. UMA COTA EXTRA DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS.

ORIENTADOS P/NUTRICIONISTA LECI D'OLIVEIRA Rua Santos Dumont, 277 (fundo) VACARIA-RS

Fonte: (Correio Vacariense – 22 de julho de 1988, p. 09)

Na foto podemos observar o funcionamento da serraria com seus operários, a matéria exalta a presença do colonizador, destacando seu mérito para o desenvolvimento local associado a instalação da indústria madeireira, considerando-os como “grandes e honestos trabalhadores”. O texto relaciona os imigrantes a trabalhadores dedicados, conferindo a estes status e prestígio social associados a sua origem, que deixa transparecer a ideia de trabalho e progresso. Desse modo, aos imigrantes italianos foi destinada a honra de desbravadores das florestas, responsáveis por desenvolver uma atividade econômica que passou a merecer destaque, movimentando a economia local. Observa-se que as atividades madeireiras no Rio Grande do Sul haviam iniciado com a colonização alemã, conforme podemos evidenciar pelos estudos do pesquisador Marcos Gerhardt (2009), referentes a Colônia Ijuhy:

Depois de derrubada parte do mato, Lange construiu uma serraria (1908) movida a vapor, prestando um serviço essencial naquele contexto; com a instalação de outros imigrantes no local, construiu-se uma escola (1908) e um salão de baile; 8) José Lange comprou outras áreas próximas, que dividiu e vendeu na forma de lotes urbanos depois de abrir algumas ruas; a edificação de uma igreja de madeira (1916) no local e a delimitação da praça também foram patrocinadas por ele; assim, 9) uma nova vila foi intencionalmente criada (Gerhardt, 2009, p. 104).

O autor evidencia que a presença das serrarias promoveu a ocupação dos espaços próximos, favorecendo o desenvolvimento da localidade através da construção de igrejas, escolas, salões de festa, entre outros estabelecimentos. Desse modo, formavam-se pequenas comunidades, que aos poucos foram ganhando visibilidade diante do cenário regional, destacando-se pelo estabelecimento de uma atividade econômica até então não explorada pelos grupos sociais que habitavam o estado. Os relatos memorialistas evidenciam com destaque a presença de serrarias e o modo como estas funcionavam na localidade dos Campos de Cima da Serra:

Na fazenda do Guacho, o coronel Samuelzinho Guazzelli Filho, teve duas serrarias para o abate do pinheiro de sua fazenda e de vizinhos. Em verdade, as serrarias não eram de propriedade do coronel Samuelzinho Guazzelli Filho e, sim de madeireiros, que montaram a serraria e como era de costume da região, serravam os pinheiros meio a meio, isto é, o lucro era repartido, metade para o madeireiro e metade para o dono da terra, isto é, o dono dos pinheiros. Uma na chamada “zona do campo”, na encruzilhada da estrada que vai ao terceiro distrito de São Manoel, até a ponte do Passo do Korff, no rio das Antas, com a BR-116. Essa foi gerenciada e administrada pelo tradicional madeireiro Armando Giacomet. Diga-se que mais tarde, Plácido Damiani, terminou de serrar os pinheiros da fazenda do Guacho. Com o tempo, os pinheiros cresceram e atingiram o diâmetro permitido pelo então Instituto Nacional do Pinho para o abate, e assim havia já uma mata de pinheiros que foram ficando prontos e maduros para o abate. Foram esses pinheiros que o Sr. Plácido Damiani, com a serraria na margem da estrada, à direita quem vai de Ipê a Vacaria na “Entrada” ou na zona do “Quilombo” como também é conhecida, serrou, cortando, derrubando e transportando até a serraria famosa (Letti, 2012, p. 702).

O autor explica que muitos proprietários passaram a permitir que madeireiros instalassem serrarias para a derrubada de pinheiros em suas terras, sendo o lucro dividido entre ambos. A exploração da madeira na referida fazenda do Guacho resultou na perda de muitos remanescentes de pinheirais, sendo esta área explorada ao máximo. De acordo com o relato foi necessário aguardar que as árvores crescessem e atingissem o diâmetro permitido pelo Instituto Nacional do Pinho para o abate, o que impediu o proprietário de montar sua serraria. Diante do exposto pelo autor, observa-se que as áreas florestais foram exploradas até o esgotamento de seus recursos, restando poucos exemplares de pinheiros na região.

3 REFLORESTAMENTO COM ÁRVORE COM ÁRVORES EXÓTICAS

Considerando a perda de vegetação nativa, a solução encontrada pelos madeireiros foi a introdução do *pinus elliotti*, iniciativa muito valorizada e apreciada pela imprensa local que produziu reportagens enfatizando a sua lucratividade. Entre os benefícios apontados estariam a qualidade da madeira, associada ao rápido crescimento e desenvolvimento para o abate. De modo que, “Hoje, além das pequenas reservas, resta o reflorestamento, feito com espécies exóticas (eucalipto, pinus) e que nada restaura do ambiente ecológico original” (Costa, 1982, p. 55).

Em uma publicação do jornal Correio Vacariense de 1990 encontramos a indicação de reflorestamento em áreas de campos com vegetação nativa. Segundo descrição a alternativa visava propiciar a criação de gado juntamente com o pinus. A Figura 2 mostra uma área reflorestada com pinus e a presença de rebanhos em seu interior.

Figura 2: Reflorestamento associado à criação de gado



Fonte: Correio Vacariense (1990)

A reportagem descreve os métodos adequados para plantio, cuidados com os espaços de pastagens e rebanhos, além de orientar sobre a poda. O autor afirma ainda que, com o tempo, o pinus deveria se converter em vegetação nativa devido a rapidez com que se propaga. De acordo com a análise descrita “outro detalhe importante é que no local onde é realizado o reflorestamento não é possível fazer a queimada e com isso os campos têm que ser divididos em determinadas épocas do ano e colocar uma maior concentração de gado para poder baixar o pasto”. O autor ressalta que “ao contrário do que se pensa, a pastagem no reflorestamento é de excelente qualidade”

As reportagens buscam incentivar o reflorestamento através do Pinus, não havendo críticas quanto a perda da vegetação nativa, que segundo apresentado seria gradualmente substituída pela vegetação exótica. De acordo com o texto o “Sr. Adão Adames, presidente do Grupo Itacolomi, comprova que o projeto de reflorestamento é altamente lucrativo e compatível com a criação de gado, e considerado o reflorestamento um dos melhores investimentos a longo prazo, em termos de lucratividade”.

Os discursos apontam ainda que o reflorestamento se converteria em importante fonte de renda, auxiliando a “fixar o homem do campo no seu próprio meio”. Nesse sentido, precisamos considerar ainda que “Os dados do próprio IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) atestam que, para 31.000 ha de árvores cortadas anualmente no Estado, apenas 17.000 ha são reflorestadas. Com o incremento do consumo de lenha e carvão vegetal, o problema tende a aumentar” (Costa, 1982, p. 56). Conforme evidenciado por Costa (1982), no Rio Grande do Sul o corte de árvores ocorria de modo indiscriminado, sendo a grande parcela proveniente de árvores nativas e não oriundas de áreas de reflorestamento com exóticas. Em entrevista publicada em 19 de julho de 1991 o prefeito de Vacaria foi questionado quanto a colaboração da prefeitura com madeireiros ou entidades ecológicas, respondendo da seguinte maneira:

Nós estamos colaborando neste sentido e podemos dizer, inclusive, que nós estamos com o nosso viveiro, onde produzimos 400 mil mudas por ano e que praticamente este Pinus Ilióttis e Eucaliptos estão sendo repassados justamente para o reflorestamento dos proprietários de terra do nosso município. E sempre estaremos a favor do reflorestamento, porque, como tu disseste no início, é um meio de fonte de emprego e de mão-de-obra e para que o homem do campo permaneça no seu habitat (Correio Vacariense, 19 de jul. de 1991).

Conforme podemos evidenciar, as iniciativas de reflorestamento estiveram diretamente relacionadas com a preocupação de atender aos interesses dos madeireiros locais. O texto mostra que havia predominantemente o incentivo para o plantio de mudas de *Pinus* e eucaliptos, consideradas favoráveis economicamente. Estudos atuais mostram que “No que se refere à vegetação de origem antrópica, há densos talhões de pinus (*Pinus* sp), raros plantios de araucária, e também agricultura, podendo-se destacar aqui o cultivo da batata, milho e soja” (Rolim, 2016, p. 07).

As preocupações ambientais não foram evidenciadas como pautas de discussão das reportagens publicadas pelo jornal *Correio Vacariense* no período analisado, a não ser por um viés secundário, em que se apresentou a perda da vegetação nativa como consequência do desenvolvimento econômico. Desse modo, as áreas de matas originárias foram diminuindo a tal ponto que quase desapareceram por completo em algumas localidades. Costa (1982, p. 56), salienta que:

Atualmente são muito escassas as áreas do Estado em que ainda se encontra essa mata. Embora considerada por alguns autores como uma vegetação “fóssil”, vestígio de um clima frio que ocorreu no Planalto Meridional, as maiores evidências mostram que, não fosse a ação devastadora do homem, a mata dos pinhais acabaria por se sobrepor às áreas campestres, cuja origem é indubitavelmente anterior.

A exploração humana causou grande impacto ambiental promovendo as transformações das paisagens de matas nativas em áreas de cultivos de espécies exóticas, comprometendo a preservação da biodiversidade local. O processo de extração de madeira resultou na perda de extensas áreas de pinhais que, conforme apontado por Costa (1982) possuíam a tendência natural de se sobrepor aos espaços de campos, embora com origem secundária. Todavia, seu desenvolvimento foi interrompido pela ação humana que ao promover o abate não planejou adequadamente iniciativas para uso sustentável da madeira e sistemas de replantio ordenado de espécies nativas retiradas da natureza. Sobre a importância dos estudos das transformações das paisagens para a área ambiental, devemos considerar que:

As motivações econômicas do processo de ocupação e desmatamento são de extrema importância para entendermos as transformações da paisagem, a natureza é influenciada conforme o modo de sobrevivência de cada grupo ou indivíduo. As modificações na paisagem modificam a cultura e as visões em relação à natureza (Rossi; Nodari, 2012, p. 119).

Conforme apontado pelas autoras, as modificações nas paisagens são resultantes dos processos econômicos que definem o modo de sobrevivência de cada grupo. Nesse sentido, compreender as razões que impulsionaram o desmatamento, aliado ao modelo de ocupação do espaço configuram temas fundamentais para análise das transformações das paisagens. As pesquisadoras evidenciam ainda as mudanças culturais e sobre as concepções com relação à natureza que ocorreram juntamente com as alterações dos espaços ambientais. Ou seja, ao alterar os espaços em razão de suas práticas econômicas ou modos de subsistência as sociedades impulsionam o desenvolvimento de novas culturas que surgem através dessas novas paisagens.

As reportagens publicadas pelo jornal Correio Vacariense do início do século XX possuem enfoque nas possibilidades de aproveitamento dos recursos com ênfase ao desenvolvimento de novas estratégias para favorecer as atividades integradas à extração de madeira e manutenção de rebanhos. Sobre as possibilidades de cultivo do *Pinus* associado à criação de gado as estimativas eram de que: “As gramíneas se desenvolvem bem no reflorestamento de *pinus elliotti*, garantindo assim a possibilidade de se possuir um bom número de animais, de raça ou cruza, os quais adaptam-se bem ao ambiente, desde que mantenha-se um manejo adequado do rebanho, com a necessária distribuição do gado de pasto” (Correio Vacariense, 1990).

Em entrevista realizada no dia 13 de julho, no município de Bom Jesus, com o assessor jurídico do Sindicato dos Madeireiros do Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo foi questionado sobre seu posicionamento quanto ao código florestal. Segundo seu relato podemos perceber que as considerações foram sempre favoráveis às iniciativas madeireiras e havia o entendimento das florestas enquanto recursos renováveis:

O verdadeiro ecologista é aquele que valoriza o meio em que vive, porque sem ele não pode viver e nós temos a consciência de que a floresta é um recurso natural renovável e como tal deve ser tratado, sensível a sua repercussão social. Nós não podemos ter aquela contemplação, ou seja, meramente uma ação contemplativa de uma árvore (Correio Vacariense, 26 de jul. de 1991).

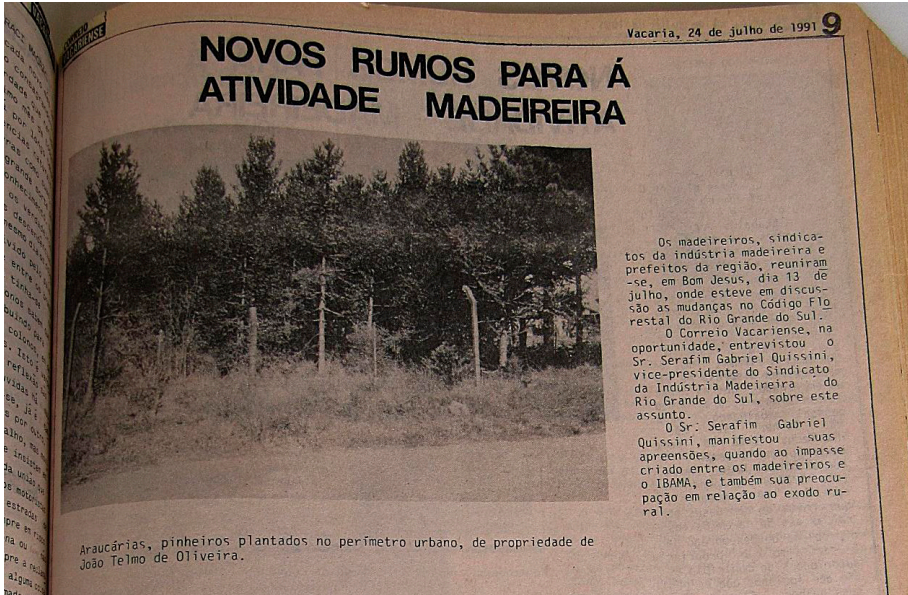
Ao abordar o papel do ecologista, o entrevistado evidencia a relação entre o cuidado com os recursos disponíveis no ambiente como fonte de subsistência onde a natureza representa o espaço a ser explorado em favor das sociedades humanas. O autor considera que a natureza, nesse caso as árvores, não pode ser apreendida apenas como um espaço de contemplação.

A percepção do espaço natural como fonte para desenvolvimento econômico era recorrente no período, sendo evidenciada em diferentes narrativas. Havia inclusive uma constante preocupação com a legalização do corte da araucária, que, segundo a imprensa local, estaria causando prejuízos ao setor madeireiro, conforme podemos verificar na publicação do jornal Correio Vacariense de 24 de julho de 1991:

O IBAMA autoriza somente o corte de 3 a 10 pinheiros araucária ou 20 folhosas, porém isto não resolve o problema das indústrias, que estão trabalhando somente com as exóticas. A situação está muito difícil e por isso nós estamos fazendo estas reuniões em todos os municípios, principalmente da nossa região para tentarmos apoio dos nossos madeireiros, prefeitos e autoridades, a fim de elaborarmos logo este Código e assim podermos trabalhar tranquilamente, que é o nosso desejo, pois hoje as indústrias madeireiras estão trabalhando exclusivamente para não fechar suas portas.

A reportagem referida mostra que a preocupação recorrente se concentrava na manutenção das atividades madeireiras e o receio de que houvesse um impacto econômico através do fechamento das empresas e dispensa dos funcionários. Conforme a descrição jornalística, a exploração de árvores exóticas não era considerada suficiente para garantir o funcionamento das madeireiras que temiam ter de fechar as suas portas. Diante da precariedade com que operava o setor, a alternativa pretendida para restabelecer o equilíbrio seria decorrente de mudanças na legislação e liberação para retirada de árvores nativas, especialmente a araucária angustifolia. A Figura 4 destaca a foto de uma área urbana com plantio de araucária.

Figura 4: Novos Rumos para a Atividade Madeireira



Fonte: Correio Vacariense, 24 jul. de 1991

A foto nos mostra exemplares de araucárias plantados na propriedade de João Telmo de Oliveira. Segundo as análises realizadas pelo setor madeireiro, o funcionamento das indústrias exclusivamente com espécies exóticas tornava a produção inviável, desestabilizando a produção. Observa-se em diversas narrativas a insistência na retomada da exploração da araucária, sendo esta a principal espécie almejada pelos madeireiros para tornar o seu investimento lucrativo. Entre as justificativas para exploração da mata nativa na região de Vacaria, aparece o desinteresse pelo reflorestamento quando não existe a viabilidade de corte das árvores. Assim, as questões ambientais acabavam sempre atreladas ao interesse econômico e ainda que se buscasse reflorestar, as razões nunca estavam ligadas unicamente à preservação das espécies ou do espaço ambiental. Havia sempre um viés de exploração a nortear as iniciativas de plantio de árvores durante o período analisado, conforme podemos evidenciar pelo texto extraído da mesma reportagem citada anteriormente:

A nível de exótica, está muito longe de chegarmos a compensar o funcionamento das indústrias. Aqueles que ainda tem araucárias ou folhosas precisam fazer alguma coisa para podermos continuar trabalhando. Claro que somos preservacionistas também, queremos trabalhar, queremos que essa atividade nossa de madeireiro continue por mui-

to tempo, queremos reflorestar o estado do Rio Grande do Sul. Nós precisamos reflorestar o estado, mas para que isso seja possível é necessário e é muito importante que possamos cortar, possamos trabalhar, pois aqueles que não podem cortar e trabalhar, não tem interesse em plantar. Nós queremos plantar. O estado está com déficit muito grande e é necessário que se trabalhe, que se corte árvores, mas que se replante e que se plante árvores exóticas, para continuarmos trabalhando (Correio Vacariense 24 de jul. de 1991).

Evidenciamos o apelo para que seja retomada a exploração da araucária através da justificativa de que o setor madeireiro estaria sendo gravemente afetado pela falta de recursos adequados para seu funcionamento. A narrativa mostra que o sentido de preservação e replantio esteve diretamente associado à necessidade de possuir novos recursos a serem explorados. Embora o depoimento tenha partido de membros da indústria madeireira, as falas eram recorrentes entre os debates abordados pelo setor administrativo e enfatizados pela mídia local. Nesse sentido, “A transformação ocasionada pelo desmatamento é difícil de quantificar, já que não podemos medir ao certo qual a área original da Floresta de Araucária” (Rossi; Nodari, 1985, p. 130). Os debates acerca dos prejuízos causados pela exploração desenfreada das florestas nativas eram reservados a uma pequena parcela da população que, por vezes, não merecia a devida visibilidade. Quanto a produção de madeira no estado Costa (1982, p. 56), ressalta que:

O maior produtor de madeira do Rio Grande do Sul é o município de Bom Jesus; acredita-se que disponha de 40 a 50% das reservas florestais gaúchas. Nos últimos 15 anos, suas serrarias diminuíram de cerca de 100 para 23. Até a araucária, árvore típica das matas do planalto, está em vias de ser extinta (Costa, 1982, p. 56).

O município de Bom Jesus, integrante dos Campos de Cima da Serra, foi apontado por Costa (1982) como o maior produtor de madeira do Rio Grande do Sul, evidenciando a grande quantidade de serrarias que se estabeleceram na região. O autor ressalta a exploração das matas de araucária e que as mesmas estariam correndo risco de extinção. Atualmente, embora exista a proibição do corte da araucária, frequentemente são noticiados casos de crimes ambientais envolvendo a derrubada de árvores na região. Nesse contexto, o espaço geográfico passa a ser entendido como o resultado da ação humana sobre a natureza, segundo Costa (1982, p. 58):

No atual estágio do pensamento geográfico, o “espaço” é visto como produto do trabalho humano sobre a natureza. É na relação homem-meio, portanto, que se desenvolvem os processos de transformação responsáveis por uma determinada “geografia”. Essa geografia, contudo, não resulta somente das relações sociedade-natureza, porquanto depende sobretudo do tipo de organização social na qual se insere, quer dizer, das relações que os homens mantêm ao longo da história (Costa, 1982, p. 58).

Segundo evidenciado por Costa (1982) os processos de interação entre o ser humano e a natureza provocam alterações nas paisagens, sendo esta dinâmica resultante do processo de desenvolvimento de organizações sociais. As atividades econômicas refletem diretamente os impactos das sociedades industrializadas ao meio ambiente, alterando a composição das paisagens e por vezes, promovendo um processo de reterritorialização das áreas afetadas.

Uma publicação de 1987 expressa a indignação dos moradores ao presenciarem a derrubada de inúmeros exemplares de pinheiros no caminho entre Vacaria e Bom Jesus, atual BR 285. A remoção foi feita em virtude do asfaltamento da via. A madeira retirada, segundo consta na notícia publicada, foi enviada para São Francisco de Paula, onde seria utilizada na reforma das moradias dos funcionários do DAER, sendo este o autor do pedido de derrubada. Em um pequeno recorte no espaço físico do jornal aparece o relato de quando os pinheiros haviam sido plantados:

Pelos idos de 30, talvez 35 o não menos saudoso Fioravante Soldatelli, na sua humilde fé e vontade de ajudar a natureza, plantava a beira do então caminho Vacaria a Bom Jesus, pinhões que catados em suas horas de folga, serviriam quando transformados fossem em frondosas sombras [...] homens com umas máquinas chamadas motosserras cortaram seus pinheiros e nem sequer são seus herdeiros e nem sequer do céu lhes destes procuração para cortá-los. Mas hoje, final de 1987, quarenta e tantos anos após plantados seus pinhões, homens e máquinas transformados em armas mortais contra a natureza, sem sua autorização estão cortando sua plantação (Correio Vacariense, 1987).

Em 1987, o jornal traz uma matéria publicada por Cilon Silveira em que relata a perda dos pinheiros plantados por Fioravante Soldatelli, no então caminho que ligava Vacaria a Bom Jesus. O texto mostra que a introdução do uso da motosserra facilitou a derrubada, causando grande indig-

nação dos moradores, que viram as árvores plantadas com tanto cuidado serem ligeiramente tombadas e levadas para servirem como madeira em outro município.

O texto evidencia que embora houvesse a intenção de preservar os espaços naturais e a vegetação nativa, os esforços, por vezes, não eram suficientes para garantir o resultado almejado. A busca pelo progresso e o desenvolvimento econômico foram alguns dos principais fatores que impulsionaram a exploração da madeira nos Campos de Cima Serra, sendo a extração iniciada com a chegada dos imigrantes italianos. No entanto, as maiores agressões ao espaço ambiental aconteceram quando a atividade madeireira se tornou um dos principais pilares econômicos da região. Nesse contexto, as derrubadas e instalação de madeiras passaram a ocorrer em diversas propriedades e não apenas nas áreas de colonização italiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as transformações das paisagens nos Campos de Cima da Serra a partir da chegada dos imigrantes italianos e a instalação das primeiras serrarias na região. Analisou-se ainda os desdobramentos resultantes do desenvolvimento da indústria madeireira e as iniciativas dos projetos de reflorestamento com *pinus elliotti* e Eucalipto, buscando compreender de que modo a chegada dos imigrantes italianos favoreceu a exploração das matas de araucárias na região.

Através dos estudos realizados foi possível evidenciar que os conhecimentos trazidos pelos colonizadores favoreceram o desenvolvimento do ofício madeireiro, tornando viável a criação de diversas serrarias nos Campos de Cima da Serra. A exploração madeireira levou à perda de grandes espaços florestais, estando a *Araucaria angustifolia* entre as espécies mais afetadas. Em Vacaria os madeireiros que se estabeleceram compravam as árvores de grandes proprietários para serem retiradas e transportadas até as serrarias onde eram transformadas em tábuas para comercialização.

O reflorestamento com espécies exóticas resultou em graves prejuízos ambientais, no entanto, as reportagens divulgadas, assim como os depoimentos dos madeireiros que a cultivavam traziam ótimas referências para seu plantio. Os espaços florestais eram percebidos como áreas de extração de madeira, onde a necessidade de reflorestamento perfazia a condição para continuidade das atividades madeireiras.

REFERÊNCIAS

- CORREIO VACARIENSE. *Reflorestamento associado a criação de gado*. Vacaria, 1990, edição 786, 20 abril 1990. Acervo da Biblioteca Municipal.
- CORREIO VACARIENSE. *A colonização italiana em Vacaria*. Vacaria, 22 jul. 1988, p.09. Acervo da Biblioteca Municipal.
- CORREIO VACARIENSE. Dr. Luis Moraes Varela posiciona-se sobre o Código Florestal. Vacaria, 26 jul. 1991. Acervo da Biblioteca Municipal.
- CORREIO VACARIENSE. Novos rumos para a atividade madeireira. Vacaria, 24 jul. 1991. Acervo da Biblioteca Municipal.
- CORREIO VACARIENSE. *A derrubada das araucárias*. Vacaria, 1987. Acervo da Biblioteca Municipal.
- CORREIO VACARIENSE. *Manhart fala sobre o Código Florestal*. Vacaria, 19 jul. 1991. Acervo da Biblioteca Municipal.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- DAMIANI, Hermes; DAMIANI, Márcio. *Serraria Damiani*. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Colônia Ijuhy*. Unijuí, 2009.
- LETTI, Nério Mondadori. *Tropeirismo*. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- LINDMAN, Carl Axel Magnus. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
- ROLIM, Rosângela Gonçalves. *Flora da bacia do rio Pelotas: uso e conservação de espécies*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- VIEIRA, Euripedes Falcão. *Rio Grande do Sul: geografia da população*. Porto Alegre: Sagra, 1985.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni; NODARI, Eunice Sueli. *Campos de Altitude no Rio Grande do Sul: migrações, indústria madeireira e meio ambiente*. Anais do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis: Labimha, 2012.

Recebido em: 27/05/25

Aceito em: 24/12/25

O “IMPÉRIO” DA PRAÇA DA MATRIZ: AS CONSTRUÇÕES DA IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM PORTO ALEGRE/RS

THE “EMPIRE” OF THE MATRIZ SQUARE: THE BUILDINGS OF THE BROTHERHOOD OF THE HOLY GHOST IN PORTO ALEGRE/RS

Pedro von Mengden Meirelles¹

RESUMO

Este artigo tem como intuito discutir os princípios da Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre, enfocando na construção edifício-sede desta agremiação, conhecido como “Império”, antigamente localizado na Praça da Matriz da cidade de Porto Alegre. A irmandade do Divino é uma das mais antigas confrarias religiosas da cidade, famosa por suas festas e por sua capela, mas até o momento não foi alvo de estudo mais detalhado. Com este artigo, compilando documentos inéditos e dialogando com a bibliografia especializada, almeja-se suprir parte dessa lacuna, discutindo especificamente as diversas fases construtivas de seu edifício-sede, que foi demolido em 1929 e reerguido na Avenida José Bonifácio, em novo contexto urbano, social e religioso.

Palavras-chave: Irmandades Religiosas. Divino Espírito Santo. Arquitetura religiosa. Porto Alegre/RS.

ABSTRACT

This article aims to discuss the principles of the Brotherhood of the Divine Holy Spirit of Porto Alegre, focusing on the construction of the association's headquarters building, known as “Império,” formerly located in the Praça da Matriz in the city of Porto Alegre. The Brotherhood of the Divine is one of the oldest religious confraternities in the city, famous for its festivals and its chapel, but until now it has not been the subject of more detailed study. With this article, compiling unpublished documents and engaging with specialized bibliography, we aim to fill part of this gap, specifically discussing the various construction phases of its headquarters building, which was demolished in 1929 and rebuilt on Avenida José Bonifácio, in a new urban, social, and religious context.

Keywords: Religious brotherhoods. Holy Spirit. Religious Architecture. Porto Alegre/RS.

1 Pesquisador em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (2021) e Mestre (2016) em História Social pela mesma instituição. É membro-pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e Secretário Executivo da Revista M. – Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer. Especialista em História de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul Imperial, com ênfase em instituições religiosas (Santa Casa e Irmandades), História da Morte e Arqueologia Histórica.

INTRODUÇÃO

Há muitos anos que o estudo das irmandades religiosas criadas no Brasil colonial e imperial fornece elementos vitais para a compreensão, não só das religiosidades, mas também das dinâmicas sociais e políticas engendradas nessa antiga colônia portuguesa. Estudos variados, geralmente enfocando no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, demonstraram como essas confrarias poderiam, de um lado, reforçar as hierarquias do Antigo Regime, e por outro garantir aos egressos da senzala um espaço seguro para escaparem do cativeiro, por exemplo. Nos últimos anos, esses estudos têm se expandido para outras regiões do Império, como a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este artigo objetiva a análise de uma das irmandades criadas em Porto Alegre no século XIX, enfocando especificamente nas construções que serviram de sede social e local de culto para esses irmãos.

Em princípios dos anos 1820 foi criada em Porto Alegre a Devoção do Divino Espírito Santo, agremiação religiosa católica voltada para a promoção do culto a terceira pessoa da trindade, e encarregada da promoção das festividades do mesmo orago. Estas festas provavelmente já aconteciam há alguns anos, mas com a criação da Devoção todo o certame ganharia maior complexidade, uma vez que a confraria passaria a administrar as esmolas da população e geriria toda a administração das celebrações. Esta Devoção, que rapidamente passaria a se considerar uma Irmandade, somou-se assim ao rol dos demais sodalícios católicos que já existiam em Porto Alegre, tornando-se até os dias de hoje uma das mais queridas confrarias da cidade e uma das únicas ainda em funcionamento.

Quando a Devoção foi criada, Porto Alegre contava com uma população algo superior a seis mil pessoas (números do censo de 1814), e já era atendida por outras associações católicas, cada qual dedicada a uma entidade celeste diferente e com fins específicos: as irmandades do Arcanjo São Miguel e as Almas do Purgatório, e a do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus, criadas ainda na década de 1770, eram responsáveis pela construção e manutenção do cemitério e da igreja matriz, respectivamente; depois foram instituídas as devoções de N. S.^a do Rosário, N. S.^a da Conceição e N. S.^a das Dores, ainda no século XVIII, cada uma congregando um estrato social diferente, e todas posteriormente elevadas a Irmandade ou Ordem Terceira; por fim, em princípios do século XIX, instituiu-se a Devoção do Senhor dos Passos (1803) e a Irmandade de N. S.^a da Misericórdia (1815), essas últimas vinculadas ao Hospital da Santa Casa, que iniciou seu funcionamento em 1826 (Meirelles, 2021).

Percebe-se que esses agrupamentos de fiéis precisam ser entendidos para além de seu aspecto religioso e de devoção pessoal. Segundo di-

versos historiadores, foi justamente por conta da vigência do Padroado no Brasil colonial e imperial que as devoções, irmandades e demais confrarias multiplicaram-se com sucesso. Mara do Nascimento (2025) informa que era o Poder Régio, a partir da Mesa de Consciência e Ordens, o responsável pelo estabelecimento de paróquias, construção dos templos e provimento de párocos no Brasil, mas como o erário era sempre curto, as verbas, ainda que poucas, eram apenas direcionadas para a construção das matrizes. Esta ingerência, lembra Anderson de Oliveira (2025, p. 276), “dificultou, em algumas oportunidades, uma ação mais eficaz da Igreja, fazendo com que em determinadas regiões do Brasil a presença do clero fosse diminuta”. A historiadora Martha Abreu amplia esse debate ao dizer que:

Em geral, dentro desta prática religiosa, o clero secular tinha uma atuação que se limitava à celebração de alguns sacramentos (batismos, missas, comunhões, casamentos e extrema-unções) em datas específicas. Seu trabalho de evangelização sempre foi pouco expressivo, devido aos limitados recursos que a Coroa enviava, à sua deficiente formação religiosa e à grande dependência em relação aos leigos. [...] Desta forma, os leigos tornaram-se os maiores agentes do catolicismo barroco [...]. Organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor e para proporcionar benefícios aos irmãos, que se comprometiam com uma efetiva participação nas atividades (Abreu, 1999, p. 33-34).

Mesmo no período Imperial, em que pese à reestruturação administrativa da Coroa, as irmandades religiosas seguiram tendo uma presença preponderante na realidade nacional, multiplicando-se em grande quantidade, muitas vezes construindo igrejas próprias que, apesar de privadas, eram abertas em datas específicas para não-irmãos, contribuindo para difusão da fé.

É importante considerar também que as irmandades serviam também como locais de sociabilidade e de auxílio mútuo, mesmo aquelas que não tinham como foco o estabelecimento de hospitais. Várias reuniam pessoas a partir de um recorte profissional. Outras, como as dedicadas a santos, congregavam especialmente fiéis de cor, servindo como um espaço de socialização algo mais seguro, mesmo no seio de uma sociedade racista e escravocrata. No outro extremo da sociedade, o pertencimento a confrarias de elite, como as Ordens Terceiras, garantia ao fiel mais um distintivo de hierarquia, algo importante em uma sociedade fortemente estratificada como a do Brasil oitocentista. Este debate foi tratado com minúcias em trabalho recente do historiador Pedro Meirelles (2021, p. 102 *et seq.*) e pode ser conferido também no restante da bibliografia já citada.

Devoções e Irmandades leigas devem ser entendidas, assim, como espaços estrategicamente formados pela população com objetivos que em grande parte corriam ao largo dos aspectos religiosos. Nestes espaços, seus administradores tinham alguma autonomia de ação, qualidade que muitas vezes os levavam a entrar em conflitos com as autoridades responsáveis (Tavares, 2008). Quando essas irmandades ganhavam maior poder e vulto, e saíam da igreja matriz para construir templo próprio, sua autonomia aumentava e elas poderiam passar a influenciar diretamente na construção do próprio espaço urbano (Nascimento, 2025).

É por essas e outras características que as irmandades leigas têm sido utilizadas nos últimos anos como ponto focal para trabalhos de História Social interessados em compreender as dinâmicas sociais das populações brasileiras nos séculos XVIII e XIX, principalmente. No Rio Grande do Sul, as pesquisas na temática foram retomadas a partir de fins dos anos 1990 por Fábio Kühn (1999, 2010) e especialmente na década seguinte, com a defesa da tese de Mara do Nascimento em 2006 (publicada em 2025) e de Mauro Tavares no ano seguinte (publicada em 2008). Esses últimos trabalhos incentivaram a realização de pesquisas pontuais sobre outras irmandades leigas em Porto Alegre, como as de Almeida e Moreira (2017) e Meirelles (2021).

Nenhum desses estudos, entretanto, tratou da Irmandade do Divino Espírito Santo, a promotora de uma das festas mais tradicionais da cidade, que por anos pontilhou de coretos e pavilhões a Praça da Matriz, em eventos tão populares que foram narrados por quase todos os cronistas da cidade. A ausência de pesquisas pode ser explicada, em parte, pela localização das fontes: enquanto no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, principal repositório de documentação eclesiástica de Porto Alegre, quase nada pode ser encontrado sobre a Irmandade do Divino, na sede desta, à Avenida José Bonifácio, 753, estão armazenados documentos que abarcam os últimos 110 anos, mais ou menos. A documentação oitocentista da Devoção criada em 1821 está depositada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Pelo que foi possível averiguar, o único pesquisador a analisar esses documentos até o momento foi Luiz Fernando Rhoden (2022).

É pelo ineditismo desta documentação e pela ausência de outras pesquisas que tenham se debruçado sobre esta irmandade porto-alegrense que se escreve este artigo, almejando que ele se torne o primeiro de uma série de pesquisas sobre essa agremiação. De todos os temas possíveis de serem estudados a partir da temática das confrarias leigas, escolhemos para esse primeiro momento discutir os edifícios-sede conhecidos como “Impérios”, que por mais de século existiram na Praça da Matriz, ao lado da velha igreja, no centro da capital. O atual Império – que tem a denominação

de capela ou igreja e está localizado no bairro Bom Fim – é resultado das obras de remodelação urbana da década de 1920, que reconfiguraram tanto aquela praça quanto o campo da Redenção, atual Parque Farroupilha.

Nas páginas a seguir se discutirá em breves apontamentos os aspectos particulares da devoção ao Divino, a chegada deste culto ao Brasil, e a formação da Devoção em Porto Alegre, para em seguida abordar as construções daquela edificação que marcou a paisagem antiga da cidade, até ser demolida para a construção da atual Catedral Metropolitana. A trasladação do templo para a Avenida José Bonifácio, as festas da irmandade, as eleições dos Imperadores-festeiros e outros aspectos, pela exiguidade do espaço, ficarão para serem abordados em outras oportunidades.

1 ORIGENS DO CULTO AO ESPÍRITO SANTO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Na liturgia católica, duas são as passagens que resumem os aspectos mais importantes do Espírito Santo. No evangelho de Marcos (1:9-10), assim que Jesus é batizado por João, uma pomba desce dos céus, simbolizando o reconhecimento divino do novo messias. E, no evangelho de João (1:29-34), após Cristo ter ascendido aos céus, os apóstolos são ungidos por línguas de fogo que lhes dão o poder de se comunicar com todas as populações da terra. Ambas as cenas representam o nascimento da Igreja Católica, quer pelo reconhecimento de que Jesus era o Cristo, quer pela incumbência divina aos apóstolos para que propagem a Boa Nova entre todas as nações. O culto à terceira pessoa, portanto, insere-se em uma lógica evangelizadora, que dá a todo fiel a tarefa e obrigação de divulgar a palavra de deus em todo mundo.

Se a inspiração do Espírito Santo ou do Pentecostes está presente na igreja católica desde o seu princípio, um culto especial ao Divino parece ter surgido na Europa por volta dos séculos XII e XIII, e relacionado especialmente com o surgimento da ordem de São Francisco de Assis, trazendo o ideal da imitação de Cristo (Nagy & Biron-Ouellet, 2020). Evilázio Teixeira (2013) informa como que essa associação entre os franciscanos e o Divino fez com que esse culto tenha se propagado naquele período com intrínseca relação com o *zeitgeist* que colocava na pobreza, na penitência e na caridade o caminho para a salvação da alma. Nesta mesma linha de raciocínio que o culto teria chegado a Portugal pelas mãos da rainha Isabel:

E foi esta devoção [ao Divino Espírito Santo] que levou a rainha Santa Isabel de Aragão, no ano de 1296, na capela de Alenquer, a realizar, ainda com caráter desconhecido, uma

cerimônia em que um pobre foi convidado a tomar o lugar do rei, sendo servido pelo monarca e recebendo do bispo o cetro e a coroa ao som de *Veni Creator Spiritus* (Teixeira, 2013, p. 238, nota 10).

Esta história é considerada apócrifa para outros especialistas, conforme discutido em Rocca (2009) e Graebin (2012). É importante ressaltar, contudo, que o culto ao Divino não tem origem portuguesa ou açoriana, mas sim, conforme aponta a bibliografia, foi uma devoção comum a toda Europa em dado período, relacionada em vários lugares com a questão da pobreza. Em vários pontos daquele continente, inclusive, no mesmo período, aconteciam outros rituais em que havia uma inversão temporária da ordem, com a coroação simbólica de um indivíduo pobre ou uma criança, que “governava” temporariamente o reino durante a duração da celebração (Abreu, 1999). São, entretanto, as particularidades da celebração portuguesa que dizem respeito aos fins desse texto.

As festas do Divino conforme feitas em Portugal (continental e peninsular) tinham como principais características “as folias, a coroação de um imperador e o império; as comemorações profanas junto com os atos religiosos, a fartura dos alimentos vendidos ou leiloados na festa e uma preocupação genérica com os pobres da cidade” (Abreu, 1999, p. 41).² Era, e em muitos lugares segue sendo, uma festa dividida em duas partes, que se estruturam em modo sequencial ou concomitantes: uma religiosa, focada na preparação para o Dia de Pentecostes; e outra profana, com os festejos populares e a própria coroação do rei. No calendário católico, o dia de Pentecostes cai sempre 50 dias após o Domingo de Páscoa.³ A celebração inicia-se logo após a Páscoa, com a visitação das bandeiras e as novenas do Divino.

A simbologia e o aparato dessas celebrações misturam elementos quer de origem nas Escrituras, quer na tradição europeia (ou em Dona Isabel). As *Bandeiras do Divino*, vermelhas, são inspiradas nas línguas de fogo das Escrituras. A figura da pomba lembra o Espírito Santo que desceu sobre Jesus em seu batismo. Essas bandeiras percorriam rua a rua, casa a casa, levando as bênçãos do Espírito Santo e recolhendo esmolas (peditórios) para a manutenção do culto e realização das festas (Teixeira, 2013; Graebin & Januário, 2019; Pereira, 2020).

² Importante destacar que a cultura açoriana não é uma e homogênea, com cada ilha (e cada freguesia dentro de uma ilha) tendo tradições próprias, que podem ou não ser similares às demais. Ver, entre outros, Pereira (2020) para uma apresentação mais detalhada sobre o modo como se dá a celebração em parte da Ilha de São Miguel.

³ O Domingo de Páscoa, por sua vez, também é uma data móvel: comemora-se no primeiro domingo após a primeira lua cheia que ocorre após o equinócio de Primavera.

Após a visitação das Bandeiras, nove dias antes do dia de Pentecostes têm início as novenas do Divino, realizadas no templo. É outro elemento religioso da celebração, uma preparação mental e espiritual para o dia de Pentecostes, em lembrança ao ato dos apóstolos e à dádiva dada pela Trindade para a humanidade.

No dia de Pentecostes (ou na semana anterior, em algumas localidades) era coroado o Imperador do Divino, que reinaria até o Pentecostes seguinte, sendo o responsável pela realização do próximo peditório e festa. Figura, nessa ocasião, a coroa de prata que recorda quer as “reynages” medievais, quer a coroa de Dona Isabel de Aragão.

Aliado à figura do Imperador estavam os Impérios do Espírito Santo, questão com a qual a bibliografia não é unânime. Segundo Martha Abreu, os impérios eram um espaço físico, temporário, uma “casa próxima ao centro das comemorações [...] que abrigava os imperadores para comandar as festividades e representava o palácio de onde saíra a rainha Santa Isabel em procissão levando sua coroa real encimada por uma pombinha” (Abreu, 1999, p. 39-40). Seriam estruturas efêmeras, erguidas e desmanchadas todos os anos. Luisa Rocca (2009, p. 303) suporta essa afirmação, dizendo, porém, que a partir do século XVIII várias localidades dos Açores passaram a construir Impérios de alvenaria, que eram conhecidos como “treatos” ou “teatros”. Esses “teatros” não seriam capelas, não teriam altares ou imagens religiosas nem cruz na fachada, e serviriam apenas para guardar os artefatos necessários para a festa do Divino e para reunião dos responsáveis pelo evento.

No Brasil, alguns estudiosos do tema (Cascudo, 1988, p. 294; Abreu, 1999, p. 40) afirmam que o culto ao Divino chegou já no século XVI, no princípio da colonização, porém essa conclusão não é baseada em documentação primária; os primeiros relatos conhecidos sobre festas do Divino na colônia datam de meados do século XVIII (Graebin & Januário, 2019, p. 126). Pesquisadores, folcloristas e escritores de todos os tipos, com maior ou menor rigor científico, sugerem que as festas do Divino eram realizadas no passado em todas as Capitanias e Províncias onde havia maioria de população portuguesa (e especialmente açoriana): Walter Spalding (1955) menciona principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul; e Câmara Cascudo (1988, p. 294) acrescenta Paraná, Maranhão, Amazonas, Goiás, Distrito Federal “e etc.”. Entende-se que os festejos, como praticados no Brasil, bebem da tradição portuguesa; porém, como procurou se demonstrar acima, essa tradição não é de exclusividade dos açorianos, apesar de a maioria da bibliografia contemporânea atribuir quase que exclusivamente o culto e os festejos do

Divino aos ilhéus (Rocca, 2008, 2009; Teixeira, 2013; Rhoden, 2022; Weimer, 2022).

A pesquisa de maior vulto sobre o culto ao Divino em terras brasileiras é a da historiadora Martha Abreu (1999) para o Rio de Janeiro oitocentista. Os documentos consultados por ela apontam para uma celebração em muito similar à já descrita para Portugal: preparativos iniciados no período da Páscoa; eleição de um imperador menino; ereção de um palanque (“império”) para o abrigar; visita das bandeiras pelas casas; recolhimento de esmolas para a realização da festa; distribuição de brindes e comidas; realização de leilões de ofertas e quermesses; novenas, missas solenes, procissão. Em alguns momentos, essas festividades eram acompanhadas de congadas, cavalcadas e lutas de mouros e cristãos, como se verifica também em Pirenópolis (GO) e Viamão (RS) no século XIX (Graebin, 2012).

A bibliografia sobre as festas do Divino no Rio Grande do Sul ainda é limitada. O trabalho pioneiro parece ter sido o de Walter Spalding (1955), que tinha caráter de levantamento folclórico. Texto de inspiração semelhante foi publicado por Paixão Côrtes em 1983, “memorialista e folcloristas sul-rio-grandense que, em exaustiva pesquisa, cartografou as devoções [...] [em] Santo Antônio da Patrulha, Osório, Gravataí, Taquari, Rio Pardo, Triunfo, Porto Alegre, Viamão, Mostardas, São José do Norte, Rio Grande, São Lourenço, Caxias do Sul, Caçapava do Sul, Vacaria, Bagé, Jaguarão, entre outras” (Graebin & Januário, 2019, p. 127). Mais recentemente, destacam-se a dissertação de Célia Jachemet (2002 [1999]) sobre as festas em Gravataí e Santo Antônio da Patrulha;⁴ e os trabalhos de Cleusa Graebin (2012; Graebin & Januário, 2019). O arquiteto Fernando Rhoden (2022) possui artigo recente sobre a presença dos “impérios” do Divino no Rio Grande do Sul em Taquari, Rio Pardo, Santo Amaro do Sul, Viamão, Triunfo, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul, Osório e Porto Alegre.

2 O DIVINO EM PORTO ALEGRE

Por muitos anos, a partir da década de 1930, e com mais força na década seguinte, pesquisadores trataram Porto Alegre como sendo uma cidade fundada por açorianos, apresentando até os dias de hoje elementos tipicamente açorianos, como as casas em fita, as pontes em arco de pedra, os moinhos de vento (Fortes, 1932; Wiederspahn, 1979; Weimer, 2022; Oliveira

4 A autora também contribuiu com o capítulo “As festas do Espírito Santo em Portugal-Açores e sua transmigração para o Brasil e Rio Grande do Sul”, incluso na obra “Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul”, organizada por Véra Barroso em 1993.

& Tocchetto, 2024, entre outros).⁵

Pesquisas sobre práticas culturais de origem açoriana em Porto Alegre, com especificidade para as práticas religiosas, são praticamente inexistentes: uma rara exceção são os trabalhos de Francisco Riopardense de Macedo (1973, p. 191-193; 1982, p. 73-78; 2002, p. 208-210) que, ao tratar de outros elementos culturais das Ilhas, pincelam sobre a devoção do Menino Deus. Sobre o Divino em Porto Alegre, até o momento, não existe nenhuma pesquisa rigorosa, excluindo-se trabalhos com viés arquitetônico tratando da construção dos impérios (Rhoden, 2022; Weimer, 2022). Quanto à prática da festa e a formação da irmandade, a historiografia tradicional aplica uma lógica simplista e redutora: se havia açorianos aqui desde 1752, é lógico supor que aí tenham se iniciado as celebrações do Divino.

Preferimos estruturar nossas conclusões a partir de bases documentais. Como escreveu Sérgio da Costa Franco, “a história escrita sem a busca de documentos não raro atropela a verdade” (Franco, 2015, p. 48). Não é uma defesa por uma história mais positivista, mas não compactuamos com uma ciência que constrói seus fatos no apriorismo, descolada da realidade parcial das fontes primárias. O silêncio a respeito da história da devoção do Divino Espírito Santo em Porto Alegre deve-se mais a falta de interesse do que à falta de fontes.

Poderia se presumir, como muitos autores já o fizeram, que existindo açorianos na região em que hoje está Porto Alegre desde 1752, se iniciaram aí as celebrações do Divino. Não existe, porém, qualquer fonte documental encontrada até o momento que suporte essa conclusão. Já na década de 1970, o padre Ruben Neis, em diversos textos, demonstrou pela análise dos livros eclesiásticos do Porto dos Casais que a grande maioria dos ilhéus que chegaram no porto de Viamão em 1752 não ficaram esperando a entrega das terras, mas se deslocaram para outras paragens, como Taquari (Neis, 1972). A primeira menção à Capela de São Francisco data de fins de 1768.

Até a criação da freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, em 1772, aquela área ainda estava sob jurisdição do pároco de Viamão (Meirelles, 2021). Na documentação dessa matriz não foi localizada até o momento nenhum pedido de autorização para realização de festejos ao Divino no Porto dos Casais no século XVIII. Uma vez criada essa freguesia, quem quer que fosse realizar eventos (religiosos ou civis) também precisaria pedir autorização para a Câmara: da mesma forma, nos documentos existentes relativos à municipalidade de Porto Alegre a partir de 1772, também não se

5 Para uma discussão mais ampla a respeito das disputas historiográficas sobre a colonização de Porto Alegre ver, entre outros, Meirelles (2016, p. 30-84) e Monteiro (2022).

conhece menções a comemorações no Dia de Pentecostes.

É importante fazer-se uma distinção que, embora seja conceitualmente clara, não é simples de se realizar a partir da documentação existente: a existência de uma “devoção” – de um ato devocional – *não necessariamente* implica na formação ou existência de uma “Devoção” – isto é, de um grupo organizado de fiéis. Não acreditamos, como querem apontar certos historiadores, que a Devoção (em maiúscula) estivesse organizada em Porto Alegre desde “os primeiros dias da existência” da povoação (Porto Alegre, 1906, p. 92); “mais ou menos desde 1760” (Spalding, 1953); ou de “fins do século XVIII” (Spalding, 1967, p. 254). Nada na documentação pesquisada aponta para isso. Entendemos que, de 1772 até 1818, havia uma devoção, um carinho especial, pelo Divino Espírito Santo, que até podia estar representado por uma imagem colocada em algum altar lateral na primitiva igreja matriz, *mas não existia uma instituição, um grupo organizado* em torno da dita imagem ou orago.

A primeira menção documentada a algo relacionado às festas do Divino em Porto Alegre data de *11 de outubro de 1817*: neste dia, os vereadores discutiram em sessão um ofício do Marquês de Alegrete, aprovando requerimento de alguns moradores da Rua do Arvoredo (atual Coronel Fernando Machado) que desejavam a abertura de uma via “entre as casas do Pe. Antônio de Azevedo e Souza e as [casas] do Império”.⁶ Cinco dias depois, os vereadores, acompanhados do Tenente-Coronel Engenheiro João Vieira de Carvalho e do arruador do Concelho Agostinho de Borba, foram até o local em questão para demarcar a nova rua, que se convencionou denominar-se-ia “rua do Império”, e teria a largura de 43 palmos ou 10,75 metros.⁷

Esta rua, a atual Rua Espírito Santo, foi assim descrita pelo cronista Antônio Álvares Pereira Coruja em 1888:

O Beco do Império: Quem conheceu este beco desde os antigos tempos, sabe ou deve lembrar-se que só tinha duas casas nas duas esquinas da Rua da Igreja, uma das quais era casa de oração e também de profanação: de oração quando os devotos de joelhos ofereciam ao Divino Espírito Santo as suas promessas a troco de pombinhas e pão bento que lhes dava o muito conhecido Francisco Leonardo, e de profanação quando essas promessas eram postas em leilão por leiloeiros de maus ditérios auxiliados ou secundados por

6 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara, Atas de Vereança (Cópia), Livro 6/7 de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1812-1819), termo de 11 out. 1817.

7 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara, Atas de Vereança (Cópia), Livro 6/7 de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1812-1819), termo de 16 out. 1817.

palavradas dos licitantes. Não é preciso dizer que falo do Império do Divino [...].⁸

Coruja nasceu em Porto Alegre em 1806, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1837 para escapar da Revolução Farroupilha, e faleceu naquela cidade em 1889. Ao escrever essa descrição do Beco do Império ele estava se referindo à rua da década de 1830, quando já estava formada a Devoção do Divino Espírito Santo. Quando a rua foi demarcada, em 16 de outubro de 1817, ainda não estava organizado em Porto Alegre nenhum tipo de agrupamento de fiéis em torno da imagem do Divino, ou responsável pelas festas do mesmo orago. Porém, como se demonstrou anteriormente, era muito possível que existisse um “império” sem haver irmandade, e é isto que aparentemente se deu em Porto Alegre até aquele momento.

Até 1818, em Porto Alegre, as festas do Divino eram realizadas na (e pela) Matriz da Madre de Deus. Quem afirma isto é o Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes. Sobre o Espírito Santo em Porto Alegre escreveu ele:

Celebrando-se há muitos anos na Matriz de N. S. Madre de Deus a festa do Espírito Santo, a 7 de outubro de 1818 Amadeu Antônio de Faria, Antônio Fernandes Teixeira, Lourenço Júnior de Castro, e João Coelho das Neves se reuniram sob a presidência do Vigário Antônio Vieira da Soledade, com o fim de organizar esta Devoção; e no seu 1º Livro de Deliberações, aberto e numerado por Caetano Xavier Pereira de Brito a 10 de maio de 1821, se lê 15 regras que formularam para sua direção.⁹

Esse primeiro livro de Deliberações mencionado por Lopes não foi localizado durante esta pesquisa. Existe no IHGRS, porém, um Livro de Receita e Despesa aberto em 18 de maio de 1821 que, em sua entrada de 21 de maio, confirma algumas das informações dadas por aquele autor:

Pelo alcance em que ficou a Devoção do Divino Espírito Santo com o Tesoureiro João Coelho Neves, como consta do encerramento feito a 10 de junho de 1820 das contas findas

8 CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Antigualhas: As ruas de Porto Alegre (Continuação). In: AZAMBUJA, Graciano A. de (Dir.). *Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul para o anno de 1889*. Porto Alegre: Gundlach & Cia., 1888. p. 94-103. O texto foi escrito no Rio de Janeiro em março de 1888.

9 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LOPES, Arcediago Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul (1737-1891)*. Transcrição de João Maria Balém.

em o Livro que então servia de Receita e Despesa desta Devoção, e na conformidade do Artigo 14º das Deliberações da Mesa se transporta ao presente Livro o mesmo alcance, da quantia de cento trinta e cinco mil duzentos e vinte cinco réis (135\$225).¹⁰

Percebe-se por esses dados que em junho de 1820 já havia um certo código de conduta e administração, não ainda um Compromisso ou um Estatuto, mas certas deliberações que guiavam a ação daqueles homens empenhados na difusão do culto ao Divino Espírito Santo e na feitura das festas ao mesmo orago – as receitas de 29 de maio e 10 de junho de 1821 atestam a realização de “festas” ou “folias”.¹¹

A documentação existente não permite afirmar com clareza o que aconteceu entre 07 de outubro de 1818 – quando se *idealizou a Devoção* – e 10 de maio de 1821 – quando se *formulou seu primeiro conjunto de regras*. Pode-se presumir que aquele grupo – Amadeu Antônio de Faria, Antônio Fernandes Teixeira, Lourenço Júnior de Castro, e João Coelho das Neves –, apoiados pelo vigário da Matriz, tomou para si os encargos da organização das festas anuais em honra do Divino Espírito Santo.

A elaboração das “15 regras” ou deliberações em princípios de 1821 sugere que os responsáveis pela Devoção sentiram a necessidade de dar uma maior solidez administrativa, bem como um incremento na relação mútua entre os fiéis. Esta é a principal diferença entre uma Devoção e uma Irmandade, na compreensão do historiador Caio Boschi: enquanto nas Devoções o fiel compartilhava da coletividade apenas nos festejos ao santo, nas Irmandades se formavam “verdadeiras famílias artificiais” (Boschi, 1986, p. 13-14). Para que uma Devoção virasse Irmandade, era preciso que elaborasse um Compromisso ou Estatuto, que deveria ser aprovado quer pelo Governo Civil quer pela autoridade eclesiástica, e que garantisse a formação de um patrimônio para a manutenção de suas atividades (Meirelles, 2021, p. 100-101). De acordo com os dados apresentados por Dias Lopes, em 25 de agosto de 1822 os devotos do Divino elaboraram “novas regras contidas em nove capítulos para a admissão de irmãos”.¹² Não foi possível localizar-se cópia

10 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859) e Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 3, despesa de 21 maio 1821.

11 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859) e Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 2v, receitas de 29 maio e 10 jun. 1821.

12 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LOPES, Arcediago Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul (1737-1891)*. Transcrição de João Maria Balém.

dessas novas regras, nem localizamos qualquer informação que demonstre se este regulamento passou por aprovação.

Porém, na compreensão da própria instituição, aí se deu o nascimento da Irmandade, uma vez que, pelo menos desde 1901, todos os Compromissos trazem, em seu artigo 1º - “Da Irmandade e seus fins” o seguinte:

O serviço do culto do Divino Espírito Santo, para cujo fim foi criada em 07 de outubro de 1821 uma devoção, a qual em 15 de agosto de 1822 foi elevada à Irmandade, constitui a base fundamental dos deveres da Irmandade e seus membros.¹³

Para as autoridades religiosas, no entanto, mesmo com um novo regulamento estruturado, a Devoção do Divino seguia sendo uma devoção. É esta a visão compartilhada por Vicente Zeferino Dias Lopes, que informa que um Compromisso só foi estruturado, e aprovado por Dom Sebastião Dias Laranjeira em 1875.

Na visão da Devoção (se podemos afirmar), entretanto, as deliberações de agosto de 1822 representaram o início de uma nova etapa: em 30 de setembro a diretoria decide adquirir um consistório – isto é, uma sala de reuniões, onde poderia reunir-se privadamente para discutir assuntos de seu interesse. Primeiramente adquirem o antigo consistório da Irmandade de N.ª S.ª das Dores, localizado ao lado da Igreja Matriz, e em um segundo momento – a 09 de outubro, conforme Dias Lopes – decidem erigir um Império.

3 OS “IMPÉRIOS” DA PRAÇA DA MATRIZ

Em publicação recente, os arquitetos Luiz Fernando Rhoden e Gunter Weimer, cada qual em seu artigo, debatem a natureza dos impérios do Divino de Porto Alegre. Enquanto Weimer (2022, p. 563) sugere que essas construções “eram capelas dedicadas à devoção do Espírito Santo”, Rhoden (2022) afirma que esses locais não tinham função de culto, mas sim de consistório e depósito. A esta discussão deve-se somar a apresentada por Martha Abreu (1999) para o Rio de Janeiro, que informa que na documentação da antiga Corte, esse termo aparece também para significar os palanques efêmeros erguidos durante as celebrações para abrigar o imperador do Divino.

13 Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, Documentos Avulsos – Irmandade do Divino Espírito Santo. *Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo em Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas typographicas d’A Nacional”, 1901.

A documentação consultada para Porto Alegre dá espaço para a mesma confusão. A primeira menção a uma edificação relacionada ao Divino Espírito Santo é aquela ata da Câmara que se refere, cremos, a uma edificação aos moldes da descrita por Rhoden: servia para armazenar tudo o material usado nas celebrações em honra desse orago, realizadas antes que fosse formada a Devoção. No primeiro livro de inventário da Devoção, em entrada de 25 de julho de 1821, consta a seguinte descrição de um imóvel:

Um Império com paredes de tijolo, coberto de telhas, com vinte e três palmos de largo, livres de parede, e trinta e seis e meio de fundos, livres de paredes, com duas janelas, e uma porta na frente.¹⁴

Acreditamos, pela organização cronológica dos fatos, que se trate dessa edificação mencionada nas atas da Câmara de 1817. Na compreensão de Rhoden, ela seria:

[...] uma pequena casa térrea, de planta retangular, com 5,26 m de largura e 8,23 m de comprimento (área de 43,29 m²), sem paredes internas, com duas janelas e uma porta na frente. No mesmo inventário não consta nada sobre a presença de um oratório ou altar no interior do “Império”. Era um prédio muito simples, do qual, infelizmente, não se tem maiores registros e os historiadores não o mencionam (Rhoden, 2022, p. 584).

Uma vez formada e estruturada a agremiação, a diretoria decide pela compra do antigo Consistório das Dores, localizado em um prédio anexo à Igreja Matriz, que estava vazio desde 1813 quando esses irmãos se mudaram para capela própria construída na Rua Riachuelo (Meirelles, 2021, p. 138).

Em 30 de abril de 1823, o livro de contas da Irmandade das Dores registra que por 153\$600 fora vendido o “quarto de casas” que servira de consistório para a devoção do Divino Espírito Santo.¹⁵ Quem fez a compra, em nome da Devoção, foi João Inácio Teixeira, que o memorialista Pereira Coruja identifica como sendo o Imperador-Festeiro de 1823 (Coruja, 1983, p. 113). Segundo o Tesoureiro da Devoção, “João Inácio Teixeira tinha feito a despesa, e não queria indenização” – isto é, adquiriu com seu próprio di-

14 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859) e Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 1, Inventário de 25 jul. 1821.

15 Memorial da Igreja Nossa Senhora das Dores, *Livro 37: Primeiro Livro de Receita e Despesa (1801-1834)*, fl. 123v, receita de 30 abr. 1823. Conferir também, daquela Irmandade: *Livro 45: Termos de Mesa (1801-1853)*, fl. 55v-56, ata de 13 jun. 1821.

nheiro o quarto de casas, e doou para o Divino Espírito Santo.¹⁶

Os dados existentes não deixam claro se, a partir da compra desse imóvel, a Devoção do Divino abriu mão da casa anterior. Pela leitura da documentação mencionada, acreditamos que tenham mantido apenas um imóvel – o antigo das Dores – que seria reformado algumas vezes entre junho de 1822 e maio de 1826.¹⁷

Em 1835 esse império-consistório é tratado como “sobrado”,¹⁸ e no Inventário feito em 29 de maio do ano seguinte é incluído: “Um Império com 70 palmos de fundos e 24 de frente, assobradado para os fundos e envidraçado”.¹⁹ “Assobradado”, segundo definições da época, era construção com “pavimento de sobrado”, sendo esse definido como “o soalho ou pavimento do andar da casa, por cima, e mais alto que o pavimento térreo”.²⁰

Infelizmente, nem a documentação do Divino nem a da Ordem 3ª das Dores dão as dimensões do Consistório adquirido em 1822, então não se pode ter certeza se a construção que recebeu sobrado a partir de 1835 era o prédio adquirido, mas subentende-se que sim. Supõe-se, assim, que o consistório, térreo, adquirido em 1822/1823, tenha sido reformado por volta de 1835, ganhando um segundo andar aos fundos.

Em 22 de outubro de 1838, no segundo inventário feito naquele ano, é indicado pela primeira vez uma “Capela do Império”.²¹ Dez anos depois, segundo o arquiteto Rhoden:

no livro de inventário [...] há referências a vários objetos de relíquias ou ex-votos, como “uma mão grande de prata; uma mão grande de pau; uma perninha de prata; um pé de prata;

16 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LOPES, Arcediago Vicente Zeferino Dias. *Nôtuas sobre a História Eclesiástica do Rio Grande do Sul (1737-1891)*. Transcrição de João Maria Balém.

17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 16, despesa de 14 jun. 1822; fl. 36, despesa de 12 maio 1826.

18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 51, despesa de 1835. Esta prestação de contas foi encerrada em 18 de outubro de 1835.

19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 5-9, Inventário de 29 maio 1836. Outro registro de inventário feito no mesmo ano informa: “Uma casa com um sobradinho que serve de Império”. Idem, fl. 9-12, Inventário de 04 jul. 1838.

20 SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2v. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/en/dicionarios/>.

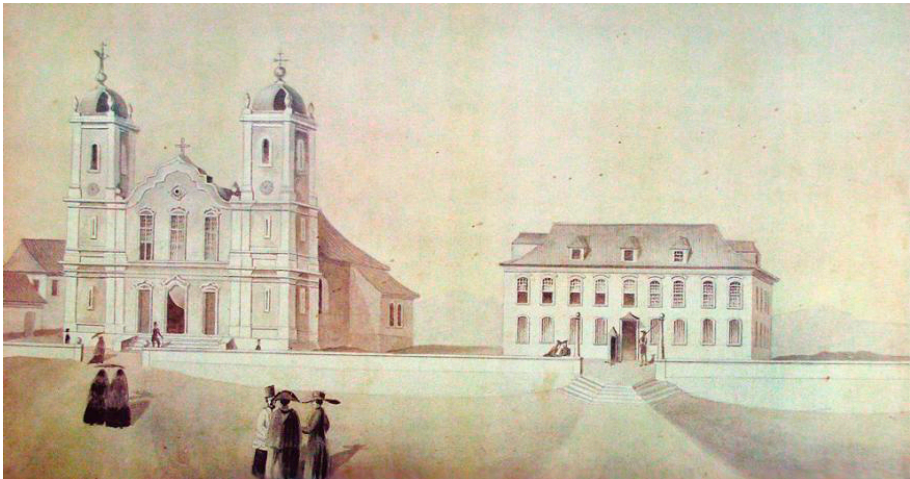
21 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 57, despesa de 22 out. 1838.

uma orelha de prata”. Consta também, pela primeira vez, uma referência à existência de um oratório dentro do prédio do “império”. Aqui cabe uma especulação, a ser comprovada: a existência de um oratório dentro do “império”, em 1848, já seria uma evidência de que o mesmo teria sido elevado à capela? (Rhoden, 2022, p. 584).

A especulação de Rhoden parte da compreensão de que um “Império do Divino” deveria ser apenas uma edificação para depósito das alfaías do culto do Espírito Santo e para reuniões da irmandade, e não um local de culto. Entretanto, como se demonstrou, todas as confrarias religiosas tinham no culto, mesmo que no culto privado, uma de suas razões de existência. Portanto, a descrição de um oratório dentro do Império em nada altera a sua natureza.

São bastante conhecidos os desenhos feitos pelo mercenário alemão Hermann R. Wendroth, que passou pelo Rio Grande do Sul em 1852. Um desses desenhos foca na Igreja Matriz e no Palácio do Governo, mas pode ser visto no canto esquerdo da imagem, ao lado da igreja, um pedacinho de edificação que se assemelha em muito com a Capela do Divino conforme vista em fotografia de fins da década de 1860. Se se tratar de fato da Capela da Devoção, essa já apresentava em 1852 uma construção em dois volumes: um à frente, alinhado com a Rua da Igreja, que tinha uma porta lateral voltada para a Matriz, e outra construção de fundos, de dois andares, com ao menos duas janelas na parte superior.

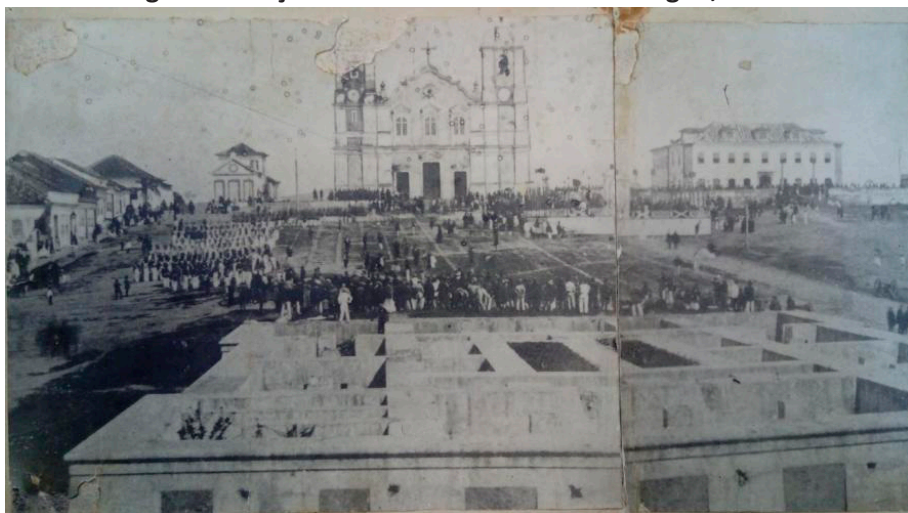
Figura 1: Praça da Matriz em 1852. Hermann Wendroth, 1852



Fonte: Wendroth, Hermann Rudolph. O Rio Grande do Sul em 1852: Aquarelas de Hermann Rudolph Wendroth. Guaíba: Riocell, 1982.

Na década de 1860, no contexto da Guerra do Paraguai, o fotógrafo Luiz Terragno produziu as primeiras fotografias conhecidas a retratarem a cidade de Porto Alegre. Em uma das mais famosas, tomada a partir do atual Palácio da Justiça, vê-se uma concentração de tropas na Praça da Matriz, além da antiga igreja e palácio, já retratados no desenho de Wendroth. Ao lado da velha matriz, tem-se, na fotografia, uma visão privilegiada do antigo Império do Divino.

Figura 2: Praça da Matriz em 1865. Luiz Terragno, 1865.



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fototeca, F-01 A: Porto Alegre Antigo (Ferrari), Fotografia da Praça da Matriz com a concentração das tropas para a Guerra do Paraguai, Luiz Terragno, 1865.

Outras fotografias da mesma época permitem outros vislumbres do Império:

Figura 3: Matriz e Império, década de 1860.

Fonte: À esquerda: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo AF-013, Mapoteca, Gaveta 4, Álbum Porto Alegre Antiga, Fotografia 012 – Praça da Matriz. À direita: Franco, Sérgio da Costa. Porto Alegre – Guia Histórico. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, p. 131.

Nas imagens se vê uma construção em dois volumes. Pode-se entender que à frente, com entrada pela Rua da Igreja, ficava a Capela do Divino (Capela do Império), com três portas na fachada e um óculo no frontão e telhado em duas águas. Aos fundos desse primeiro edifício vê-se outro, geminado, assobradado, com dois andares e telhado em quatro águas. Só se pode visualizar a fachada noroeste, fronteira à Matriz, e nela se vê uma porta e duas janelas no andar térreo, com mais três janelas no piso superior (duas na lateral e uma na frente). Acreditamos que esta segunda construção fosse o consistório da Irmandade, que era adentrado por essa ruela existente entre a Capela e a Igreja.

Esta maior complexidade arquitetônica da Devoção do Divino na década de 1860 aponta em um crescimento de importância desse grupo de fiéis na cidade de Porto Alegre. Outro indicativo dessa importância é o fato de que uma planta urbana desenhada em 1868 é a primeira representação cartográfica da cidade a indicar a localização da Capela do Divino (nº 11 na planta).²² Mesmo que já houvesse um prédio vinculado a esse culto desde pelo menos 1817, em nenhum dos mapas e plantas anteriores conhecidos ele é mencionado ou representado.

22 Biblioteca Nacional (Brasil), Coleção Benedicto Ottoni. CAMARGO, Antônio Eleutherio de. (Dir.). *Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Lith. Imperial de Emílio Wiedmann, 1868. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325142/cart325142.htm.

Em outubro de 1862, a Devoção do Divino havia oficiado à Câmara, solicitando cedência de um pedaço da Praça da Matriz, localizado “entre a casa do baile e o paredão fronteiro à Assembleia Provincial”, pedido que foi indeferido.²³ No requerimento não é informado o motivo desta solicitação, mas cremos que dado o crescimento da Devoção nessa época, seus membros acreditassem que era necessário um espaço maior para a construção de nova Capela, tarefa que seria difícil no exíguo espaço que detinham. Por isso, cogitavam a mudança de endereço, ainda na Praça da Matriz, mas em sua face oeste.

Esta pretensão de aumento do templo ficaria suspensa por alguns anos. Em 1875, como já informado anteriormente, os poderes temporal e secular aprovavam o Compromisso, transformando oficialmente a Devoção em Irmandade. Essa mudança de status faz com que os planos por uma capela maior sejam reavivados. Diante da negativa anterior por parte da Municipalidade, os Irmãos se voltam para a Igreja. Oficiam ao Governador do Bispado, requerendo cedência de parte do terreno pertencente à Igreja Matriz. Em 27 de junho de 1877, segundo João Maria Balém:

Tendo a Mesa administrativa da Irmandade do Espírito Santo requerido licença para aumentar a respectiva capela, o Governador do Bispado, Mons. Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, nesta data, anuiu benevolmente ao pedido, porém com a condição que ficasse entre a Catedral e a Capela um espaço nunca menor de vinte e seis palmos [c. 6,50m], completamente lajeado e fechado na frente com grade e portão de ferro, com a cláusula de que quando se fizesse mister do terreno cedido, para a edificação ou acréscimo da dita capela, a fim de ser aplicado a qualquer obra ou serventia da Catedral e Seminário Episcopal, a mencionada Irmandade deveria abrir mão do mesmo terreno, restituindo-o livre e desembaraçado de qualquer edificação, sem que pudesse pedir indenização por perdas e danos, ou fazer qualquer outra reclamação.²⁴

23 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara, *Livro 15 de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre (1855-1863)*, Requerimento da Devoção do Divino Espírito Santo, 04 out. 1862; *Construção e Melhoramentos do Município*, Ofício de José Luiz da Costa Júnior, 27 nov. 1862; Fundo Câmara, *Livro 15 de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre (1855-1863)*, Sessão de 27 nov. 1862.

24 BALÉM, Monsenhor José Maria. A Nota Histórico-Religiosa. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano 1, n. 126, p. 5, 27 jun. 1947.

A construção da nova Capela só veio a ser iniciada em 15 de março de 1882:

Uma capela no estilo gótico, com 6,6 metros de largura e 15,40 de profundidade. [...] Tem como acessório um altar no estilo gótico, tendo sido tudo construído sob plano e fiscalização do mesmo Festeiro, que entregou tudo com o encanamento de gás, introduzido naquele edifício aproveitando o lustre que existia e mais dois que foram comprados no período de jurisdição do mesmo Festeiro.²⁵

Segundo Athos Damasceno, que chamou esta última construção de “obra arquitetônica de solidez e arte”:

Da ereção dessa Capela foi encarregado o mestre construtor Antônio do Canto, que muito se esmerou para não desmerecer do conceito que gozava. E incumbiu-se da decoração o insigne cenógrafo Orestes Coliva que fez obra à altura de seus indiscutíveis talentos.

“O templo” – escreveu então O Mercantil – “está primorosamente acabado com gosto e solidez. Já tivemos ocasião de dizer que a pintura é devida ao inteligente cenógrafo Coliva que mais uma vez confirma sua reputação de notável artista. A construção do templo foi devida aos esforços do Dr. Domingos dos Santos que, a despeito das dificuldades que os inimigos lhe opuseram, levou a bom termo sua iniciativa” (Damasceno, 1971, p. 47).

Günter Weimer, analisando fotografias antigas,²⁶ compreende que essa terceira versão do Império, em linhas neogóticas, sofreu algumas reformas significativas entre a sua inauguração em 1884 e sua demolição em 1929. Segundo ele:

[...] [com relação ao prédio anterior] o piso superior deixou de existir, na fachada principal as três portas de arco abatido foram substituídas por uma porta ogival; o frontão clássico foi substituído por um apontado; a fachada recebeu dois cunhais salientes encimadas por coruchéus (torrezinhas); o

25 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Receita e Despesa (1821-1859)* e *Livro de Inventário (1821-1884)*, fl. 58-64, Inventário de 30 jun. 1884.

26 Saliente que, ao contrário de Rhoden, Weimer não analisou documentação produzida pela Irmandade do Divino, apenas comparou fotografias e, desse modo, não oferece datação para cada uma das modificações.

telhado recebeu uma “agulha” (outra torre); e sobre a porta da entrada foi colocada uma rosácea (janela redonda). Nesta versão, o passadiço havia sido demolido, fazendo com que o acesso se desse por uma escadaria.

Esta versão não demorou muito para ser novamente reformulada. O frontão triangular foi substituído por um ogival, duas pilastras que na versão anterior ombreavam a porta principal foram prolongadas, e tanto os coruchéus como a agulha receberam um acabamento bem mais trabalhado.

Todavia, esta não seria a derradeira versão da Capela. Antes de sua demolição definitiva, as três saliências apontadas superiores receberam novo acabamento, da mesma forma como a porta da entrada e sua respectiva bandeira (Weimer, 2022, p. 572-573).

Figura 4: Croquis de Günter Weimer mostrando as reformas do Império entre 1884 e 1929



Fonte: Weimer, Günter. Os Impérios de Porto Alegre. In: Barroso, Véra Lucia Maciel *et al.* (Org.). Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022, p. 572-573.

Em 1902, após reformarem o Compromisso, nova obra é planejada: em discussão de Mesa vários irmãos apontam “o grau sensível de diferenciação [que existe] entre a parte superior da Capela e a parte térrea”, que exigiria obras urgentes de readequação, necessárias para “que esta Irmandade corresponda ao nome que tem”. Quais sejam:

[...] fazer algumas obras, que são urgentes a fazer-se no Consistório, como sejam a parte térrea inferior do mesmo Consistório, retirada do mictório, reforma do assoalho, substituição de mesas, bancos e mesmo dar em consumo todos os objetos já fora de uso e outros muitos já bastante

estragados [...].²⁷

Quanto às obras executadas no imóvel, o relatório do Imperador-Festeiro destaca:

[...] Escavação para proporcionar maior soma de luz e ar no Consistório; revestimento dos alicerces em todo o edifício; parede para divisão do compartimento para arrecadação e mictório e respectiva porta de cedro; colunas de ferro em substituição dos pilares existentes; nova soleira à porta de entrada que dá para a Rua do Império; reconstrução de parte da escada que dá da Capela para o pavimento inferior; conserto geral em todo o telhado, e tela de arame para os ventiladores e bandeira da porta da Rua do Império; pintura em todo o Consistório; retoque e lavagem em toda a Capela e na pintura existente.²⁸

Nova grande reforma interna e externa foi feita em 1911. Não encontramos subsídios para uma interpretação mais definitiva, mas é possível que esta obra seja aquela na qual se atingiu o último estágio apontado por Weimer na Figura 4.

Capela do Espírito Santo – Na noite de 22 de dezembro findo, às 7 ½ horas, na presença dos representantes da imprensa local e da irmandade, foram festivamente inaugurados os importantes trabalhos de reconstrução porque passou, interna e externamente, a Capela do Divino Espírito Santo. A impressão que se recebe, logo de entrada, é a melhor possível. Tudo foi atendido com solicitude, sendo a decoração belíssima, muito recomendando ao artista que a executou.²⁹ A iluminação da capela é presentemente magnífica e de muito efeito, fornecida por mais de 150 lâmpadas elétricas.

27 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Atas* (02/06/1892 – 16/04/1916), fl. 69v-71, sessão de 10 ago. 1902.

28 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Atas* (02/06/1892 – 16/04/1916), fl. 78-83, sessão de 05 jul. 1903.

29 Em sessão de mesa de 31 de março de 1912 foi lida ata produzida por ocasião da chamada de concorrentes para a pintura da Capela, onde consta os nomes de três artistas: Fernando Schlatter, Frederico Zabel e Cândido Cauduro. A proposta escolhida foi a mais barata de Zabel, por 2:500\$. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundo Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre. *Livro de Atas* (02/06/1892 – 16/04/1916), fl. 167v-169, sessão de 31 mar. 1912.

As pinturas são finíssimas, a óleo. O teto apresenta bonito efeito, vendo-se nele, no centro, a Pombinha do Divino, além de outras imagens. Acima do altar-mor aparece a imagem do Pai Eterno, circundado pelo arco-íris. As pinturas todas, magistralmente executadas, impressionam bem, pelo acerto das cores e combinações. O altar da capela foi todo reformado. Na frente, ao lado, foram colocadas duas elegantes mesinhas de cedro para salvas. Encarregou-se dos trabalhos de reconstrução o Sr. Boni Ferlini. Deve estar de parabéns o Sr. Antônio H. Pinheiro, imperador-festeiro, pelo melhoramento que introduziu na Capela do Divino Espírito Santo.³⁰

Figura 5: Irmandade do Divino Espírito Santo perante a porta do Império. Autor desconhecido, década de 1920



Fonte: Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, Coleção J. Balém. Devotos do Divino Espírito Santo defronte da Capela, década de 1920.

30 Capella do Espirito Santo. *O Paladino*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 3, 15 jan. 1912.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1920, diversas transformações urbanas, tanto levadas a cabo pela Municipalidade, quanto pelas autoridades eclesiásticas, motivariam a saída do Império do Divino Espírito Santo da Praça Marechal Deodoro para os Campos do Bom Fim. A alteração de endereço geraria também uma mudança nas práticas da irmandade: as tradicionais “folias do Divino”, as festivas quermesses realizadas desde “tempos imemoriais” na praça em frente à igreja, passariam a acontecer nos descampados da Redenção. Porém, o ajardinamento daquele espaço para as celebrações do Centenário Farroupilha interromperia o uso da irmandade, fazendo com que a festa pouco a pouco enfocasse mais nos aspectos religiosos, como a procissão, e menos nas diversões públicas.

O riquíssimo acervo documental da Irmandade do Divino Espírito Santo, resguardado quer no IHGRS quer na sede da própria confraria, traz possibilidades únicas para se aumentar o conhecimento sobre práticas religiosas, sociais e urbanas de Porto Alegre em seu passado. Neste primeiro artigo buscamos discutir um dos assuntos suscitados por esse acervo, dando assim possibilidades para que seja escrita a história desta tão tradicional confraria.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALMEIDA, Vinícius Furquim de; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os pardos da Imaculada: trajetórias e agências negras na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX). *Métis – História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 16, n. 13, p. 141-172, 2017.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CÔRTES, João Carlos Paixão. *Folias do Divino*. Porto Alegre: Proletra, 1983.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas – Reminiscências de Porto Alegre*. Introdução e notas de Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

- FORTES, João Borges. *Casaes*. Rio de Janeiro: Edição do Centenário Farroupilha, 1932.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; JANUÁRIO, Ilda. Mapeando festas do Espírito Santo no Rio Grande do Sul (Brasil) e no Quebec (Canadá). *Interfaces Brasil/Canadá*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 125-148, 2019.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Sensibilidades em festa: Celebrando o Espírito Santo no Rio Grande do Sul. *Fênix – Revista de História e Estudos Sociais*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2012.
- JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de Festa: uma análise da Festa do Divino (Espírito Santo) – Gravataí e Santo Antônio da Patrulha (1859-1933)*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.
- KÜHN, Fábio. As representações do profano: Atitudes religiosas e festas rituais no Continente do Rio Grande – A freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo no último quartel do século XVIII. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, n. 8, p. 50-71, dez. 1999.
- KÜHN, Fábio. Um corpo, ainda que particular: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 121-134, maio/ago. 2010.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Açorianos para o sul do Brasil. In: BARROSO, V. L. M. (Org.). *Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*. Porto Alegre: EST Edições, 2002. p. 189-210.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: Aspectos Culturais*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1982.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: História e vida da cidade*. Porto Alegre: Editora da URGs, 1973.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Os Filhos da Mãe Santíssima: Os Terceiros das Dores e os Irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MONTEIRO, Charles. Disputas pela história da formação urbana de Porto

- Alegre. In: KÜHN, F. SCOTT, A. S. V. (Org.). *Porto Alegre 250 anos: De uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 17-30.
- NAGY, Piroška; BIRON-OUELLET, Xavier. A collective emotion in Medieval Italy: The Flagellant Movement of 1260. *Emotion Review*, on-line, v. 12, n. 3, p. 135-145, 2020.
- NASCIMENTO, Mara Regina do. *E todos os mais que se acharem na Terra, dirão missas pela minha alma: As irmandades religiosas em Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2025.
- NEIS, Ruben. *Porto dos Casais: Criação da freguesia, fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1972.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Os açorianos e seus remanescentes na região de Porto Alegre: Apontamentos sobre as possibilidades de estudos arqueológicos. In: BARROSO, V. L. M. (Org.). *Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul/Brasil*. Porto Alegre: Evangraf, 2024. p. 823-838.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção Negra: Santos pretos e catequese no Brasil colonial*. São Paulo: Cosac, 2025.
- PEREIRA, Maria de Lurdes Silveira Ferreira. *Bandeiras, Coroas e Despesas do Divino Espírito Santo na vila de Rabo de Peixe, São Miguel – Açores*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2020.
- PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. 1ª ed. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1906.
- RHODEN, Luiz Fernando. Os açorianos em Porto Alegre: Cultura material e imaterial. In: BARROSO, V. L. M. et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2022. p. 578-592.
- ROCCA, Luisa Durán. *Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROCCA, Luisa Durán. Viamão na história do urbanismo sul-rio-grandense. In: BARROSO, V. L. M. (Org.). *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 345-370.
- SPALDING, Walter (Comp.). *Pôrto Alegre: Monografia editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal*. Porto Alegre: Habitat Editora Ltda., 1953.

- SPALDING, Walter. *Pequena História de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1967.
- SPALDING, Walter. *Tradições e Superstições do Brasil Sul (Ensaio de folclore)*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.
- TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja, e Devoção no sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. A devoção do Espírito Santo na cultura luso-brasileira. *Navegações*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 237-243, jul./dez. 2013.
- WEIMER, Günter. Os Impérios de Porto Alegre. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (Org.). *Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2022. p. 563-577.
- WENDROTH, Hermann Rudolph. *O Rio Grande do Sul em 1852: Aquarelas de Hermann Rudolph Wendroth*. Guaíba: Riocell, 1982.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

Recebido em: 06/10/2025

Aceito em: 17/02/2026

EDIFÍCIOS TEATRAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE TIPOLÓGICA DOS TEATROS REMANESCENTES DO SÉCULO XIX

THEATER BUILDINGS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL: TYPOLOGICAL ANALYSIS OF THE REMAINING THEATERS FROM THE 19TH CENTURY

Lara de Freitas de Oliveira¹

Régis Eduardo de Martins²

Vivian da Silva Paulitsch³

Resumo

Este artigo apresenta a análise tipológica de sete teatros remanescentes do Rio Grande do Sul a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e fotográficas dos edifícios selecionados, com foco no século XIX, período considerado o ápice desse tipo de edificação no Estado. A pesquisa tem como um de seus principais objetivos a salvaguarda desses edifícios, buscando promover, por meio do estudo e da produção acadêmica, a conservação desses patrimônios e a conscientização dos órgãos responsáveis sobre sua importância histórica e cultural. Este estudo concentrou-se nos aspectos tipológicos e na relação entre forma e função, visando compreendê-los a partir de suas características arquitetônicas.

Palavras-chave: Arquitetura teatral; Análise tipológica; Preservação; Conservação.

1 Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) . Especialista em Patrimônio Arquitetônico e Urbano pela Unyleya. Bacharel em Artes Visuais pela FURG e Tecnóloga em Conservação e Restauro pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) . Atualmente atua como tutora no curso de Especialização em Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Desenvolve pesquisas com foco em Educação Patrimonial, Conservação Preventiva e História da Arte.

2 Doutor em Interdisciplinar de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) . Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) . Atualmente é Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto . Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos temas: arquitetura, urbanismo, patrimônio cultural, cinema e história regional.

3 Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) . Mestre e Graduada em História pela mesma instituição . Atualmente é Professora Associada na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com atuação docente e de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em História e em Patrimônio Cultural . Tem experiência nas áreas de História da Arte, Patrimônio Cultural e Teoria e Crítica da Arte, pesquisando principalmente arquitetura, colecionismo e trajetórias de artistas.

ABSTRACT

This article presents a typological analysis of seven remaining theaters in the state of Rio Grande do Sul, based on bibliographic, documentary, and photographic research of the selected buildings, with a focus on the 19th century, a period considered the peak of this type of architecture in the state. One of the main objectives of the research is the safeguarding of these buildings, aiming to promote, through study and academic production, the conservation of these heritage sites and raise awareness among responsible authorities about their historical and cultural significance. This study focused on typological aspects and the relationship between form and function, aiming to understand them through their architectural characteristics.

Keywords: Theater architecture; Typological analysis; Preservation; Conservation.

INTRODUÇÃO

Este artigo investiga a arquitetura teatral no Rio Grande do Sul, com foco nos teatros⁴ inaugurados no século XIX, período de maior efervescência na construção de espaços teatrais no estado. O objetivo é analisar as características formais e funcionais desses edifícios, preservados até os dias de hoje, examinando como mantiveram sua tipologia e uso original ao longo do tempo. A pesquisa busca, portanto, preencher a lacuna acadêmica quanto à arquitetura teatral gaúcha, um tema ainda pouco explorado na historiografia cultural e arquitetônica regional.

O estudo concentra-se principalmente na análise tipológica, a qual está ligada à pesquisa histórica dos teatros selecionados, sem aprofundar questões construtivas específicas neste caso. A metodologia envolve a revisão de literatura e documentação histórica sobre a arquitetura e a prática teatral gaúcha, complementada pela análise de registros fotográficos que permitem propor uma forma de classificação das tipologias de palco e plateia e também das fachadas, pois compreendeu-se que esses três elementos são cruciais para a compreensão desse tipo de arquitetura.

Foram identificados sete teatros que atendem aos critérios de seleção: construídos no século XIX e em atividade até 2023 como espaços de espetáculo. Essa seleção facilita a compreensão das práticas arquitetônicas teatrais que moldaram o patrimônio cultural do estado. São esses: a) Teatro Sete de Abril, na cidade de Pelotas, datado de 1834 e tombado pelo IPHAN⁵

4 A diferença entre as palavras “theatro” e “teatro” merece consideração. Gramaticalmente, na língua portuguesa, o termo correto na época da inauguração dos espaços era “theatro”, enquanto atualmente o correto é usar “teatro”, sem o “h”. No entanto, optou-se por utilizar nos nomes dos locais a grafia com que os próprios locais se identificam e são referidos, para que a pesquisa seja facilmente encontrada e mantenha o padrão de nomenclatura da comunidade envolvida.

5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

em 1961; b) Teatro União, na cidade de Triunfo e datado de 1848; c) Theatro São Pedro, localizado na cidade de Porto Alegre com construção iniciada em 1833 e inauguração em 1858, tombado pelo IPHAE em 1978; d) Teatro Múcio de Castro, na cidade de Passo Fundo, inaugurado em 1883; e) Theatro Prezewoodowski, localizado em Itaquí, inaugurado em 1886 e tombado pelo IPHAE⁶ em 1982; f) Teatro Politeama Esperança, na cidade de Jaguarão, datado de 1887, tombado pelo IPHAE em 1990; e g) Theatro Treze de Maio, localizado na cidade de Santa Maria com construção datada de 1889 e inaugurado em 1890, tombado pelo município em 2014.

Figura 1 e 2 - À esquerda Mapa do Rio Grande do Sul atualmente com a marcação da localização dos teatros e à direita Legenda dos teatros apresentados no mapa.



Fonte: Google Maps, 2024 - editado pela Autora.

Ademais, a pesquisa busca destacar o papel desses teatros na cena cultural contemporânea, onde continuam a ser ocupados e utilizados por companhias teatrais em várias cidades do estado. A documentação desses espaços não apenas amplia o entendimento sobre a evolução da arquitetura teatral no Rio Grande do Sul, mas também fornece subsídios técnicos e teóricos para futuras intervenções de conservação e restauração. Assim, ao estudar e documentar os teatros remanescentes, o artigo visa contribuir para a construção de um acervo que serve como referência fundamental para pesquisadores e autoridades dedicadas à preservação do patrimônio cultural.

6 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, nesse caso, do Rio Grande do Sul. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 169, p. 321-344, dezembro de 2025.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEATRO NO SÉCULO XIX NO RIO GRANDE DO SUL

A evolução das edificações teatrais no Rio Grande do Sul durante o século XIX reflete transformações sociais significativas, como a industrialização, a imigração e a abolição da escravidão. Essas mudanças impactaram o teatro, inicialmente elitista, que progressivamente abriu suas portas para um público mais amplo. No início desse século, teatros como o Sete de Abril, em Pelotas, e o Sete de Setembro, em Rio Grande, eram frequentados majoritariamente pela elite local, refletindo uma organização espacial que limitava o acesso das classes populares. Contudo, construções como o Teatro São Pedro, em Porto Alegre, já incluíam galerias acessíveis, sinalizando uma mudança gradual na estrutura social do público teatral (Lima, 2005).

A segunda metade do século XIX viu uma ampliação do acesso aos teatros para as classes menos favorecidas. Segundo Bittencourt (2001), esses espaços tornaram-se centrais para a educação e formação da sociedade, ajudando a promover um senso de conexão entre as comunidades. Com meios de comunicação limitados, o teatro aproximava as cidades gaúchas da modernidade europeia, oferecendo lazer e instrução simultaneamente.

Nesse contexto, a elite emergente investiu na construção de teatros como símbolo de progresso e civilização, adotando padrões inspirados na importação de modelos teatrais internacionais. Frequentar o teatro tornou-se um ato de prestígio e bom gosto, essencial para a distinção social. Contudo, à medida que o público popular se tornava cada vez mais presente, os teatros adaptaram suas estruturas e espetáculos para incluir temas de entretenimento e humor, proporcionando uma alternativa ao trabalho diário e abrindo caminho para uma cultura teatral mais inclusiva e acessível. Assim, o fazer teatral e sua arquitetura evoluíram para atender a uma nova demanda de diversão e lazer para as camadas populares do Rio Grande do Sul.

2 METODOLOGIA DA ANÁLISE ARQUITETÔNICA TEATRAL

Tendo a compreensão da importância da forma arquitetônica para a compreensão de uma época, entendeu-se que, para a análise da arquitetura teatral, é fundamental estudar a relação dos palcos e plateias, considerando a interação cênica entre atores e público. Danckwardt (2001) estudou essa relação no edifício teatral, demonstrando como o resultado arquitetônico reflete um modo de fazer cênico específico e vice-versa. Para a análise das edificações teatrais, discutiram-se as tipologias com base na relação entre palco e plateia e na análise das fachadas, classificando-se os sete teatros se-

leccionados como representativos da arquitetura teatral gaúcha do período. Para isso, conduziu-se uma análise e classificação a partir das plantas dos teatros, examinando o palco, a plateia e a interação desses espaços com os espectadores, compreendendo os reflexos dessa interação na forma arquitetônica.

O anfiteatro é um teatro duplo de planta elíptica, cercado por todos os lados por arquibancadas para os espectadores e, em muitos casos, a céu aberto ou com coberturas móveis ou parciais. O espetáculo acontece na parte central, denominada arena, abaixo da qual existem numerosos corredores, câmaras e escotilhas para auxiliar nos efeitos das apresentações ou para a saída de feras, gladiadores e atores (Pereira, 2010).

Danckwardt (2001) traça a evolução da arquitetura teatral desde antes de Roma e Grécia até o século XX, mas não apresenta uma classificação específica das tipologias. Martins e Tamanini (2005), entretanto, definem três principais tipologias de teatros no Brasil do século XIX: teatro de arena, elisabetano e italiano, nomenclatura também empregada em outros estudos, apesar da escassez de trabalhos sobre essa classificação. Os autores, analisam as tipologias mais comuns no Brasil no século XIX a partir das plantas dos teatros⁷ e da relação entre palco e plateia, atores e audiência.

O teatro de arena tem o palco situado no meio da platéia. Neste tipo, a plateia é disposta em praticamente todos os lados ou em toda a circunferência do palco. Todos palcos circulares consequentemente serão classificados como de arena, todavia, neste tipo, os palcos ainda podem ser de formatos diferenciados, desde que, estes possuam em todo seu entorno área de plateia. Este tipo apresenta sete variantes, sendo essas: circular, semi-circular, quadrado, 3/4 de círculo, defasado, triangular e ovalado.

Já o teatro elisabetano é caracterizado por um palco que se projeta para a plateia, estendendo-se ao proscênio. O acabamento pode ser retangular, circular ou misto, nomeando as três variantes desse tipo. O público circunda três lados do palco, na maioria das vezes não há presença da boca de cena e de caixa cênica, ficando toda a estrutura da área de cena à vista do espectador, sendo muito utilizado, então, cenários variados, efeitos de iluminação e outros recursos técnicos e operacionais.

A terceira tipologia apresentada é o teatro italiano, o mais popular no Brasil, caracteriza-se pela frontalidade com que a plateia assiste ao palco. O palco é um espaço retangular fechado nos três lados com um quarto lado que fica visível ao público. Nas variantes apresentadas é considerado o

7 As imagens, tipos e variantes apresentadas por eles foram desenvolvidas inicialmente pela Funarte em 2004.

palco e a plateia, mas também a boca de cena. Portanto, são essas: retangular, semicircular, ferradura ou misto. É muito presente neste tipo a existência de cortinas que delimitam a boca de cena do palco, a qual fica à frente das cortinas, e a presença de coxias, local em que os atores e atrizes podem se esconder do público.

Ambas fontes analisadas afirmam que com o passar do século XX, novos tipos se tornam difíceis de definir, devido à ausência de elementos comuns, esse entendimento evidencia a influência da sociedade na formação urbana e nas tipologias arquitetônicas.

Apesar da Funarte (2004) associar o prosscênio arqueado à variante ferradura, neste estudo, a forma do prosccênio não foi considerada essencial para a classificação dos teatros. O foco principal da análise foi a relação entre plateia e palco, elemento-chave para diferenciar as tipologias teatrais. Ressalta-se que o único teatro que não possui um prosccênio reto é o Teatro Múcio de Castro, cujo prosccênio é levemente arqueado, mas sem configurar um arco completo, caracterizando-se ainda como italiano.

As variantes predominantes identificadas foram as de planta retangular e ferradura, segundo a análise de fotografias históricas e recentes dos teatros, observando-se que essas disposições têm sido preservadas ao longo dos anos, assim como as fachadas estudadas. A maioria dos teatros remanescentes data da segunda metade do século XIX, o que sugere que essas configurações arquitetônicas estavam alinhadas com as preferências estéticas e funcionais do público e com as necessidades das artes cênicas do período. Além disso, a análise da arquitetura teatral permitiu identificar uma classificação específica de tipologias dos objetos de estudo, relacionando-as às distintas configurações de palco e plateia.

A comparação entre registros fotográficos antigos e atuais possibilitou uma verificação da continuidade das tipologias, indicando que elas mantêm sua relevância e funcionalidade para a apreciação teatral até os dias atuais. O mesmo foi identificado nas fachadas, investigando se essas possuíam um padrão específico da arquitetura teatral ou não.

Portanto, em relação às fachadas, identificou-se que a arquitetura teatral não possui um estilo ou tipologia específica de fachada, apropriando-se de outros tipos ou elementos desses tipos em suas construções, especialmente através da ornamentação. Os ornamentos desempenham diversas funções na arquitetura. A disseminação desses ornamentos ocorreu principalmente por meio de guias, enciclopédias e manuais de estilo, que apresentavam uma variedade de padrões ornamentais e categorias de motivos, como o vegetal, o geométrico e o figurativo.

Em suma, a disseminação dos ornamentos impressos democrati-

zou as práticas decorativas ao longo do século XIX e início do século XX, ampliando seu uso para diferentes grupos sociais e contribuindo para a diversificação da arquitetura eclética no Brasil. Por isso, os ornatos e sua compreensão também são de grande referência, muitas vezes indicando o local para a população, dado que, antes era necessário que a arquitetura expressasse o local que representava. Fabris (1993), discorre ainda que uma das questões fundamentais do ecletismo é

“[...] a da representação, a da teatralização da vida. Não é por acaso que sua manifestação mais importante se concentra na fachada. A idéia dominante do século XIX é de que a arquitetura deve ser representativa, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o status de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. E por isso que a decoração se torna um elemento indispensável a ser usado em larga escala, que se multiplica a função ilusionista dos materiais, que o erudito e o pitoresco se mesclam: é necessário sublinhar o caráter de obra de arte total inerente à cidade e nada é mais adequado do que pontilho-la de monumentos[...]” (Fabris, 1993, p.134)

A partir da análise das fachadas e do contexto histórico das edificações, classificou-se a maioria como eclética, sendo o Teatro São Pedro o único exemplo identificado como neoclássico. A utilização da nomenclatura «eclética» está em consonância com as pesquisas contemporâneas sobre a arquitetura brasileira do período, compreendendo-se que essas edificações teatrais, por não apresentarem um estilo específico, incorporaram elementos associados a outras tipologias arquitetônicas. Essa característica reflete as práticas arquitetônicas da época em que foram construídas, majoritariamente na segunda metade do século XIX. Ressalta-se, ainda, a importância de considerar os espaços teatrais não apenas no contexto de sua inauguração, mas também ao longo de sua evolução histórica, valorizando a trajetória singular de cada edificação.

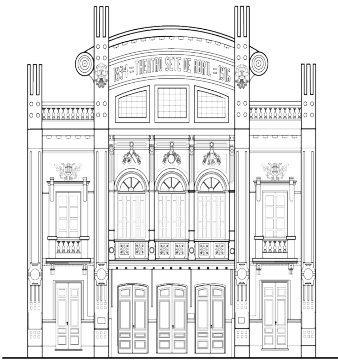
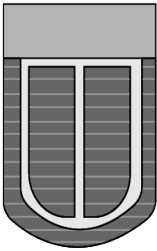
Enquanto algumas dessas edificações contam com uma vasta produção acadêmica dedicada exclusivamente a elas, outras ainda carecem de estudos mais aprofundados. Contudo, não foram identificadas pesquisas que abordem essas construções como parte de um circuito cênico integrado, perspectiva que se revela essencial para a sua preservação.

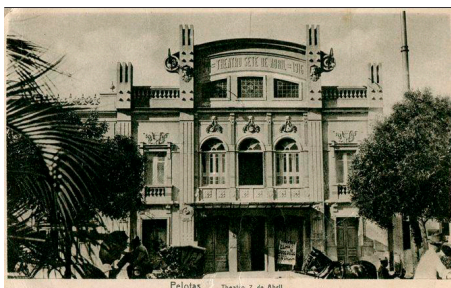
A documentação apresentada neste estudo busca contribuir para o registro da história da arquitetura teatral no Rio Grande do Sul e, de forma mais ampla, no contexto nacional. Ao evidenciar semelhanças entre os teatros analisados e outras edificações brasileiras, pretende-se expandir

a análise para além das fronteiras estaduais, alcançando uma perspectiva comparativa que inclua contextos internacionais.

3 CASOS EM ESTUDO

Diante disso, as edificações teatrais selecionadas foram analisadas e classificadas seguindo as variantes da Funarte (2004) apresentadas por Martins e Tamanini (2005). Esta abordagem foi complementada por desenhos que simulam as plantas dos sete teatros estudados, proporcionando uma representação esquemática das disposições internas. Assim como, foram realizados desenhos das fachadas para que essas pudessem ser analisadas a partir da ornamentação e assim, classificadas. Buscou-se as imagens mais antigas das fachadas e interiores, visando que os desenhos representassem as edificações na época de sua inauguração. Para representação das análises foram elaboradas uma ficha técnica para cada teatro, a qual inclui a representação da fachada, o desenho da planta com ênfase na relação entre palco e plateia, e imagens fotográficas dos respectivos espaços. Após a apresentação de cada ficha, procede-se com uma análise descritiva detalhada das fachadas. Cabe ressaltar que os teatros estão apresentados em ordem cronológica, de acordo com o ano de sua inauguração.

Ficha de Análise Arquitetônica	01/07
Teatro Sete de Abril - Pelotas/RS - 1834	
Fachada  Tipologia: Eclético	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Ferradura



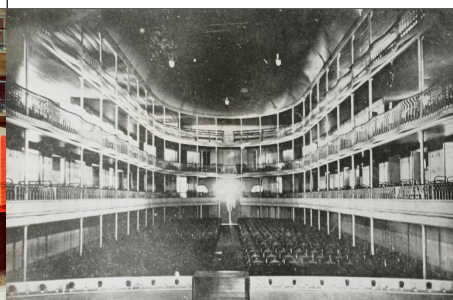
Fonte: Arquivo Nacional



Fonte: <https://www.rbsdirect.com.br/imagesrc/35730623.jpg?w=700&rv=2-10-05&safari&format=webp>



Fonte: <http://soleassociados.com.br/projetos/theatro-sete-de-abril/>



Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/pelotas-teatro-sete-de-abril/#!/map=38329&loc=-31.769015999999997,-52.340979999999995,17>

O Teatro Sete de Abril passou por severas alterações em sua fachada ao longo do tempo. Com base no trabalho de Fonseca (2014), compreende-se que, inicialmente, a fachada do teatro era neoclássica. No entanto, ao longo das épocas e das mudanças de gosto, este teatro foi o que mais sofreu modificações entre os objetos de estudo analisados. No desenho e, consequentemente, na fachada analisada, o teatro já havia passado por intervenções, especialmente pela incorporação de ornamentos que remetem a outros estilos, como o Art Déco e o Art Nouveau, o que condizia com o gosto da época em que as intervenções ocorreram, por volta de 1916, segundo Fonseca (2014).

Assim, a fachada do teatro se assemelha mais a que ele possui nos dias atuais e está de acordo com o período em que o ecletismo chegava ao Brasil e, consequentemente, ao Rio Grande do Sul. Sendo assim, o teatro é classificado como eclético.

O teatro apresenta uma fachada tripartida, pois possui pilares que delimitam verticalmente essa divisão. Horizontalmente ele é composto por

base, corpo e coroamento, distribuídos em dois andares. Possui igualmente dois ressaltos laterais e simetria bilateral na fachada. A tríade central de elementos da fachada é caracterizada por um frontão em arco abatido com cimalha, terminando em volutas. Ornamentos adicionais incluem dentículos na parte superior, além da inscrição no tímpano “1843 - THEATRO SETE DE ABRIL - 1916” acompanhada por três janelas com moldura simples abaixo que acompanham o formato do frontão.

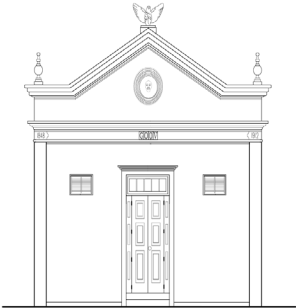
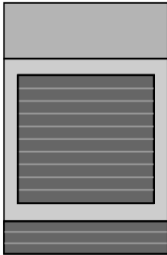
Os ressaltos laterais são separados do centro por pilastras ornamentadas, que percorrem toda a altura da edificação e são decorados com elementos circulares, quadrados e retangulares. Adicionalmente, ao lado do nome da edificação, encontram-se mascarões em cada extremidade. A edificação apresenta ainda ático com balaústres torneados, tendo dois pilares em cada extremidade decorados de forma semelhante, mas sem os mascarões. Ornamentos em dentículos são dispostos abaixo do ático.

Cada ressalto lateral possui uma janela-sacada com guarda-corpo contendo balaústres torneados e um pedestal em cada lado. A janela-sacada é adornada com dois consolos em cada extremidade inferior, enquanto a esquadria possui verga reta com acabamento em frisos. Elementos fitomórficos, incluindo uma lira ao centro, decoram a parte superior, remetendo à arte.

O centro do corpo apresenta três janelas, cada uma com duas folhas almofadadas e elementos geométricos retangulares. Estas janelas possuem verga reta e bandeira em leque, a qual é definida por subdivisões geralmente em madeira ou ferro, formando arcos de círculo com o mesmo ângulo. A parte superior possui elementos inferiores remissivos de quadrifólios pontiagudos com círculos. Na sobreverga há elementos fitomórficos, além de um instrumento musical, possivelmente um violino, um tarol e um alaúde, dispostos da esquerda para a direita.

A base é composta por portas de verga reta nos ressaltos, com duas folhas almofadadas e uma moldura simples de frisos. No centro, há três portas com duas folhas almofadadas, cobertura em ferro e verga levemente arqueada. Os vãos em geral apresentam cercadura, comumente denominada guarnição em portas e janelas, consistindo em uma moldura simples de frisos.

Em geral, como mencionado, algumas alegorias da fachada remetem à arte deco, como elementos circulares, quadrados e retangulares, formas mais retilíneas e a Art Nouveau, adicionados posteriormente à construção original do teatro, conforme documentado por Fonseca (2014).

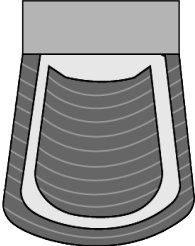
Ficha de Análise Arquitetônica		02/07
Teatro União ⁸ - Triunfo/RS - 1848		
Fachada  Tipologia: Eclético	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Retangular	
 Fonte: https://www.triunfo.rs.gov.br/turismo/view/5/teatro-uniao	 Fonte: https://www.ufrgs.br/ensinoda-reportagem/cidades/triunfo.html	
	 Fonte: https://www.ufrgs.br/ensinoda-reportagem/cidades/triunfo.html	

⁸ Não foram encontradas imagens do interior do teatro antigamente.

O Teatro União, localizado na cidade de Triunfo, é uma exceção dentro da arquitetura dos objetos analisados, assim como a própria cidade, a qual até hoje mantém muitas edificações e elementos do período luso-brasileiro. Dessa forma, ao realizar a leitura da fachada, compreendeu-se esse contexto em que o teatro está inserido, assim como sua época de inauguração, visando classificá-lo mais coerentemente dentro da metodologia adotada nesta pesquisa, portanto, apesar de sua ornamentação remeter diretamente à outra tipologia, pelo seu contexto histórico entende-se que sua fachada é eclética.

Ademais, o teatro possui um pavimento com telhado em duas águas. Fachada simétrica simples, com duas pilastras posicionadas nas extremidades do edifício, uma porta centralizada de duas folhas almofadadas e uma bandeira envidraçada. Adicionalmente, apresenta uma verga reta e uma moldura de estilo simplificado.

O coroamento do edifício é delineado por um frontão triangular, finalizado por uma platibanda. A separação entre o corpo principal e o coroamento é marcada por frisos, formando uma faixa onde, à esquerda, está gravada a data 1848 e à direita, 1912. No centro, há algumas letras, possivelmente “GOOV”. Cada extremidade do coroamento possui uma compoteira ornamental composta de elementos torneados, enquanto acima do frontão, no centro, encontra-se uma ave, possivelmente uma águia. No tímpano do frontão, observam-se elementos circulares, no qual se destaca uma máscara simples. Por fim, em cada lado da porta central, são visíveis pequenas janelas venezianas. Além disso, é perceptível a presença de elementos da tipologia luso-brasileira através da presença de vãos e vazios, assim como da simplicidade de elementos que compõem a fachada.

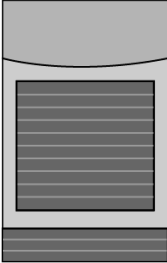
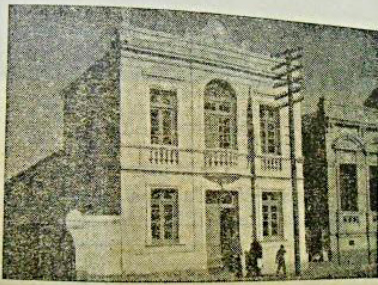
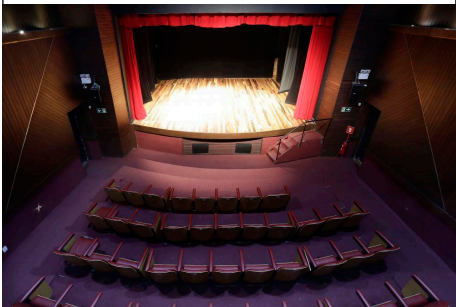
Ficha de Análise Arquitetônica		03/07
Theatro São Pedro - Porto Alegre/RS - 1858		
Fachada  Theatro São Pedro - Localização em Porto Alegre/RS - Data de 1938 - Tombado pelo IPHAC em 1979 Tipologia: Neoclássico	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Ferradura	
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Theatro_S%C3%A3o_Pedro_(Porto_Alegre)#/media/Ficheiro:TSPedro-PortoAlegre.jpg	 Fonte: Leandro Rodrigues	
 Fonte: http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombados&DetalhesAc&item=16116	 Fonte: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espetaculos/noticia/2018/06/como-o-theatro-sao-pedro-sobreviveu-a-160-anos-de-historia-no-rio-grande-do-sul-cjioyонkwoidfo1qoogsdnzkp.html	

O Teatro São Pedro foi inaugurado em 1858, no entanto, seu projeto foi elaborado em 1833, época em que o neoclássico era o gosto predominante no estado. Ademais, sofreu poucas alterações ao longo do tempo. Portanto, compreende-se que, devido à época de elaboração do projeto, o qual não se modificou apesar da demora em oficialmente inaugurá-lo, e aos ornamentos e à forma da fachada, o teatro ainda é classificado como neoclássico, não se enquadrando no ecletismo.

O teatro apresenta uma estrutura composta por base, corpo e coroamento, distribuídos em dois andares, com uma fachada bilateralmente simétrica. O coroamento é um ático simples, ornamentada com elementos reticulares e frisos. O corpo do edifício no segundo pavimento exibe sete janelas com vergas retas, acompanhadas por sobrevergas triangulares decorados com frisos. As três janelas centrais são destacadas por um balcão corrido, apoiado em quatro colunas com capitéis ornamentados apenas com frisos e uma base ática. As demais janelas possuem balcões entalhados, também decorados com balaústres torneados.

Uma faixa decorada com frisos divide a base e o corpo da estrutura. A base é caracterizada por duas portas em cada lateral e três portas principais ao centro, todas com patamares de acesso, que consistem em degraus que conduzem a cada entrada. Todas as portas são adornadas com bandeiras em formato de leque. Além disso, as duas janelas em cada lado também possuem balcões entalhados, com balaústres semelhantes aos do corpo do edifício. Em geral, todas as esquadrias são compostas por duas folhas envidraçadas.

A edificação possui um porte-cochère que remete ao partido neoclássico. Atualmente, as portas centrais foram substituídas por portas de vidro, instaladas posteriormente na estrutura, mantendo, contudo, o formato original do vão.

Ficha de Análise Arquitetônica		04/07
Teatro Múcio de Castro - Passo Fundo/RS ⁹ - 1883		
Fachada  Tipologia: Eclético	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Retangular	
 Fonte: https://www.triunfo.rs.gov.br/turismo/view/5/teatro-uniao	 Fonte: https://cartografiadospalcos.com.br/espaco_teatro-municipal-mucio-de-castro_1312#espaco	
 Fonte: http://soleassociados.com.br/projetos/theatro-sete-de-abril/	 Fonte: https://cartografiadospalcos.com.br/espaco_teatro-municipal-mucio-de-castro_1312#espaco	

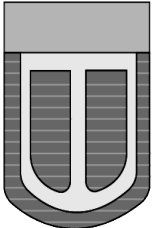
9 Não foram encontradas imagens do interior do teatro antigamente.

O teatro é estruturado em base, corpo e coroamento, dispostos em dois andares, e apresenta simetria bilateral em sua fachada. O coroamento é destacado por um frontão central, localizado acima da janela principal, possuindo um formato singular ornamentado com frisos e uma estrela no tímpano. Adicionalmente, em cada extremidade do coroamento, encontram-se dois ornatos similares a compoteiras. Adicionalmente, a separação entre o coroamento e o corpo da edificação é marcada por frisos.

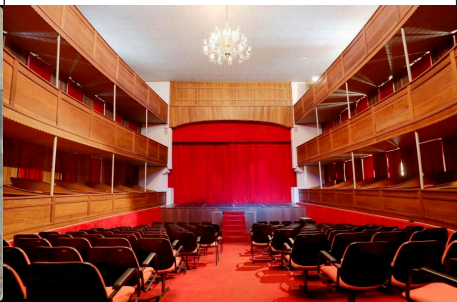
O corpo do edifício possui duas janelas, uma em cada lado, ambas com balcões entalhados e balaústres torneados, compostas por duas folhas de vidro, bandeira retangular envidraçada e verga reta, encimados por frisos na parte superior. A janela central é composta por duas folhas de vidro, bandeira retangular envidraçada e bandeira em formato de leque. Adicionalmente, apresenta um púlpito composto por balaústres, apoiado em elementos fitomórficos que imitam folhas.

A base da edificação é separada do corpo por frisos e possui uma porta central com duas folhas, bandeira simples, todas ornamentadas com vidros, verga reta, moldura simples e um patamar de acesso. As janelas laterais da base são muito semelhantes às do corpo da edificação, compostas por duas folhas de vidro, bandeira simples e moldura ornamentada com frisos.

Por fim, quase toda a edificação possui uma cobertura de bossagem, uma técnica de imitação de pedra feita na argamassa que reveste a estrutura.

Ficha de Análise Arquitetônica	05/07
Theatro Prezewoodski - Itaqui/RS ¹⁰ - 1886	
Fachada  Theatro Prezewoodski - Localizado em Itaqui - Criado em 1886. Teatros pelo Brasil em 1982 Tipologia: Eclético	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Ferradura

10 Não foram encontradas imagens do interior do teatro antigamente.

	
Fonte: https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=257213	Fonte: https://www.cartografiadospalcos.com.br/espaco_theatro-prezewodowski-_1289#espaco
	
Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Teatro_Prezewodowski	Fonte: https://www.cartografiadospalcos.com.br/espaco_theatro-prezewodowski-_1289#espaco

O teatro é composto por base, corpo e coroamento, apresentando dois andares e dois anexos laterais com vãos em arco plenos, decorados de forma simples com alguns frisos. Os anexos são segregados do restante da fachada por pilares adornados com frisos e bossagem, mantendo a simetria bilateral.

No coroamento, destaca-se um frontão triangular, com um guarda-corpo simples ornamentado com elementos geométricos, como losangos. O tímpano do frontão possui uma abertura em forma de óculo.

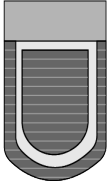
A divisão entre o coroamento e o corpo da edificação é ricamente ornamentada, com frisos, denticulados e elementos decorativos, tendo no centro a palavra “THEATRO”.

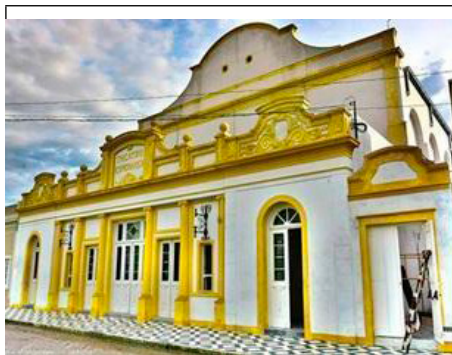
O corpo do edifício possui duas janelas, uma em cada extremidade da fachada, com balcão de ferro forjado decorado e sustentado por três consolos, sendo um central mais simples e dois extremos mais elaborados. As janelas possuem duas folhas de vidro. Abaixo destas, encontram-se mais

duas janelas semelhantes às superiores, com verga reta, duas folhas e acabamento em vidro.

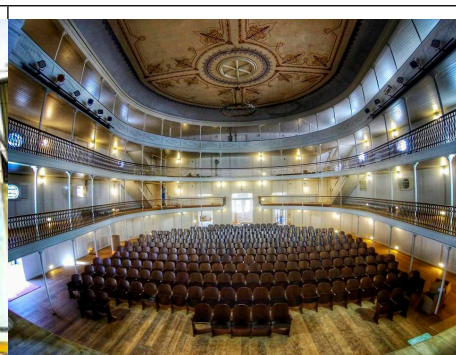
A união entre a base e o corpo é marcada pela portada, que é dividida das laterais por pilares com capitéis coríntios. A porta principal de entrada possui duas folhas almofadadas, com bandeira também almofadada. A porta é ricamente decorada, com pilares e frisos em arco pleno, além de uma decoração de sobreporta detalhada com elementos predominantemente ovais, remetendo à cultura mourisca. Acima do arco que enquadra a porta, encontra-se o nome do teatro “PREZEWODOWSKI”.

A fachada é cercada por um muro composto por oito colunas e grades de baixa estatura, sendo as colunas decoradas na parte superior por elementos triangulares com frisos.

Ficha de Análise Arquitetônica	06/07
Politeama Esperança - Jaguarão/RS - 1887	
Fachada  Teatro Politeama Esperança - Localizado em Jaguarão/RS - Criado em 1887 - Reaberto pelo IPHAN em 1988 Tipologia: Eclético	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Ferradura
 Fonte: https://www.ipatrimonio.org/jaguarao-teatro-politeama-esperanca/#!/map=38329&loc=-32.56440700000002,-53.378073000000015,17	 Fonte: http://marsou.com.br/portofolio/teatro-esperanca-de-jaguarao-rs-2/



Fonte: <https://eventos.unipampa.edu.br/enprocult/local/jaguarao/>



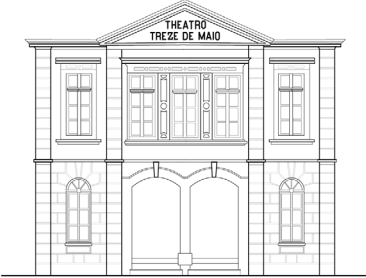
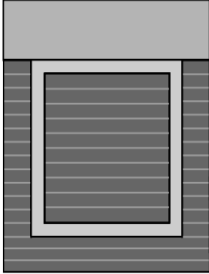
Fonte: <http://marsou.com.br/portfolio/teatro-esperanca-de-jaguarao-rs-2/>

O teatro é caracterizado pelo seu corpo e coroamento, exibindo simetria bilateral na fachada, à exceção do anexo lateral à extrema direita, que aparentemente foi adicionado posteriormente.

O coroamento apresenta um frontão central, além de dois laterais, e um ático decorado com meia coluna com uma esfera acima. O frontão principal possui um design ondulado, adornado com volutas em ambos os lados. Seu tímpano contém o nome do edifício, além de elementos em volutas e ornamentos orgânicos. Os frontões laterais possuem uma Cártula, um elemento oval circundado por ornamentação em volutas, possivelmente para abrigar algum motivo decorativo. A separação entre o coroamento e o corpo principal da fachada é marcada por diversas cimbalhas.

O corpo do edifício possui uma porta centralizada com bandeira e vitrais, verga reta e quatro folhas ornamentadas com vidros na parte superior e almofadadas na parte inferior. À cada lado dessa porta central, a fachada apresenta mais duas portas compostas por duas folhas e sem bandeira, mas semelhantes à porta principal com moldura simples. Ao lado dessas portas, encontram-se pequenas janelas retangulares com moldura simples, encimadas por luminárias de ferro fundido. Abaixo dos frontões laterais, há duas portas semelhantes às mencionadas anteriormente, porém com bandeira em formato de leque e presença de moldura. Por consequente, a fachada possui seis pilastras com capitéis jônicos.

Conforme mencionado, na extremidade à direita da fachada, há um anexo com uma porta de duas folhas, verga reta, encimada por frisos e um frontão simples. Alguns detalhes da fachada apresentam bossagem, uma imitação de pedra. Por fim, toda a fachada é adornada com um entablamento imitando pedra, que se repete nas pilastras.

Ficha de Análise Arquitetônica	07/07
Theatro Treze de Maio - Santa Maria/RS - 1890	
Fachada  Tipologia: Eclético	Planta de palco e plateia  Tipo: Italiano - Variante: Ferradura
 Fonte: http://cinemania66.blogspot.com/2012/07/teatro-treze-da-maio-santa-mariars.html	 Fonte: https://www.apontador.com.br/local/rs/santa_maria/arte_e_cultura/C416220041265Z2656/theatro_treze_de_maio.html
 Fonte: https://cartografiadospalcos.com.br/espaco_theatro-treze-de-maio_1287#espaco	 Fonte: https://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/553-theatro-treze-de-maio

O teatro, assim como o Sete de Abril, possui uma fachada tripartida. Ademais é constituído por base, corpo e coroamento, distribuídos em dois andares e apresentando simetria bilateral na fachada.

O coroamento é simples, composto por um frontão central triangular, adornado com cornijas, onde o nome do teatro está inscrito no tímpano, e um ático que percorre toda a extensão do coroamento.

O corpo do edifício possui três janelas centrais e duas laterais, uma em cada lado da estrutura. Todas as janelas são caracterizadas por uma verga reta, bandeira ornamentada com elementos decorativos circulares e retangulares, além de frisos decorativos posicionados acima e abaixo. Na divisão das três janelas centrais, há ainda uma ornamentação elaborada em formas circulares e retangulares.

Há uma separação do corpo por uma cimalha simples e composta, apresentando no centro dois vãos com vergas em arco abatido, cada um decorado com moldura e fecho e ambos acompanhados por pequenos patamares de entrada. Em cada lateral da estrutura, encontra-se uma janela com verga reta e bandeira em formato de leque. É possível observar também quatro pilastras que dividem a fachada, a qual é inteiramente adornada com bossagem.

Apesar do formato do teatro ser retangular diferente da tipologia apresentada pelos autores Martins e Tamanini (2005), classificou-se o Teatro Treze de Maio como uma variante de ferradura. Essa decisão foi tomada pois, embora possua uma planta retangular, que difere da descrição tradicional de Martins e Tamanini (2005), a variante de ferradura incorpora galerias ou camarotes ao redor, permitindo ângulos de visão diagonais para o público. Desse modo, a classificação foi fundamentada na disposição espacial da plateia em relação ao palco. No caso do teatro em ferradura, como o teatro em questão, a presença dessas estruturas proporciona uma experiência visual mais abrangente, em comparação com a tipologia retangular, onde a plateia se posiciona exclusivamente à frente do palco, com visualização frontal direta.

CONCLUSÃO

A análise permitiu identificar detalhes reveladores sobre como os espaços teatrais foram projetados para fomentar a interação entre atores e espectadores. Os teatros analisados não se enquadram na tipologia de arena, pois não apresentam plateia ao redor do palco, nem na tipologia elisabetana, uma vez que nenhum deles possui um palco que se projeta em direção ao público. Assim, todos os teatros estudados foram categorizados como do

tipo italiano, em que a plateia é disposta frontalmente ao palco, proporcionando uma visualização direta das apresentações.

Observou-se que, devido à popularização dos teatros, nem todas as construções puderam seguir o modelo italiano tradicional com a disposição em ferradura e galerias laterais, sendo necessário realizar adaptações que comportassem maior número de espectadores. Essas modificações, ocorridas ao longo dos anos, representam não só adaptações funcionais, mas também aspectos históricos a serem preservados, pois fazem parte da memória e identidade cultural das comunidades locais. Um exemplo notável é a plateia móvel do Theatro Prezewoodowski, projetada para diferentes formatos de apresentação, embora sua funcionalidade não esteja mais ativa.

De forma complementar, a análise das fachadas enfatizou a lacuna que se tem nas pesquisas da arquitetura teatral, assim como, do ecletismo. Sendo válido um aprofundamento das pesquisas nessa temática. Nota-se que no período eram utilizados ornamentos como alegorias para que a população compreende-se a função dos espaços, como o uso de liras nas decorações de fachadas.

A conservação desses teatros é essencial, pois eles constituem patrimônio cultural de valor significativo, testemunhando diferentes períodos históricos. Conforme apontado por González-Varas (1999), esses locais são testemunhos da atividade humana e, portanto, sua preservação deve envolver não apenas o bem material, mas também o registro de sua história. Nesse sentido, a produção de pesquisas acerca desses bens é de suma importância para a compreensão e preservação do patrimônio arquitetônico teatral.

Cabe ressaltar que nem todas as edificações teatrais possuem o devido tombamento, especialmente em âmbito nacional. Embora o tombamento, por si só, não garanta a conservação do bem, ele representa um instrumento legal de proteção do patrimônio histórico, conforme previsto na legislação brasileira, e pode contribuir para a preservação desses espaços. As informações reunidas neste estudo têm o intuito de subsidiar a elaboração de dossiês de tombamento, auxiliando no reconhecimento formal dessas edificações como patrimônios culturais.

Em última instância, todas essas medidas visam impedir que esses patrimônios culturais caiam no esquecimento. Conforme argumenta Rossi (2010, p. 24), “A memória [...] tem indiscutivelmente algo a ver não apenas com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro.” É, portanto, essencial que esses espaços permaneçam na memória coletiva das comunidades, integrando-se à sua identidade e ao seu cotidiano, para assegurar sua preservação contínua.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. C. Sobre a tipologia em arquitetura. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura teórica (1965-1995)*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006. Capítulo 5, p. 267-271.
- BITTENCOURT, Ezio da Rocha. Os primeiros teatros do Rio Grande do Sul (século XVIII - primeira metade do XIX). In: XXIV *Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2007, São Leopoldo, RS. História e Multiplicidade: territórios e deslocamentos.
- _____. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional*. 2. ed. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2007.
- CARTOGRAFIA dos palcos. s.d. Disponível em: <<https://cartografiadospalcos.com.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- CHING, Francis D. K. *Dicionário visual de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CONSELHO Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta do ICOMOS: Princípios Para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Patrimônio Arquitetônico*. 2003. p. 5. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- DANCKWARDT, Voltaire P. *O edifício teatral: resultado edificado da relação palco-platéia*. 2001. 245 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1831>>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, p. 131-143, 1993.
- FARIA, João Roberto. Um sólido panorama do teatro brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, v. 44, p. 342-346, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30101>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales: teoría, principios y normas*. Cátedra, 2006. p. 632.
- HESEL, Lothar. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- IBGE. Histórico de Cidades. Brasil, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/historico>>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- KOCH, Wilfried; REZENDE, Neide Luzia de. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. 2001.

- LIMA, Evelyn. Arquitetura teatral no Brasil: da Colônia às formas contemporâneas. *Textos do Brasil*, Brasília, n. 16, p. 84-115, 10 maio 2010. Disponível em: <<http://www.unirio.br/espacoteatral/arquivos/anexo/artigos/arquitetura-teatral-e-cidade>>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- LIMA, Solange Ferraz de. *O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?)*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 16, p. 151-199, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaism/p/a/qXBS5PQhGYbVRYNGqCXWxHn/> Acesso em: 27 jan. 2024.
- MARTINS, Bruno Soares; TAMANINI, Carlos Augusto de Melo. Teatro e suas tipologias. *Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 13, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/472/0>>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- MENDES, Francisco R.; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil – de D. João VI a Deodoro*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. 180 p.
- MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos - Coisas e Factos da Cidade: Theatro 7 de setembro. *Jornal O Tempo*, Rio Grande, 12 abr. 1939. Ano XXXIII, nº 101.
- OLIVEIRA, L. F.; PAULITSCH, V. S. Entre os edifícios teatrais e o fazer cênico: um panorama histórico do teatro em Rio Grande/RS. 2020. 106 p. Monografia (Instituto de Letras e Artes) — Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/conteudo_digital/265fe911b2c6c74459a-7a9e7f1587839.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- _____. Entre os edifícios teatrais e o fazer cênico: um panorama histórico do teatro em Rio Grande/RS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 160, p. 183-205, jul. 2021. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view-File/111533/63817>>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- PEREIRA, José Ramón Alonso. *Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2010.
- RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990. 326 p.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Recebido em: 07/09/2024

Aceito em: 14/04/2025

ENTRE LA DEVASTACIÓN Y LA RESILIENCIA: ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS TERREMOTOS DE 1960 Y 2010 EN CHILE

BETWEEN DEVASTATION AND RESILIENCE: COMPARATIVE ANALYSIS OF THE 1960 AND 2010 EARTHQUAKES IN CHILE

ENTRE DEVASTAÇÃO E RESILIÊNCIA: ANÁLISE COMPARATIVA DOS TERREMOTOS DE 1960 E 2010 NO CHILE

Humberto Andrés Álvarez Sepúlveda¹

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis comparativo entre los terremotos ocurridos en Chile en 1960 y 2010, enfocado en sus características, impacto en la población, daños en la infraestructura, y en la respuesta gubernamental ante cada desastre. Se utilizó una metodología cualitativa basada en el análisis documental de fuentes históricas, informes técnicos, normativas vigentes y estudios científicos. Los resultados evidencian que, aunque el sismo de 1960 fue el más fuerte registrado a nivel mundial, el de 2010 mostró una respuesta más eficiente por parte del Estado y la sociedad, gracias a avances en normativas antisísmicas, planificación territorial y coordinación institucional. Se concluye que existen avances significativos en la gestión del riesgo en Chile durante las últimas décadas, destacando mejoras institucionales, tecnológicas y normativas; sin embargo, persisten desafíos estructurales como la débil articulación interinstitucional y la escasa participación ciudadana. En consecuencia, se requiere una gobernanza del riesgo inclusiva y sostenida, con enfoque en resiliencia, justicia territorial y equidad social.

Palabras clave: Terremoto; Chile; Impacto; Respuesta gubernamental; Gestión del riesgo.

ABSTRACT

This article presents a comparative analysis of the earthquakes that occurred in Chile between 1960 and 2010, focusing on their characteristics, impact on the population, damage to infrastructure, and the government's response to each disaster. A qualitative methodology based on documentary analysis of historical sources, technical reports, current regulations, and scien-

¹ Professor da Facultad de Educación da Universidad Católica de la Santísima Concepción (UCSC), Chile. Doutor em Sociedade e Cultura e Mestre em História Contemporânea e Mundo Atual pela Universidad de Barcelona (Espanha). Possui licenciatura em História e Geografia, Educação e História pela UCSC. Pesquisador nas áreas de Didática das Ciências Sociais, Filosofia da Educação e Processo Curricular. Atualmente, é o pesquisador responsável pelo Projeto Fondecyt de Iniciación 2023 sobre o pensamento histórico e o “estallido social” chileno.

tific studies was used. The results show that, although the 1960 earthquake was the strongest recorded worldwide, the 2010 earthquake demonstrated a more efficient response by the State and society, thanks to advances in earthquake regulations, territorial planning, and institutional coordination. The conclusion is that significant progress has been made in risk management in Chile in recent decades, highlighting institutional, technological, and regulatory improvements; however, structural challenges such as weak inter-institutional coordination and limited citizen participation persist. Consequently, inclusive and sustained risk governance is required, with a focus on resilience, territorial justice, and social equity.

Keywords: Earthquake; Chile. Impact; Government response; Risk management.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise comparativa entre os sismos ocorridos no Chile em 1960 e 2010, focada nas suas características, impacto na população, danos nas infraestruturas e resposta governamental a cada desastre. Foi utilizada uma metodologia qualitativa baseada na análise documental de fontes históricas, relatórios técnicos, regulamentos em vigor e estudos científicos. Os resultados mostram que, embora o sismo de 1960 tenha sido o mais forte registado a nível mundial, o sismo de 2010 apresentou uma resposta mais eficiente por parte do Estado e da sociedade, graças aos avanços na regulamentação antisísmica, no planeamento territorial e na coordenação institucional. Conclui-se que existem avanços significativos na gestão de risco no Chile durante as últimas décadas, destacando-se melhorias institucionais, tecnológicas e regulatórias; no entanto, persistem desafios estruturais, como a fraca coordenação interinstitucional e a limitada participação dos cidadãos. Consequentemente, é necessária uma governação do risco inclusiva e sustentada, com foco na resiliência, na justiça territorial e na equidade social.

Palavras-chave: Terremoto; Chile; Impacto; Resposta do governo; Gestão de riscos.

INTRODUCCIÓN

Chile se encuentra entre los países con mayor actividad sísmica del planeta, una condición geológica determinada por su localización en el denominado Cinturón de Fuego del Pacífico. Esta vasta zona, que se extiende a lo largo de la costa del océano Pacífico, se caracteriza por una intensa actividad tectónica producto de la subducción de la placa de Nazca bajo la placa Sudamericana (LOMNITZ, 2004; BARRIENTOS, 2010; ARAYA, 2024). Esta interacción constante entre placas genera una acumulación de energía que, al liberarse, da origen a terremotos de gran magnitud. En consecuencia, los sismos han sido una constante en la historia de Chile, marcando su geografía física y su evolución urbana, institucional y cultural.

A lo largo de los siglos, el país ha enfrentado numerosos eventos sísmicos catastróficos. Dos de los más significativos, tanto por su magnitud como por su impacto social, son el terremoto de Valdivia de 1960 y el terremoto de Maule de 2010. El primero, registrado el 22 de mayo de 1960,

alcanzó una magnitud de 9.5 Mw, siendo el más fuerte jamás documentado a nivel mundial (KANAMORI, 1977; JULVE et al., 2024). Este evento no solo causó miles de muertes y un masivo desplazamiento de personas, sino que también alteró profundamente la configuración territorial del sur de Chile, generando un tsunami que afectó incluso a países tan lejanos como Japón y Hawái (CISTERNAS et al., 2005). Por otro lado, el terremoto del 27 de febrero de 2010, con una magnitud de 8.8 Mw, tuvo un carácter igualmente devastador: provocó un tsunami que arrasó zonas costeras, dejó más de 500 muertos y causó severos daños en infraestructura, vivienda y servicios públicos en varias regiones del país (ARAVENA; PRADA, 2010; MELLA, 2023).

Ambos eventos dejaron profundas secuelas humanas y materiales, pero también evidencian distintas capacidades de respuesta institucional y social. El terremoto de 1960 puso en evidencia la ausencia de protocolos sistematizados de emergencia, una débil institucionalidad estatal en la gestión del riesgo y una escasa preparación de la población ante catástrofes naturales. En contraste, el sismo de 2010 encontró a un país con avances significativos en normativas de construcción antisísmica, sistemas de monitoreo geológico y organismos especializados como la Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior de Chile (ONEMI). No obstante, también reveló falencias importantes en la coordinación interinstitucional y, especialmente, en la comunicación oportuna de alertas de tsunami, lo que derivó en pérdidas humanas que pudieron haberse evitado (SAAVEDRA, 2021; MÖNCKEBERG; ATARAMA, 2024).

Este estudio se propone analizar comparativamente ambos eventos sísmicos, centrándose en las características, el impacto en la población e infraestructura y en la respuesta gubernamental a cada catástrofe. A partir de este análisis, se espera identificar lecciones útiles para el fortalecimiento de políticas públicas de prevención y mitigación de desastres en contextos de alta sismicidad. Comprender las transformaciones en la gestión del riesgo sísmico en Chile resulta fundamental para minimizar futuras pérdidas humanas y materiales, y para avanzar hacia una cultura de resiliencia sustentada en la memoria histórica, la participación ciudadana y la responsabilidad institucional (UNDRR, 2015).

1 METODOLOGÍA

Esta investigación se enmarca dentro del paradigma cualitativo, el cual se orienta hacia la comprensión profunda de fenómenos sociales a partir de la interpretación contextualizada de discursos, prácticas o documentos. A diferencia de los enfoques cuantitativos, que buscan generalizar a partir de datos numéricos, el enfoque cualitativo privilegia el análisis com-

prensivo, flexible y reflexivo, permitiendo explorar significados, representaciones y construcciones sociales vinculadas a un fenómeno determinado (FLICK, 2015; DENZIN; LINCOLN, 2017).

El diseño metodológico adoptado corresponde a un análisis documental, el cual se centra en el examen sistemático e interpretativo de fuentes escritas que contienen información relevante para el objeto de estudio. Este tipo de análisis no se limita a la simple descripción de los documentos, sino que se enfoca en desentrañar sentidos, identificar patrones, contrastar narrativas y comprender cómo se construyen ciertos discursos a lo largo del tiempo (PRIOR, 2003; BOWEN, 2009).

La selección de documentos se realizó de manera intencionada, atendiendo a criterios de pertinencia temática, diversidad de perspectivas y relevancia histórica e institucional. Entre los tipos de fuentes analizadas se incluyen informes gubernamentales, normativas legales, documentos técnicos de organismos especializados en gestión del riesgo y publicaciones académicas. Esta estrategia permitió acceder a una multiplicidad de voces e interpretaciones que enriquecen el análisis del tema estudiado.

El procedimiento de análisis se llevó a cabo mediante una codificación temática de los contenidos documentales, siguiendo los principios del análisis de contenido cualitativo propuesto por Mayring (2014) y la lógica interpretativa del análisis crítico del discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Se establecieron categorías preliminares de análisis que fueron refinadas a medida que se profundizaba en la lectura de los textos. Las principales dimensiones consideradas incluyeron: ubicación, magnitud del evento y características del epicentro, impacto en la población, daños en la infraestructura, respuesta gubernamental y lecciones para el presente.

Este enfoque metodológico resulta particularmente adecuado para abordar fenómenos históricos o sociopolíticos en los que los documentos constituyen huellas del pasado y dispositivos de poder que configuran determinadas formas de ver y actuar en el mundo (SCOTT, 1990). Asimismo, permite problematizar la manera en que las instituciones y las sociedades representan, gestionan y resignifican los desastres naturales en función de sus contextos socioculturales y capacidades estructurales.

En suma, el análisis documental cualitativo desarrollado en esta investigación ofrece una vía rigurosa y reflexiva para comparar las repercusiones de los terremotos de 1960 y 2010 en Chile, a partir de las huellas textuales que dan cuenta de cómo se ha enfrentado históricamente esta amenaza y qué lecciones pueden extraerse para el futuro.

2 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El análisis comparativo de los terremotos de 1960 y 2010 en Chile permite reconocer tanto continuidades como transformaciones en la manera en que el país ha enfrentado las catástrofes sísmicas. Los resultados que se presentan a continuación buscan articular una mirada histórica y crítica, contrastando los principales efectos de ambos eventos en la población, la infraestructura y la respuesta gubernamental. Más allá de la descripción de los daños, se pretende problematizar las capacidades institucionales y sociales desplegadas en cada contexto, así como las lecciones que emergen para la construcción de políticas públicas en gestión del riesgo. En este sentido, la discusión se orienta a identificar los avances logrados, las tensiones persistentes y los desafíos que aún limitan una gobernanza del riesgo inclusiva y sostenible.

2.1 UBICACIÓN, MAGNITUD DEL EVENTO Y CARACTERÍSTICAS DEL EPICENTRO

Los terremotos de 1960 y 2010 son dos de los eventos sísmicos más significativos en la historia de Chile, tanto por su magnitud como por sus efectos devastadores en la población y la infraestructura. Estos eventos ilustran la dinámica de la actividad tectónica en la región, caracterizada por la interacción entre la Placa de Nazca y la Placa Sudamericana en el contexto de la zona de subducción.

2.1.1 Terremoto de 1960

El 22 de mayo de 1960, Chile experimentó el terremoto más fuerte registrado instrumentalmente en la historia de la humanidad, con una magnitud de 9.5 Mw (KANAMORI, 1977). Su epicentro se ubicó cerca de Valdivia, en la actual región de Los Ríos, y su impacto abarcó una extensa zona desde la región del Maule hasta Chiloé. La ruptura de la falla se extendió por más de 1.000 km, liberando una energía equivalente a aproximadamente 1.000 bombas atómicas de Hiroshima (PLAFKER; SAVAGE, 1970; SAAVEDRA; CARRASCO; NÚÑEZ, 2022; ARAYA et al., 2024).

Uno de los efectos más devastadores del terremoto de 1960 fue el tsunami, cuyas olas alcanzaron alturas superiores a 25 metros en localidades costeras como Corral, Puerto Saavedra y Lebu (CISTERNAS et al., 2005). A nivel internacional, el maremoto causó destrucción en Hawái, Japón y Filipinas, con más de 200 muertes fuera de Chile (ATWATER et al., 2005). La energía del tsunami viajó a través del Pacífico, alcanzando costas a miles de kilómetros del epicentro y demostrando la interconexión global

de los eventos sísmicos en zonas de subducción.

El terremoto de 1960 no solo tuvo un impacto inmediato en la infraestructura y la población, sino que también alteró la geografía de la región. Se registraron hundimientos de hasta 2 metros en algunas zonas, lo que llevó a la formación de lagos y la modificación del cauce de ríos como el Riñihual, cuyo represamiento amenazó con inundaciones catastróficas en Valdivia (LOMNITZ, 1970). Además, a la luz de los datos registrados en el mapa del Recurso 1, este terremoto aceleró procesos de investigación sobre la sismicidad en Chile y la necesidad de una política de reconstrucción y prevención más efectiva.

Figura 1 – Mapa sísmico del terremoto del 22 de mayo de 1960



Fuente: United States Geological Survey (USGS), 2008.

2.1.2 Terremoto de 2010

El 27 de febrero de 2010, un terremoto de magnitud 8,8 Mw sacudió la zona centro-sur de Chile, con epicentro en la costa de la entonces Región del Biobío (actual Región de Ñuble), cerca de 150 km al noroeste de Concepción y 63 km al suroeste de Cauquenes (PIRTY, 2024). Este evento tuvo lugar en la misma zona de subducción entre la Placa de Nazca y la Placa Sudamericana. Aunque su ruptura fue menor que la del terremoto de 1960, alcanzó una extensión de aproximadamente 500 kilómetros.

El sismo generó un tsunami con olas de hasta 15 metros en Dichato, Constitución y el archipiélago Juan Fernández, causando severos daños y pérdidas humanas. La falta de una alerta temprana efectiva en algunas zonas incrementó el impacto de las olas, lo que suscitó cuestionamientos sobre los protocolos de emergencia y la gestión del riesgo en Chile. En particular, la comunicación deficiente de las autoridades sobre la amenaza de tsunami contribuyó a un saldo de víctimas mayor al esperado (CONTRE-RAS; BELTRÁN, 2015).

Las réplicas del terremoto de 2010, algunas superiores a 7.0 Mw, prolongaron la crisis en la zona afectada (MORENO; ROSENAU; ONCKEN, 2010). Entre ellas, la réplica de 7.1 Mw ocurrida el 11 de marzo de 2010 generó pánico en la población y dificultades en las labores de reconstrucción. Además de los daños en viviendas, carreteras y puentes, la economía del país se vio impactada debido a la destrucción de infraestructura portuaria y productiva en regiones clave como el Maule y el Biobío (COMISIÓN INVESTIGADORA TERREMOTO 27F, 2011; MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS, 2011).

A nivel tectónico, el terremoto de 2010 generó un desplazamiento significativo de la ciudad de Concepción, que se movió aproximadamente 3 metros hacia el oeste. Este fenómeno puso de manifiesto el dinamismo de la deformación cortical en el margen convergente de Sudamérica, donde la placa de Nazca subduce bajo la placa Sudamericana, evidenciando la magnitud de la energía liberada durante el evento sísmico y el complejo comportamiento mecánico de la litosfera en esta zona de subducción.

Este sismo destacó por la implementación de tecnologías modernas en el monitoreo de terremotos y su impacto en el desarrollo de políticas de reconstrucción más rápidas y efectivas en comparación con eventos anteriores. Se reforzaron normativas antisísmicas, y el uso de nuevas tecnologías de alerta temprana se volvió una prioridad para mitigar futuros desastres. La experiencia del 2010, según los antecedentes del mapa sísmico del Recurso 2, también marcó un punto de inflexión en la cultura del riesgo en Chile, promoviendo una mayor participación de la comunidad en la

preparación ante eventos sísmicos (MORENO; ROSENAU; ONCKEN, 2010; COMISIÓN INVESTIGADORA TERREMOTO 27F, 2011; MÖNCKEBERG; ATARAMA, 2024).

Figura 2 – Mapa sísmico del terremoto del 27 de febrero de 2010



Fuente: Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior de Chile (ONEMI), 2010.

2.2 IMPACTO EN LA POBLACIÓN

Los terremotos de 1960 y 2010 en Chile constituyen hitos sísmicos fundamentales que marcaron la historia geológica del país y revelaron profundas desigualdades sociales y debilidades estructurales en la gestión del riesgo. Por este motivo, ambos eventos deben analizarse no solo desde su magnitud física, sino desde su impacto en la vida humana, considerando

la preparación institucional, el contexto sociopolítico y la capacidad de respuesta del Estado y la sociedad civil.

2.2.1 Terremoto de 1960

En el terremoto de 1960, las cifras estimadas de fallecidos oscilan entre 2.000 y 6.000 personas (LOMNITZ, 1970; CISTERNAS et al., 2005); sin embargo, las pérdidas humanas pudieron ser mayores, dada la precariedad de los registros de la época y la pérdida de comunidades costeras enteras. Las víctimas se concentraron principalmente en las regiones de Valdivia, Osorno y Concepción, afectadas por el sismo y los múltiples tsunamis que arrasaron el litoral sur (ARAYA et al., 2024).

La mayoría de las muertes se debió al colapso de viviendas precarias construidas en adobe y madera, materiales muy vulnerables a la actividad sísmica. La alta letalidad del evento también se explica por la inexistencia de una política pública de prevención de desastres, la falta de normativas sismo-resistentes efectivas, la debilidad del Estado en el sur del país y la ausencia total de sistemas de alerta de tsunamis. Como señala Barrientos (2010), el desastre expuso la precariedad institucional de la época y dio origen, de forma incipiente, a una reflexión sobre la necesidad de contar con una política nacional de protección civil.

Además, debe considerarse el impacto del terremoto en el tejido social y psicológico de la población (HIDALGO, 2021). Muchas comunidades rurales quedaron completamente aisladas durante semanas, sin acceso a agua potable ni atención médica, lo que generó brotes de enfermedades infecciosas y deterioro en la salud mental de los sobrevivientes. El evento también tuvo implicancias geopolíticas, ya que motivó la llegada de ayuda internacional y marcó uno de los primeros operativos humanitarios de gran escala en el país.

2.2.2 Terremoto de 2010

Cincuenta años después, el terremoto del 27 de febrero de 2010, de magnitud 8,8 Mw, azotó la zona centro-sur del país, afectando fuertemente a las regiones del Maule y Biobío. A pesar de ser uno de los eventos sísmicos más potentes del siglo XXI, las cifras oficiales registraron 525 fallecidos y 25 desaparecidos (COMISIÓN INVESTIGADORA TERREMOTO 27F, 2011), lo que representa una disminución significativa respecto de 1960. Esta reducción se relaciona con diversos factores: la existencia de normativas sismo-resistentes actualizadas (NCh433) vigentes desde 1996, la mejora en la calidad de los materiales de construcción, y la incorporación de criterios de

ingeniería antisísmica en obras públicas y edificaciones privadas.

No obstante, el menor número de víctimas no significó un éxito rotundo en la gestión del desastre. La cancelación errónea de la alerta de tsunami por parte del Servicio Hidrográfico y Oceanográfico de la Armada (SHOA), en conjunto con fallas de comunicación en la Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior de Chile (ONEMI), provocaron la muerte de decenas de personas en zonas costeras como Constitución, Talcahuano, Pelluhue y Dichato (COMISIÓN INVESTIGADORA TERREMOTO 27F, 2011). El caso de Constitución, donde las olas impactaron en medio de una actividad cultural sin que la población fuera evacuada, es paradigmático de la desconexión entre los sistemas técnicos y la toma de decisiones políticas en momentos críticos.

Este terremoto también evidenció nuevas formas de vulnerabilidad social. A diferencia de 1960, el país en 2010 era altamente urbanizado, con una ciudadanía más informada, conectada digitalmente y con mayores expectativas sobre el rol del Estado (SAAVEDRA; CARRASCO; NÚÑEZ, 2022). La población exigió responsabilidades, y el desastre se transformó en un tema de debate público y mediático. Según Aravena y Prada (2021), el evento catalizó una discusión sobre el modelo de desarrollo chileno, cuestionando la desigualdad en el acceso a viviendas seguras y la centralización de las decisiones en emergencias.

2.3 DAÑOS EN LA INFRAESTRUCTURA

El impacto de los terremotos de 1960 y 2010 en la infraestructura chilena revela el poder destructivo de los fenómenos naturales y las transformaciones que ha vivido el país en términos de normativas sísmicas, planificación urbana, tecnología constructiva y gestión del riesgo. En este contexto, tales eventos actuaron como verdaderos “test de estrés” para el modelo de desarrollo urbano y habitacional, y permitieron evidenciar tanto avances en la ingeniería civil como deficiencias persistentes en el cumplimiento y fiscalización de las normativas vigentes.

2.3.1 Terremoto de 1960

Las ciudades del sur de Chile, como Valdivia, Puerto Montt, Osorno, Maullín y Corral, fueron prácticamente arrasadas por el movimiento sísmico y el posterior maremoto. En ese momento, el parque habitacional estaba compuesto mayoritariamente por edificaciones de albañilería no reforzada y estructuras de madera sin criterios antisísmicos formales (LOMNITZ, 2004). La destrucción superó el 40% de las construcciones en Valdivia

y Puerto Montt, con miles de viviendas colapsadas o *inhabitablemente* dañadas.

En este contexto de alta vulnerabilidad estructural y ausencia de planificación resiliente, la imagen del Recurso 3 constituye un testimonio visual del impacto del maremoto en el borde fluvial e industrial de Valdivia, evidenciando la destrucción de infraestructura, el desplazamiento de embarcaciones y la paralización de las actividades productivas. Más allá de su valor descriptivo, la fotografía funciona como un registro histórico que revela la magnitud del desastre y las limitaciones técnicas, normativas y de planificación urbana del Chile de comienzos de la década de 1960 frente a eventos socionaturales de gran escala.

Figura 3 – Barcos e industrias destruidas en Valdivia tras el maremoto de 1960



Fonte: Castedo (2000, p. 74).

Estas carencias, visibles en el espacio industrial y portuario que retrata la imagen, se replicaron de manera aún más crítica en la infraestructura pública y en los sistemas básicos de soporte social, profundizando las dificultades para enfrentar la emergencia. En particular, las deficiencias estructurales fueron especialmente graves en instalaciones como hospitales, escuelas y puentes, cuya destrucción dificultó enormemente la respuesta humanitaria. A ello se sumó el colapso de la red vial: caminos rurales quedaron intransitables, numerosos puentes fueron destruidos y las conexiones entre ciudades se interrumpieron durante semanas, situación que se vio agravada por el aislamiento de las zonas afectadas y la limitada infraestructura.

tura de comunicaciones existente en la época (GUZMÁN et al., 2016; GONZALES, 2021).

Además, el terremoto generó importantes transformaciones geográficas. Uno de los casos más emblemáticos fue el Riñihue: el lago Riñihue comenzó a desbordarse tras quedar represado por deslizamientos de tierra, amenazando con una catástrofe mayor sobre Valdivia. La contención de esta emergencia requirió una operación inédita de ingeniería civil que involucró a cientos de obreros, ingenieros y militares, y que se convirtió en un símbolo del esfuerzo colectivo frente al desastre (GUZMÁN et al., 2016).

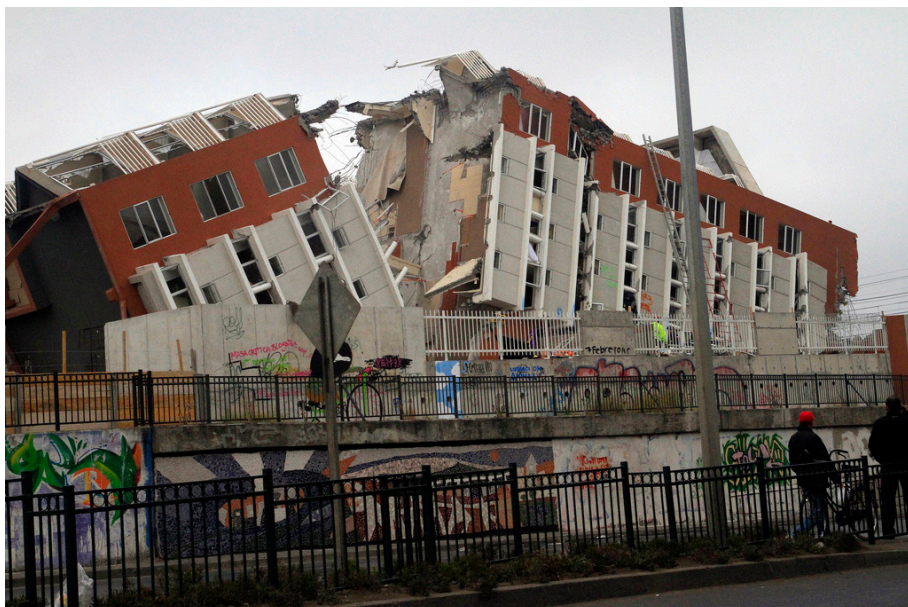
En términos normativos, el sismo evidenció la inexistencia de un código sísmico nacional riguroso. Aunque algunas normativas antisísmicas regionales se habían desarrollado desde la década de 1930 tras el terremoto de Chillán (1939), su aplicación era desigual y carecía de fiscalización sistemática; bajo este escenario, el terremoto de 1960 marcó un punto de inflexión, acelerando el desarrollo de políticas estatales orientadas a normar la construcción en zonas de riesgo sísmico.

2.3.2 Terremoto de 2010

Medio siglo después, el terremoto del 27 de febrero de 2010 (8,8 Mw) encontró un país mucho más urbanizado, con una red vial más compleja, una economía más integrada al comercio global y una normativa sísmica formalizada, especialmente a partir de la Norma Chilena NCh433.Of96, vigente desde 1996 y actualizada en 2009. La mayor parte de las edificaciones en ciudades como Santiago, Rancagua, Talca y Concepción cumplían con estándares de diseño sísmico, lo que permitió una tasa de colapso relativamente baja si se considera la magnitud del evento (COMISIÓN INVESTIGADORA TERREMOTO 27F, 2011; MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS, 2011).

Sin embargo, hubo casos emblemáticos de fallas estructurales graves, como el colapso del edificio Alto Río en Concepción (Recurso 4), construido apenas dos años antes del sismo, lo que evidenció fallos en diseño, construcción y fiscalización por parte de las autoridades competentes. Este caso reflejó una crisis institucional en la cadena de control urbano: si bien existían normas actualizadas, su cumplimiento no estaba garantizado, especialmente en el ámbito privado (SONG; PUJOL; LEPAGE, 2012).

Figura 4 – Colapso del edificio Alto Río en Concepción



Fonte: Biblioteca Nacional de Chile (2026)

Esta fragilidad institucional y técnica no se limitó al sector habitacional, sino que se extendió de manera significativa a la infraestructura pública y vial, afectando la capacidad de respuesta y recuperación territorial tras el desastre. En este sentido, los daños a la red de transporte fueron especialmente severos: colapsaron numerosos pasos sobre nivel, se cortaron tramos de autopistas concesionadas y se interrumpió la conectividad en puntos neurálgicos como la Ruta 5 Sur. El informe del Ministerio de Obras Públicas señaló que más de 500 obras de infraestructura resultaron afectadas, entre ellas 124 puentes, varios de los cuales quedaron completamente inutilizados (MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS, 2011).

A diferencia del terremoto de 1960, el sismo de 2010 estuvo acompañado de un tsunami que tuvo consecuencias devastadoras para las zonas costeras, ya que afectó más de 600 kilómetros de litoral, arrasando con instalaciones portuarias, caletas de pescadores, infraestructura turística y viviendas cercanas al mar en ciudades como Talcahuano, Constitución y Pelluhue (RAMOS; SARAGONI, 2022; MÖNCKEBERG; ATARAMA, 2024). En muchos casos, las edificaciones ubicadas en zonas de riesgo no contaban con medidas de mitigación, y el sistema de alerta temprana falló, lo que provocó una grave pérdida de vidas humanas.

2.4 RESPUESTA GUBERNAMENTAL Y LECCIONES PARA EL PRESENTE

2.4.1 Terremoto de 1960

El terremoto de Valdivia del 22 de mayo de 1960 no solo fue una catástrofe natural de proporciones colosales, sino también una tragedia social y política que puso en evidencia la profunda precariedad institucional del Estado chileno frente a eventos de esta magnitud. Su impacto reveló con crudeza las limitaciones de la capacidad estatal para prevenir, mitigar y responder coordinadamente a desastres naturales, y marcó un antes y un después en la gestión del riesgo en el país.

Entre los principales problemas detectados en la respuesta a la catástrofe se destacan:

- **Ausencia de sistemas de monitoreo y alerta temprana:** A inicios de la década de 1960, Chile carecía de una infraestructura técnica y científica adecuada para monitorear sismos o anticipar tsunamis. No existían organismos especializados en geofísica aplicados a la protección civil, ni redes de comunicación eficientes que permitieran alertar a la población en tiempo real. La falta de conocimiento sobre la relación entre grandes sismos y tsunamis, sumada a la ausencia de medios tecnológicos para detectarlos, dejó a las comunidades costeras completamente expuestas. Según Gijón (2023), el tsunami posterior al sismo alcanzó alturas de hasta 15 metros en la costa chilena y provocó más de 2.000 muertes, muchas de ellas evitables con sistemas de alerta adecuados.
- **Descoordinación estatal y ayuda desigual entre regiones:** La institucionalidad chilena de la época estaba marcada por una fuerte centralización en Santiago, lo que dificultó una respuesta eficiente en las regiones más afectadas, especialmente en el sur del país. La carencia de un organismo especializado en la gestión de emergencias significó que las decisiones se tomaran de manera improvisada, sin una cadena de mando clara ni protocolos preestablecidos. La respuesta fue fragmentada, dependiendo en gran medida de la iniciativa y capacidad de gestión de las autoridades locales, lo que derivó en disparidades notables en la distribución de ayuda humanitaria, atención médica y reconstrucción (GONZALES, 2021; SAAVEDRA, 2021).
- **Falta de protocolos para evacuación ante tsunamis:** La población no contaba con educación cívica ni información suficiente sobre cómo

actuar frente a un maremoto. No existían rutas de evacuación señalizadas ni simulacros previos que prepararan a las comunidades costeras para actuar con rapidez. La mayoría de las víctimas fatales del tsunami murieron por desconocimiento del peligro y por no haber evacuado tras el primer movimiento sísmico, creyendo que lo peor ya había pasado.

La gravedad de la catástrofe y la magnitud del fracaso institucional provocaron una lenta pero sostenida transformación en la forma en que el Estado chileno comenzó a abordar la gestión del riesgo. Uno de los cambios más relevantes fue la creación de la Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior de Chile (ONEMI) en 1974, como un organismo encargado de coordinar la respuesta ante emergencias, centralizar la información y articular la labor de las fuerzas armadas, instituciones públicas y organismos locales. Esta medida respondió a la necesidad urgente de institucionalizar una política pública de prevención y respuesta ante desastres, superando el modelo reactivo e improvisado que predominaba hasta entonces.

Asimismo, el terremoto de 1960 impulsó reformas sustantivas en la planificación urbana y en la normativa de construcción en Chile. Este evento catastrófico motivó la revisión y actualización del Código de Diseño Sísmico, incorporando criterios de ingeniería estructural basados en estándares internacionales y en estudios avanzados sobre dinámica sísmica. Se establecieron exigencias más rigurosas para el diseño, cálculo y ejecución de estructuras, con énfasis en la disipación de energía y el comportamiento dúctil de los materiales. Estas normativas han constituido un eje fundamental del modelo chileno de resiliencia sísmica, contribuyendo de manera decisiva a la reducción de víctimas fatales y colapsos estructurales en terremotos posteriores, como los ocurridos en 1985 y 2010.

En el contexto previsto, el terremoto y tsunami de 1960 constituyen una importante fuente de aprendizaje institucional, ya que dejó en evidencia la necesidad urgente de contar con una política nacional de gestión del riesgo que integre prevención, preparación, respuesta y reconstrucción, articulando a múltiples actores en todos los niveles del Estado (ROMERO; VERGARA, 2022).

2.4.2 Terremoto de 2010

A pesar de que el país contaba con una institucionalidad más robusta que en 1960 —incluyendo la existencia de la Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior de Chile (ONEMI), el Servicio Sismológico-

co Nacional y sistemas de telecomunicaciones más avanzados—, los errores cometidos antes, durante y después del terremoto del 27 de febrero de 2010 revelaron fragilidades críticas en la cadena de toma de decisiones, comunicación y respuesta, que derivaron en muertes evitables y una gestión ineficiente en la etapa de reconstrucción.

• **Fallos en la alerta de tsunami:** Uno de los errores más graves fue la falta de emisión oportuna de una alerta de tsunami. Aunque los sistemas internacionales, como el *Pacific Tsunami Warning Center* (PTWC), emitieron alertas tempranas a minutos del evento sísmico, estas no fueron correctamente interpretadas ni difundidas por las autoridades chilenas. La ONEMI y la Armada descartaron la ocurrencia de un maremoto, decisión que se mantuvo incluso después de recibir reportes de olas en diversas zonas costeras del país. Según Contreras y Beltrán (2015), esta falta de reacción se debió tanto a la escasa preparación técnica de los funcionarios a cargo como a la debilidad de los protocolos de comunicación entre organismos. El resultado fue catastrófico: comunidades completas no evacuaron, y muchas personas regresaron a sus viviendas tras el sismo solo para ser arrasadas por el mar minutos después.

• **Problemas de comunicación gubernamental:** A este error se sumó una descoordinación evidente entre los distintos niveles de gobierno, reflejada en mensajes confusos, contradictorios o simplemente ausentes, tanto a la ciudadanía como entre organismos públicos. Según la Comisión Investigadora de la Cámara de Diputados (2011), hubo una “cadena de errores” en la transmisión de información, que impidió que se activaran los mecanismos de respuesta de forma adecuada y a tiempo. La falta de liderazgo y de una estructura clara de mando provocó incertidumbre, miedo y desconfianza en la población, lo que comprometió la efectividad de las acciones de emergencia, especialmente en las zonas más vulnerables.

• **Demoras en la reconstrucción:** La fase de reconstrucción posterior al desastre también estuvo marcada por importantes desafíos. Si bien el Estado reaccionó rápidamente con planes de emergencia y reasentamiento, la ejecución de estas políticas fue dispareja. Según Contreras y Arriagada (2016), muchas viviendas de emergencia —conocidas como *mediaguas*— fueron construidas sin estándares adecuados de habitabilidad, presentando problemas estructurales, falta de aislación térmica y carencias en servicios básicos. Además, la entrega de subsidios habitacionales enfrentó retrasos significati-

vos, generando una sensación de abandono en muchas comunidades damnificadas. La falta de participación ciudadana en la toma de decisiones sobre la reconstrucción también fue motivo de crítica por parte de organizaciones sociales y académicas.

El terremoto y tsunami del 27 de febrero de 2010 evidenció que la simple existencia de organismos encargados de la gestión de riesgos sísmicos no era suficiente sin una arquitectura normativa sólida, protocolos integrados, preparación técnica del personal y una ciudadanía educada en esta materia. Frente a este escenario, se emprendió un proceso de reformas estructurales, orientadas a construir un modelo de gestión más integral, preventivo y articulado entre los distintos niveles del Estado.

• **Creación del Sistema Nacional de Alarma de Maremotos (SNAM):**

Una de las respuestas inmediatas a las fallas del terremoto de 2010 fue la modernización del sistema de alerta de tsunamis, cuya omisión costó cientos de vidas. En 2011, la Armada de Chile, a través del Servicio Hidrográfico y Oceanográfico (SHOA), puso en marcha el Sistema Nacional de Alarma de Maremotos (SNAM). Este sistema incorporó tecnologías de última generación, como sensores de presión submarinos y boyas DART (Deep-ocean Assessment and Reporting of Tsunamis), capaces de detectar en tiempo real alteraciones en la columna de agua que indican la formación de un maremoto. Además, se desarrolló una red de estaciones mareográficas distribuidas en puntos estratégicos del litoral chileno, lo que permite corroborar el comportamiento del nivel del mar tras un sismo. La información captada es transmitida al Centro de Alerta de Tsunamis del SHOA, que la analiza en conjunto con los datos sísmicos del Centro Sismológico Nacional (CSN), mejorando la toma de decisiones en situaciones críticas. Este avance representa un salto cualitativo en la capacidad del país para reaccionar ante amenazas costeras, integrando tecnologías internacionales con capacidades locales.

• **Transformación de ONEMI en SENAPRED:** La reforma más estructural y simbólica del período post-2010 fue la transformación institucional de la ONEMI en el Servicio Nacional de Prevención y Respuesta ante Desastres (SENAPRED). Esta transformación, materializada con la promulgación de la Ley N.º 21.364 en agosto de 2021, dio forma a una nueva institucionalidad con competencias ampliadas, recursos fortalecidos y un marco normativo más moderno. SENAPRED representa un paso decisivo hacia un enfoque sistémico del ciclo del riesgo, incorporando no solo la respuesta y

recuperación, sino también la prevención, mitigación y preparación. La nueva ley define responsabilidades explícitas para los gobiernos regionales y municipales, lo que promueve la descentralización de la gestión del riesgo. Además, se exige la elaboración de Planes Comunales de Emergencia y Reducción del Riesgo de Desastres, incorporando el enfoque territorial y participativo en la planificación (Gobierno de Chile, 2021). Esta reforma también supuso un cambio de paradigma: del enfoque reactivo y centralizado de la ONEMI, a un modelo basado en la resiliencia, la planificación multisectorial y la articulación con la comunidad. Como señalan Mella et al. (2023), SENAPRED busca convertirse en un actor estratégico no solo en situaciones de emergencia, sino también en la construcción de capacidades preventivas a largo plazo para fortalecer la gobernanza del riesgo en un país expuesto a múltiples amenazas naturales.

• **Modernización de los protocolos de evacuación y comunicación:**

El terremoto de 2010 también reveló que una de las debilidades más graves no estaba en la detección del riesgo, sino en la comunicación efectiva con la población. En respuesta, se reformularon los protocolos de emergencia, introduciendo principios de claridad, velocidad y descentralización. Se estableció un sistema más robusto de comunicación de alertas, que involucra a múltiples actores, desde SENAPRED y la Armada hasta municipios, medios de comunicación, compañías telefónicas y redes sociales. Asimismo, se fortaleció la educación para la gestión del riesgo como política pública. El Ministerio de Educación (2016), en coordinación con SENAPRED y UNESCO, promovió la inclusión de contenidos sobre desastres naturales y resiliencia en los currículos escolares, apostando por una formación ciudadana basada en el concepto de cultura del riesgo. Junto a esto, se establecieron simulacros masivos y periódicos en zonas de alta vulnerabilidad, como los “Simulacros de Terremoto y Tsunami” que se realizan en el norte y sur del país, fortaleciendo la preparación comunitaria y la capacidad de respuesta de las autoridades locales.

Estos cambios reflejan la importancia del aprendizaje institucional tras cada desastre, evidenciando la necesidad de una gestión del riesgo que no solo responda a emergencias, sino que también incorpore una planificación preventiva que permita reducir la vulnerabilidad de la población frente a futuros eventos sísmicos y tsunamis (MÖNCKEBERG; ATARAMA, 2024).

CONSIDERACIONES FINALES

El análisis comparativo entre los terremotos de 1960 y 2010 permite constatar que la evolución del Estado chileno en materia de gestión del riesgo de desastres ha sido significativa, pero no exenta de tensiones, discontinuidades y desafíos estructurales. En cinco décadas, Chile ha pasado de una respuesta improvisada, fragmentaria y reactiva a un modelo institucional más complejo, con una normativa sísmica reconocida a nivel internacional, organismos especializados como SENAPRED, y capacidades tecnológicas de monitoreo y alerta temprana que han reducido notablemente el número de víctimas en eventos recientes. Estos avances reflejan un proceso de aprendizaje institucional acumulativo, estimulado en gran parte por las lecciones dolorosas que dejaron ambos eventos sísmicos.

Sin embargo, el terremoto y tsunami de 2010 pusieron de manifiesto que la existencia de capacidades técnicas y normativas no garantiza, por sí sola, una respuesta eficaz. Persisten fallas críticas en la articulación interinstitucional, en la fluidez de la comunicación de emergencias y, especialmente, en la capacidad del Estado para integrar de manera efectiva a los gobiernos regionales y locales, y a la ciudadanía en la gestión del riesgo. La falta de una cultura de corresponsabilidad entre el aparato estatal y las comunidades limita el alcance de las políticas públicas, y contribuye a la reproducción de la vulnerabilidad, especialmente en sectores históricamente excluidos del desarrollo urbano y territorial.

Las reformas impulsadas tras el terremoto del 27 de febrero de 2010 — como la transformación de ONEMI en SENAPRED, la implementación del Sistema Nacional de Alarma de Maremotos (SNAM), y la modernización del Sistema Nacional de Protección Civil — dan cuenta de un esfuerzo sostenido por consolidar un enfoque más integral. También se han fortalecido las capacidades educativas mediante la incorporación de contenidos de gestión del riesgo en el currículo escolar, y se han promovido ejercicios de simulacro que buscan preparar a la ciudadanía ante futuras emergencias. No obstante, estas medidas requieren continuidad, financiamiento estable y voluntad política para convertirse en políticas de Estado sostenibles en el tiempo, y no solo en respuestas episódicas ante desastres.

En este contexto, y a partir de los avances, limitaciones y reformas analizadas, resulta pertinente sistematizar comparativamente ambos eventos para identificar con mayor claridad las continuidades y rupturas en la gestión del riesgo en Chile. Desde esta perspectiva, la Tabla 1 sintetiza los principales contrastes entre los terremotos de 1960 y 2010, integrando dimensiones físicas, sociales, institucionales y normativas, y permitiendo una lectura comparada del proceso histórico de aprendizaje estatal frente a los desastres socionaturales.

Tabela 1 – Comparativa de terremotos de 1960 y 2010 en Chile

Dimensión de análisis	Terremoto de 1960	Terremoto de 2010
Fecha	22 de mayo de 1960	27 de febrero de 2010
Magnitud	9,5 Mw (mayor registrado instrumentalmente a nivel mundial)	8,8 Mw (uno de los mayores del siglo XXI)
Epicentro y zona afectada	Cercanías de Valdivia; afectó desde el Maule hasta Chiloé	Costa de la entonces Región del Biobío (actual Región de Ñuble); afectó principalmente Maule y Biobío
Características tectónicas	Ruptura superior a 1.000 km; liberación de energía extraordinaria	Ruptura aproximada de 500 km; fuerte deformación cortical
Tsunami	Tsunami de alcance transoceánico (Chile, Hawái, Japón, Filipinas); olas >25 m en zonas costeras	Tsunami con olas de hasta 15 m; impacto severo en localidades costeras
Impacto en la población	Entre 2.000 y 6.000 fallecidos; comunidades costeras arrasadas; aislamiento prolongado	525 fallecidos y 25 desaparecidos; muertes evitables asociadas a fallas de alerta
Condiciones sociales	Alta ruralidad, viviendas precarias, ausencia de preparación ciudadana	Alta urbanización, mayor información ciudadana y expectativas sobre el Estado
Daños en la infraestructura	Destrucción masiva de viviendas, hospitales, escuelas, puentes y caminos; colapso del sistema vial	Daños extensos pero menor tasa de colapso; fallas puntuales graves (ej. edificio Alto Río)
Normativa antisísmica	Inexistente o incipiente; sin fiscalización sistemática	Normativa NCh433 vigente y actualizada; problemas en su fiscalización
Respuesta gubernamental	Reactiva, improvisada y descoordinada; fuerte centralización	Institucionalmente más robusta, pero con graves fallas de coordinación y comunicación

Sistemas de alerta	Inexistentes; desconocimiento del riesgo de tsunami	Existentes, pero con fallas críticas en la emisión y cancelación de alertas
Institucionalidad	Ausencia de un sistema nacional de gestión del riesgo	Existencia de ONEMI; posterior transformación en SENAPRED
Lecciones principales	Necesidad de institucionalizar la gestión del riesgo y normar la construcción	Importancia de la coordinación interinstitucional, comunicación y participación ciudadana
Proyección histórica	Punto de inflexión para el desarrollo de políticas sísmicas en Chile	Oportunidad para avanzar hacia un modelo de gobernanza del riesgo más integral

Fonte: Autor (2026).

La síntesis comparativa presentada permite concluir que la reducción de la vulnerabilidad sísmica no puede depender exclusivamente de la infraestructura, la tecnología o la normativa, sino que exige avanzar hacia una gobernanza del riesgo concebida como un proceso integral, inclusivo y descentralizado, capaz de articular de manera sostenida a actores estatales, científicos, académicos, organismos locales y ciudadanos. En este marco, *el Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030* ofrece una hoja de ruta estratégica que trasciende el caso chileno, ya que sitúa la resiliencia como un componente estructural del desarrollo y no como una respuesta excepcional ante la catástrofe. La experiencia comparada de los terremotos de 1960 y 2010 demuestra que los mayores avances provienen de la capacidad de transformar el aprendizaje histórico en políticas públicas estables, basadas en evidencia, fortalecimiento institucional y participación comunitaria informada.

Este aprendizaje resulta especialmente relevante para otros países con alta exposición sísmica —como Japón, México, Perú, Indonesia o Nueva Zelanda—, donde la efectividad de la gestión del riesgo no depende exclusivamente del desarrollo tecnológico o de la solidez de las normativas constructivas, sino también de la capacidad de los Estados para articular una coordinación interinstitucional efectiva, promover una educación ciudadana continua en materia de riesgos y abordar las desigualdades territoriales que amplifican la vulnerabilidad social. En estos contextos, la experiencia chilena muestra que la resiliencia se construye de manera progresiva a partir del aprendizaje institucional, la participación comunitaria informada y la incorporación del riesgo como una dimensión estructural del desarrollo y

de la planificación territorial.

En consecuencia, Chile se encuentra en una encrucijada que es también compartida por muchas sociedades sísmicamente activas: o consolida los aprendizajes acumulados y profundiza una cultura de prevención con enfoque de equidad y sostenibilidad, o corre el riesgo de reproducir vulnerabilidades estructurales frente a futuros eventos extremos. La experiencia del terremoto de 2010 debe ser comprendida como una oportunidad histórica de alcance comparado para repensar el vínculo entre desarrollo, territorio y riesgo. Desde esta perspectiva, la planificación del futuro debe proyectarse como una política de Estado de largo plazo, orientada a garantizar la seguridad humana, la sostenibilidad ambiental y la cohesión social en contextos de alta amenaza sísmica, contribuyendo, así, al debate internacional sobre resiliencia y gobernanza del riesgo en el siglo XXI.

BIBLIOGRAFÍA

- ARAVENA, N.; PRADA, J. Efectos del terremoto y tsunami 27F sobre la planificación territorial metropolitana. Aprendizajes y nuevos enfoques: El caso de la comuna de Talcahuano, Chile. *Revista Geográfica del Sur*, v. 10, n. 1, p. 73-93, 2021. Disponible em: <https://doi.org/10.29393/GS10-4ET-NA10004>. Acceso em: 17 fev. 2026.
- ARAYA, C. et al. River-damming landslides during the 1960 Chile earthquake (M9.5) and earlier events: Implications for risk assessment in the San Pedro River basin. *Natural Hazards*, v. 120, n. 8, p. 7173-7193, 2024. Disponible em: <https://doi.org/10.1007/s11069-024-06474-8>. Acceso em: 17 fev. 2026.
- ATWATER, B. et al. *The orphan tsunami of 1700-Japanese clues to a parent earthquake in North America*. Seattle: University of Washington Press, 2005.
- BARRIENTOS, S. Terremoto (M=8.8) del 27 de febrero de 2010 en Chile. *Revista de la Asociación Geológica Argentina*, v. 67, n. 3, p. 412-420, 2010.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. *Archivo fotográfico y digital*. 2026. Disponible em: <http://archivoweb.bibliotecanacionaldigital.cl/>. Acceso em: 17 fev. 2026.
- BOWEN, G. Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponible em: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>. Acceso em: 17 fev. 2026.
- CASTEDO, Leopoldo. *Hazaña del Riñihue: El terremoto de 1960 y la resurrección de Valdivia. Crónica de un episodio ejemplar de la historia de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 2000.

- CISTERNAS, M. et al. Predecessors of the giant 1960 Chile earthquake. *Nature*, v. 437, n. 7057, p. 404-407, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature03943>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- COMISIÓN INVESTIGADORA TERREMOTO 27F. *Informe de la Comisión Especial Investigadora del estado de la institucionalidad en relación a su capacidad de respuesta frente a desastres naturales*. Cámara de Diputados de Chile, 2011. Disponível em: <https://camara.cl/legislacion/comisiones/documentos.aspx?prmID=643>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- CONTRERAS, Y.; BELTRÁN, M. Reconstruir con capacidad de resiliencia: El casco histórico de la ciudad de Constitución y el sitio del desastre del terremoto y tsunami del 27 de febrero 2010. *Revista Invi*, v. 30, n. 83, p. 79-115, 2015.
- CONTRERAS, Y.; ARRIAGADA, C. Reconstrucción exclusionaria: lo comunitario y las políticas públicas en ciudades menores e intermedias chilenas afectadas por el terremoto y tsunami del 27F 2010: Los casos de Constitución y Dichato. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 64, p. 83-107, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022016000200007>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *The SAGE handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.
- FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FLICK, U. *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata, 2015.
- GIJÓN, M. *Megatsunamis*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2023.
- GOBIERNO DE CHILE. *Ley N.º 21.364: Crea el Servicio Nacional de Prevención y Respuesta ante Desastres*. Diario Oficial de la República de Chile, 2021. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1163423>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- GONZALES, B. Terremoto de Valdivia 1960. *Revista Nothofagus*, v. 6, n. 1, p. 12-19, 2021.
- GUZMÁN, D.; SCHEEL, A.; MANN, R.; PAZDERKA, C. Transformaciones espaciales en ciudades intermedias: El caso de Valdivia-Chile y su evolución post-terremoto. *Arquitectura y Urbanismo*, v. 37, n. 3, p. 1-22, 2016.
- HIDALGO, R. Del conventillo al barrio: Habitar para crear la ciudad. Isla Teja en Valdivia, Chile (1938-1960). *Historia* 396, v. 10, n. 2, p. 325-354, 2021.
- JULVE, J. et al. Recurrence time and size of Chilean earthquakes influenced by geological structure. *Nature Geoscience*, v. 17, n. 1, p. 79-87, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41561-023-01327-8>. Acesso em: 17 fev. 2026.

- KANAMORI, H. The energy release in great earthquakes. *Journal of Geophysical Research*, v. 82, n. 20, p. 2981-2987, 1977.
- LOMNITZ, C. Major earthquakes and tsunamis in Chile during the period 1535 to 1955. *Geologische Rundschau*, v. 59, n. 3, p. 938-960, 1970.
- LOMNITZ, C. Major earthquakes of Chile: A historical review, 1535-1960. *Seismological Research Letters*, v. 75, n. 3, p. 368-378, 2004.
- MAYRING, P. *Qualitative content analysis: theoretical foundation, basic procedures and software solution*. Klagensfurt: Selbstverlag, 2014.
- MELLA, B. et al. Respuesta y recuperación ante desastres: Complejidades institucionales y técnicas en contextos de post-terremoto en Chile. *Revista de Estudios Latinoamericanos sobre Reducción del Riesgo de Desastres REDDER*, v. 7, n. 2, p. 204-218, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55467/reder.v7i2.133>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS (MOP). *Informe final n.º 3, de 2011, sector obras públicas, sobre auditoría a inversión en programas de emergencia y reconstrucción post-terremoto*. Gobierno de Chile, 2011. Disponível em: https://transparencia-dop.mop.gob.cl/auditorias/2012/mayo/enlace%20informe%20final%203_2011.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN (MINEDUC). *Política Nacional para la Gestión del Riesgo de Desastres*. Gobierno de Chile, 2016. Disponível em: <https://emergenciaydesastres.mineduc.cl/wp-content/uploads/2021/02/politicanacional.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- MÖNCKEBERG, M.; ATARAMA, T. La representación del pasado como forma narrativa de la esperanza en los desastres naturales: Análisis de la prensa chilena para los terremotos de 1960 y 2010. *ASRI: Arte y Sociedad. Revista de Investigación*, n. 26, p. 51-65, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33732/ASRI.6803>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- MORENO, M.; ROSENAU, M.; ONCKEN, O. 2010 Maule earthquake slip correlates with pre-seismic locking of Andean subduction. *Nature*, v. 480, n. 7377, p. 198-202, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature09349>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- OFICINA NACIONAL DE EMERGENCIA DEL MINISTERIO DEL INTERIOR DE CHILE (ONEMI). 2010.
- PIRTI, A. Investigation and prediction of the 2010 Maule, Chile earthquake by using GNSS on 25, 26 and 27 February 2010. *Journal of South American Earth Sciences*, v. 133, p. 104702, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsames.2023.104702>. Acesso em: 17 fev. 2026.

- PLAFKER, G.; SAVAGE, J. Mechanism of the Chilean earthquakes of May 21 and 22, 1960. *Geological Society of America Bulletin*, v. 81, n. 4, p. 1001-1030, 1970.
- PRIOR, L. *Using documents in social research*. London: SAGE Publications, 2003.
- RAMOS, R.; SARAGONI, G. Evolución de la degradación del suelo de Concepción para el terremoto de El Maule 2010. *Obras y Proyectos*, n. 31, p. 8-15, 2022.
- ROMERO, J.; VERGARA, F. Ciudadanía preparada en un país sísmico: Reflexiones sobre cómo imaginamos el próximo “gran terremoto” en Chile. *Revista de Estudios Latinoamericanos sobre Reducción del Riesgo de Desastres REDER*, v. 6, n. 2, p. 125-129, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.55467/reder.v6i2.101>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- SAAVEDRA, J. Gobierno del desastre en el neoliberalismo: Una mirada genealógica desde los terremotos en Chile durante el siglo XX. *Revista de Estudios Latinoamericanos sobre Reducción del Riesgo de Desastres REDER*, v. 5, n. 2, p. 48-62, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55467/reder.v5i2.71>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- SAAVEDRA, J.; CARRASCO, Y.; NÚÑEZ, D. Las vidas cotidianas de las y los testigos del terremoto de 2010 en Chile: Ruptura, recuperación y reconstitución. *Apuntes*, v. 49, n. 91, p. 47-72, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21678/apuntes.91.1365>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- SCOTT, J. *A Matter of record: Documentary sources in social research*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- SONG, C.; PUJOL, S.; LEPAGE, A. The collapse of the Alto Río building during the 27 February 2010 Maule, Chile, earthquake. *Earthquake Spectra*, v. 28, n. 1 suppl. 1, p. 301-334, 2012.
- UNDRR. *Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015-2030*. Naciones Unidas, 2015. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/43291_spanishsendaiframeworkfordisasterri.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.
- UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). *Science for a changing world*. 2008. Disponível em: https://earthquake.usgs.gov/earthquakes/eventpage/official19600522191120_30/executive. Acesso em: 17 fev. 2026.

Recebido em: 24/08/2025

Aceito em: 17/02/2026

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E AS MUDANÇAS NAS PAISAGENS NO SUL DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

THE EXPLORATION OF NATURAL RESOURCES AND CHANGES IN LANDSCAPE IN SOUTH BRAZIL BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Andréa Pagno Pegoraro¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações das paisagens no município de Vacaria, pertencente aos Campos de Cima da Serra, região localizada no nordeste do estado do Rio Grande do Sul. O estudo possui a finalidade de abordar os impactos ambientais resultantes de processos de aproveitamentos e exploração de recursos naturais no período compreendido entre os séculos XIX e XX, buscando compreender de que modo o desenvolvimento de atividades econômicas através de recursos naturais pré-existent resultaram em sérios riscos a preservação ambiental. Entre as fontes de pesquisa utilizadas neste estudo estão as descrições e apontamentos encontrados nos Registros Paroquiais do município de Vacaria, de 1854, inventários *post-mortem*, autos de medições de propriedades, jornais da imprensa local, revistas de época, descrições memorialistas em publicações locais, entre outros. Essas documentações nos ajudam a interpretar o contexto paisagístico referentes aos limites naturais das divisas das propriedades, recursos hídricos e vegetais, formação e composição do solo, entre outros fatores. Através do cruzamento dessas fontes torna-se possível evidenciar as mudanças nos espaços ambientais, inserção de plantas e animais exóticos e a degradação das florestas a partir da exploração econômica da madeira, com destaque para a *Araucaria angustifolia*. O presente estudo tem como fundamentação teórica trabalhos de pesquisadores que desenvolveram importantes estudos na área ambiental como o professor Dr. Marcos Gerhardt (2009), o pesquisador Paulo Zarth (2009), a professora Dra. Eunice Sueli Nodari, Esther Mayara Zamboni Rossi, entre outros.

Palavras-chave: Paisagens; Transformações; Impactos ambientais; Campos de Cima da Serra.

ABSTRACT

This article aims to analyze the transformations of landscapes in the municipality of Vacaria, belonging to Campos de Cima da Serra, a region located in the northeast of the state of Rio

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestra em História pela mesma instituição (2016). Possui graduação em História (2012) e em Geografia (2021) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), além de graduação em Pedagogia (2020) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente, é professora de Geografia na rede municipal e estadual de ensino no município de Vacaria-RS.

*Grande do Sul. The study aims to address the environmental impacts resulting from processes of exploitation and exploitation of natural resources in the period between the 19th and 20th centuries, seeking to understand how the development of economic activities through pre-existing natural resources resulted in serious risks to environmental preservation. Among the research sources used in this study are descriptions and notes found in the Parish Records of the municipality of Vacaria, from 1854, post-mortem inventories, records of property measurements, newspapers from the local press, period magazines, memorial descriptions in local publications, between others. This documentation helps us interpret the landscape context regarding the natural limits of property boundaries, water and plant resources, soil formation and composition, among other factors. By crossing these sources it becomes possible to highlight the changes in environmental spaces, the insertion of exotic plants and animals and the degradation of forests due to the economic exploitation of wood, with emphasis on *Araucaria angustifolia*. The present study has as its theoretical foundation the work of researchers who developed important studies in the environmental area, such as professor Dr. Marcos Gerhardt (2009), researcher Paulo Zarth (2009), professor Dr. Eunice Sueli Nodari, Esther Mayara Zamboni Rossi, among others.*

Keywords: Landscapes; Transformations; Environmental impacts; Campos de Cima da Serra.

INTRODUÇÃO

As paisagens que hoje constituem os Campos de Cima da Serra, localizado no sul do Brasil, no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, passaram por diversos processos de transformações ao longo do tempo, sendo sua área de mata seriamente devastada pelo corte indiscriminado de vegetação nativa. Conforme Barbosa (1998), a paisagem é definida como um campo de visibilidade, nesse sentido, “a paisagem é referenciada, num primeiro momento, como uma realidade percebida empiricamente pela visão, e externa ao observador. Daí que entre os sinônimos mais utilizados encontramos: cena, panorama e imagem” (Shellard, 2013, p. 58).

Para Suertegaray e Fujimoto (2004, p. 27) “a paisagem é em grande parte associada à ideia de imagem e cabe descrevê-la, enquanto expressão de processos. Em outras perspectivas, paisagem não é apenas a forma, a configuração, é resultado de processos não visíveis, mas possíveis de serem inferidos”. Assim, em uma percepção mais abrangente, paisagem não se refere apenas a espaços que podem ser percebidos através do olhar, mas de um conjunto de informações que estão presentes em aspectos da memória, permeados pela subjetividade, podendo evocar pensamentos agradáveis ou não, recordar sons, cheiros, texturas, despertando sentimentos e sensações. Precisamos considerar ainda que, as diferentes interpretações das paisagens estão imersas em aspectos socioculturais. Para Barbosa (1998, p. 02) “a paisagem é produto como também suporte da cultura, porque é veículo de mitos, tradições, valores”. De modo que, as paisagens correspon-

dem a espaços ocupados por grupos humanos e, portanto, comportam as marcas e heranças das sociedades humanas.

Neste sentido, o presente artigo tem como finalidade analisar as transformações das paisagens do antigo território de Vacaria entre o final do século XIX e meados do século XX, a partir de uma perspectiva socioambiental. Sobre o estudo das transformações das paisagens através da História Ambiental Carlin (2019, p. 31), ressalta que “Estudar as transformações das paisagens a partir da História Ambiental, propicia uma dimensão dialógica e dialética do passado em relação ao cotidiano, problematizando e tencionando ideias que favoreceram as mudanças envolvendo homem e natureza”.

Por este viés, o estudo apresentado busca trazer apontamentos quanto aos modos de interação entre sociedade e natureza, aproveitamento dos recursos disponíveis e impactos ambientais decorrentes de ações humanas. Entre as fontes de pesquisa estão os Registros Paroquiais do município de Vacaria, de 1854. Nesse documento encontramos as descrições de limites das propriedades que nos mostram as demarcações através de divisas naturais, incluindo informações sobre qualidade do solo, áreas cultivadas e árvores frutíferas.

Os inventários *post-mortem*, constituem outra fonte importante para a pesquisa, fornecendo informações sobre o modo de ocupação das terras, composição da paisagem, presença de animais, recurso hídricos, acidentes geográficos, abrangência de áreas de campos e matos. Neles encontramos descrições de bens naturais, materiais, móveis e semoventes presentes nas fazendas. As medições de propriedade constituem outra fonte de relevância considerável, pois nos permitem identificar elementos naturais e compreender como estes eram apropriados pelo ser humano em suas atividades econômicas.

1 CAMPOS DE CIMA DA SERRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

A região denominada de Campos de Cima da Serra, localiza-se no extremo nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina “Os municípios presentes nesta fitofisionomia são: Vacaria, Bom Jesus. São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Lagoa Vermelha e outros, abrangendo uma área de 21.033 km² (Rossi; Nodari, 2012, p. 118). De acordo com Bond-Buckup (2008), entre 42 e 10 mil anos atrás, a região dos Campos de Cima da Serra apresentava um clima frio e seco, havendo a predominância de campos e, até então as formações florestais eram escas-

sas, parecendo ilhas no fundo dos vales. “Há cerca de 4 mil anos, quando o clima começou a tornar-se mais úmido, iniciou-se um processo gradual de expansão das Matas com Araucárias, a Floresta Ombrófila Mista, que persiste até hoje” (Bond-Buckup, 2008, p. 23). Segundo a pesquisadora Eunice Nodari (2018, p. 12):

Entre as formações vegetais mais ameaçadas do bioma Mata Atlântica está aquela atualmente conhecida como Floresta Ombrófila Mista (FOM), ou simplesmente Floresta com Araucárias. Ao longo do tempo, ela recebeu várias outras denominações, como Mata de Araucária, Mata de Pinhais, Mata Preta ou Floresta com Araucárias [...], sua espécie arbórea, também é chamada de pinheiro-brasileiro e pinheiro-do-paraná. Originalmente, a FOM ocupava em torno de 200.000 Km², distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

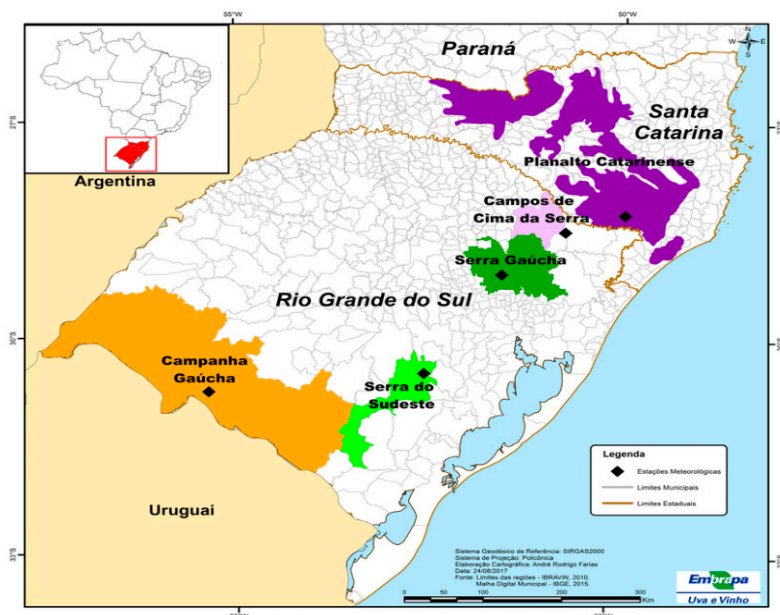
As formações de matas de araucárias, conforme exposto por Nodari (2018), vem sendo constantemente ameaçadas pelas interferências humanas na natureza, principalmente através do corte indiscriminado, mesmo diante de medidas punitivas para sua extração irregular. A exploração e comercialização da Araucária em Vacaria se inicia no final do século XIX e tem seu auge no início do século XX, sendo a indústria madeireira uma das principais atividades econômicas desenvolvida neste período.

Behling (2009, p.14), destaca que “a floresta com Araucária é encontrada nas regiões mais elevadas, entre as latitudes 24° e 30°S, principalmente ente 1000 e 1400 metros de altitude”. O Viajante Carl Axel Magnus Lindman que visitou o Rio Grande do Sul no final do século XIX, observou a presença de araucárias, segundo ele “A *Araucária brasiliana* tem os galhos horizontais e a copa achatada. Do lado de fora vê-se a beira da mata estender-se tanto ao norte como ao sul até onde a vista alcança. Para leste e para o norte continuam os pinhais até o Passo Fundo e Vacaria” (Lindman, 1974, p. 220).

De acordo com Fontana; Repenning, Rovedder (2009, p. 161) “A região dos Campos de Cima da Serra apresenta uma complexa fisionomia natural, contemplando matas com araucária, campos com formações florísticas diversas e banhados”. Os autores destacam ainda a variedade de aves que habitam a região, ressaltando a importância da preservação dos espaços ambientais para garantir a sobrevivência das espécies. Entre as aves que vivem nos bosques de araucárias, os autores citam a presença do papagaio-charão e o papagaio-de-peito-roxo, que dependem diretamente da semente da araucária (pinhão) para se alimentar durante o inverno. Os

pesquisadores ressaltam ainda que o papagaio charão apresenta grande parte de sua população restrita ao Rio Grande do Sul e ao sudeste de Santa Catarina. O mapa a seguir indica a localização dos Campos de Cima da Serra no sul do Brasil.

Figura 1: Localização dos Campos de Cima da Serra



Fonte: ALVES, Maria Emília Borges; TONIETTO, Jorge, 2017.

De acordo com Behling (2009), os ecossistemas atuais de campo natural na região sul do Brasil incluem os campos subtropicais e os campos de altitude, sendo os campos de altitude encontrados na região do Planalto Sul-Brasileiro, com especial predominância entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde também são chamados de Campos de Cima da Serra. Segundo Bond-Buckup (2008, p. 13) a denominação Campos de Cima Serra foi “escolhida para o espaço geográfico inserido no Planalto das Araucárias que se localiza nas áreas elevadas próximas ao limite dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina”. Lindman (1974, p. 07-08) registrou as seguintes impressões sobre sua passagem pelo planalto rio-grandense:

A parte norte, que denominei planalto, é também parecida com os estados vizinhos ao norte, por ser em sua maior extensão ocupada por matas, que às vezes se estendem sobre áreas cuja travessia demandam dias de viagem. Não são,

porém, contínuas porque são interrompidas por pastagens sem árvores, igualmente extensas e denominadas “campos”.

Podemos observar, segundo Lindman (1974), os contrastes naturais entre campos e matas que até então se mostravam exuberantes, com sua vegetação originária. Segundo Bound-Buckup (2008), na classificação da geomorfologia, as terras altas do estado são denominadas de Planalto Meridional, por ser ele o resultado de um derrame de lavas. Conforme a autora, embora seja chamado de Serra, a borda do planalto é uma escarpa, trabalhada e recortada pela erosão. De acordo com Suertegaray; e Fujimoto (2004, p. 32) “A subunidade de Paisagem Campos de Cima da Serra, corresponde as áreas do topo do Planalto Basáltico, com altitude em torno de 1000 metros e relevo em forma de colinas com cobertura predominantemente de campo”, tendo o solo se originado de rochas vulcânicas. Já as paisagens florestais correspondem, de acordo com as pesquisadoras, em sua maioria a coberturas que caracterizam escarpas erosivas correspondentes as Florestas de Mata Atlântica e das Florestas Subtropicais, estando presentes em topos de maior altitude. Para o geógrafo Ab’ Saber (2021, p. 101):

A composição dessa paisagem de planaltos subtropicais, dominados por Araucárias e eventuais campos de altitude, não foi simples. Os estudos paleoclimáticos disponíveis apontam para um quadro anterior, onde predominavam estepes geradas em condições muito secas e bem mais frias. Um cenário que envolvia solos sub-rochosos e eventualmente pedregosos nos planaltos interiores, com ausência de bosques subtropicais e reduzida presença de Araucárias.

Como apontado por Ab’Saber, a formação das florestas de Araucárias aconteceu cronologicamente em um espaço de tempo posterior a presença de campos, de modo que seu desenvolvimento foi condicionado por mudanças ambientais. Sobre a ocupação do Planalto, Behling (2009, p.22) considera que “o evidente aumento na frequência de fogo em diferentes espaços temporais, sugere que a ocupação humana na região do Planalto foi mais tardia”. O fogo, segundo o autor era facilitado pela presença de gramíneas, que por possuírem um crescimento mais elevado teriam conduzido à acumulação de grandes quantidades de biomassa com potencial altamente inflamável. Behling (2009) salienta ainda, que a grande quantidade de poáceas e o decréscimo de alguns táxons campestres indicam que a frequência de fogo também poderia ter sido um fator que impulsionou na mudança da composição florística dos campos. Na imagem a seguir podemos observar uma área ainda preservada de vegetação no município de Vacaria.

Figura 2: Vegetação nos Campos de Cima da Serra



Fonte: Acervo da autora

A foto nos mostra uma paisagem com predominância de árvores nativas e em torno os campos com vegetações características deste espaço ambiental, que se integra ao bioma Mata Atlântica, presente em 17 estados brasileiros, estendendo-se até o Paraguai e Argentina. O bioma apresenta uma variedade de formações, entre as quais a Floresta Ombrófila Densa, Ombrófila Mista com a Mata de Araucárias, Estacional Semidecidual e Estacional Decidual (Bond-Buckup, 2008).

De acordo com Behling (2009), estudos palinológico realizados através de turfeiras mostraram que a expansão da Floresta com Araucária sobre áreas de vegetação campestre iniciou no planalto em torno de 3.210 anos cal AP, (indicativo referente a idade em anos radiocarbono calibrado antes do presente), a partir da migração de matas de galeria a longo de rios. Os fatores considerados, indicam que as condições climáticas eram mais úmidas, não havendo uma estação marcadamente seca. Com relação aos campos, Behling (2009, p.15) explica que “são diferenciados em *campo limpo*, onde prevalecem gramíneas (Poaceae) e ciperáceas, assim como muitas espécies herbáceas [...] e *campo sujo*, onde além das gramíneas e herbáceas baixas ocorrem arbustos”.

De acordo com Dean (2021, p. 26-27) “Nas áreas montanhosas ao sul, a Mata Atlântica adquire um caráter inteiramente diferente. A primitiva e conífera Araucária angustifolia domina uma formação de floresta aberta em uma região onde a geada é frequente”. Dean (2021) salienta que alguns estudiosos classificam as matas de Araucárias como florestas sucessórias pelo fato dessa espécie invadir os campos gramados e não conseguir rege-

nerar-se no local, sendo destinadas a serem substituídas por latifoliadas perenes, não fosse a intervenção humana. O pesquisador Marcos Gerhardt (2009, p. 48), ressalta que:

A diferenciação entre campo e floresta estava, em parte, vinculada ao tipo de solo predominante: geralmente as terras de matos eram mais escuras, avermelhadas, enquanto o campo tinha solo mais arenoso e claro. A formação e manutenção da floresta, contudo, dependiam também de muitas outras condições além do solo, ou seja, a temperatura, a presença ou não do gado e de outras populações e principalmente a profundidade e a umidade do solo.

Conforme o autor, o tipo de solo pode ajudar a explicar os motivos pelos quais as florestas se expandiram em determinadas áreas e os campos predominaram em outras. Desse modo, segundo Gerhardt (2009), os solos escuros favorecem o desenvolvimento de vegetação florestal, por outro lado, nos campos a presença de solos arenosos indica que esse tipo de vegetação pode se adaptar melhor diante desses terrenos. O pesquisador ressalta ainda que, é interessante observar que a própria natureza, apresenta adaptações para garantir as condições necessária para sua sobrevivência. Em áreas de florestas os solos escuros apontam a qualidade de húmus proveniente da própria decomposição natural dos galhos que ao cair das árvores e se decompor retornam ao solo, participando do processo de criação de nutrientes necessários a adubação.

Segundo Behling (2009), a pecuária extensiva afeta diretamente a vegetação através da ação do pisoteio e remoção de biomassa. Esse fator resulta no controle do avanço de espécies florestais por impossibilitar que a vegetação mais jovem possa rebrotar, além de afetar a intensidade e frequência do fogo provocada pela acumulação de biomassa inflamável. Porém, os estudos indicam que a pecuária praticada pelos colonos fazendeiros provocaram um efeito mínimo quando comparado ao gado selvagem (Behling, 2009).

Conforme assinalado pelo autor, a presença do gado selvagem pode ter provocado efeitos sobre a vegetação, modificando os avanços naturais da floresta sobre as áreas de campos, o que favoreceu a permanência de áreas de vegetação rasteira em detrimento da ampliação das florestas. De acordo com Behling (2009, p.20), o espaço compreendido pela Floresta com Araucária “foi muito pequena ou inexistente no período entre 590 até 540 anos cal AP (1360 até 1410 Anno Domini (AD)). Como o fogo era muito frequente nessa época, possivelmente não permitia a formação florestal, apesar das

condições climáticas bem úmidas”.

Behling (2009) considera que a expansão da floresta tenha ocorrido entre 540 até 450 anos cal AP (1410 até 1500 AD), “principalmente através de espécies pioneiras do gênero *Myrsine*, assim como *Ilex*, *melastomáceas* e algumas *myrtáceas*. Esse fato esteve aparentemente ligado a diminuição da frequência de fogo, deduzida a partir das partículas carbonizadas encontradas no perfil” (Behling, 2009, p.20). Já em torno de 450 até 370 anos cal AP (1500 até 1580 AD), a área coberta pelo campo teria sofrido uma ampliação em seu território, enquanto a de Floresta com Araucária parou de expandir, chegando a diminuir em tamanho (Behling, 2009).

A separação entre campos e florestas indicam limites onde podemos perceber os espaços de fronteiras. Na região dos Campos de Cima da Serra, as áreas de campos podem ser evidenciadas como espaços que foram ocupados inicialmente através de criações de rebanhos e composição de fazendas pecuaristas que surgiram juntamente com o ciclo do tropeirismo. No entanto, as florestas são lugares em que o gado não adentra e onde as atividades econômicas se relacionam ao extrativismo e, abertura de espaços para a agricultura devido a qualidade do solo. Nesse sentido, os espaços entre campos e matas possuíam suas particularidades constituindo uma espécie de fronteira, onde as separações eram evidentes devido às limitações que ultrapassá-las poderia representar.

Conforme Gerhardt (2009, p. 50), “a fronteira é um lugar onde não se pode avançar, pois adiante não há mais condições para prosseguir, pelo menos naquele momento”. Segundo o pesquisador, “entender a natureza como uma fronteira também é possível na definição de alguns limites administrativos do município, algumas divisas, que coincidiam com a orla de mato, ou seja, a floresta era utilizada como referência para fixar os limites” (Gerhardt, 2009, p. 52). Nesse sentido, as divisas naturais facilitavam a demarcação, principalmente antes da aplicação da Lei de Terras de 1850.

Em 1854 passaram a ser realizados em Vacaria, os registros paroquiais de terras. Através do documento original que se encontra atualmente no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, podemos evidenciar a constituição das divisas das propriedades, assim como analisar as características das paisagens. O registro realizado no dia 28 de outubro de 1854, por Evaristo Telles de Souza, por exemplo, aponta que a demarcação de suas terras correspondia às divisas do arroio Santa Rita e Turvo, conforme podemos observar na descrição:

Todos os campos são divididos naturalmente pelo arroio denominado Santa Rita e Turvo, cuja junção de águas fazem

fundo e parte do boqueirão do Capão dos Porcos e, possui o mesmo 4 partes de campos formando este rincão que comprou dos herdeiros de Francisco Telles de Souza por falecimento de sua mãe (Registro Paroquial de Terras, 1854).

O referido proprietário possuía ainda terras de cultura no lugar identificado como Serra do Mato Potiguar, no entanto, segundo o documento, as terras não eram habitadas por estarem em local ocupado por indígenas. Nesse sentido, conforme destacado por Gerhardt (2009, p. 65) “a natureza constitui-se uma fronteira também no sentido de identificar e diferenciar o espaço civilizado e o selvagem, o produtivo e o intocado”. O indígena nesse caso era visto como selvagem, incivilizado, que habita o espaço da floresta e provoca situações de medo e preocupação por sua presença. José Joaquim Ferreira, um dos maiores proprietários de terras da região durante o século XIX, realizou o registro de sua fazenda em 22 de setembro de 1854, constando no documento, ser senhor e possuidor de uma estância no distrito denominado de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria:

[...] no lugar denominado Socorro, cuja estância é composta de várias partes de campos que por diversas vezes eu comprei a seus possuidores, como consta das competentes escrituras que se acham em meu poder. Esta estância ainda não foi medida, nem demarcada e, sua extensão será de duas sesmarias e meia mais ou menos (Registro Paroquial de Terras, 1854).

O fazendeiro afirma ter pago as sizas correspondentes a todos os campos que comprou, tendo sido a primeira realizada em 1845 a Manoel Rodrigues Lisboa, como procurador de seu pai, a segunda em 1847 a Mancio Ivo da Fonseca, a terceira em 1847 a Maria Gabriela de Andrade, a quarta também em 1847 a Jaú Lourenço de Lima e, a quinta em 1851 a Antônio Pereira Borges. Entre as maiores fazendas pecuaristas do final do século XIX estava também a fazenda Estrela, propriedade então pertencente a Fidélis José Ramos.

O inventário *post-mortem* de Fidélis José Ramos (1894) aponta que havia na fazenda naquele momento mil reses que foram avaliadas a 10 mil réis cada uma e todas por 10 contos de réis; 80 éguas, avaliadas por 6 mil réis cada uma e todas por 480 mil réis; 5 mulas mansas, consideradas como regulares, no valor de 30 mil réis cada uma e todas por 150 mil réis. O monte mor perfaz a quantia de 201.445.000 réis, sendo o campo da fazenda avaliado por 170 contos de réis. Configurando uma exceção quanto às demais fazendas da região no mesmo período, a fazenda possuía casa construída

de pedra, além de uma estrutura que destoava consideravelmente das demais estâncias vizinhas. Conforme a descrição de inventário os bens imóveis avaliados foram:

Um sobrado de pedra por 10 contos de réis; Uma casinha contígua, coberta de telha, por 1.300.000 réis; Um muro do pátio do centro, por 100 mil réis; Um galpão tapado por 500 mil réis; Um dito para vacas por 300 mil réis; Um dito para carros por 90 mil réis; Um dito para porcos por 60 mil réis; Um dito para forno por 40 mil réis; Um forno de Olaria por 100 mil réis; Um dito para pão por 30 mil réis; Uma estrebaria por 200 mil réis; Uma casa de madeira para peões, por 300 mil réis; Cercas de pedra no dito estabelecimento por 600 mil réis; Cercas de madeira por 500 mil réis; Cercas de pedra de campo e potreiro por 6 contos de réis; Um rancho por 200 mil réis; Um paiol de madeira sobre o Pelotas por 100 mil réis; Um dito sobre o morro por 50 mil réis (Inventário Fidélis José Ramos, 1894).

A presença de um sobrado de pedra mostra que a propriedade seguia outros padrões quando comparado às demais fazendas da região, nas quais as casas ainda eram em sua maioria construídas com madeira. Outro destaque é a presença de porcos, por não ser a sua criação uma prática usual entre os fazendeiros da região durante o período. Outros elementos da fazenda também merecem destaque, como a estrebaria, que embora usualmente utilizada em atividades pecuaristas não recebe menção em outros inventários do período. O paiol de madeira sobre o Pelotas indica a presença de terrenos de agricultura, mostrando a importância do rio para a produção de alimentos agrícolas.

Em 21 de outubro de 1854, foram registradas as propriedades pertencentes a família Velho, sendo estas as fazendas denominadas Extrema e São João, propriedade de Ignácio Manoel Velho e seus irmãos Joaquim José Velho e José Joaquim Velho. As terras medidas e demarcadas perfaziam a extensão de 12 léguas quadradas. Ignácio Manoel Velho, como tutor de sua mãe, realizou também o registro das terras da fazenda dos Ausentes, que medidas e demarcadas totalizavam a extensão de três sesmarias. O irmão de Ignácio, Antônio Manoel Velho, registrou as terras havidas por herança de seu falecido pai no lugar denominado Chácara e em seguida sua herança paterna no lugar denominado Silveira, abrangendo a extensão de duas sesmarias (Ação de medição, 1907). Esses registros nos mostram que a maioria das terras se encontrava em poder de uma elite fazendeira, sendo destinadas prioritariamente as atividades pecuaristas, enquanto os pequenos pro-

prietários ocupavam áreas menores, próximas a regiões florestais em que possuíam lavouras.

A origem do município e a formação do espaço regional de nossa área de estudos, nos remete ao ciclo do tropeirismo e a outorga das chamadas Cartas de Sesmarias, sendo uma das primeiras entregue a José de Campos Bandemburgo no ano de 1770, o qual estabeleceu-se na fazenda a qual denominou Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em 1872 a fazenda pertencia a José Joaquim de Ferreira, havendo na propriedade, de acordo com o inventário *post-mortem*², escrito pelo falecimento de Ferreira “mil quinhentos e oitenta e cinco reses, vinte e um bois, duzentos e onze novilhas, cento e doze cavalos, dois potros, cinquenta bestas, vinte éguas xucras, dezoito burros e cinquenta ovelhas”.

Ao findar do inventário no ano de 1880, decorridos 7 anos do início da abertura do processo, Luiz Jacinto Ferreira, um dos sobrinhos de José Joaquim Ferreira tornou-se o novo proprietário dos campos do Socorro. No inventário *post-mortem* de sua esposa, Otília Gaertner Ferreira, que faleceu em 1885³ evidenciamos que havia na fazenda durante esse período um rebanho de 710 bovinos, 237 animais cavaleares, 41 muares e a família ainda contava com o serviço de ex-escravos, que constam terem sido alforriados no dia 07 de setembro de 1884 com a condição de prestarem serviços a fazenda por 5 anos a contar daquela data.

A fazenda do Socorro atualmente tombada como patrimônio histórico ainda funciona como sede da propriedade. A partir de 1929, Lourdes de Noronha⁴, filha do falecido proprietário da fazenda, Marcos Flores Noronha, passa a administrar a propriedade transformando sua arquitetura a partir dos padrões de requintes europeus da época. Quando o inventário de Marcos Flores Noronha foi aberto sua filha Maria de Lourdes Jacques Noronha tinha 19 anos de idade, sendo ainda solteira, assim como seu irmão Abelard Jacques Noronha, com 18 anos de idade.

A fazenda do Socorro, conforme informações expressas em inventário teria sido medida e demarcada em conformidade com a Lei Torrens, no mês de outubro de 1892, pelo engenheiro Jorge Bach, possuindo uma área

2 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Inventário de José Joaquim Ferreira, 1872. Autos nº 90.

3 APERS. Inventário de Luiz Jacintho Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1885. Autos nº 540.

4 PINTO, Lourdes de Noronha. **Antigas fazendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grafic Offser, 1989.

PINTO, Lourdes Noronha de. **Europa nos anos dourados**: diário de uma viagem ao velho mundo nos anos 50. Porto Alegre: Grafic Offser, 1990.

de campo referente a 97 milhões 880 mil metros quadrados e 36 milhões 500 mil metros quadrados em área de serra, fechada em roda com taipas, trechos de arame e tapumes naturais, arroios, banhados e no fundo o rio Pelotas⁵. A imagem a seguir mostra a sede atual da fazenda.

Figura: 3 Sede atual da Fazenda do Socorro



Fonte: Acervo da autora.

Atualmente a sede conserva suas características originais, no entanto, a produção de gado deixou de ser a principal atividade econômica, cedendo espaços para a produção agrícola. Sobre a presença de grandes fazendas pecuaristas no sul do Brasil, Ausdal (2013, p. 76), ressalta que a pecuária se tornou um dos principais impulsionadores das alterações na paisagem durante o século XIX em que:

A ampliação dos mercados para produtos pecuários, coincidiu com a colonização de novas fronteiras, onde a criação de bovinos, ovinos, suínos, cavalos e mulas passou muitas vezes a dominar as relações econômicas. Neste processo de expansão territorial e através da modernização da pecuária, ainda que lenta e desigual, a criação de gado começou a alterar radicalmente o meio ambiente da América Latina.

5 Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4ºForo Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

O autor salienta também que a inserção do gado europeu colaborou para alteração das pastagens forrageiras através do pastoreio seletivo ou até do sobrepastoreio, o que em alguns casos pode ter causado inclusive uma diminuição da sua capacidade produtiva. A formação de novos pastos nas margens das florestas, segundo o autor, teria sido impulsionada pelos pecuaristas e agricultores com a utilização do fogo e das rotações extensivas da agricultura, da roça e queima. Segundo o pesquisador, até 1850 o gado na América Latina era formado principalmente por raças Ibéricas adaptadas as condições locais, sendo que posteriormente novas raças foram introduzidas com o intuito de aumentar a produção.

Nas pequenas propriedades, as terras eram utilizadas para produção de alimentos e criação de rebanhos menores. Por outro lado, as grandes estâncias pecuaristas formavam vastos conjuntos de terras, por vezes, sem o devido aproveitamento do espaço e recursos disponíveis. José Luiz Teixeira, em seu registro declarou ser “senhor e possuidor de uma estância”, no lugar denominado Turvo, chegando esta a extensão de uma sesmária “mais ou menos”. Nas narrativas podemos evidenciar os aspectos naturais das paisagens, juntamente com as instalações das fazendas:

Principiando de um boqueirão que divide com José Nunes da Silva, segue deste Boqueirão por um arroio abaixo que vai desaguar em outro arroio e por este acima até a barra de um arroio que divide o potreiro de Nossa Senhora e pelo rumo acima até o boqueirão de um valo que divide com Pedro Barbosa e deste valo nasce um arroio e por ele abaixo segue a divisa até desaguar no rio denominado Turvo e por este abaixo até a Serra Geral e da dita Serra Geral por um arroio acima dividindo com Claudio de Souza Dias até um boqueirão de uma cerca de um Potreiro, pertencente a mesma estância e do mesmo Potreiro segue por uma restinga abaixo dividindo com José Nunes da Silva até a ponta de uma capoeira em frente ao boqueirão no princípio declarado (Registro Paroquial de Terras, 1854).

Na ação de medição, demarcação e divisão da fazenda São João, localizada próximo a Serra do Pelotas, realizada no ano de 1899, encontramos uma descrição mais direta da vegetação existente no local. De acordo com os apontamentos presentes do documento “a pastagem é de boa qualidade, os numerosos capões e restingas existentes são de pinheiro e madeira de lei”. No item indústria foi descrito que “a indústria é pastoril, sendo o serviço feito pelos próprios donos que são brasileiros natos”.

O memorial da mesma fazenda, datado de 1900, aponta que os ma-

tos da fazenda confrontavam ao norte com o Rio Pelotas, ao sul com os campos da mesma fazenda, ao leste com o arroio da Laranjeira, ao leste com os matos de João Júlio de Oliveira e ao oeste com a fazenda do Capão Alto, pertencente a Clemente Guimarães. A área superficial dos matos perfazia, conforme este documento 24 milhões 150 mil metros quadrados. Na sequência aparecem os registros referentes as características geográficas, composição geológica, volume de água e vegetação:

Conformação geográfica: superfície de matos e montanhas, tendo caídas fortes sobre o rio Pelotas; Composição geológica: o terreno é uma decomposição gramítica basáltica. A superfície é coberta de uma camada de húmus de 40 centímetros de grossura mais ou menos; Volume de água: o rio Pelotas tem um volume de água de 16.000 litros por segundo. O arroio do Leão de 500 litros por segundo. O arroio da Laranjeira de 400 litros por segundo; Vegetação: nas matas acham-se muitas madeiras de lei. O solo produz milho, feijão e sobre o rio Pelotas cana e fumo (Memorial, 1900).

Diferentemente da descrição do documento de medição da referida fazenda, em que temos a indicação de uma indústria pastoril, no memorial considera-se a atividade agrícola como predominante: “A indústria é agrícola, vende o serviço feito pelos próprios donos que são brasileiros natos”. Também são apontadas as vias de comunicação, que segundo consta: “nos matos acham-se somente caminhos entre as várias roças”. Entre as benfeitorias haviam apenas “um paiol do Eduardo Borges, por 300 mil réis; um paiol de Cirilo Borges de Almeida, por 400 mil réis e; um paiol de dona Gertrudes Borges no valor de 200 mil réis”.

A medição da fazenda Paschoal, do ano de 1907, já adentrando o início do século XX também nos traz informações significativas quanto a formação vegetal e o território da localidade. A fazenda situada no terceiro distrito de Vacaria, foi avaliada por 24 contos de réis. A área superficial das terras medidas fez o total de 16.480.000 metros quadrados, 16 milhões 480 mil e 80 metros quadrados. O documento apresenta ainda dados sobre a constituição geográfica:

A superfície do terreno é um canto acidentado com coxilhas elevadas, em geral rodeadas de alguns banhados. Pelo sul apresenta caídas fortes, limitadas pelo rio dos Touros, e deste, do mesmo modo pelo Barracão. As altitudes observadas com metro altimétrico, eram de 840 a 1000 metros sobre o nível do mar. É um dos pontos mais altos deste Estado (Ação de medição, 1907).

Na descrição da formação geológica encontramos a informação de que o terreno era de origem primitiva, fósseis com rochas cristalinas de formação antiga, com a presença de minérios de ferro, não havendo “sinais de calcário do período de transição”. Quanto a presença de recursos hídricos destaca-se as numerosas quedas d’água existentes no rio que poderiam ser utilizadas como fontes de energia. Os avaliadores consideram as terras pobres em matos, havendo nelas apenas alguns capões isolados e pequenas restingas nas margens do rio dos Touros, sendo inclusive, impróprias para a lavoura por serem fracas e sem húmus.

Com relação a prática da agricultura, o avaliador acrescenta que, sendo a temperatura nas margens quentes entre 12 a 30 graus no máximo, só poderiam as terras serem aproveitadas para as plantações dos climas frios, citando o trigo, caso este plantio fosse considerado conveniente. Com relação a indústria, descreve que “Devido à falta de transporte pode-se dizer que a única indústria existente é a de criação de gado *vacum*. A criação de ovelhas, quase que só é para os gastos de casa devido aos inúmeros inimigos que tem estes animais aqui”. A indústria de laticínios, ainda que considerada como atrasada e rotineira, foi descrita como em desenvolvimento.

Entre final do século XIX e meados do século XX, passa a ocorrer o processo de fragmentação das propriedades, através dos processos de partilhas de heranças e vendas, impulsionadas pela valorização das terras, após a Lei de Terras de 1850. No entanto, algumas famílias conseguiram manter seus patrimônios preservados, adquirindo novas terras e expandindo seus domínios. Observa-se a manutenção das atividades pecuarista com grande destaque até meados de 1940, quando a agricultura passa a ser impulsionada na região, juntamente com o ciclo de extração de madeira. Impulsionadas pelo viés econômico as paisagens sofrem profundas alterações, que quando analisadas nos ajudam a compreender as relações humanas com a natureza. No próximo capítulo trataremos novas discussões acerca das transformações das paisagens, refletindo acerca da exploração de recursos naturais, técnicas de reflorestamento com espécies exóticas e os consequentes impactos ambientais.

2 A EXPLORAÇÃO FLORESTAL, A INSERÇÃO DE ÁRVORES EXÓTICAS E OS PREJUÍZOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE

As primeiras serrarias começam a se instalar em Vacaria a partir da chegada dos imigrantes italianos. Estes, conhecedores das técnicas de derrubada e aproveitamento da madeira, logo encontraram na extração da araucária um investimento lucrativo, reconhecendo a qualidade da madeira e suas vantagens para fabricação de artefatos e construções de imóveis. De

acordo com Giron (2012, p. 59):

Quando, em 11 de fevereiro de 1899, o município de Antônio Prado foi desmembrado de Vacaria, o número de italianos que chega àquele município aumenta. Os primeiros imigrantes a adquirirem terras de Libório Rodrigues foram João Pellin, Francisco Marcantônio e Antônio Zanotto que, após diversos anos, formaram uma sociedade instalando uma das primeiras serrarias do município. Na mesma época os irmãos Nodari também investem em uma serraria. As matas exerciam uma atração irresistível sobre os donos de serrarias, que seguiam avante destruindo-as. As colônias eram vendidas por agentes de seu proprietário, o coronel Libório Rodrigues.

Conforme destacado pela autora, os imigrantes italianos que haviam organizado madeireiras em localidades próximas, evidenciando a diminuição de áreas de exploração nas florestas em que haviam iniciado sua atividade, passaram a instalar serrarias em Vacaria. Rossi, Moretto e Nodari (2012, p. 04) evidenciam que “além da retirada para a produção agrícola, a extração principalmente da Araucária tornou-se importante fonte de renda, tão importante a ponto de ser considerada um *Commodity*”. Sobre a utilização da madeira relatos memorialistas referem a fabricação de aduelas para barris, os quais serviam para armazenamento de vinho e vinagre, além de móveis, caixões, sendo principalmente empregada na construção de casas (Damiani; Damiani, 2012).

No inventário de Luiz Jacintho Ferreira (1896), entre os móveis e utensílios existentes na herança, foram listadas 10 dúzias de tábuas de pinho, avaliadas a 6 mil réis cada uma e todas pelo valor de 60 mil réis. Do mesmo modo, no testamento deixado por Ana Joaquina Dutra (1877), que foi proprietária da fazenda chamada de Quilombo, figuram na herança 15 tábuas de pinho, que foram avaliadas a 1 mil réis cada uma, perfazendo todas o total de 15 mil réis. Consta na avaliação também um machado no valor de 1 mil e 500 réis. O registro mostra que embora a retirada de árvores para fabricação de objetos e moradias fosse comum, a madeira de pinho no final do século XIX já havia adquirido um valor comercial.

De acordo com a pesquisadora Esther Mayara Zamboni Rossi (2015), “a Floresta com Araucárias e os Campos, que no início do século XIX eram extremamente presentes, sofreram com as alterações causadas pela indústria madeireira e o agronegócio” (Rossi, 2015, p. 63). Rossi (2015), também salienta que o desmatamento mais intenso da Floresta de Araucária começou a ocorrer no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes, que

passaram a explorar a indústria madeireira. Em meados da metade do século XX, com esgotamento das reservas de árvores nativas, começam a surgir as propostas de reflorestamento, em sua maioria, baseadas em espécies exóticas, entre as quais o *Pinus*, que teve seu cultivo muito incentivado, com promessas de resultados rápidos e vantajosos. A imagem a seguir apresenta uma área de reflorestamento com araucárias.

Figura 4: Horto Florestal em Vacaria 1959 (Pinheiros de 2 e 3 anos)



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Embora a presença de araucárias em sistemas de reflorestamento possam ser importante mecanismo para a manutenção da espécie, infelizmente as razões que impulsionavam os cultivos eram de viés econômicos e ligados diretamente com a indústria madeireira. De acordo com reportagens publicadas pela imprensa local, a exploração de árvores exóticas não era considerada suficiente para garantir o funcionamento das madeireiras. Diante da precariedade com que operava o setor, a alternativa pretendida para restabelecer o equilíbrio seria decorrente de mudanças na legislação e liberação para retirada de árvores nativas, especialmente a *Araucária angustifolia*.

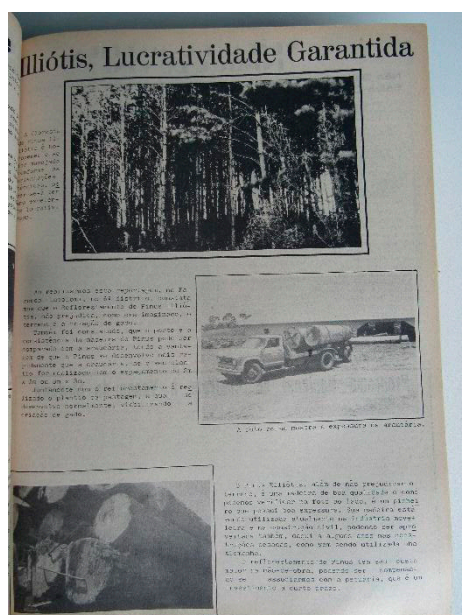
Observa-se em diversas narrativas a insistência na retomada da exploração da araucária, sendo esta a principal espécie almejada pelos madeireiros para tornar o seu investimento lucrativo. A reportagem publicada pelo jornal *Correio Vacariense* no ano de 1991 com relação as novas iniciativas madeireiras na região, traz o seguinte depoimento “Nós precisamos reflorestar o estado, mas para que isso seja possível é necessário e é muito

importante que possamos cortar, possamos trabalhar, pois aqueles que não podem cortar e trabalhar, não tem interesse em plantar” (Correio Vacariense 24 de jul. de 1991).

A narrativa mostra que o sentido de preservação e replantio esteve diretamente associado a necessidade de possuir novos recursos a serem explorados. Embora o depoimento tenha partido de membros da indústria madeireira, as falas eram recorrentes entre os debates abordados pelo setor administrativo e enfatizado pela mídia local. Nesse sentido, “A transformação ocasionada pelo desmatamento é difícil de quantificar, já que não podemos medir ao certo qual a área original da Floresta de Araucária” (Rossi; Nodari, 2012, p. 13).

O Jornal Correio Vacariense, de 1889 traz uma reportagem buscando esclarecer as dúvidas e receios da população quanto ao plantio do Pinus com o título “Elliottii, Lucratividade Garantida”. De acordo com o texto, as conclusões sobre o plantio de Pinus seria de que este “não prejudica, como era imaginado o terreno e a criação de gado”, além disso, o porte e a consistência da madeira poderiam ser comparados a araucária, com a vantagem de que o Pinus se desenvolveria muito mais rápido. O texto apresenta ainda as possibilidades de criação de gado nas áreas de plantio de Pinus. A imagem abaixo a seguir ilustra a publicação do Jornal Correio Vacariense.

Figura 5: Elliottii, Lucratividade Garantida



Fonte: Correio Vacariense (1889)

A reportagem nos mostra que, a falta de conhecimentos sobre os prejuízos ambientais causados à biodiversidade a partir do cultivo de espécies exóticas, aliado a promessas de lucratividade favoreceram a propagação da espécie. Em seu artigo publicado no livro *Raízes de Ipê*, Nério Mondadori Letti (2012, p. 693-694) comenta que nas árvores de *Pinus* “nem o passarinho faz ninho, e o galho que cai, a palha que desce dos galhos queima o solo, faz uma cama sobre a terra e nada cresce. Expele uma resina que queima o solo”. O autor relata ainda que o solo em torno do plantio de *Pinus* causa espanto, segundo ele “não tem adubo natural, aquela palha não apodrece e não vira adubo e não permite o plantio de nada. Fica um solo escuro, úmido e infértil”.

As transformações nas paisagens a partir do cultivo do *pinus*, também foi evidenciado por Cabral um viajante militar, natural de Porto Alegre, que passou pelo município por volta de 1930, segundo sua descrição “A própria região tinha profundas diferenças: os campos eram bordados de capões de puro pinheiro e árvores seculares, redondas, ornamentando a vastidão do campo. Era linda a paisagem toda, ainda natural, sem os artifícios dos eucaliptos e dos *pinus* cultivados” (Cabral, 1933, p. 25). De acordo com Fontana, Repenning e Rovedder (2009), as plantações de *Pinus* representam um dos problemas mais graves quanto a preservação da avifauna e uma ameaça concreta a extinção desse ecossistema, considerando que:

Todas as 16 espécies de aves do campo ameaçadas de extinção e compiladas para os Campos de Cima da Serra são ameaçadas pelas plantações de *pinus*. A silvicultura, se comparada a outras práticas agrícolas é ainda mais devastadora na região, pois os plantios são estabelecidos mesmo em áreas onde a agricultura convencional é impraticável [...], em locais que poderia servir de refúgio para a avifauna mais associada ao campo (Fontana, Repenning e Rovedder 2009, p. 184).

Os autores consideram ainda que “o corte seletivo de espécies de madeira nobre descaracteriza as formações vegetais e diminui a diversidade de aves” (Fontana, Repenning, Rovedder, 2009, p. 184). Além de dificultar a existência de lugares para construção de ninhos e busca de alimentos. Sobre o cultivo de eucalipto, outra espécie usual nos processos de reflorestamento no sul do Brasil, Bertê (2004, p. 73) evidencia que “a bibliografia mundial indica que a monocultura florestal do eucalipto especialmente causa erosão e degradação do solo além da alteração no regime hídrico dos aquíferos superficiais e subsuperficiais”.

Com a escassez de recursos florestais para a exploração madeireira

e os consequentes espaços abertos, as novas possibilidades de ocupação do solo trouxeram novas perspectivas para a ampliação das atividades agrícolas. Entre os destaques de cultivados que se inseriam nas novas perspectivas econômicas figuravam o plantio de frutíferas, entre as quais a maçã que vinha se destacando por merecer espaço no mercado comercial por sua grande receptividade pelo público consumidor. Klanovicz (2007, p. 38) ressalta que “A partir da década de 1970, o regime acelerado de plantio de pomares transformou espaços naturais — com maior agressividade em Fraiburgo e em Vacaria, e com menor, porém não menos importante em São Joaquim” (Klanovicz, 2007, p.38).

Atualmente o município de Vacaria tem como um de seus principais pilares econômicos o cultivo da maçã, que reúne trabalhadores de diversas localidades, que buscam na época de colheita uma fonte de renda. A criação de pomares na região teve início por volta de 1973, de acordo a revista Vacaria dos Rodeios, publicada em 1976, onde encontramos a seguinte informação “Cronologicamente a fruticultura em Vacaria nasceu em 1973, com o plantio de 22 variedades, que tinham apresentado bons resultados de cultivo e comércio em Fraiburgo; Santa Catarina”. Diversos experimentos foram realizados para garantir que a produtividade na região seria adequada. A revista Vacaria dos Rodeios, publicada em 1976 salienta que a maçã “é a fruta de clima temperado mais produzida no mundo, sendo bem aceita e consumida”, o que justifica a escolha da frutífera como investimento que já estaria atraindo grupos nacionais e estrangeiros.

As comunidades que residem em locais próximos aos pomares, ou mesmo os trabalhadores que moram em seu interior precisaram habituar-se com as dinâmicas de produção e as rotinas que incluem estar diretamente próximo a produtos tóxicos. De modo que, os danos causados a saúde das populações locais e os sérios problemas ambientais que afetam as áreas de cultivo são consequências diretas de uma atividade econômica que transformou fortemente as paisagens dos Campos de Cima da Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as características das paisagens do antigo território de Vacaria entre o século XIX e XX através de descrições encontradas nos autos de Registros Paroquiais de Terras, escritos em 1854, inventários *post-mortem*, medições de propriedade e imprensa local. Evidenciamos através dos estudos que as transformações nas paisagens se intensificam a partir do processo de exploração da madeira, inserção de animais e plantas exóticas.

Nos Campos de Cima da Serra, durante o século XIX predominavam as grandes fazendas pecuaristas que baseavam-se no aproveitamento dos recursos naturais disponíveis para criação de gado. As áreas de cultivo estavam localizadas próximo as fontes de recursos hídricos, com destaque para os rios das Antas e Pelotas, onde também foram introduzidos o plantio de árvores exóticas como a laranjeira e o pessegueiro. A extração da araucária pode ser evidenciada através dos autos de inventário *post-mortem* onde encontramos a descrição de móveis de pinho e também de tábuas que foram calculadas com valor por unidade. A imprensa local buscou divulgar informações a respeito das iniciativas de reflorestamento e cuidados ambientais, no entanto, não havia uma concepção correta quanto aos prejuízos causados ao meio ambiente associados a perda da biodiversidade.

Nesse sentido, ressaltamos a importância dos estudos ambientais para compreender as interações entre as sociedades humanas e os espaços ocupados. A análise das transformações das paisagens permite ao historiador evidenciar o modo como os grupos humanos se apropriaram dos recursos naturais, criando possibilidades de subsistência e geração de renda, além de demonstrar os impactos ambientais resultantes desse processo.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

AÇÃO DE MEDIÇÃO, demarcação e divisão da fazenda denominada São João. Cecílio Baptista de Almeida; Josefa Borges e outros. N°: 3768. Maço: 111. Ano: 1899. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

AÇÃO DE MEDIÇÃO da fazenda Paschoal. Autor: Antônio Manoel Velho. Confinantes: Balbina Ignácia Vieira, Tristão de Oliveira Godoy, Venâncio Alves Paim e outros. Autos: 430. Maço: 13. Estante: 384. Ano: 1907. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

MEMORIAL da fazenda São João. Cecílio Baptista de Almeida; Josefa Borges e outros. N°: 3768. Maço: 111. Ano: 1900. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Felisberto Telles de Souza. Autos n°: 324. Maço: 09. Inventariante: Ignácia Pereira de Jesus. Ano: 1890. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Fidélis José Ramos; Ano: 1894. Autos n°: 11. Maço n° 01. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório da Provedoria. Inventariante: Manoel Baptista Pereira Bueno. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do

Sul (APERS).

INVENTÁRIO Ignácia Pereira de Jesus. Ano: 1890. Autos nº: 325. Maço: 9. Francisco Teles de Souza. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO José Joaquim Ferreira/ 1872 (1º e 2º volumes). Ano: 1872. Autos nº: 90. Estante: 119. Maço: 3. Inventariante: Luiz Jacintho Ferreira. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Luiz Jacintho Ferreira. Ano: 1896. Autos nº 416. Maço nº 11. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariante: João Antônio Jacques. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Virgolina Roiz Borges. Autos nº: 316. Maço nº: 09. Inventariante: Jeremias Borges Vieira. Ano: 1889. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS. Vacaria. 1854. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

TESTAMENTO. Ano: 1877. Autos nº 35. Estante: 119. Cartório da Provedoria. Testador: Ana Joaquina Dutra. Testamenteiro: Antônio Francisco Rodrigues. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Arquivo do Judiciário do Rio Grande do Sul

INVENTÁRIO de Marcos Flores Noronha Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

Imprensa

CORREIO VACARIENSE, Jornal. Acervo do Arquivo Municipal de Vacaria – Rio Grande do Sul/ Brasil. Exemplares publicados entre 1981 a 1995 (versão impressa). ELLIOTTII, *Lucratividade Garantida*. Correio Vacariense, 20 dez. de 1889.

REVISTA Vacaria dos Rodeios, 1976, p. 56.

REVISTA, A Grande. Ano 1. Vacaria dos Rodeios e dos Pomares Bela Ischia Frutas. Produção Firmo Carneiro, dezembro de 1984.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Emília Borges; TONIETTO, Jorge. *Condições meteorológicas e sua influência na safra vitícola de 2017 em regiões produtoras de vinhos finos do Sul do Brasil*. Comunicado técnico 201. Bento Gonçalves: Embrapa uva e vinho, set. 2017. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1076517/1/ComunicadoTecnico201.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- AB' SABER. Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2021.
- AUSDAL, Shawn; WILCOX, Roberto. *No rastro das patas: a pecuária e a transformação das paisagens*. In: LEAL, Claudia, PÁDUA, José Augusto, SOLURI, John (org.). *Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe*. RCC Perspectives, 2013.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- BARBOSA, Jorge Luiz. *Paisagens americanas: imagens e representações do Wilderness*, 1998. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6315/0>. Acesso em 16 out. 2022.
- BEHLING, Hermann (et al). *Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio*. In: PILLAR, Valério de Patta (et al). *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- BERTÊ, Ana Maria de Aveline. *Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação*. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOND-BUCKUP, Georgina (org.). *Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- CABRAL, H.B. *A vila de Vacaria em 1933*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1988.
- CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR (1950 a 1980)*. Dissertação de mestrado. UFFS, 2019.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CORRÊA, Dora Shellard. *História ambiental e a paisagem*. Belo Horizonte, Centro Universitário da FIEO (UNIFIEO), volume II, nº 1, set. 2012 – fev. 2013, p. 47-69.

- DAMIANI, Hermes; DAMIANI, Márcio. *Serraria Damiani*. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Schwarcz, 2021.
- FONTANA; Carla Suertegaray; REPENNING, Márcio; ROVEDDER, Cristiano Eidt. Fauna Terrestre: Aves. In: BOLDRINI, Ilsi Iob (org.) *Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias*. Brasília: MMA, 2009.
- GIRON, Loraine Slopman. Grandes campos – Muitos Povos: Lusos Afro-Brasileiros e Italianos na formação de Ipê. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ijuí: Unijuí, 2009.
- LETTI, Nério Mondadori. *Economia de Ipê: Serrarias*. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- KLANOVICZ, JÓ. *Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no Sul do Brasil (1960-1990)*. Florianópolis/SC, 2007. 311p. Tese (doutorado em história) - Programa de pós-graduação em história, Universidade Federal de Santa Catarina.
- LINDMAN, Carl Axel Magnus. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
- NODARI, Eunice Sueli. Florestas com Araucárias: uma história do Antropoceno. In: NODARI, Eunice Sueli (et al). *Fronteiras Fluidas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- PINTO, Lourdes de Noronha. *Antigas fazendas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafic Offser, 1989.
- PINTO, Lourdes Noronha de. *Europa nos anos dourados: diário de uma viagem ao velho mundo nos anos 50*. Porto Alegre: Grafic Offser, 1990.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni. *Subindo a Serra: migrações, indústria madeireira e as transformações da paisagem nos Campos de Altitude no Rio Grande do Sul (1890-1970)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2015.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni; MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. *Paisagem e memória: a transformação dos Campos de Altitude*

no Rio Grande do Sul, século XX. Associação Brasileira de História Oral, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340073962_ARQUIVO_Textocompleto.pdf. Acesso em 07 nov. 2024.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni; NODARI, Eunice Sueli. *Campos de Altitude no Rio Grande do Sul: migrações, indústria madeireira e meio ambiente*. Anais do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis: Labimha, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura. Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Recebido em: 27/02/2025

Aceito em: 07/11/2025

DOCUMENTAÇÃO DO DOSSIÊ

RESENHA: CARTOGRAFIAS DAS INFÂNCIAS: HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E SENSIBILIDADES NA AMÉRICA LATINA¹

Vanessa Marques

O início do século XX marca a intensificação dos estudos sobre a história das infâncias e juventudes no Brasil. Essas pesquisas trazem à luz temáticas entrelaçadas, que evidenciam tanto as complexidades do cotidiano infantojuvenil quanto as mudanças socioculturais experienciadas por essa população. Inserida nesse movimento mais amplo de renovação historiográfica, destaca-se a obra organizada pelas historiadoras/o Sílvia Maria Fávero Arend, Camila Serafim Daminelli, Daniel Alves Boeira e Elisângela da Silva Machieski, que constitui o segundo volume da coleção *História das Infâncias e Juventudes*. A coletânea reúne trabalhos acadêmico-científicos autorais, provenientes de distintas fontes e trajetórias, que examinam as transformações socioculturais vivenciadas pela população infantojuvenil na América Latina entre os séculos XIX e XX

Cabe destacar que a publicação é resultado do III Encuentro de la Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina e do I Seminário Nacional do Grupo de Trabalho História da Infância e Juventude da ANPUH (Associação Nacional de História). O livro conta com prefácio da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura, além de uma apresentação elaborada pelos organizadores. A estrutura da obra conta com 11 artigos e encontra-se dividida em duas partes complementares: a Parte I, intitulada *Culturas e representações*, e a Parte II, denominada *Protagonismos e questões sensíveis*.

O prefácio, redigido por Vera Lúcia Braga de Moura, reflete sobre a importância da escrita da história das infâncias e juventudes, bem como sobre o compromisso ético, político e estético assumido ao trazer à tona reflexões acerca das práticas sociais experienciadas por crianças, jovens e adolescentes do passado. A autora apresenta os artigos que compõem o livro e enfatiza a relevância da costura e do entrelaçamento realizados pelos historiadores que se dedicam a investigar a vida de crianças e jovens do passado.

Em consonância, na apresentação da obra, as/os organizadoras estabelecem um paralelo entre as experiências vivenciadas pelo personagem Oliver Twist, criado por Charles Dickens, e a coletânea por eles organizada. Ainda que se trate de um contexto geográfico e temporal distinto daquele

1 Organizadores da obra: Sílvia Maria Fávero Arend, Camila Serafim Daminelli, Daniel Alves Boeira, Elisângela da Silva Machieski.

retratado na narrativa de Dickens, a obra evidencia as mazelas sociais experienciadas pela população infantojuvenil. O texto ressalta, ademais, que os capítulos reunidos oferecem testemunhos das profundas transformações sociais nas experiências de crianças e adolescentes latino-americanos, contemplando dimensões relacionadas a direitos e políticas sociais.

Na primeira parte da coletânea *Culturas e Representações*, a historiadora Elena Jackson Albarrán, em seu artigo *Diplomatas de Calças Curtas: El Desarrollo Latinoamericano como Símbolo y Práctica entre Niños y Hombres*, analisa o uso estratégico da imagem infantojuvenil pela diplomacia cultural entre Estados Unidos e Brasil na década de 1940. Por meio do intercâmbio de dois jovens, o nova iorquino Bobby Gallagher, de 16 anos, e o paulista Roberto Paulo Cezar de Andrade, de 14 anos. Elena mostra como a representação da infância e juventude serviu para legitimar interesses econômicos e políticos dos EUA sob o discurso de amizade e cooperação. A autora fundamenta sua análise em jornais e revistas como *The New York Times*, *Correio da Manhã* e *Suplemento Juvenil*, além da coleção pessoal de Doug Gallagher, que inclui fotografias e documentos. O artigo evidencia a desigualdade geopolítica na representação dos jovens, ao contrastar as figuras de Bobby e Roberto: enquanto Bobby é apresentado como o estereótipo do “garoto americano” descomplicado, Roberto se empenha em construir uma imagem de erudição e modernidade, sem renunciar a aspectos infantis que consolidam o capital político da iniciativa. A historiadora ressalta que a utilização estratégica da infância funcionou para consolidar consenso público e legitimar a ideia de uma América Latina “infantilizada”, alinhada aos interesses desenvolvimentistas dos EUA.

O artigo de Olga Brites, intitulado *Imprensa e infância no Brasil: informação e formação (1930-1950)*, analisa a representação da infância em jornais e revistas, como *Fon-Fon!*, *Vida Doméstica* e *Infância*, esta última publicada pela Cruzada Pró-Infância, instituição de assistência à gestante e à criança no Brasil, além de periódicos como *O Estado de São Paulo*. Segundo a autora, a imprensa não se apresentava como um canal neutro de informação, estando alinhada aos objetivos do projeto de modernidade do país, voltado à formação de cidadãos-trabalhadores, frequentemente invisibilizando as realidades de pobreza e desigualdade ou recriminando os segmentos sociais mais vulneráveis.

Olga evidencia que a imprensa recorria a especialistas para legitimar seu discurso. Às mulheres cabia aplicar os preceitos estabelecidos por esses especialistas e garantir a higiene e a saúde das crianças. O consumo, por sua vez, era apresentado como elemento essencial da vida moderna, orientado pelas publicidades de produtos domésticos e infantis, que refor-

çavam a imagem da mulher como administradora do lar, mãe e consumidora, e da criança como sujeito passivo, desprovido de voz e sem autonomia de ação. A representação da infância era construída a partir do olhar dos adultos. Dessa forma, a imprensa estava alinhada aos valores da modernidade e desempenhou papel crucial na formação de uma opinião pública que reforçava a ideia da infância e juventude que deveriam ser preparadas para o exercício futuro da vida laboral.

Em sequência, Alejandra J. Josiowicz, em seu artigo intitulado “*Escritoras de Literatura Infantil na Argentina e no Brasil (1960-1970): rebeldes, feministas e revolucionárias*”, analisa um grupo de escritoras argentinas e brasileiras que utilizaram a literatura infantil como meio de questionamento das normas sociais e das políticas autoritárias vigentes no contexto das ditaduras latino-americanas. A produção literária de autoras brasileiras, como Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Lygia Bojunga Nunes, bem como da argentina Laura Devetach, problematizava os papéis de gênero e as hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que dialogava com os movimentos políticos da época.

Dessa forma, essas escritoras desempenhavam a função de articular o campo intelectual com públicos mais amplos, valendo-se da indústria cultural como instrumento de disseminação de ideias consideradas “revolucionárias”. Josiowicz demonstra que tais autoras tiveram um papel fundamental na construção de um imaginário alternativo para crianças e jovens, que se afastava dos padrões normativos vigentes. Ainda que nem sempre de maneira explícita, suas obras fomentavam a autonomia e a liderança de meninas e meninos, contribuindo para a renegociação dos papéis de gênero, em contraste com a submissão e a obediência tradicionalmente exigidas das mulheres na época.

O quarto artigo da obra foi redigido pela historiadora Luciana Rosato, que analisa os discursos mobilizados sobre a juventude brasileira na imprensa durante a década de 1980. Fundamentando seu estudo em três diferentes veículos, a revista *Veja*, o jornal *O Estado* e a revista *Mundo Jovem*, a autora demonstra que a juventude era representada de formas distintas conforme o contexto em que era retratada: ora como um problema a ser resolvido, ora como um mercado consumidor em expansão, ora como um agente de transformação social.

A crise econômica, a abertura política e a ampliação do mercado consumidor influenciaram diretamente a maneira como a juventude era percebida e representada na sociedade brasileira. Desse modo, na revista *Veja* e no jornal *O Estado*, ela aparecia predominantemente como um problema a ser ajustado, associada a temas como drogas, sexualidade e futuro

profissional, embora também fosse apresentada como um público potencial para o consumo. Já na revista *Mundo Jovem*, vinculada ao setor progressista da Igreja Católica, a juventude era concebida como protagonista de mudanças sociais. Assim, mesmo no contexto da abertura democrática e da modernização da imprensa, as representações sobre a juventude refletiam as diferentes agendas e disputas políticas em curso na sociedade brasileira dos anos 1980.

Para finalizar a primeira parte do livro, o artigo de María Paula Bontempo, “*La revista Barbie y la emergencia del espacio ‘preadolescente’ femenino (fines de los años 80 e inicio de los años 90 en Argentina)*”, analisa a revista *Barbie, tu revista*, criada pela Mattel com o objetivo de globalizar a marca. A autora argumenta que a publicação contribuiu para a construção de um novo nicho de mercado, bem como para a consolidação de uma nova categoria social: o espaço feminino pré-adolescente.

Dessa forma, a revista funcionava como um canal de mediação entre a infância e a adolescência, combinando conteúdos voltados tanto para o público infantil quanto para o infantojuvenil. Ela utilizava formatos híbridos, como capas e fotonovelas com a boneca, seções de passatempos e manualidades, além de testes, horóscopos e letras de músicas pop. Assim, destacam-se dois pontos principais: primeiro, a revista não apenas refletia, mas também contribuía para a construção de práticas culturais; segundo, ela preencheu uma lacuna editorial ao colaborar para a formação de uma cultura pré-adolescente na América Latina.

Iniciando a segunda parte do livro, intitulada *Protagonismos e Questões Sensíveis*, Eliane Mimesse Prado, no artigo *Sobre vestígios de desaparecidos e órfãos na cidade de São Paulo (1894-1909)*, traça o caminho de institucionalização percorrido por crianças e órfãos desaparecidos em São Paulo entre os anos de 1894 e 1909. Suas principais fontes incluem os jornais *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, bem como documentos como o *Regulamento da Guarda Cívica* de 1896, que tinha por objetivo instruir os policiais sobre o recolhimento de crianças consideradas órfãs ou desaparecidas que circulavam pelas ruas.

Dessa forma, o abandono e o desaparecimento de crianças na cidade de São Paulo configuraram-se como um dos problemas sociais de uma metrópole em processo de modernização. A autora aponta que as crianças órfãs eram geralmente abandonadas e encaminhadas a orfanatos religiosos, uma vez que seus genitores as deixavam por diferentes motivos sociais, como falta de recursos, doenças, acidentes ou morte. Outro ponto relevante é que as crianças identificadas como desaparecidas eram, em geral, mais velhas do que a faixa etária das órfãs, com idade média de cerca de sete

anos, e desapareciam quando estavam desacompanhadas ou acompanhadas de irmãos mais velhos, o que abre a hipótese de que poderiam ter sido sequestradas, violentadas ou exploradas. Dessa maneira, os casos retratados nos jornais refletiam a norma burguesa vigente, centrada na manutenção da civilidade e da ordem social.

Em seguida, no texto *La corrupción de menores en el Distrito Federal, México* (1920-1940), Susana Sosenski e Ana Cristina Rosado Medina analisam a experiência de crianças e adolescentes em processos judiciais que envolviam a “corrupção de menores” no Distrito Federal do México. Ao examinar os processos e a legislação da época, elas apontam que, mesmo com as políticas sociais pós-Revolução Mexicana voltadas à proteção das crianças, a realidade cotidiana dessas permanecia marcada por ciclos de vulnerabilidade, violência e exploração, revelando um abismo entre as políticas e as práticas sociais diárias.

As vítimas tinham entre 5 e 17 anos, em sua maioria adolescentes, frequentemente exploradas por adultos de confiança, seja em casa ou em espaços públicos. A comprovação dos crimes era difícil, e a palavra da criança tinha pouca influência nas decisões judiciais. O casamento com a vítima frequentemente suavizava as consequências legais do abuso sexual, e os meninos eram muitas vezes induzidos a cometer crimes, de forma a explorar sua vulnerabilidade social. O sistema legislativo e judiciário mexicano da época definiu de forma bastante imprecisa o conceito de “corrupção de menores”, o que resultava era a insuficiência tanto na proteção das crianças e adolescentes quanto na responsabilização de seus agressores.

Em consonância com o debate sobre temáticas sensíveis, o artigo “*La Niña Madre. ¿Cómo pensar una Historia del abuso sexual a la infancia?*” analisa a trajetória de Mirta, menina que, aos 10 anos, em 1971, foi vítima de abuso sexual e, como consequência, engravidou, de forma a historicizar a violência sexual contra a infância. Assim, a análise histórica do abuso sexual infantil evidencia a necessidade de ir além da denúncia, almejando também o processo de desnaturalização da violência. Com base em reportagens da revista *Así* (1971 e 1973), a autora demonstra como a narrativa transformou a violência em espetáculo público, reforçando estruturas patriarcais. Mostra ainda como diferentes segmentos da sociedade como Estado, Igreja e mídia que legitimaram práticas sociais, como o casamento e o batismo, no caso de Mirta e de sua gravidez, desviando o foco da violência sofrida. Por conseguinte, Isabella evidencia que a violência é atravessada por múltiplos fatores socioculturais, atingindo todas as classes sociais, mas com maior incidência sobre meninas oriundas de famílias populares.

Em sequência, Humberto da Silva Miranda analisa a produção do

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) intitulada “*Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*” (1989). O autor indica que essa produção tinha como objetivo divulgar as ações do UNICEF no combate à situação de rua e operava como um dispositivo de padronização e controle dos educadores de rua. Por sua vez, Miranda ressalta que essa abordagem entrava em tensão com a proposta de Paulo Freire e aponta que o processo histórico da década de 1980 envolvendo crianças em situação de rua não era isolado, mas parte de um processo historicamente construído na História da República Brasileira. Assim, evidencia-se que a produção do UNICEF recaía na estigmatização de crianças e adolescentes em situação de rua, em contraste com os princípios defendidos por Freire. Apesar das tentativas de controle, instituições e movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, conquistaram autonomia a partir das ideias humanizadoras e dialógicas de Paulo Freire, as quais, por consequência, deram origem à Pedagogia Social de Rua.

O historiador Thiago Reisdorfer, em seu artigo intitulado “*Juventude(s) e universidades no Brasil: Análise de uma invisibilização (2004-2020)*”, discute a reprodução da estrutura adultocêntrica no âmbito das Universidades Federais Brasileiras (UFs). Com base na análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) de 161 universidades federais brasileiras, no período de 2004 a 2020, o autor sustenta que os estudantes são frequentemente referidos como meros “recursos” ou “profissionais a serem formados”, o que desconsidera suas práticas, experiências e sociabilidades, reduzindo-os à condição de incompletude. Nesse sentido, Reisdorfer identifica duas concepções predominantes nas universidades em relação à juventude: a primeira, presente em cerca de dois terços das instituições, de caráter totalizador, compreende a universidade como única responsável pela formação dos jovens; a segunda, de caráter mais complementar e menos recorrente, reconhece os jovens como sujeitos sociais portadores de saberes e propõe contribuir com a sua formação integral. Por fim, o autor evidencia que as práticas adultocêntricas limitam a capacidade institucional de elaborar políticas inclusivas, na medida em que não reconhecem a diversidade presente no corpo discente.

Finalizando a segunda parte do livro e encerrando a obra, encontra-se o texto de Valeria Llobet, intitulado *Infancia(s) y futuro(s). Las políticas de la infancia y la participación infantil*. Nesse artigo, a partir de uma revisão teórica, a autora discute a relação entre infância e a noção de “futuro” como construção política e histórica, examinando de que modo a ideia de infância moderna e as políticas sociais têm mobilizado tais conceitos tanto para o planejamento de disputas políticas quanto para a invisibilização das desigualdades. Além disso, questiona o papel da participação infantil e aponta

os riscos de sua utilização de forma utilitarista e despolitizada, sem enfrentar as estruturas capitalistas. Llobet também analisa a relação entre temporalidades desiguais, mostrando como estas moldam as experiências das crianças e distribuem perspectivas diferenciadas de futuro. Argumenta que a noção de “criança com direitos” pode ser esvaziada quando vinculada a uma participação meramente instrumental e que a “familiarização” do cuidado reforça a privatização da responsabilidade, encobrindo desigualdades estruturais. Por fim, destaca que, em contextos de crise, como a pandemia de COVID-19, algumas infâncias são protegidas enquanto outras são tratadas como “sem futuro”, ficando expostas à violência e à negligência.

Os textos aqui apresentados, escritos por diferentes profissionais das ciências humanas, em sua maioria historiadores, evidenciam o compromisso desses pesquisadores com uma produção engajada que, para além de narrar o passado, busca subverter a lógica adultocêntrica ao revelar diferentes formas de representações, práticas sociais e sensibilidades vividas por crianças, adolescentes e jovens latino-americanos em outros tempos. Ademais, tais textos ressaltam que esses sujeitos construíram e reconstruíram múltiplas maneiras de existir e de imaginar um futuro no qual seus direitos fossem efetivamente reconhecidos e assegurados.